



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1756

Quarta-feira - 03 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	5	Gaspar	189	Passo de Torres.....	379
Alto Bela Vista.....	6	Governador Celso Ramos	190	Passos Maia	381
Anchieta	10	Grão Pará	193	Paulo Lopes	399
Antônio Carlos	14	Guaramirim	195	Penha	401
Arroio Trinta.....	18	Guarujá do Sul	197	Petrolândia	403
Balneário Rincão	19	Herval d'Oeste	200	Pinheiro Preto	404
Barra Velha.....	21	Ibiam	202	Pomerode.....	406
Bela Vista do Toldo.....	22	Ilhota	207	Ponte Serrada	408
Benedito Novo	24	Imarui	208	Porto Belo.....	409
Biguaçu	25	Imbituba	215	Porto União.....	410
Blumenau	26	Indaial.....	218	Rio do Sul.....	413
Bom Jesus do Oeste	48	Iomerê	220	Salto Veloso.....	416
Bom Retiro	52	Irineópolis	228	Santa Rosa do Sul	418
Botuvera.....	53	Itá	239	Santa Terezinha do Progresso	420
Braço do Trombudo	54	Itaiópolis	242	Santiago do Sul.....	421
Brunópolis	55	Itapiranga.....	243	São Bento do Sul.....	422
Brusque.....	56	Itapoá	245	São Carlos	426
Caçador.....	61	Ituporanga	257	São Domingos.....	428
Camboriú.....	65	Jacinto Machado	258	São João do Oeste	429
Campo Alegre	67	Joaçaba	259	São Joaquim	578
Campos Novos.....	74	Lages	264	São José.....	590
Canelinha	76	Laguna	265	São José do Cedro.....	598
Canoinhas.....	77	Lauro Muller	270	São Lourenço do Oeste.....	599
Capinzal	89	Lebon Regis.....	271	São Miguel do Oeste.....	600
Catanduvas.....	95	Leoberto Leal.....	272	São Pedro de Alcântara.....	603
Caxambu do Sul.....	99	Lindóia do Sul	273	Schroeder	604
Celso Ramos.....	100	Luzerna	274	Serra Alta	619
Cocal do Sul.....	104	Mafra	277	Sul Brasil	643
Concórdia	105	Maracajá	278	Tigrinhos	645
Cordilheira Alta	110	Maravilha.....	279	Timbé do Sul	646
Coronel Freitas.....	126	Marema	281	Timbó	647
Coronel Martins.....	127	Massaranduba.....	285	Treze Tilias	652
Correia Pinto.....	128	Meleiro	290	Tunápolis.....	653
Corupá	136	Modelo	292	Turvo	655
Curitibanos	152	Navegantes.....	293	Vargeão.....	657
Dionísio Cerqueira	153	Nova Trento	351	Videira.....	658
Doutor Pedrinho.....	154	Novo Horizonte	357	Vitor Meireles.....	663
Faxinal dos Guedes.....	155	Orleans	358	Xanxerê.....	664
Forquilha.....	156	Ouro	359	Xavantina	665
Fraiburgo.....	157	Palhoça	361	Xaxim.....	666
Garopaba.....	162	Palmitos	370		
Garuva	185	Papanduva.....	371		

Associações

FECAM	669
-------------	-----

Consórcios

ARIS	670	CIMCATARINA.....	671
CIGA	670	CIS/AMARP.....	681



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1756

Quarta-feira - 03 de Junho de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Editais de Notificação

Água Doce.....	683	Lages.....	825	Timbó Grande.....	970
Anchieta.....	687	Laguna.....	844	Três Barras.....	971
Antônio Carlos.....	688	Lauro Muller.....	847	Treze Tílias.....	973
Ascurra.....	690	Lebon Regis.....	849	Tunápolis.....	974
Atalanta.....	691	Leoberto Leal.....	850	Turvo.....	975
Barra Velha.....	693	Lindóia do Sul.....	851	Urussanga.....	977
Bela Vista do Toldo.....	695	Mafra.....	852	Vargeão.....	978
Biguaçu.....	695	Maracajá.....	854	Vargem Bonita.....	979
Blumenau.....	699	Maravilha.....	856	Vidal Ramos.....	980
Bom Jardim da Serra.....	725	Marema.....	859	Videira.....	981
Bom Jesus do Oeste.....	725	Massaranduba.....	859	Vitor Meireles.....	985
Brusque.....	727	Modelo.....	861	Xaxim.....	985
Caçador.....	733	Morro da Fumaça.....	862		
Camboriú.....	739	Navegantes.....	863		
Campo Alegre.....	742	Nova Trento.....	868		
Campo Erê.....	744	Orleans.....	869		
Campos Novos.....	745	Ouro Verde.....	873		
Canelinha.....	747	Palhoça.....	874		
Canoinhas.....	749	Palmitos.....	893		
Capinzal.....	752	Papanduva.....	893		
Catanduvas.....	755	Passo de Torres.....	894		
Cocal do Sul.....	755	Passos Maia.....	895		
Concórdia.....	757	Paulo Lopes.....	896		
Correia Pinto.....	764	Penha.....	898		
Corupá.....	766	Pinheiro Preto.....	901		
Curitibanos.....	767	Pomerode.....	903		
Dionísio Cerqueira.....	771	Ponte Serrada.....	909		
Doutor Pedrinho.....	772	Porto Belo.....	910		
Faxinal dos Guedes.....	773	Porto União.....	913		
Forquilha.....	774	Rio do Sul.....	916		
Fraiburgo.....	776	Rio dos Cedros.....	921		
Garopaba.....	778	Salto Veloso.....	921		
Garuva.....	781	Santa Rosa do Sul.....	922		
Gaspar.....	782	São Bento do Sul.....	923		
Governador Celso Ramos.....	789	São Carlos.....	929		
Grão Pará.....	791	São Domingos.....	931		
Guaramirim.....	793	São João do Oeste.....	931		
Herval d'Oeste.....	795	São João do Sul.....	932		
Ilhota.....	797	São Joaquim.....	934		
Imbituba.....	798	São José.....	937		
Iomerê.....	805	São José do Cedro.....	946		
Itá.....	807	São Lourenço do Oeste.....	948		
Itaiópolis.....	808	São Miguel do Oeste.....	951		
Itapiranga.....	809	São Pedro de Alcântara.....	958		
Itapoá.....	811	Schroeder.....	959		
Ituporanga.....	812	Siderópolis.....	961		
Jacinto Machado.....	817	Sombrio.....	961		
Joaçaba.....	818	Timbé do Sul.....	964		
José Boiteux.....	823	Timbó.....	964		



Ponte Serrada SOLIDÁRIA

Colabore com as vítimas do tornado

Conta Corrente para doações:

Banco do Brasil:

Agência: 2479-1

Conta Corrente: 13881-9

Defesa Civil de Ponte Serrada

CNPJ: 15.364.703/0001-76

Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101

#JuntosSomosMaisFortes



XANXERÊ SOLIDÁRIA

DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES
BANCO DO BRASIL

AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X
CNPJ: 83.009.860/0001-13

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS
USE O CÓDIGO ABAIXO

IBAN: BR8600000000005860000020150C1

INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500

Iniciativa



PREFEITURA DE
XANXERÊ
xanxere.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

ALTERAÇÃO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 37/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 37/2015
PREGÃO PRESENCIAL 28/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 37/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 28/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de pneus, teve sua data de abertura alterada para 17/06/2015 às 13h30. Alterações do edital disponíveis em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 02 de junho de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 39/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 29/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 39/2015
PREGÃO PRESENCIAL 29/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 39/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 29/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material pedagógico, o qual será processado e julgado no dia 17 de junho de 2015 às 15h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Íntegra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 02 de junho de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

A Prefeita Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Cassiano Martinazzo, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a Contratação de show nacional com a Dupla Adson & Alana, para animar as festividades alusivas ao 20º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município, em favor da empresa CELSO PIRES ME, no valor total de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), com vigência até 30/08/2015.

Alto Bela Vista, SC, 02 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

A Prefeita Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Cassiano Martinazzo, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a Contratação de show com a Banda Pérola Negra, para animar as festividades alusivas ao 20º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município, em favor da empresa MUSICAL BANDA PEROLA NEGRA LTDA, no valor total de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), com vigência até 30/08/2015.

Alto Bela Vista, SC, 02 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 069, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. MARCOS ROGERIO BURGET para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 070 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. MÁRCIO VENDRUSCOLO para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 071 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. GERSON KIRSTEN para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão

consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 072 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.
RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. VALDERLEI CADORE para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 073 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.
RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. VANDERLEI EDMUNDO PALLAS para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 074 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.
RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. GUILHERME VARGAS para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, classificado em 2º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 075 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.
RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. MAIKEL CRISTIANO HOFFMANN para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 076 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. VOLMAR DETONI para exercer o cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS, classificado em 2º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 077 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. FRANCIANE CARINA ZIS para exercer o cargo efetivo de CONTADOR, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 078 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. FABIOLA PRUDENTE SPRICIGO para exercer o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL – 40 HORAS, classificada em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 079 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA para exercer o cargo efetivo de PSICÓLOGO, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 080 DE 01 DE JUNHO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. VINICIUS FAZOLO para exercer o cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2015 e homologado pelo Decreto nº 2020, de 23 de abril de 2015, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de junho de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2015

Modalidade: PREGÃO Presencial nº 017/2015

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição óleos lubrificantes, graxas, fluídos e reagentes, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até às 08h50, do dia 18 de junho de 2015, em sessão pública, com abertura para as 09h da mesma data, dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>. Alto Bela Vista (SC), em 26 de maio de 2015.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 227/2015

PORTARIA nº. 227/2015
De, 12 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando a realização do Concurso Público para o cargo de Advogado;

Considerando que a Administração Pública necessita de profissional, tendo em vista os prazos processuais, audiências designadas e demais atos que carecem de parecer jurídico;

RESOLVE

Prorrogar Portaria nº 127/2015,

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Portaria nº 127/2015, contratação temporária até 31/07/2015 da servidora Andriéli Cristina de Campos, ocupante do cargo de Advogada, inscrita na OAB/SC nº 38.858.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 12 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 228/2015

PORTARIA Nº. 228/2015
De, 12 de Maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias e converter 10 (dez) dias em Pecúnia,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Mateus Poloniato, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, lotado no Departamento de Licitações e Contratos, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/05/2015 à 20/05/2015, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 12 de Maio de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 229/2015

PORTARIA nº. 229/2015
De, 15 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Janaina Rockembach, ocupante do cargo de Professora de Fisioterapeuta ACT, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária da administração e Gestão.

PORTARIA Nº 230/2015

PORTARIA nº. 230/2015
De, 15 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Vanira Suzana Moraes, ocupante do cargo de Professora de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária da administração e Gestão.

PORTARIA Nº 231/2015

PORTARIA Nº. 231/2015
De, 15 de Maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses,
Art. 1º - Fica concedida Licença-Prêmio pelo período de 03 (três) meses para o servidor Público Municipal Benicio José Wildner, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Agropecuária, Matrícula 680, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 18/05/2015 à 15/08/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 15 de Maio de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 232/2015

PORTARIA N. 232/2015
De, 15 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que eventualmente há servidores, das mais diversas secretarias, que mesmo não exercendo o cargo/função de Motoristas dirigem veículos públicos;
Considerando que, para a condução dos veículos é necessário autorização do Executivo;
Considerando que o Servidor Público tem Direitos, Deveres e Responsabilidades;

RESOLVE:

Autorizar Servidora para Conduzir veículos da Municipalidade,

Art. 1º - Fica autorizada a servidora pública municipal Patricia Campana, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria

Municipal da Saúde, para eventualmente conduzir os veículos da municipalidade, ou seja, quando se fizer necessário.

Art. 2º - De posse da direção do veículo solicitado, é de inteira responsabilidade do servidor e o mesmo não poderá: Ceder a direção do veículo a terceiros; Utilizar o veículo em atividade particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão; Conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;

Art. 3º - Quando do retorno, findando o deslocamento, o veículo oficial deverá ser guardado no órgão detentor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal
Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 233/2015

PORTARIA Nº 233/2015
De, 10 de Abril de 2015.

DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n. 033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ao servidor público municipal João Aldo Kaminski, ocupante do cargo efetivo de Odontólogo, no percentual de 20% (vinte por cento) a ser calculado sobre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em verba distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.
Em, 15 de Abril de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Andreia Marafão – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 234/2015

PORTARIA Nº. 234/2015

De, 15 de Maio de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Nelson Duarte, ocupante do cargo de Secretário de Desenvolvimento Local, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Local, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/05/2015 à 30/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 15 de Maio de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Andreia Marafão – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 236/2015

PORTARIA nº. 236/2015

De, 25 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Fabiane Somera, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 25 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária da administração e Gestão.

PORTARIA Nº 237/2015

PORTARIA nº. 237/2015

De, 28 de Maio de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a Pedido a senhora Claudia Perin, ocupante do cargo de Gerente do Movimento Econômico, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 28 de Maio de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária da administração e Gestão.

PORTARIA Nº 238/2015

PORTARIA Nº. 238/2015

De, 01 de Junho de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando a exigência da Secretaria de Estado da saúde de um Profissional da Vigilância Sanitária para trabalhar na Sala de Vacina;

RESOLVE:

Nomear Técnica de Enfermagem ACT,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Fabiane Somera, para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem - ACT, Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 01/06/2015 à 29/08/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 01 de Junho de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 239/2015

PORTARIA nº. 239/2015
De, 01 de Junho de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 032/2011 – Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Vinícius Garlet Durigon, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente do Movimento Econômico, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de Junho de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão – Secretária da administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 055/2015 - Dispensa de Licitação nº 05/2015; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC; Contratada: Biblosshop Comércio e Serviços de Informática Ltda ME; Objeto: Locação de sistema de software da Biblioteca Pública de Antônio Carlos, incluindo os serviços de hospedagem, manutenção e suporte técnico do software Webmarc utilizados para a rede de bibliotecas existentes do município. Fundamento Legal: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 4.380,08 (quatro mil trezentos e oitenta reais e oito centavos) Prazo: 02 de junho de 2015 a 02 de junho de 2016.

Antônio Carlos, 03 de junho de 2015.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 324/2015

PORTARIA Nº 324/2015.

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora efetiva ENI KREMER PITZ, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 08 de junho de 2015, referente ao período aquisitivo de janeiro/2006 a janeiro/2011.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de junho de 2015.

PORTARIA N 325/2015

PORTARIA Nº 325/2015.

Nomeia Cargos Comissionados.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, MELISSA LONDERO RUPP, do cargo Comissionado de CHEFE DE GABINETE, e, nomear para o Cargo Comissionado de SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Artigo 2º - Exonerar, JOSE ROBERTO DE AMORIM, do Cargo comissionado de SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, e, nomear para o Cargo Comissionado de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 3º - Revogam-se a Portaria nº 011/2013 de 02 de janeiro de 2013 e Portaria nº 172/2015 de 17 de março de 2015.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de junho de 2015.

PORTARIA N 326/2015

PORTARIA Nº 326/2015.

Revoga Portaria que especifica.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando que na data de 01 de junho de 2015 a funcionaria Zilda Verônica Weber Silveira, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, foi dispensada a pedido conforme verifica-se da portaria nº 319/2015;

Considerando que a funcionária na data de 02 de junho de 2015 protocolou requerimento junto a secretaria de saúde e assistência social solicitando seu reingresso por força de Contrato de Trabalho não concretizado;

Considerando que a Secretaria de Saúde e Assistência social tem o dever de prestar auxilio nas comunidades de Antônio Carlos e um dos meios é a nomeação deste profissional;

Considerando que com a dispensa do funcionário acima nomeado, consequentemente a administração pública deflagrará Processo Seletivo para contratação de outro profissional que ocupará este cargo;

Considerando os valores despendidos pela administração para efetivamente deflagrar Processo Seletivo para a contratação deste profissional;

Considerando por derradeiro que a administração pode rever seus atos a qualquer tempo, consoante dispositivo expresse na Constituição da República.

Resolve:

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 319/2015 publicada no DOM no dia 0-1 de junho de 2015, edição 1754, pagina 10.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2015.

PORTARIA N 327/2015

PORTARIA Nº 327/2015

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2015,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ARMANDO THIAGO NOMIYAMA, para o cargo efetivo de MEDICO – 40H, no PSF, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a partir de 08 de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2015.

PORTARIA N 328/2015

PORTARIA Nº 328/2015

Concede Insalubridade a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor ARMANDO THIAGO NOMIYAMA, ocupante do cargo efetivo de MEDICO – 40H, no PSF, a partir de 08 de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2015.

PORTARIA N 329/2015

PORTARIA Nº 329/2015

Concede Gratificação a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Municipal nº 1318/2011,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, ao servidor ARMANDO THIAGO NOMIYAMA, ocupante do cargo efetivo de MEDICO – 40H, no PSF, a partir de 08 de junho de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2015.

PORTARIA N 330/2015

PORTARIA Nº 330/2015

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor ILTON NICOLAU PAULI, ocupante do cargo efetivo de ZELADOR, a partir de 03 de julho de 2015, referente ao período aquisitivo de 04/07/2014 a 03/07/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de junho de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 03 de junho de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

DEMOSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL 04.2015

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2014 A ABRIL/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		949.710,75	0,00	0,00
Pessoal Ativo		949.710,75	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		949.710,75	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		25.146.639,26	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		949.710,75	3,78	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.508.798,36	6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.433.358,44	5,70	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		1.357.918,52	5,40	
FONTE:				

DEMOSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL 12.2014

MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		893.217,19	0,00
Pessoal Ativo		893.217,19	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		893.217,19	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		893.217,19	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		24.341.352,47	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		3,67	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%		1.460.481,15	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%		1.387.457,09	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,4%		1.314.433,03	
FONTE:			

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Arroio Trinta

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0012/2015.

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA O CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes (Credenciamento): Até às 09h:00 do dia 18/06/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 18/06/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 3535-6000.

Arroio Trinta-SC, 02 de junho 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETO Nº. 273/2015

DECRETO/ GP/Nº 273/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

DECRETA:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apuração de possíveis irregularidades praticadas pela empresa ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME ao contrato Nº. 137/PMBR/2014.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores Anderson Moreira Douglas, Engenheiro Agrimensor, que a presidirá, Marcelo Santa Helena, Engenheiro Civil, Secretário, Renato da Silva Vitche, Comprador, Membro e Gisele Pereira Ferreira, Diretora do Departamento de Compras, Materiais e Patrimônio, Suplente.

Art. 3º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de até 40 (quarenta) dias, a partir deste Decreto, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração deste Município.

Art. 5º. Quaisquer dúvidas procedimentais poderão ser dirimidas com a Procuradoria Geral do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 13 de Maio de 2015.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na Secretaria de Administração em 13 de Maio de 2015.

EXTRATO DE ADITIVO - PAULO FELI

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 026/FMS/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 026/FMS/2014, que prevê o termino em 27/05/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 27/05/2015 até 27/05/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 26/05/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Sergio Feli.

EXTRATO DE ADITIVO - PAULO FELI - PMBR

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 079/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 079/PMBR/2014, que prevê o termino em 27/05/2015, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 27/05/2015 até 27/05/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 26/05/2015. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Paulo Sergio Feli.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 070/PMBR/2015; PAZETTO COMÉRCIO DE VEICULOS E SERVIÇOS EIRELI ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto de Máquina e Veículos pertencentes a Frota do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/PMBR/2015. No valor global de R\$ 26.389,15 (Vinte e seis mil trezentos e oitenta e nove reais e quinze centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 28/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ademir Pazetto.

CONTRATO Nº. 071/PMBR/2015; DE LUCA PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e concerto de Máquina e Veículos pertencentes a Frota do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/PMBR/2015. No valor global de R\$ 6.899,39 (Seis mil oitocentos e noventa e nove reais e trinta e nove centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 28/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ricardo De Lucca.

CONTRATO Nº. 072/PMBR/2015; TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMATICA EIRELLI ME; OBJETO: Contratação de empresa especializada para 500 horas de assessoria e suporte técnico ao Setor de Arrecadação, disponibilizando profissionais com conhecimento

em Legislação Tributária, Coleta de Dados, Software de apoio para a recuperação Fiscal, atendimento aos contribuintes, ajustes nos cadastros, visando à recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária, do município de Balneário Rincão - SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/PMBR/2015. No valor global de R\$ 67.500,00 (Sessenta e sete mil e quinhentos reais). VIGENCIA: 12 Meses; ASSINATURA: 29/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Renato Cardoso Leandro.

CONTRATO Nº. 073/PMBR/2015; TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de materiais, utensílios de cozinha, eletrodomésticos, móveis para escritório, equipamento de informática e musicais para uso nas Unidades de Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Administração, Junta Militar, Meio Ambiente, Cultura e Museu do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2015. No valor global R\$ 19.589,10 (Dezenove mil quinhentos e oitenta e nove reais e dez centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 29/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Tatiana Machado Schlickmann.

CONTRATO Nº. 074/PMBR/2015; GOLD COMPUTADORES LTDA – EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de materiais, utensílios de cozinha, eletrodomésticos, móveis para escritório, equipamento de informática e musicais para uso nas Unidades de Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Administração, Junta Militar, Meio Ambiente, Cultura e Museu do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2015. No valor global de R\$ 6.739,00 (Seis mil setecentos e trinta e nove reais). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 29/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Sandro Pietsch.

CONTRATO Nº. 075/PMBR/2015; PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de materiais, utensílios de cozinha, eletrodomésticos, móveis para escritório, equipamento de informática e musicais para uso nas Unidades de Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Administração, Junta Militar, Meio Ambiente, Cultura e Museu do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2015. No valor global R\$ 27.257,65 (Vinte e sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e cinco centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 29/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Carina Ascari Alberton Gesser.

CONTRATO Nº. 076/PMBR/2015; HERCILIO DE MATTIA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de materiais, utensílios de cozinha, eletrodomésticos, móveis para escritório, equipamento de informática e musicais para uso nas Unidades de Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Administração, Junta Militar, Meio Ambiente, Cultura e Museu do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2015. No valor global de R\$ 13.827,94 (Treze mil oitocentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 29/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa a Sr.ª Sabrina Romagna Bortolotto Daniel.

CONTRATO Nº. 077/PMBR/2015; ATEKY INFORMATICA LTDA EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de materiais, utensílios de cozinha, eletrodomésticos, móveis para escritório, equipamento de informática e musicais para uso nas Unidades de Educação Infantil e Fundamental, Secretaria de Administração, Junta Militar, Meio Ambiente, Cultura e Museu do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2015. No valor global de R\$ 4.221,20 (Quatro mil duzentos e vinte e um reais e vinte centavos). VIGENCIA: 31/12/2015; ASSINATURA: 29/05/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Joel Hobold

Barra Velha

PREFEITURA

EDITAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA

EDITAL PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA VELHA

Considerando a Lei Federal n.º8.142/90, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), através dos Conselhos e Conferências de Saúde, e dá outras providências;

Considerando que a Resolução CNS n.º453/12 estabelece em sua Diretriz Terceira, incisos I a XI a organização dos Conselhos de Saúde no poder executivo, respeitando os princípios da democracia, paridade e define como se dá a composição dos segmentos representados;

Considerando a decisão da Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha em reunião ordinária do dia 27 de fevereiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º- Convocar Representantes dos órgãos ou entidades ou dos movimentos sociais organizados a participarem do processo eleitoral que irá definir vagas que irão compor o Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha.

Art. 2º- As vagas serão assim distribuídas 50% para entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

I- Os candidatos representantes dos usuários deverão ser indicados pelos Movimentos Organizados do município;

II- Os candidatos a representantes dos Profissionais de Saúde deverão ser indicados por entidades que representem as diversas categorias de profissionais de saúde;

III- Os candidatos a representantes dos Prestadores de Serviço de saúde serão indicados por entidades prestadoras de serviços, integradas ao sistema Municipal de Saúde;

IV- Os representantes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo que o Secretário Municipal de Saúde é considerado membro nato do Conselho.

Art. 3º- A eleição se dará através da indicação por ofício de 02 representantes por entidade sendo 1(um) Titular e 1(um) Suplente).

I - O ofício com a indicação da entidade e de seus representantes deverá ser entregue e protocolada na Secretaria Municipal de Saúde de Barra Velha, situada à Rua Miranda Coutinho – 49, Centro, Barra Velha, até o dia 17 de junho.

II- Os representantes indicados pelos órgãos, entidades ou movimentos sociais, em assembleia convocada para este fim, deverão obrigatoriamente residir no município de Barra Velha.

III- No ato da eleição serão eleitos os membros que irão compor o conselho municipal de saúde entre os pré-indicados.

Art. 4º- Os órgãos ou entidades da sociedade civil ou dos movimentos sociais organizados de que forem se candidatar a vaga no Conselho Municipal de Saúde terão que apresentar junto com ofício de indicação os seguintes documentos, (exceto o Poder Executivo):

I- Cópia da ata de fundação registrado em Cartório;

II- Cartão de CNPJ do órgão ou entidade;

III- Ata nomeando o atual representante legal do órgão ou entidade;

IV- Cópia da cédula de identidade do representante legal do órgão ou entidade.

V- Comprovante de atuação de, no mínimo, 2 (dois) anos.

Parágrafo Único- As inscrições serão válidas somente nas datas previstas neste edital.

Art. 5º- Encerrado o prazo para as inscrições dos órgãos ou

entidades, a comissão eleitoral do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha irá publicar no Diário Oficial Municipal a relação completa dos inscritos.

Art. 6º- Do resultado da habilitação das instituições caberá recurso no prazo de 48 horas, contados da sua divulgação, a serem entregues na Secretaria de Saúde de Barra Velha. Os recursos deverão ser analisados e julgados pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 7º- Em caso de empate, o critério para a proclamação da instituição eleita será o da instituição com maior tempo de existência e funcionamento comprovado.

Art. 8º- Só será permitida a concorrência por 1 (uma) vaga por entidade, sendo que para cada representante efetivo, deverá ser indicado 1 (um) suplente da mesma entidade, com exceção do Poder Executivo, que possui 3 assentos no Conselho.

Parágrafo Único- Caberá ressalva quando houver vacância, sendo então permitida a entidade que tiver interesse em ocupar outra vaga. Neste caso a comissão eleitoral do Conselho Municipal de Saúde convocará as entidades habilitadas para saber o interesse em ocupar outra vaga no Conselho, sendo que se houver mais de uma entidade interessada, ocupará a vaga aquela entidade que tiver maior tempo de existência e funcionamento comprovado.

Art. 9º- A homologação ocorrerá na audiência pública em data a ser divulgada e o resultado final será divulgado por meio de Edital em Diário Oficial, com a indicação das instituições eleitas para comporem as vagas da representação da sociedade civil organizada no Conselho Municipal de Saúde. A posse ocorrerá dia 1º de agosto de 2015.

Art. 10º- Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral para Eleição do Conselho Municipal de Saúde de Barra Velha.

Barra Velha, 02 de junho de 2015.

Ronnye Peterson Aparecido Nasser dos Santos
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 259

DECRETO N.º 259/2015, DE 29 DE MAIO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1067/2014, de 30 de outubro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
60-10.305.0008-2.031	2.031	Ações de Vigilância em Saúde - VIGEP	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0822	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL GERAL	4.000,00		

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
59-10.305.0008-2.031	2.031	Ações de Vigilância em Saúde - VIGEP	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0822	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL GERAL	4.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 29 de maio de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

RESOLUÇÃO N. 01/2015

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 01 DE 26 de maio de 2015.

“O ARTIGO 147 DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARA DE VEREADORES DE BELA VISTA DO TOLDO, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO”

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, encaminha a apreciação do plenário da Casa Legislativa, o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

O presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bela Vista do Toldo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte:

“ Art.147- As sessões ordinárias realizar-se-ão nas terça feiras (em dias úteis), com a duração de até 02(duas)horas, das 18:00 até as 20:00, podendo haver um intervalo de 15(quinze) minutos, entre o término do expediente e o início da ordem do dia”

Parágrafo único: As despesas oriundas da presente resolução correrão por conta de dotação do orçamento da Câmara.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º . Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 26 de maio de 2015

OSNI CRISTIANO NIEDIELSKI	ANTONIO DE LIMA
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE

ELCIO VIEIRA MAGALHAES
2º SECRETÁRIO

JUSTIFICATIVA

SENHORES VEREADORES,

A necessidade de modificação da redação do dispositivo mencionado, decorre da necessidade de adaptação do Regimento Interno, que estabeleceu o mesmo critério anterior do artigo a que se refere o Projeto de Resolução, disciplinando o assunto para melhor condução dos trabalhos.

Desse modo, contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação da matéria.

Bela Vista do Toldo, 26 de maio de 2015

OSNI CRISTIANO NIEDIELSKI	ANTONIO DE LIMA
PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE

ELCIO VIEIRA MAGALHAES
2º SECRETÁRIO

Benedito Novo

PREFEITURA

DECRETO 36/2015 - REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

Decreto nº 036/2015, de 18 de maio de 2015.

Revoga o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 33/2015, e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");

Considerando-se o Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, que reza: A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

Considerando-se que a Assessoria Jurídica do Município, tendo analisado o processo, manifesta-se, em Parecer Jurídico fundamentado, pela revogação, com fundamento no princípio da economicidade, observado o interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado, após a abertura do procedimento licitatório;

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o processo licitatório Pregão Presencial nº 033/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 18 de maio de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 033/2015 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 18 de maio de 2015.

Marília Panoch

Agente Administrativo

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2015

Referente: Processo Licitatório nº 01/2015

Contratada: COMERCIAL DE TECIDOS KRUEGER LTDA

Alteração: PRORROGAR PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 30/06/2015

Data Assinatura: 28/05/2015

Vigência: 28/05/2015 A 30/06/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 12-2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2015

Referente: Processo Licitatório nº 82/2014

Contratada: KOSMOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Alteração: PRORROGAR PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 30/06/2015

Vigência: 29/05/2015 a 30/06/2015

Data Assinatura: 29/05/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1565/2015

PORTARIA nº 1565 de 02 de junho de 2015

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Márcia de Fátima Borges Badalotti, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/04/2015.

Biguaçu, 02 de junho de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 29283/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.283, DE 28 DE MAIO DE 2015.

CEDE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ILMO IZOLABELA MENDES À CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.175, de 13/11/2013, e mediante Termo de Cooperação firmado entre o Município e a Câmara Municipal de Blumenau datado de 16 de janeiro de 2015, resolve:

CEDER

com ônus para o Município e mediante ressarcimento, o servidor público municipal ILMO IZOLABELA MENDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a fim de exercer suas funções junto à Câmara Municipal de Blumenau, a contar de 01 de junho de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/05/003656.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de maio de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.287/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.287, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL
SANDRA REGINA NOBREGA KUCHENBECKER À CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.175, de 13/11/2013, e mediante Termo de Cooperação firmado entre o Município e a Câmara Municipal de Blumenau datado de 16 de janeiro de 2015, resolve:

CEDER

com ônus para o Município e mediante ressarcimento, a servidora pública municipal SANDRA REGINA NOBREGA KUCHENBECKER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a fim de exercer suas funções junto à Câmara Municipal de Blumenau, a contar de 18 de maio de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/05/003563.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de junho de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.288/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.288, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA ANADIA LUCILA SCHMIDT DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ANADIA LUCILA SCHMIDT, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso Superior em Psicologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI/FAMEBLU, com início em 30 de abril de 2015 e término previsto para 04 de junho de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 06 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/05/003493.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de junho de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.289/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.289, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA IDELMA ALMANSA CONCARI DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA PELO CENTRO UNIVERSITÁRIO CESUMAR - UNICESUMAR.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal IDELMA ALMANSA CONCARI, ocupante do cargo efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação – SEMED, com remuneração, para realizar estágio obrigatório do Curso de Licenciatura em Pedagogia pelo Centro Universitário Cesumar – UNICESUMAR, com início em 01 de junho de 2015 e término previsto para 12 de junho de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 08 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/05/003842.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de junho de 2015.
RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.290/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.290, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAYARA LIDIA CORDEIRO DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO EM ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS E MATEMÁTICA, PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal MAYARA LIDIA CORDEIRO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 13 de abril de 2015 e término previsto para 14 de dezembro de 2015, em jornada parcial de trabalho, totalizando 56 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/04/002697.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de junho de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.291/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.291, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA ANTONIUTTI BRANTES DE ARRUDA DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA, PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal JULIANA ANTONIUTTI BRANTES DE ARRUDA, ocupante do cargo efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva, pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, com início em 06 de março de 2015 e término previsto para 05 de dezembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 22 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/05/003616.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de junho de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.292/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.292, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

AUTORIZA O AFASTAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALINE KNAK DO EXERCÍCIO DO CARGO, PARA REALIZAR CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATU SENSU EM DERMATOLOGIA, PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO - ISBRAE.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.048, de 23/07/2013, resolve:

AUTORIZAR

O afastamento da servidora pública municipal ALINE KNAK, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, com remuneração, para realizar Curso de Pós-Graduação Latu Sensu em Dermatologia pelo Instituto Brasileiro de Ensino - ISBRAE, com início em 18 de junho de 2015 e término previsto para 07 de novembro de 2015, em jornada integral de trabalho, totalizando 08 dias alternados, conforme Processo Administrativo nº 2015/05/003907.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de junho de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 29.293/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.293, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
226858	Aline de Melo Moreira Lima	SEMUS	2015/05/0300	14/05/2015	12/06/2015
184462	Andreia Cristiane Zimmermann Souza	SEMED	2015/05/0173	08/05/2015	16/05/2015
229551	Dulce da Silva	SEMED	2015/05/0177	25/04/2015	14/05/2015
230086	Eliana Aparecida Umbelino	SEMED	2015/05/0220	11/05/2015	09/07/2015
181200	Eliane Correia	SEMED	2015/05/0188	05/05/2015	19/05/2015
223336	Ivone da Silva	SEMUS	2015/05/0259	12/05/2015	05/07/2015
196002	Ivoni Maria Lucas Conti	SEMED	2015/05/0224	11/05/2015	17/05/2015
080845	Mara Luzia da Silva Santos	SEMED	2015/05/0252	04/05/2015	02/06/2015
222461	Mariju Alves Silveira dos Santos	SEDEAD	2015/05/0250	11/05/2015	24/05/2015
103900	Maristela Silvia Buzzi dos Santos	SEMED	2015/05/0339	24/05/2015	22/07/2015
201553	Marli Schaefer	SEMED	2015/05/0180	03/05/2015	15/05/2015
221856	Michele Steinheuser Angeeski	SEDEAD	2015/05/0265	20/05/2015	18/07/2015
185426	Rosane Aparecida Schneider	SEMUS	2015/05/0268	08/05/2015	22/05/2015
073679	Rose Mary Soares Voltolini	SEMED	2015/05/0182	04/05/2015	15/05/2015

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 192/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 192

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.203/2015	04.05.2015	INEIDE REJANE GRAFF ROCHA	20 horas para 40 horas	01.04.2015
29.204/2015	11.01.2015	DANIELLE LOUISE DA MAIA CIDRAL	20 horas para 40 horas	01.06.2015
29.204/2015	11.01.2015	THIAGO BRANCO SONEGO	20 horas para 30 horas	06.06.2015
29.205/2015	04.05.2015	JENICE VIEIRA BORGES	30 horas para 40 horas	11.04.2015
29.205/2015	04.05.2015	CLAUDIA CEZAR	30 horas para 40 horas	01.04.2015
29.205/2015	04.05.2015	ELIANE WEITGENANT	30 horas para 40 horas	11.04.2015
29.214/2015	05.05.2015	FRANCINE CARLA MORETTI	30 horas para 40 horas	20.04.2015
29.233/2015	11.05.2015	GRAZIELA NASATO	30 horas para 40 horas	11.05.2015
29.234/2015	12.05.2015	EDNA MARIA DA SILVA VIEIRA	30 horas para 40 horas	11.05.2015

Blumenau, 29 de maio de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 193/2015**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 193**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o Artigo 146, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DIAS	PERÍODO		
29.236	2015	12.05.2015	2015/05/003615	BRUNA DE AGUIAR KUNTZ	395	07.04.2014	06.05.2015
29.207	2015	04.05.2015	2015/04/003341	CLEBER JONES DOS SANTOS BARROSO	88	02.02.2015	29.04.2015
29.227	2015	08.05.2015	2015/05/003576	CLENIRA CAMARGO MACHADO	31	05.01.2015	05.02.2015
29.229	2015	11.05.2015	2015/05/003532	DELMIRA FONTOURA LENCINA	705	03.06.2013	07.05.2015
29.279	2015	26.05.2015	2015/05/003650	ELISANDRA CATIE SOARES GOULART	1387	21.07.2011	13.05.2015
29.210	2015	04.05.2015	2015/04/003267	ILDEMARA TAMASIA	690	03.06.2013	27.04.2015
29.277	2015	26.05.2015	2015/05/003747	JUVENAL DA MOTTA SOARES	423	19.03.2014	17.05.2015
29.254	2015	18.05.2015	2015/05/003753	MARILIA DA SILVA PONTES	395	07.04.2014	06.05.2015
29.242	2015	12.05.2015	2015/05/003605	MICHELE LILIAN BERG	704	03.06.2013	11.05.2015
29.241	2015	12.05.2015	2015/05/003597	SANDRA MARA BERG	1037	05.07.2012	11.05.2015
29.199	2015	04.05.2015	2015/04/003266	SCHIRLENE SIKORSKY TEIXEIRA	404	19.03.2014 a	27.04.2015
29.209	2015	04.05.2015	2015/04/003269	SILVANA HEINZEN REINICKE	319	09.06.2014	27.04.2015
29.211	2015	05.05.2015	2015/04/003339	SUELY LAMIN	691	03.06.2013	28.04.2015
29.228	2015	11.05.2015	2015/05/003554	TAIS JUCIMARA PEREIRA	701	03.06.2013	07.05.2015
29.222	2015	07.05.2015	2015/05/003510	TASIANA FELLER RAMIRES	395	07.04.2014	06.05.2015
29.278	2015	26.05.2015	2015/05/003861	TEREZINHA DIAS BORGES	714	03.06.2013	21.05.2015
29.258	2015	19.05.2015	2015/05/003758	ZILDA COELHO	424	19.03.2014	17.05.2015

Blumenau, 29 de maio de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 194/2015**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 194**

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
29.201/2015	04.05.2015	TAIS FRENZEL DA ROSA NOGUEZ	40 horas para 20 horas	16.04.2015
29.202/2015	04.05.2015	CRISTIANE DEON	30 horas para 20 horas	13.04.2015
29.202/2015	04.05.2015	LARISSA WEISE GONÇALVES	30 horas para 20 horas	12.03.2015

Blumenau, 29 de maio de 2015.

CARLOS XAVIER SCHRAMM

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 195/2015**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 195**

RONALDO ROGERIO WAL-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
228787	ADEMIR DOS SANTOS	Motorista	17/05/2015
228801	ALAN DIEGO CURY	Educador Social	12/05/2015
211699	ALMA MARLENE RAMIRES	Professor - 40 Horas (QP)	19/01/2013
228908	ANDRE CHRISTIAN FADL SCHALDACH	Arquiteto	06/05/2015
200409	ANDREIA MARIA CLERICI KLOCK	Professor - 40 Horas (QP)	21/01/2013
209295	ANGELA QUINTINO PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	05/03/2015
228874	BRUNA LUIZA BARNI	Procurador do Município	12/05/2015
212792	CARLA APARECIDA RODRIGUES CORREA	Professor - 40 Horas (QP)	31/12/2014
169935	CATARINA ELIZETE PATERNO FERREIRA PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	21/01/2013
228896	CINTHIA CASTELLAIN BATISTA	Fisioterapeuta	25/05/2015
171247	CRISTIANE MANZKE ZUELOW	Professor - 40 Horas (QP)	04/01/2013
228298	CRISTIANE TAMARA REITER DA SILVA	Psicólogo	16/05/2015
228939	DENIS ROBERTO BERTOLDI	Motorista	29/05/2015
226254	DRIVE KRAUSE	Assistente Social	14/04/2013
206784	EDEGAR GARCIA DA FONSECA	Professor - 40 Horas (QP)	05/01/2015
199206	EDNA DA ROSA CARDOSO RODRIGUES	Professor - 40 Horas (QP)	21/01/2015
206520	ELAINE THEISS	Agente Comunitário de Saúde	25/03/2015
228868	ELAENE BUCHHORN	Técnico em Enfermagem	29/04/2015
228214	ELEANDRA DE FÁTIMA SANTOS CASANI	Agente Comunitário de Saúde	20/05/2011
192210	ELIANE SCHMIDT	Professor - 40 Horas (QP)	28/12/2012
224677	ELISSANDRA DA SILVA VIANA	Professor - 40 Horas (QP)	21/07/2013
228883	ERNESTO DOS SANTOS JUNIOR	Motorista	05/05/2015
228814	ERVIN TONOLLI FILHO	Arquiteto	09/05/2015
187623	IVETI ELEY ALBINO LEITE	Professor - 40 Horas (QP)	28/12/2012
178160	JUCIMARA COELHO FABICIACK	Professor - 40 Horas (QP)	18/01/2015
228870	JULIANO ANDRIOLLO TEIXEIRA	Técnico em Enfermagem	25/04/2015
228610	LINDAMIRA CARDOSO DE OLIVEIRA DALPIAZ	Professor - 40 Horas (QP)	21/04/2015
197220	LUCIA CRESTANI SELL	Professor - 40 Horas (QP)	20/01/2015
228919	LUCIMERI FABIANI SIMÃO BRANCHER	Aux. De Consult. Dentário	30/05/2015
186163	MARGARETE THEISS CARDOSO	Professor - 40 Horas (QP)	29/01/2013
228895	MARIA CLARA VAILATI	Técnico em Enfermagem	11/05/2015
228438	MARIA DO CARMO MANSUR CASTANHEIRA SCHOLL	Médico - 20 Horas	10/05/2015
197521	MARINETE AP. DO NASCIMENTO SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	16/01/2015
228350	MARTHA COLVARA BACHILLI	Médico - 20 Horas	23/05/2015
228920	MELISSA SCHLESNER KRUSCH	Terapeuta Ocupacional	13/05/2015
228932	MERI DADIANE VOOS COLOMBELLI	Técnico em Enfermagem	25/05/2015
170003	NADIA SOARES KRAUSS	Professor - 40 Horas (QP)	03/01/2015
176516	NEUSA TEREZINHA DE SOUZA	Professor - 20 Horas (QP)	27/03/2015
228914	NILVANA LORRAINE CAMPOS GONÇALVES	Assistente Social	07/05/2015
228912	ROGER VIEIRA	Arquiteto	08/05/2015
195600	ROSEANA MARTA LAFIN	Professor - 40 Horas (QP)	26/12/2012
228825	ROSEMERI WIPPEL	Aux. De Consult. Dentário	20/04/2015
203521	SANDRA APARECIDA AZZOLINI POOL	Professor - 40 Horas (QP)	26/12/2012
229337	SANDRA REGINA MARQUES SECCHI	Terapeuta Ocupacional	07/05/2015
191981	SCHEILLA CRISTINA DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	12/03/2015
205958	TANIA MARLISE ZICKUHR MILCHERT	Professor - 40 Horas (QP)	28/12/2012
228894	UIARA RAUTENBERG SILVA	Técnico em Enfermagem	01/05/2015
228681	VALDETE MARIA HELLER MIRANDA	Professor - 40 Horas (QP)	04/05/2015
228901	VALENTIM SBORZ	Motorista	17/05/2015

Blumenau, 29 de maio de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 196/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 196

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDE LICENÇA PARA ACOMPANHAR O CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

De acordo com o artigo 145, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE	
29.225	2015	08.05.2015	2015/05/003568	PATRICIA SILVA ROYER	03.02.2014

Blumenau, 29 de maio de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 197/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 197

ROANLDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	PERIODO		
					INÍCIO	TÉRMINO
29212	2015	05.05.2015	2015/05/003469	ANDREA LABES VAZ DE LIMA	18/07/2015	15/09/2015
29244	2015	13.05.2015	2015/05/003642	GLEICIANE BASTOS VALENTE	04/05/2015	06/06/2015
29243	2015	12.05.2015	2015/05/003629	INGRIT LENZ	28/08/2015	26/10/2015
29261	2015	19.05.2015	2015/05/003816	JOSIELMA DE FATIMA DE OLIVEIRA DE AMARAL	10/09/2015	08/11/2015
29200	2015	04.05.2015	2015/05/003437	LUANA MARIA TREGA OLIVEIRA	21/08/2015	19/10/2015
29276	2015	26.05.2015	2015/05/003904	MICHELE MURAOKA DOMINONI	20/09/2015	18/11/2015
29206	2015	04.05.2015	2015/05/003451	MILENA MACHADO	14/08/2015	12/10/2015
29265	2015	21.05.2015	2015/05/003855	PATRICIA CRISTIANE GOES JERONYMO	01/09/2015	30/10/2015
29285	2015	28.05.2015	2015/05/003966	PATRICIA DAMAS POLLHEIM	30/08/2015	28/10/2015
29249	2015	15.05.2015	2015/05/003714	PATRICIA SILVA ROYER	23/05/2015	21/07/2015
29221	2015	07.05.2015	2015/05/003531	ROSANGELA DE SOUZA	18/08/2015	16/10/2015
29208	2015	04.05.2015	2015/05/003454	RUBIA FABIANA TRIERWEILER	20/08/2015	18/10/2015
292130	2015	05.05.2015	2015/05/003474	TATIANA ANDRADES VALENTE	20/08/2015	18/10/2015

Blumenau, 29 de maio de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 198/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 198

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES

De acordo com o Artigo 139, "caput" e Parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	A CONTAR DE	
29.262	2015	20.05.2015	2015/05/003841	MICHELE SOARES BORGES	14.06.2013

Blumenau, 29 de maio de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 199/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 199

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE 1/3 (UM TERÇO) EM PECÚNIA PARA 180 DIAS CONSECUTIVOS

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO		
					INÍCIO	TÉRMINO
29215	2015	05.05.2015	2015/05/003486	EVANILDE DE LIZ MADRUGA DA SILVA	15.09.2004	15.09.2014
29219	2015	06.06.2015	2015/05/003508	SILVANA GONÇALVES BENTO	13.09.2003	13.09.2013
29264	2015	21.05.2015	2015/05/003834	TARCISIO JOSE DA SILVA	09.04.2004	09.04.2014

Blumenau, 29 de maio de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 200/2015

ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 200

RONALDO ROGERIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO COM A CONVERSÃO DE 1/3 EM PECÚNIA

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO		
29218	2015	06.05.2015	2015/05/003503	MARLENE REITER KRAMER	15.02.2005	15.02.2015
29220	2015	07.05.2015	2015/05/003529	CARLOS AIRTON GUERNER	03.04.2005	03.04.2015
29223	2015	07.05.2015	2015/05/003535	GIOVANA DESCHAMPS KNOPF	06.04.2005	06.04.2015
29231	2015	11.05.2015	2015/05/003599	MARLENE ROCHA	09.10.2004	09.10.2014
29246	2015	14.05.2015	2015/05/003697	DENISE TERESINHA VICENTINI	11.03.2005	11.03.2015
29248	2015	14.05.2015	2015/05/003707	KATIA LUCIA BRASIL PINTARELLI	29.04.2005	29.04.2015
29250	2015	15.05.2015	2015/05/003724	ADEMAR KURTH	17.11.2003	17.11.2013
29257	2015	19.05.2015	2015/05/003788	HUMBERTO LUIZ MICHELLI	17.05.2005	17.05.2015
29273	2015	22.05.2015	2015/05/003875	NELI APARECIDA DE SOUZA FORLIN	01.03.2005	01.03.2015
29274	2015	25.05.2015	2015/05/003884	GLAUCO FERREIRA SARDAGNA	24.01.2005	24.01.2015
29280	2015	26.05.2015	2015/05/003921	MARCIA ZIMMER	01.05.2005	01.05.2015
29281	2015	27.05.2015	2015/05/003932	JOÃO MIGUEL PETRY	17.01.2005	17.01.2015
29284	2015	28.05.2015	2015/05/003951	SANDRA REGINA ROSA DA COSTA	06.02.2005	06.02.2015

Blumenau, 29 de maio de 2015.
RONALDO ROGERIO WAN-DALL
Secretário Municipal de Administração

ATOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Nº 191/2015**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 191**

RONALDO ROGERIO WAL-DALL, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
29216/2015	ALETHEIA FERNANDA BERNARDINO DE MELLO GR	Auxiliar de Consult. Dentário	20/04/2015
29216/2015	ALEXANDRA FRANZ	Professor - 20 Horas (QP)	21/04/2015
29216/2015	ALVACYR GONCALVES ROBAINA	Médico - 40 Horas	01/04/2015
29216/2015	ANDRE LUIZ FELDENS	Técnico em Enfermagem	14/04/2015
29216/2015	ANDREIA GESSER	Técnico em Higiene Dental	07/04/2015
29216/2015	ANDRESSA KAER PINHEIRO	Nutricionista	21/04/2015
29216/2015	ANELIZE MEIRE SCHULZ	Educador Social	26/04/2015
29216/2015	ARACELY DE OLIVEIRA XAVIER	Técnico em Enfermagem	11/04/2015
29216/2015	CAMILA PEREIRA DA SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	21/04/2015
29216/2015	CRISTINA BUCHHORN DA SILVA	Auxiliar de Consult. Dentário	04/04/2015
29216/2015	DARCI ALFREDO TOBIAS JUNIOR	Educador Social	26/04/2015
29216/2015	DOROTILDES TEREZINHA AFONSO BARBOSA	Técnico em Enfermagem	12/04/2015
29216/2015	ELESSANDRA BIONDES DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	26/04/2015
29216/2015	ELIO FUCK	Engenheiro Civil	03/04/2015
29216/2015	ELISABETE MARCIA RAUCH	Professor - 40 Horas (QP)	11/04/2015
29216/2015	FABIANA COELHO RIECHEL GONZALEZ KLEIN	Fonoaudiólogo	11/04/2015
29216/2015	FABIANE DOS SANTOS GONCALVES	Professor - 40 Horas (QP)	23/04/2015
29216/2015	GENESIO FRANCISCO DOS SANTOS	Professor - 20 Horas (QP)	24/04/2015
29216/2015	GRACIELA SCHMITT	Educador Social	19/04/2015
29216/2015	GRAZIELA PEREIRA	Auxiliar de Consult. Dentário	13/04/2015
29216/2015	ISRAEL RODRIGO DE COL MEDEIROS	Técnico em Enfermagem	04/04/2015
29216/2015	JAISON SAMUEL SILVEIRA	Motorista	13/04/2015
29216/2015	JAKELINE DANIELA HOFFMANN PITZ	Professor - 40 Horas (QP)	11/04/2015
29216/2015	JANAINA GONCALVES DE JESUS	Cirurgião Dentista - 20 Horas	06/04/2015
29216/2015	JEANE DE SOUZA SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	04/04/2015
29216/2015	JOSE APARECIDO CLEMENTINO	Motorista	16/04/2015
29216/2015	JOSE ROBSON BAMBINETI DA ROCHA	Educador Social	20/04/2015
29216/2015	JULIANA VOLPI HERTEL	Coordenador Pedag. (40H)	02/04/2015
29216/2015	LAWRENCE SILVA CAMPOS	Engenheiro Civil	09/04/2015
29216/2015	LETICIA FURLANI BODANESE	Psicólogo	08/04/2015
29216/2015	LUCINEIA GRAHL BERG	Auxiliar de Consult. Dentário	26/04/2015
29216/2015	MARCOS AURELIO DIAS	Agente de Defesa Civil	23/04/2015
29216/2015	MARIA FATIMA DE OLIVEIRA PAES LEME	Professor - 40 Horas (QP)	23/04/2015
29216/2015	MARISE DA SILVA	Professor - 40 Horas (QP)	26/04/2015
29216/2015	REGINA DE OLIVEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	05/04/2015
29216/2015	REINALDO JACQUES	Educador Social	21/04/2015
29216/2015	ROSANA SOLANGE GOETTEN	Coordenador Pedag. (40H)	05/04/2015
29216/2015	ROSELIA FORQUIM BARBOSA	Professor - 40 Horas (QP)	17/04/2015
29216/2015	SIDARTA SEVERINO GONCALVES DE CASTRO	Médico - 20 Horas	06/04/2015
29216/2015	SILVANA DE OLIVEIRA FERREIRA	Farmacêutico	13/04/2015
29216/2015	SILVIA MARIA DE OLIVEIRA FOGACA	Professor - 40 Horas (QP)	05/04/2015
29216/2015	VALDECI DOGNINI	Técnico em Enfermagem	02/04/2015

Blumenau, 05 de maio de 2015.

RONALDO ROGERIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 4752/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4752/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANA DENISE SILVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ROSANA DENISE SILVEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00049/15-1, em 15/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Cetil Informática S.A.	01/03/1983 a 20/05/1986
Eficiência Consultoria Planejamento e Serviços Temporários Ltda.	23/06/1986 a 25/06/1986
Prefeitura Municipal de Blumenau	19/03/1987 a 21/02/1994

Totaliza o tempo de 3706 (três mil, setecentos e seis) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 1 (um) mês, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 01757/04/2015.

Blumenau, 23 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4753/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4782/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANUZA VIEIRA MUNIZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de VANUZA VIEIRA MUNIZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Digitador, lotada no SEMUS- Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00043/14-5, em 20/02/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sacy Clube	01/10/1987 a 18/12/1987
Prefeitura Municipal de Blumenau	06/03/1986 a 28/09/1987 14/12/1987 a 31/12/1988 01/01/1989 a 02/08/1994
Contribuinte Individual	01/07/1995 a 30/11/1995 01/02/1996 a 30/09/1996

Totaliza o tempo de 3460 (três mil, quatrocentos e sessenta) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 5 (cinco) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 01773/04/2015.

Blumenau, 8 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4754/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4754/2015

RETIFICA A PORTARIA N.º 4665/2015 QUE CONCEDEU APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUBENS JAEGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO o reajuste salarial de 7,75% (sete vírgula setenta e cinco por cento), conforme Resolução 007/2015, de 27 de março de 2015, do Conselho Universitário da FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, resolve

RETIFICAR,

A Portaria N.º 4730/2015, de 1 de abril de 2015, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição a RUBENS JAEGER, servidor público municipal, aposentado no cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado na FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos integrais e mensais de R\$ 7.180,30 (Sete mil, cento e oitenta reais e trinta centavos), para R\$ 7.736,77 (Sete mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e sete centavos), a partir de 8 de abril de 2015.

Blumenau, 27 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4757/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4757/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
014966	ADAIR JOSE KNOPP SOARES	02/04/2015	24/04/2015
200492	ADRIANA CRISTINA BRAGAGNOLO	15/04/2015	29/04/2015
224740	ADRIANE CAMPREGHER DE SOUSA	03/04/2015	15/05/2015
186988	ALAIDE APARECIDA CARDOSO	01/04/2015	17/04/2015
228262	ALCIONE FUMAGALLI	11/03/2015	24/03/2015
229351	ALEXANDRA DA SILVA WOLF	03/04/2015	18/05/2015
188034	ANDREA PELLEGRINO	23/01/2015	30/06/2015
228673	ANE CAROLINE KARSTEST	27/03/2015	11/05/2015
182338	ANTONIO CESAR DA ROSA	31/03/2015	15/04/2015
145408	CANUTA APARECIDA DO NASCIMENTO	24/03/2015	13/04/2015
177067	CARLA BEATRIZ SCHMITZ DA ROCHA	07/04/2015	22/05/2015
228888	CARLA RAQUEL ESCOBAR SEVERO	29/03/2015	17/04/2015
182834	CASTORINO DAVID DE JESUS	31/03/2015	01/04/2015
187399	CLAUDIO WINTERS STEIL	27/03/2015	08/05/2015
228153	CLARISSA AMELIA PEIXOTO	17/04/2015	15/05/2015
220191	CLEIDE TEREZINHA DE OLIVEIRA	28/03/2015	28/04/2015
217115	CLEUZA ROSECLER NESELLO	02/10/2014	30/06/2015
209970	CRISTIANA NEUHAUS	10/04/2015	24/04/2015
003853	DAVID MEYER	01/04/2015	13/04/2015
222267	ELIAS ALVIM DA SILVA	12/03/2015	31/05/2015
206598	EMMA EMILIA ZIMMERMANN	03/04/2015	24/07/2015
229731	EUSA MARIA JUNQUEIRA BOHMANN	04/04/2015	15/05/2015
219088	EVALDO DE OLIVEIRA	27/03/2015	07/05/2015
208396	FABIA DENISE DOMINGOS	07/04/2015	17/04/2015
228235	FERNANDA APARECIDA DE MELO	02/04/2015	17/04/2015
229376	FERNANDA LETICIA REITER	01/04/2015	19/06/2015
178047	GEOVANA ALZIRA HILLESHEIM HENNING	13/04/2015	03/06/2015
013951	GILSON JOSE VOLTOLINI	01/04/2015	15/05/2015
137430	HELENA CARMEN FLORIANI	31/03/2015	15/05/2015
184993	HILDA FRANCISCO	03/04/2015	24/04/2015
210307	IRDE TERESINHA DAMO	07/04/2015	22/05/2015
150906	IVONETE CAVALHEIRO DA SILVA	07/04/2015	22/05/2015
206121	IVONETE DA SILVA CE	01/04/2015	27/05/2015
225738	IZABEL DE FATIMA ROSISKA CARESSATO	01/04/2015	23/04/2015
201200	JAILA PENAFORTE	31/03/2015	27/04/2015
208310	JANICE VIGARANI CABRAL E SILVA	07/04/2015	24/04/2015
157562	JOAO BONIFACIO DA SILVA	14/04/2015	31/05/2015
157562	JOAO BONIFACIO DA SILVA	03/04/2015	08/04/2015
229994	JOAO CRISTIANO ODORIZZI	13/03/2015	30/04/2015
194743	JOZI TEREZINHA MARQUES	02/04/2015	14/06/2015
230180	LORENA PENHA ALMEIDA	13/04/2015	28/04/2015
181021	LUCIA BATISTA	07/02/2015	30/06/2015
197220	LUCIA CRESTANI SELL	23/04/2015	30/04/2015
152293	LUIZ OTAVIO DE OLIVEIRA	29/03/2015	03/06/2015
205982	LUZIA MATYSZIM	10/04/2015	26/05/2015
170917	MARA BAPTISTA SOARES DE MEDEIROS	04/04/2015	30/04/2015
131997	MARA LUCIA BEZERRA ALLEIN	08/04/2015	13/04/2015
217271	MARGARET HELENA DA SILVA JULIAO	07/04/2015	30/04/2015
206725	MARIA DE LOURDES LIMA	28/03/2015	02/04/2015
206342	MARIA DOS PRAZERES FIRMO	23/04/2015	08/05/2015
199109	MARIA GERTRUDES SOARES	17/04/2015	30/04/2015
139700	MARIA ISABEL OCHNER BUCCI	07/04/2015	22/05/2015
207195	MARIA LUCILDE CARDOSO MACEDO	05/04/2015	18/08/2015
141267	MARIA MARGARETE DOMINGUES DOS SANTOS	01/04/2015	12/06/2015
173347	MARIA TERESA PRADE FRONZA	24/03/2015	01/04/2015
230047	MARIANA LUDWIG	14/04/2015	30/04/2015
180610	MARILENE ROZAR	09/04/2015	24/04/2015
218740	MARLEI APARECIDA DA SILVA FRANCENER	21/04/2015	05/05/2015
192732	MARLENE LEUNIDA PAULO	02/04/2015	15/05/2015
203467	NELIA MARIA SOARES DA SILVA	02/04/2015	15/05/2015
138533	NEUSA MARIA FIDELIX DE MORAES	24/03/2015	28/03/2015
000317	NILCE HELENE NETTO	08/04/2015	01/07/2015
190322	NILSON DA SILVA	10/03/2015	13/04/2015

000194	NORMA WANKA	11/04/2015	24/04/2015
000282	ODETE CRISTINA CARDOSO CARRARO	10/04/2015	15/05/2015
117196	PATRICIA LONGO	21/04/2015	22/05/2015
230059	RAQUEL FERREIRA RIBEIRO REMUS	31/03/2015	24/04/2015
229199	REGIANE MARIA BUSNARDO HILLE	24/04/2015	08/05/2015
009873	ROBERTO SEVERIANO FELSKI	31/03/2015	17/05/2015
201073	ROSANA PIMPAO AMARAL	09/04/2015	24/04/2015
212466	ROSANE BALLMANN	16/04/2015	30/04/2015
171271	ROSANGELA MADRUGA UMBELINO	11/04/2015	26/06/2015
004019	ROSANGELA SLOBODA	31/03/2015	02/04/2015
192457	ROSELI DE MEDEIROS DA SILVA	27/03/2015	24/04/2015
182877	ROSELI SANTOS DE LIMA	07/04/2015	24/04/2015
211877	ROSEMARI TERESINHA HOFSCHEIDER	07/04/2015	24/04/2015
229759	ROSIMERE DA SILVA	01/04/2015	15/04/2015
108332	SALUA MARIA CURI	04/04/2015	19/05/2015
116360	SANDRA REGINA DE ZUTTER	15/04/2015	29/05/2015
160750	SERGIO LUIZ ROMUALDO	17/03/2015	15/04/2015
219266	SILVANA SCHMITT DAHLKE	17/04/2015	29/05/2015
229241	SILVIA RAQUEL NOGUEIRA CALIXTO	05/04/2015	10/04/2015
001695	SOLANGE GARCIA	28/03/2015	15/06/2015
209996	SONIA MARIA FRANZEN	02/04/2015	02/04/2015
209996	SONIA MARIA FRANZEN	22/04/2015	23/04/2015
000961	SONIA MARIA ZIMMERMANN	30/04/2015	15/05/2015
224600	SONIA SUELI EBEL	29/03/2015	06/04/2015
191736	TANIA BENTA MATTEUSSI	15/04/2015	30/04/2015
121746	TANIA MARIA MARTINS MILESKI	22/04/2015	03/07/2015
228656	TARCISIO EDUARDO RADUENZ	08/04/2015	22/05/2015
229468	TATIANE THAISE LEITIS	14/04/2015	28/04/2015
203440	TECLA WERNKE PEREIRA	24/04/2015	14/05/2015
187313	VADIR PEDRO MACHADO	31/03/2015	14/04/2015
204765	WILMA DRAEGER	14/04/2015	03/06/2015

Blumenau, 27 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4761/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4761/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA REGINA DE ZUTTER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SANDRA REGINA DE ZUTTER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00085/14-0, em 24/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Souza Cruz S.A.	15/02/1979 a 13/07/1979
Baronato Corretora de Seguros Ltda. S/C	17/09/1982 a 30/04/1983
SERVICRED – Serviços de Crédito Cobrança e Processamento de Dados S.A.	01/05/1983 a 31/12/1983 01/01/1984 a 18/06/1985
Prefeitura Municipal de Blumenau	29/02/1988 a 21/02/1994

Totaliza o tempo de 3339 (três mil, trezentos e trinta e nove) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 1 (um) mês, e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Processo n.º 01786/04/2015.

Blumenau, 29 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4764/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4764/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA CLARICE DE SOUZA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA CLARICE DE SOUZA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00401/14-9, em 02/12/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Supermercados Theiss Ltda. – ME	08/01/1981 a 16/09/1981
Nélson Silveira	01/11/1981 a 30/06/1982
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística Ltda.	01/07/1983 a 31/01/1984
DILIBRA Distribuidora de Livros Brasil Ltda.	13/03/1984 a 06/09/1984
Prefeitura Municipal de Blumenau	03/12/1984 a 23/06/1994

Totaliza o tempo de 4369 (quatro mil, trezentos e sessenta e nove) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 11 (meses) meses, e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Processo n.º 01809/05/2015.

Blumenau, 29 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4765/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4765/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERA LUCIA KLOCK BERKENBROCK.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 73-B, incisos I, II, e III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 568, de 20 de fevereiro de 2006, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar nº 839, de 19 dezembro de 2011, e artigo 3.º, incisos I, II, e III, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

VERA LUCIA KLOCK BERKENBROCK, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de 3.531,79 (Três mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos), a partir de 4 de maio de 2015, conforme Processo n.º 01732/04/2015.

Blumenau, 29 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4767/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4767/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE BEATRIZ BIAVATTI GROHS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARILENE BEATRIZ BIAVATTI GROHS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 088/2015, de 20/01/2015, expedida pelo IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, prestado à Secretaria de Estado da Educação, nos períodos de 20/04/1982 a 20/08/1982, 23/08/1982 a 21/12/1982, 08/03/1983 a 08/06/1983, 20/06/1983 a 20/06/1984, 29/08/1984 a 14/12/1984, e 21/05/1985 a 31/12/1988, um total de 2113 (dois mil, cento e treze) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 9 (nove) meses, e 18 (dezoito) dias, conforme Processo n.º 01788/04/2015.

Blumenau, 29 de abril de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4768/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4768/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE BEATRIZ BIAVATTI GROHS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARILENE BEATRIZ BIAVATTI GROHS, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico

Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00047/15-9, em 14/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Comunidade Evangélica Luterana de Jaraguá do Sul	22/02/1989 a 09/04/1989
Associação Guaramirense de Ensino	13/02/1989 a 03/02/1993 01/06/1993 a 02/02/1994
Prefeitura Municipal de Guaramirim	07/02/1994 a 31/12/1994 06/02/1995 a 08/02/1996 12/02/1996 a 31/12/1996
SESI - Serviço Social da Indústria	15/09/1994 a 28/02/1995
Instituto Educacional Jangada S/S Ltda. – ME	01/03/1996 a 27/01/1997
Secretaria do Estado da Educação	02/06/1997 a 02/09/1997 11/04/1997 a 03/06/1997 06/10/1997 a 30/12/1997 02/02/1998 a 30/12/1998

Totaliza o tempo de 3342 (três mil, trezentos e quarenta e dois) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 1 (um) mês, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 01788/04/2015.

Blumenau, 29 de abril de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4771/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4771/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 6 DE MAIO DE 2015 ÀS 9H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dr. THOMAZ PEREIRA SPERB, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado no ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que

se reunirá no dia 6 de maio de 2015, às 9h30min.

Blumenau, 30 de abril de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4781/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4781/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RUTH KRIEGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 108, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

RUTH KRIEGER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal da Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.440,74 (Dois mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos), a partir de 11 de maio de 2015, conforme Processo n.º 01810/05/2015.

Blumenau, 8 de maio de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4783/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4783/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANDA CRISTINA DAEUBLE GIRARDI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 61, 62, 63, 99, 104, anexos I, e V, e 114, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, com redação alterada pela Lei Complementar n.º 839, de 19 de dezembro de 2011, e artigo 6º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

VANDA CRISTINA DAEUBLE GIRARDI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.490,48 (Quatro mil,

quatrocentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), a partir de 11 de maio de 2015, conforme Processo nº 01690/04/2015.

Blumenau, 11 de maio de 2015.
ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4784/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4784/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA URÂNIA ALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARIA URÂNIA ALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00282/14-0, em 11/02/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
SESNI - Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu	01/08/1991 a 18/07/2003
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	22/10/2003 a 31/01/2004
SEARA – Sociedade de Educação e Assistência Realengo	01/03/2005 a 15/07/2011

Totaliza o tempo de 6792 (seis mil, setecentos e noventa e dois) dias, correspondente a 18 (dezoito) anos, 7 (sete) meses, e 12 (doze) dias, conforme Processo n.º 01824/05/2015.

Blumenau, 11 de maio de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4785/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4785/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RITA DE CASSIA NUERNBERG ROSSA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de RITA DE CASSIA NUERNBERG ROSSA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor,

lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20721001.1.00004/97-8, em 07/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Prefeitura Municipal de Joinville	01/03/1978 a 01/08/1980
Prefeitura Municipal de Blumenau	15/02/1982 a 05/02/1995 22/08/1997 a 20/12/1997 02/02/1998 a 21/12/1998

Totaliza o tempo de 6061 (seis mil, sessenta e um) dias, correspondente a 16 (dezesseis) anos, 7 (sete) meses, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 01843/05/2015.

Blumenau, 11 de maio de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4786/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4786/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL IVO ROGÉRIO CORDEIRO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de IVO ROGÉRIO CORDEIRO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021120.1.00004/15-7, em 29/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Gunter Hermann Horst Koczorski	01/04/1977 a 31/07/1978 01/09/1978 a 05/07/1980
Escala Escritório Técnico de Projetos e Engenharia Ltda.	17/03/1981 a 08/01/1982
Prefeitura Municipal de Blumenau	08/03/1982 a 05/06/1995

Totaliza o tempo de 6290 (seis mil, duzentos e noventa) dias, correspondente a 17 (dezessete) anos, 2 (dois) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 01859/05/2015.

Blumenau, 13 de maio de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4787/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4787/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE VIEIRA DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SIMONE VIEIRA DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00046/15-2, em 10/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Sociedade Divina Providência	01/03/1984 a 18/02/1991
Prefeitura Municipal de Blumenau	02/05/1989 a 30/09/1990

Totaliza o tempo de 2538 (dois mil, quinhentos e trinta e oito) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 11 (onze) meses, e 18 (dezoito) dias, conforme Processo n.º 01851/05/2015.

Blumenau, 13 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4788/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4788/2015

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GERALDO RABELLO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA,

De acordo com os artigos 4.º, inciso II, § 5.º, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 7.º, § 1.º, do mesmo diploma legal, com redação determinada pelo § 1.º, da Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, artigos 2º, inciso I, anexo I, 54 e 64, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso II, e 3º, da Constituição Federal, com redações determinadas pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, a

GERALDO RABELLO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 830,38 (Oitocentos e trinta reais e trinta e oito centavos), a partir 11 de maio de 2015, conforme Processo n.º 01860/05/2015.

Blumenau, 15 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4789/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4789/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VALQUIRIA BRODWOLF NONES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de VALQUIRIA BRODWOLF NONES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotada na FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00082/07-8, em 11/06/2007, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.	05/11/1984 a 03/01/1985
Ficred Assessoria Seguros e Representações Ltda.	01/03/1985 a 06/08/1985
Heins Roberto Lombardi	13/08/1985 a 11/03/1987
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau	22/08/1988 a 28/02/1993
Sociedade Blumenauense de Ensino Superior Ltda.	01/08/2006 a 31/01/2007

Totaliza o tempo de 2628 (dois mil, seiscentos e vinte e oito) dias, correspondente a 7 (sete) anos, 2 (dois) meses, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 01871/05/2015.

Blumenau, 18 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4790/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4790/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE,

Nos termos dos artigos 14, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, às servidoras públicas municipais:

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
199192	APOLYANA KLING BORCHARDT	29/04/2015	26/08/2015
002265	GIOVANI ZANELLA	07/05/2015	03/09/2015
230217	JOSIELMA DE FATIMA DE OLIVEIRA DE AMARAL	13/05/2015	09/09/2015
228628	PATRICIA CRISTIAE GOES JERONYMO	04/05/2015	31/08/2015
229438	PATRICIA DAMAS POLHEIM	02/05/2015	29/08/2015

Blumenau, 18 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4791/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4791/2015

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

Nos termos dos artigos 9.º, § único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000:

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
211915	ADRIANA APARECIDA SANTOS	09/05/2015	10/06/2015
186988	ALAIDE APARECIDA CARDOSO	07/05/2015	22/05/2015
009373	AMANDA CRISTINA BLANKENBURG	14/05/2015	06/07/2015
228469	ANA LUIZA ZABEL	29/04/2015	21/05/2015
106380	ANA MARIA CORREA	13/05/2015	03/07/2015
222747	ANAILDA DE FATIMA DA SILVA	01/05/2015	08/05/2015
223280	ANDREA DE DEUS SCHMITT	16/04/2015	12/06/2015
228465	ANDREZA RENATE ROCHA DA COSTA	13/05/2015	28/05/2015
182338	ANTONIO CESAR DA ROSA	01/05/2015	03/06/2015
142840	ANTONIO LUIZ DA SILVA PINTO	28/04/2015	12/06/2015
203815	BERNADETE HAUSMANN	09/05/2015	19/06/2015
212636	CACILDA RAIMUNDO DA SILVA	14/05/2015	19/06/2015
214485	ERENICE RIBEIRO CONRADO	13/05/2015	29/05/2015
184870	EVELYN CARLI	30/04/2015	12/06/2015
139742	GENI BUENO CARDOSO SCHMITT	01/05/2015	06/05/2015
171433	IRENE DA SILVA MACHADO	12/05/2015	14/05/2015
208930	IVO SCHORK	07/04/2015	13/05/2015
010561	JOSE JACQUES ZEITOUNE	08/05/2015	03/07/2015
229114	LUCIANA MARA DA SILVA	08/05/2015	14/05/2015
000060	MAGALI ROSANE WERNER MOHR	08/05/2015	19/06/2015
196649	MARCIA REGINA FEHRLE	28/04/2015	02/06/2015
210620	MARCIA TERESINHA BLATT	28/03/2015	14/06/2015
079642	MARGARET DIAS DO NASCIMENTO	13/05/2015	03/07/2015
178730	MARIA ANTONIA DO NASCIMENTO	01/05/2015	19/06/2015
229544	MARIA APARECIDA POLICARPO DOS SANTOS	09/05/2015	10/06/2015
190845	MARIA SALETE MAIER	06/05/2015	22/06/2015
206083	MARILDE VICENTE	05/05/2015	05/07/2015
174904	MARILU TERESA KRAUSE	14/05/2015	05/06/2015

212326	MARLISE ANTUNES	22/04/2015	31/07/2015
000399	MATILDE RIBEIRO RAMOS DE AGUIAR	13/05/2015	28/08/2015
006063	MELITA BONA	09/05/2015	24/07/2015
229435	MORGANA SUZAN ZABEL SPUDELT	30/04/2015	12/06/2015
193364	NAIR WESTPHAL	26/03/2015	12/06/2015
229514	NEUSA VIRGINIA SCHMITT	04/05/2015	15/06/2015
212318	OLINDA DE FATIMA CORREA JENDIK	08/05/2015	30/05/2015
198463	OLISMARIA GLORIA NERY HAENDCHEN	15/05/2015	19/06/2015
218316	OSNI LANA	13/05/2015	27/06/2015
000183	REGINA BALMANN	02/03/2015	22/05/2015
229014	ROSALINA JULIA CORREA SANTOS	28/04/2015	29/05/2015
191256	ROSANE SALVADOR RODRIGUES	12/05/2015	05/06/2015
229452	SALVELI TERESINHA BOOL BARCELOS	07/05/2015	22/05/2015
002297	SERGIO LUIZ PEREIRA	08/05/2015	22/05/2015
202070	SIMONE RAIMUNDI FRIEDEL	26/04/2015	08/05/2015
230255	SIMONE SOARES	13/05/2015	12/06/2015
209996	SONIA MARIA FRANZEN	09/05/2015	22/06/2015
187852	SONIA MARIA GARCIA	15/05/2015	19/06/2015
214051	SONIA REGINA CORDEIRO	09/05/2015	22/05/2015
225959	VANDA CARDOSO BOBELLO	02/05/2015	15/05/2015
229034	VERA LUCIA DA CUNHA RUFINO	13/05/2015	17/05/2015
112437	VERONICA BATSCHAUER	15/05/2015	05/06/2015
206032	ZILMA GOEDERT LONGEN	28/04/2015	26/06/2015

Blumenau, 18 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4792/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4792/2015

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO ATRAVÉS DAS PORTARIAS N.ºS 4726/2015 4757/2015 e 4758/2015.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA,

CADASTRO	NOME	INICIO	TERMINO
002368	ADRIANA CORREA NUNES FERRARI	01/05/2015	03/06/2015
228673	ANE CAROLINE KARSTEST	12/05/2015	03/07/2015
204838	ARLEI RENI BORELLA	01/05/2015	09/07/2015
229434	CARLA REITZ SOARES	07/05/2015	03/07/2015
229782	CARLA TANCON	29/03/2015	26/06/2015
209970	CRISTIANA NEUHAUS	25/04/2015	03/06/2015
228340	DANIELA TORRI	09/05/2015	17/07/2015
192244	ELIANA MARIA DE AMORIM	07/02/2015	19/06/2015
228392	GISELE LUCIANI	25/04/2015	31/07/2015
210528	ISOLDE KRUEGER COELHO	25/04/2015	12/06/2015
207969	IVAN OLIANI	25/04/2015	27/07/2015
201200	JAILA PENAFORTE	28/04/2015	28/05/2015
196045	JANE ELISA CALZADO DA ROCHA	09/05/2015	08/07/2015
220221	JAQUELINE RAMLOW	06/05/2015	03/08/2015
229994	JOÃO CRISTIANO ODORIZZI	01/05/2015	29/06/2015
229049	LIGIA BORGES DE JESUS	01/01/2015	30/04/2015
218944	LILIAN ROSI GERTNER DA SILVA STEIN	16/05/2015	30/06/2015
003760	LUIZ ARALDI	23/04/2015	03/05/2015
155675	MARA RUBIA SILVA	09/05/2015	31/07/2015
199109	MARIA GERTRUDES SOARES	01/05/2015	29/05/2015
229801	MARIA IVANETE BRINK FOPPA	09/05/2015	05/06/2015
155527	MARIA KATIA DA CUNHA MELLO	09/05/2015	26/06/2015
230047	MARIANA LUDWIG	01/05/2015	31/07/2015
180610	MARILENE ROZAR	25/04/2015	19/06/2015

227659	MARLENE WESSNER	01/05/2015	09/06/2015
204994	MARLISE RAVISSA SILVA	13/05/2015	12/06/2015
195839	PATRICIA MARTINS LARGURA	09/05/2015	12/06/2015
230059	RAQUEL FERREIRA RIBEIRO REMUS	25/04/2015	26/05/2015
086630	ROMILDA RAUTENBERG	01/05/2015	13/05/2015
201073	ROSANA PIMPÃO AMARAL	25/04/2015	07/05/2015
192457	ROSELI DE MEDEIROS DA SILVA	25/04/2015	22/05/2015
182877	ROSELI SANTOS DE LIMA	25/04/2015	07/05/2015
211877	ROSEMARI TERESINHA HOFSCHEIDER	25/04/2015	27/05/2015
229025	RUTE LUCAS DE ARAUJO	01/05/2015	08/06/2015
229484	RUTH DE SOUZA E SILVA	05/05/2015	12/05/2015
192570	SUELY INES AVI MITTAG	12/05/2015	15/07/2015
229895	SUZETTE SANTOS GONÇALVES	30/04/2015	30/04/2015
229860	TALITHA VERGARA	16/05/2015	12/06/2015
203440	TECLA WERNKE PEREIRA	15/05/2015	17/07/2015
144533	UYARA RUBIA RYCERZ	25/04/2015	26/05/2015
186368	VALDELICE ANGELO MASO	01/05/2015	24/06/2015
000365	VALENTIM CARLOS ANTUNES	03/05/2015	29/06/2015
105252	VALTRUDES LORENTIINO BABEL	05/05/2015	15/06/2015
196916	WALKIRIA MADALENA SEDREZ SCABURRI	21/04/2015	05/05/2015

Blumenau, 18 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4793/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4793/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA REGINA ALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de SANDRA REGINA ALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00408/14-3, em 05/12/2014, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Clarim Comunicação Ltda.	16/08/1982 a 09/01/1983
3º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos de Blumenau	04/04/1983 a 20/06/1983
Prefeitura Municipal de Blumenau	25/02/1985 a 02/03/1988 20/02/1990 a 30/04/1990
SESI – Serviço Social da Indústria	23/02/1986 a 12/03/1988

Totaliza o tempo de 1405 (mil, quatrocentos e cinco) dias, correspondente a 3 (três) anos, 10 (dez) meses, e 10 (dez) dias, conforme Processo n.º 01882/05/2015.

Blumenau, 18 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4794/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4794/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARISA REGINA WEBER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MARISA REGINA WEBER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00028/15-4, em 12/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Fabi Comércio de Disco Ltda.	08/12/1981 a 31/01/1982
A Faoro Cia. Ltda. – ME	10/12/1982 a 10/02/1983
Lojas Hering S.A.	02/04/1984 a 02/05/1985
Banco Bradesco S.A.	10/05/1985 a 28/12/1989
Prefeitura Municipal de Blumenau	12/02/1997 a 20/12/1997 16/02/1998 a 21/12/1998 01/03/1999 a 21/12/1999 22/02/2000 a 22/12/2000 14/02/2001 a 19/12/2001 21/02/2002 a 04/06/2002

Totaliza o tempo de 3841 (três mil, oitocentos e quarenta e um) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 6 (seis) meses, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 01893/05*/2015.

Blumenau, 19 de maio de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4795/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4795/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ VILSON BERTOLDI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOSÉ VILSON BERTOLDI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Sistema Júnior, lotado no SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00117/11-4, em 21/07/2011, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
BRADESCO - Banco Brasileiro de Descontos S.A.	10/02/1977 a 13/05/1981
BANERJ - Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.	18/05/1981 a 26/02/1996

Totaliza o tempo de 6948 (seis mil, novecentos e quarenta e oito) dias, correspondente a 19 (dezenove) anos, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 01900/05/2015.

Blumenau, 20 de maio de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4796/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4796/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA A ADEMIR RODRIGUES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA,

De acordo com os artigos 17, e 18, inciso I, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, com redação determinada pela Lei Complementar n.º 479, de 29 de setembro de 2004, e artigo 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ADEMIR RODRIGUES, cônjuge de VELAMARI ANA MOTTA RODRIGUES, servidora pública municipal aposentada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 16 de maio de 2015, devendo perceber, mensalmente, o valor de R\$ 2.348,05 (Dois mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), a contar da data do óbito.

Blumenau, 20 de maio de 2015.

ELÓI BARNI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4797/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4797/2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 22 DE MAIO DE 2015 ÀS 13H30MIN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria N.º 17.031, 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. LETÍCIA BENITES COLVARA,

servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, Dra. GIOVANA ELENIR MERINI DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 22 de maio de 2015, às 13h30min.

Blumenau, 21 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4798/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4798/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JORGE LUIS KLUEGER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JORGE LUIS KLUEGER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Secretaria Municipal de Administração, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021040.1.00029/15-0, em 13/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Conti Verde Vale Agropecuária Ltda.	01/09/1976 a 21/08/1980
Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S.A.	02/02/1981 a 27/11/1984
Cia. de Cigarros Souza Cruz	29/01/1986 a 28/06/1986 23/01/1987 a 30/06/1987 14/12/1987 a 11/01/1991
Obra Kolping Estadual de Santa Catarina	01/09/1991 a 13/03/1995
Contribuinte Individual	01/06/2011 a 30/06/2011

Totaliza o tempo de 5601 (cinco mil, seiscentos e um) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 4 (quatro) meses, e 6 (seis) dias, conforme Processo n.º 01912/05/2015.

Blumenau, 21 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4799/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4799/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ LINO MARQUES LIMA FILHO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de JOSÉ LINO MARQUES LIMA FILHO, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Fundação Cultural de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00073/15-0, em 21/05/2015, prestado à Prefeitura Municipal de Blumenau, nos períodos de 02/03/1976 a 14/12/1981, e 01/08/1982 a 30/04/1990, um total de 4938 (quatro mil, novecentos e trinta e oito) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 6 (seis) meses, e 13 (treze) dias, conforme Processo n.º 01917/05/2015.

Blumenau, 21 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4800/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4800/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de AUGUSTA RODRIGUES DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00055/15-1, em 22/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Laboral Trabalho Temporário Ltda.	25/11/1996 a 22/02/1997
Fundação Hospitalar de Blumenau	11/04/1997 a 10/03/1999
Contribuinte Individual	01/09/2014 a 30/09/2014

Totaliza o tempo de 818 (oitocentos e dezoito) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 2 (dois) meses, e 28 (vinte e oito) dias,

conforme Processo n.º 01723/04/2015.

Blumenau, 25 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4801/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4801/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAURIZELI RIBEIRO GONÇALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MAURIZELI RIBEIRO GONÇALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 1337/2012, de 20/11/2012, expedida pelo IPREV – Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, prestado à Secretaria de Estado da Educação, nos períodos de 12/02/1990 a 30/09/1991, e 21/02/1994 a 14/07/1999, um total de 1836 (mil, oitocentos e trinta e seis) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, e 11 (onze) dias, conforme Processo n.º 01921/05/2015.

Blumenau, 25 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4802/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4802/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MAURIZELI RIBEIRO GONÇALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de MAURIZELI RIBEIRO GONÇALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00063/15-4, em 30/04/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
Joaquim Floriano de Oliveira	02/05/1984 a 11/06/1985 01/02/1986 a 10/06/1986
Estado de São Paulo	27/03/1987 a 08/02/1988 20/06/1988 a 30/06/1988 01/07/1988 a 06/07/1988 05/08/1988 a 30/11/1988 13/09/1989 a 12/02/1990
Banco do Brasil S.A.	30/11/1988 a 10/05/1989
Estado de Santa Catarina	18/02/1991 a 26/07/1991 27/07/1991 a 31/12/1991 13/02/1992 a 31/12/1992 10/02/1993 a 31/12/1993

Totaliza o tempo de 2267 (dois mil, duzentos e sessenta e sete) dias, correspondente a 6 (seis) anos, 2 (dois) meses, e 17 (dezesete) dias, conforme Processo n.º 01921/05/2015.

Blumenau, 25 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4803/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4803/2015

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ARNO MULLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

De acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

A favor de ARNO MULLER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00075/15-2, em 25/05/2015, prestado às seguintes entidades:

Empresa	Período
TEKA Tecelagem Kuehnrich S.A.	02/02/1979 a 18/04/1986
Contribuinte Individual	01/11/1987 a 31/07/1988 01/08/1988 a 31/10/1991
FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau	15/10/1991 a 08/05/1996

Totaliza o tempo de 5740 (cinco mil, setecentos e quarenta) dias, correspondente a 15 (quinze) anos, 8 (oito) meses, e 25 (vinte e cinco) dias, conforme Processo n.º 01938/05/2015.

Blumenau, 26 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 4804/2015 - ISSBLU

PORTARIA N.º 4804/2015

CONCEDE PENSÃO VITALÍCIA À ANA MARIA SEDREZ HOFFMANN E TEMPORÁRIA A GABRIEL RODRIGO HOFFMANN E ROGÉRIO RODRIGO HOFFMANN JÚNIOR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 17.031, de 11 de junho de 2013, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, promulgada em 22 de dezembro de 2000, resolve:

CONCEDER PENSÃO VITALÍCIA E TEMPORÁRIA,

De acordo com os artigos 17, §§ 1º, e 2º, e 18, incisos I, alínea "a", e II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso II, do mesmo diploma legal, com redações determinadas pelas Leis Complementares nos 479, de 29 de setembro de 2004, e 758, de 15 de junho de 2010, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ANA MARIA SEDREZ HOFFMANN, cônjuge, e GABRIEL RODRIGO HOFFMANN e ROGÉRIO RODRIGO HOFFMANN, filhos menores de ROGÉRIO RODRIGO HOFFMANN, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Laboratório – Maquetaria, lotado na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecido em 17 de maio de 2015, devendo perceber cada beneficiário da pensão temporária o correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) dos proventos, no valor de R\$ 617,11 (Seiscentos e dezessete reais e onze centavos), até completarem a maioria, e a beneficiária da pensão vitalícia, o correspondente a 50% (cinquenta por cento), dos proventos, no valor de R\$ 1.234,21 (Mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos), totalizando R\$ 2.468,43 (Dois mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos), a contar da data do óbito, conforme Processo nº 01916/05/2015.

Blumenau, 26 de maio de 2015.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº001-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por sua Presidente da Câmara Municipal Sra. Janiara Keller Ceccon, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 14:00 horas do dia 16 de Junho de 2015, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial-Registro de Preços, tendo como objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Agenciamento de Passagens Aéreas da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. Obtenção dos Editais e informações, na Secretaria da Câmara de vereadores, sita a Rua Irmão Ambrósio nº 120, Centro, Bom Jesus do Oeste, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Fone (49) 3323-0123. Ou no email: vereadores@bomjesusdoeste.sc.gov.br

Bom Jesus do oeste -SC, 02 de junho de 2015.

JANIRA KELLER CECCON

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

LEI MUNICIPAL Nº 967/2015

LEI MUNICIPAL Nº 967/15, de 02 de Junho de 2015.

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE BENS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a CÂMARA DE VEREADORES votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, amparado pelo Decreto 4452/14 - Regulamento de Gestão de Patrimônio Público Municipal no seu Item 19.2.2 e sub-item 19.2.2.4, baixar como BEM INSERVIVEL IRRECUPERAVEL, os bens móveis dados como inservíveis e que integram o Patrimônio Público Municipal, abaixo relacionados e identificados:

PATRIMONIO Nº	DESCRIÇÃO DO BEM PATRIMONIAL	VALOR R\$			
94	CADEIRAS DE MADEIRA COM ARMAÇÃO DE FERRO	10,00			
152	ESTANTE EM MADEIRA TRABALHADA COM 6 PORTAS VERTICAIS E 2 PORTAS HORIZONTAIS	520,00			
224	CARTEIRAS ESCOLARES	30,00			
297	CADEIRA FIXA EM BALANÇO, ESPALDAR ALTO, ASSENTO ANATÔMICO, BORDAS DE PVC, BANCO INJETÁVEL, ARMAÇÃO COM TUBO DE AÇO, TECIDO VERMELHO	190,50			
301	MÁQUINA DE CALCULAR OLIVETTI LOGOS 692 COM VISTO 12 DÍGITOS	179,50			
326	CADEIRA GIRATÓRIA SEM BRAÇO, COM REGULAGEM DE ALTURA, ARMAÇÃO EM AÇO TUBULAR EM TECIDO VERMELHO	86,00			
328	MÁQUINA DE CALCULAR, LOGOS 682, COM VISOR E 12 DÍGITOS	179,50			
343	CADEIRA GIRATÓRIA SEM BRAÇO, COM REGULAGEM DE ALTURA, ARMAÇÃO EM AÇO TUBULAR, DE COR VERMELHA	86,00			
361	CONJUNTO DE SALA DE ESPERA 3 LUGARES EM TECIDO VERMELHO SEM APOIO	133,50			
391	CADEIRA GIRATÓRIA SEM BRAÇO, COM REGULAGEM DE ALTURA, ARMAÇÃO EM AÇO TUBULAR	86,00			
442	BALANÇA MODELO UD 60071-L	650,00			
508	BANCO DE MADEIRA COM DOIS DEGRAUS	25,00			
648	MAQUINA DE ESCREVER ELETRICA ET PERSONAL 510 II OLIVETTI	350,00			
653	BEBEDOURO DE GARAFAO DE 2 SAIDAS	120,00			
659	BEBEDOURO DE GARRAFAO COM 02 SAIDAS	120,00			
675	IMPRESSORA DESKJET HP 695 COLOR	745,00			
744	ESTABILIZADOR 220/110	53,96			
778	AUTENTICADORA GENERAL B-8900 MAT. 054583	1.000,00			
779	MÁQUINA DE ESCREVER ELETRÔNICA ETP 510	420,00			
819	CADEIRA GIRATORI EM FERRO ESTOFADO EM TECIDO AZUL	75,00			
878	ARQUIVO EM AÇO CINZA 4 GAVETAS CHAVE E PUXADOR EM PLASTICO CROMADO	140,00			
921	MESA PARA PROFESSOR EM FERRO CINZA E MDF CINZA	110,00			

957	IMPRESSORA HP 640 JATO DE TINTA COLOR	448,00			
993	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA	82,00			
1007	NOBREAK 1 KVA BATERIA SELADA	458,00			
1011	CADEIRA GIRATÓRIA S/BRAÇO	129,00			
1022	VÍDEO CASSETE PHILCO 4 CABEÇAS	400,00			
1023	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	20,00			
1033	CADEIRA ADULTO PRETO/IMBUÍ	36,90			
1037	CADEIRA ADULTO PRETO/IMBUÍ	36,90			
1073	CARTEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	28,00			
1104	AR CONDICIONADO 7500 BTU Q/F PARA USO NA SALA DE VACINA	685,00			
1105	MICROCOMPUTADOR DURON 950 MHZ, MEMÓRIA 128 MB, PLACA MÃE C/ PLACA DE VÍDEO 16 MB, PLACA DE SOM, PLACA DE FAX MODEM 56 K, PLACA DE REDE, MONITOR 15" COLOIDO, HD 40,0 GB, MOUSE, GABINETE MINITORRE ATX, DRIVE CD-ROOM 52 X, CX.SOM APLIFICADAS	2.014,93			
1106	ESTABILIZADOR 220/110	53,96			
1117	AQUISIÇÃO SUPORTE MICROONDAS	17,00			
1133	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	30,00			
1134	MONITOR COLOR 15 P 0,28 LG	560,00			
1140	MESA AUXILIAR EM FERRO COM 2 PRATELEIRAS E RODINHAS	30,00			
1255	POLTRONA GIRATÓRIA RELAX ALTO BC	190,00			
1309	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA	20,00			
1310	CADEIRAS TUBO 7/8 380 X390 X10 MM ENCOSTO	51,00			
1344	CADEIRAS TUBO 7/8 380 X390 X10 MM ENCOSTO	51,00			
1407	MESA S/GAVETA 1,20 M BCO/PTO	229,00			
1429	CADEIRA FIXA EM FERRO PRETO ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL	50,00			
1472	MICRO COMPUTADOR COM TECLADO, MONITOR, MOUSE, E IMPRESSORA JATO DE TINTA	2.363,95			
1483	MESA MELAMINICO 1,20X0,67X0,75 EM FERRO	150,00			
1488	CADEIRA FIXA EM TECIDO COM PE DE FERRO	90,00			
1577	ARQUIVO DE AÇO 04 GAVETAS CHAPA 26 CURTO	359,00			
1583	MICROCOMPUTADOR CELEROM 2.53 GHZ, CD ROM	1.629,50			
1588	IMPRESSORA DESKJET EPSON C45	406,00			
1594	IMPRESSORA DESKJET HP 3535	369,00			
1605	IMPRESSO EPSON C45	369,00			
1695	MESA DE PING PONG COMPLETA	445,00			
1699	SELADORA PL US II	870,00			
1731	APARELHO DE AP ROUTER PARA WIRELESS	250,00			
1733	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL	467,00			
1743	RELOGIO PONTO SYSTEM CB6	1.639,00			
1746	IMPRESSORA DE CHEQUES	1.000,00			
1764	MESA OPERADORA TI 730I	380,00			
1775	CADEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	18,00			
1780	CARTEIRA PRE ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	22,00			
1850	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	28,00			
1851	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	30,00			
1853	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	30,00			
1884	CENTRAL DE ALRME PARADOX 738	290,00			
1885	CADEIRA ESCOLAR EM FERRO PRETO E FORMICA BRANCA	30,00			
1887	MAQUINA DE COSTURA GEM16 OVERLOK	400,00			
1920	MICROCOMPUTADOR 2.4 GHZ 256 MB 60GB MONITOR 15"	2770,00			
1950	RELOGIO PONTO SYSTEM BIOMETRICO CB 6	3.248,00			
1961	IMPRESSORA HP 2460	360,00			
1965	IMPRESSORA HP 2460	360,00			
1997	Cadeira giratoria presidente, espuma injetada 7cm de espessura, base a gas, braço corsa, com relax, revestida com tecido polipropileno	398,00			
2049	Relógio Ponto Biométrico	3.248,00			
2050	Relógio Ponto Biométrico	3.248,00			
2108	RELOGIO PONTO SYSTEM CB6	1.850,00			
2155	LAVADORA DE PRESSAO MOTOMIL LM 1700 I	280,00			
2183	CALCULADORA ELETRICA LOGOS OLIVETTI 802 12D	395,00			
2192	CADEIRA FIXA EM FERRO E ASSENTO ESTOFADO EM TECIDO AZUL	60,00			
2207	CENTRAL INTELBRAS 6020 PARA 06 LINHAS E 20 RAMAIS	1.544,00			
2252	CAIXA BAÚ PARA ADAPTAÇÃO NA TRASEIRA DE MOTOCICLETA	140,00			
2444	PC INTEL 4.30 2GB BDR3 HD 500GB WINDOWS XP	900,00			

2588	LAVADORA KARCHER MINIJET	160,00		
2590	IMPRESSORA HP JANTO DE TINTA COM CABO USB	213,99		
2745	MODEM ADSL 2+ INTELBRAS GKM 1220	90,00		
3325	MONITOR AOC 14 POLEGADAS	60,00		
3284	APARELHO DE TELEFONE COM CENTRAL TI 730I INTELBRAS	200,00		
3350	MICROCOMPUTADOR PENTIUM INTEL CORE 2 DUO, CPU 6750 2,66GHZ E SISTEMA OPERACIONAL DE 64 BITS	950,00		
VALOR TOTAL DOS ITENS	43.041,09			

Art. 2º. Fica autorizado a proceder a baixa dos bens abaixo relacionados e que não contém elementos específicos de identificação e encontram-se em estado de deterioração.

ITENS SEM IDENTIFICAÇÃO

01 CADEIRA FIXA EM FERRO E ASSENTO ESTOFADO EM COURVIN PRETO
01 MONITOR STUDIOWORKS
01 LONGARINA EM FERRO COM 03 ASSENTOS ESTOFADO EM TECIDO VERMELHO
01 MONITOR POSITIVO MOD PO 151068
03 MIMEOGRAFO COPIATIC
TELEVISOR 20 POLEGADAS CINE VISION

Art. 3º. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a dar a destinação aos bens considerados inservíveis e baixado do patrimônio público municipal, nos moldes legais.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua promulgação, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, aos 02 dias do mês de junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 090/2015, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias por merecimento a Servidores Municipais conforme relação:

Nome	Período Concessão	Matrícula	Dias Férias
José Roberto Morandini	08/06/15 a 27/06/15	277-1	20
Ismael Antônio Hahn	08/06/15 a 07/07/15	266-6	30
Fabio Gerhardt	08/06/15 a 07/07/15	60-4	30

Art 2º O servidor que irá gozar pelo período de 20 dias férias, terá 10 dias convertidos em abono pecuniário conforme prevê o art. 62 § 2º da Lei nº542/2006 (Estatuto dos Servidores).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 091/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 091/2015, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. CARMEN MARIA LENHARD, inscrita na matrícula nº 337-9, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Sanitária, conforme Atestado Médico, no período de 01 de junho de 2015 a 20 de junho de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 02 de Junho de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

QUARTO TA CONTRATO 05/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Quarto Termo Aditivo do Contrato 05/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Antônio César Della Justina

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 14 quilômetros diários no contrato 05/2014 - lote 03, passando a quilometragem total diária de 211,0 km, para 225,0 Km diários. Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº05/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 02 de junho de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL29-PP11/2015-SRP-TUBOS E CONEXÕES EM PVC

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2015

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 11/2015

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 29/2015 na Modalidade Pregão Presencial Sistema Registro de Preço Nº 11/2015, para aquisição de TUBOS E CONEXÕES DE PVC. Recebimento da documentação e propostas: Até as 10:00 Horas do dia 19/06/2015. Abertura da sessão: dia 19/06/2015 às 10:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170/3359-3200, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br, vilimar@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br .

BOTUVERÁ-SC, 03 de Junho de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 FMAS - DL

PROCESSO ADMINISTRATIVO 03/2015

EDITAL DE LIC. DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 FMAS – DL

OBJETO: Locação de Imóvel para funcionamento do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

Valor: R\$ R\$ 5.200,38 (cinco mil e duzentos reais e trinta e oito centavos).

Fundamento Legal: Artigo 24, da Lei 8.666/93, inciso II

Braço do Trombudo, em 02 de Junho de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 20/2015

EXTRATO 2º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 20/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CONSTRUTORA F & F LTDA - EPP

CNPJ nº 12.595.052/0001-37, sito com sede a Rua Marquês do Herval, 638, sala 02,

Cidade de Ibirama - SC

Objeto: CONSTRUÇÃO DE ABA EM CONCRETO ARMADO DE PONTE SOBRE O RIO TROMBUDO NA RUA BOA VISTA CENTRO – BRAÇO DO TROMBUDO/SC

Vigência: 06.08.2015

Data da assinatura: 02.06.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 23/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 23/2015

A pregoeira oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 23/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 29/2015. Objeto: Pregão Presencial para Registro de Preços para contratação, sob demanda, de fretamento eventual para transporte rodoviário municipal, intermunicipal e interestadual de pessoas do município de Braço do Trombudo. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: COMPANY TUR - CLIONE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA ME CNPJ: 09.488.349/0001-99, LOTE: 1, no valor total de R\$ 97.585,00, tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura.

Alair Franz Hein

Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 01/06/2015.

Brunópolis

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO 05_2015

EDITAL 005/2015 DE CHAMAMENTO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2014

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 020 /2006,

REALIZA CHAMAMENTO

de candidato classificado no Concurso Público para Ingresso em cargo efetivo na Administração do Município de Brunópolis – SC, conforme Edital nº 05/2015, Concurso Público nº 001/2014, conforme abaixo:

MOTORISTA II

Classificação	Nome
6º	André Prandi

Fica estabelecido o prazo de 15(quinze) dias para a apresentação no Departamento de Pessoal, da documentação necessária conforme estabelece o Edital 01/2014.

A não apresentação dos documentos acima no prazo estipulado implicará na exclusão do candidato e perda da vaga.

Caso o candidato não possa assumir a função quando chamado, poderá solicitar a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

Brunópolis – SC em 02 de junho de 2015.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 020/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 020/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 020/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de EPI. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 19 de junho de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

DECRETO Nº 7.607, DE 28 DE MAIO DE 2015

DECRETO nº 7.607, DE 28 DE MAIO DE 2015.

Declara de Utilidade Pública para fins de servidão administrativa, por via amigável, o imóvel que especifica, objetivando implantar uma faixa sanitária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO que de acordo com a Constituição Federal, no § 2º do art. 182 a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor,

CONSIDERANDO a alínea “i” do art. 5º do Decreto-Lei nº 3365/1941, que considera casos de utilidade pública a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos,

CONSIDERANDO o art. 40 do Decreto-Lei nº 3365/1941, que fundamenta o instituto da servidão administrativa,

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de drenagem de águas pluviais na via DJ022, bairro Dom Joaquim,

CONSIDERANDO os documentos [mapa, memorial descritivo, A.R.T.) apresentados pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos,

CONSIDERANDO que a servidão administrativa é direito real público que autoriza o Poder Público a usar parte de propriedade imóvel privada para a execução das obras e serviços de interesse coletivo,

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de resguardar a manutenção permanente da rede de águas pluviais,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída Servidão Administrativa para implantação de uma faixa sanitária no imóvel situado na Rua DJ022, bairro Dom Joaquim, matriculado sob o nº 55.726, livro 2-A, no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca, sem benfeitorias, de propriedade de OSMAR BECKER, de acordo com termo anexo.

Parágrafo único. A Servidão Administrativa ora instituída apresenta as seguintes características: uma servidão de 90,00 m2 (noventa metros quadrados), com frentes de 3,00 metros confronta com

uma servidão de passagem (DJ022); Fundos, 3,00 metros confronta com terras de herdeiros Heil; Lado Direito, 30,00 metros confronta com terras de João Pedro Mafra; Lado Esquerdo, 30,00 metros confronta com área remanescente de propriedade de Osmar Becker.

Art. 2º A Servidão ora instituída ficará sob o domínio do proprietário do terreno – OSMAR BECKER, não podendo ser utilizada para atividades que exijam edificação.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária, prevista no orçamento vigente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de Maio de 2015.
ROBERTO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

MIGUEL COMANDOLLI JÚNIOR
Secretário de Obras e Serviços Públicos

DANILO VISCONTI
Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

TERMO DE ACORDO ACERCA DA IMPLANTAÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA

MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, C.N.P.J. nº 83.102.343/0001-94, com sede de seu governo na Praça das Bandeiras, nº 77, centro, Brusque – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no C.P.F. sob nº 007.930.969-01, RG 3.696.746, residente e domiciliado na Rua Orlando José Schaefer, 21, bairro São Luiz, Brusque – SC, e OSMAR BECKER, operário, inscrito no C.P.F. nº 548.054.309-15, CI sob nº 16/R 1.600.729-SSI-SC, casado com ROSELI KOHLER BECKER, do lar, inscrita no C.P.F. nº 638.665.529-04, CI nº 17/R 4.186.862/SSP-SC, ambos brasileiros, residentes e domiciliados à Rua Beira Rio, s/nº, bairro Dom Joaquim, nesta cidade de Brusque – SC, ajustam o presente TERMO DE ACORDO PARA IMPLANTAÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, nos termos que segue:

1 – O Município pagará a título de indenização, pela restrição de uso, em razão da servidão administrativa a ser instituída no imóvel de OSMAR BECKER, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis desta comarca, no livro 2-A, nº 55.726, contendo área de 90,00 m2 (noventa metros quadrados), o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), após o processo administrativo de empenho.

2 – OSMAR BECKER autoriza a instituição de Servidão Administrativa pelo Município de Brusque em imóvel de sua propriedade acima mencionado, com as seguintes medidas e confrontações: Frente, 3,00 metros confronta com uma servidão de passagem (DJ022); Fundos, 3,00 metros confronta com terras de herdeiros Heil; Lado

Direito, 30,00 metros confronta com terras de João Pedro Mafra; Lado Esquerdo, 30,00 metros confronta com área remanescente de propriedade de Osmar Becker.

3 – É de responsabilidade do Município de Brusque a construção da faixa sanitária, de acordo com as recomendações e normas técnicas, respondendo por sua manutenção e danos em sua estrutura.

4 – As condições estipuladas neste instrumento são relativas ao imóvel descrito e permanecem inalteradas em caso de alienação do mesmo.

5 – O presente termo passa a fazer parte, como anexo, do Decreto nº 7.607, de 27 de maio de 2015, que será averbado no Cartório de Registro de Imóveis desta comarca.

Estando as partes, justas e de pleno direito quanto aos termos convencionados, assim o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brusque/SC, 28 de maio de 2015.
MUNICÍPIO DE BRUSQUE OSMAR BECKER
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
C.P.F. nº 548.054.309-15
Prefeito Municipal

ROSELI KOHLER BECKER
C.P.F. 638.665.529-04

EXTRATO CONTRATO 106/2014

EXTRATO DE RESCISÃO AMIGÁVEL. CONTRATO 106/2014. TP 008/2014. OBJETO: CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO BAIRRO AZAMBUJA. FUNDAMENTO LEGAL: ART. 79, II DA LEI 8.666/93. DATA: 28.05.2015. SIGINATÁRIOS: CRISTIANO BITTENCOURT, SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E GESTÃO; WALNEY AGILIO RAIMONDI, C.R. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

EXTRATO CONTRATO Nº 003/2015 - FCB

EXTRATO CONTRATO Nº 003/2015 - FCB

Espécie: Contrato nº 003/2015 - FCB, entre a Fundação Cultural de Brusque e a empresa Rosset Produções Artísticas e Culturais LTDA EPP, em 27/05/2015. Objeto: Contratação da Banda The Fevers, para o Encerramento da 7ª edição do Festival de Inverno de Brusque. Valor: R\$ 35.000,00. Fundamento legal: Artigo 25, inciso III, da Lei 8666/93. Origem: Inexigibilidade de licitação nº 003/2015 – FCB. Dotação Orçamentária: 6501.2225.33903999/10.000. Vigência: 90 (noventa) dias. Signatários: Michel Belli e Carlos Roberto Meneghello Filho.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025/2013 - FMS

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 025/2013 - FMS
Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 025/2013 - FMS, entre o Município de Brusque e a empresa CLINI VITA – CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA-ME, em 26/07/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a prestação de serviços de média e alta complexidade (MAC). Valor: R\$ 18.000,00. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2013 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonir Zanata Webster e Charles Machado.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2013 - FMS

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2013 - FMS
Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 027/2013 - FMS, entre o Município de Brusque e a empresa CLÍNICA UNIDA DE SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA, em 26/07/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a prestação de serviços de média e alta complexidade (MAC). Valor: R\$ 186.458,40. Fundamento legal: artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93. Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2013 - FMS. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Ivonir Zanata Webster e Jander João Tomazelli.

PORTARIA N. 181/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 181/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio ao servidor ANTONIO FERNANDO GONÇALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Eletricista, referente ao exercício de 01.04.2010 a 31.03.2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 01.06.2015.

Período de Gozo: 01/06/2015 a 31/08/2015

Brusque, 28 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 176/2015 SAMAE

PORTARIA Nº 176/2015

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 1º do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c artigo 280 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009,

RESOLVE

Art. 1.º Declarar a vacância do cargo de Agente de Serviços Especiais, ocupado pelo servidor LUIZ GONZAGA RODRIGUES DE AGUIAR, matrícula 1816.3-01, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 41, inciso V, da Lei Complementar Municipal n. 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º A vacância de que trata o art. 1º desta Portaria será pelo prazo de 03 (três) anos a partir da data em que o servidor assumiu o outro cargo ou antes, a pedido do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 21/05/2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 21 de maio de 2015.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 177/2015 SAMAE
PORTARIA Nº 177/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear ANGELITA PEDRINI , para o cargo de provimento em comissão de Chefe.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 04/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 21 de maio de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--	--

PORTARIA Nº 182/2015 SAMAE
PORTARIA Nº 182/2015

O PREFEITO MUNICIPAL e o DIRETOR PRESIDENTE do SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 147/09, os candidatos, abaixo nominados, habilitados em concurso público promovido por este Município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 07/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23/04/2014, para o provimento dos seguintes cargos efetivos:

Cargo: Agente Hidráulico

NOME	CLASSIFICAÇÃO
FRANCISCO GILMAR DA SILVA	18
RODRIGO RICARDO PEREIRA	19
OSVALDO DOS SANTOS MORAES JUNIOR	20

Art. 2º Nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar nº 147/09, fixar o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 01/06/2015.

Brusque, 28 de maio de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal de Brusque

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 183/2015 SAMAE
PORTARIA Nº 183/2015

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Nomear OSVALDINO DA CUNHA , para o cargo de provimento em comissão de Chefe.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 01/06/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 29 de maio de 2015

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--	--

PORTARIA Nº 184/2015 SAMAE
PORTARIA Nº 184/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Altair Pacheco, matrícula 795.1-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;

Valmir Pereira, matrícula 814.1-00, ocupante do cargo de Mecânico;

Pelo período de 11/06/2015 até 30/06/2015

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 11/06/2015

Brusque, 01 de junho de 2015.

Roberto Bolognini Diretor Presidente SAMAE
--

RELATÓRIO LRF PRIMEIRO QUADRIMESTRE DE 2015 - ANEXO I LEGISLATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL				
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
PERÍODO DE MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015				
1º QUADRIMESTRE DE 2015				
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "a")			R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXE- CUTADAS			
	MAI 2014 A ABR 2015			
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
	(a)	(b)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)			3.941.273,72	0,00
Pessoal Ativo (Vereadores)			1.666.698,20	
Pessoal Ativo (Servidores)			2.274.575,52	
Pessoal Inativo e Pensionistas				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		56.677,36	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		43.236,49		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	13.440,87			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)			3.884.596,36	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			279.908.805,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		3.884.596,36	1,39	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	16.794.528,33	6,00		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	15.954.801,91	5,70		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	15.115.075,49	5,40		
Câmara Municipal de Brusque, em 28 de maio de 2015.				
Jean Daniel dos Santos Pirola			André Rezini	
Presidente em Exercício			1º Secretário	
Moacir Giralddi				
2º Secretário				

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 20 DE MAIO DE 2015 - COMUSA

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 20 DE MAIO DE 2015.

Dispõe sobre a Formação/Unificação e Reformulação das Comissões.

O Conselho Municipal De Saúde De Brusque – COMUSA, em reunião ordinária realizada no dia 20 de maio de 2015, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei 8080/90, com fundamento na lei 2.870/2005, art. 11.

Resolve:

Art. 1º Unificar a Comissão de Avaliação das Prestações de Contas- Fundo Municipal de Saúde/Legislações à Comissão de Finanças;

Art. 2º Unificar a Comissão de Monitoramento de Exames/TFD/Consórcios à Comissão de Convênios e Contratos;

Art. 3º As comissões deverão emitir pareceres sobre todas as matérias que lhe forem distribuídas;

Art. 4º Serão instituídas as comissões com seus respectivos integrantes conforme segue:

Comissão de Avaliação das Prestações de Contas – Fundo Municipal de Saúde/ Legislações e Finanças:

Luis Fernando Sanni,
Júlio Atanásio Gevaerd,
Fabiano Amorim, Marcos Maestri
José Santo Pasqualotto Ribeiro.

A Comissão de Monitoramento de Exames/TFD/Consórcios dos Convênios e Contratos:

Alessandra Mass,
Maria Luisa Rodrigues,
Lucimara Pavesi, Manuela Stake,
Charles Machado,
Romilde Primon Cardozo,
Maria Roseli Beuting, Júlio Atanásio Gevaerd,
Marcos Maestri,
Sebastião A. Isfer de Lima.

A Comissão e Monitoramento dos Setores de Saúde- Unidades de Saúde ESF/Unidade Central/ Farmácia Básica/Excepcional/Odontologia e Saúde Hospitalar:

Ênio Doener,
Elias Inácio Kolher,
Valdete Batistti Archer
Kelly Egami Heining.

A Comissão Monitoramento de Obras e Saneamento Básico/Vigilância em Saúde:

Murilo Cecomello,
Clotilde Imianowsky,
Pedro Flor
Elias Inácio Kolher.

A Comissão de Elaboração e Modificação do Regimento Interno:

Júlio Atanásio Gevaerd,
Marcos Maestri,
Lucimara Z. G. Pavesi
Jaqueline Nehring.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lucimara Zaluski Galinski Pavesi
Presidente do Conselho Municipal de Saúde
COMUSA

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.423

DECRETO Nº 6.423, de 02 de junho de 2015.
Convoca a 7ª Conferência Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 7ª Conferência Municipal de Saúde, a se realizar na data de 17 de Junho de 2015, em Caçador - SC, com o tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas" e o eixo: "Direito do Povo Brasileiro".

Art. 2º A 7ª Conferência Municipal de Saúde será coordenada pela presidente do Conselho Municipal de Saúde, Srª Nadir da Silva Ribeiro e presidida pela Secretária Municipal Saúde Srª Roselaine de Almeida Périco, em sua ausência ou impedimento, pela Diretora da Secretaria Municipal de Saúde Srª Luzia Michelina dos Santos.

Art. 3º A 7ª Conferência Municipal de Saúde de Caçador, compõe etapa municipal da 15ª Conferência Nacional de Saúde que será realizada no período de 01 à 04 de dezembro de 2015.

Art. 4º O regimento interno da 7ª Conferência Municipal de Saúde será aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em deliberação deste.

Art. 5º As despesas com a organização e realização da 7ª Conferência Municipal de Saúde correrão por conta de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Saúde de Caçador- SC

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de junho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.424

DECRETO Nº 6.424, de 02 de junho de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Especial de Julgamento do Processo Licitatório nº 18/2015-FMS, Convite nº 01/2015, cujo objeto é a aquisição de móveis sob medida para as unidades básicas de saúde do Município de Caçador:

I – Samara Aparecida Roaris;
II – Anderson Willer Gomes;
III – Juliana Nurilles Garbozza.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á às 14h10min do dia 11/06/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de junho de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

FÓRUM PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL- Biênio 2015/2017

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988, Lei Federal nº. 8.742/93 - LOAS e na Lei Municipal nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, art. 6º, também de conformidade PNAS, a Resolução do CNAS nº 23/2006 e Resolução nº 24/2006 e a Resolução do CNAS nº 16/2010, CONVOCA as entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, entidades de trabalhadores da área, com sede neste município, para o Fórum de Eleição das Entidades Não Governamentais para compor o CMAS – Biênio 2015/2017 que será realizado no dia 23 de junho de 2015.

Art. 1º - A eleição das entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, entidades de trabalhadores da área, que integrarão o Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Caçador, Biênio 2015/2017, conforme previsto no art. 6º caput, da Lei 2.869/2011, se dará através de Fórum próprio, que será realizado no dia, 23 de junho de 2015, das 13h30min às 17h00min, na Câmara Municipal de Vereadores, no Plenário Osvaldo Jose Gomez, localizado na Rua Fernando Machado, Caçador/SC.

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial dos Municípios no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

§ 2º - As representantes das entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, entidades de trabalhadores da área, eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, admitindo-se apenas uma recondução.

Dos Eleitores

Art. 2º - Terão direito a voto dois (02) representantes credenciados das entidades e organizações de assistência social de direito privado, inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, usuários e ou organizações de usuários da assistência social e entidades de trabalhadores da área, sendo que cada um terá direito a um (01) voto por segmento.

Das Vagas

Art. 3º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho

Municipal de Assistência Social – CMAS, para o biênio 2015/2017, entidades e organizações de assistência social de direito privado (devidamente inscritas no CMAS), usuários e ou organizações de usuários da assistência social, entidades de trabalhadores da área, do município de Caçador, distribuídos na seguinte classificação:

a) Três representantes de entidades e organizações de assistência social de direito privado, devidamente inscritas no CMAS.

- As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

I. de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigido às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;

II. de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CNAS; e

III. de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos sócio-assistenciais, construção de novos direitos, promoção de cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei 8.742 de 1993 e respeitadas as deliberações do CNAS.

- As entidades e organizações de assistência social deverão estar inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do art. 9º da Lei nº 8.742 de 1993, ao qual caberá a fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos.

- Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentado, para tanto, o plano de ação ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

b) Três representantes dos usuários e ou organizações de usuários da assistência social.

- Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecendo-se como legítimos os movimentos sociais, as associações, fóruns, redes e outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo 02 (dois) anos, por meio de: a) um instrumento de comunicação e informação de circulação nacional, estadual ou municipal; b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e c) documento de órgãos públicos que atestem sua existência.

- Serão considerados organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

c) Três representantes de entidades de trabalhadores da área.

- Serão consideradas entidades de trabalhadores da área as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na política de assistência social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Dos documentos para inscrição de entidades candidatas:

- Requerimento de inscrição para participação do Fórum Próprio, de preferência em papel timbrado, da respectiva entidade devidamente assinado por seu representante legal, ratificando o nome dos dois representantes que participarão do Fórum de eleição, junto com cópia de documento pessoal com foto.

Art. 4º - Os documentos deverão ser protocolados do dia 08 a 15 de junho de 2015 no horário das 13h às 17h00min na Secretaria Executiva do CMAS, sito a Rua Victor Batista Adami, 275- Centro - Caçador/SC.

Art.5º - Após a realização do Fórum os segmentos eleitos deverão encaminhar através de ofício o nome do titular e suplente até o dia 26 de junho de 2015.

Da Análise das Entidades Candidatas e Dos Recursos

Art. 6º - Recebidos os requerimentos de inscrição dos segmentos a Comissão Eleitoral realizará a análise para deferimento ou indeferimento dos inscritos para concorrer no presente Fórum de Eleição, bem como a classificação destas conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º deste edital, cabendo recurso ao Conselho Municipal de Assistência Social, com prazo de 48 horas, contados da publicação da decisão.

Art. 7º - A relação das inscrições deferidas e indeferidas, conforme classificação será publicada no dia 19 de junho de 2015 no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 8º - Se houver somente duas entidades e/ou organizações inscritas para três vagas, a mais votada assume a terceira vaga.

Da realização do Fórum de Eleição

Art. 9º - O Fórum para eleição dos membros das entidades de direito privado, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social será coordenada pela Comissão Eleitoral, composta por 04 (quatro) membros designados em reunião deste Conselho, conforme Ata nº 247 e nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral e a Secretaria Executiva do CMAS, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades Não Governamentais habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 10 - A Comissão Eleitoral responsabilizar-se-á por:

a. Registrar a ata da abertura ao término do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;

b. Colher as assinaturas dos participantes.

Art. 11 – Cabe ao presidente da Comissão eleitoral coordenar os trabalhos para a referida eleição.

Art. 12 - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão Eleitoral do procedimento de escolha dos segmentos que comporão o CMAS para o biênio 2015/2017.

Art. 13 - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 9 (nove) cadeiras para comporem o CMAS no biênio 2015/2017.

Da Proclamação dos Eleitos

Art. 14 - Após a apuração dos votos, o presidente da comissão eleitoral apresentará aos presentes o nome das entidades/associações que irão compor o CMAS no biênio 2015/2017 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata.

Das Disposições Finais

Art. 15 - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 16 - Os conselheiros que representam as entidades/associações no CMAS terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art. 17 - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição.

Caçador, 01 de junho de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto

Prefeito Municipal de Caçador/SC

PORTARIA Nº 25.235

PORTARIA Nº 25.235, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.562, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal FERNANDA COELHO DE SOUZA, matrícula nº 12952, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Alcides Tombini com carga horária de 08 (oito) horas semanais e, nas diversas Unidades Escolares com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Projeto de Tênis de Mesa, vaga excedente, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 20 (vinte) para 28 (vinte e oito) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015 a ser 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.434 - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 25.434, de 25 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto às Secretarias Municipais da Administração, da Fazenda, do Governo, Procuradoria Geral e Fundação Municipal de Cultura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 15/02/2015 a 14/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
2507	Adão Ribeiro de Camargo	09hs
12875	Adriele Belli Carlim Danese	46hs28min
10453	Alan Rocha Liegel	50hs
504	Antonio Carlos Castilho	40hs
12735	Carlos Rogerio Leme Navarro	50hs
638	Cecilia Maria Stefanos Benetti	25hs55min
1046	Elena Graci Grabasch Carneiro	40hs
10639	Eliane Fatima Estanislowski	42hs45min
8551	Jorge Luiz Trindade	53hs
10942	Josiane Burger da Silva Criminário	11hs
337	Justina Ines Ambonin Castilho	60hs
11351	Juliana Nurilles Garbozza	40hs
10774	Karin Rech dos Santos	06hs15min
1043	Lucimar dos Santos	56hs
6647	Monica Senn	12hs
10513	Nelson Batista Figueiredo	53hs
13443	Romaiane Aparecida Dal Ponte	40hs
7827	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	51hs
10895	Sandra Mara Amadori Nunes	39hs
600	Sandro Dallazem	18hs
2497	Vilmar Goes	60hs
444	Vitor Hugo de Lima	40hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de março de 2015.

Gilberto Amaro Comazetto – PREFEITO MUNICIPAL.

Jovani Scremin – SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO.

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 65-2015, PR – Nº 44-2015 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO – Nº 65-2015, PR – Nº 44-2015 – PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A REALIZAÇÃO DO 1º SEMINÁRIO CATARI-NENSE DE OLERICULTURA E 1º FEIRA TECNOLÓGICA EM HORTICULTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVI-MENTO RURAL, NOS DIAS 24, 25 E 26 DE JUNHO DE 2015 NO PARQUE DAS ARAUCARIAS EM CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 17/06/2015 as 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 17/06/2015 as 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de junho de 2015
GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 32/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 037/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 032/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA VEÍCULOS PESADOS (CAMINHÕES, RETROESCAVADEIRAS, PÁS CARREGADEIRAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA) QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/06/2016

1ª Publicação.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 33/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 038/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 033/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RACHÃO DESTINADO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, PARA COLOCAÇÃO EM PÁTIOS MUNICIPAIS, PASSEIOS PÚBLICOS E PRAÇAS PÚBLICAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 02/06/2016

1ª Publicação.

PREGÃO 10/2015 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015-FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COLCHONETES PARA DISTRIBUIÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº.

8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 16:30 horas do dia 18 (Dezoito) de junho de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 02 de Junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESUMO DE CONVENIOS - 31 E 32

RESUMO DOS CONVÊNIOS

ESPORTES

Convênio nº 031/2015

Entidade conveniada: Associação Dragão Negro de Taekwondo Jwa Woohyang Woo Camboriú

Data: 02/06/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a Associação Dragão Negro de Taekwondo Jwa Woohyang Woo Camboriú, com a finalidade de custear as despesas com a execução do projeto "Formando Guerreiros", o qual beneficiará crianças e adolescentes do Município de Camboriú com o ensino e a prática da modalidade esportiva de Taekwondo JTF.

SAÚDE

Convênio nº 032/2015

Entidade conveniada: Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA

Data: 02/06/2015

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: 72.000,00 (setenta e dois mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados ao Centro Especializado em Reabilitação de Toxicômanos e Alcoolistas - CERTA, com a finalidade de auxiliar nas despesas com a execução do Programa de Recuperação de Dependentes Químicos, que consiste na internação e tratamento de até 18 (dezoito) adultos do sexo masculino com dependência química.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ERRATA PREGÃO Nº 006/2016 - FMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO 006/2015-FMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 006 /2015, tendo como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NAS AULAS DE VIOLÃO, VIOLINO E PREPARAÇÃO VOCAL, NECESSÁRIO PARA SUPRIR TAIS NECESSIDADES, DEVIDO A GRANDE DEMANDA NOS REFERIDOS CURSOS. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado no Aviso de Licitação:

- onde lê-se:

PREGÃO 005/2015-FMC

- leia-se:

PREGÃO 006/2015-FMC

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 02 de Junho de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 9.038 DE 02 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 9.038 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social		
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social		
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 1.100,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

06.00 -	Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social			
06.02 -	Serviço de Bem Estar Social			
08.243.0024.2.036 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Conselho Tutelar			
300000.00.896 -	Despesas Correntes			
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.896 -	Aplicações Diretas			
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R\$ 1.100,00		

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 02 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.039 DE 02 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.039 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
300000.00.896 -	Despesas Correntes		
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.896 -	Aplicações Diretas		
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	

339047.00.896 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 300,00	
	Total	R\$ 1.300,00	

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.		
03.01 -	Serviço de Administração		
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração		
400000.00.896 -	Despesas de Capital		
440000.00.896 -	Investimentos		
449000.00.896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 1.300,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de Março de 2015.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 03 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.040 DE 02 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 9.040 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.308 de 02 de Junho de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 122.885,83 (cento e vinte e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), a fim de suplementar o respectivo Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
10.302.0055.1.025 -	Convênio com Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade.		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
335000.00.119 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
335043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 122.885,83	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

02 de Junho de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.041 DE 02 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 9.041 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.309 de 02 de Junho de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 254.946,22 (duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras				
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos				
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública				
300000.00.168 -	Despesas Correntes				
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.168 -	Aplicações Diretas				
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 254.946,22			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.042 DE 02 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 9.042 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.310 de 02 de Junho; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 43.828,88 (quarenta e três mil oitocentos e vinte e oito reais, oitenta e oito centavos), no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.				
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos				
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública				
300000.00.168 -	Despesas Correntes				
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes				
3390.0000.168 -	Aplicações Diretas				
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 43.828,88			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2015

Objeto: Prestação de serviços de mão de obra mecânica para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Pregão, nº. 22/2014.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.04	Manutenção das Ativ. De Assist. Médica e Terapêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutico
Programa	56	Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia
Projeto	2.117	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor: R\$ 3.890,00 (três mil oitocentos e noventa reais).

Vigência: 02/06/2015 a 31/12/2015.

Contratada: REPARAÇÃO DE VEÍCULOS GEFFITEL LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA - Gestora

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2015 FMS

Objeto: Aquisição de 3.000 litros de óleo diesel S10 para manutenção dos veículos do Fundo Municipal de Saúde, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 25/2014.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 91.00 – Fundo Municipal de Saúde; Unidade: 91.04 – Manutenção das Atividades de Assist. Médica e Terapêutica; Função: 10 – Saúde; Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa – 56 – Serviços Especializados de Diagnóstico e Terapia; Projeto: 2.117 – Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

Valor: R\$ 8.301,00 (oito mil trezentos e um reais).

Vigência: 02/06/2015 a 31/12/2015.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA - Gestora

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2015

Objeto: Contratação de mão de obra mecânica para conserto e troca de peças para manutenção dos caminhões da frota municipal, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 46/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.02	Serviço de Transporte e Frota
Função	26	Transporte
Subfunção	782	Transporte Rodoviário
Programa	47	Frota Municipal
Projeto	2.112	Manutenção da Frota Municipal
Elemento de Despesa	3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Recurso	00.01.0080	Recursos Ordinários

Vigência: 02/06/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 6.572,00 (seis mil quinhentos e setenta e dois reais).

Contratada: VANDIESEL LTDA – EPP

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 116 DE 02 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 116 DE 02 DE JUNHO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGO DE COORDENADOR DE SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E JARDINAGEM, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica criado o cargo de COORDENADOR DE SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E JARDINAGEM, subordinado diretamente ao Secretário Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO:

1. Coordenar no que concerne à organização de pessoal, definindo o cronograma de trabalho das Equipes de Manutenção de limpeza e Jardinagem sob sua subordinação;
2. Reportar-se ao Diretor da Secretaria e/ou ao Secretário nas situações que necessitem tomadas de decisão nas atividades que não sejam de rotina;
3. Coordenar os serviços de limpeza pública; serviços de jardinagem em todos os espaços públicos pertencentes ao Poder Público Municipal, tais como: logradouros "vias públicas", praças, trevos, Cemitérios Municipais, Unidades Escolares, Unidades de Saúde e demais órgãos públicos municipais; coordenar os serviços de manutenção da limpeza em bocas de lobo, bueiros e afins;
4. Controlar o ponto e disciplina dos servidores vinculados às Equipes de Limpeza e Jardinagem sob sua subordinação, comunicando todas as ocorrências ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo do Município;

5. Responder pela manutenção e conservação de todos os materiais, utensílios e equipamentos necessários à execução dos trabalhos de limpeza e jardinagem;
6. Acompanhar a efetivação de todos os processos de compras da Coordenadoria, mantendo estreita sintonia com o Serviço de Suprimento do Poder Executivo do Município;
7. Manter a conduta profissional compatível com os princípios reguladores da Administração Pública, especialmente os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da razoabilidade e da eficiência;

GABINETE DO PREFEITO

8. Realizar outras atribuições pertinentes ao cargo e conforme orientação da chefia imediata.

Parágrafo único – O cargo de COORDENADOR DE SERVIÇO DE LIMPEZA PÚBLICA E JARDINAGEM, é cargo de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração e será provido na forma prevista na Lei Complementar Municipal nº 006/02.

Art.2º) O Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006/02, passa a vigorar na forma constante do Anexo da presente Lei Complementar.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO II

TABELA DE CARGOS EM COMISSÃO E SEU VENCIMENTO

CÓDIGO	QUANTIDADE	NOMENCLATURA	NATUREZA	VENCIMENTO
01	01	Administrador Distrital	Direção	R\$ 2.427,94
02	01	Assessor de Comunicação Social	Assessoria	R\$ 2.832,63
03	01	Assessor Jurídico	Assessoria	R\$ 8.093,17
04	01	Chefe de Gabinete	Chefia	R\$ 4.855,89
05	01	Assessor de Gabinete	Assessoria	R\$ 3.237,27
06	01	Agente de Controle Interno	Direção	R\$ 3.237,27
07	01	Diretor Executivo do IPRECAL	Direção	R\$ 5.307,12
08	01	Diretor de Saúde	Direção	R\$ 3.237,27
09	01	Diretor de Planejamento, Transporte e Obras.	Direção	R\$ 3.237,27
10	01	Coordenador de Turismo	Coordenação	R\$ 1.618,60
11	01	Coordenador de Cultura	Coordenação	R\$ 1.618,60
12	01	Coordenador de Esporte e Lazer	Coordenação	R\$ 1.618,60
13	01	Assessor de Serviços de Obras e Engenharia	Assessoria	R\$ 3.237,27
14	01	Administradora do Fórum Municipal - Casa da Cidadania	Coordenação	R\$ 2.427,94
15	01	Coordenador da Defesa Civil	Coordenação	R\$ 1.618,60
16	01	Diretor de Administração	Direção	R\$ 3.237,27
17	01	Administrador do PROCON	Direção	R\$ 2.427,94
18	01	Coordenador de Serviço de Limpeza Pública e Jardinagem	Coordenação	R\$ 1.618,60

LEI Nº 4.308 DE 02 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 4.308 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 122.885,83 (cento e vinte e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), a fim de suplementar o respectivo Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde				
91.05 -	Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.0055.1.025 -	Convênio com Hospital de Média, Baixa e Alta Complexidade.				
300000.00.119 -	Despesas Correntes				
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes				
335000.00.119 -	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos				
335043.00.119 -	Subvenções Sociais	R\$ 122.885,83			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.309 DE 02 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 4.309 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 254.946,22 (duzentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras				
08.03 -	Serviços de Obras e Serviços Públicos				
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública				
300000.00.168 -	Despesas Correntes				
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.168 -	Aplicações Diretas				
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 254.946,22			

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.310 DE 02 DE JUNHO DE 2015

LEI Nº 4.310 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 43.828,88 (quarenta e três mil oitocentos e vinte e oito reais, oitenta e oito centavos), no Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos		
15.451.0048.2.025 -	Iluminação Pública		
300000.00.168 -	Despesas Correntes		
330000.00.168 -	Outras Despesas Correntes		
3390.0000.168 -	Aplicações Diretas		
339039.00.168 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídicas	R\$ 43.828,88	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 11.923 DE 02 DE JUNHO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.923 DE 02 DE JUNHO DE 2015

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Servidora Pública Municipal, LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 954556, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Controle e Avaliação, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo único – A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo de 16 de Março de 2012 a 16 de Março de 2015.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Junho de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 03/06/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO PP 24/2015 GASES MEDICINAIS - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 16/06/2015 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE CILINDROS, GASES MEDICINAIS PARA USO NAS AMBULÂNCIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, AMBULÂNCIA SAMU E PACIENTES QUE PRECISAM DE OXIGENOTERAPIA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 02 de junho de 2015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

DECRETO Nº. 7.301/15 DE 29/05/2015 ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.301/15 DE 29/05/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.054 de 18/07/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.102 de 17/12/2014 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 219.636,88 (Duzentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 –Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de despesa: 143- 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0017.00
0000–Aplicações Diretas R\$ 119.000,00

ÓRGÃO: 08 – SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E URBANISMO

UNIDADE: 25 – DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.038 –Manutenção da Iluminação Pública
Elementos de despesa: 133- 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0017.00
0000–Aplicações Diretas R\$ 100.636,88

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 29 de maio de 2015.

Jairo Luft

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.303/15 DE 01/06/2015 HOMOLOGA FASES DO CONCURSO PÚBLICO , EDITAL Nº. 01/2010

DECRETO Nº 7.303/15 DE 01/06/2015

HOMOLOGA FASES DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 01/2010.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e de conformidade com o Decreto nº 4.941/04 e Decreto nº 5.849/09, e considerando o relatório apresentado pela Comissão nomeada pela Portaria 965/13 de 05/04/2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Relatório de Avaliação da 1ª, 2ª e 3ª fase do estágio Probatório dos servidores admitidos pelo Concurso Público – Edital nº 01/2010.

Art. 2º - A avaliação foi realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 965/13, cujos Boletins são parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Os servidores considerados aprovados na 1ª, 2ª e 3ª fase do Estágio Probatório, cujos boletins de avaliação integram este Decreto, estão aptos a prosseguirem no serviço público municipal.

Art. 4º - O Departamento de Pessoal do município anotarà na ficha funcional de cada servidor a aprovação na 1ª, 2ª e 3ª etapa do estágio probatório.

Art. 5º - Os servidores aprovados que concluíram a 3ª Fase do Estágio Probatório passarão a efetividade na função pública por força deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
1º de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

A Comissão designada para aferir o estágio Probatório referente ao Concurso Público – Edital nº 01/2010, nomeada pela Portaria nº 965/13 de 05/04/13, buscou seguir o que estabelece o Decreto nº 4.941 de 25/11/04 e o Decreto nº 5.849 de 08/09/09.

Foram apresentados para avaliação 16 (dezesesseis) servidores concursados, sendo que destes 1 (um) em 1ª fase, 6 (seis) em 2ª fase e 9 (nove) em 3ª fase. Todos foram aprovados em suas respectivas fases do estágio probatório, conforme tabelas abaixo:

SERVIDOR APROVADO NA 1ª FASE DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
DANIELA CRISTINA GONÇALVES ZANOTTO	1ª

SERVIDORES APROVADOS NA 2ª FASE DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
ANDREIA DIAS CASSANIGA	2ª
LINDAMIR SCHEREIBER	2ª
LUCIANE CAMARGO TEIXEIRA	2ª
ROSEMERI DAS GRAÇAS CORDEIRO	2ª

ENGENHEIRA CIVIL	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
CRISTIANE CAREZIA	2ª

FARMACÊUTICA	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
PRISCILA VARGAS VIEIRA	2ª

SERVIDORES APROVADOS NA 3ª FASE DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

AUXILIAR DE ENFERMAGEM	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
CLAUDETE SALETE ROSA DE CHAVES	3ª

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
ANA MARIA DE ARAÚJO	3ª
BERNADETE JARDIM RIBEIRO	3ª
MARCIA TOLOMEOTTI	3ª

ELETRICISTA PREDIAL	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
IRINEU DOS SANTOS JUNIOR	3ª

FARMACÊUTICA	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
DANIELA GUZATTI MARTENDAL	3ª

OPERADOR DE CENTRAL TELEFÔNICA	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
ANDRÉIA ZANOTTO FAGUNDES	3ª

TÉCNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO	
SERVIDOR AVALIADO	FASE
GRAZIELI APARECIDA CORDEIRO CORREIA MAI	3ª
LUCIANE GOMES DE ALMEIDA	3ª

Campos Novos, 1º de junho de 2015.

Rosângela Aparecida Canônica Viviane Cristina Junho
Membro Membro

Ana Eliza Mara Marcon
Presidente

DECRETO Nº. 7.304/2015 DE 01/06/2015 APROVA LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.304/2015 DE 01/06/2015

APROVA LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando os termos da Lei nº 3.705/11 de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre as atividades perigosas ou insalubres; Considerando o disposto no art. 34 e seguintes da Lei Complementar Municipal 12/2011 de 14/12/2011;

Considerando as condições de trabalho dos servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;

Com amparo no Art. 100, inciso VIII, XIII, XIV da Lei Orgânica, c/c Art. 2º, §2º da Lei nº 3.705/11 de 29/11/2011.

DECRETA:

Art. 1º. Para efeito do previsto no art. 2º, §2º da Lei nº 3.705/11 de 29/11/2011, fica adotado para os servidores do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, o “Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho”, elaborado em maio de 2015 pelo médico da medicina do trabalho Dr. Clomar F. Milani.

Art. 2º. Integra este decreto independente de transcrição o Laudo Técnico referido no artigo 1º.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

01 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.306/15 DE 02/06/2015 ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 7.306/15 DE 02/06/2015

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo no funcionamento do Poder Executivo Municipal, Fundações e Autarquia no dia 05 de junho de 2015.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,

02 de junho de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 46/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 46/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 38/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de areia média suja e limpa/lavada para manutenção e conservação das vias públicas e para manter as atividades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante e inseparável deste Edital. DATA DE ABERTURA: 17 de junho de 2015, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 02 de junho de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 501/2015

PORTARIA Nº. 501/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MICHELE SEGOBRIA FERREIRA, contratada na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG II, 40 horas semanais na GEM Ney Pacheco de Miranda Lima e na EBM Severo de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de junho de 2015.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 502/2015

PORTARIA Nº. 502/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a inexistência de candidatos inscritos ou aprovados para o cargo;

CONSIDERANDO; a admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença para Tratamento de Saúde e em Licença para Tratar de Assuntos Particulares;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de Readaptação;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional TÂNIA APARECIDA DE SOUSA, na função de Professor de Inglês, MAG I, 10 horas semanais, 10 aulas ministradas, com 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 03/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a

Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 5º, inciso II, inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para o cargo, conforme comunicação interna nº 264/SME/2015.

Art. 2º - Fica contratada a profissional TÂNIA APARECIDA DE SOUSA, na função de Professor de Inglês, MAG I, 10 horas semanais, 10 aulas ministradas, com 15% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Veiga Ferreira, no período de 03/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, na vaga vinculada da professora Lilian Claire Krüger, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares, conforme comunicação interna nº 264/SME/2015.

Art. 3º - Fica contratada a profissional LEIDIANE ARTNER SCHOSTAK, na função de Professor de Projetos Pedagógicos, MAG I, 20 horas semanais, sem regência, para atuar no Programa Mais Educação na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 03/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, conforme comunicação interna nº 264/SME/2015.

Art. 4º - Fica contratada a profissional ANNA ALICE MORANTT, na função de Professor de Arte, MAG II, 20 horas semanais, com 15% de regência, para atuar no GEM Xeila Elizabete Cornelsen, no período de 03/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Esther Abigail Paul da Silveira, a qual está em licença para tratamento de saúde, anteriormente estava a professora Jaqueline Bonetes Carvalho do Prado, a qual pediu demissão, conforme comunicação interna nº 264/SME/2015.

Art. 5º - Fica contratada a profissional ELIANE CARVALHO DE LIMA DAMASO DA SILVEIRA, na função de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, com 25% de regência, para atuar no CEI Cecília Meireles, no período de 03/06/2015 a 18/12/2015. Considerando a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Salete de Fátima Scheuer Schuh, a qual está em processo de readaptação, conforme comunicação interna nº 264/SME/2015.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de junho de 2015.

WILSON PEREIRA

Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 503/2015

PORTARIA Nº. 503/2015

WILSON PEREIRA, Prefeito em Exercício do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeado para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado para a EBM Guilhermina Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, o profissional ANDRÉ GRANEMANN DAMAS, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 033/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 03/06/2015, conforme comunicação interna nº 292/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de junho de 2015.

WILSON PEREIRA
Prefeito em Exercício

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 01/06/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO N.º FMAS 05/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/15

HOMOLOGAÇÃO: 02/06/15

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE ARTESANATO, CUSTOMIZAÇÃO E COSTURA, REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS E TERAPIA OCUPACIONAL, QUE SERÃO OFERTADOS NO CRAS I, II E III, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 203.560,09 (duzentos e três mil quinhentos e sessenta reais e nove centavos)

DATA: 02/06/15 - WILSON PEREIRA - Prefeito e.e..

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO N.º PMC 64/2015 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 100/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 64/2015 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 22/06/2015, às

14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADOS AO FROHAB. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 22/06/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Wilson Pereira

Prefeito e.e.

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 02/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FUNR 02/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOMPM, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FUNR 02/2015. Data de assinatura: 27/05/2015. Contratada: ADEPLAN PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 04.639.608/0001-11. Objeto CONTRATO: EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PREDIO PÚBLICO CUJA ÁREA CORRESPONDE A 765 M² PELO PERÍODO DE 4 MESES DESTINADO AO 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE CANOINHAS. Contratante: Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros - FUNREBOMPM, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: 7.613,28 (sete mil seiscentos e treze reais e vinte e oito centavos). Vigência: 31/12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 65/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 65/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 65/2015. Data de assinatura: 14/05/2015. Contratada: POSITIVO INFORMATICA SA, CNPJ n.º 81.243.735/0001-48. Objeto Contrata-do: aquisição de equipamentos do tipo tablete doravante denominado Tablete Educacional, para atendimento, no âmbito do Projeto Educação Digital, das instituições educacionais das redes públicas de ensino fundamental e médio dos Estados, Municípios e do Distrito Federal. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 1.040,00 (mil e quarenta reais). Vigência: 13/05/2016. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 23034.000301/2013-74. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 65/2013.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 68/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 68/2015

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 68/2015. Data de assinatura: 19/05/2015. Contratada: GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ n.º 90.180.605/0001-02. Objeto Contrata-do: TERMO DE CONTRATO PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR DESTINADO À FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES DESTA

PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 38.004,00 (Trinta e oito mil e quatro reais). Vigência: 31/12/2016. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 79/2015. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 48/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 70/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 70/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 70/2015. Data de assinatura: 27/05/2015. Contratada: KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA - ME, CNPJ n.º 07.890.398/0001-28. Objeto Contratado: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS RURAIS. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 212/2014. PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 144/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 71/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 71/2015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 71/2015. Data de assinatura: 28/05/2015. Contratada: FUNDACAO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO, CNPJ n.º 83.395.921/0005-51. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM), CLASSIFICADA COMO EDUCATIVA. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 37.338,00 (trinta e sete mil trezentos e trinta e oito reais). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 95/2015. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 11/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 72/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 72/015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 72/2015. Data de assinatura: 29/05/2015. Contratada: RADIO CLUBE DE CANOINHAS LTDA - ME, CNPJ n.º 78.511.987/0001-04. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO

EM AMPLITUDE MODULADA (AM), CLASSIFICADA COMO COMERCIAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 37.338,00 (trinta e sete mil trezentos e trinta e oito reais)). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 101/2015. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 73/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 73/2/015
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º PMC 73/2015. Data de assinatura: 29/05/2015. Contratada: RADIO FM FRONTEIRA LTDA, CNPJ n.º 03.967.055/0001-63. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUENCIA MODULADA (FM), CLASSIFICADA COMO COMERCIAL. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Valor: R\$ 37.338,00 (trinta e sete mil trezentos e trinta e oito reais)). Vigência: 31/12/2015. PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 101/2015. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 12/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

RESOLUÇÃO 09/CMDCA/2015

RESOLUÇÃO 09/CMDCA/2015

Prorroga o período de inscrições para Eleição Unificada de Conselheiros Tutelares no âmbito do Município de Canoinhas- Santa Catarina.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, através de sua presidente, Sra. Vera Lúcia Piotrowski Cubas, no uso de suas atribuições legais, torna público que, com base na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 3.804/205:

CONSIDERANDO a reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em 22 de Maio de 2015;

RESOLVE

Art.1º - Prorrogar o período de inscrições para Eleição Unificada de Conselheiros Tutelares até o dia 03 de Julho de 2015.

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 25 de Maio de 2015.

Vera Lúcia Piotrowski Cubas

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLUÇÃO N.º 11/CMAS/2015

RESOLUÇÃO N.º 11/CMAS/2015

DISPÕE SOBRE os RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando o art. 2º, do Decreto Municipal nº 241/2012, de 14 de dezembro de 2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;

Considerando a apreciação da documentação do Demonstrativo Sintético Físico-financeiro referente aos Recursos Federais destinados à execução dos Programas e Serviços da Assistência Social no município de Canoinhas;

Considerando a deliberação da Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento do Conselho Municipal da Assistência Social reunida extraordinariamente em 20 de maio de 2015;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Demonstrativo Sintético Físico Financeiro referente aos Recursos Federais destinados à execução dos Programas e Serviços ofertados pela Assistência Social no ano de 2014.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 20 de maio de 2015.

Roseli Dobroshinskei

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

TERMO DO CONVÊNIO Nº 10/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 10/2015. PARTÍCIPIES: A Prefeitura do Município de Canoinhas, através do Fundo Municipal de Saúde e a Associação de Recuperação e Prevenção do Alcoolismo e outras drogas - ARAD.

OBJETO: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao custeio de despesas gerais para a manutenção das atividades da entidade, visando dar o aporte necessário ao atendimento aos dependentes químicos. VALOR DO CONVÊNIO: Até o valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), podendo serem repassados pelo município em parcela única ou ainda divididos em parcelas. VIGÊNCIA: De 01 ano a partir desta Publicação. SIGNATÁRIOS: Sr. Luiz Alberto Rincoski Faria, pela Prefeitura do Município de Canoinhas e o Srº. Jorge Nelson Stocker, pela Associação de Recuperação e Prevenção do Alcoolismo e outras drogas - ARAD.

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2015 - CARTA CONVITE 02-2015****PREÂMBULO**

A CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público, portadora do CNPJ nº 83.528.620/0001-25, estabelecida a Rua 3 de Maio, nº 150, centro, em Canoinhas –SC, através de seu Presidente, o Vereador GILMAR MARTINS DE SOUZA, brasileiro, portador do RG nº 3.704.857 e inscrito no CPF sob nº 022.552.429-58, comunica a todos quantos interessar possa que, a partir da data de publicação deste edital, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a todos os interessados, a realização de licitação, na modalidade de Convite, cujos envelopes serão abertos em sessão pública a ser realizada no dia 12 de Junho de 2015, às 10:10 horas, na sede administrativa da CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos, sendo a presente licitação do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", visando a seleção da melhor proposta para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços elaboração de projetos para construção da sede da CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS. A prestação dos serviços referem-se a elaboração de projetos Arquitetônico, Projeto Estrutural, Projeto Elétrico, Projeto Telefônico, Projeto Lógico, Cabeamento de Dados Estruturado e Rede Wireless, Projeto de Ar Condicionado, Projeto de Áudio e Câmeras de Filmagens, Projeto de Elevador, Projeto Hidro Sanitário e Pluvial, Projeto de Prevenção Contra Incêndios e Pânico, Memorial descritivo da obra, Memorial de Cálculo, Orçamento discriminado, Cronograma físico-financeiro, ART/RRT.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: ATÉ DIA 12/06/2015 ÀS 10:00 HORAS

Os Envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas, deverão ser entregues na sede da CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, à Rua 3 de maio, 150, Centro, no município de Canoinhas - SC.

INÍCIO DA REUNIÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES dia 12 DE JUNHO ÀS 10:10 HORAS

1 - OBJETO

A presente licitação tem por objeto a seleção da melhor proposta visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em elaboração de Projetos de construção da sede da Câmara de Vereadores: projetos Arquitetônico, Projeto Estrutural, Projeto Elétrico, Projeto Telefônico, Projeto Lógico, Cabeamento de Dados Estruturado e Rede Wireless, Projeto de Ar Condicionado, Projeto de Áudio e Câmeras de Filmagens, Projeto de Elevador, Projeto Hidro Sanitário e Pluvial, Projeto de Prevenção Contra Incêndios e Pânico, Memorial Descritivo da Obra, Memorial de Cálculo, Orçamento discriminado, Cronograma físico-financeiro, ART/RRT. Área do terreno 1.087,00 m² e área a ser construída de 1.500,00 m², na Rua Almeida Cardoso, Centro, em Canoinhas, imóvel de propriedade do Município.

O Anexo I, contém termo de referência para os serviços a serem realizados pela empresa interessada, bem como a localização do terreno.

2 - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo máximo para elaboração dos projetos, com aprovação nos órgãos competentes, será de 75 (Setenta e Cinco dias), contando a partir da emissão da ordem de Serviço pela CÂMARA DE

VEREADORES DE CANOINHAS.

3 - DOTAÇÃO

3.1 - Os serviços objeto do presente edital serão prestados A CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, e correrão à conta de dotação própria do orçamento da CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS.

01.032.0001.307 Construção da nova Câmara de Vereadores	
4.4.90.00.00.00	Aplicação direta

4 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão participar da presente licitação os interessados devidamente inscritos no Cadastro de Licitantes da CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, conforme dispõe o parágrafo 2º do art. 34 da Lei 8666/93, e os não cadastrados, nos termos dos parágrafos 2º e 9º do art. 22 da Lei 8.666/93 e nas condições previstas neste edital.

4.2 - Não poderão participar da presente licitação os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

4.3 - Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

5 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES "A" E "B"

5.1 - Os Envelopes "A" e "B", contendo respectivamente a documentação da proposta de preço, deverão ser entregues até na data da reunião, em horário anterior a abertura e no local indicado, devidamente fechados, constando da face de cada qual os seguintes dizeres:

a) CARTA CONVITE Nº. 02/2015

ENVELOPE "A" - DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (nome da empresa)

b) CARTA CONVITE Nº. 02/2015
ENVELOPE "B" – PROPOSTA DE PREÇO
PROPONENTE: (nome da empresa)

5.2- Caso o proponente encaminhe um representante para acompanhar o procedimento licitatório, deverá formalizar uma carta de credenciamento, a qual deverá ser entregue previamente na data da abertura do envelope A. (fora do envelope)

5.3 - A apresentação dos envelopes implica a aceitação plena e irrevogável de todas as normas e condições expressas no presente edital e seus anexos.

6 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1- O envelope "A", contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica e fiscal deverá conter:

6.1 .1 - Para comprovação da habilitação jurídica:

a) Ato constitutivo, contrato social em vigor, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

c) Declaração do proponente de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;

6.1.2 - Para comprovação da regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro geral de Contribuintes (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- e) A regularidade para com a Justiça do Trabalho que deverá ser comprovada através de apresentação da Certidão de acordo com Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e alterações posteriores.

6.1.3 - Para comprovação da habilitação técnica:

- a) Apresentar atestado de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com objeto da presente licitação para comprovar os bons serviços prestados; projeto arquitetônico e complementares de edificação Comercial ou Pública com o mínimo 1.000 m2.

6.2 - Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou originais. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade serão considerados como válidos por 60 (sessenta) dias da emissão, exceto àqueles previstos em lei.

6.3 - Não será deferida a habilitação e/ou o credenciamento do interessado que deixar de apresentar, quaisquer dos documentos exigidos, ou se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis, inválidos, ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

6.4 - Para possíveis intimações, deverá ser apresentada uma declaração, fazendo constar no referido documento seus telefones de contato (inclusive fone/fax) e endereço eletrônico.

6.5 - A CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS poderá, a qualquer momento, exigir dos prestadores a apresentação de documento original, cuja apresentação inicial se deu por fotocópia.

7 - PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - A proposta de preço - Envelope "B" - devidamente assinada pelo proponente ou seu representante legal, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas nos campos que envolverem valores, quantidades e prazos, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.2 - O valor mensal de cada parcela a ser paga ao licitante vencedor em decorrência de contrato próprio deste edital, proporcional ao produto cotado e serviços ali inclusos, deverá estar declarado de forma clara; Estará composto com todas as despesas de adequação, conversão e transferência de informações infra banco de dados ora existente, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, bem como despesas com veículos, taxas de administração, lucros e quaisquer outras despesas incidentes sobre os produtos e serviços.

7.3 - O prazo de validade da proposta, que será contado a partir da data da entrega da proposta atenderá o disposto na Lei 8666/93.

8 - PROCEDIMENTO

8.1 - Serão abertos os envelopes "A", contendo a documentação relativa à habilitação dos proponentes e procedidas a sua apreciação.

8.2 - Serão considerados inabilitados os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos no item 6 deste edital.

8.3 - Os envelopes "B", contendo a proposta de preço, serão devolvidos fechados aos proponentes considerados inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

8.4 - Serão abertos os envelopes "B", contendo a proposta de preço dos proponentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

8.5 - Será verificada a conformidade de cada proposta com os requisitos exigidos no item 7 deste edital, promovendo-se as desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

8.6 - Julgamento e classificação das propostas de acordo o estabelecido no item 9 deste edital.

9 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

9.1 - Dentre as propostas dos proponentes considerados habilitados, serão classificadas as propostas pela ordem crescente dos preços apresentados, considerando-se vencedor o proponente que apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços, fixado no item 10 deste edital.

9.2 - Havendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os proponentes serão convocados.

9.3 - Será desclassificada a proposta de preço que:

- a) Ultrapassar o valor fixado no item 10 deste edital;
- b) Deixar de cotar qualquer dos itens dos serviços;
- c) Cotar valor global manifestamente inexequível.

10 - CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

10.1 - Serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos os preços formadores do preço global, superior à R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais)

11 - PRAZOS

11.1 - O prazo para a execução do contrato, do objeto da presente licitação será de no máximo 75 (Setenta e Cinco) dias contados da data da ordem de serviço.

11.2 - Adjudicado o objeto da presente licitação, a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS convocará o adjudicatário para assinar o termo de contrato em até 10 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.3 - A CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS poderá quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos neste edital, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

11.4 - Os prazos de que tratam o item 12.1 poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

12 - DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

12.1 - O contrato administrativo será celebrado junto a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, atendendo exclusivamente o disposto neste edital e seus anexos.

12.2 - Dentre outras, serão especificações ratificadas no contrato:
12.2.1 - Pela natureza do objeto licitado, a contratada nos primeiros 30 (trinta) dias do contrato administrativo, deverá efetuar diagnóstico in-loco do terreno a ser construída a sede administrativa.

12.2.2 - A empresa contratada terá a obrigação de alterar os PROJETOS COMPLEMENTARES no que for apontado como ausência

de detalhe ou informação incompleta. Inclusive com a emissão da nova documentação física de revisão, devidamente assinada, e com o fornecimento dos arquivos eletrônicos revistos, entrega do projeto em Autocad.

12.2.3 - A licitante vencedora, então contratada e responsável técnica pelo projeto, responde pelos prejuízos causados por falhas no projeto ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.

12.2.4 - A contratada se responsabilizar-se por todos os levantamentos locais que se fizerem necessários, bem como as necessárias consultas a qualquer entidade estranha à Prefeitura.

12.2.5 - Após a entrega final dos projetos a contratada deverá ainda, ficar à disposição da contratante, na condição de projetista, para esclarecimento de dúvidas e apoio à obra.

13 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

13.1 - O inadimplemento parcial de obrigação contratual, e/ou a prática de qualquer ato caracterizado como ilícito administrativo, implicam as seguintes sanções, podendo ser cumulativas:

13.1.1 - Advertência.

13.1.2 - Multa de 10 (dez) vezes o valor do procedimento objeto do descumprimento.

13.1.3 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Canoinhas, e consequente Declaração de Inidoneidade, exarada pela CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, enquanto perdurar os motivos da punição.

13.1.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, enquanto esta não tenha pagado a multa imposta pela CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS. Fica possibilitada a compensação da multa com eventuais pagamentos que sejam devidos a empresa contratada.

14 - CRITÉRIO DE ADITIVO EM PRAZO E REAJUSTE DE VALOR

14.1 - O prazo e o preço pelo qual será contratado o objeto da presente licitação poderão ser aditivados, nas formas previstas em lei, tendo como justificativa o princípio da continuidade dos serviços essenciais na administração pública, desde que atendidos os valores desta carta convite.

15 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - Após o cumprimento das obrigações contratadas, e atestado mediante relatório de cumprimento do objeto, o CONTRATADO deverá emitir nota fiscal que receberá a liquidação pelo cumprimento dos serviços, sempre atendendo rotinas contábeis, para posterior pagamento.

15.2 - Emitidas pelo CONTRATADO as notas fiscais referentes as parcelas mensais para a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, mediante realização do objeto contratado para efetiva liquidação da despesa, o vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias e deverá estar declarado no mesmo documento fiscal.

15.3 - Os pagamento será efetuado pela CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS após a entrega do projeto.

16 - AQUISIÇÃO DO EDITAL

16.1 - O presente edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na sede da CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, no município de Canoinhas, no horário das 08:00 às 17:30 horas, de segunda à sexta-feira, e no site www.canoinhas.sc.leg.br, link Porta da Transparência e Acesso a Informação.

16.2 - Os interessados em adquirir o edital, mesmo por meio eletrônico, poderão fazê-lo durante o expediente normal, ou pelos e-mails morglessak@yahoo.com.br, marcio@canoinhas.sc.leg.br, diego@canoinhas.sc.leg.br ou ainda obter informações através do fone (47) 3622-3396.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Constituem seus anexos:

Anexo I - Termo de Referência para elaboração dos projetos;

Anexo II - Minuta do Contrato Administrativo;

17.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS.

17.3 - Este edital passará a ser parte integrante do contrato a ser celebrado como se nele estiver transcrito.

17.4 - Aplicam-se a este edital as regras da Lei 8666/93.

17.5 - Qualquer solicitação de informações ou esclarecimentos sobre o edital, deverá ser efetuado por escrito, as quais serão respondidas no prazo máximo de 48 horas.

18. DO FORO

O foro para dirimir questões judiciais pertinentes ao presente edital é o da Comarca de Canoinhas/SC.

Canoinhas, 02 de junho de 2015.

GILMAR MARTINS DE SOUZA

ANEXO I Termo de Referência para Elaboração dos Projetos:

Proprietário: Câmara de Vereadores de Canoinhas
Endereço: Rua Almeida Cardoso – Centro – Canoinhas/SC
Área do terreno: 1.087,00m²
Área estimada da edificação: 1.500,00m²

1.0 Projetos:

1.1 Projeto Arquitetônico

- Levantamento topográfico e planialtimétrico do terreno;
- Elaboração do projeto arquitetônico, sendo a edificação em três pavimentos, sendo o pavimento térreo com vagas de garagem e circulação, primeiro pavimento com auditório, salas e banheiros e segundo pavimento com salas, gabinete e banheiros. Deverá ser apresentado um ante-projeto para a comissão da Câmara de Vereadores até a definição final dessa etapa.

1.2 Projeto Estrutural:

- Elaborar sondagem do terreno com o mínimo quatro perfurações para fim de elaboração das fundações do projeto estrutural.
- Elaborado por programa específico – Eberick - constando fundações, estrutura e laje (com detalhamento de formas e ferragens).
- Levantamento quantitativo de aço, volume de concreto e formas, de toda a obra;
- Projeto elaborado de forma econômica, dentro das normas técnicas brasileiras vigentes.

1.3 Projeto Elétrico:

- Projeto Elétrico completo com ramal de entrada aprovado na CELESC e circuitos elétricos detalhados em planta, conforme prevê a Norma de Instalações Elétricas.

1.4 Projeto Telefônico:

- Deverá ser apresentado projeto completo de telefonia nos locais que forem necessários a pedido da Câmara de Vereadores, contendo toda a rede, pontos e circuitos independentes.

1.5 Projeto Lógico, Cabeamento de Dados Estruturado e Rede Wi-reless:

- Deverá ser apresentado projeto lógico, de cabeamento de dados estruturado e rede wireless, nos locais que forem necessários a pedido da Câmara de Vereadores, contendo toda a rede e pontos de passagem.

1.6 Projeto de Ar Condicionado:

- Deverá ser apresentado projeto completo de ar-condicionado nos locais que forem necessários a pedido da Câmara de Vereadores, contendo toda a rede, pontos e circuitos independentes.

1.7 Projeto de Áudio e Câmeras de Filmagem

- Deverá ser apresentado projeto completo de áudio, câmeras de filmagem no Plenário, e Câmeras de Segurança nos locais que forem necessários a pedido da Câmara de Vereadores, contendo toda a rede, pontos e circuitos independentes.

1.8 Projeto de Elevador

- Deverá ser apresentado projeto específico do elevador, tipo, carga, sistema hidráulico, sistema operacional e circuito independente, com todo detalhamento necessário.

1.9 Projeto Hidro-Sanitário e Pluvial:

- Projeto Hidro-Sanitário e Pluvial completo;
- Sistema de Águas Pluviais;
- Sistema de esgoto e hidráulica;
- Esquemas Isométricos de água fria, água pluvial e esgoto;
- Detalhar fossa séptica, filtro anaeróbico, caixa de inspeção e gordura;

1.10 Projeto de Prevenção Contra Incêndios e Pânico:

- Projeto de Prevenção de Incêndios completo conforme Norma de Combate a Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiro de SC com aprovação do projeto junto O CBMSC.

2.0 Memorial Descritivo da obra indicando os tipos de materiais básicos, acabamentos e serviços que a caracterizem;

3.0 Memorial de Cálculo, referente aos serviços do orçamento;

4.0 Orçamento discriminando os serviços com separação de custo unitário de materiais e mão de obra e mão-de-obra e incluir o valor do BDI no preço final;

5.0 Cronograma físico-financeiro das etapas da obra.

6.0 ART/RRT dos profissionais responsáveis pela elaboração de todos os projetos com os respectivos comprovantes de recolhimento bancário.

7.0 Observações:

- Os anteprojetos deverão ser desenvolvidos com a utilização de computação gráfica e serão apresentadas em formatos padrões da ABNT, ou nos formatos necessários as aprovações da Câmara de Vereadores, para posterior término dos mesmos.
- Tantas pranchas quantas forem necessárias para que se torne viável a completa visualização da obra e de todos os seus elementos componentes, sendo cada projeto complementar inserido em pranchas separadas das demais;
- As pranchas deverão ser entregues assinadas pelo profissional responsável técnico pelo projeto;
- A contratada se responsabilizará pela entrega de 3 (três) jogos de cópias de cada projeto em papel opaco e CD's com os arquivos dos projetos (Autocad – dwg, pdf e MS word, excel), possibilitando a Câmara fazer, de imediato a licitação para a execução da obra, sem qualquer alteração ou complementação.

8.0 Prazo de execução:

- O prazo máximo para elaboração dos projetos, com aprovação nos órgãos competentes, será de 75 (Setenta e Cinco dias), contando a

partir da emissão da Ordem de Serviço pela Câmara de Vereadores.

9.0 Valor máximo: R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais) para pagamento referente a todos os projetos.

10.0 – Localização do Terreno:

11.0 Considerações Gerais:

- As taxas referentes aos projetos ficarão a cargo da Câmara de Vereadores;
- A contratada terá a obrigação de alterar os PROJETOS COMPLEMENTARES no que for apontado como ausência de detalhe ou informação incompleta. Inclusive com a emissão da nova documentação física de revisão, devidamente assinada, e com o fornecimento dos arquivos eletrônicos revistos.
- A Licitante vencedora, então Contratada e responsável técnica pelo projeto, responde pelos prejuízos causados por falhas no projeto ou pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos.
- A CONTRATADA se responsabilizar-se por todos os levantamentos locais que se fizerem necessários, bem como as necessárias consultas a qualquer entidade estranha à Prefeitura.

12.0 Considerações Finais:

- Após a entrega final dos projetos a contratada deverá ainda, ficar à disposição da contratante, na condição de projetista, para esclarecimento de dúvidas e apoio à obra.
- As exigências para elaboração de cada projeto complementar, serão de acordo com as necessidades de cada projeto arquitetônico;

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público Interno, inscrito no CNPJ nº83.528.620/0001-25 com sede na Rua 3 de maio, 150, no município de Canoinhas/SC, de ora em diante simplesmente denominado de CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, neste ato representado por seu Presidente, Gilmar Martins de Souza, portador do CPF 022.552.429-58, CI 3.704.857 e, de outro lado,, inscrita no CNPJ nº de ora em diante simplesmente denominado de CONTRATADO, nos termos do Edital carta convite nº 02/2015, acordam a prestação de serviços nos termos previstos nas seguintes cláusulas:

1. O CONTRATADO prestará a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, serviço identificado no (s) item (s) do anexo I do edital carta convite nº 02/2015, qual (is) seja (m),
2. Pelo serviço prestado (unitário e por item), o (a) CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS pagará ao CONTRATADO (A):
item = R\$
item = R\$

2.1. O preço anteriormente avençado inclui todas as despesas inerentes à realização dos serviços, ficando a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS isento de quaisquer outros pagamentos.

2.2. O presente contrato não obriga a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS à utilização de quaisquer serviços mínimos mensais, os quais serão prestados somente quando necessários e solicitados.

2.3. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 44.90.00.00.00 .

2.4. Os serviços deverão ser faturados com emissão de nota fiscal correspondente e acompanhados do suporte documental legal, sempre acatando o previsto no Edital carta convite 02/2015 origem deste contrato.

3. O CONTRATADO obriga-se a executar o(s) serviço(s) objeto do presente contrato, no prazo máximo de até noventa dias, após a solicitação e ou autorização, emitida pela CÂMARA DE VEREADORES

DE CANOINHAS, ficando ciente, que a execução após o mencionado prazo, não obriga a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS ao pagamento.

4. O presente contrato vigorará por 75 dias, podendo ser prorrogado, nos termos Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

5. O CONTRATADO assume todos os riscos e responsabilidades pela execução do presente contrato, ficando a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS isento de qualquer tipo, nível ou grau de responsabilidade. O CONTRATADO assume inclusive, responsabilidade trabalhista e previdenciária, perante empregados que tiver que contratar para prestação/execução dos serviços objeto do presente contrato. O CONTRATADO assume ainda, total responsabilidade civil, por danos que possa causar a terceiros.

6. Fica facultada a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, para a normal fiscalização dos serviços objeto do presente contrato, a requisição de informações necessárias, a qual o CONTRATADO deverá cumprir no prazo máximo de cinco dias.

7. Fica fazendo parte integrante do presente contrato, como se nele estivessem expressas, as cláusulas constantes do edital carta convite nº 02/2015.

Parágrafo único: Constituem motivos para a suspensão temporária do contrato o descumprimento de quaisquer exigências contidas no contrato ou edital, especialmente:

8. O presente contrato não cria entre a CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS e o CONTRATADO e/ou funcionário deste, nenhum vínculo trabalhista e não gera exclusividade para ambos os contratantes.

9. Aplicam-se ao presente contrato as disposições constantes da lei 8666/93.

10. Fica eleito o Foro da Comarca de Canoinhas, para dirimir quaisquer questões.

Assim, por estarem acordados, assinam os Contratantes, o presente instrumento, em três vias de igual teor, na presença de testemunhas.

Canoinhas, de de 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS	CONTRATADO
Presidente	Fulano de tal
	Sócio-gerente
Testemunha:	Testemunha:

RECIBO DE ENTREGA DO EDITAL

Documentos Recebidos:

() Edital Completo - (.....) páginas.

Edital nº 02/2015 – Carta Convite 02/2015

A presente licitação tem por objeto a seleção da melhor proposta visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em elaboração de projetos Arquitetônico, Projeto Estrutural, Projeto Elétrico, Projeto Telefônico, Projeto Lógico, Dados Estruturado, Rede Sem fio, Projeto de Ar Condicionado, Projeto de Áudio e Câmeras de Filmagem, Projeto de Elevador, Projeto Hidro Sanitário e Pluvial, Projeto de Prevenção Contra incêndios e Pânico, Memorial descritivo da obra, memorial de cálculo, Orçamento discriminado, cronograma físico-financeiro, ART/RRT .Área do terreno 1.087,00 m2, área construída 1.500,00 m2 no terreno de propriedade do Município de Canoinhas na Rua Almeida Cardoso, Centro, Canoinhas - SC.

Seus anexos:

Anexo I - Contém termo de referência para a elaboração dos projetos.

Anexo II - Minuta do Contrato administrativo;

Recebi(emos) os documentos acima descritos .

_____ -SC, aos ____de _____de 2015.

Assinatura:

Nome:


CPF:

(Carimbo do CNPJ)

GILMAR MARTINS DE SOUZA

Presidente da Câmara de Vereadores

EDITAL 01/2015 - ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS CNPJ: 83.528.620/0001-25 Rua Três de Maio, 150 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC	CONVITE Nr.: 1/2015 - CV
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 21/05/2015

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

PROJETO ARQUITETÔNICO, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO ELÉTRICO, PROJETO TELEFÔNICO, PROJETO LÓGICO, DE DADOS ESTRUTURADO E REDE SEM FIO, PROJETO DE AR CONDICIONADO, PROJETO DE SOM E CÂMERAS DE FILMAGEM, PROJETO DE ELEVADOR, PROJETO HIDRO-SANITÁRIO E PLUVIAL, PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E PÂNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, ORÇAMENTO DISCRIMINADO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ART. ÁREA DO TERRENO 1087,00M2 ÁREA ESTIMADA DA EDIFICAÇÃO 1500,00M2.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 1 de Junho de 2015, às 10:10 horas, na sede da(o) CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 22, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 1/2015, Licitação nº. 1/2015 - CV, na modalidade de Convite p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

GARDEN ARQUITETURA LTDA E CONSTRUTORA E CERAMICA LMR SUL LTDA, REPRESENTADA PELO SR. NIVALDO ROEDER.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- TENDO EM VISTA O NÚMERO DE PARTICIPANTES INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL, NÃO FORAM ABERTOS OS ENVELOPES REFERENTES A HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS. ESTES FORAM DEVOLVIDOS AOS LICITANTES.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Canoinhas, 1 de Junho de 2015

COMISSÃO:

MARCIO JULIANO SELEME	- -	Presidente da Comissão de Licitação
MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK	- -	SECRETÁRIO
MARCIO JULIANO SELEME	- -	PRESIDENTE
DIEGO RAFAEL ALVES	- -	MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MARCIO JULIANO SELEME	- -	PRESIDENTE DA COMISSÃO
MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK	- -	SECRETÁRIA DA COMISSÃO
DIEGO RAFAEL ALVES	- -	MEMBRO DA COMISSÃO
ANDREA KUCHLER BETTO	- -	SUPLENTE DA COMISSÃO
FRANCISCO RODRIGO DE MELO	- -	SUPLENTE DA COMISSÃO
ANA PAULA DE LIMA	- -	SUPLENTE DA COMISSÃO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS**

CNPJ: 83.528.620/0001-25
Rua Três de Maio, 150
C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC

**CONVITE
Nr.: 1/2015 - CV**


Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 1/2015
Data do Processo: 21/05/2015

Folha: 2/2

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALAN BRAZ DAMASO DA SILVEIRA - - ASSESSOR JURÍDICO
NIVALDO ROEDER - - REPRESENTANTE CONSTRUTORA LMR

EDITAL 01/2015 - ATA REUNIÃO COMISSÃO DE LICITAÇÃO

 ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS CNPJ: 83.528.620/0001-25 Rua Três de Maio,150 C.E.P.: 89460-000 - Canoinhas - SC	CONVITE Nr.: 1/2015 - CV
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 21/05/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 1/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

PROJETO ARQUITETÔNICO , PROJETO ESTRUTURAL , PROJETO ELÉTRICO, PROJETO TELEFONICO, PROJETO LÓGICO, DE DADOS ESTRUTURADO E REDE SEM FIO, PROJETO DE AR CONDICIONADO, PROJETO DE SOM E CÂMERAS DE FILMAGEM, PROJETO DE ELEVADOR, PROJETO HIDRO-SANITÁRIO E PLUVIAL, PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIOS E PÂNICO, MEMORIAL DESCRITIVO, MEMORIAL DE CÁLCULO, ORÇAMENTO DISCRIMINADO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ART. ÁREA DO TERRENO 1087,00M2 ÁREA ESTIMADA DA EDIFICAÇÃO 1500,00M2.

DIANTE DA FALTA DO MÍNIMO LEGAL DE INTERESSADOS, NÃO FORAM ABERTOS OS ENVELOPES. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DIVULGARÁ UMA NOVA DATA COM PELO MENOS MAIS UM LICITANTE CONVIDADO.

Canoinhas, 1 de Junho de 2015

COMISSÃO:

MARCIO JULIANO SELEME	- - Presidente da Comissão de Licitação
MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK	- - SECRETÁRIO
MARCIO JULIANO SELEME	- - PRESIDENTE
DIEGO RAFAEL ALVES	- - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

MARCIO JULIANO SELEME	- - PRESIDENTE DA COMISSÃO
MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK	- - SECRETÁRIA DA COMISSÃO
DIEGO RAFAEL ALVES	- - MEMBRO DA COMISSÃO
ANDREA KUCHLER BETTO	- - SUPLENTE DA COMISSÃO
FRANCISCO RODRIGO DE MELO	- - SUPLENTE DA COMISSÃO
ANA PAULA DE LIMA	- - SUPLENTE DA COMISSÃO
ALAN BRAZ DAMASO DA SILVEIRA	- - ASSESSOR JURÍDICO
NIVALDO ROEDER	- - REPRESENTANTE CONSTRUTORA LMR

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 077/2015

DECRETO Nº 077, DE 2 DE JUNHO DE 2015.

Convoca a I Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Capinzal (CMDIC), e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso no Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações.

Art. 2º A I Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa será realizada no dia 23 de junho de 2015, no Centro Educacional Prefeito Celso Farina, situado a Rua Ernesto Hachmann, nº 505, no município de Capinzal, sob a coordenação da Comissão Organizadora, tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades" e com os seguintes eixos:

I – gestão: programas, projetos e ações;

II – financiamento;

III – participação;

IV – sistema de garantia de direitos humanos.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Organizadora, com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, composta por: Josimari Dondoni do Amaral, Inês Rosseti Baron, Angelina Lovatel Masson e Eronides Paulo Prigol, eleitos pelo Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, em reunião ordinária do dia 5 de maio de 2015.

Parágrafo único. A Comissão Organizadora será coordenada pela Sra. Josimari Dondoni do Amaral.

Art. 4º A Conferência Municipal tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas intersectoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região da Política da Pessoa Idosa.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotações previstas no orçamento vigente do Poder Executivo do Município de Capinzal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se o Decreto nº 035 de 17 de março de 2015.

Capinzal/SC, em 2 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 078/2015

DECRETO Nº 078, DE 2 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre delegação de competências e autorização para ordenadores de despesas assinarem documentos contábeis, de licitações e contratos administrativos, de empenhos, de prestação de contas, entre outros.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO os princípios que regem a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos;

CONSIDERANDO que o ordenador de despesa é responsável pelos atos praticados com os recursos públicos e, portanto, tem o dever de prestar contas;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Complementar Municipal nº 088 de 22 de dezembro de 2005 que prevê a descentralização administrativa, notadamente nos arts. 5º; 6º; 7º e 12.;

CONSIDERANDO a possibilidade de delegação prevista no art. 15 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 22 de dezembro de 2005;

CONSIDERANDO a distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e as atribuições dos gestores públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de racionalizar e agilizar os serviços públicos municipais, otimizando suas rotinas e descentralizando atribuições e responsabilidades;

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada a competência de Ordenador (a) de Despesas da Prefeitura Municipal de Capinzal/SC ao Secretário (a) Municipal de Administração e Finanças, ficando autorizado (a) a assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar contratos administrativos, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado (a) ao Ordenador (a) de despesa, Secretário (a) Municipal de Administração e Finanças, a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Senhor Prefeito Municipal ou o Tesoureiro (a) Municipal.

Art. 2º Fica delegada a competência de Ordenador (a) de Despesas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, ao Secretário (a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ficando autorizado (a) a assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar contratos administrativos, balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado (a) ao Ordenador (a) de Despesa, Secretário (a) Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Secretário (a)

Municipal de Administração e Finanças.

Art. 3º Fica delegada a competência de Ordenador (a) de Despesas da Secretaria de Infraestrutura, ficando ao Secretário (a) Municipal de Infraestrutura autorizado (a) assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar contratos administrativos, balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado (a) ao Ordenador de Despesa, Secretário (a) Municipal de Infraestrutura, movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Secretário (a) Municipal de Administração e Finanças.

Art. 4º Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ficando ao Secretário (a) Municipal de Agricultura e Meio Ambiente autorizado (a) assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado (a) ao Ordenador de Despesa, Secretário (a) Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Secretário (a) Municipal de Administração e Finanças.

Art. 5º Fica delegada a competência de Ordenador (a) de Despesas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, ficando ao Secretário (a) Municipal de Desenvolvimento Econômico autorizado (a) assinar empenhos e ordens de pagamento, homologar e adjudicar licitações, assinar contratos administrativos, balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

Parágrafo único. Fica autorizado (a) ao Ordenador de Despesa, Secretário (a) Municipal de Desenvolvimento Econômico, a movimentar as contas bancárias por meio de cheques ou emissão de ordens bancárias eletrônicas em conjunto com o Secretário (a) Municipal de Administração e Finanças.

Art. 6º Os Ordenadores de Despesa exercerão as atividades sem prejuízo das demais atribuições dos seus cargos ou funções.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 2 de junho de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATO 0190/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0190/2015		
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada.: PROART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA		
Valor : 380,00 (trezentos e oitenta reais)		
Vigência : Início: 02/06/2015 Término: 02/09/2015		
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0022/2015 Processo_Licitatório.....: 0111 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : Contratação de empresa especializada para confecção de Pannel Magnético, 120x100cm, estrutura metálica, para gerenciamento de Projetos e Obras em execução no Município de Capinzal		
Capinzal, 2 de Junho de 2015		

PORTARIA 380/2015

PORTARIA Nº 380 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 01/2015 e nos termos do contrato nº 380/2015, Jessica Duarte, matrícula nº 407482/02, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Adriana Surdi Martinelli, que está à disposição da Coordenação desta escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 381/2015

PORTARIA Nº 381 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 01/2015 e

nos termos do contrato nº 381/2015, Michele Pissoli, matrícula nº 407512/02, para exercer as funções do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, para atuar junto à Secretaria desta escola.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 383/2015

PORTARIA Nº 383 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 01/2015 e nos termos do contrato nº 383/2015, Susimara de Araújo, matrícula nº 410071/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, em substituição a servidora Simone Salette Zapalalio Oliveira Luz, que está na Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 384/2015

PORTARIA Nº 384 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratada, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 01/2015 e nos termos do contrato nº 384/2015, Dilva Francisca de Souza,

matrícula nº 410072/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira, em vaga excedente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 385/2015

PORTARIA Nº 385 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Contrata servidor, por tempo determinado, por excepcional interesse público

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica contratado, por tempo determinado, em regime administrativo especial, através da chamada pública nº 01/2015 e nos termos do contrato nº 385/2015, Lucas Petronilio Kantovick, matrícula nº 410073/01, para exercer as funções do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em substituição a titular Luci Ramos Fachin, que está à disposição da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 386/2015

PORTARIA Nº 386, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2014 4 00034 255 0010290 59, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 12 a 19 de fevereiro de 2015, à servidora Ivanice Wirth Zastrow, matrícula nº 329479/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de

trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 387/2015

PORTARIA Nº 387, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença a servidor na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº 107797 01 55 2014 4 00034 255 0010290 59, resolve:

Art. 1º Fica concedida licença por motivo de óbito da mãe, pelo período de 12 a 19 de fevereiro de 2015, à servidora Ivani Wirth, matrícula nº 329460/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 388/2015

PORTARIA Nº 388, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Debora Fernanda da Silva Amalaburio, matrícula nº 327700/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de dez (10) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Elisangela Montibeller, que reduziu carga horária.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais pelo período de 12 de fevereiro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 389/2015

PORTARIA Nº 389, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Elisete Sonogo, matrícula nº 322610/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais pelo período de 12 de fevereiro a 17 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 390/2015

PORTARIA Nº 390, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Fica alterada a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Arlete Terezinha Gralha, matrícula nº 306614/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de trinta (30) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, em vaga excedente.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 12 de fevereiro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal – SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 391/2015

PORTARIA Nº 391, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 3º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, em caráter temporário, conforme memorando nº 7/2015/SED, a servidora Elaine Bertuol Cesa, matrícula nº 322474/02, ocupante do cargo de Professor de Informática, nível 231, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing para o Centro Municipal de Educação Infantil PInguinho de Gente, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 12 de fevereiro a 14 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 392/2015

PORTARIA Nº 392, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no inciso 2º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por permuta, conforme memorando nº 7/2015/SED, em caráter temporário, a servidora Cristiani Jaqueline Zancan Carvalho da Silva, matrícula nº 400475/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing para a Escola Municipal Ernesto Hachmann, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em permuta, com a servidora

Francieli Aparecida Ferreira, pelo período de 12 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 393/2015

PORTARIA Nº 393, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no inciso 2º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por permuta, conforme memorando nº 7/2015/SED, em caráter temporário, a servidora Francieli Aparecida Ferreira, matrícula nº 328766/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Ernesto Hachmann para a Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em permuta, com a servidora Francieli Aparecida Ferreira, pelo período de 12 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 12 de fevereiro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 608/2015

PORTARIA Nº 608, DE 03 DE ABRIL DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 03 de abril a 01 de junho de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 4239/2014, da servidora Jaciara Faller Melloto, matrícula nº 407464/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar

nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de abril de 2015.

Capinzal - SC, em 03 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 608/2015

PORTARIA Nº 608, DE 03 DE ABRIL DE 2015

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica prorrogada Licença Maternidade Especial, pelo período de 03 de abril a 01 de junho de 2015, conforme requerimento protocolado sob o nº 4239/2014, da servidora Jaciara Faller Melloto, matrícula nº 407464/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de abril de 2015.

Capinzal - SC, em 03 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 991/2015

PORTARIA Nº 991, DE 25 DE MAIO DE 2015

Altera a composição dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto no art. 73 da Lei 8.666/1993 e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 1º da portaria nº 505/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA, na forma que especifica:

Membros Titulares Governamentais:

I – Jorge Luiz Soldi

Representante da Secretaria da Administração e Finanças;
(...)"

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 25 de maio de 2015.

Capinzal - SC, em 25 de maio de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Catanduvás

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.066, DE 07 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.066, de 07 de maio de 2015.

“PRORROGA, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, O PRAZO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS, NA FORMA QUE INDICA”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

CONSIDERANDO, que a alteração do sistema operante no Município;

CONSIDERANDO que os contribuintes não podem ser prejudicados pelas alterações que ocorrem na Administração;

CONSIDERANDO que não houve tempo hábil para emitir os documentos de arrecadação do Município;

CONSIDERANDO o disposto no art. 209 da Lei Complementar municipal nº 17/2002, que dispõe sobre o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, relativamente às competências dos respectivos meses;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada, em caráter excepcional, a data de vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, de competência abril/2015, para o dia 30 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 07 de maio de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.067, DE 07 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.067, de 07 de maio de 2015.

“NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA – CCO PARA A 8ª FESTA DO CHIMARRÃO DE CATANDUVÁS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Comissão Central Organizadora – CCO, para a 8ª Festa do Chimarrão de Catanduvás/SC, evento programado para ocorrer no período de 06 a 08 de novembro de 2015, nas dependências do Centro de Eventos Prefeito Sestílio Bortolon, nesta cidade de Catanduvás/SC, formada pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

- I - Aramis Heberle Junior;
- II – Alter Torcatto;
- III – Gisa Aparecida Giacomini;
- IV – Alberto Broll;

- V – Salete Ribeiro Chiarello;
- VI – Leocir Parisotto;
- VII - Rosemeri Fátima Spazini;
- VIII – Cristina Depiné;
- IX - Felipe Bressan;
- X – Diego Borsói Dalla Lasta;
- XI – Antonio Ozório Neto;
- XII – Pedrinho Giacomini;
- XIII – Cleunice Magnabosco Marcarello;
- XIV – Alice Borella
- XV – Clóvis José Magnabosco;
- XVI – Ederli João Picinatto;
- XVII – Claudio Antonio Magnabosco;
- XVIII – Divo Guerra;
- XIX – Obiratan Carlos Bortolon.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal, na pessoa da Prefeita Municipal, ou através de servidor designado, integrará a CCO como membro nato, para todos os fins.

Art. 2º Fica a CCO autorizada a formar subcomissões para: a) organização e venda dos estandes; b) cooperação na venda de camarotes para a ilha de shows; c) organização e venda de banners; d) fazer cumprir os contratos para divulgação do evento; e) realizar o controle financeiro, e dos serviços licitados e contratados; f) agenda cultural; g) organização da praça de alimentação; h) organização dos serviços de pronto socorro, segurança interna e externa, interação do auxílio das polícias civil e militar, e a infraestrutura da Festa.

Parágrafo único. É também atribuição da Comissão Central Organizadora – CCO, auxiliar o Poder Executivo Municipal no cumprimento dos contratos realizados com as empresas que prestarão serviços para a 8ª Festa do Chimarrão, notadamente a do fornecimento de infraestrutura e shows e a do rodeio country.

Art. 3º A CCO deverá instituir um sistema para realizar o registro de todas as atividades desenvolvidas, mantendo total controle sobre os fatos contábeis e financeiros da Festa, para possibilitar a perfeita realização da prestação de contas do Evento.

Parágrafo único. Compete à CCO indicar dentre os seus membros o tesoureiro e respectivo secretário que conjuntamente ficarão responsáveis pelas finanças afetas à Comissão.

Art. 4º Pela participação na Comissão os membros não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município. As despesas previamente autorizadas e realizadas serão ressarcidas aos membros da CCO, desde que canceladas pela Presidente.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal, através de ato próprio, determinará as demais instruções e providências necessárias para a realização do evento.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 07 de maio de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.069, DE 29 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 2.069, de 29 de maio de 2015.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, que o próximo dia 04 de junho de 2015, é Feriado Nacional de Corpus Christi, data em que as religiões cristãs celebram a presença do corpo e sangue de Cristo, mistério da Eucaristia;

CONSIDERANDO, que o referido Feriado, celebrado sempre às quintas-feiras, deixa a sexta-feira como o único dia que separa o Feriado do final de semana; e;

CONSIDERANDO, que em tais ocasiões, já é de praxe a paralisação das atividades em outros órgãos públicos, mesma situação deste ano, o que torna improdutivo a manutenção do expediente normal,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO, em todos os órgãos da estrutura administrativa municipal o dia 05 de junho de 2015, sexta-feira, sem prejuízo da manutenção das atividades públicas essenciais, retornando ao expediente normal no dia 08 de junho, segunda-feira.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social deverá orientar os usuários da manutenção especial das suas atividades neste período. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto manterá o seu calendário escolar em vigência.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 29 de maio de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado por esta Secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.070, DE 02 DE JUNHO DE 2015

DECRETO Nº 2.070 de 02 de Junho de 2015.

"CLASSIFICA IMÓVEIS DAS RESPECTIVAS ZONAS DE INFLUÊNCIA, PARA FINS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, REFERENTE OBRA REALIZADA NA RUA TIRADENTES, DECORRENTES DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2014, NA MODALIDADE DO TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2014, E NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PARA APURAÇÃO DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições, com fundamento no que dispõe o art. 103, VIII da Lei Orgânica do Município e art. 295 da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Classifica imóveis abaixo relacionados em zona de influência para fins de localização e determinação de cobrança de Contribuição de Melhoria, na Rua Tiradentes, no trecho entre as ruas Júlio de Castilhos, 7 de Abril e Almirante Tamandaré no Bairro Sayonara (3ª etapa):

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
1	43	352-B	790	Dania Cecília Darold	20
2	43	352-A	791	Elinir Fátima Chinato	20
3	43	312-P	2.784	Marcos Roberto Schiller	10
4	43	312-B	3.160	Thiago Luiz Carl	10
5	43	312-A	776	Edson Xavier Di Domenico	20
6	44	351-A	801	Sebastião Cavalheiro de Jesus	14
7	44	351-B	800	Anadir Scopel - Espólio ou Gisele Scopel	13
8	44	351-C	799	Enore João De Carli	13
9	44	311-C	798	João Maria Cerino Primo	13
10	44	311-B	797	Darcilio Treviso	13
11	44	311-A	796	Nelva Depubel	14
12	42	485	774	Carlos Cesar Fabris	40
13	42	468	765	Sueli Noel - ME	40
14	45	484-A	2.254	Gentil José Kichel	12,5
15	45	484-B	2.253	Idalir Miotto	12,5
16	45	484-C	816	Nelso Lauri de Souza	15
17	45	467-P	815	Jair José dos Santos	20
18	45	467-P	814	Ivonete Amélia Noel - ME	20

Art. 2º A presente classificação decorre do Processo Licitatório nº 0055/2014, na modalidade do Tomada de Preços nº 0008/2014, conforme projeto de pavimentação integrante daquele instrumento.

Art. 3º Designa Comissão de Avaliação para efetuar a apuração do valor da contribuição de melhoria das obras acima identificadas, de acordo com o disposto no Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Lei Complementar nº 21, de 18 de setembro de 2002 e Lei Complementar nº 59, de 23 de dezembro de 2009, formada pelos seguintes membros:

I - Carlos Augusto Czech – Responsável do Setor de Tributos da Prefeitura;

II - Caroline Joana Lenieski Johan – Controle Interno

III - Ivan Cláudio Sacchet – Mercado Imobiliário

IV - Francielle Dias dos Santos – Setor de Tributos

V - Rosa Maria dos Santos Brito – Setor de Tributos

VI - Sandra Maria Dilda Bucco – Setor de Habitação

Art. 4º Competirá à Comissão proceder a vistoria das obras, os documentos do processo licitatório, e emitir no prazo de cinco (30) dias, um Laudo apontando a valorização imobiliária decorrente do acréscimo de valor que a obra resultou para cada imóvel beneficiado com a pavimentação.

Parágrafo único. A Comissão deverá utilizar como parâmetro para avaliação da contribuição de melhoria, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas predominantes, e o nível de desenvolvimento da região.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC) 02 de junho de 2015

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data

LEI Nº 2.490/2015, DE 14 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 2.490, de 14 de maio de 2015.

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a proceder a ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, no Orçamento vigente, na importância de R\$ 2.280,00 (Dois mil, duzentos e oitenta reais), na seguinte Unidade Orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores		
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal		
FUNÇÃO	01	Legislativa		
SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa		
PROGRAMA	0001	Legislativo		
PROJ. ATIV.	2001	Manutenção do Poder Legislativo		
	33000000	Outras Despesas Correntes		
	33930000	Aplicações Diretas	R\$	2.280,00

Art. 2º - Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 2.280,00 (Dois mil, duzentos e oitenta reais) da seguinte Dotação Orçamentária:

ORGÃO	01	Câmara Municipal de Vereadores		
UNID. ORÇ.	0101	Câmara Municipal		
FUNÇÃO	01	Legislativa		
SUBFUNÇÃO	031	Ação Legislativa		
PROGRAMA	0001	Legislativo		
PROJ. ATIV.	2001	Manutenção do Poder Legislativo		
	33000000	Despesas Correntes		
	33900000	Aplicações Diretas	R\$	2.280,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 14 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

LEI Nº 2.491/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 2.491, de 27 de maio de 2015.

“AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO COM A SPAG - SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA DE CATANDUVAS-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio, com vistas a proporcionar apoio financeiro, com a SPAG – SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA DE CATANDUVAS, entidade sem fins lucrativos, constituída como pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.590.256/0001-96, com sede na Rua da Liberdade, s/nº, Centro, nesta cidade de Catanduvas-SC.

§ 1º O convênio tem por objeto o repasse de mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), iniciando-se no dia 10 de junho de 2015, com término até 31 de dezembro de 2016.

§ 2º O termo final a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo ao convênio.

§ 3º O valor de que trata o § 1º dá direito ao Município de Catanduvas a acolher 2 (duas) crianças.

§ 4º Para cada criança do Município de Catanduvas acolhida na entidade SPAG além do limite de que trata o § 3º, deverá o Município repassar, além do valor de que trata o § 1º, mais o valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Art. 2º A SPAG – SOCIEDADE PATRONATO ANJO DA GUARDA DE CATANDUVAS é uma Entidade detentora do título de Utilidade Pública Municipal, outorgada pela Lei Municipal nº 138, de 20 de fevereiro de 1969, possuindo como principal finalidade estatutária o abrigo de crianças, sendo o apoio financeiro de que trata o art. 1º, destinado ao suporte de suas despesas de manutenção e custeio.

Art. 3º A SPAG deverá depositar o valor do repasse em conta específica, e prestar contas, na forma da legislação vigente, no prazo de sessenta (60) dias a partir da data da liberação de cada parcela.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Fiscal Municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº 2.410, publicada em 08 de agosto de 2013.

Catanduvas/SC, 27 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

LEI Nº 2.492/2015, DE 27 DE MAIO DE 2015

LEI Nº 2.492, de 27 de maio de 2015.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, E AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual de oito vírgula trinta e quatro por cento (8,34%) na remuneração dos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, e agentes políticos do Município de Catanduvas(SC).

§ 1º O percentual previsto no caput deste artigo corresponde a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015.

§ 2º Estende-se a presente revisão geral anual de que trata esta Lei, à remuneração dos agentes políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, assim definidos pela Emenda Constitucional nº 19, de 4 de julho de 1998, bem como aos Conselheiros Tutelares, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.384, de 5 de dezembro de 2012.

§ 3º A remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas, e agentes políticos do Município de Catanduvas(SC) não poderá exceder o subsídio da Prefeita, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XI da Constituição Federal aplicando-se o percentual disposto no art. 1º desta Lei proporcional até o limite Constitucional.

Art. 2º As despesas decorrentes da Execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 27 de maio de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 57/2015

DECRETO N. 57/2015

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso II, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para o Cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, Senhor Gustavo Antonio Brustolin, brasileiro, solteiro, Agrônomo, portador do CPF/MF sob nº 059.032.669-40 e da Cédula de Identidade sob o nº 4.843.302, residente e domiciliado na Rua Demétrio Alves da Silva, na Cidade de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art.2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 02 de junho de 2015.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 44/2015

PORTARIA Nº 044/2015

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora CRISTIANE GIACOMELLI, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 08/04/2014 a 07/04/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/06/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 08 de maio de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

PORTARIA 45/2015

PORTARIA Nº 045/2015

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 61 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001 e as Leis Municipais nº 969/2002 e 1.161/2009.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias a Servidora ELIANDRA SGNAULIN BORIN, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde por um período de 30 (trinta) dias referente ao período aquisitivo de 08/04/2014 a 07/04/2015.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 01/06/2015 à 30/06/2015.

Art. 3º - Está portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/06/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul – SC, 08 de maio de 2015.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2015

PREGÃO PRESENCIAL 94/2015
MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC
REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2015

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pela Sra. INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS, brasileira, Prefeita Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e a empresa:

IRMAOS GUARDA LTDA ME – inscrita no CNPJ: 75283259/0001-96, sito à ESTRADA GERAL – INTERIOR – CELSO RAMOS/SC, neste ato representada pelo seu representante legal ANDRIGO GUARDA, inscrito pelo CPF: 058392399-25, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1 O DETENTOR obriga-se a entregar:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E SIMILARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ATENDENDO FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, E ANEXOS a proposta apresentada pelo Detentor.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.2 - DOS ITENS

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar o objeto licitado onde for requerido pela Secretaria municipal solicitante de forma imediata.

3.2 Todos os itens entregues devem estar em perfeito estado de conservação e aptos para uso, bem como possuir o certificado de garantia, quando for o caso.

3.3 Os produtos deverão ser entregues mediante a Autorização de fornecimento emitido pelo Setor de Compras do Município. Bem como a nota será empenhada acompanhada pela A.F.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o material requisitado de forma imediata ou em até 24 horas se for via frete, a partir do recebimento da requisição (A.F) de material.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos dos produtos entregues será efetuado até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, a cada de 90 dias após a homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei nº 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 01/06/2015 à 01/06/2016.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias próprias a seguir:

PROJETO/ATIVIDADE	SECRETARIA/DESTINO
14	Secretaria de Agricultura
19, 23, 28, 34,	Secretaria da Cidade e Meio Ambiente
37	Secretaria de Transporte e Obras
43	Secretaria de Cultura, Esporte e turismo
53.55	Secretaria de Educação
72	Secretaria de Assistência Social
94	Defesa Civil
96, 97, 98	Fundo Municipal de Habitação

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por

razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 01 de junho de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

PREGOEIRA
LARISSA FABIANE DE OLIVEIRA

MEMBRO EQUIPE DE APOIO
JEAN RIBEIRO

MEMBRO EQUIPE DE APOIO
DANILO DA SILVA

DETENTORES:

IRMAOS GUARDA LTDA ME

VISTO POR,

JOAO GUILHERME BISCARO
OAB/SC 28375

EDITAL 58/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 40/2015
PROCESSO: 58/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 40/2015, tipo MENOR PREÇO, objetivando A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA CONTÁBIL, CONFORME ANEXO I, DESTE EDITAL.

Entrega da documentação e proposta até as 14 H do dia 17/06/2015, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 03 de junho de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL E RETIFICAÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA 53/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015

REGISTRO DE PREÇOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

PROPOSTA DE PREÇOS – TERMO DE REFERÊNCIA

O Município de Celso Ramos neste ato representado pela Prefeita Ines Terezinha Pegoraro Schons, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial n. 36/2015 com as alterações abaixo relacionadas:

Onde se lê: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REFERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII

Leia-se: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REFERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII

Onde se lê: Comprovante de possuir em seu quadro permanente, mediante juntada do Contrato Social no caso de sócio ou cópia da Carteira de Trabalho no caso de empregado, no mínimo um engenheiro eletricista, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviços com características semelhantes ao objeto deste Edital.

Leia-se: Comprovante de possuir em seu quadro permanente, mediante juntada do Contrato Social no caso de sócio ou cópia da Carteira de Trabalho OU Contrato Particular de Prestação de Serviço no caso de empregado, no mínimo um engenheiro eletricista, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de serviços com características semelhantes ao objeto deste Edital

Onde se lê: Comprovação de possuir no mínimo 01 (um) veículo com escada giratória e cesto aéreo com no máximo 05 (cinco) anos de uso, conforme determinação da CELESC Engenharia, com comprovação documento do veículo (EX FORD F 350 /MEC.OP) – Obs: trazer cópia do documento do veículo para comprovação.

Leia –se: Comprovação de possuir no mínimo 01 (um) veículo com escada giratória e cesto aéreo, de acordo com as normas do DETRAN e em PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO E FUNCIONAMENTO. Obs: trazer cópia do documento do veículo para comprovação (EX FORD F 350 /MEC.OP)

Destaca-se as alterações efetuadas no presente edital irão alterar o conteúdo das propostas, motivo pelo qual a administração, irá remarcar a sessão para recebimento dos envelopes de documentação e proposta para a data de 17/06/2015 às 16 horas.

Celso Ramos, 03 de junho de 2015.
Ines Terezinha Pegoraro Schons
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL RETIFICADO

PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

PROCESSO: 53/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 36/2015, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a: REGISTRO DE PREÇO para prestação de serviços de MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS E VIAS DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E INSUMOS PARA A REFERIDA MANUTENÇÃO, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO VII, e referente o LOTE 01, a contratada tem a responsabilidade com fornecimento de mão de obra, ferramentas e equipamentos necessários para sua execução, conforme especificações contidas no edital.

Entrega da documentação e proposta até as 16H do dia 17/06/2015, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 02 de junho de 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 94/2015

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
225	94/2015	01/06/2015	01/06/2016	54/2015	Não	114.255,00			IRMAOS GUARDA LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MADEIRAS E SIMILARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL ATENDENDO FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL, E ANEXOS.									
Total: 1									

Cocal do Sul

PREFEITURA

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2015
(REGISTRO DE PREÇOS)**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de equipamentos eletrônicos, elétricos e de informática, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 18/06/2015.

Abertura: Dia 18/06/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 02 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/
PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 49/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ELETRONEGRO LTDA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/PMCS/2015

Objeto: Registro de preços de Material para Manutenção de Bens Imóveis (material de construção, material elétrico e afins), para uso no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 04/05/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 12.236,70 (Doze mil duzentos e trinta e seis reais e setenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/PMCS/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e serviço para construção da Garagem de Máquinas da Prefeitura de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 24/06/2015.

Abertura: Dia 24/06/2015, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 02 de junho de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2015 - PMC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2015 – PMC

Objeto: aquisição de: plataforma elevatória para portadores de necessidades especiais, a ser instalada na Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h e 15 min do dia 19/06/2015

Início da Sessão: dia 19/06/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal De Educação

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - FMEC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015 – FMEC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem e preenchimento de súmulas dos jogos da 21ª Olimpíada Interbairros e Futsal Sênior – Edição 2015, e dos jogos do Campeonato Municipal do Interior de Futebol Sete - Edição 2015, para atender as necessidades de lazer e integração entre as comunidades do interior do município e entre as Associações de Moradores que participam dos eventos, sem custos de arbitragem para as mesmas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 23/06/2015.

Abertura: dia 24/06/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 02 de Junho de 2015.

VILMAR ANTONIO BENTZ

Superintendente da FMEC

AVISO PREGÃO PRESENCIAL O&S Nº 05/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2015- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço máximo unitários (material e mão de obra), para reforma das edificações e entorno das mesmas, no Parque Municipal de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, para a EXPO AGRO 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 18/06/2015.

Abertura: dia 18/06/2015, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

AVISO RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2015 - PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2015

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Wołoszyn Brum de Oliveira, Diretora de Ação Social, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 29 de maio de 2015, para Contratação de internamento asilar de longa permanência para o idoso Darci Rauschkolb, com efeitos a partir de abril de 2015, conforme determinação judicial, autos 0003365-74.2014.8.24.0019), em favor da ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA, no valor total de R\$ 10.065,96 (dez mil, sessenta e cinco reais e noventa e seis centavos).

LAURI GARBOSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 17/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 17/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob nº 10.564,205/0001-53, com sede em Linha Santa Catarina,

Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor LUIZ PILONI.

OBJETO: Conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Santa Catarina e população em geral, local para o desenvolvimento de atividades culturais, gastronômicas, educacionais, confraternizações, entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 8.000,00.

PRAZO: Até 21 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 22 de maio de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 21/2015– FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 21/2015– FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA – FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RE-CREATIVA DE LINHA OURO, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 07.020.223/0001-60, representado pelo seu Presidente, senhor DORNELES MAZZUTTI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços visando o interesse público no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Ouro, local para desenvolvimento de atividades culturais, confraternização entre outros eventos sociais e esportivos.

VALOR: R\$ 65.000.00

PRAZO: De 02/06/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Junho de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2015– FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 22/2015– FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA – FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o CLUBE CONCORDIENSE DE XADREZ- CCX, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 78.478.575/0001-01, representado pelo seu Presidente, senhor GILMAR ROBERTO DURANTE.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo da realização do 1º Torneio Internacional de Xadrez de Concórdia.

VALOR: R\$ 17.000.00

PRAZO: De 02/06/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Junho de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 23/2015– FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 23/2015– FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA – FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO CONCORDIENSE DE BOCHA E BOLÃO, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 19.784.991/0001-79, representado pelo seu Presidente, senhor DOMINGOS PICOLLI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município em competições de Bocha e Bolão, como microrregionais, regionais, JASC, JAST, Taça Ouro, Taça Prata, Campeonatos estaduais, Estadual do Master e outras competições realizadas pela FESPORTE e demais ligas.

VALOR: R\$ 15.000.00

PRAZO: De 02/06/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Junho de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 24/2015– FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 24/2015– FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA – FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o CLUBE UNIÃO PROGRESSO, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 02.510.934/0001-07, representado pelo seu Presidente, senhor LEONARDO PASTRE.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravaggio e população em geral, estruturação e manutenção de local para o desenvolvimento das atividades esportivas, culturais, gastronômicas, confraternizações e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 50.000.00

PRAZO: De 02/06/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Junho de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2015– FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 25/2015– FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA – FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e o CLUBE CONCORDIENSE DE TIRO AO ALVO CAÇA E PESCA, neste município, inscrito no CNPJ sob nº 82.811.522/0001-38, representado pelo seu Presidente, senhor FÁBIO FLORINDO SABI.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município nos JASC, campeonatos Regionais, Estaduais e Nacionais de Trapp.

VALOR: R\$ 35.000,00

PRAZO: De 02/06/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 02 de Junho de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 39/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 39/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA – CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, com sede na Rua Anita Garibaldi, 104, 2º andar, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor MOACIR ZAT.

OBJETO: Conjunção de esforços, objetivando o gerenciamento administrativo e financeiro para realização da Expo Agro 2015, e para o funcionamento do restaurante e da praça de alimentação.

PRAZO: Até 31 de outubro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 2 de junho de 2015.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 40/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 40/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CONCÓRDIA – ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.848/0001-87, com sede na Rua Anita Garibaldi, 104, Centro, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor EDSON ARGENTON.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação financeira, visando repassar, à CONVENIENTE, recursos necessários à confecção de cartilha gerencial para micro e pequenos empresários do Município.

VALOR: R\$ 13.000,00.

PRAZO: Até 31 de agosto de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 2 de junho de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 076/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 076/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante RENATA MARCHESI CARVALHO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 020.304.089-99, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente

a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 077/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 077/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ELIS CRISTINA DIAS BUENO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 111.942.129-21, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 04.05.2015 a 03.05.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 078/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 078/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante TAIZA APARECIDA NEVES inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.419.719-57, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 05.05.2015 a 04.05.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 079/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 079/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante TAIANE CARLA NEVES inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.419.619-94, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 05.05.2015 a 04.05.2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 12/2015-FMEC

Termo nº 03/2015

Processo nº 1788/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 12/2015

Aos 02 dias do mês de Junho de 2015, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO e o SER CULTURAL DE SÃO CRISTÓVÃO inscrito no CNPJ sob nº 05.918.667/0001-91, com sede neste município de Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor MARCELO GUILHERME MINOSSO, inscrito no CPF sob nº 044.025.179-66, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 12/2015, firmado em 22 de maio de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterada a expressão: "conta-corrente nº 3886.013.3849-9, agência 3886", para: "conta corrente nº 3886.003.335-3, agência: 3886", constante no Convênio que a este dá causa.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 02 de junho de 2015.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia

MARCELO GUILHERME MINOSSO

Presidente da Associação Ser Cultural De São Cristóvão

Testemunhas:

1. Nome: Marlô Cristina Ribeiro Pompeo CPF: 054.691.159-50	2. Nome: Andressa Fuchina CPF: 010.315.749-21
--	---

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 20/2015-FMEC

Termo nº 02/2015

Processo nº 2115/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 20/2015

Ao 1º dia do mês de Junho de 2015, a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, instituída através da Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, neste ato representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ, doravante denominada FUNDAÇÃO e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE LINHA PRESIDENTE CASTELO inscrita no CNPJ sob nº 07.129.548/0001-85, com sede neste município de Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor VALDEVINO RODRIGUES, inscrito no CPF sob nº 194.994.859-53, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 20/2015, firmado em 22 de maio de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica alterada a expressão: "conta nº 3499-0, agência 3886", para: "conta corrente nº 003.332-9, agência: 3886", constante no Convênio que a este dá causa.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 01 de junho de 2015.

VILMAR ANTÔNIO BENTZ

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia

VALDEVINO RODRIGUES

Presidente da Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo

Testemunhas:

1. Nome: Marlô Cristina Ribeiro Pompeo CPF: 054.691.159-50	2. Nome: Andressa Fuchina CPF: 010.315.749-21
--	---

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 05/2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Período: Maio
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	267.109,99
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	260.314,44
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	171.388,46
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	88.925,98
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.795,55
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.795,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	288.270,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	569.477,20	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	627.016,30
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	29.507,54	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	52.679,19
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	268.810,93	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	271.158,73
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	271.158,73	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	303.178,38
SALDOS ANTERIORES	389.074,71	SALDOS ATUAIS	352.695,62
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	302.715,23	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	334.977,60
BANCO C/ MOVIMENTO	86.359,48	BANCO C/ MOVIMENTO	17.718,02
TOTAL	1.246.821,91	TOTAL	1.246.821,91

CONCORDIA, 01/06/2015

MAURO MENDES
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE
Contador CRC SC 022.843/O-5

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 269/2015

DECRETO N. 269/2015

Regulamenta, no âmbito do Município de Cordilheira Alta, a utilização da Modalidade de Licitação denominada "PREGÃO ELETRÔNICO", para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência prevista no inciso II, art. 30, da Constituição Federal, das disposições de que trata a Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, e de acordo com os dispositivos da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único - Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§ 3º O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 4º - O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional de entidades devidamente qualificadas e credenciadas, inclusive as Bolsas de Mercadorias, devendo estas, estarem organizadas sob a forma de Sociedades Civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregão.

Art. 3º Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o sistema eletrônico.

§ 3º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 6º Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 7º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I - designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio;
- II - indicar o provedor do sistema;
- III - determinar a abertura do processo licitatório;
- IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;
- V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- VI - homologar o resultado da licitação; e
- VII - celebrar o contrato.

Art. 8º Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

I - elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com

indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

II - aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

III - apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

IV - elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

V - definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

VI - designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1º A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apóiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§ 2º O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 9º As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração pública, pertencentes, preferencialmente, ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2º A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

Art. 10 Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - coordenar o processo licitatório;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

III - conduzir a sessão pública na internet;

IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

V - dirigir a etapa de lances;

VI - verificar e julgar as condições de habilitação;

VII - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 11 Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 12 Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no sistema eletrônico de apoio técnico operacional indicado e disponibilizado pelo município

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e

lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no sistema eletrônico terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 13 Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

I - à habilitação jurídica;

II - à qualificação técnica;

III - à qualificação econômico-financeira;

IV - à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso; e

VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada através das seguintes formas conforme a determinação do edital:

I - Por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.

II - Através do próprio portal eletrônico que disponibilize a ferramenta de inclusão dos documentos exigidos em edital em forma digitalizada /ou escaneada (sempre em forma de reconhecimento de firma por verdadeiros), a qual por ocasião do cadastramento da proposta, o licitante simultaneamente em ato contínuo deverá cadastrar (junto ao portal eletrônico em arquivo específico) os documentos exigidos em edital, que estes tão somente serão conhecidos (pelo pregoeiro e de forma pública) após o término do tempo randômico e ou prorrogação automática, e tão somente os documentos do licitante vencedor. Documentos estes que devem ser anexados em sua forma original e/ou por verdadeiros por ocasião da assinatura do contrato.

III - Envio de documentos pelos licitantes por via postal ou entrega dos mesmos na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§ 2º A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV e V deste artigo poderá - mediante regra expressa em edital, ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo referido Sistema, por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 14 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 15 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder,

que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o município;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único. Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 16 A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

I - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial do Município; e

b) meio eletrônico, na internet;

II - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

a) Diário Oficial do Município;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação;

§ 1º Os valores estipulados nos incisos I e II acompanharão as alterações verificadas nos limites indicados nas alíneas "b" e "c" do artigo 23, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

§ 2º O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 3º A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§4º O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis.

§ 5º Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§ 6º Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, independentemente do valor estimado, será adotado o disposto no inciso II.

Art. 17 Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até

vinte e quatro horas.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 18. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 19 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 20 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 21. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 22 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Parágrafo Único. O pregoeiro poderá ter acesso, na etapa de classificação das propostas, a razão social dos licitantes para efetuar consultas junto ao Tribunal de Contas de São Paulo e também a lista municipal de licitantes inidôneos com intuito de impedir a participação de licitantes penalizados.

Art. 23 Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º Ao invés da regra prevista o §7º deste artigo, poderá ser estipulado em edital o fechamento dos lances via "prorrogação automática", momento em que o pregão se encerrará apenas quando o certame ficar sem receber lances pelo período de 2 (dois) minutos consecutivos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, caso contrário serão feitas prorrogações automáticas visando a continuidade da disputa.

§ 9º Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 10º A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 11 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 12 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 24 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF. Caso contrário, dar-se-á mediante a verificação da documentação enviada pelos licitantes, via postal ou entrega da mesma na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§ 2º Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8º Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei no 8.666, de 1993.

§ 9º Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 25 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 26 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2o Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3o O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2o ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4o O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 27 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, e será, se for o caso, descredenciado no SICAF, ficando impedido de participar de licitações coma administração pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo único. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, caso o município utilize-o e, em todo caso, constarão, também, dos registros próprios de controle do município.

Art. 28 A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1o A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2o Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 29 O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

- I - justificativa da contratação;
- II - termo de referência;
- III - planilhas de custo, quando for o caso;
- IV - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;
- V - autorização de abertura da licitação;
- VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
- VII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
- VIII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX - parecer jurídico;
- X - documentação exigida para a habilitação;
- XI - ata contendo os seguintes registros:
 - a) licitantes participantes;
 - b) propostas apresentadas;
 - c) lances ofertados na ordem de classificação;
 - d) aceitabilidade da proposta de preço;
 - e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

XII - comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
- b) do resultado da licitação;
- c) do extrato do contrato; e
- d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1o O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2o Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3o A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 30 Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31 Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 32 Aplicam-se subsidiariamente as normas Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais números 3.555 de 08 de agosto e 2000 e 5.450, de 1º de Junho de 2005.

Art. 33 Compete a Secretaria Municipal de Administração estabelecer normas e orientações complementares sobre matéria regulamentada neste Decreto, bem como resolver os casos omissos.

Cordilheira Alta, SC, 01 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

DECRETO N. 270/2015

DECRETO N. 270/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Sra. KATIANE ORTOLAN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, 15 (quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir de 21/07/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 02 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

KATIANE ORTOLAN Ciente em: ____/____/2015

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO - PP 29/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 64/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 29/2015

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de sêmen bovino, nitrogênio líquido e outros materiais para manutenção das atividades da Secretaria de Agricultura.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 17/06/2015.

Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 17/06/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Cordilheira Alta - SC, 02 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO - PP30/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n 65/2015.

Pregão Presencial n. 30/2015.

Tipo: Menor preço.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GRAVAÇÃO EM ESTUDIO DO PROGRAMA SEMANAL DE RÁDIO E DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS, INFORMAÇÕES, AVISOS E RECADOS DE UTILIDADE PÚBLICA EM EMISSORA PADRÃO FM.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 18/06/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:45 horas do dia 18/06/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 02 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL AVISO DE LICITAÇÃO PP 28/2015

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n 63.2015.

Pregão Presencial n. 28/2015.

Tipo: Menor preço por lote.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de software (sistema móvel) para coleta de informações exigidos pelo sistema E-SUS e aquisição de tablet's para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 17/06/2015

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 17/06/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 02 de junho de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

SIDONIA S. MERISIO
Secretaria de Saúde

TF. MÊS 05/2015**Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 04/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.142,27
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	685,36
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	456,91

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 05/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		30.898,12
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	7.098,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00	Saúde da Família - SF	8.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica	1.623,08
4.1.7.2.1.33.08.00.00	Saúde Bucal - SB	4.460,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00	Transferência de recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.030,22
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	686,82

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 06/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		2.044,14
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.226,48
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	817,66

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 07/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		7.718,07
4.1.7.2.1.33.13.00.00	PMAQ (RAB - PMAQ - SM)	6.600,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	670,84
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	447,23

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 08/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		331.613,02
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	199.594,36
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	99.797,18
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	70.227,65
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	3.682,27
4.1.7.2.1.33.02.00.00	Piso de Atenção Básica - PAB	8.382,83
4.1.7.2.1.33.17.00.00	Transf do FNS BLMAC	3.473,89
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.227,20
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	8.151,47
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-73.923,83

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 11/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.223,36
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	734,02
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	489,34

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 12/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.649,22
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.389,53
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.259,69

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 13/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		24.705,21
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	14.823,13
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	9.882,08

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 14/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		32.364,53
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	19.418,72
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	12.945,81

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 15/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		1.245,88
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	747,53
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	498,35

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 18/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		14.413,93
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	3.942,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	9.363,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	665,11
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	443,41

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 20/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		52.113,65
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	21.235,69
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	10.617,84
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	7.471,82
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	14.170,13
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.889,94
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.593,30
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-7.865,07

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 21/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		11.639,97
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferencia do SIA - MAC	3.482,10
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.894,72
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.263,15

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 22/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.254,90
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.952,94
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.301,96

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 25/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		12.563,90
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.478,11
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	4.251,47
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.834,32

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 26/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		3.376,48
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.025,89
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.350,59

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 27/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		6.555,29
4.1.7.2.1.33.07.00.00	Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS	1.277,44
4.1.7.2.1.33.10.00.00	Transferencia do SIA - MAC	750,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.716,71
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.811,14

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6**Santa Catarina**
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 28/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		18.364,01
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	9.704,01
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.852,01
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	3.414,37
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.392,61
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.595,08
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-3.594,07

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Santa Catarina
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data do Recebimento: 29/05/2015

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		143.723,05
4.1.7.2.1.01.02.10.01	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	88.828,41
4.1.7.2.1.01.02.10.02	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	44.414,20
4.1.7.2.1.01.02.10.03	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	31.254,44
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	4,45
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	2,22
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1,57
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.489,99
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	744,99
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	524,26
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.946,84
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.964,56
9.1.7.2.1.01.02.10.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-32.899,40
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-1,64
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-551,84

Cordilheira Alta, 02/06/2015

ALCEU MAZZIONI
PREFEITO MUNICIPAL

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
CONTADORA - CRC/SC 028483/O-6

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO DE REVOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 10/2015

DECRETO Nº. 7.187, 01 de junho de 2015.

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 59/2015 – TOMADA DE PREÇO N. 10/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado o processo administrativo nº. 59/2015 – Tomada de Preço N. 10/2015, por motivo de erro no objeto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de junho de 2015.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS Nº 52 A 55

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2015

Contratado: AIRTON KERBES ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Valor: R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais).

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2015

Contratado: TRANSPORTES SÃO MARCOS LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA COMUNIDADE DE LINHA ANTINHAS INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS SC, TOTALIZANDO 6.360,00 M²

Valor: de R\$ 239.962,80 (duzentos e trinta e nove mil novecentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos)

Prazo de execução: 120 dias

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2015

Contratado: DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEÍCULOS LTDA

Objeto: A AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DE COMBATE À INCÊNDIO, ZERO QUILOMETRO, FABRICAÇÃO NACIONAL; ANO DE FABRICAÇÃO E ANO DE MODELO IGUAL OU SUPERIOR AO ANO DE 2015

Valor: R\$ 239.000,00 (duzentos e trinta e nove mil reais).

Prazo de entrega: até 90 (noventa) dias

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2015

Contratado: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REVISÃO DE 2000 HORAS DE MÁQUINA MOTONIVELADORA, MOTOR Nº 3676244RX, Nº DE SÉRIE M36368122

Valor: R\$ 13.751,36 (treze mil setecentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos).

Prazo de entrega: até 10 dias após assinatura do contrato

Vigência: 31/12/2015

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 37 E 38

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

7º TERMO ADITIVO Nº 37/2015 AO CONTRATO Nº 128/2013

Contratado: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO – Aditivando o valor de R\$ 2.772,03 (dois mil setecentos e setenta e dois reais e três centavos), totalizando R\$ 1.382.512,16 (um milhão, trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e doze reais e dezesseis centavos) o valor da obra, conforme demonstrado no orçamento, cronograma e Quadro de Composição do Investimento (QCI) em anexo referente a reprogramação 01.

Vigência: 28/08/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

7º TERMO ADITIVO Nº 38/2015 AO CONTRATO Nº 100/2012

Contratado: CONSTRUTORA LUCATEL LTDA

Objeto: Fica alterada a Cláusula Quinta – Dos Prazos e Suas Prorrogações do Contrato nº 100/2012, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/09/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/09/2015

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO FUNSAU 011/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO FUNSAU 011/2015 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

MÊS/ANO: JUNHO/2015 NÚMERO CONTRATO: 011/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/06/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO

O objeto do presente contrato é a contratação de empresa especializada em Gestão Pública para locação de sistema informatizado de gestão de saúde pública para a Secretaria de Saúde do Município de Coronel Martins, SC, compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população do município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento tem início nesta data e término previsto para 01/06/2016, podendo ser prorrogado até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais.

CLAUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de São Domingos- SC, para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 02.792.912/0001-79

CONTRATADO: CERTA SISTEMAS INFORMATIZADOS LTDA

Correia Pinto**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO 02.2015 JORNAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 04/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, ATRAVÉS DE CENTÍMETRO COLUNA, PRETO E BRANCO, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA ME

CNPJ: 11.416.624/0001-00

Processo Licitatório nº 02/2015 – Pregão Presencial

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	PUBLICAÇÃO LEGAL (centímetro/coluna – preto e branco)	6.000	7,89	47.340,00

Valor total: 47.340,00

Vigência: 07/05/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 03 de junho de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES

PRESIDENTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 02/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA****CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**

Página: 1/7

Processo Nº.: 2/2015**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2015**

No dia 6 do mês de Maio do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.689/0001-30, com sede administrativa localizada na AV.DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES, o Sr(a). JOSÉ TADEU GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 540.992.349-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 2/2015, Processo Licitatório nº. 2/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, ATRAVÉS DE CENTÍMETRO/COLUNA, PRETO E BRANCO, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, CONFORME ANEXO I DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6555	NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGNDA L	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGNDA L	11.416.624/0001-00	JOÃO JUNIOR DE SOUZA	949.049.959-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL, ATRAVÉS DE CENTÍMETRO/COLUNA, PRETO E BRANCO, EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6555 - NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGNDA L						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PUBLICAÇÃO LEGAL (CENTIMETRO/COLUNA- PRETO E BRANCO)	CM		6.000,000	7,8900	47.340,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/7
Processo Nº.: 2/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/7
Processo Nº.: 2/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/7
Processo Nº.: 2/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/7
Processo Nº.: 2/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/7
Processo Nº.: 2/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 7/7
Processo Nº.: 2/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 6 de Maio de 2015.

JOSÉ TADEU GONÇALVES
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Empresas Participantes:

NOSSA TERRA COMUNICAÇÃO PUBLICIDADE E PROPAGANDA CNPJ: 11.416.624/0001-00 _____

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 889 /15

DECRETO Nº 889 /15

DECRETA PONTO FACULTATIVO NO DIA 05 DE JUNHO DE 2015 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ – SC, A SER OBSERVADO PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA.

LUIZ CARLOS TAMANINI Prefeito Municipal de Corupá no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no item VII, do art. 66 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a importância da otimização da prestação dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a necessidade contínua de controle nas despesas em todos os órgãos da Administração; e

CONSIDERANDO o feriado de Corpus Christi (04 de junho),

DECRETA:

Art. 1º- Fica decretado ponto facultativo no dia 05 de junho de 2015 (sexta-feira) no âmbito do Município de Corupá, a ser observado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º- As medidas dispostas no presente Decreto não acarretarão paralisações nas prestações de serviços públicos essenciais, considerados indispensáveis.

Art. 3º- Os serviços serão restabelecidos a sua normalidade na segunda-feira dia 08 de junho de 2015.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
02 de junho de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3290/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 001/2015.

PORTARIA Nº 3290/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 001/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato

nº 001/2015, a senhora Simone Gaudete, matrícula funcional nº 10.478-07, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Merenda Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIFICAÇÃO NAS ESCOLAS, CRECHES E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 14 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3291/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2015.

PORTARIA Nº 3291/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 002/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), ADMINISTRADO PELO CIGA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3292/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2015.

PORTARIA Nº 3292/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 003/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 003/2015, a senhora Juliana Twardowski, matrícula funcional nº 6878-07, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa o Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de ELETROS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS, PARA USO NAS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 12 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3293/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 004/2015.

PORTARIA Nº 3293/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 004/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 004/2015, o senhor Jean Marcel Bertoldi Diel, matrícula funcional nº 8735-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRODUÇÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 04 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3294/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2015.

PORTARIA Nº 3294/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 006/2015, a senhora Simone Gaudete, matrícula funcional nº 10.478-07, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Merenda Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3295/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022 E 023/2015.

PORTARIA Nº 3295/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022 E 023/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da

Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 021, 022 e 023/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE Equipamentos e Materiais permanentes para que seja oferecido um atendimento de maior qualidade e segurança no atendimento prestado pelos profissionais da Equipe da Estratégia de Saúde da Família aos Municípios DE CORUPÁ-SC.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3296/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2015.

PORTARIA Nº 3296/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 026/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 026/2015, a senhora Marisa Kuhl Judachewsky, matrícula funcional nº 2656-05, ocupante do cargo de Assistente Pedagógico, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a Locação de (01) uma área comercial com edificação em alvenaria, com área total de 201,00 m² situada a Rua José Pasqualini, município de Corupá, destinada para funcionamento do Centro de Atendimento Especial de Corupá - CAECO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3297/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2015.

PORTARIA Nº 3297/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 027/2015, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa a LOCAÇÃO DE UMA ÁREA COMERCIAL, COM EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA, COM A ÁREA TOTAL DE 768,20M2, SENDO ÁREA TÉRREA COM 686,49 M2 E 2º PISO COM 81,80 M2, SITUADA A RUA PE. VICENTE, PARA FUNCIONAMENTO DE DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de

terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3298/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2015.

PORTARIA Nº 3298/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 028/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 028/2015, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa a LOCAÇÃO DE (01) UMA ÁREA COMERCIAL COM EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA, COM ÁREA TOTAL DE 145,00 M² (PAVIMENTO TÉRREO) SITUADA A RUA FRANCISCO MEES, 580, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DESTINADA PARA FUNCIONAMENTO DO PSF 03 – CENTRO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3299/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2015.

PORTARIA Nº 3299/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 029/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 029/2015, o senhor Jean Marcel Bertoldi Diel, matrícula funcional nº 8735-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, cujo objeto do contrato visa a LOCAÇÃO DE (01) UMA ÁREA COMERCIAL EM ALVENARIA, COM ÁREA TOTAL DE 116,13 M² SITUADA A RUA JARAGUÁ, 109, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DESTINADA PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3300/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 030/2015.

PORTARIA Nº 3300/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 030/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 030/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a LOCAÇÃO DE (01) UM APARTAMENTO LOCALIZADO NA AV. GETULIO VARGAS, EDIFÍCIO BELLA FLOR, DESTINADO PARA ACOMODAÇÃO DO MÉDICO PARTICIPANTE DO PROGRAMA "MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL" INSTITUÍDO PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 621 DE 08 DE JULHO DE 2013, E CONFORME A LEI MUNICIPAL Nº 2135/13 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3301/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 031/2015.

PORTARIA Nº 3301/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 031/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei

Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 031/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a LOCAÇÃO DE (01) UMA ÁREA COMERCIAL COM EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA, COM ÁREA ÚTIL DE 77,99 M² SITUADA A RUA XV DE NOVEMBRO, 635, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORUPÁ, DESTINADA PARA FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF 2.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3302/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2015.

PORTARIA Nº 3302/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 032/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 032/2015, a senhora Simone Gaudete, matrícula funcional nº 10.478-07, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Merenda Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio

todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3303/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 033/2015.

PORTARIA Nº 3303/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 033/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 033/2015, a senhora Simone Gaudete, matrícula funcional nº 10.478-07, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Merenda Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3304/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 034/2015.

PORTARIA Nº 3304/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 034/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 034/2015, a senhora Simone Gaudete, matrícula funcional nº 10.478-07, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Merenda Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 09 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3305/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 035/2015.

PORTARIA Nº 3305/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 035/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 035/2015, a senhora Simone Gaudete, matrícula funcional nº 10.478-07, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Merenda Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS E PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL PARA ATENDER A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SERVIDA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 11 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3306/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 036, 037, 038 E 039/2015.

PORTARIA Nº 3306/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 036, 037, 038 E 039/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 036 , 037,038 e 039/2015, a senhora Simone Gaudete, matrícula funcional nº 10.478-07, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Merenda Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR – PROGRAMA PNAC E PROGRAMA PNAE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3307/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 040/2015.

PORTARIA Nº 3307/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 040/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 040/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA VOLVO DO BRASIL, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS VOLVOS DA FROTA MUNICIPAL.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 19 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3308/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2015.

PORTARIA Nº 3308/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 041/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 041/2015, a senhora Juliana Twardowski, matrícula funcional nº 6878-07, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE E MANUTENÇÃO AO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR "ESCOLA VIA NET" E ADESÃO DE NOVA UNIDADE DE ESCOLAR "CEI BOMPLANDT".

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 19 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3309/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2015.

PORTARIA Nº 3309/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 042/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 042/2015, a senhora Bernadete Correa Hillbrecht, matrícula funcional nº 2518-08, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, MONTAGEM E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GRANITO E MÁRMORE, PARA O PSF 01 - BAIRRO SEMINÁRIO.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 19 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3310/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 043/2015.

PORTARIA Nº 3310/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 043/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 043/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE TREVOS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3311/15 - DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 044/2015.

PORTARIA Nº 3311/15

DESIGNA SERVIDORA PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 044/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº

044/2015, a senhora Juliana Twardowski, matrícula funcional nº 6878-07, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Frota e Transporte Escolar, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JORNALÍSTICA PARA DISTRIBUIÇÃO DE EXEMPLARES PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO - PARA A PRÁTICA DO PROJETO DE APRENDIZAGEM E LEITURA.

Art. 2º - Atribui à servidora designada, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 18 de Fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3312/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2015.

PORTARIA Nº 3312/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 045/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 045/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE OFICINA MECÂNICA PARA REFORMA NAS MÁQUINAS ESCAVADEIRA VOLVO EC-210, RETRO ESCAVADEIRA JCB E PEÇAS PARA PATROLA, QUE COMPÕE A FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou

defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3313/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 046/2015.

PORTARIA Nº 3313/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 046/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 046/2015, o senhor Marcelo Dos Santos, matrícula funcional nº 2526-01, ocupante do cargo de técnico de Atividades de Engenharia, Lotado na Gerencia de Planejamento, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS CINCO PONTOS DE VÍDEO-MONITORAMENTO INSTALADOS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ/SC, AO LONGO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribuir ao servidor Giovanni Antônio Floriani, matrícula funcional nº 15356-01, ocupante do cargo de Técnico de Informática, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, assistir à execução do contrato citado no art. 1º e subsidiar de informações pertinentes a essa atribuição conforme determinado no Art. 67 da Lei 8666/93.

Art. 3º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 06 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3314/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 047/2015.

PORTARIA Nº 3314/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 047/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 047/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL COM FORNECIMENTO DE 50 (CINQUENTA) LINHAS E RESPECTIVOS APARELHOS CELULARES NOVOS ATRAVÉS DE COMODATO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3315/15 -DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2015.

PORTARIA Nº 3315/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 048/2015, o senhor Valdir Klemann, 3046-03, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia, Lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE DIVERSAS CABECEIRAS DE PONTES EM CONCRETO ARMADO NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3316/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 049 E 050/2015.

PORTARIA Nº 3316/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 049 E 050/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 048 e 050/2015, o senhor Valdir Klemann, 3046-03, ocupante do cargo de Diretor de Planejamento e Engenharia, Lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA UTILIZAÇÃO NA EXECUÇÃO DE DIVERSAS CABECEIRAS DE PONTES DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3317/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 051/2015.

PORTARIA Nº 3317/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 051/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 051/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretario Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONARIA AUTORIZADA DA MARCA KOMATSU, PARA COMERCIALIZAÇÃO DE PEÇAS, PARA A MAQUINA PC160 DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3318/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 052/2015.

PORTARIA Nº 3318/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 052/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 052/2015, o senhor Alceu Gilmar Moretti, matrícula funcional nº 1772-04, ocupante do cargo de Secretario Municipal de Infra Estrutura, Lotado na Secretaria Municipal de Infra estrutura, cujo objeto do contrato visa a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE REPAROS E PREVENTIVOS MECÂNICOS NAS DIVERSAS MÁQUINAS PESADAS QUE COMPÕE A FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio

todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3319/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 054/2015.

PORTARIA Nº 3319/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 054/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 054/2015, o senhor Josimar Caldeira, matrícula funcional nº 10825-03, ocupante do cargo de Diretor de Licitação, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REINSTALAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA E CABEAMENTO ESTRUTURADO NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de Abril de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3320/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 056/2015.

PORTARIA Nº 3320/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 056/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 056/2015, o senhor Felipe Rafaeli Rodrigues, matrícula funcional nº 6284-03, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação, Lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, cujo objeto do contrato visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA ELETRICA NO PREDIO DO CRAS, COM ELABORAÇÃO DE PROJETO, E FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3321/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 058, 059 E 60/2015.

PORTARIA Nº 3321/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 058, 059 E 60/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 058, 059 e 060/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado à responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3322/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 061, 062 E 63/2015.

PORTARIA Nº 3322/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 061, 062 E 63/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução dos contratos nº 061, 062 e 063/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LÂMINAS, DENTES, UNHAS, TRAVAS E AFINS PARA USO NAS MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
23 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3323/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2015.

PORTARIA Nº 3323/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 057/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 057/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ, AÇÚCAR, FILTRO, ADOÇANTE, CHÁ E ÁGUA MINERAL), PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar

o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
24 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3324/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 064, 065, 066 E 67/2015.

PORTARIA Nº 3324/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DOS CONTRATOS Nº 064, 065, 066 E 67/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 064, 065, 066 e 067/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE FILTROS, ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, ADITIVOS, DETERGENTE, DESENGRAXANTE INDUSTRIAL E DETERGENTE AUTOMOTIVO PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕE A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
29 de abril de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3325/15 - DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 068/2015.

PORTARIA Nº 3325/15

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 068/2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 068/2015, o senhor Waldir Krisanski Junior, matrícula funcional nº 8720-01, ocupante do cargo de Almoxarife, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato visa o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE REMANUFATURAS DE TONER E CARTUCHOS DE TINTA PARA USO NOS PERIFÉRICOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
30 de abril de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PREGAO PRESENCIAL 019/2015 - MATERIAL ODONTOLOGICO

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO
Modalidade Pregão Presencial nº 019/15
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS, MÉDICO ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ- SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 03/06/2015 às 14:00 horas do dia 17/06/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 17/06/2015.
TIPO: Menor Preço por item.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 03 de Junho de 2015
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 018/2015 - LEILOEIRO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Pregão Presencial nº 018/15
OBJETO: CONTRAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA EXECUTAR LEILÕES DE ALIENAÇÃO DE BENS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 03/06/2015 às 09 horas do dia 17/06/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA: 09h30min do dia 17/06/2015.
TIPO: MENOR PERCENTUAL OFERTADO.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 03 de Junho de 2015
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 001/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO LICITAÇÃO
Modalidade Tomada de Preço nº 001/15
OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia para viabilizar a empreitada por preço global, na construção de 03 pontes (PONTE ROCHA - COMPRIMENTO = 22,25 m X LARGURA = 4,15 m, PONTE ROTA DAS CACHOEIRAS - COMPRIMENTO = 18,50 m X LARGURA = 4,15 m e PONTE VALDOMIRO PRETO - COMPRIMENTO = 22,30 m X LARGURA = 4,15 m), com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários, no Município de Corupá-SC, conforme memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo, conforme especificações e memoriais anexos.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09 horas do dia 03/06/2015 às 09 horas do dia 19/06/2015.
INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 19/06/2015.
TIPO: Menor Preço global.
INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).
HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs
Telefone (47) 3375-6500
Fica estipulada a data máxima do dia 17/06/2015 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada.

Corupá, 03 de Junho de 2015
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº26/2015.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº26/2015.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Obra de Término do 2º Pavimento do Posto de Saúde Central do município com área total de 418.48 m2 conforme memorial descritivo. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 19/06/2015, às 09h00, e início da sessão do Pregão dia 19/06/2015 às 09h30. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial. Curitibanos, 01 de junho de 2015.

Altamir Carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello Secretário Mun. Saúde Pregoeira

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº27/2015.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº27/2015.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Obra de reforma e ampliação do Laboratório da Unidade de Saúde Central num total de 209,56 m2 e construção de Lixeira no Pronto Acolhimento num total de 4,25 m2 conforme memoriais descritivos. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 19/06/2015, às 13h30, e início da sessão do Pregão dia 19/06/2015 às 14h00. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial. Curitibanos, 01 de junho de 2015.

Altamir Carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello Secretário Mun. Saúde Pregoeira

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FIA - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA
DIONÍSIO CERQUEIRA SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal da Infância e Adolescência do Município de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 004/2015. Do processo nº 005/2015. Objeto: Contratação de empresa para realização de oficinas de Educação Física, Capoeira, Fotografia, Culinária, Reciclagem e Artes, para as crianças e os adolescentes do projeto resgatando vidas.. Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 16/06/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 02/06/2015.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO 019/2015

DECRETO nº 019 de 15 de maio de 2015.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de Nelo Giacomozzi CPF nº 009.688.209-30 casado com Emma Giacomozzi CPF nº 649.815.929-49, contendo uma área de 4.296,39m² (quatro mil duzentos e noventa e seis metros e trinta e nove décimos quadrados), edificado com um rancho de madeira para depósito com 120,00m², de nº 328 e um galpão de alvenaria com 378,75m² de nº 440, conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º - O desmembramento aprovado por este decreto provem de um imóvel urbano, situado lado par da Rua Brasília, distando pelo lado direito do imóvel 245,00m da esquina formada com o lado par da Rua Capelão Beil, município de Doutor Pedrinho-SC, com a área de 4.296,39m² (quatro mil duzentos e noventa e seis metros e trinta e nove décimos quadrados), edificado com um rancho de madeira para depósito com 120,00m², de nº 328 e um galpão de alvenaria com 378,75m² de nº 440, devidamente registrado no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC, sob matrícula nº 7.060, livro 2.

Parágrafo Único - Do referido imóvel será desmembrado dois lotes e restando uma área remanescente abaixo descrito:

I - Lote nº01: Terreno urbano, com a área de 943,19m² (Novecentos e quarenta e três metros e dezenove décimos quadrados), edificado com uma casa de alvenaria com 140,00m² de nº 348, localizado no lado par da Rua Brasília, distante a pelo lado direito do imóvel em 245,00m da esquina formada com o lado par da Rua Capelão Beil, Centro, município de Doutor Pedrinho SC, com as seguintes especificações: Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em 4,86m com o lado par da rua Brasília até o ponto 01, deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno 172°47'30" em 27,43m com o lado par da rua Brasília até o ponto 02; deste segue pelo lado esquerdo defletindo a esquerda com ângulo interno de 90°24'4" em 57,38m com Área Remanescente até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo a esquerda com ângulo interno de 29°48'7" em 56,05m com terras de Alcício Giacomozzi, Mat. 1218, L-2, Registro de Timbó, até o ponto 04, deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno de 177°56'36" em 9,45m com terras de Alcício Giacomozzi, Mat. 1218, L-2, Registro de Timbó até ponto PP; deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno de 69°3'43" com início desta descrição, perfazendo o perímetro em 155,18m.

II - Lote nº 2 Terreno urbano, com a área de 300,53m² (trezentos metros e cinquenta e três décimos quadrados), edificado com uma casa de madeira com 66,50m² de nº310, localizado no lado par da Rua Brasília, distando pelo lado direito do imóvel 294,50m da esquina formada com o lado par da rua Capelão Beil, Centro, município de Doutor Pedrinho SC, com as seguintes especificações: Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em 14,06m com o lado par da rua Brasília até o ponto 01; deste segue pelo lado

esquerdo defletindo a esquerda com ângulo interno de 103°38'38" em 22,00m com terras de Romano Michalak, Transc. 20222, fl. 133, L-3-I, Registro de Indaial até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo a esquerda com ângulo interno de 76°21'22" em 14,06m com Área Remanescente até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo a esquerda com ângulo interno de 103°38'38" em 22,00m com Área Remanescente até ponto PP; deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno de 76°21'22" com início desta descrição, perfazendo o perímetro em 72,12m.

III - Área remanescente Terreno urbano, com a área de 33.052,67m² (trinta e três mil cinquenta dois metros e sessenta e sete décimos quadrados), edificado com um rancho de madeira para depósito com 120,00m², de nº 328 e um galpão de alvenaria com 378,75m² de nº 440, localizado no lado par da Rua Brasília, distando pelo lado direito do imóvel 277,29m da esquina formada com o lado par da rua Capelão Beil, Centro, município de Doutor Pedrinho SC, com as seguintes especificações: Iniciando no ponto PP, situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel, segue pela frente em 17,21m com o lado par da rua Brasília até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo a esquerda com ângulo interno de 103°38'38" em 22,00m com Lote 02, ate o ponto 02, deste segue defletindo a direita com ângulo interno de 256°21'22" em 14,06m com Lote 02, ate o ponto 03, deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno 103°38'38" em 75,88m com terras de Romano Michalak, Transc. 20222, fl. 133, L-3-I, Registro de Indaial ate o ponto 04; deste segue pelos fundos defletindo a esquerda em linha curva de 31,79m com a margem direita do Rio Forçaço ate o ponto 05; deste segue pelo lado direito defletindo a esquerda em linha reta de 30,60m com terras de Alcício Giacomozzi, Mat. 1218, L-2, Registro de Timbó, até o ponto 05, deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno de 177°36'37" em 7,44m com terras de Alcício Giacomozzi, Mat. 1218, L-2, Registro de Timbó, até o ponto 06, deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno de 150°11'53" em 57,38m com Lote 01 até o ponto de partida PP; deste segue defletindo a esquerda com ângulo interno de 87°53'27" com início desta descrição, perfazendo o perímetro em 256,36m. Neste imóvel fica reservada uma Área de 1.132,97m² (um mil, cento e trinta e dois metros e noventa e sete décimos quadrados), em uma faixa de 30 metros de largura ao longo da margem direita do Rio Forçaço, destinada a Área de Preservação Permanente (APP), conforme Lei n.º 12.651-Código Florestal, de 25 de maio de 2.012.

Art. 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 15 de maio de 2015; 27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 15 de maio de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE 1 EDITAL_CURSO INFORMÁTICA

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0008/2015
Processo licitatório nº: 0008/2015
Objeto: Contratação de horas aula informática para o programa de convivência e fortalecimento de vínculos.
Data do Recebimento: 19/06/2015 às 09h00 min.
Data da abertura: 19/06/2015 às 09h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de junho de 2015.
FERNANDA DE CAMPOS
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE 1 EDITAL_LAVAGEM DE VEÍCULOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº 0021/2015
Processo licitatório nº: 0045/2015
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos da prefeitura de Faxinal dos Guedes
Data do recebimento: 22/06/2015 às 09h 00min.
Data da Abertura: 22/06/2015 às 09h 15min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de junho de 2015.
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO DE 1 EDITAL_LAVAGEM DE VEÍCULOS SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS

Modalidade: Pregão Presencial nº 0009/2015
Processo licitatório nº: 0030/2015
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem de veículos para o fundo municipal de saúde
Data do recebimento: 22/06/2015 às 10h 00min.
Data da Abertura: 22/06/2015 às 10h 15min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de junho de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

EXTRATO DE 1 EDITAL_MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS

Processo licitatório nº: 0029/2015
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0008/2015
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material médico e hospitalar destinado ao Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes.
Data do Recebimento: 23/06/2015 às 09h00min
Data da abertura: 23/06/2015 às 09h15min
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 – Centro – fone (49) 3436 – 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de junho de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PUBLICA

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 098, DE 26 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 098, DE 26 DE MAIO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, SOLANGE IDALINA LIMA, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDA E LIMPEZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO que ROSILDA FIGUEREDO CONICOLI nomeada pelo Decreto n. 144/2014, de 10 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais – Merenda e Limpeza, classificada em 1º (PNE) lugar, no Concurso Público, Edital n. 001/2014, não se apresentou para posse no prazo determinado;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato da vaga de Agente de Serviços Gerais – Merenda e Limpeza;

CONSIDERANDO que a nomeada em questão foi classificada no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, SOLANGE IDALINA LIMA para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – MERENDA E LIMPEZA, classificada em 2º lugar (PNE) no Concurso Público, Edital n. 001/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º A servidora nomeada terá o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 26 de maio de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 26 de maio de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

ADITIVO EDITAL ACT Nº 003-2015

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0003, DE 19 DE JANEIRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Fica alterada a descrição do item 3.2 do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário – ACT, n. 0003, de 19 de janeiro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação: "O Candidato concorrerá às vagas de Agente de Serviços Gerais que o Município de Fraiburgo, tenha que contratar para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas no Município, durante o ano letivo de 2015, podendo ser prorrogado." Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 02 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0020_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0114/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0021/2015 – PMF

Objeto: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 inciso III da Lei 8.666/93 visando a Contratação de show artístico para animação da festa junina municipal com a Dupla "Lucas e Willian", que será realizado no dia 07/06/2015, com início as 20 horas e duração de 01 hora, no palco ao lado do Centro de Eventos. Contratada: WILLIAN JOÃO SAFARIS SOB O CPF Nº 093.591.129-41 Valor e pagamento: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) até 09/06/2015. Fundamento Legal: Art. 25 "III" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 02 de junho de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0021_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0113/2015 – PMF
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0020/2015 – PMF

Objeto: contratação de show musical para festa junina municipal, com a "dupla Rock & Rodrigo", que será realizado no dia 07 de junho de 2015, duração de 01:30 hora, com início às 21:00 horas, no palco ao lado do centro de eventos. Contratada: ROQUE VICENTE

DA ROSA inscrita no CPF sob nº 022.086.129-30. Valor e pagamento: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) até 09/06/2015. Fundamento Legal: Art. 25 "III" da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 02 de junho de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

DECRETO Nº 108/2015

DECRETO Nº 108, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 13 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2015 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de desenvolvimento Econômico		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (186)	R\$	5.000,00
23.695.0025.2.052 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (192)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
12.01 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
04.122.0024.2.050 – Manutenção da Secretaria de desenvolvimento Econômico		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (187)	R\$	5.000,00
23.695.0025.2.052 – Desenvolvimento e Promoção do Turismo		
4.4.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (193)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 02 DE JUNHO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 109/2015

DECRETO Nº 109, DE 02 DE JUNHO DE 2015.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2282 de 13 de Fevereiro de 2015.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

02.00 – Gabinete do Prefeito		
02.03 – Cultura		
13.392.0008.2.004 – Manutenção das Atividades Culturais		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (271)	R\$	15.000,00
11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de assistência Social		
08.244.0020.2.046 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (273)	R\$	20.000,00
Total	R\$	35.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2014, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 02 DE JUNHO DE 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1218/2015

PORTARIA N.º 1218, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0776/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI GONÇALVES DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.361.499-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de junho de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1219/2015

PORTARIA Nº 1219, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0822/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora ELAINE FATIMA DE ANDRADE MATIAS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 845.390.549-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, a partir de 03 de junho de 2015 até 18 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2015.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1220/2015

PORTARIA Nº 1220, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; em conformidade com comunicação interna nº 0777/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARCIA ADRIANA ROSALEN MALLMANN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.821.539-01, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de junho de 2015 até 06 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 02 de junho de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 110, DE 02 DE JUNHO DE 2015.**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0013, DE 13 DE MAIO DE 2015.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0013, de 13 de maio de 2015, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 02 DE JUNHO DE 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS COM REALIZAÇÃO DE EVENTO EM PARCERIA COM A UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - UNIARP E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em especial a que lhe confere o Art. 34, IV, do Regimento Interno, tendo sido aprovada pelo Plenário desta Casa Legislativa, em Sessão Ordinária realizada em 01 de Junho de 2015, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica autorizada despesa para realização do evento UNIESCOLAR em parceria com a UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP Campus Fraiburgo, que ocorrerá no dia 10 de junho de 2015, na importância de até R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para pagamento de material impresso.

Paragrafo único. A Câmara Municipal isenta da taxa da cessão de uso do espaço público, prevista na Resolução nº 14/2013.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente da Câmara Municipal.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 02 de Junho de 2015.

GERSON DE MATIA
Presidente

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 097/2015

DECRETO N.º 097, DE 02 DE JUNHO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 879.600,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 879.600,00 (oitocentos e setenta e nove mil e seiscentos reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	489.600,00
26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	489.600,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	243.750,00
4.4.90.0.1.24.001016 - Aplicações Diretas	245.850,00
13.01 - SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTE E DESENVOLVIMENTO	390.000,00
23695511.060 - Empreendimentos Turísticos	390.000,00
4.4.90.0.1.24.001012 - Aplicações Diretas	390.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 879.600,00 (oitocentos e setenta e nove mil e seiscentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 02 de junho de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 03/06/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE A. PEREIRA RIVOIRE
Secretária de Administração Interina

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 286/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 286/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCIANA ELOISA LOPES DE ABREU

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,84 (oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 287/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 287/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SULI MARI MARQUEZ DE FIGUEROA

Objetivo: MERENDEIRA

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 288/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 288/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUCAS DE ABREU INÁCIO

Objetivo: MOTORISTA SOCORRITA SAMU

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 289/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 289/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIANA BURGOS LOBÃO BARROSO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 290/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 290/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BENTO DA ROSA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 291/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 291/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ABÍLIO GONÇALVES FILHO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 292/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 292/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROGÉRIO RAUPP DE SÁ

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 293/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 293/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LEANDRO PEREIRA FURTADO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 294/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 294/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: NIVALDO WESTRUP

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (Um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 295/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 295/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JORGE EDUARDO GONZALEZ LUZARDO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 04/05/2015 até 04/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 296/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 296/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MAIARA LOPES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,84 (oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 05/05/2015 até 05/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 297/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 297/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA IZABEL LOPES

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,84 (oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 05/05/2015 até 05/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 298/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 298/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: GILMAR GONÇALVES

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 299/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 299/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CLAUDIOMIRO DA SILVA

Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

Valor: R\$ 1.303,45 (um mil trezentos e três reais e quarenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 300/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 300/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PEDRO PAULO LUIZ

Objetivo: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

Valor: R\$ 1.303,45 (um mil trezentos e três reais e quarenta e cinco centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 301/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 301/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADRIANA AUTA DAVID

Objetivo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 302/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 302/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DIMAS CASTILHA NETO

Objetivo: MÉDICO ESF/PROVAB

Valor: R\$ 1.724,66 (um mil setecentos e vinte e quatro reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 303/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 303/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OTAIR DA SILVEIRA CORREIA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 304/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 304/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JARDEL BESCHOW VON MUHLEN

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 306/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 306/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: BRUNO MANCINI BARI

Objetivo: MÉDICO EMERGENCISTA

Valor: R\$ 11.316,12 (onze mil trezentos e dezesseis reais e doze centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 307/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 307/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PAULINO DE JESUS

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 308/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 308/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOSIMERE MARIA DA SILVA

Objetivo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 309/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 309/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ANDRÉ ALVES DA SILVA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 310/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 310/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: OSMAR GONÇALVES SEBASTIÃO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 311/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 311/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDMILSON CUNHA DE OLIVEIRA

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 312/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 312/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: CAIO ERNESTO DE SOUZA PASSOS

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 313/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 313/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA CELIA SIMEÃO PINHEIRO

Objetivo: AUXILIAR DE CONSERV/MANUTENÇÃO

Valor: R\$ 835,94 (oitocentos trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos) mensais

Vigência: De 06/05/2015 até 06/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 314/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 314/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: PATRICIA VARELA VIEIRA

Objetivo: TECNICO EM ENFERMAGEM - ESF

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 07/05/2015 até 07/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 315/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 315/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JULIA MARIA SOARES RAGGI

Objetivo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Valor: R\$ 803,84 (oitocentos e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 13/05/2015 até 13/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 316/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 316/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: RAFAELLA ABADE ALVES

Objetivo: ASSISTENTE SOCIAL

Valor: R\$ 1.788,57 (um mil setecentos e oitenta e oito com cinquenta e sete centavos) mensais

Vigência: De 13/05/2015 até 13/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 317/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 317/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: JOÃO CARLOS BATISTA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 14/05/2015 até 14/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 318/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 318/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARIA NAZARÉ DA SILVA

Objetivo: TECNICO EM ENFERMAGEM - ESF

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 15/05/2015 até 15/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 319/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 319/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: IRANI JOAQUIM DOS SANTOS

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 18/05/2015 até 18/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 320/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 320/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: LUIZ DA SILVA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 18/05/2015 até 18/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 321/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 321/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDILSON DA SILVA

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 18/05/2015 até 18/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 322/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 322/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: DIEGO SOARES GASPAR

Objetivo: MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

Valor: R\$ 1.113,66 (um mil cento e treze reais e sessenta e seis centavos) mensais

Vigência: De 19/05/2015 até 19/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 323/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 323/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VALMES ADRIANA ESTEVÃO DOS SANTOS

Objetivo: TECNICO EM ENFERMAGEM - ESF

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 19/05/2015 até 19/05/2016, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 324/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 324/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: SIMONE FEITOSA DOS REIS

Objetivo: TECNICO EM ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 20/05/2015 até 20/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 325/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 325/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: VINICIUS CITRON JUNGER

Objetivo: MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA

Valor: R\$ 1.363,48 (um mil trezentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos) mensais

Vigência: De 25/05/2015 até 25/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 326/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 326/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ROSA MARIA FURTADO SCHEIDT

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 25/05/2015 até 25/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 327/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 327/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ELIZABETE PEREIRA

Objetivo: SERVENTE

Valor: R\$ 803,82 (oitocentos e três reais e oitenta e dois centavos) mensais

Vigência: De 25/05/2015 até 25/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 328/2015.

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 328/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: MARGARETE MARTINS PAUSE

Objetivo: TECNICO EM ENFERMAGEM

Valor: R\$ 1.007,60 (um mil e sete reais e sessenta centavos) mensais

Vigência: De 21/05/2015 até 21/11/2015, prorrogável conforme legislação vigente

PORTARIA N.º 324/2015

PORTARIA N.º 324, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora BRUNA DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 3552, referente a 2010-2015, no período de 03/05/2015 a 01/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 325/2015

PORTARIA N.º 325, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ANA LÚCIA ESTEVÃO, Matrícula Funcional n.º 5103, referente a 2013/2014, no período de 04/05/2015 a 12/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 326/2015

PORTARIA N.º 326, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora INTI DE MESQUITA ALT, Matrícula Funcional n.º 5189, referente a 2013/2014, no período de 12/05/2015 a 21/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de maio de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 327/2015

PORTARIA N.º 327, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LIDIA SANTANA SOARES DA SILVA, Servente, matrícula funcional n.º 5817, contribuinte do Regime Geral de Previdência, a partir de 20/05/2015, sendo encaminhado(o) após o trigésimo dia ao INSS.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 328/2015

PORTARIA N.º 328, DE 04 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, SIMONE VERA WOLFF, Matrícula n.º 4248, para exercer as funções do cargo de COORDENADORA DE TRIBUTOS, da Secretaria Municipal de Fazenda, com Gratificação Especial de 70% do cargo ocupado, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 329/2015

PORTARIA N.º 329, DE 05 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) LUZIA CARLOS DE OLIVEIRA, Contrato n.º 331/2014, em 01/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 330/2015

PORTARIA N.º 330, DE 05 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1000/2005 e

demaís legislação vigente, a Servidora JADNA DOS SANTOS, CPF n.º 032.313.799-70, nomeada através da Portaria 248/2015, para exercer as atribuições do cargo comissionado de CHEFE DE SETOR DE APOIO no Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Garopaba, a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/05/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 331/2015

PORTARIA N.º 331, DE 05 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ROSENI MARIA DE SOUZA, Contrato n.º 383/2014, em 06/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 332/2015

PORTARIA N.º 332, DE 05 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 05/05/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora ROSILENE GONÇALVES VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 0763, concedidas através da Portaria n.º 318/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 333/2015

PORTARIA N.º 333, DE 05 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUPÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 05/05/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 5146, concedidas através da Portaria n.º 272/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 334/2015

PORTARIA N.º 334, DE 05 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora DAMARIS DE SOUZA MATTA, Matrícula Funcional n.º 5506, referente a 2014/2015, no período de 01/05/2015 a 10/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 05 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 335/2015

PORTARIA N.º 335, DE 06 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 1374/2009 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, SUELLEN CAROLINY LOPES, CPF n.º 067.160.219-57, para exercer o cargo comissionado de DIRETOR DE ESCOLA, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 336/2015

PORTARIA N.º 336, DE 06 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Professora, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/04/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 338/2015

PORTARIA N.º 338, DE 08 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora TATIANE DA ROSA THEOPHILO, Matrícula Funcional n.º 3559, referente a 2013/2014, no período de 11/05/2015 a 25/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de maio de 2015

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 339/2015

PORTARIA N.º 339, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIANA DA SILVA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula funcional n.º 0794, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 11/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 340/2015

PORTARIA N.º 340, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LINDOCI GONÇALVES DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0725, referente a 2014/2015, no período de 18/05/2015 a 16/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 341/2015

PORTARIA N.º 341, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MANOEL NETO ALEXANDRINO, Matrícula Funcional n.º 0006, referente a 2014/2015, no período de 25/05/2015 a 23/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 342/2015

PORTARIA N.º 342, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor

ROBERTO CARLOS ABREU DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0013, referente a 2012/2013, no período de 25/05/2015 a 23/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 343/2015

PORTARIA N.º 343, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MAURÍLIO MACHADO, Matrícula Funcional n.º 0089, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 11 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 345/2015

PORTARIA N.º 345, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ADELIR RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 0011, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 346/2015

PORTARIA N.º 346, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora RITA DE CÁSSIA DO NASCIMENTO SILVA, Matrícula Funcional n.º 0040, referente a 2002-2007, no período de 25/05/2015 a 23/07/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 347/2015

PORTARIA N.º 347, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor FERNANDO DA SILVA FERREIRA, Auxiliar Administrativo, Matrícula n.º 3556 o valor de R\$ 106,75 (cento e seis reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 594/2011, conforme calculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 348/2015

PORTARIA N.º 348, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à

Servidora CLAUDIA BREDÁ, Matrícula Funcional n.º 5078, referente a 2014/2015, no período de 08/06/2015 a 07/07/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 350/2015

PORTARIA N.º 350, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor OSVALDO ROCHA, Matrícula Funcional n.º 0108, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 351/2015

PORTARIA N.º 351, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professor, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 50 (cinquenta) dias, a partir de 03/03/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/03/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 352/2015

PORTARIA N.º 352, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MIRIAN MORAES ESPINDOLA DA SILVEIRA, Professora, matrícula funcional n.º 5943, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a partir de 07/05/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 353/2015

PORTARIA N.º 353, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LORIVALDO DA SILVEIRA PACHECO, Professor, matrícula funcional n.º 0056, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 15/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 354/2015

PORTARIA N.º 354, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora GABRIELA PERES, Matrícula Funcional n.º 4142, referente a 2014/2015, no período de 14/05/2015 a 12/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 355/2015

PORTARIA N.º 355, DE 13 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor RAFAEL DOS SANTOS ULYSSÉA, matrícula funcional n.º 3843, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 30 de abril de 2015, por motivo de falecimento do pai.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 30/04/2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 13 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 357/2015

PORTARIA N.º 357, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INCORPORAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INCORPORAR aos vencimentos do servidor TIAGO MEDEIROS, Auxiliar Administrativo, Matrícula n.º 3555, o valor de R\$ 53,94 (cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos),

correspondente a 20% (vinte por cento) da diferença entre seu vencimento e a remuneração definida para o cargo ao qual foi nomeado, através da Portaria n.º 467/2014, conforme cálculo constante no Anexo I, em cumprimento ao parágrafo 8º, do artigo 5º, da Lei Municipal n.º 1.000/2005.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 01/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 358/2015

PORTARIA N.º 358, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, referente a 2014/2015, no período de 16/05/2015 a 14/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 359/2015

PORTARIA N.º 359, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos da Lei Municipal n.º 1.533 de 02 de junho de 2011, ao conselheiro tutelar JOSÉ RICARDO LOBO, CPF n.º 824.866.209-82, referente a 2014/2015, no período de 08/06/2015 a 07/07/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 360/2015

PORTARIA N.º 360, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIANA FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 5614, referente a 2014/2015, no período de 09/06/2015 a 08/07/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 361/2015

PORTARIA N.º 361, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SOELI BECKER MACHADO, Merendeira, matrícula funcional n.º 0773, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 11/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 362/2015

PORTARIA N.º 362, DE 14 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) TEODORO SOARES DE SOUZA FILHO, Motorista, matrícula funcional n.º 0237, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 12/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 364/2015

PORTARIA N.º 364, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor RAFAEL DOS SANTOS ULYSSÉA, Matrícula Funcional n.º 3843, referente a 2014/2015, no período de 14/05/2015 a 12/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 365/2015

PORTARIA N.º 365, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor GUILHERME DA SILVA CRISPIM, Matrícula Funcional n.º 4213, referente a 2013/2014, no período de 15/06/2015 a 14/07/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 366/2015

PORTARIA N.º 366, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor NERI JOELSO DA SILVA, Matrícula Funcional n.º 0003, referente a 2014/2015, no período de 08/06/2015 a 07/07/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 367/2015

PORTARIA N.º 367, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora SAIONARA SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0806, referente a 2014, no período de 21/05/2015 a 19/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 369/2015

PORTARIA N.º 369, DE 15 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor LUIZ ALBERTO LAZZARIN, Matrícula Funcional n.º 5536, referente a 2014/2015, no período de 18/05/2015 a 16/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 371/2015

PORTARIA N.º 371, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JANE LUCIA NASCIMENTO DAEUBLE, Servente, matrícula funcional n.º 4540, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 07/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 372/2015

PORTARIA N.º 372, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Nos termos do art. 63, III, a, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a servidora FRANCINI PEDRO MIGUEL, matrícula funcional n.º 4624, JUSTIFICA SUA AUSÊNCIA, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 16 de maio de 2015, por motivo de casamento.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeito retroativo a 16/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 373/2015

PORTARIA N.º 373, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) ROSIELE COSTA DUARTE VENÂNCIO, Contrato n.º 022/2015, em 16/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 16/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 374/2015

PORTARIA N.º 374, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal

n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANDREIA KRAVETZ, Professor, matrícula funcional n.º 0036, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 04/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 375/2015

PORTARIA N.º 375, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DEBORA CARVALHO NOGUEIRA, Médico Plantonista, matrícula funcional n.º 5034, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 05/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 376/2015

PORTARIA N.º 376, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 400/2010 e suspensas através da Portaria n.º 443/2010, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao

servidor MARCELO DOS SANTOS FERREIRA, Matrícula Funcional n.º 0434, no período de 06/05/2015 a 15/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 377/2015

PORTARIA N.º 377, DE 18 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora LEIA CRISTINA DE ABREU VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 5801, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 378/2015

PORTARIA N.º 378, DE 19 DE MAIO DE 2015

FAZ CESSAR DESIGNAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. FAZ CESSAR, a designação para exercer o cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE SERVIÇOS URBANOS da Prefeitura Municipal de Garopaba, do Senhor MAURILIO MACHADO, CPF n.º 021.333.839-48, em 01 de maio de 2015.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 03/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 379/2015

PORTARIA N.º 379, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 5º, § 7º, b. e art. 83, da Lei n.º 1000/2005, MAURILIO MACHADO, Matrícula n.º 0089, para exercer as funções do cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO DE SANEAMENTO, da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, com Gratificação Especial de 60% do cargo ocupado, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 380/2015

PORTARIA N.º 380, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE INTERRUÇÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 19/05/2015, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005, da servidora SANDRA ELISA DA CUNHA, Matrícula Funcional n.º 5590, concedidas através da Portaria n.º 288/2015, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 381/2015

PORTARIA N.º 381, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) VALMES ADRIANA ESTEVÃO DOS SANTOS, Contrato n.º 350/2014, em 19/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 382/2015

PORTARIA N.º 382, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado do cargo de Enfermeiro e Técnico em Enfermagem da Secretaria de Saúde no período de Maio de 2015:

MATRICULA	Nome
5717	Adriana Bessa da Silva
5779	Ana Cristina Almeida da Silva de Oliveira
3571	Ana Cristina da Silva Prudêncio
3764	Ana Maria de Souza Roecker
5767	Anelise Santos de Oliveira
5679	Carlos Eduardo de Abreu
5830	Fabíula Rodrigues Garcia
5784	Giselle de Souza Silva
5839	Gizele Aparecida dos Santos Feijó
6102	Luciane dos Santos
6166	Margarete Martins Pause
3759	Maria Aparecida dos Santos
5831	Maria Raimunda Miranda
3643	Rozilda de Amorim
6075	Rozimar Pacheco Martins
3595	Sueli Terezinha dos Santos
5692	Valmes Adriana Estevão dos Santos

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 383/2015

PORTARIA N.º 383, DE 19 DE MAIO DE 2015.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.701/2013 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º NOMEAR, nos termos do art. 5º, da Lei n.º 1000/2005, DEBORAH DE SOUZA BENTO, CPF n.º 094.200.089-75, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, da Secretaria de Educação, a partir de 15 de maio de 2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 15/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 384/2015

PORTARIA N.º 384, DE 19 DE MAIO DE 2015.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal 655/99 e alterações, Lei Municipal n.º 1.120/2007,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) SÉLIO DEFREYN, matrícula n.º 0027, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal da Infra-Estrutura, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 04/05/2015.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do servidor deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 385/2015

PORTARIA N.º 385, DE 19 DE MAIO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARCOS MANCINI BROWN, Médico Plantonista, matrícula funcional n.º 4259, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 13/04/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 386/2015

PORTARIA N.º 386, DE 19 DE MAIO DE 2015.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LAVINA MARQUES PACHECO, Servente, matrícula funcional n.º 0766, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 05/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 387/2015

PORTARIA N.º 387, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora MARIA DAS DORES DE SOUZA GADAN, Matrícula Funcional n.º 0004, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 388/2015

PORTARIA N.º 388, DE 19 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à Servidora ADRIANE DOS SANTOS, Matrícula Funcional n.º 0009, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 389/2015

PORTARIA N.º 389, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor VALDELI MARQUES, Matrícula Funcional n.º 0118, referente a

2013/2014, no período de 04/05/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 04/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 390/2015

PORTARIA N.º 390, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor TIAGO MEDEIROS, Matrícula Funcional n.º 3555, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 391/2015

PORTARIA N.º 391, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor REGINALDO LEMOS, Matrícula Funcional n.º 5036, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 392/2015

PORTARIA N.º 392, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor JOSÉ NILTON SANSEVERINO, Matrícula Funcional n.º 4152, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 393/2015

PORTARIA N.º 393, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor ENEDINA DA SILVA PEREIRA, Matrícula Funcional n.º 5154, referente a 2013/2014, no período de 08/06/2015 a 22/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 394/2015

PORTARIA N.º 394, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor

JOÃO BATISTA PACHECO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 5635, referente a 2014/2015, no período de 08/06/2015 a 07/07/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 395/2015

PORTARIA N.º 395, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a Servidora SILVANA ROSA DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 5535, referente a 2014/2015, no período de 08/06/2015 a 17/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 396/2015

PORTARIA N.º 396, DE 20 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor EDINEI JOSÉ VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 3270, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 397/2015

PORTARIA N.º 397, DE 21 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao Servidor IDIRLEI ZANELATO, Matrícula Funcional n.º 0124, referente a 2014/2015, no período de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 398/2015

PORTARIA N.º 398, DE 21 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) GILMAR PACHECO, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0016, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 06/05/2015.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/05/2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 399/2015

PORTARIA N.º 399, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARCOS MANCINI BROWN, Médico Plantonista, matrícula funcional n.º 4259, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 13/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 400/2015

PORTARIA N.º 400, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) ROSIANE MARLI ANTONIO DAMAZIO, Professor, matrícula funcional n.º 0044, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 13/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 401/2015

PORTARIA N.º 401, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIANA DA SILVA, Professor, matrícula funcional n.º 0794, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 24/04/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/04/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 402/2015

PORTARIA N.º 402, DE 22 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JANE LUCIA NASCIMENTO DAEUBLE, Servente, matrícula funcional n.º 4540, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 08/05/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 08/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 403/2015

PORTARIA N.º 403, DE 25 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) DEBORA CARVALHO NOGUEIRA, Médico Plantonista, matrícula funcional n.º 5034, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 40 (quarenta) dias, a partir de 05/05/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 05/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 404/2015

PORTARIA N.º 404, DE 25 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LAVINA MARQUES PACHECO, Servente, matrícula funcional n.º 0766, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 12/05/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 12/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 405/2015

PORTARIA N.º 405, DE 25 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SOELI BECKER MACHADO, Merendeira, matrícula funcional n.º 0773, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 18/05/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 18/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 406/2015

PORTARIA N.º 406, DE 25 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) GILMAR PACHECO, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 0016, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 06/05/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 407/2015

PORTARIA N.º 407, DE 25 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora MARGARETE GARCIA COSTA, Diretora da Policlínica, matrícula funcional n.º 4662, contribuinte do Regime Geral de Previdência, contrato temporário, pelo período de (51) cinquenta e um dias, a partir de 11/05/2015, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 11/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 408/2015

PORTARIA N.º 408, DE 25 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DISPENSAR, a pedido, nos termos do art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, conforme EXTINÇÃO DE CONTRATO, o(a) contratado(a) SILVIO DE SOUZA DO NASCIMENTO, Contrato n.º 006/2015, em 25/05/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de maio de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 410/2015

PORTARIA N.º 410, DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º READAPTAR, sem prejuízo de remuneração, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, a servidora JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, Servente, matrícula funcional n.º 3763, conforme conclusão de Laudo Médico Pericial, em anexo.

Art. 2º Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, a indicação por escrito, da Secretaria Municipal de Educação, de atividade para readaptação da servidora JACIRA CONCEIÇÃO MARTINS LOPES, a qual deverá ser anexada à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 23/05/2015 .

Garopaba, 26 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 411/2015

PORTARIA N.º 411, DE 26 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º READAPTAR, sem prejuízo de remuneração, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, a servidora MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, Servente, matrícula funcional n.º 0039, conforme conclusão de Laudo Médico Pericial, em anexo.

Art. 2º Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, a indicação por escrito, da Secretaria Municipal de Saúde, de atividade para readaptação da servidora MARIA DAS DORES SIRINO MARIA COSTA, a qual deverá ser anexada à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 27/04/2015 .

Garopaba, 26 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 412/2015

PORTARIA N.º 412, DE 27 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER, LICENÇA À MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, a servidora EDNA FERREIRA TEIXEIRA DE SOUZA, Servente, matrícula funcional n.º 3835, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 18/05/2015.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 18/05/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de maio de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório PMG nº035/2015
Modalidade: Tomada de Preço p/ Serviços
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de Construção Civil, para a construção de fundação em concreto, que servirá de base para fechamento da Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves com cercamento tipo painéis e postes galvanizados, conforme memorial descritivo e planilhas em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 23/06/2015 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 01 de junho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 036/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório PMG nº 036/2015
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de pavimentação asfáltica do pátio externo do Ginásio de Esportes Evandro Nagel, esquina das Ruas Carlos Borgenhausen e Padre José Novack, Centro, neste município, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária em anexo.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 25/06/2015 as 08:30 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 01 de junho de 2015.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 82/2015

DECRETO Nº 82 DE 21 DE MAIO DE 2015
"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO À EMPRESA SERRARIA PARANÁ LTDA ME".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Garuva;
Considerando os termos da Lei Complementar nº 80/2014 que estabelece o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico; a política de incentivos fiscais e econômicos destinada ao desenvolvimento do setor comercial, industrial e de prestação de serviço;

regula o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e dá outras providências;

Considerando que os requisitos elencados pela Lei Complementar nº 80/2014 para a concessão de incentivos foram preenchidos, conforme se verifica no Parecer 002/2015 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido incentivo econômico previsto na Lei Complementar nº 80/2015, à empresa SERRARIA PARANÁ LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 81.577.855/0001-50, de acordo com o Parecer nº. 002/2015, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

Parágrafo único - O benefício a que se refere este artigo consiste em 200 m3 (Duzentos metros cúbicos) de saibro para aterro e nivelamento da entrada e saída de caminhões da sede da empresa.

Art. 2º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária 06.001.022.661.10.34.2026/33903 9 - Incentivo e Manutenção das áreas industriais, já consignada no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 83/2015

DECRETO Nº 83 DE 21 DE MAIO DE 2015
"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO FISCAL À EMPRESA CX MS PUBLICIDADE LTDA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município de Garuva;

Considerando os termos da Lei Complementar nº 80/2014 que estabelece o Programa Municipal de Desenvolvimento Econômico; a política de incentivos fiscais e econômicos destinada ao desenvolvimento do setor comercial, industrial e de prestação de serviço; regula o tratamento jurídico diferenciado e favorecido assegurado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e dá outras providências;

Considerando que os requisitos elencados pela Lei Complementar nº 80/2014 para a concessão de incentivos foram preenchidos, conforme se verifica no Parecer 003/2015 do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido incentivo econômico fiscal previsto na Lei Complementar nº 80/2015, à empresa CX MS PUBLICIDADE LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ 11.134.074/0003-41, de acordo com o Parecer nº. 003/2015, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE.

Parágrafo único - O benefício a que se refere este artigo consiste em redução da base de cálculo do ISS (Imposto sobre serviço) em 63% (sessenta e três por cento) pelo período de 05 (cinco) anos, destinado aos serviços de publicidade da empresa, condicionado a legislação atual.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta decreto correrão por conta de dotações específicas, consignadas no orçamento

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DISTRATO Nº 11/2015

DISTRATO Nº 011/2015

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 033/2015, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, JOSÉ CHAVES, brasileiro, casado, portador do RG nº. 595.643-9, inscrito no CPF sob o nº. 248.236.869-34, residente e domiciliado na Avenida Celso Ramos, 2273, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político, doravante denominado Distratante, e do outro, o Sr. RODRIGO FERNANDO JACOMINI, brasileiro, solteiro, professor, RG nº 7.045.307-0, CPF: 006.293.069-90, residente e domiciliado na Rua Rodrigues Alves, 793 – Centro, Garuva/SC, doravante denominado Distratado, para os efeitos deste ato, ajustam e acordam:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato cujo objeto era a prestação de serviços como Professor Nível I, conforme publicação em Diário Oficial de 25/02/2015, página 160, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 11/02/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 074/2015. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 29 de maio de 2015

Município de Garuva José Chaves - Prefeito	Rodrigo Fernando Jacomini
Fabio Sozin Cpf: 006.226.029-42 Testemunha	Dayane Miranda Rocha Cpf: 005.421.899-33 Testemunha

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 06/2015

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, torna público que se acham abertas as inscrições para o preenchimento de 27 (vinte e sete) vagas de ESTAGIÁRIOS, destinados a estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio e em Cursos de Graduação, cujo Teste Seletivo reger-se-á de acordo com as instruções deste Edital e as normas da Lei Federal 11.788, de 25/09/2008, e da Lei Complementar Municipal 84/2015, 26/03/2015, no que couber;

I – DAS VAGAS, HABILITAÇÃO, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

1. O processo seletivo destina-se ao provimento das vagas existentes atualmente e das que ocorrerem dentro do prazo de validade do presente Processo Seletivo, referente às áreas de estágio estabelecidas no quadro abaixo e sempre que houver necessidade de estagiário, dentro do limite estabelecido na Lei Complementar 84/2015.

2. O Candidato concorrerá às vagas oferecidas conforme o seguinte quadro demonstrativo:

CÓDIGO	VAGAS	HABILITAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO	REQUISITO	CARGA HORÁRIA	REMUNERAÇÃO
01	11	Ensino fundamental completo	Estar cursando o ensino médio	4 h/dia	R\$ 668,75 + Aux. Alimentação
02	02	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Arquitetura ou Engenharia Civil	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação
03	01	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Engenharia Civil	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação
04	02	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Psicologia ou Fonoaudiologia.	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação
05	01	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Educação Física ou Pedagogia	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação
06	02	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Administração, Ciências Contábeis ou Gestão de Recursos Humanos	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação
07	02	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Tecnologia da Informação, Sistemas de Informação, Ciências da Computação ou áreas afins	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação
08	05	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Biologia, Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Sanitária, Engenharia Ambiental. Ou Cursando Técnico em Química ou Técnico em Agropecuária.	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação
09	01	Ensino médio completo	Estar cursando superior em Direito	6 h/dia	R\$ 843,19 + Aux. Alimentação

3. Os candidatos que forem estudantes do curso de Engenharia Civil terão a possibilidade de inscrever-se também em vagas de 2ª e 3ª opção (vagas de código 02, 03 e 08), sendo que nestas serão classificados após os aprovados de 1ª opção.

II – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão realizadas das 08 (oito) horas do dia 08/06/2015 às 12 (doze) horas do dia 30/06/2015.
2. Para inscrever-se o candidato deverá acessar o "site" do Município de Garuva na internet, preencher a ficha de inscrição, imprimir e entregar com a devida documentação necessária para a inscrição no Departamento de Recursos Humanos, durante o período disposto no item 1 (acima).
3. Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição e entregá-la no Departamento de Recursos Humanos com a documentação, o candidato receberá, no ato, o Cartão de Identificação e a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde serão realizadas as provas.
4. O candidato cuja documentação não for considerada em ordem terá sua inscrição indeferida.
5. Julgados os pedidos de inscrição com o exame da documentação apresentada e satisfeitas as exigências, o Presidente da Comissão homologará as inscrições até o dia 06/07/2015, com publicação no site do Município de Garuva e afixação nos murais da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores.
6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.
7. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração quanto à identificação do candidato e cargo pretendido.
8. Fica assegurada a inscrição de portadores de necessidades especiais no presente teste seletivo, sendo-lhes reservadas 10% (dez por cento) das vagas.
9. No ato da inscrição, o portador de necessidades especiais apresentará comprovante dessa condição com a especificação das atividades com ela compatíveis.

III – DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

São requisitos/condições para inscrição:

1. Ser brasileiro (nato ou naturalizado);
2. Idade mínima de 16 anos, completos até a data da inscrição;
3. Preencher ficha de inscrição;
4. Estar em dia com as obrigações eleitorais, se for eleitor (apresentar certidão de quitação eleitoral);
5. Apresentar atestado de frequência da instituição de ensino, conforme estabelece o quadro do item I deste Edital;
6. Cópia RG (ou CNH) e CPF.

IV – DO REGIME JURÍDICO

1. Os habilitados e classificados neste Teste Seletivo serão admitidos sob o regime jurídico da Lei Federal 11.788 de 25/09/2008, no que cabível pela Lei Complementar Municipal nº 84/2015, de 26/03/2015, e de convênios, se houver.
2. Os classificados para as vagas de estudante em nível superior, somente serão admitidos se estiverem cursando a partir do 3º semestre do curso para o qual se inscreveram.
3. Os documentos abaixo deverão ser apresentados para formalização do Termo de Compromisso de Estágio:
 - Certificado de Reservista, para candidato do sexo masculino maior de 18 anos;
 - CPF;
 - RG;
 - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo (Atestado de matrícula ou frequência);
 - Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral, se for eleitor;
 - Comprovante de residência;
 - CTPS;
 - 01 (uma) foto 3x4.

V – DA AVALIAÇÃO

Os candidatos serão avaliados através de prova objetiva, a ser aplicada da seguinte forma:

1. A prova será valorada de 0 (zero) a 10,0 (dez), contendo 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, com peso de 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) cada questão;
2. A prova consistirá de 15 (quinze) questões sobre conhecimentos gerais, 10 (dez) questões sobre língua portuguesa, 10 (dez) questões de raciocínio lógico/matemática e 05 (cinco) questões sobre conhecimentos de informática;
3. A nota final do candidato será atribuída através da soma dos acertos;
4. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco);
5. No caso de empate na nota da prova serão considerados, como critérios de desempate:
 - 1º - O candidato que tiver maior idade;
 - 2º - Sorteio público, cuja data, horário e local serão definidos pela Comissão, com aviso prévio mediante publicação no site do Município de Garuva e afixação nos Murais da Prefeitura Municipal de Garuva e na Câmara de Vereadores.

VI – DA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA

A Avaliação será realizada no dia 12/07/2015, com início às 09 horas e término às 12 horas, nas dependências da Escola Municipal Vicente Vieira, situada na Rua Antonio Ladislau de Araújo, 802, Bairro Geórgia Paula na cidade de Garuva e obedecerão aos seguintes critérios:

- a) Durante a realização das provas não será admitida qualquer espécie de consulta a livros, revistas, periódicos, internet, celulares ou outros equipamentos eletrônicos;
- b) O candidato deverá comparecer no local da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos em relação ao início da prova;
- c) Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do Cartão de Identificação fornecido pela Prefeitura Municipal de Garuva e documento de identidade com foto;
- d) Após a hora marcada para o início da prova não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

VII – DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO ESCRITA

1. Os gabaritos da prova escrita serão divulgados na internet no "site" do Município de Garuva, a partir das 14 horas do dia seguinte à data da prova.
2. O resultado da avaliação escrita será afixado até o dia 20/07/2015 nos murais da Prefeitura Municipal de Garuva e da Câmara de Vereadores e publicado no site do Município de Garuva, onde constarão somente os candidatos considerados aprovados, em ordem decrescente de nota.

VIII - DOS RECURSOS

1. Caberá recurso, desde que devidamente formalizado e fundamentado, através de requerimento escrito, em cada ato deste Processo Seletivo publicado, endereçado diretamente à Comissão do Teste Seletivo, em até 24 horas do resultado a ser impugnado.

IX – DA VALIDADE DO TESTE SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na Ficha de Inscrição, de aceitar as condições do Teste Seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidas, inclusive nos regulamentos e leis em vigor.
2. Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva mantido pelo prazo de 02 (dois) anos, ou até o término do curso escolar do candidato, prevalecendo o que vencer primeiro, e poderão ser nomeados para preenchimento de vagas que vierem a surgir.
3. A realização de estágio depende da celebração prévia de convênio entre o Município de Garuva e a instituição de ensino.
4. A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva, que os conservará por um período de seis (06) meses após a homologação do resultado.
5. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão.

Garuva, SC, 02 de junho de 2015.

Jakson César Hattenhauer

Presidente da Comissão

ANEXO I**Conteúdo Programático**

Disciplina	Conteúdos
Língua Portuguesa	Vocabulário; Sílabas; Acentuação gráfica; Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância; Fonética, Formação de Palavras, Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Substantivo; Pontuação; Redação.
Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Atuais e Relevantes das diversas áreas, tais como: política, econômica, sociedade, educação, tecnologia, relações internacionais, ecologia e meio ambiente, Histórico Municipal.
Matemática e Raciocínio Lógico	Matemática: Operações com números reais; mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum; potências e raízes; razão e proporção; porcentagem; regra de três simples e composta; média aritmética simples e ponderada; juros simples; equação do 1º e 2º graus; sistemas de medidas usuais. Raciocínio lógico: estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos.
Conhecimentos de Informática	Noção geral de informática (Microsoft Windows, Microsoft Office Word 2007 e Microsoft Office Excel 2007), noções de hardware, internet e intranet.

Gaspar

PREFEITURA

RESOLUÇÃO Nº 05/2015 – COMUSA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS)
MUNICÍPIO DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº 05/2015 – COMUSA

Dispõe sobre a aprovação do Relatório Anual de Saúde de 2014.

O Conselho Municipal de Saúde de Gaspar/SC (CMS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório Anual de Saúde de 2014.

Art. 2º Esta resolução foi aprovada e registrada na ATA da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Gaspar no dia 25/05/2015.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar / SC, 25 de Maio de 2015.

JEAN MARCOS LEANDRO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO CP 01/2015

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS</p> <p>CNPJ: 82.892.373/0001-89 PRACA 06 DE NOVENBRO, 01 C.E.P.: 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC</p>	<p>CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2015 - CC</p> <p>Processo Administrativo: 46/2015 Processo de Licitação: 46/2015 Data do Processo: 15/04/2015</p>
	<p>Folha: 1/2</p>

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E OUTROS DA RUA LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 39/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 29 de Maio de 2015, às 15:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 07/2015, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 46/2015, Licitação nº. 1/2015 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

EMPREITEIRA PAVICON LTDA DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP STANDART CONSTRUÇÕES LTDA ME
SATÉLITE CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DEU INICIO A SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PROCESSO 46/2015 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2015, CONSTATOU QUE A EMPRESA NCM CONSTRUÇÕES NÃO HAVIA APRESENTADO NO CREDENCIAMENTO O CONTRATO SOCIAL ALEGANDO QUE O MESMO ESTAVA DENTRO DO ENVELOPE QUE JÁ SERIA ABERTO, A COMISSÃO ANALISOU E CONSTATOU SER UM ERRO SANÁVEL E DEU A POSSIBILIDADE DO PREPOSTO DA EMPRESA SE CREDENCIAR SEM OPOSIÇÃO DOS DEMAIS LICITANTES. APÓS DEU-SE A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DAS LICITANTES QUE FOI REPASSADA PARA A COLETA DE RUBRICAS E ANÁLISES DOS LICITANTES PRESENTES. DEVOLVIDAS AS DOCUMENTAÇÕES PARA ANÁLISE DA COMISSÃO AS EMPRESAS STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME E EMPREITEIRA PAVICON QUESTIONARAM A HABILITAÇÃO DA EMPRESA DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP ALEGANDO O NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA (ITEM 7.1.3.1 DO EDITAL), POIS MESMO SOMADOS OS ITENS DA TERRAPLENAGEM NÃO ALCANÇAM OS 800 METROS CUBICOS MÍNIMOS EXIGIDOS. E QUANTO A EMPRESA NCM QUESTIONOU-SE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO NUMERO 2169 NÃO POSSUI PAVIMENTAÇÃO E LAJOTAS, ESTANDO SOMENTE PRESENTE NO ATESTADO TÉCNICO DESCUMPRINDO O ITEM 7.1.5. A CAT 2301 ESTÁ COM O CARIMBO APAGADO NO ATESTADO TÉCNICO. TENDO EM VISTA OS APONTAMENTOS E A ANÁLISE MINUCIOSA DA DOCUMENTAÇÃO A COMISSÃO DECIDE POR SUSPENDER A SESSÃO PARA O JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO QUE SERÁ AS 15:00HRS DO DIA 02/06/2015. ENCERRA-SE ASSIM A SESSÃO. JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2015, DATA 02/06/2015. ANALISANDO AS DOCUMENTAÇÕES JUNTAMENTE COM AS ALEGAÇÕES DAS EMPRESAS EMPREITEIRA PAVICON E STANDART CONSTRUÇÕES A RESPEITO DAS EMPRESAS DJP E NCM: 1)EM RELAÇÃO A DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA EPP A COMISSÃO DECIDIU POR INABILITÁ-LA DO CERTAME POIS A EMPRESA DESCUMPRIU OS REQUISITOS DO EDITAL, ESPECIFICAMENTE OS CONTIDOS NOS ITENS 7.1.3.1 E 7.2.1.1 DO EDITAL QUE PRESCREVE: "(...) Será considerado como requisito para habilitação do proponente no certame, o serviço de execução de, no mínimo, 800,00m³ de terraplanagem, 500,00m de drenagem pluvial e de 5.900,00m² de pavimentação com lajotas. No Atestado a ser apresentado deverá constar o carimbo do CREA, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder com o Acervo Técnico apresentado. Obs.: A comprovação deverá ser feita em, no máximo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica." CABE RESSALTAR QUE OS ATESTADOS APRESENTADOS NÃO ATENDEM AS EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE QUANTITATIVOS CONTIDAS NOS ITENS CITADOS ACIMA, E EM RELAÇÃO AO ITEM DE TERRAPLENAGEM, MESMO SE SOMADOS, OS ATESTADOS APRESENTADOS (CONTRARIANDO O QUE PREVÊ O EDITAL) AINDA NÃO ATINGEM O QUANTITATIVO MÍNIMO EXIGIDO. 2)QUANTO A DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA NCM CONSTRUÇÕES LTDA ME A COMISSÃO DECIDE PELA SUA HABILITAÇÃO TENDO EM VISTA QUE AS ALEGAÇÕES DAS EMPRESAS, MUITO EMBORA VÁLIDAS QUANTO AO CARIMBO APAGADO DO ATESTADO TÉCNICO REFERENTE À CAT Nº 02301/2012 NÃO A INABILITA JÁ QUE A CAT Nº 2169/2013 E SEU RESPECTIVO ATESTADO TÉCNICO, POR SI SÓ JÁ ATENDEM AOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS NO EDITAL. RESTANDO ENTÃO, A EMPRESA HABILITADA. A COMISSÃO SOLICITA PARA VERIFICAÇÃO DAS DEMAIS PARTICIPANTES, SE POSSÍVEL, DO ORIGINAL DO ATESTADO TÉCNICO REFERENTE A CAT Nº 02301/2012, NÃO SENDO ESTE FATO REQUISITO DA SUA HABILITAÇÃO (E/OU INABILITAÇÃO). AS DEMAIS LICITANTES RESTAM HABILITADAS JÁ QUE CUMPRIRAM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS		CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2015 - CC
CNPJ: 82.892.373/0001-89	Processo Administrativo: 46/2015	
PRACA 06 DE NOVENBRO, 01	Processo de Licitação: 46/2015	
C.E.P.: 88190-000 - Governador Celso Ramos - SC	Data do Processo: 15/04/2015	
		Folha: 2/2

INTEGRALMENTE TODOS OS REQUISITOS CONTIDOS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. SENDO ASSIM, A COMISSÃO ABRE PRAZO PARA RECURSO (5 DIAS ÚTEIS) CONTRA HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO DAS LICITANTES E, NÃO HAVENDO RECURSO, FIXA A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO A PROPOSTA DOS LICITANTES HABILITADOS PARA 12/06/2015 ÀS 15:00HRS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Governador Celso Ramos, 29 de Maio de 2015

COMISSÃO:

- MARIANA DE SOUZA FERNANDES - - Presidente da Comissão de Licitação
- SINTIA ALBERTINA VENÂNCIO DOS SANTOS - - TÉCNICA EM EDIFICAÇÕES
- FERNANDO NERI SENS - SUPLENTE - - GERENTE DA DÍVIDA ATIVA
- LUCILIA LUZIA DOS SANTOS CAMPOS - - DIGITADORA

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- PAULO HENRIQUE MATTOS - - Representante
- DÉLCIO HEINZ - - Representante
- NIELSON DE OLIVEIRA MOTA - - Representante
- JOÃO AUGUSTO FARIAS BRANCO - - Representante

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ÓLEO E FILTRO PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 25 dias do mês de Maio do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do Samae de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista snº, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341.0001-59, representado por seu Diretor, Srº. AILCIDES PEREIRA, pelo Gestor desta Ata, senhor ALCIDES PEREIRA são registrados os preços da (s) empresa (s) DIEGO SAGA MEI (fornecedor) Srº DIEGO SAGAS, estabelecida à Av. Ganchos do Meio, no bairro de Ganchos do Meio, no Município de Governador Celso Ramos SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 15.349.837.0001-18, neste ato representado pelo Srº DIEGO SAGAS, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 032.936.069-89 portador do RG n.º 3.780.191, para os SERVIÇOS DE LAVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ÓLEO E FILTRO PARA OS VEÍCULOS DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 008/2015, objeto do Processo 019/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM VEICULOS LEVES (INTERNA E EXTERNA)	SERV	160	22,00	3.520,00
2	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM VANS (INTERNA E EXTERNA)	SERV	90	24,00	2.160,00
3	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM RETRO ESCAVADEIR (INTERNA E EXTERNA)	SERV	10	100,00	1.000,00
4	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM BOB CAT (INTERNA E EXTERNA)	SERV	40	44,99	1.799,60
5	SERVIÇO DE LAVAÇÃO COMPLETA EM MOTOCICLETAS (INTERNA E EXTERNA)	SERV	16	13,00	208,00
6	SERVIÇO DE TROCA DE ÓLEO EM VEICULOS LEVES E VANS COM ÓLEO INCLUSO	SERV	40	80,00	3.200,00
7	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE VANS	SERV	60	40,00	2.400,00
8	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE RETRO-ESCAVADEIRA	SERV	10	80,00	800,00
9	SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO DE BOB CAT	SERV	40	70,00	2.800,00
10	SERVIÇO DE TROCA DE FILTRO DE OLEO PARA VEICULOS LEVES	SERV	20	25,00	500,00
11	SERVIÇO DE TROCA DE ÓLEO EM RETRO-ESCAVADEIRA COM ÓLEO INCLUSO	SERV	05	220,00	1.100,00
12	SERVIÇO DE TROCA DE OLEO PARA BOB CAT	SERV	20	180,00	3.600,00
13	SERVIÇO DE TROCA DE OLEO PARA MOTOCICLETA COM OLEO INCLUSO	SERV	40	25,00	1.000,00
14	SERVIÇO DE TROCA DE FILTRO OLEO PARA BOB CAT	SERV	10	190,00	1.900,00
VALOR TOTAL R\$ = 25.987,60					

Governador Celso Ramos/SC, 25 de Maio de 2015

DIEGO SAGAS
PROPRIETÁRIOALCIDES PEREIRA
DIRETOR GERAL SAMAE

TESTEMUNHA

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 031/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 031, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

14.00	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – FMS		
14.02	DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA		
2.038	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA NÚCLEO SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF		
4.4.90.00. 00. 00. 00. 00.3158	Aplicações Diretas	R\$	53.328,03

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores referente aos seguintes recursos:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VA-LOR	
3158	Atenção Básica - Núcleo Apoio da Família - NASF - Superávit Financeiro	R\$	53.328,03

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 02 de Junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 02 de Junho de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO N 17-2015-CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO-ALTERA MEMBRO

DECRETO Nº 17/2015

DE 1º DE JUNHO DE 2015

“SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica substituído o Policial Militar VITOR JOSÉ GAMBA DE MATTOS pelo Policial Militar ALEXANDRE MARTIMIANO no Conselho Municipal de Trânsito do Município de Grão-Pará, a partir desta data até 31 de dezembro de 2016, conforme dispõe a Lei Municipal nº 1.051, de 27 de abril de 2001.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, 1º de junho de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 1º de junho de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 032/2015 - ORÇAMENTO**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAO PARA
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000032/15 de 2 de Junho de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA**

(030)3.3.90.00.00.00.00.2.038-0158 - Aplicacoes Diretas	36.310,13
(031)4.4.90.00.00.00.00.2.038-0158 - Aplicacoes Diretas	65.000,00
(071)4.4.90.00.00.00.00.2.038-3158 - Aplicacoes Diretas	11.811,53

Total Suplementação: 113.121,66

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS**14.02 - DEPARTAMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA**

(028)3.1.90.00.00.00.00.2.038-0158 - Aplicacoes Diretas	101.310,13
(060)3.1.90.00.00.00.00.2.038-3158 - Aplicacoes Diretas	11.811,53

Total Anulação: 113.121,66

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 2 de Junho de 2015.**AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 2 de Junho de 2015.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços nº 42/2015.

Processo Licitatório: 42/2015.

Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE COBERTURA AEROFOTOGRAFÉTRICA, PERFILAMENTO A LASER AEROTRANSPORTADO E GERAÇÃO DE ORTOFOTOCARTAS AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM-SC.

Entrega dos Envelopes: 23/06/2015 às 13h30min

Abertura dos Envelopes: 23/06/2015 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 29 de maio de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 57/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 57/2015

Processo Licitatório: 57/2015

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Entrega dos Envelopes: 22/06/2015 às 13h30min

Abertura dos Envelopes: 22/06/2015 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 21 de maio de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 482/2015

DECRETO Nº. 482/2015

Altera dispositivo do Decreto nº. 423/2015, que regulamenta a Lei Complementar nº. 10, de 05 de outubro de 2009, que instituiu a Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica – NFS-E.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o art. 33 do Decreto nº. 423/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33. As pessoas físicas e jurídicas prestadoras de serviço já inscritas no Cadastro Mobiliário de Contribuintes do Município de Guaramirim, que ainda não utilizam o sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-e, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor do presente Decreto, para aderirem à utilização da NFS-e."

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 416/2015

PORTARIA Nº. 416/2015

PRORROGA Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2015, instaurado através da Portaria nº. 293/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e art. 58 da Lei Complementar nº. 07/2001;

Considerando a não conclusão do processo administrativo disciplinar nº. 04/2015, instaurado pela Portaria nº. 293/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2015, instaurado através da Portaria nº. 293/2015, por mais 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 02 de junho de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 48/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

1ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015.

EDITAL 48/2015

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital n.º 48 do Pregão nº. 48/2015 que tem por objeto o Registro de Preços visando futura e eventual contratação de horas de máquina de trator de esteira para a Secretaria de Infraestrutura.

Onde se lê:

Item	Qtd	Und	Descritivo	Valor Unitário Máximo
1	1500	SR	HORAS TRATOR ESTEIRA DE 9 À 10 TONELADAS	120,33
Total:	R\$ 180.495,00			

Leia-se:

Item	Qtd	Und	Descritivo	Valor Unitário Máximo
1	1500	HORAS	HORAS TRATOR ESTEIRA DE 9 À 10 TONELADAS	120,33
Total:	R\$ 180.495,00			

Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista as alterações modificarem as características do objeto e consequentemente a formulação das propostas, esta administração pública comunica que altera a data para entrega e abertura dos envelopes, conforme segue: Dia 18 de junho de 2015 às 09h00 min, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço <https://guaramirim.antende.net>.

GUARAMIRIM (SC), 01/06/2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

DECRETOS MUNICIPAIS 86 E 87_2015

Decreto Municipal nº 86/2015

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO do LOTE URBANO NÚMERO 17(dezessete), da quadra nº. 73 (Setenta e três), com área de 2.000,0m² (Dois mil metros quadrados), sem acessões, situado na Rua São Paulo, Esquina com a Rua Antônio Duarte da Rosa, na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 4.866, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 4.866)

LOTE URBANO NÚMERO 17 (dezessete), da quadra nº. 73 (Setenta e três), com área de 2.000,00m² (Dois mil metros quadrados), sem acessões, situado na Rua São Paulo, esquina com a Rua Antônio Duarte da Rosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Rua São Paulo, medindo 40,00 metros;
SUL, Com o Lote Urbano nº 18, medindo 40,00 metros;
LESTE, Com a Rua Antônio Duarte da Rosa, medindo 50,00 metros.
OESTE, Com os Lotes Urbanos nºs 12, 13 e 16, medindo 50,00 metros;

ÁREA REMANESCENTE

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 17 (dezessete), da quadra nº. 73 (Setenta e três), com área de 484,76m² (Quatrocentos e oitenta e quatro metros e setenta e seis décimos quadrados), sem acessões, situado na Rua São Paulo, esquina com a Rua Antônio Duarte da Rosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Rua São Paulo, medindo 25,00 metros;
SUL, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 25,00 metros;
LESTE, Com a Rua Antônio Duarte da Rosa, medindo 19,39 metros;
OESTE, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 19,40 metros.

ÁREA DESDOBRADA 01

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 17 (dezessete), da quadra nº. 73 (Setenta e três), com área de 415,02m² (Quatrocentos e quinze metros e dois décimos quadrados), sem acessões, situado na Rua São Paulo, a uma distância de 25,0 metros da esquina da Rua São Paulo com a Rua Antônio Duarte da Rosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações::

NORTE, Com a Rua São Paulo, medindo 15,00 metros;
SUL, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 3,30

metros;

LESTE, Com a parte remanescente do Lote Urbano nº 17, medindo 19,40 metros;

OESTE, Com o Lote Urbano nº 16, medindo 30,0 metros;

Novamente a LESTE, com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 10,60 metros;

E novamente ao SUL, com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 11,70 metros.

ÁREA DESDOBRADA 02

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 17 (dezessete), da quadra nº. 73 (Setenta e três), com área de 300,22m² (Trezentos metros e vinte e dois décimos quadrados), sem acessões, situado na Rua Antônio Duarte da Rosa, a uma distância de 19,39 metros da esquina da Rua São Paulo com a Rua Antônio Duarte da Rosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a parte remanescente do lote urbano nº 17, medindo 25,00 metros e com a parte desdobrada 01 do Lote Urbano nº 17, medindo 3,30 metros, totalizando 28,30 metros;

SUL, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 28,30 metros;

LESTE, Com a Rua Antônio Duarte da Rosa, medindo 10,61 metros;

OESTE, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 10,60 metros.

ÁREA DESDOBRADA 03

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 17 (dezessete), da quadra nº. 73 (Setenta e três), com área de 400,00m² (Quatrocentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Antônio Duarte da Rosa, a uma distância de 30,0 metros da esquina da Rua São Paulo com a Rua Antônio Duarte da Rosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 28,30 metros e com a parte desdobrada 01 do Lote Urbano nº 17, medindo 11,70 metros, totalizando 40,0metros;

SUL, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 40,00 metros;

LESTE, Com a Rua Antônio Duarte da Rosa, medindo 10,00 metros;

OESTE, Com os lotes urbanos 13 e 16, medindo 10,00 metros.

ÁREA DESDOBRADA 04

LOTE FORMADO PELA PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 17 (dezessete), da quadra nº. 73 (Setenta e três), com área de 400,00m² (Quatrocentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Antônio Duarte da Rosa, a uma distância de 40,00 metros da esquina da Rua São Paulo com a Rua Antônio Duarte da Rosa, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a parte desdobrada do lote urbano nº 17, medindo 40,0metros;

SUL, Com o Lote Urbano nº 18, medindo 40,0metros;

LESTE, Com a Rua Antônio Duarte da Rosa, medindo 10,00 metros;

OESTE, Com os lotes urbanos 12 e 13 medindo 10,00 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Administrativo nº 137/2014 de 22 de agosto de 2014,

entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 02 de Junho de 2015.

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

Decreto Municipal 87/2015

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 1.000,0m² (Hum mil metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 5.188, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 5.188)

LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 1.000,0m² (hum mil metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 20,0 metros;
OESTE, Com o Lote Urbano nº 233, medindo 50,0 metros;
SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,0 metros;
LESTE, Com o Lote Urbano nº 231, medindo 50,0 metros.

ÁREA DESDOBRADA

Lote formado pela parte do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 500,0m² (Quinhentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, localizado a 30,0m da esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua Rio Grande do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 10,0 metros;
OESTE, Com a parte remanescente do Lote Urbano nº 232, medindo 50,0 metros.
SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 10,0 metros;
LESTE, Com o Lote Urbano nº 231, medindo 50,0 metros.

ÁREA REMANESCENTE

Lote formado pela parte do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 500,0m² (Quinhentos metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, localizado a 20,0m da esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua Rio Grande do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 10,0 metros;
OESTE, Com o Lote Urbano nº 233, medindo 50,0 metros.
SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 10,0 metros;
LESTE, Com a parte desdobrada do Lote Urbano nº 232, medindo 50,0 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Administrativo nº 193/2014 de 10 de novembro de 2014, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 02 de Junho de 2015

63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 60 E 61

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 60/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 33/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: JACKSON UBIRATAN VARGAS ME

OBJETO: Aquisição de material para melhoramento no Sistema de Internet do município de Guarujá do Sul, em execução ao Convenio nº. 2014TR003582 (Processo nº. SDR30 00000948/2014), através do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 40.381,00

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 61/2015

PROCESSO LICITATORIO Nº. 33/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: ZILMAR LAZAROTTO 45105618904

OBJETO: Aquisição de material para melhoramento no Sistema de Internet do município de Guarujá do Sul, em execução ao Convenio nº. 2014TR003582 (Processo nº. SDR30 00000948/2014), através do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 53.167,33

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 02, FMS 02 E 23 E FMAS 02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 05/2015
PROCESSO LICITATORIO Nº. 68/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2014
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
CONTRATADO: WERNER & WERNER LTDA
OBJETO: . O objeto do presente contrato conforme Clausula Decima Primeira, será sub-rogado a empresa CARAMORI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida João Pessoa 1337, cidade de Guarujá do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.115.784/0001-21.
VIGENCIA: 02 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2015.
Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 02/2015
PROCESSO LICITATORIO Nº. 68/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATADO: WERNER & WERNER LTDA
OBJETO: . O objeto do presente contrato conforme Clausula Decima Primeira, será sub-rogado a empresa CARAMORI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida João Pessoa 1337, cidade de Guarujá do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.115.784/0001-21.
VIGENCIA: 02 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2015.
Vera Lurdes Segat,
Gestora FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 23/2015
PROCESSO LICITATORIO Nº. 06/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2015
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
CONTRATADO: WERNER & WERNER LTDA
OBJETO: . O objeto do presente contrato conforme Clausula Decima Primeira, será sub-rogado a empresa CARAMORI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida João Pessoa 1337, cidade de Guarujá do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.115.784/0001-21.
VIGENCIA: 02 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2015.
Vera Lurdes Segat,
Gestora FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 02/2015
PROCESSO LICITATORIO Nº. 68/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2014
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: WERNER & WERNER LTDA
OBJETO: . O objeto do presente contrato conforme Clausula Decima Primeira, será sub-rogado a empresa CARAMORI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida João Pessoa 1337, cidade de Guarujá do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.115.784/0001-21.
VIGENCIA: 02 de junho de 2015 até 30 de junho de 2015.

Guarujá do Sul, SC, 02 de junho de 2015.
Adelise de Oliveira,
Gestora FMAS.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 678/2015

PORTARIA Nº 678/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar os efeitos da Portaria Nº 610/2015, da Servidora MONICA LUCIA COSTA FELL (Matr. 3776), a qual exerce a função de Professor, Nível – 2, Referência "A", 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir a Servidora Sirlanda Maria Rodrigues Pasinato, que se encontra em Atestado Médico, a contar de 26 de maio de 2015 até 24 de junho de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 679/2015

PORTARIA Nº 679/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora TAVIANI DIRLEI TEIXEIRA (Matr. 4123), a partir de 01 de junho de 2015, a qual exercia a função de Professor, Nível - 2, Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 680/2015

PORTARIA Nº 680/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 369/2011, que designou o Servidor JAIME MEDEIROS (Matr. 116), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Tec. Edif. e Manutenção, Nível/Referência - 5/I, 40 horas semanais, constante do Anexo V da LC Nº 280/2011, para exercer suas atividades junto a EBM Cruz e Souza.

E, DESIGNAR o servidor supracitado, para exercer suas atividades junto à Secretaria de Saúde, atuando como vigia no ESF Central, a partir de 01 de junho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 681/2015

PORTARIA Nº 681/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR a Senhora ADRIANA BERTUSSO (Matr. 4138), a partir de 02 de junho de 2015, aprovada e classificada em 139º lugar através do Concurso Público 001/2012, de conformidade com o Decreto Nº 3.039/2012 de 24 de maio de 2012, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº. 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com a Lei Complementar Nº. 281/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval D' Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 682/2015

PORTARIA Nº 682/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora ADRIANA CELESTINA DE ALMEIDA PRIMO (Matr. 02) ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível – 12/1, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de junho de 2013 e 02 de junho de 2014, para serem gozadas a partir de 02 de junho de 2015 a 01 de julho de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 01 de Junho de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

DECRETO Nº 2794/2015

DECRETO Nº 2794, DE 04 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 69,76 (Sessenta e nove reais e setenta e seis centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 306 Alimentação e Nutrição

Programa: 1002 Alimentação Escolar

Projeto/Atividade: 2025 Programa Suplem. Alimentação Escolar

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1337- Superávit Exercício Anterior- Recursos PNAE

Valor: R\$ 69,76

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE MAIO DE 2015.

GILMAR FONTANA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2796/2015

DECRETO Nº 2796, DE 12 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no

valor de R\$ 49.298,81 (Quarenta e nove mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo

Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 365 Ensino Infantil

Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2030 Manut. Da Educação Infantil

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas R\$ 41.995,97

44900000- Aplicações Diretas R\$ 7.302,84

Fonte: 1332- Superávit Transf.Convênios União/Educação

Valor: R\$ 49.298,81

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE MAIO DE 2015.

GILMAR FONTANA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2797/2015

DECRETO Nº 2797, DE 12 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

GILMAR FONTANA, Prefeito em Exercício do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 559/2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: 12.01 – DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ATIVIDADE: 2030 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 31900000 – Aplicações Diretas –

Fonte: 0101 - R\$ 10.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$

10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0206 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO
SUBFUNÇÃO: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL
PROGRAMA: 12.01 – DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL
ATIVIDADE: 2030 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 33900000 – Aplicações Diretas –
Fonte: 0101 - R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 12 DE MAIO DE 2015.
GILMAR FONTANA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

DECRETO Nº 2798/2015

DECRETO Nº 2798, DE 12 DE MAIO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito em Exercício do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo
Unidade: 0202 Sec. De Planejamento e Gestão Administ.
Função: 04 Administração
Sub-Função: 122 Administração Geral
Programa: 0402 Administração Geral
Projeto/Atividade: 2018 Manut. das Atividades Administrativas
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários
Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 12 DE MAIO DE 2015.
GILMAR FONTANA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2804/2015

DECRETO Nº 2804, DE 26 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 2.336,53 (Dois mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0205 – Sec. Mun. Infraestrutura, Transp. Obras
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782– Transporte Rodoviário
Programa: 2601 – Estradas Vicinais
Projeto/Atividade: 2023 Manut. da Secr. Infraestrutura, Transp. E Obras
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1307- Superávit CIDE
Valor: R\$ 2.336,53

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE MAIO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

DECRETO Nº 2805/2015

DECRETO Nº 2805, DE 26 DE MAIO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 30.252,76 (Trinta mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e seis centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo
Unidade Orçamentária: 0205 – Sec. Mun.Infraestrutura, Transp. Obras
Função: 26 – Transporte
Subfunção: 782– Transporte Rodoviário
Programa: 2601 – Estradas Vicinais
Projeto/Atividade: 2023 Manut. da Secr. Infraestrutura, Transp. E Obras
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas
Fonte: 1339- Superávit FEP
Valor: R\$ 30.252,76

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 26 DE MAIO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

PL 29

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para Aquisição de um veículo novo, para o Município de Ibiã/SC.

Entrega dos envelopes: até o dia 17/06/2015 até às 08:00 horas

Abertura dos envelopes: 17/06/2015 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço por Item

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 02 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

PL 30

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 004/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiã/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preço para Construção de uma ponte de concreto, na comunidade de São Pascoal, com área total à construir de 43,20m².

Entrega dos envelopes: até 22/06/2015, até as 08h00min.

Abertura dos envelopes: 22/06/2015 às 08:15 hs.

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiã, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho

Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiã, 02 de Junho de 2015.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiã

PORTARIA Nº 092/2015

PORTARIA Nº 092, DE 18 DE MAIO DE 2015
RETIFICA PORTARIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 21 de junho de 2014;

Considerando que, houve equívocos no período aquisitivo da licença prêmio concedida à servidora Delcia Maria dos Santos, uma vez que licença para tratamento de saúde retarda a concessão da referida licença na proporção de 1 (um) dia para cada dia de licença obtida;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar o período aquisitivo da licença prêmio concedida através da Portaria nº 190, de 01 de setembro de 2014 a servidora Delcia Maria dos Santos, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Conceder a servidora DELCIA MARIA DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – Nível 1 – Referência D, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 01.11.2013, retardada em 82 dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE MAIO DE 2015.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 093/2015

PORTARIA Nº 093, DE 18 DE MAIO DE 2015
RETIFICA PORTARIA DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, em especial aquelas contidas nos incisos VII e IX, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que, houve equívocos na justificativa da determinação do exercício junto a Secretaria da saúde;

Considerando que a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal declara que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial;

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a justificativa da determinação do exercício da função da servidora Delcia Maria dos Santos, junto a Secretaria da Saúde.

Onde lê-se: "Considerando, o afastamento da servidora Maria Alzerinda de Souza Batista, para tratamento de saúde";

Leia-se: "Considerando, a necessidade de adequar os serviços de limpeza da Unidade de Saúde do Município";

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE MAIO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 094/2015

PORTARIA Nº 094, DE 18 DE MAIO DE 2015

"DETERMINA, TEMPORARIAMENTE, A LOTAÇÃO DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do art. 88, da Lei orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinado, temporariamente, a lotação da servidora Maria Alzerinda de Souza Batista, junto a Secretaria Municipal da Educação, a contar de 23 de outubro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2014.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE MAIO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 095/2015

PORTARIA Nº 095, DE 26 DE MAIO DE 2015

"NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DA IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Resolução nº 500, de 12 de fevereiro de 2015, do Conselho Nacional de Saúde, RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal de Saúde de Ibiã, sendo que a equipe terá a seguinte composição:

I. ERICA THOMÉ LAIDNES, Secretária Municipal de Saúde – Presidente;

II. ARLETE DURIGON LIZOT, Presidente do Conselho Municipal de Saúde - Coordenador Geral;

III. JOANA CELIA BECKER RINALDI, Auxiliar Administrativo - Secretária Executiva;

IV. MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI, Agente Administrativo - Coordenação de Relatoria;

V. SANDRA SPLENDOR RODRIGUES, Técnica em Enfermagem - Coordenação de Comunicação, Informação e Divulgação;

VI. ERICA THOMÉ LAIDNES, Secretária Municipal de Saúde - Coordenação de Recursos Materiais;

VII. ILDO TREVISOL, Motorista - Coordenação de Articulação e Mobilização.

Art. 2º. A Comissão Organizadora será responsável pela organização e coordenação da IV Conferência Municipal de Saúde.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE MAIO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

RESOLUÇÃO Nº 023/2015 - CODEMI
RESOLUÇÃO Nº023/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 01 de Junho de 2015.

CONSIDERANDO que os Interessados procuraram a Administração com interesse de se instalar no Parque Industrial Juliana Bloor.

CONSIDERANDO que o CODEMI tomou conhecimento de que o Município possui dois terrenos que estão à disposição de quaisquer Empresas que estejam interessadas em se instalar, um Imóvel Matriculado sob o Nº 7.493 do Livro Nº2 no Registro de Imóveis da Comarca de Tangará – SC Terreno Urbano com área de 18.500,00 m²(dezoito mil e quinhentos metros quadrados) constante do Lote 02 do Mapa do Parque Industrial Juliana Bloor, situado ao lado ímpar da Rua Santa Lúcia, Município de Ibiam e outro Imóvel Matriculado sob o Nº 7.494 do Livro Nº2 no Registro de Imóveis da Comarca de Tangará – SC Terreno Urbano com área de 17.955,53 m²(dezessete mil, novecentos e cinquenta e cinco metros, e cinquenta e três decímetros quadrados) constante do Lote 03 do Mapa do Parque Industrial Juliana Bloor, situado ao lado par da Rua Nossa Senhora de Lourdes Município de Ibiam.

CONSIDERANDO os benefícios que as empresas trarão para o Município de Ibiam, com processos ambientalmente corretos, utilizando matéria prima presente em nossa região sendo pouco poluidoras e gerando empregos.

RESOLVE:

Art.1º - Fica aprovado pelo CODEMI a instalação das Empresas, autorizando o Executivo Municipal que realize todos os procedimentos necessários para que as Empresas se instalem no Município e recebam os terrenos e benfeitorias na forma da Lei Complementar 025/11.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com os Decretos nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 02 de Junho de 2015.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 02/06/2015.

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: ILHOTA CAMARA DE VEREADORES.

Contratado: BANCO DO BRASIL S/A – AGENCIA – ILHOTA - SC.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO CONFORME ARTIGO 24 XXII, DA LEI FEDERAL 8666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Prazo: INDETERMINADO.

Objeto: TERMO DE ADESÃO ÀS CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ÚNICO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PARÂMETROS PARA PAGAMENTO DE SALÁRIOS, PAGAMENTO A FORNECEDORES E PAGAMENTO DIVERSOS.

Ilhota, 02 de junho de 2015.

LAVINO MIGUEL NUNES

Presidente

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMOADITIVO DO CONTRATO 019 - CV 001 2014 - MERCOLUX MANUTENCAO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº 019/2014 – PMI

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Extrato de Contrato nº 019/2014 – PMI

Processo: Convite nº 001/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Fornecedor: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

PRAZO: 29/05/2015 à 28/06/2015

Assinatura: 25/05/2015

Daniel Christian Bosi

Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 035/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de lajotas para uso da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Tipo: Pregão Presencial, registro de preço, menor preço por item. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 22 de junho de 2015, às 14h00min horas.

Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2º à 6º feira, das 13h00min às 17h00min no setor de licitação ou pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 02 de junho de 2015.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal de Imaruí

PORTARIA Nº 285/2015

PORTARIA GP Nº 285/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação do Cargo De Professor de Series Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015 e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:

DÉBORA MARQUES FELIPE do CPF: 063.943.659-55 para exercer o Cargo De Professor de Series Iniciais, na carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 19 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 19/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 286/2015

PORTARIA GP Nº 286/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação do Cargo De Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:

JULIANO DA ROSA PEREIRA com CPF: 054.388.129-69 para exercer o Cargo De Professor de Educação Física, na carga horaria de 30h semanais, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 16 de Março de 2015.

Imaruí, 19 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 19/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 296/2015

PORTARIA GP Nº 296/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Nomeação para o Cargo de Chefe de Contabilidade.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

MEIRISAINÉ DA SILVA FERNANDES com CPF: 048.120.359-10 do Cargo de Chefe de Contabilidade, de Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 01 de Abril de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/04/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 297/2015

PORTARIA GP Nº 297/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Exoneração para o Cargo de Diretor de Transporte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

Exonerar:

MARIO JOSE CARDOSO do Cargo de Diretor de Transporte, conforme a C.I nº 053/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 01 de Abril de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/04/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº268/2015

PORTARIA GP Nº 268/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Especial Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

ADENISE INÁCIO CARDOSO HERCULANO com CPF: 055.003.649-01 para exercer o Cargo de Professor de Educação Especial, com carga horaria de 20h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 11 de Março de 2015.

Imaruí, 13 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 13/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº269/2015

PORTARIA GP Nº 269/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Exoneração do Cargo de Coordenador de Controle de Avaliação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, resolve:

EXONERAR:

CAMILA DE SOUSA LIMAS, do Cargo de Coordenador de Controle de Avaliação do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 16 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 16/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº270/2015

PORTARIA GP Nº 270/2015 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Coordenadora do Projeto Navegar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.716/2013, posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:

ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO com CPF: 078.289.969-26 para exercer o Cargo de Coordenadora do Projeto Navegar, conforme a C.I nº 034/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 11 de Março de 2015.

Imaruí, 16 de Março 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 16/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº271/2015

PORTARIA GP Nº 271/2015 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

MARIELLY VITORINO VIEIRA com CPF: 107.293.779-46 para exercer o Cargo de Agente Educador, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 12 de Março de 2015.

Imaruí, 16 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 16/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº272/2015

PORTARIA GP Nº 272/2015 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Educação Infantil Sem habilitação.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

GRAZIELI FERNANDES DA ROCHA FAUST com CPF: 033.695.559-50 para exercer o Cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horaria de 10h semanais, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 16 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 16/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº273/2015

PORTARIA GP Nº 273/2015 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Professor de Geografia EJA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

FLÁVIA DE SOUZA GONÇALVES com CPF: 037.494.279-09 para exercer o Cargo de Professor de Geografia EJA, com carga horária de 10h semanais, conforme a C.I. nº 035/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 9 de Março de 2015.

Imaruí, 16 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 16/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº274/2015

PORTARIA GP Nº 274/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Revogação de Portaria.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, a pedido resolve,

REVOGAR:

A Portaria GP Nº 611/2014 de SANDRA MIRIAN OLIVEIRA DA SILVA com o Cargo de Técnico de Enfermagem Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 23 de Março de 2015.

Imaruí, 17 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 17/03/2015

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº275/2015

PORTARIA GP Nº 275/2015 DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Nomeação para o Cargo de Pedagogo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, resolve:

NOMEAR:

SÔNIA REGINA DA ROCHA CARDOSO com CPF: 800.524.109-78 para exercer o Cargo de Pedagogo, conforme C.I nº 034/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 11 de Março de 2015.

Imaruí, 17 de Março de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 17/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº276/2015

PORTARIA GP Nº 276/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Gratificação de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve,

CONCEDER:

A Gratificação do (a) Professor (a) LISIANE DA CUNHA BARRETO, como Secretaria da Unidade Escolar com percentual de 25% para o C.E.I.M Carlos Gomes, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 19 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 19/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº277/2015

PORTARIA GP Nº 277/2015, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Exoneração do Cargo De Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DAIANE FERNANDES CARDOSO do Cargo De Professor de Educação Infantil, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 17 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 17/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº278/2015

PORTARIA GP Nº 278/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

Exoneração do Cargo De Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

GRAZIELI FERNANDES DA ROCHA FAUST do Cargo De Professor de Educação Infantil, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 18/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº279/2015

PORTARIA GP Nº 279/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Professor de Series Inicial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DÉBORA MARQUES FELIPE do Cargo De Professor de Series Iniciais, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 18/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº280/2015

PORTARIA GP Nº 280/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

EXONERAR:

DIEGO DOMINGOS DOS SANTOS do Cargo De Professor de Educação Infantil, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 18 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 18/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº281/2015

PORTARIA GP Nº 281/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Professor de Educação Especial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, RESOLVE:

EXONERAR:

ADENISE INÁCIO CARDOSO HERCULANO do Cargo De Professor de Educação Especial, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 18 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 18/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº282/2015

PORTARIA GP Nº 282/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação do Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

LIDIANE RIBEIRO DE JESUS CARVALHO com o CPF: 060.291.719-09 do Cargo De Professor de Educação Infantil, na carga horaria de 10h semanais, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 18 de Março de 2015.

Imaruí, 19 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 19/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº283/2015

PORTARIA GP Nº 283/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação do Cargo De Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

OTÍLIA ROCHADEL NUNES DE CASTRO com CPF: 767.039.839-68 do Cargo De Professor de Educação Infantil, na carga horaria de 10h semanais, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, a partir do dia 18 de Março de 2015.

Imaruí, 19 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 19/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº284/2015

PORTARIA GP Nº 284/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação do Cargo De Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:
ROSILENE DE SOUSA CARDOSO DE CASTRO do Cargo De Professor de Educação Infantil, na carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, a partir do dia 16 de Março de 2015.

Imaruí, 19 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 19/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº287/2015

PORTARIA GP Nº 287/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
Nomeação do Cargo De Professor de Educação Especial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1.850/2015, e posteriores alteração, resolve:

NOMEAR:
INDIANARA DE OLIVEIRA FERMINO com CPF: 064.203.139-88 o Cargo De Professor de Educação Especial, na carga horaria de 20h semanais, de acordo com a C.I nº 040/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 19 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 19/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº288/2015

PORTARIA GP Nº 288/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015.
Exoneração do Cargo De Tesoureira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido, resolve:

EXONERAR:
DEBORA GARCIA HERMESMEYER do Cargo De Tesoureira, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 23 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 23/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº289/2015

PORTARIA GP Nº 289/2015, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
Designa responsável pela Tesouraria

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, resolve,

Designar:
EMANOEL MATOS, como Responsável da Tesouraria.

Imaruí, 24 de Março de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 24/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº290/2015

PORTARIA GP Nº 290/2015 DE 24 DE MARÇO DE 2015
Remoção de Funcionário Publico.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

Remover:
GISLANE FERNANDES FLAUZINO para o Cargo de Assistente da Secretaria de Governo.

Imaruí, 24 de Março de 2015
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 24/03/2015.

EMANOEL MATOS
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº291/2015

PORTARIA GP Nº 291/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Exoneração do Cargo De Chefe de Contabilidade.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido resolve:

EXONERAR:

VERONICE LUCIA MILHORETO NIEHUES do Cargo de Chefe de Contabilidade, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 31 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 31/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA Nº292/2015

PORTARIA GP Nº 292/2015 DE 31 MARÇO DE 2015.

Exoneração para o Cargo de Professor de Educação Infantil.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí, Resolve:

EXONERAR:

ANNY KAROLINY FREITAS DA SILVA FRANCISCO do Cargo de Professor de Educação Infantil, conforme a C.I nº 034/2015 da Secretaria da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 10 de Março de 2015.

Imaruí, 31 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 31/03/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº293/2015

PORTARIA GP Nº 293/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Conceder Licença sem vencimento

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Complementar 004/2007, resolve a pedido:
CONCEDER

Licença Sem vencimento para a funcionaria REGINA CELIA PEREIRA LEAL, ocupante do cargo de Professor Educação Física, a partir da data de 02 de Março de 2015.

Imaruí, 31 de Março de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura em 31/03/2015

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº294/2015

PORTARIA GP Nº 294/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Nomeação para o Cargo de Diretora da Pecuária.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

ANGELA PEREIRA DOS SANTOS com CPF: 096.038.629-75 para exercer o Cargo de Diretora de Pecuária, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, conforme a C.I nº 023/2015 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Pecuário.

Imaruí,01 de Abril de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/04/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº295/2015

PORTARIA GP Nº 295/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Nomeação para o Cargo de Diretora de Orçamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei nº 1028/2005 e posteriores alterações, resolve:

NOMEAR:

GEYSE NUNES GOULART com CPF: 090.616.429-06 para exercer o Cargo de Diretora de Orçamento, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí,01 de Abril de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/04/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº298/2015

PORTARIA GP Nº 298/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Exoneração para o Cargo de Diretor Geral.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

Exonerar:

SUELLEN ALEXANDRE SOUSA PHILIPPI Do Cargo de Diretor Geral, conforme a C.I nº 052/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 01 de Abril de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/04/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº299/2015

PORTARIA GP Nº 299/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Exoneração para o Cargo de Diretor de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

Exonerar:

RODRIGO ARONA PEREIRA do Cargo de Diretor de Saúde, conforme a C.I nº 051/2015 da Secretaria Municipal de Saúde.

Imaruí, 01 de Abril de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/04/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº300/2015

PORTARIA GP Nº 300/2015 DE 01 DE ABRIL DE 2015

Exoneração para o Cargo de Professor de Educação Especial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

Exonerar:

IARA LÚCIA DUTRA CORRÊA do Cargo de Professor de Educação Especial, conforme a C.I nº 048/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 01 de Abril de 2015

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural de atos da prefeitura em 01/04/2015.

EMANOEL MATOS

Secretário de Administração e Finanças

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 072/2015

EDITAL SEAGP Nº 072/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 03 de Junho a 02 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 03 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 072/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Fiscal Ambiental
Edcarlo Cascaes Correa

EDITAL SEAGP Nº 073/2015

EDITAL SEAGP Nº 073/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2015, divulgado através do Edital nº 006/2015, de 01 de Abril de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2015, de 22 de abril de 2015, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 006/2015, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 03 de Junho a 02 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 03 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 073/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Comunitário de Saúde Área 13
Gabriela Teixeira de Souza

EDITAL SEAGP Nº 074/2015

EDITAL SEAGP Nº 074/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 03 de Junho a 02 de Julho de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 03 de junho de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 074/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Instrutor de artesanato PETI

Sebastiana Bento Gonçalves

PORTARIA PMI/GGP Nº 323/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 323, de 01 de junho de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por Término de Contrato, a abaixo relacionada, admitida em 03 de junho de 2013, através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010 e PORTARIA PMI/DGP Nº 430/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Neiva Ana Dias Duarte	Técnica em Enfermagem - 40h	592.112.029-49	01/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba SC, 01 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 324/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 324, de 02 de junho de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Auxiliar Cuidadora/Educadora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 4.489 de 09 de dezembro de 2014, e ainda com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter emergencial, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Tatiane de Fátima da Silva Soares	Auxiliar Cuidadora/Educadora 40h	070.638.099-11	03/06/2015

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 325/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 325, de 02 de junho de 2015.
Dispõe sobre a admissão de Agente Comunitário de Saúde - PACS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar n.º 3.135, de 25 de julho de 2007 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Giselly da Rosa Costa	Agente Comunitário de Saúde - 40h	038.763.929-26	03/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de junho de 2015.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/GGP Nº 326/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 326, de 02 de junho de 2015.
Dispõe sobre a Exoneração de Assessora Especial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sra. VERA MILES DA SILVA DUTRA, Assessora Especial, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 014.587.669-18, nomeada através da PORTARIA PMI/GGP Nº 301, de 19 de maio de 2015, para exercer o cargo de Assessora Especial junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Renda – SEAST.

Art. 2º Esta Portaria passou a vigorar na data de 1º de junho de 2015.

Imbituba, 02 de junho de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DO RESULTADO DA 3ª REUNIÃO DA CONCORRÊNCIA 15/2014(PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
CONCORRENCIA Nº 15/2014
PROCESSO Nº 170/2015

Resultado de julgamento da Proposta Técnica e de Preços
Comunicamos aos interessados que a CPL procedeu a abertura dos envelopes nº 04 das Empresas OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME e CASA NOVAES DESIGN & COMUNICAÇÃO LTDA empresas classificadas após o julgamento da proposta técnica. Verificou-se também que as empresas concederam desconto de (30%) da tabela SINAPRO/SC, recebendo a empresa OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME 100 pontos referente ao item 10.2.1 do edital totalizando uma pontuação de 181,00 pontos, e recebendo a empresa CASA NOVAES DESIGN & COMUNICAÇÃO LTDA 100 pontos referente ao item 10.2.1 do edital totalizando uma pontuação de 174,00 pontos. A Comissão Permanente de Licitação comunica ainda todos os interessados que realizará dia 08/05/2015 às 14:00 na sede da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Imbituba, na Rua Ernani Cotrin, 601, a Quarta Reunião Pública, para recebimento e abertura do envelope nº 05(documentos de habilitação) da empresa OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME.

Imbituba, 03 de junho de 2015.

Dilson Petrassem Junior
Presidente da Comissão de Licitação

Indaial

PREFEITURA

ERRATA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 149/2012
TERMO ADITIVO Nº 007 e 008

CONTRATADA: IMOBILIÁRIA HOJE EIRELI ME.

ERRATA:

O Termo Aditivo nº 006, publicado em 15/04/2015, passa a ser o nº 007.

O Termo Aditivo nº 007, publicado em 04/05/2015, passa a ser o nº 008.

Ambos do Contrato nº 149/2012, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

DATA: 02/06/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitatório nº 108/2015.

Inexigibilidade nº 010/2015-28983

Objeto: Contratação de oficina de composição copeografica para danças folclóricas.

Entrega dos envelopes: 03/06/2015.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO

Diretora Executiva

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitatório nº 109/2015.

Inexigibilidade nº 011/2015-28983

Objeto: Contratação de oficina de expressão vocal.

Entrega dos envelopes: 03/06/2015.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO

Diretora Executiva

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2015

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters.

Licitatório nº 110/2015.

Inexigibilidade nº 012/2015-28983

Objeto: Contratação de oficina técnica de preparação vocal.

Entrega dos envelopes: 03/06/2015.

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

SIEGRID WAMSER RIBEIRO

Diretora Executiva

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 115/2014

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 115/2014

Pelo presente instrumento particular de Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL – GABINETE DO PREFEITO – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e a empresa, IMOBILIÁRIA MAPA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.598.838/0001-90, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 234, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, representado neste ato por seu representante legal Sr. Rogério Isnar Patrício, brasileiro, casado, corretor imobiliário, inscrito no CPF sob nº 848.728.839-49 e Cédula de Identidade nº 1.041331, residente à Rua Paraíba, nº 306, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 112/2014 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 009/2014-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, item 2.1, do contrato original, que tem como objeto a locação de um imóvel, tipo casa comercial, com área construída de, aproximadamente, 470,00 m² (quatrocentos e setenta metros quadrados), em alvenaria, 01 pavimento, com telhas cerâmicas, em terreno com, aproximadamente, 2.472,00 m² (dois mil e quatrocentos e setenta e dois metros quadrados). O respectivo imóvel, destina-se ao uso exclusivo da “Casa da Cidadania”, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1. O prazo do presente contrato de locação será de 20 de maio de 2015 até 20 de maio de 2016, podendo ser prorrogado, por interesse da Administração, por iguais e sucessivos períodos, até o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de maio de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	MAPA IMOBILIÁRIA LTDA Rogério Isnar Patrício Locador
--	--

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner secretário Municipal
--	---

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____

CPF: _____

Nome Legível: _____

CPF: _____

Iomerê

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIENCIA PUBLICA PARA DISCUSSAO E EXPLANAÇÃO DE PROJETOS DE ALTERACAO DA LEGISLACAO QUE COMPOE O PLANO DIRETOR DO MUNICIPIO DE IOMERÊ

O MUNICIPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito no CNPJ 01.612.744/0001-20, com sede administrativa na Rua Joao Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em atenção às disposições legais que regulamentam a matéria, CONVOCA a população do município, e todos os demais interessados, para AUDIÊNCIA PUBLICA destinada à explanação e discussão de projetos de alteração da legislação que compõe o plano diretor do município de Iomerê(Leis Complementares n. 030/2012, 031/12, 032/12 e 033/12), a ser realizada no dia 23 de junho de 2015, às 8:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Iomerê, na Rua João Rech, n. 500, centro, Iomerê, SC.

Os projetos a serem discutidos fazem referencia à alteração das características do zoneamento, bem como sobre ocupação, uso do solo e edificações.

Iomerê, 02 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DECRETO 1615/2015

DECRETO Nº. 1615 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 792/2014 de 27 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
1006 Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios
44900000 Aplicações Diretas
0300.00 Recursos Ordinários
R\$ 120.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

ERRATA AO EDITAL DE ESCOLHA CONSELHEIROS TUTELARES 01/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL PROCESSO DE ELEIÇÃO UNIFICADO DE CONSELHEIROS TUTELARES
EDITAL Nº 0001/2015

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ faz saber a todos os interessados que houve alteração no Edital nº 0001/2015.

1. No item 3.16 acrescenta ainda;
E a avaliação psicossocial de caráter eliminatório avaliado por psicólogo, objetivando critérios de raciocínio lógico para as ações cotidianas, aptidão para a função desejada, equilíbrio emocional, relacionamento interpessoal entre outros para ao final, formar prognóstico a respeito do desempenho, a adaptação e adequação ao cargo proposto.

Iomerê, 02 de junho de 2015.
SIBELE M. FIORENTIN
Presidente do CMDCA

PORTARIA 2553/2015

PORTARIA Nº 2553 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 o servidor HERCULES JACO PAGANINI, inscrito no CPF nº017.770.999-51 do cargo comissionado de Supervisor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 29 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2554/2015

PORTARIA Nº 2554 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 a servidora KAROLINE RODRIGUES FACHINI, inscrito no CPF nº061.586.199-73 do cargo comissionado de Supervisor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 29 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2555/2015

PORTARIA Nº 2555 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 a servidora CARINA FALCHETTI PERETTI, inscrito no CPF nº060.270.789-79 do cargo comissionado de Chefe de Sessão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 29 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2556/2015

PORTARIA Nº 2556 DE 29 DE MAIO DE 2015

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, concedida a servidora ADIRCE THOMAZI.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 29 de maio de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2557/2015

PORTARIA Nº 2557 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 a servidora SONIA MARA DOS SANTOS, inscrita no CPF nº026.971.529-03 do cargo comissionado de Coordenador.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 29 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2558/2015

PORTARIA Nº 2558 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 a servidora Ana Maria Epeling Turmina, inscrita no CPF nº796.719.859-04 do cargo comissionado de Coordenador.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 29 de maio de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2559/2015

PORTARIA Nº 2559 DE 29 DE MAIO DE 2015

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 a servidora ROSELENE RODRIGUES PELLE, inscrita no CPF nº594.884.339-49 do cargo comissionado de Chefe de Setor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 29 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2560/2015

PORTARIA Nº 2560 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 a servidora SEILA CRISTIANE PEREIRA DE SOUZA, inscrita no CPF nº774.402.509-15 do cargo comissionado de Chefe de Setor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 29 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2561/2015

PORTARIA Nº 2561 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 01 de junho de 2015 o servidor DARCI ANTONIO TURMINA, inscrito no CPF nº296.505.349-20 do cargo comissionado de Chefe de Setor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de 01 de junho de 2015 com sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 29 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2562/2015

PORTARIA Nº 2562 DE 29 DE MAIO DE 2015
Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a partir de 29 de maio de 2015 o servidor ADRIANO LUIZ BASEGGIO, inscrito no CPF nº037.567.299-07 do cargo comissionado de Supervisor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 29 de maio de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2563/2015

PORTARIA Nº 2563, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
Nomeia HERCULES JACO PAGANINI para o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO ESPORTIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Nomear HERCULES JACO PAGANINI, portador do CPF nº 017.770.999-51, para o cargo de Chefe de Departamento Esportivo, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2564/2015

PORTARIA Nº 2564, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
Nomeia KAROLINE RODRIGUES FACHINI para o cargo comissionado de Chefe de Departamento Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Nomear KAROLINE RODRIGUES FACHINI, portador do CPF nº 061.586.199-73, para o cargo de Chefe de Departamento de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, Cultura, Esporte e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de

2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2565/2015

PORTARIA Nº 2565, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
Nomeia CARINA FALCHETTI PERETTI para o cargo comissionado de Assessor de Projetos e Convênios.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE
Art. 1º Nomear CARINA FALCHETTI PERETTI, portador do CPF nº 060.270.789-79, para o cargo Assessor de Projetos e convênios, lotado na Secretaria de Administração e finanças, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2566/2015

PORTARIA Nº 2566, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
Nomeia SONIA MARA DOS SANTOS para o cargo comissionado de Assessor De Secretaria Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE
Art. 1º Nomear SONIA MARA DOS SANTOS, portador do CPF nº 026.971.529-03, para o cargo Assessor de Secretaria Escolar, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2567/2015

PORTARIA Nº 2567, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
Nomeia ANA MARIA EPELING TURMINA para o cargo comissionado de Assessor De Secretaria Escolar

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE
Art. 1º Nomear ANA MARIA EPELING TURMINA, portadora do CPF nº 796.719.859-04, para o cargo Assessor de Secretaria Escolar, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2568/2015

PORTARIA Nº 2568, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
Nomeia ROSELENE RODRIGUES PELLE para o cargo comissionado de Assistente para Programas e Ações da Terceira idade

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE
Art. 1º Nomear ROSELENE RODRIGUES PELLE, portadora do CPF nº 594.884.339-49, para o cargo Assistente para Programas e Ações da Terceira Idade, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2569/2015

PORTARIA Nº 2569, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
Nomeia Andressa Aguiar Fantinel Zarpellon para o cargo comissionado de Assistente da Secretaria de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE
Art. 1º Nomear ANDRESSA AGUIAR FANTINEL ZARPELLON, portadora do CPF nº 034.969.739-60, para o cargo Assistente da Secretaria de Saúde, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social,

com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2570/2015

PORTARIA Nº 2570, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia SEILA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA para o cargo comissionado de Assistente da Secretaria de Cultura e Esporte.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Nomear SEILA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA, portador do CPF nº 774.402.509-15, para o cargo de Assistente da Secretaria de Cultura e Esporte, lotado na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2571/2015

PORTARIA Nº 2571, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia DARCI ANTONIO TURMINA para o cargo comissionado de Assistente da Secretaria de Agricultura e Urbanismo

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Nomear DARCI ANTONIO TURMINA, portadora do CPF nº 296.505.349-20, para o cargo de Assistente da Secretaria de Agricultura e Urbanismo, lotado na Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 02 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO
Iomerê, 01 de Junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2572/2015

PORTARIA Nº 2572 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, concedida a servidora GRAZIELLE FALETTI.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2573/2015

PORTARIA Nº 2573 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, concedida a servidora MARINES CRESTANI FRANCO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2574/2015

PORTARIA Nº 2574 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, concedida a servidor IRIBERTO ANTONIO VOLPATO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2575/2015

PORTARIA Nº 2575 DE 01 DE JUNHO DE 2015
Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, concedida a servidora CARLA CANDIAGO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2576/2015

PORTARIA Nº 2576 DE 01 DE JUNHO DE 2015
Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, concedida a servidora SIMONE VALMORBIDA CENDRON.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2577/2015

PORTARIA Nº 2577 DE 01 JUNHO DE 2015
Revoga a concessão de Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a concessão de Função Gratificada, concedida a servidor JOSNEI BAVARESCO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2578/2015

PORTARIA Nº 2578 DE 01 DE JUNHO DE 2015
Conceder Função Gratificada a Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada nível IV- Direção, Serviços Técnicos e/ou Específicos com Nível Superior, a servidor municipal JOSNEI BAVARESCO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor no dia 1 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2579/2015

PORTARIA Nº 2579 DE 01 DE JUNHO DE 2015
Conceder Função Gratificada a Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada nível IV- Direção, Serviços Técnicos e/ou Específicos com Nível Superior, a servidora municipal SIMONE VALMORBIDA CENDRON.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor no dia 1 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2580/2015

PORTARIA Nº 2580 DE 01 DE JUNHO DE 2015
Conceder Função Gratificada a Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada nível III- Chefia e Assessoramento, a servidora municipal CARLA CANDIAGO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor no dia 1 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2581/2015

PORTARIA Nº 2581 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Conceder Função Gratificada a Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada nível III- Chefia e Assessoramento, a servidor municipal IRIBERTO ANTONIO VOLPATO.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor no dia 1 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2582/2015

PORTARIA Nº 2582 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Conceder Função Gratificada a Servidor Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Função Gratificada nível II- Serviços Técnicos e/ou especiais Estranhos a Competência Marines Crestani Franco.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor no dia 1 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2583/2015

PORTARIA Nº 2583, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Nomeia ADRIANO LUIZ BASEGIO para o cargo comissionado de Diretor de Urbanismo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 45/2015 de 15 de maio de 2015 e suas alterações:

RESOLVE

Art. 1º Nomear ADRIANO LUIZ BASEGGIO, portador do CPF nº 037.567.299-07, para o cargo de Diretor de Urbanismo, lotado na Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2015, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 01 de Junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2584/2015

PORTARIA Nº 2584 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ANA GISELI VOLPATO pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/05/2014 a 01/05/2015 a contar de 01/06/2015 a 30/06/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2585/2015

PORTARIA Nº 2585 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SIRLEI CRISTINA SELZLEIN ALTENHOFEN pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/05/2014 a 08/05/2015 a contar de 08/06/2015 a 07/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2586/2015

PORTARIA Nº 2586 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor JOSNEI BAVARESCO pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/07/2013 a 01/07/2014 a contar de 08/06/2015 a 07/07/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2587/2015

PORTARIA Nº 2587 DE 01 DE JUNHO DE 2015

Exonera servidor público

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a servidora Andressa Aguiar Fantinel, inscrito no CPF nº034.969.739-60 do cargo comissionado de Chefe de Setor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a data de 29 de maio de 2015 condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 01 de junho de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2015

Município de Iomerê

Edital de Tomada de Preços nº 04/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Tomada de Preços visando a Contratação de empresa para execução de pavimentação e lombadas. A abertura das propostas se dará no dia 29/06/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos no site: www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 02 de junho de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO 2823/ 2015

Decreto nº 2.823/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014, conforme art.11,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 14.361,32 (Quatorze mil trezentos e sessenta e um reais e trinta e dois centavos), conforme discriminação seguinte:

01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS		
02 – PODER EXECUTIVO		
07 – SECRETARIA DA AGRICULTURA		
2.014 – Manutenção da Secretaria da Agricultura		
4.4.90.00.00.00.00.00.0255 (85)	Aplicações Diretas	R\$ 14.361,32
TOTAL		R\$ 14.361,32

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos do superávit financeiro da fonte 255 –Recursos Transferências da União.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 02 de junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 37/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho - ME.

Objeto: aquisição de tubos de concreto para o período de 12 meses, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 8.055,00 (oito mil cinquenta e cinco reais).

Vigência – 27/05/2015 a 26/05/2016

Base Legal – Processo Licitatório nº 23/2015 – Pregão Presencial nº13/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 39/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Qualitubos Artefatos de Cimento Ltda - EPP.

Objeto: aquisição de tubos de concreto para o período de 12 meses, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 1.944,00 (um mil novecentos e quarenta e quatro reais).

Vigência – 27/05/2015 a 26/05/2016

Base Legal – Processo Licitatório nº 23/2015 – Pregão Presencial nº13/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda - ME.

Objeto: aquisição de tubos de concreto para o período de 12 meses, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 38.041,20 (trinta e oito mil quarenta e um reais e vinte centavos).

Vigência – 27/05/2015 a 26/05/2016

Base Legal – Processo Licitatório nº 23/2015 – Pregão Presencial nº13/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 38/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Pre-Moldados Irineópolis – Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda EPP.

Objeto: aquisição de tubos de concreto para o período de 12 meses, com entrega parcelada.

Valor: R\$ 1.978,80 (um mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

Vigência – 27/05/2015 a 26/05/2016

Base Legal – Processo Licitatório nº 23/2015 – Pregão Presencial nº13/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 23/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 23/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Cimentela – Industria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda; Pré-Moldados Irineópolis – Artefatos de Cimento e Estruturas Metálicas Ltda – EPP; Maria Ecilda Gallotti de Borba Coelho ME e Qualitubos Artefatos de Cimento Ltda EPP.

Irineópolis, 27 de maio de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 190/2015

PORTARIA N º. 190/2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e em conformidade com o previsto no Edital de Concurso Público n.º 001/2015;

RESOLVE :

Art. 1.º HOMOLOGAR o resultado final do Concurso Público n.º 001/2015, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com sua respectiva classificação final, conforme ANEXO ÚNICO, parte integrante deste ato.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA N º 191/2015

PORTARIA N º. 191/2015.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL PORTADORES DE DEFICIÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001, e em conformidade com o previsto no Edital de Concurso Público n.º 001/2015;

RESOLVE :

Art. 1.º HOMOLOGAR o resultado final Portadores de Deficiência do Concurso Público n.º 001/2015, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, com sua respectiva classificação final, conforme ANEXO ÚNICO, parte integrante deste ato.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Junho de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - RESULTADO FINAL**FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITARIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - UNIUV****Concurso Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis****Edital n.º126/2015 - RESULTADO FINAL PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

O Presidente da Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA), da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (Uniuv), no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.º 27/2015, de 27 de fevereiro de 2015, e em consonância com o item 3 do Edital n.º 001/2015, de 6 de março de 2015, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, **TORNA PÚBLICO** o resultado final dos candidatos portadores de deficiência do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis:

Tipo de Oferta: CARGO PÚBLICO

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
42	PAULO MICHAHOUSKI MAIDEL	18/07/1996	1.º	7,00

União da Vitória, 28 de maio de 2015.

Odelir Dileto Cachoeira

Presidente da CPSA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - RESULTADO FINAL**FUNDAÇÃO MUNICIPAL CENTRO UNIVERSITARIO DA CIDADE DE UNIÃO DA VITÓRIA - UNIUV****Concurso Público da Prefeitura Municipal de Irineópolis****Edital Nº. 127/2015 - RESULTADO FINAL**

O Presidente da Comissão Permanente de Seleção e Avaliação (CPSA), da Fundação Municipal Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (UniuV), no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.º 27/2015, de 27 de fevereiro de 2015, e em consonância com o item 15 do Edital n.º 001/2015, de 6 de março de 2015, da Prefeitura Municipal de Irineópolis, **TORNA PÚBLICO** o resultado final dos candidatos ao Concurso Público para provimento de vagas em cargos e empregos públicos, da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Tipo de Oferta: CARGO PÚBLICO

Cargo: AGENTE SANITÁRIO

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
246	SAMARA ANDRESSA RUCKL	11/12/1992	1.º	5,75
140	RONALDO DE SOUZA	02/05/1995	2.º	5,00

Cargo: ASSISTENTE DE INFORMÁTICA

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
250	NELSON PEDRINE DA CRUZ LIMA	19/02/1970	1.º	7,75
20	GEOVANE CARLOS BINDER	17/06/1991	2.º	7,00
229	BRUNO GERMANO SCHWARTZ	08/04/1997	3.º	6,00
62	RUAN CARLO PRESTUPA	28/06/1997	4.º	6,00
216	LUAN VINICIUS BARBOSA	08/07/1997	5.º	5,50
272	CARLOS ALTIERES COELHO	07/01/1988	6.º	5,25
61	JEAN BREM	05/04/1991	7.º	5,00
43	JULIA DE OLIVEIRA	30/12/1994	8.º	5,00

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
44	ROSELEI ALVES DE BORBA	06/09/1983	1.º	7,25
21	GÉSSICA GRESCHEN	05/08/1996	2.º	7,25
42	PAULO MICHAHOUSKI MAIDEL	18/07/1996	3.º	7,00
36	DANIELE PAVARIN	20/05/1997	4.º	7,00
177	CARINA MEIRELLES	24/09/1989	5.º	6,75
271	JULIO ANDREI NASCIMENTO	04/06/1996	6.º	6,75
101	EVELIN KONIG	16/12/1996	7.º	6,75
97	EVERLI BAGGENSTOSS	28/07/1987	8.º	6,50
12	JENIFFER ALINE AVANCINI	03/10/1995	9.º	6,50
178	IRIS VANESSA BAY	05/11/1986	10.º	6,25
17	DJONE FERNANDO MICHALESWKI WAGNER	02/08/1990	11.º	6,25
130	ALESANDRA MICHOLAWSKI	24/04/1991	12.º	6,25
230	SAYONÁRA SENFF MIRANDA	10/06/1993	13.º	6,25
105	NUBIA GABRIELI KUKLA	03/04/1995	14.º	6,25

117	DAIANE KARINE KONKEL	21/12/1995	15.º	6,25
269	LUCIANO SOARES EUZEBIO	07/07/1978	16.º	6,00
199	CHAIANE PARTICA	15/08/1988	17.º	6,00
64	DULCE MARA DOLINSKI BEDRECHUK	06/08/1984	18.º	5,50
92	MARIA ISABEL DE FÁTIMA KEITTO	11/09/1991	19.º	5,50
242	CAROLINE AUGUSTA KODERER	03/07/1992	20.º	5,50
273	KELI SUZANA SOUZA	26/06/1996	21.º	5,50
78	MARIA TÂNIA FERREIRA	08/12/1996	22.º	5,50
204	ELITON KLABUNDE	18/08/1997	23.º	5,50
175	FERNANDO RÜCKL	09/06/1998	24.º	5,50
268	PRISCILLA GROSSKOPF	20/10/1989	25.º	5,25
277	CARLA DAIANE RODRIGUES	13/12/1994	26.º	5,25
2	DOUGLAS DO AMARAL MARTINS	22/06/1996	27.º	5,25
138	MARIA FERNANDA MAAS	16/10/1997	28.º	5,25
194	LUCILEIA MOISSA AMBROSIO	10/05/1985	29.º	5,00
183	PAOLA NIGRIN	07/11/1994	30.º	5,00
16	JANAÍNE ESTRISER	01/02/1995	31.º	5,00
115	GISLAINE MARIA COLLI	30/05/1997	32.º	5,00
99	KEILA CRISTINE KRUGER	05/07/1997	33.º	5,00

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
84	JOÃO LEONIDES STASZKOVIAN	31/03/1970	1.º	7,50
67	NILSON ZABOROVSKI	08/07/1975	2.º	7,25
112	EDELVAN CLEVERSON LOHSE	11/07/1993	3.º	7,00
93	BERNARDINO PAITRA	09/05/1968	4.º	6,50
173	VALENTIM BUJARKA	02/12/1960	5.º	6,25
122	JOÃO REICHARDT NETO	24/06/1997	6.º	6,00
52	SUZETE APARECIDA ALVES	14/01/1979	7.º	5,50

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
262	OSNI NEPPEL JUNIOR	17/02/1996	1.º	8,00
212	LILIA MARIA APARECIDA MAIER	29/11/1983	2.º	7,75
80	MARLI GIELINSKI	02/11/1971	3.º	7,25
74	ROSMARI MARTINS ESTRISER	28/10/1974	4.º	7,25
119	IVONETE RODRIGUES FERREIRA	30/03/1979	5.º	7,25
85	ANA PAULA COLAÇO DE MOURA BOSSOW	20/11/1990	6.º	7,25
25	JULIANA APARECIDA BARBOSA	28/06/1990	7.º	7,00
118	FRANCIELE COLAÇO	26/11/1993	8.º	7,00

185	ELIANE BRAZ DOS SANTOS	01/09/1979	9.º	6,75
83	JOSILMA DE OLIVEIRA	14/08/1987	10.º	6,75
191	JOSIANE DE OLIVEIRA	06/07/1981	11.º	6,50
65	JANETE MOREIRA KOSTULSKI	25/11/1981	12.º	6,50
141	ROSANA APARECIDA DA SILVA	13/05/1986	13.º	6,50
120	CARINA PREISLER	12/01/1988	14.º	6,50
260	KEILA ALVES NEPPEL	07/10/1993	15.º	6,50
166	LARISA OLTMAN	22/01/1997	16.º	6,50
79	JUCIANA SENN SILVEIRA	09/09/1982	17.º	6,25
96	CREMILDA DE SOUZA	30/08/1985	18.º	6,25
94	JACIRA DANIEL	16/12/1988	19.º	6,25
30	MEIRY DIANE DA SILVA	20/04/1995	20.º	6,25
267	GILCELIA HARTMANN FERNANDES	12/12/1972	21.º	5,75
153	SUELI ALVES RIBEIRO	16/10/1983	22.º	5,75
49	MARIA SILVANA KAROLESKI	09/10/1984	23.º	5,75
106	JOSIANE BRANCO DE OLIVEIRA	30/09/1987	24.º	5,75
142	ANA DA SILVA JUZAK	24/01/1985	25.º	5,50
87	CARINA FLORIANO DA CRUZ	07/12/1991	26.º	5,50
111	JANICE APARECIDA PAVARIN	22/07/1983	27.º	5,25
18	JOSEMERI MELNISKI MIRANDA	10/02/1988	28.º	5,25
70	SUZANA DE SOUZA	19/04/1982	29.º	5,00
151	LUCIMARA CARNEIRO DANIEL	14/11/1991	30.º	5,00

Cargo: CONTADOR

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
207	JULIO CESAR QUADROS	07/02/1990	1.º	8,75
155	FELIPE JOLY DA CRUZ	23/11/1993	2.º	8,00
283	AFONSO WASMANN NETO	16/10/1985	3.º	7,75
213	SUZANE FURHMANN	02/03/1989	4.º	7,50
27	JOICE APARECIDA TRUKAN MOISSA	01/11/1994	5.º	7,25
9	RONALDO MICHAHOUSKI MAIDEL	05/01/1993	6.º	6,50
124	JAQUELINE DE FÁTIMA FÜRST	02/11/1991	7.º	6,25
23	PAULINHO BAY	09/01/1981	8.º	5,25
63	EMERSSON GRANEMANN	13/11/1971	9.º	5,00

Cargo: COORDENADOR DE INFORMÁTICA

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
107	MARCO LEANDRO DO PRADO	09/05/1987	1.º	6,50
75	LUCAS MOYSÉS MELLO	21/06/1991	2.º	5,25

Cargo: FONOAUDIÓLOGO

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
201	FERNANDA ROBERTA DA SILVA	13/08/1993	1.º	5,50

Cargo: MÉDICO GINECOLOGISTA

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
234	ADRIANA ROCHEMBACH CARNEIRO	09/03/1985	1.º	6,50

Cargo: MONITOR DE CRECHE

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
40	HEDY STÉFANI GONÇALVES DA SILVA	03/02/1990	1.º	5,00
209	CARLA FIGURA WILLE	18/12/1989	2.º	4,20
168	SUZANA ZIELINSKI	23/03/1992	3.º	4,10
266	VANESSA OLESCOVICZ DE SOUZA	29/05/1988	4.º	4,05
202	CARLA TATIANE KAROLESKI	01/07/1983	5.º	3,95
257	DANIELE DE ALMEIDA MUDRI	05/09/1985	6.º	3,90
58	MARILENA MARQUES FIGURA	11/11/1966	7.º	3,50
227	GISLAINE AP KODERER KRACINSKI	19/11/1990	8.º	3,45
187	LUANA CARLA BAY	09/10/1994	9.º	3,30

Cargo: ORIENTADOR SOCIAL

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
91	PATRICIA HERBST	15/11/1985	1.º	5,40
137	CACIANE HENNING MEIRELLES	29/10/1985	2.º	5,25
176	BRUNA FERNANDA GONCHORK	11/10/1994	3.º	4,55
241	ANNA ROSA ZAVASKI	15/12/1976	4.º	4,40
259	ALVINO JOSÉ DA SILVEIRA	08/05/1982	5.º	4,10
264	MIRIAN KELLI KLODZINSKI	03/12/1986	6.º	4,10
144	RODRIGO DE SOUZA	18/01/1994	7.º	3,60
152	FLAVIA INI DE SOUZA NOVACOSKI	13/02/1992	8.º	3,30
161	ELIZETE COLAÇO	11/08/1985	9.º	3,15

Cargo: PEDAGOGO SOCIAL

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
1	RAFAELA GESCHONKE	03/08/1987	1.º	6,05
159	ROSMARI KASTCHUK	25/05/1973	2.º	6,00
186	GISELLE DE ARAÚJO	21/08/1981	3.º	5,95
279	MIRIAN RUTENSKI	03/03/1985	4.º	5,55
251	ELAINE HAUBRICHT MOISSA	13/08/1987	5.º	5,40
184	RAQUEL RUTENSKI	20/06/1983	6.º	5,20
158	DJESSICA LUANA ZAGO	08/01/1993	7.º	5,10
162	CARLISE ÉDINA SAADE FELISBERTO	31/01/1977	8.º	4,90

123	CARLA REGIANE SAMPAIO	13/09/1987	9.º	4,90
219	CRISLAINE DRANKA NOGARA	23/08/1986	10.º	4,70
224	VALDIRENE METZ	04/11/1982	11.º	4,65
160	LILIAN CIBELI DZIEDZIC	03/09/1989	12.º	4,05
192	DOROTI KOWODZEICHACK	05/07/1974	13.º	3,80
98	KARINA MAURER DE SOUSA PINTO	13/05/1987	14.º	3,80
217	GISELI PATRÍCIA SENFF	27/02/1985	15.º	3,45
150	MARCIA APARECIDA PEREIRA	15/07/1969	16.º	3,30
24	SONIA MARIA SOARES PADILHA CRESTANI	31/12/1956	17.º	3,15
243	CECILIA PAVARIN	08/03/1967	18.º	3,15

Cargo: PROFESSOR DE ARTES

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
280	TANIA KEROLIM DZIÉDZIC	14/10/1992	1.º	4,05
218	JANAINA APARECIDA GODOY	20/04/1990	2.º	3,15

Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
45	ADRIANA JURASZEK	12/09/1989	1.º	5,05
211	ANDREIA APARECIDA KRUL MARTINS	01/06/1989	2.º	4,75
247	ARIELLI STRAUBE	15/08/1987	3.º	4,65
8	MARINA APARECIDA KOTOWSKI GONÇALVES	18/10/1989	4.º	4,40
135	VANESSA POLIANA WEIWANKO	13/03/1987	5.º	4,25
189	CLAUDIA MIRA OTTO BAHR	05/06/1971	6.º	4,05
248	CLÁUDIA GOLEC	16/09/1990	7.º	4,00

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
71	VILSON RODRIGO DIESEL RUCINSKI	23/06/1991	1.º	4,95
77	ROSANA GRACIELE MUXFELDT GIACOMINI	22/12/1983	2.º	4,55
100	REGIANE ANTONINA STACHERA	21/06/1989	3.º	4,25
136	SIRLEI DA ROCHA DOBLER	25/02/1982	4.º	4,10
131	ANDRIELI APARECIDA DENK	24/11/1992	5.º	4,05

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
31	GERMANO VIER ALVES	12/09/1993	1.º	6,65
60	CECILIA APARECIDA DA SILVA LUDKA	21/07/1982	2.º	6,00
235	CELSON DA SILVA	26/08/1980	3.º	5,75
228	MARCELINO DERSON PEREIRA	09/06/1973	4.º	4,40

200	NATALI ANGELA FELIPE	24/06/1993	5.º	3,75
-----	----------------------	------------	-----	------

Cargo: PROFESSOR DE MÚSICA

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
103	ALEXANDRE GELCHAKI NETO	11/08/1993	1.º	5,40

Cargo: TÉCNICO DE CONTABILIDADE

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
240	JOSILAINE MONTOSKI	15/03/1991	1.º	5,00

Tipo de Oferta: EMPREGO PÚBLICO

Cargo: AGENTE DE COMBATE À DENGUE

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
108	CARLOS EDUARDO CORREA DE FREITAS DAMASIO	31/01/1992	1.º	6,50
256	EMERSON RICARDO DOS SANTOS	18/12/1989	2.º	6,25
59	LETÍCIA HAIDUK MAINARDI	28/09/1996	3.º	5,75
132	CLAINE ANDRIELE ZASNIESKI	16/06/1992	4.º	5,25

Cargo: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
171	PATRICIA SENN	03/01/1995	1.º	5,75
222	LUCIMARA APARECIDA NIEJELSKI	23/10/1986	2.º	5,50

Cargo: MÉDICO ESF

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
41	LARISSA TAKAHASHI GROSCHOSKI	10/10/1990	1.º	8,75
143	GILSON JORGE DE CAMARGO WEIGERT	11/04/1958	2.º	8,50
282	WARREN ALDEMAR GUEVARA FENG	23/09/1986	3.º	7,50
56	SOLLON MARTIN ALVES	01/10/1978	4.º	6,25
33	JOSÉ WILLIAM VAVRUK	15/09/1975	5.º	5,25

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF

Inscrição	Nome	Nascimento	Classificação	Nota
253	JANE MARA CARIBATTI JURASZEK	13/11/1971	1.º	5,25
174	SIMONI GOMES DOS SANTOS	03/06/1983	2.º	5,25

1. Os candidatos que não constam neste edital, não obtiveram nota mínima para aprovação, seguindo a orientação do item 12.2 do edital do concurso, ou seja, 5,00 (cinco) pontos.
2. O critério de desempate para os candidatos relacionados neste edital com notas iguais obedecem ao item 15.4 do edital do concurso.
3. Os candidatos poderão registrar recurso sobre o resultado final do concurso, de acordo com o item 16 do edital do concurso.

União da Vitória, 28 maio de 2015.
Odelir Dileto Cachoeira
Presidente da CPSA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 8-2015 PONTO FACULTATIVO**

Portaria Nº 8/2015

CONSIDERANDO que o dia 05 de junho é Ponto Facultativo;

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo no dia 05 de junho de 2015 (sexta-feira), no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis - SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 01 de Junho de 2015.

Sandra Renate Piekarszewicz Maydl

Presidente da Mesa

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015, INEXIGIBILIDADE Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 004/2015, para contratação da empresa NS ITÁ SONORIZAÇÃO LTDA EPP, CNPJ nº 923.748.169-15, visando a apresentação de show da Banda Nave Som no dia 25 de julho, na Concha Acústica, na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, neste município, na programação do Festival de Inverno, edição 2015, o valor a ser pago é de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Itá – SC, 02 de junho de 2015.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2015

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público a Inexigibilidade de Licitação nº 005/2015, para contratação da empresa MARIA APARECIDA IUNG, CNPJ nº 21.706.503/0001-57, visando a apresentação de shows Teixeira Filho e Neto no dia 24 de julho, Banda Sigma no dia 24 de julho e Paulo Henrique e Ricardo no dia 25 de julho, na Concha Acústica, na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, neste município, na programação do Festival de Inverno, edição 2015, o valor a ser pago é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Itá – SC, 02 de junho de 2015.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO N. 035/2015

DECRETO Nº 035, de 29 de maio de 2015.

“Fixa escala de sobreaviso dos profissionais médicos e profissionais de enfermagem para o mês de Junho de 2015 e dá outras providências.”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal em exercício de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a necessidade de fixar a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem para o mês de junho de 2015;

Considerando que é necessária a publicação para que os munícipes tenham conhecimento antecipado da escala;

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada para o mês de junho de 2015, a escala de sobreaviso dos médicos e profissionais de enfermagem na forma do anexo único deste decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá - SC, 29 de Maio de 2015.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário de Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO**ESCALA SOBREAVISO MÉDICO 2015**

Período: 01 a 30 de Junho de 2015

Médicos: Dr. MÁRCIO STUMPF – Stumpf Clinica Médica Ltda. 88339570

Dra. IZABEL P. DALCIN – Clinica Psycomedic Ltda. 99892162

Dr. Marcio Gonzalhes – 9992-0028

Drº Gabriel Domingues - 9146-1399

Drª Rosangela Pelizza – 8802-1670 Drª Ana Paula Dalmagro – 9902-5266

Data	Clínica Médica Responsável
1/Junho– Segunda	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
2/ Junho – Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs)
3/ Junho – Quarta	Gabriel Domingues (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
4/ Junho - Quinta	Márcio Stumpf (07:30 hrs as 07:30 hrs)
5/ Junho-Sexta	MÁRCIO STUMPF (07:30 as 17 hS) Ana P. Dalmagro (17h as 07:30 hrs)
6/Junho – Sábado	Ana Paula Dalmagro (07:30 as 18hrs) Márcio Stumpf (18hr as 07:30 hrs)
7/ Junho – Domingo	Ana P. Dalmagro (07:30 hs as 06 hs) Izabel Dalcin (06:00 as 07:30 hs)
8/ Junho – Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
9/Junho - Terça	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs)
10/ Junho – Quarta	Gabriel Domingues (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
11/ Junho – Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
12/ Junho – Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
13/ Junho – Sábado	MÁRCIO STUMPF (07:30 hrs as 07:30 hrs)
14/ Junho - Domingo	Izabel Dalcin (07:30 hrs as 07:30 hrs)
15/ Junho – Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
16/ Junho – Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs)
17/ Junho – Quarta	Gabriel Domingues (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
18/ Junho – Quinta	Rosangela Pelizza (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
19/ Junho – Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
20/ Junho– Sábado	Gabriel Domingues (07:30 hrs as 07:30 hrs)
21/ Junho – Domingo	Gabriel Domingues (07:30 hrs as 07:30 hrs)
22 / Junho – Segunda	Izabel Dalcin (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
23/ Junho – Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs)
24/ Junho – Quarta	Gabriel Domingues (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
25/ Junho – Quinta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00 e das 17:00 as 07:30 hs)
26/ Junho - Sexta	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs)
27/ Junho – Sábado	Márcio Gonzalhes (07:30 hrs as 07:30 hrs)
28/ Junho – Domingo	Izabel Dalcin (07:30 hrs as 07:30 hrs)
29/ Junho – Segunda	Izabel Dalcin (07:30 hrs as 07:30 hrs)
30/ Junho – Terça	MÁRCIO STUMPF (11:30 as 13:00) Márcio Gonzalhes das 17:00 as 07:30 hs)

Secretário Municipal de Saúde

Névio Mortari

ESCALA DE SOBREAVISO DE ENFERMAGEM 2015

Período: 01 a 30 de Junho de 2015

Andréia-88323299 Isabel-8878 1090 Nádia - 99824018

Andreza -9902 -4788/91517372 Clarice – 99219901

Edite-88270415 Névio-99842500 Eni- 8829 4457

Data	Plantão	Horário do meio dia	Suporte	Para os Eventos
1/Junho– Segunda	Clarice		Nádia	
2/ Junho - Terça	Andreza	Isabel	Andréia	
3/ Junho - Quarta	Eni		Edite	
4/ Junho - Quinta	Isabel		Nádia	
5/ Junho - Sexta	Clarice		Andréia	
6/ Junho – Sábado	Andreza		Edite	
7/ Junho – Domingo	Eni		Nádia	
8/ Junho – Segunda	Isabel		Andréia	
9/ Junho – Terça	Clarice		Edite	
10/ Junho – Quarta	Andreza	Isabel	Nádia	
11/ Junho – Quinta	Eni		Andréia	
12/ Junho – Sexta	Isabel		Edite	
13/ Junho – Sábado	Clarice		Nádia	
14/ Junho - Domingo	Andreza		Andréia	
15/ Junho – Segunda	Eni		Edite	
16/ Junho – Terça	Isabel		Nádia	

17/ Junho – Quarta	Clarice		Andréia	
18/ Junho – Quinta	Andreza	Isabel	Edite	
19/ Junho – Sexta	Eni		Nádia	
20/ Junho – Sábado	Isabel		Andréia	
21/ Junho – Domingo	Clarice		Edite	
22 / Junho – Segunda	Andreza	Isabel	Nádia	
23/ Junho – Terça	Eni		Andréia	
24/ Junho – Quarta	Isabel		Edite	
25/ Junho – Quinta	Clarice		Nádia	
26/ Junho - Sexta	Andreza	Isabel	Andréia	
27/ Junho – Sabado	Eni		Edite	
28/ Junho – Domingo	Isabel		Nádia	
29/ Junho – Segunda	Clarice		Andréia	
30/ Junho – Terça	Andreza	Isabel	Edite	

Névio Antonio Mortari
Secretário Municipal de Saúde

Itaiópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR Nº 23/2015

Processo Licitatório nº 33/2015 - Pregão Presencial nº 23/2015 – Objeto: registro de preços para aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, tinta, ferramentas, para diversos Departamentos. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 23 de junho de 2015, até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 23 de junho de 2015, às 09h10min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 02 de junho de 2015.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e RAFAEL SCHNEIDER WELTER
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Língua Estrangeira.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 28/05/2015 a 20/11/2015

Itapiranga – SC, 28 de maio de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e ADRIANA MARIA DOS SANTOS
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Língua Estrangeira.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 28/05/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 28 de maio de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 29/05/2015 a 24/06/2015

Itapiranga – SC, 29 de maio de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e THANARA PETRY
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 29/05/2015 a 24/06/2015

Itapiranga – SC, 29 de maio de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e MARCO ANTONIO KLEIN
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2014.
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Educação Física.
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério
Classe - Referência:
VIGÊNCIA: 01/06/2015 a 14/12/2015

Itapiranga – SC, 01 de junho de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 97/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 97/2015/RH
PARTES: Município de Itapiranga e LUIS CARLOS DALL SOTO.
OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 071/2015/RH de 23/02/2015, como Professor de Educação Física em 20 horas semanais.

Itapiranga – SC, 01 de junho de 2015.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO DISTRATO Nº 99/2015/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 99/2015/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DEISE ALINE SCHNEIDER WUITSCHIK.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 056/2015/RH de 13/02/2015, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 20 horas semanais.

Itapiranga – SC. 01 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2015 FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos e material permanente destinados para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Itapiranga, conforme portaria Ministério da Saúde Nº 2.198 de 11/09/2009, proposta nº 11356.676000/1130-03, recurso de emenda parlamentar nº 29050004.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13:15 do dia 19/06/2015.

Início da Sessão: dia 19/06/2015, às 13:30, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3678-7714.

Itapiranga - SC., 02 de junho de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

PREGÃO Nº 107/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

Nº 107/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 107/2015, cujo objeto é a aquisição de um veículo novo, 0 KM, destinado para a Secretaria de Administração, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 18 de junho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC, 02 de junho de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 19/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 19/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 19/2015 FMS, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada de materiais e equipamentos destinados para as Unidades Básicas de Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 18 de junho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 02 de maio de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

PREGÃO Nº 20/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 20/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial Nº 20/2015 FMS, cujo objeto é a aquisição de material (instrumental) odontológico destinado para o consultório odontológico da Unidade de Saúde da Fronteira. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 19 de junho de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga - SC. 02 de maio de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Adm. do FMS

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2462/2015 HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ MUNICIPAL DE MOBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO NO CONTROLE A DENGUE DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL NO 2462/2015

Data: 28 de maio de 2015

HOMOLOGA REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ MUNICIPAL DE MOBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO NO CONTROLE A DENGUE DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue de Itapoá, constante no anexo I, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de maio de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

ANEXO I

I – DEFINIÇÃO

Art.1º - O Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue foi instituído por intermédio do Decreto nº 2409 de 18 de março de 2015.

§ 1º - O Comitê foi constituído visando à mobilização e participação dos diversos seguimentos da comunidade itapoense nas ações de controle a dengue, tendo funções consultivas no âmbito de sua competência.

§ 2º - Os representantes do comitê desenvolvem e avaliam ações de mobilização e prevenção no controle a dengue no Município de Itapoá, com base nos indicadores estabelecidos pelo Programa Nacional de Controle da Dengue.

II - DAS FINALIDADES

Art. 2º - O Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue de Itapoá tem por finalidade:

I – A elaboração de programas permanentes, uma vez que não existe qualquer evidência técnica de que a erradicação do mosquito seja possível;

II – O desenvolvimento de campanhas de informação e de mobilidade de pessoas, de maneira a se criar maior responsabilização de cada família na manutenção de seu ambiente doméstico livre de potenciais criadouros do vetor;

III – O fortalecimento da vigilância epidemiológica e entomológica para ampliar a capacidade de detecção precoce de surtos da doença;

IV – A melhoria da qualidade do trabalho de campo de combate ao vetor;

V – A integração das ações de controle da dengue na atenção básica, com a

mobilização da Estratégia Saúde da Família (ESF);

VI – A utilização de instrumentos legais que facilitem o trabalho do poder público na eliminação de criadouros em imóveis comerciais, casas abandonadas, terrenos baldios, etc.;

VII - O desenvolvimento de instrumentos mais eficazes de

acompanhamento e supervisão das ações desenvolvidas pelo município;

VIII – Implementar ações educativas contra a Dengue na rede de educação básica, e imóveis especiais (unidades básicas de saúde, pronto atendimento, creches, igrejas, comércios, empresas de transporte, etc.);

IX – Adotar mecanismos de divulgação (imprensa, mídia, etc.), durante todo o ano na prevenção e controle à Dengue.

III - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º - O Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle à Dengue terá a seguinte estrutura administrativa:

I – Diretoria Administrativa;

II – Assessoria Técnica;

III – Assembléia Colegiada.

Art. 4º - Os membros indicados pelo setor público, instituições e entidades representadas no Comitê serão nomeados por meio de decreto municipal, para mandato no período de 04 (quatro) anos, podendo ser substituídos a qualquer tempo através da decisão de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 5º - As funções com as suas respectivas atribuições da Diretoria Administrativa serão as seguintes:

I – compete ao Presidente:

a) coordenar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê;

b) convocar as reuniões ordinárias, segundo o calendário anual pré- estabelecido, e as reuniões extraordinárias, com pelo menos 48 horas de antecedência;

c) representar o Comitê em reuniões, em convocações por autoridades e em eventos, cujos temas estejam relacionados direta ou indiretamente ao controle à Dengue no Município.

II – compete ao Vice-Presidente;

a) substituir o Presidente em suas faltas e eventuais impedimentos;

III – Compete ao 1º secretário;

a) redigir e digitar as atas das reuniões e cuidar para que cópias das mesmas sejam encaminhadas aos membros para o prévio conhecimento, até uma semana após o dia das reuniões;

b) atuar junto a Secretaria Municipal para a compilação, arquivamento e tramitação de documentos e correspondências do Comitê, a fim de obter conhecimento e providências das partes interessadas;

c) substituir o Vice- Presidente em suas faltas e impedimentos;

IV – compete ao 2º secretário:

a) substituir o 1º secretário em suas faltas e eventuais impedimentos.

Art. 6º - A Assessoria Técnica será composta pelos representantes técnicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º - A Assembléia Colegiada será constituída por membros voluntários do setor público, autarquias, instituições e entidades com mandato de 04 (quatro) anos, sendo um titular e um suplente, podendo ser substituído a qualquer tempo por outro membro designado por sua instituição, devendo o responsável pela instituição comunicar à Presidência do Comitê, por escrito, com 1 (uma) semana de antecedência, da referida substituição.

§ 1º - A Assembleia Colegiada será composta por dois membros, sendo titular e suplente, indicados pelo setor público, autarquias, instituições e entidades, conforme Decreto Municipal de Nomeação dos Membros do Comitê de Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle à Dengue.

§ 2º - As Instituições participantes da Assembleia Colegiada serão:

I - representantes da Secretaria Municipal de Saúde;

II - representantes da Vigilância Sanitária;

III – representantes da Vigilância Epidemiológica;
 IV – representantes da Estratégia de Saúde da Família Pontal do Norte;
 V – representantes da Estratégia da Saúde da Família Itapoá Centro;
 VII - representantes da Estratégia da Saúde da Família Itapema do Norte
 VIII - representantes da Estratégia da Saúde da Família Samambaia
 IX - representantes da Estratégia da Saúde da Família Barra do Sai
 X - representantes do Pronto Atendimento 24h
 XI - representantes da Secretaria de Planejamento e Urbanismo
 XII – representantes da Secretaria de Educação Municipal;
 XIII – representantes da representantes da Secretaria de Assistência Social;
 XIV – representantes do Corpo de Bombeiros;
 XV – representantes da Secretaria de Meio Ambiente;
 XVI – representantes da Secretaria de Obras e Serviços Públicos;
 XVII – representantes da Concessionária Coleta de Lixo;
 XVIII – representantes do Conselho Municipal de Saúde

IV – DA NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO

Art. 8º - No caso de um membro integrante do Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue, no período de 12 meses, se ausentar por (três) 03 reuniões seguidas ou 04 (quatro) alternadas, não justificadas por escrito, o Presidente do Comitê se obriga a informar, também por escrito, ao órgão ou autarquia, instituição e entidade, para que seu representante seja notificado ou substituído.

Parágrafo único: Na impossibilidade do membro titular comparecer à reunião ficará este responsável por convocar seu suplente para substituí-lo.

V – DA COMPETÊNCIA

Art. 9º - Compete ao Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue:

I – conhecer a situação epidemiológica e entomológica do Município;
 II – auxiliar na implementação das ações de saneamento ambiental e Legislação;

III – auxiliar na implementação das ações de educação em saúde;
 IV – auxiliar na implementação das ações de mobilização social.
 V – conhecer as ações de assistência aos pacientes desenvolvidas no Município.

VI – DOS PROCEDIMENTOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - O Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue poderá criar subcomitê de áreas afins.

Art. 11 - O Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue poderá, em casos excepcionais, solicitar a colaboração de profissionais para a elaboração de projetos específicos ou para esclarecimentos;

Art. 12 - O Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue reunir-se-à bimestralmente e extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por maioria simples de seus membros.

Art. 13 - Proposta de alterações do regimento interno do Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue deverá ser encaminhada ao Presidente do Comitê para o parecer da Diretoria Administrativa e Assessoria Técnica.

Art. 14 - O Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Combate a Dengue poderá iniciar as reuniões e aprovar datas com a presença de 1/3 (um terço) de seus membros.

Parágrafo único: As decisões do Comitê Municipal de Mobilização e Prevenção no Controle a Dengue serão aprovadas pela maioria

simples.

Art. 15 - Todos os membros do Comitê, Assessoria Técnica e Assessoria

Colegiada, poderão se candidatar a membros da Diretoria Administrativa e terão direitos a voto.

Art. 16 – Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapoá, SC, 28 de maio de 2015.

DECRETO MUNICIPAL Nº2461/2015 NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL NO 2461/2015

Data: 28 de maio de 2015

NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 175/20018, de 21 de maio de 2008, alterada pelas Leis Municipais nº 235/2009, de 27 de agosto de 2009 e 573/2015, de 13 de maio de 2015, e, considerando a CI/SMAS/nº 075/2015, de 26 de maio de 2015,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado para o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Itapoá, para o biênio 2015/2017, com a seguinte composição:

Sociedade Civil:

1) Representante adolescente:

a) Lincoln Paul Pradal Titular

Stefany de LucasSuplente

2) Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

a) Elisa Corso Titular

Suelen de Lucca Suplente

3) Representantes de organizações da Sociedade Civil:

a) Yolanda G. da Silva (Pastoral da Criança) Titular

Clair J. B. Camargo (pastoral da Criança) Suplente

b) Marlene Amâncio (APAE) Titular

Sebastiana Aparecida Roberti (APAE) Suplente

c) José Luis Reis Souza (Ass. Itapoaense de Futsal Amador de Base) Titular

Júlio César Abreu (Ass. Itapoaense de Futsal Amador de Base) Suplente

Governamental:

1) Bruna Daniele Piacentini (SMAS) Titular

Patricia Lara S. C. Francisco (SMAS) Suplente

2) Cenita S. Dani (SME) Titular

Marcela Deunio Olkoski (SME) Suplente

3) Dalvanir C. Almeida (SMS) Titular

Déborah K. S. Oliveira (SMS) Suplente

4) Alan José Rezende da Silva (SMEL) Titular

Walter Gomes de Almeida (SMEL) Suplente

5) Sonia Maria Mira Farias (SMAF) Titular

Fabício Lima (SMAF) Suplente

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 28 de maio de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;

Contratante: EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA, com sede à Rua XV de Novembro, nº 4190, Joinville/SC, CEP: 89.216-201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.607.623/0001-91, Inscrição Estadual: 25505648-6, representada neste ato por procuradora, a Sra. ADRIANA LORENZI CAMACHO, portadora do CNPF/MF nº 769.462.239-34 e do CI.RG nº 2/R 3.138.810 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 25/2015 - PROCESSO Nº 43/2015.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento e transporte de 20.000m³ de saibro de rocha britado, classificação peneira no máximo até 4" (polegadas), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

Valor total: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Data da assinatura: 01/06/2015;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data da assinatura e o seu término está condicionado à entrega total do objeto ou até 31/12/2015.

Itapoá, 02 de junho de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 578/2015 FIXA O ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS E SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

LEI MUNICIPAL Nº 578/2015

Data: 29 de maio de 2015

FIXA O ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS E SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado em 11,18 (onze inteiros e dezoito décimos por cento) o índice de revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos e os subsídios dos agentes políticos do Município de Itapoá/SC, para o exercício de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei serão suportadas pelas seguintes rubricas orçamentárias:

04.124.0003.2003 FOLHA DE PAGAMENTO DA CONTROLADORIA INTERNA

04.122.0002.2005 FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2011 FOLHA DE PAGAMENTO DO GABINETE DO VICE-PREFEITO

02.061.0017.2013 FOLHA DE PAGAMENTO DA PROCURADORIA JURÍDICA

04.122.0003.2016 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE ADMINISTRAÇÃO

04.122.0003.2019 FOLHA DE PAGAMENTO DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

04.451.0004.2021 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE PLANEJAMENTO

04.451.0004.2023 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE URBANISMO

11.334.0018.2027 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE DESENVOLVIMENTO

22.661.0018.2029 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

27.812.0016.2031 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE ESPORTE

27.812.0016.2037 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE JUVENTUDE

20.601.0012.2039 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE AGRICULTURA

20.602.0012.2048 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE PESCA

23.695.0006.2052 FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNDETUR

18.541.0007.2057 FOLHA DE PAGAMENTO DO FMMA

13.392.0008.2068 FOLHA DE PAGAMENTO DO DPTO DE CULTURA

15.451.0009.2074 MANUTENÇÃO DO DPTO DE OBRAS

15.452.0009.2079 FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

12.361.0021.2091 FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROF DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0021.2096 FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROF DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

12.365.0021.2101 FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROF DA EDUCAÇÃO INFANTIL

12.366.0021.2106 FOLHA DE PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO EJA

10.301.0013.2142 FOLHA DE PAGAMENTO DO FMS

08.244.0005.2143 FOLHA DE PAGAMENTO DO FMAS

01.031.0001.2001 MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 579/2015 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 155/2003 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

LEI MUNICIPAL Nº 579/2015

Data: 29 de maio de 2015

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 155/2003 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o anexo I da Lei Municipal nº 155/2003, com a inclusão das seguintes Classes:

ANEXO I

CLASSES DA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE ITAPOÁ

Grupo ocupacional	Classes	Nível de vencimento	Nº de cargos	Carga horária semanal
3 – Administrativo e Financeiro	Orientador Social I	IV	01	40 horas
	Orientador Social II	IV	01	
	Facilitador de Oficina	IV	08	
6 – Nível Superior	Pedagogo I	VII	01	40 horas
	Pedagogo II	VIII	01	
	Pedagogo III	IX	01	

Art. 2º Fica alterado o anexo I da Lei Municipal nº 155/2003, passando a constar:

Grupo ocupacional	Classes	Nível de vencimento	Nº de cargos	Carga horária semanal
6 – Nível Superior	Administrador I	VII	01 (02)	40 horas
	Administrador II	VIII	01 (02)	
	Administrador III	IX	01 (02)	

Art. 3º Fica alterado no anexo III da Lei Municipal nº 155/2003, com a seguinte inclusão:

ANEXO III

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS CLASSES DE CARGOS DE CARREIRA E DOS CARGOS ISOLADOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE ITAPOÁ

Grupo Ocupacional Administrativo e Financeiro

Orientador Social I		Orientador Social II
---------------------	--	----------------------

Facilitador de Oficinas Grupo Ocupacional de Nível Superior

Pedagogo I	Pedagogo II	Pedagogo III
------------	-------------	--------------

Art. 4º Fica alterado no anexo VI da Lei Municipal nº 155/2003, com a seguinte inclusão:

ANEXO VI

DESCRIÇÃO DAS CLASSES DA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DE ITAPOÁ

Grupo Ocupacional Administrativo e Financeiro

1 Classe: Orientador Social

2. Descrição sintética: Compreende os cargos que se destinam a executar o planejamento de atividades a serem desenvolvidas em função das demandas específicas dos usuários, articulando-as aos diferentes atores envolvidos no trabalho com os grupos, bem como, manter contato com profissionais de outras áreas atualizando informações necessárias ao bom desempenho dos serviços.

3. Atribuições típicas:

- Coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com usuários;
- Participar das atividades de planejamento, sistematização e avaliação do SCFV;
- Manter arquivo físico da documentação dos grupos, incluindo os formulários de registro de execução do serviço, bem como, do acompanhamento dos usuários e sua frequência;
- Encaminhar a frequência e demais informações do SCFV, mensalmente, ao técnico de referência;
- Mediar os processos grupais do serviço, sob orientação do órgão gestor;
- Atuar como referência para os usuários e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com os grupos sob sua responsabilidade;
- Desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer;
- Identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
- Organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdos do serviço.
- Informar ao técnico de referência a identificação de contextos familiares e outras informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos.
- Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho;
- Desempenhar outras tarefas correlatas.

4. Requisitos para provimento

* Instrução – ensino médio completo e experiência comprovada, de no mínimo dois anos, de desenvolvimento de atividades com crianças, adolescentes ou idosos.

5. Recrutamento:

* Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso público.

* Interno – na classe de Orientador Social I, observando o interstício mínimo de 2 (dois) anos no efetivo exercício na classe de Orientador Social I.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

* Progressão – para o padrão de vencimento imediatamente superior na classe a que pertence.

* Promoção – para a classe de Orientador Social II observando o interstício mínimo de 2 (dois) anos na classe inicial de carreira.

1 Classe: Facilitador de Oficinas

2. Descrição sintética: Compreende os cargos que se destinam a executar as oficinas de convívio e de geração de renda com os grupos, planejando, conjuntamente com o Orientador Social, as oficinas que serão desenvolvidas garantindo o acesso dos participantes às atividades bem como a integração aos objetivos planejados.

3. Atribuições típicas:

- Desenvolver as oficinas e atividades, que contribuam para o alcance do objetivo do Programa de fortalecimento de vínculos e Programa de geração de renda;
- Participar em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do Serviço/Programa, juntamente com a equipe de trabalho;
- Organizar e coordenar atividades, oficinas e eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, objetivando promover e qualificar o convívio social e comunitário;
- Desenvolver outras oficinas para as quais possua aptidão;
- Planejar, junto ao responsável pelo Serviço/Programa, e manter o controle do estoque de materiais que serão utilizados para realização de oficinas, atividades e eventos;
- Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço/Programa;
- Desempenhar outras tarefas correlatas.

4. Requisitos para provimento: Ensino médio completo, com habilidades manuais, corporais, musicais e/ou esportivas, comprovadas por meio de certificados e/ou diplomas.

5. Recrutamento:

* Externo – no mercado de trabalho, mediante concurso público.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

* Progressão – Para o padrão de vencimentos imediatamente superior na classe a que pertence.

Grupo Operacional Nível Superior

1. Categoria profissional: Pedagogo

2. Descrição Sintética: compreende os cargos que atuam no planejamento das atividades do SCFV, realizando reuniões periódicas com a equipe e encaminhando usuários, quando necessário, aos atendimentos do CRAS e CREAS, e que, realizam ações de estímulo, motivação, mediação e monitoramento das ações sócio-educativas, de forma interdisciplinar, visando o ensino e aprendizagem que promovam o desenvolvimento de potencialidades e aquisições cognitivas educativas, socioculturais e laborais dos adolescentes, provendo condições de socialização e pleno exercício da cidadania, além de efetivar, fortalecer, reforçar e construir vínculos de escolaridade formal.

3. Atribuições típicas:

- Acolher, ofertar informações e encaminhar as famílias usuárias ao CRAS quando necessário;
- Mediar os processos grupais do serviço para famílias;
- Divulgar o serviço no território;
- Acompanhar os grupos sob sua responsabilidade, atestando informações mensais prestadas pelos orientadores sociais para alimentação de sistema de informação;
- Avaliar, junto às famílias, os resultados e impactos do serviço;
- Prestar esclarecimentos aos órgãos de fiscalização sempre que

demandado;

- Realizar reuniões periódicas com o orientador social do SCFV;
- Participar do planejamento das atividades, junto ao orientador social, garantido que o objetivo do serviço seja alcançado.
- Acompanhar o co-financiamento do SCFV para auxiliar o órgão gestor na administração dos recursos;
- Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço;
- Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamentos às famílias usuárias do CRAS/CREAS;
- Mediação dos processos grupais do serviço sócio-educativo para adolescentes e/ou familiares;
- Participar de reuniões de equipe;
- Desenvolver projetos e prover oficinas pedagógicas interdisciplinares;
- Possibilitar a realização de pesquisas e projetos junto aos segmentos educacionais;
- Internalizar a disciplina como elemento necessário para a vida coletiva, estabelecendo normas, regras e limites no âmbito das relações;
- Elaborar junto a equipe técnica os planejamentos semanais;
- Dinamizar as atividades com os adolescentes, tornando o trabalho mais interativo;
- Colaborar para o preparo do adolescente para uma vida autônoma, atuante e participativa, oferecendo uma aprendizagem e a construção de conhecimentos culturais e político-sociais, garantindo assim, a formação de cidadãos como sujeitos políticos conscientes, com discursos e práticas críticas sobre a realidade;
- Elaborar e manter registros atualizados dos atendimentos e acompanhamentos realizados;
- Participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do Serviço;
- Desempenhar outras tarefas correlatas.

4. Requisitos para provimento: Habilitação obtida em curso de nível superior de Pedagogia com registro no MEC, ou Pedagogia com pós-graduação, mestrado e/ou doutorado, em Pedagogia Social e/ou Psicopedagogia, com registro no MEC.

5. Recrutamento:

* Externo - no mercado de trabalho, mediante concurso público.

* Interno – para as classes de Pedagogo II e III.

6. Perspectiva de desenvolvimento funcional:

* Progressão: Para o padrão de vencimento imediatamente superior na classe a que pertence.

* Promoção: Da classe de Pedagogo I para a classe de Pedagogo II e da classe de Pedagogo II para a classe de Pedagogo III, observando o interstício mínimo de 2 (dois) anos na classe inicial de carreira.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis Municipais nº 278/2010 e 549/2014.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 580/2015 DISPOE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO DECK DA 3ª PEDRA, LOCALIZADO NO BAIRRO ITAPEMA DO NORTE.

LEI MUNICIPAL Nº 580/2015

Data: 29 de maio de 2015

DISPOE SOBRE A DENOMINAÇÃO DO DECK DA 3ª PEDRA, LOCALIZADO NO BAIRRO ITAPEMA DO NORTE.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada "Deck Renan Brito Silveira", a obra pública situada na 3ª Pedra no bairro Itapema do Norte.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 581/2015 AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A ENTIDADE FRATERNIDADE FRANCISCANA SANTA CLARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI MUNICIPAL Nº 581/2015

Data: 29 de maio de 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONVÊNIO COM A ENTIDADE FRATERNIDADE FRANCISCANA SANTA CLARA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a entidade Fraternidade Franciscana Santa Clara, inscrita no CNPJ sob nº 08.601.906/0001-73, situada à Rua Caju (1620) – Princesa do Mar – Itapoá/SC, declarada de utilidade pública através da Lei Municipal nº 203/2008.

Art. 2º O objeto deste convênio é o custeio de despesas com a realização do projeto Oficinas de artesanato para idosos: aluguel da sede, alimentação, material de limpeza, água, luz, telefone, manutenção da sede e manutenção de equipamentos.

Art. 3º Para execução do objeto deste convênio, o Município repassará anualmente a Fraternidade Franciscana Santa Clara o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), divididos em 05 (cinco) parcelas de R\$ 2.000,00 (dois reais) cada.

Art. 4º A entidade Fraternidade Franciscana Santa Clara prestará contas ao Município, da verba repassada, até 30 dias após a liberação dos recursos, em conformidade com a normatização do controle interno municipal.

Art. 5º A despesa decorrente do presente convênio terá enquadramento na rubrica 33350 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 582/2015 DENOMINA NOME DE VIA PÚBLICA: "PAULINA TEODORO DA SILVA" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

LEI MUNICIPAL Nº 582/2015

Data: 29 de maio de 2015

DENOMINA NOME DE VIA PÚBLICA: "PAULINA TEODORO DA SILVA" NO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a seguinte via pública: "Paulina Teodoro da Silva", circunscrita na localidade Saí Mirim, iniciando na Estrada Erich Speck, Ponto 01 – coordenadas geográficas 26º 07' 40" S, 48º 41' 29" O; Ponto 02 - 26º 07' 40" S, 48º 41' 29" O; Ponto 03 – 26º 07' 40" S, 48º 41' 33" O; Ponto 04 – 26º 07' 43" S, 48º 41' 38" O; Ponto 05 - 26º 07' 43" S, 48º 41' 39" O; Ponto 06 – 26º 7' 43" S, 48º 41' 41" O; Ponto 07 - 26º 07' 44" S, 48º 41' 42" O, numa extensão de 450,00m.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua

publicação.

Itapoá (SC), 29 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

RH - PORTARIA Nº 1307/2015

PORTARIA Nº 1307/2015.

De: 18 de maio de 2015.

Dispõe sobre retificação:

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

Em vista de erro constatado na Portaria nº 1021/2015, de 27 de março de 2015, da servidora IVONE ZAGONEL VIDA ALMEIDA.

Retifica-se:

ARTIGO 1º - Onde lê-se: Fica lotada a Servidora IVONE ZAGONEL VIDA ALMEIDA, matrícula 607886, investida no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA II, na Secretaria de Saúde – Departamento de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 40hs, leia-se: Fica lotada a Servidora IVONE ZAGONEL VIDA ALMEIDA, matrícula 607886, investida no cargo de TÉCNICO DE RADIOLOGIA II, na Secretaria de Saúde – Departamento de Saúde – Pronto Atendimento 24hs, com carga horária de 20hs. As demais informações contidas na mesma, por este ato ratificada.

ARTIGO 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1310/2015

PORTARIA Nº 1310/2015

De: 20 de maio de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 020/2014 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). RODRIGO DE ASSUMÇÃO, matrícula 1262548, na função de MÉDICO PSF, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1311/2015

PORTARIA Nº 1311/2015

De: 20 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 20 de maio de 2015 a 08 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) SUZANA BESEN, matrícula 590916, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1312/2015

PORTARIA Nº 1312/2015.

De: 20 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ALEXANDRE LUCIANO ALVES, matrícula nº 606057, no cargo de INSTRUTOR MUSICAL, os seguintes Membros:

1º membro: Claudio Sérgio Costa da Silva

2º membro: Julio César Abreu

3º membro: Pamela Todesco

4º membro: Ticiane Helma Kummrow Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de maio de 2015.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1313/2015

PORTARIA Nº 1313/2015.

De: 20 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CARLOS EDUARDO VERRI, matrícula nº 1206125, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Claudio Sérgio Costa da Silva

2º membro: Julio César Abreu

3º membro: Pamela Todesco

4º membro: Ticiane Helma Kummrow Silva

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1314/2015

PORTARIA Nº 1314/2015.

De: 21 de maio de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) LETÍCIA DA SILVA BUCOFF GONÇALVES, matrícula 11615621, investido (a) na função de PROF. N.H. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1315/2015

PORTARIA Nº 1315/2015.

De: 21 de maio de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) SIDINEY NASCIMENTO JUNIOR, matrícula 1270931, investido (a) na função de INSTRUTOR MUSICAL, conforme Lei Complementar

Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1316/2015

PORTARIA Nº 1316/2015.

De: 22 de maio de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) ESTEFANI FRANCO POLSIN, matrícula 11629576, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 40HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 22 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1317/2015

PORTARIA Nº 1317/2015.

De: 25 de maio de 2015.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 25 de maio de 2015 à 23 de junho de 2015 (30 dias), ao(a) servidor(a) MARIA SOUZA SPECK, matrícula 605867, investido(a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1318/2015

PORTARIA Nº 1318/2015

De: 25 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 25 de maio de 2015 a 23 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) GRAZIELA DE NOVAIS, matrícula 1211943, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1319/2015

PORTARIA Nº 1319/2015.

De: 25 de maio de 2015.

EXONERA O (A) SERVIDOR (A), A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica exonerado (a) a pedido, o (a) servidor (a) TATIANA GALLINA BARBOSA, matrícula 591700, ocupante do cargo de PROFESSOR I, lotado (a) na Secretaria de Educação, conforme Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1320/2015

PORTARIA Nº 1320/2015

De: 28 de maio de 2015.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 28 de maio de 2015 a 26 de junho de 2015, ao (a) servidor (a) FABRÍCIA PERES DO ROSÁRIO, matrícula 620360, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua

publicação.

Itapoá - SC, 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1321/2015

PORTARIA Nº 1321/2015.

De: 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) ANDREIA BALTAZAR RODRIGUES, matrícula nº 604801, no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR I, os seguintes Membros:

1º membro: Claudia Nascimento

2º membro: Flavia Aparecida Peres do Rosário

3º membro: Fernanda Peres do Rosário

4º membro: Leila Ivany Barbosa Cabral

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1322/2015

PORTARIA Nº 1322/2015.

De: 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) FATIMA CRISTINA BAPTISTA DOS SANTOS, matrícula nº 620378, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Marcela Cristina Soares

2º membro: Silvana da Silva Costa Oliveira

3º membro: Madalena da Silva Costa

4º membro: Marcia Sutil de Oliveira Arins

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1323/2015

PORTARIA Nº 1323/2015.

De: 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) JULIANA MARRASCK FAGUNDES, matrícula nº 727067, no cargo de PROFESSOR I 20HS, os seguintes Membros:

1º membro: Marcela Cristina Soares

2º membro: Silvana da Silva Costa Oliveira

3º membro: Madalena da Silva Costa

4º membro: Marcia Sutil de Oliveira Arins

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1324/2015

PORTARIA Nº 1324/2015.

De: 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) CAROLINE DE OLIVEIRA FERNANDO NERIS, matrícula nº 716812, no cargo de PROFESSOR I 20HS, os seguintes Membros:

1º membro: Marcela Cristina Soares

2º membro: Silvana da Silva Costa Oliveira

3º membro: Madalena da Silva Costa

4º membro: Marcia Sutil de Oliveira Arins

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1325/2015

PORTARIA Nº 1325/2015.

De: 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) FLAVIANA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA SLEZINSKY, matrícula nº 624713, no cargo de PROFESSOR I 20HS, os seguintes Membros:

1º membro: Marcela Cristina Soares

2º membro: Silvana da Silva Costa Oliveira

3º membro: Madalena da Silva Costa

4º membro: Marcia Sutil de Oliveira Arins

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº 1326/2015

PORTARIA Nº 1326/2015.

De: 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório do(a) servidor(a) FRANCIELI MACHADO, matrícula nº 617601, no cargo de PROFESSOR I 20HS, os seguintes Membros:

1º membro: Marcela Cristina Soares

2º membro: Silvana da Silva Costa Oliveira

3º membro: Madalena da Silva Costa

4º membro: Marcia Sutil de Oliveira Arins

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 28 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº1308/2015

PORTARIA Nº 1308/2015

De: 18 de maio de 2015.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 010/2015 da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). JANAINA CHAGAS VIEIRA, matrícula 1196138, na função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 13.05.15.

Itapoá - SC, 18 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

RH - PORTARIA Nº1309/2015

PORTARIA Nº 1309/2015.

De: 18 de maio de 2015.

RESCINDE O CONTRATO, A PEDIDO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato a pedido, do (a) servidor (a) EDWIN DE PAULA, matrícula 1232959, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

SAÚDE - PORTARIA Nº 004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Secretaria Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 004/2015

De: 29 de maio de 2015.

NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE PROCESSOS DE TRANSFERÊNCIAS DE LOTAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CRISTIAN ANGELO GRASSI, Secretário Municipal de Saúde de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal Nº 044/2007 de 2014.

RESOLVE:

ART 1º: Ficam nomeados para compor a comissão para condução de Processos de Transferências de Lotações de Servidores Públicos da Secretaria de Saúde, os servidores.

1- MARIA NECY DOS SANTOS SILVA

2- MARCIANE RECH

3- NOELI SCHWETLER SAIDEL

ART 2º: A Comissão ora nomeada fica responsável pela elaboração dos editais e demais tramites aos Processos de Transferências que venham ser realizados pela Secretaria.

ART 3º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 29 de maio de 2015.

Cristian Angelo Grassi

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA DE OBRAS: RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 025/2015

Itapoá, 25 de maio de 2015.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS DO EDITAL 025/2015

Cargo Mecânico de veículos e máquinas pesadas

Candidato	Exp. Profissional	Prova prática	Total
Rafael Alves dos Santos	00	51.1	51.1

Jeferson Rubens Garcia

Secretário de Obras e Serviços Públicos

SECRETARIA DE OBRAS: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº001/2015 DO EDITAL Nº 025/2015

Itapoá, 29 de maio de 2015.

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 025/2015

Jeferson Rubens Garcia, Secretário de Obras e Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato listado a baixo para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação.

Cargo: Mecânico de veículos e máquinas pesadas

1 – Rafael Alves dos Santos

Devendo no ato apresentar os documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Carteira de habilitação na categoria C para o cargo de operador de máquinas e motorista de caminhões.
10. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;

20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Jeferson Rubens Garcia
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**SECRETARIA DE SAÚDE: CLASSIFICAÇÃO FINAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº
024/2015 – ENFERMEIRO**

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO –
EDITAL Nº 024/2015 – ENFERMEIRO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Enfermeiro.

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Roselini Cardoso Reis	90
2º	Maristela Soares da Costa	72
3º	Silvana Aparecida Bialeski Rujanowski	70
4ª	Mariza de Fátima Ozório	60

Itapoá, 02 de Junho de 2015.

Marciane Rech Joseane
Enfermeira

Maria Soares de Lima
Coordenadora ESF Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO
Nº 001/2015 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO -
EDITAL Nº 024/2015 ENFERMEIRO**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 024/2015
ENFERMEIRO

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata ROSELINI CARDOSO REIS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

1. Cédula de Identidade (RG) ;
2. Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
5. Certidão de nascimento ou casamento;
6. Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
7. Uma foto recente ;
8. Comprovante de residência;
9. Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
10. Registro no COREN/SC;
11. Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
12. Certidão de Nascimento dos Filhos ;
13. Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
14. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
15. Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
16. Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
17. Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
18. Tipagem sanguínea;
19. Laudo médico;
20. Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: _____;

Cristian Angelo Grassi
Secretário da Saúde
Itapoá, 02 de Junho de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 21/2015**

Portaria nº 21/2015

Data: 29 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE VALORES DE DIÁRIAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO

A Mesa Diretora, da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Artigo 9º, da Resolução nº. 02/2013, que dispõe sobre a concessão, o pagamento e a prestação de contas de diárias a Vereadores e Funcionários da Câmara Municipal de Itapoá- Santa Catarina:

Resolve:

Art. 1º Fica estipulado o valor das diárias para Vereadores, Presidente da Câmara, Cargos Comissionados e demais Servidores Públicos, conforme distância, em quilômetros rodados, assim compreendido o trecho de ida e volta, nos termos da tabela a baixo:

ATÉ 150 KM

Presidente e Vereadores _____ R\$ 150,00

Secretário Geral, Diretor, Procurador Jurídico e Controlador Interno _____ R\$ 100,00

Servidores _____ R\$ 85,00 DE 151 A 300KM

Presidente e Vereadores _____ R\$ 200,00

Secretário Geral, Diretor, Procurador Jurídico e Controlador Interno _____ R\$ 150,00

Servidores _____ R\$127,00

DE 301 A 700 KM

Presidente e Vereadores _____ R\$ 500,00

Secretário Geral, Diretor, Procurador Jurídico e Controlador Interno _____ R\$ 400,00

Servidores _____ R\$ 340,00

ACIMA DE 700 KM

Presidente e Vereadores _____ R\$ 700,00

Secretário Geral, Diretor, Procurador Jurídico e Controlador Interno _____ R\$ 600,00

Servidores _____ R\$ 510,00

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as Portarias 01 e 02 de 2013.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Itapoá, 29 de maio de 2015.

MESA DIRETORA

Daniel Silvano Weber
Presidente

Ernesto Policarpo de Aquino Carlito
Vice-Presidente

Joaquim Custódio Júnior
Secretário

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 407, DE 27 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº. 407, de 27 de maio de 2015.

REGULAMENTA O MÉTODO DE "RASPADINHA" PARA SE REALIZAR O SISTEMA DE REGISTRO DO SISTEMA ROTATIVO MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITUPORANGA, SC, SENHOR ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando que a Legislação Municipal que trata do sistema de estacionamento rotativo (Lei nº 2.158, de 09/02/2007) prevê, em seu artigo 2º, § 3º, os seguintes métodos de registro de estacionamento:

§ 3º. O registro do estacionamento far-se-á por meio de ticket-eletrônico ou outro sistema que venha a ser estabelecido, sendo que as especificações e a sistematização do processo a ser implantado serão objeto de instrução do DEMUTRAN.

Considerando que, pelo que se observa na legislação, fica aberto ao poder discricionário do Prefeito, dentro dos princípios da Administração Pública, a escolha do método que melhor atender ao interesse público e, também, aos anseios da população.

Considerando que o método "tíquete eletrônico" não tem atendido satisfatoriamente a população que não tem aparelho celular para alocação das vagas no estacionamento rotativo.

Considerando que o contrato administrativo, tendo como finalidade o interesse público, se desloca da simples harmonia de interesses privados para a satisfação de uma finalidade coletiva, no pressuposto da utilidade pública do seu objeto.

Considerando que o princípio da igualdade entre as partes cede passo ao da desigualdade no sentido da prerrogativa atribuída ao Poder Público de fazer variar a obrigação da outra parte na medida necessária à consecução do fim de interesse público, que é o alvo da atividade estatal.

Considerando que o contrato administrativo celebrado em decorrência de uma licitação está por ela condicionado, mas tem vida própria, podendo ser alterado por razões de interesse público

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o método de "raspadinha" no sistema de estacionamento rotativo municipal, realizado mediante a venda de cartões em que o usuário marcará a data e horário de utilização do estacionamento rotativo.

Art. 2º. Os campos referentes à data, dia e hora deverão ser revestidos de uma camada de tinta "raspável" para a cobertura da informação, devendo esta ficar totalmente legível em outra cor após sua retirada.

Art. 3º Permanecerão, conjuntamente com o método implantado neste ato, as demais formas de alocação de vagas já em atividade, via ticket eletrônico.

Art. 4º Já notificada à empresa concessionária do serviço neste Município, aguarde-se o prazo estabelecido para apresentação da proposta de implantação, não devendo ser superior a 30 (trinta) dias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 27 de maio de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

EDITAL Nº 009/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 009/2015 DE NOMEAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Jacinto Machado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, que CONVOCA para Nomeação e posse no Serviço Público Municipal, os aprovados em Concurso Público nº 001/2014, conforme classificação, para comparecer à Secretária Municipal de Administração, Departamento Pessoal, para efetivar a nomeação e posse. A contar da presente data passam a valer os prazos previstos na Lei n. 245/2000. Solicitamos o comparecimento antecipado do candidato no Departamento Pessoal para regulamentação do Ato. Os abaixo convocados, tornam-se ciente dos prazos acima citados.

ANEXO I DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

Auxiliar de Ensino Ensino Médio Completo			
Cartão	INSC	CANDIDATO	NASC.
208	24892	29º. Silvani Dos Santos Candiotto	29/06/1974

Gabinete do Prefeito Municipal de Jacinto Machado (SC),
em 02 de junho de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado a presente Homologação nesta Secretaria, na data supra:

MARCIO LUIZ ABATTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.767 DE 01 DE JUNHO DE 2015. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº 4.767 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), em exercício, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:

Art.1º O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON, na forma da Lei nº 2.560, de 07 de agosto de 1998, alterada pela Lei nº 3.841 de 15 de dezembro de 2008, fica assim constituído:

COORDENADOR MUNICIPAL DO PROCON

JÚLIO CESAR DE SOUZA

REPRESENTANTE DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

FABIO JUNIOR ZANIN – Titular

LEILA PAULI BAUERMANN – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

RAFAEL MARTINI VEIGA – Titular

ANA PAULA PEREIRA – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO

JORGE RONALDO POHL – Titular

RICARDO ALTENBURGER – Suplente

REPRESENTANTE DA Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

GILSON ANTONIO GIUMBELLI JUNIOR – Titular

FABIANO GIUMBELLI – Suplente

REPRESENTANTE DA Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL

MARINÊS CALLIARI FREIBERGER – Titular

MARCELO ANTÔNIO RISSON – Suplente

REPRESENTANTE - Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense

EZEQUIEL WILBERT – Titular

CHAIENE FERNANDA VIVAM – Suplente

REPRESENTANTE DA UNOESC - Campus de Joaçaba

RONI EDSON FABRO – Titular

ANGELA CRISTINA DRI – Suplente

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 01 de junho de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EDITAL Nº 03.2015 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EDITAL Nº 03.2015

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Joaçaba no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.995/93, alterada pelas Leis Municipais nº 305/2015 e nº 4.606/2015, torna público que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo da Infância e Adolescência - FIA, para a viabilização de projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, encaminhados para entidades não governamentais, cujos programas atendam aos seguintes requisitos:

1- APRESENTAÇÃO

O projeto deverá ser apresentado de acordo com o modelo anexo a resolução 001/2013, devendo as páginas serem numeradas sequencialmente, rubricadas e assinadas pelo responsável técnico e presidente da Entidade.

2- REQUISITOS ELIMINATÓRIOS

2.1. a) As Entidades não governamentais deverão apresentar o tempo mínimo de 1 (um) ano de Registro no CMDCA;

3- ENCAMINHAMENTO

Os projetos deverão ser Protocolados na Secretaria dos Conselhos, na Av. XV de novembro, nº 378, Bairro Centro, Joaçaba, junto à Secretaria de Assistência Social no horário das 13h às 19h, endereçados ao Presidente do CMDCA.

4- OBJETIVO GERAL

Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a criação e o funcionamento dos serviços e estruturas previstas na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e na Lei Municipal nº 1.995/93, alterada pelas Leis Municipais nº 305/2015 e nº 4.606/2015, destinadas ao atendimento de Crianças e Adolescentes e de forma a fortalecer os vínculos familiares, comunitários e sociais, através de programas e projetos que tenham ação enquanto rede de atendimento. Os projetos devem estar de acordo com a Resolução nº 001/2013, a qual estabelece critérios e procedimentos para o repasse dos recursos financeiros do Funda da Infância e Adolescência – FIA.

5- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

5.1. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

5.2. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes no contexto de Acolhimento Institucional;

5.3. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos que tenham por base a Proteção Social Básica e Especial para Pessoas com Deficiência;

5.4. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos em prol da Articulação em REDE de atenção à criança e ao adolescente.

5.5. Desenvolver ações para implantação e/ou implementação de programas/projetos que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes em Situação de Rua, Trabalho Infantil e Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual.

6- PÚBLICO ALVO

- 6.1. Criança e Adolescente vítima de violência (abuso e exploração sexual, negligência e/ou violência intrafamiliar);
- 6.2. Criança e adolescente em situação de rua;
- 6.3. Criança e adolescente em situação de trabalho infantil;
- 6.4. Adolescente gestante;
- 6.5. Adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- 6.6. Adolescente egresso do sistema socioeducativo, que tenha cumprido medidas privativas de liberdade;
- 6.7. Criança e Adolescente em situação de vulnerabilidade e de risco social e pessoal;
- 6.8. Criança e Adolescente com deficiência;
- 6.9. Rede de Atenção à criança e ao adolescente;

7- ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO

- 7.1. Apoio e acompanhamento da família;
- 7.2. Implementação dos Programas, Projetos e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 7.3. Implementação e fortalecimento Programas, Projetos e Serviços voltados às Pessoas com Deficiência;
- 7.4. Implementação e qualificação dos Programas, Projetos e Serviços de Acolhimento Institucional;
- 7.5. Implementação e fortalecimento dos Cursos de Aprendizagem Profissional;
- 7.6. Articulação em rede;
- 7.7. Ações protetivas em Programas, Projetos e Serviços de Acolhimento Institucional, Guarda Subsidiada;
- 7.8. Ações de prevenção e/ou recuperação ao uso de drogas e protetivas em Comunidades Terapêuticas;
- 7.9. Implementação de Programas, Projetos e Serviços que tenham por base a proteção integral de crianças e adolescentes em Situação de Rua, Trabalho Infantil e Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual.

8- Avaliação dos Projetos

- 8.1. Os projetos serão avaliados por uma comissão composta por Conselheiros do CMDCA designados para este fim, conforme os critérios relacionados no item abaixo;
- 8.2. Serão considerados os seguintes critérios:
 - a) Conformidade com os princípios do ECA;
 - b) Foco, diretrizes, objetivos, usuários, estratégias de atendimento;
 - c) Articulação do Projeto com a rede de atendimento;
 - d) Mérito (intencionalidade do projeto);
 - e) Relevância, abrangência e indicadores (importância do projeto perante a realidade local);
 - f) Impacto social (transformações a que se propõe realizar);
 - g) Previsão de continuidade do projeto sem os recursos do FIA;
 - h) Reordenamento das entidades e órgãos;
 - i) Viabilidade técnica e financeira.

9- CONVENIAMENTO DOS PROJETOS

- 9.1. Os convênios serão assinados entre o Município de Joaçaba, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, na qualidade de operacionalizadora do FIA e a Entidade e/ou órgão governamental proponente, de acordo com o que determina a legislação vigente e Resoluções do CMDCA, impreterivelmente nos prazos estabelecidos no cronograma.
- 9.2. Por ocasião da entrega definitiva dos projetos, contendo os devidos ajustes, quando necessário, os projetos que preverem a aquisição de equipamentos e serviços deverão anexar três orçamentos de cada item.

10- CRONOGRAMA

Ficam estabelecidos os seguintes prazos:

- a) 03 de junho de 2015 a 26 de junho de 2015 – Protocolo dos projetos na Secretaria dos Conselhos;
- b) 29 de junho de 2015 – Análise dos projetos protocolados.
- c) 03 de julho de 2015 – Devolutiva dos resultados da análise dos projetos às Entidades;

- d) 10 de julho de 2015 – Devolução ao CMDCA, dos Projetos pelas Entidades, contendo os devidos ajustes;
- f) 13 de julho de 2015 – Aprovação dos projetos pelo CMDCA e encaminhamento para o conveniamento;

11- PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 11.1. Deverá ser feita a prestação de contas conforme resolução 001/2013 art. 23 e 24.

12- MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- 12.1. Todas as Entidades que buscarem recursos ao FIA, serão monitoradas e avaliadas no cumprimento do objeto do projeto pelo Órgão Operacionalizador.

13- INFORMAÇÕES GERAIS

- 13.1. Os prazos aqui estabelecidos são improrrogáveis e o descumprimento das regras definidas neste Edital implicará na exclusão do projeto.
- 13.2. Mais informações poderão ser obtidas na Sede do CMDCA – Fone (49) 35278855.

Joaçaba/SC, 01 de junho de 2015.

Cheila Sacchetti

Presidente do CMDCA

HOMOLOGACAO FINAL CONCURSO 002/2015

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS APROVADOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, considerando as normas fixadas no Edital 002/2015, torna público a listagem da HOMOLOGAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS ao seguinte cargo:

CUIDADOR								
INSC.	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Situação.	Class.
1351	KARINE FERREIRA MARTINS DA ROSA	4,03	1,05	1,05	0,42	6,55	APROVADO	1º
1366	CLAUDIA SCHULZ FERNANDES	3,72	1,26	0,84	0,21	6,03	APROVADO	2º
1364	ADRIANA POSPOR	3,41	0,84	0,63	0,84	5,72	APROVADO	3º
1308	CLAIR DO AMARAL	4,03	0,63	0,63	0,42	5,71	APROVADO	4º
1320	MARIZETE APARECIDA VARELA DA SILVA	2,48	1,26	0,42	1,05	5,21	APROVADO	5º
1344	CRISTIANO RODRIGO MOREIRA	2,48	1,26	0,42	1,05	5,21	APROVADO	6º
1404	JULIANA PAULA DOS SANTOS	3,10	0,42	0,63	1,05	5,20	APROVADO	7º

Sem mais,

Publica-se em 02 de Junho de 2015.

RAFAEL LASKE
Prefeito MunicipalPREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal**PORTARIA N.º 4371**

PORTARIA Nº 4.371 DE 29 DE MAIO DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 22/05/2015, do(a) Sr.(a) GIGLIOLA RAQUEL BIZINELA MENECHINI, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, atuando no NUPERAJO em turma excedente de educação infantil.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 29 de maio de 2015.
RAFAEL LASKE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4372

PORTARIA N.º 4.372 DE 29 DE MAIO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JUÇARA EDITH STEFANES, Professor Nível I (Pós Graduação – cargo em extinção), conforme requerimento protocolado sob n.º 132.482 de 12 de dezembro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4373

PORTARIA N.º 4.373 DE 29 DE MAIO DE 2015

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) DARCY ZAGO, Motorista, conforme requerimento protocolado sob n.º 132.530 de 16 de dezembro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 29 de maio de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS CONCURSO 002**

EDITAL Nº 002 JHL DE 06 DE MAIO DE 2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO PROVISÓRIA DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval do Oeste e Luzerna, SC, no uso de suas atribuições, torna público a listagem provisória dos candidatos relacionados, por ordem de inscrição, que tiveram suas inscrições homologadas referente ao Edital SIMAE/JHL/002/2015

ENCONTRAM-SE ABERTO OS PRAZOS RECURSAIS PARA OS CANDIDATOS QUE NÃO ESTIVEREM SENDO LISTADOS ABAIXO E/OU TIVEREM SUA INSCRIÇÃO INDEFERIDA DO PERÍODO DE 03/06/2015 ATÉ 08/06/2015 ATRAVÉS DO E-MAIL CONTATO@APRENDERSC.COM.BR

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:

CONTADOR		
INSC.	CANDIDATO(A)	SITUAÇÃO
1601	CAMILA	Indeferido(a)

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

CON-TADOR		
INSC.	CANDIDATO(A)	SITUAÇÃO
1352	TILARA GONÇALVES MACHADO	Deferido(a)
1356	FABIANE ZAGO	Deferido(a)
1357	ROBSON JOSÉ CORRÊA SILVA	Deferido(a)
1365	LOUISE PANISSON	Deferido(a)
1367	RENATA AGOSTINI	Deferido(a)
1369	GIVANILDO DOS SANTOS LIMA	Deferido(a)
1372	JULIANA LOUISE FRAIFER DE ARAÚJO PALHANO	Deferido(a)

1375	BRUNO SCOPPEL	Deferido(a)
1386	AMANDA DA SILVA	Deferido(a)
1392	LECIANE PRIMÃO	Deferido(a)
1393	FABRICIO ZANCHETTIN	Deferido(a)
1401	TATIANA APARECIDA CAVICION	Deferido(a)
1402	FERNANDA CRISTINA HERMES	Deferido(a)
1409	SERLIZE DE FAVERE	Deferido(a)
1410	CAMILA FESTA	Deferido(a)
1411	CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO	Deferido(a)
1414	ESTÉFANI SABRINA GOBBI	Deferido(a)
1416	NILSON LUIZ MORETTO	Deferido(a)
1418	ELIZETE TARRAGO TRENTIN	Deferido(a)
1420	ALEXEI ANHALT	Deferido(a)
1421	FABRICIO ZANINI CASTELO BRANCO	Deferido(a)
1423	SIMER TESSER	Deferido(a)
1432	GABRIEL MARQUEZ	Deferido(a)
1446	RENATO GUINDANI	Deferido(a)
1453	LEONARDO ÁVILA CUSTÓDIO	Deferido(a)
1454	DAVID RODRIGO PETRY	Deferido(a)
1457	VANESSA CARINE DE JESUS	Deferido(a)
1458	JALMIR DE SOUZA LISE	Deferido(a)
1461	MARIO RONCEN JUNIOR	Deferido(a)
1462	JONICEIA HEBERLE QUIBEN	Deferido(a)
1465	CARLA MARIA ZUQUELO FRA	Deferido(a)
1474	JUCILEI VIEIRA COELHO DO ROSÁRIO	Deferido(a)
1482	WAILLEN ANTONIO DA SILVA	Deferido(a)
1483	IVAN BRUNE	Deferido(a)
1485	JORGE AUGUSTO ANTELO	Deferido(a)
1490	SILVIA SIMARA DE ABREU CAVASIN	Deferido(a)
1491	SOLANGE APARECIDA SEIDENSTÜCKER MARCON	Deferido(a)
1495	DREONE FELSKI MENDES	Deferido(a)
1501	SCHEILA REGINA CRAUTCHYCHYN	Deferido(a)
1502	ANDRÉIA MUELER DAL MORO	Deferido(a)
1516	TACIANE PAULA TEO	Deferido(a)

1520	LUIZ CARLOS FRACARI	Deferido(a)
1526	LEONARDO MORAIS ARAUJO	Deferido(a)
1527	TIAGO FIGUEIREDO BAISCH	Deferido(a)
1528	EDNA MORENO	Deferido(a)
1529	ELITON FELIPE SCHOFFEN	Deferido(a)
1531	MAGALI SARTORI	Deferido(a)
1532	EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA	Deferido(a)
1534	LUCELIA FEDRIGO	Deferido(a)
1543	FRANCIELE HOFFMANN LEMES	Deferido(a)
1544	CELSON PEDRO PISSOLO	Deferido(a)
1546	MARISTELA JOSIANE LIBIODA	Deferido(a)
1549	MARCELO RIBEIRO	Deferido(a)
1555	ANTONIO CAMPOS	Deferido(a)
1556	ALEXANDRE CASSEL	Deferido(a)
1559	ELIANE APARECIDA CERON VIER	Deferido(a)
1560	EVANI MARIA MAKOSKI	Deferido(a)
1563	NATALIA FINGER HORN	Deferido(a)
1565	ELIZÂNGELA ANTUNES	Deferido(a)
1568	MAURI PIETRO BIASI	Deferido(a)
1569	GISELA GANDIN	Deferido(a)
1570	ALESSANDRO DE OLIVEIRA	Deferido(a)
1582	KATIA PRISCILA ANTUNES	Deferido(a)
1587	FABIO ROSSI MORÁS	Deferido(a)
1589	MARCIA CERATI ZONTA PEREIRA	Deferido(a)
1591	FRANCIELLE CRISITINE TRAUTMANN	Deferido(a)
1592	DENIS RAFAEL KORB	Deferido(a)
1603	EDILSON DOS SANTOS VILARINO	Deferido(a)
1604	TAISE FÁTIMA FACCIN	Deferido(a)
1609	MARIA CRISTIANA APARECIDA CIRINO	Deferido(a)
1614	FERNANDA DA COSTA PARDIM	Deferido(a)
1615	ELOIR DE OLIVEIRA GONDRIGE	Deferido(a)
1617	CAROLINE CORRÊA FELDKIRCHER	Deferido(a)
1627	PRISCILA ALANO DA ROSA	Deferido(a)

Publique-se.

Joaçaba, 03 de Junho de 2015.
APRENDER.COM

PORTARIA JHL 125/2015

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 125/2015 DE 02.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Helison Carvalho Ferreira, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-1, Ref.A, sob nº da CNH 06167226979, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Doblo Placa MCI 9064 do Setor de Manutenção de Eletromecânica, no período de 02.06.2015 à 04.08.2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 02 de Junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

PORTARIA JHL 126/2015

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 126/2015 DE 02.06.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender a designação do servidor Edson Rodrigo Besbati como condutor de veículo conforme Portaria JHL 145/2013 de 30.08.2013.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de Junho de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 02 de junho de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

PP 12-2015 FMAS E PP 77-2015 PML

Modalidade: PP 77/2015 PML

Objeto: Aquisição de Materiais de Construção

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 23/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 370.759,40

Modalidade: PP 12/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 24/06/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 295.026,81

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 02 de junho de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.382/15

DECRETO Nº 4.382 DE 29 DE MAIO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A RESPOSTA DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e, com base no art. 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º As respostas às informações solicitadas pelo Ministério Público, dar-se-ão na forma do presente Decreto.

Art. 2º Toda solicitação de informação oriunda do Ministério Público, uma vez entregue ao Gabinete do Prefeito, será encaminhada pela Chefia de Gabinete, ao órgão que possua as informações, dados e ou documentos necessários à resposta.

§ 1º O encaminhamento da solicitação de informação ao órgão responsável, dar-se-á por meio de cópia e, através de memorando interno, devendo os documentos originais serem arquivados no Gabinete do Prefeito.

§ 2º As respostas às solicitações serão dadas diretamente pelo Secretário ou Presidente do órgão responsável, a quem fica delegada competência para o ato.

§ 3º Uma vez respondidas as informações ou encaminhados os documentos solicitados, o órgão responsável deverá encaminhar ao Gabinete do Prefeito, cópia da respectiva resposta.

Art. 3º Havendo necessidade do órgão responsável pela informação, em obter informações ou documentos de outro órgão, deverá fazê-lo por escrito, devendo a informação ou o documento solicitado ser fornecido no mesmo momento.

Parágrafo único. Não sendo possível o fornecimento da informação ou documento solicitado, será imediatamente fornecida pelo Secretário ou responsável pelo respectivo órgão certidão do fato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.383/15

DECRETO Nº 4.383 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"SUBSTITUI MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA GDAM".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 307, de 15 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para fazer parte da Comissão de Avaliação da Gratificação por Desempenho de Atividade Médica, em substituição a Marcos Aurélio da Silva Souza, a servidora Samarina Rodrigues Rochadel.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.384/15

DECRETO Nº 4.384 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"CONSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO DE QUE TRATA A L.C. 298/14, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 68 da Lei Orgânica do Município e, no parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 298, de 20 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão de Avaliação das Gratificações de Desempenho de que trata a Lei Complementar nº 298/14, regulamentada pelo Decreto nº 4.324/15, pelos seguintes membros:

I – Sônia Cândido da Silva Vieira;

II – Paula Souza de Medeiros; e

III – Luis Fernando Nandi Vicente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.385/15

DECRETO Nº 4.385 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais, e de conformidade com os incisos XXV e XXXI do artigo 68 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Município de Laguna, por via amigável ou judicial, o imóvel constituído por terreno (80,00 m²) e edificação (70,00 m²), situado na Rua Osvaldo Cabral nº 12, centro, nesta Cidade e Comarca, de propriedade do Sindicato de Operadores e Estivadores de Laguna (Sindicato dos Arrumadores de Laguna), devidamente transcrito no RI da Comarca, sob a matrícula nº 1.170 do livro nº 3-D, fls. 52.

Art. 2º Para a desapropriação da área a que se refere o artigo 1º deste Decreto, em não se verificando a possibilidade de doação ao Município pelos proprietários, compensação ou outra forma de extinção de eventual crédito tributário, deverá ser verificado, o disposto no artigo 9º da Lei 1.218, de 22 de junho de 2007.

Art. 3º O imóvel declarado de utilidade pública destina-se a instalação de serviços públicos da administração municipal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente do Município de Laguna.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LC Nº 313/15

LEI COMPLEMENTAR Nº 313 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

"Dispõe sobre a instalação e funcionamento de atividades destinadas a feiras e eventos temporários".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A realização de feiras e eventos comerciais, de caráter temporário, depende de prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei Complementar e demais normas aplicáveis à matéria.

§ 1º Consideram-se feiras e eventos, para efeitos desta Lei Complementar, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços a consumidor final, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, por período não superior a 15 (quinze) dias consecutivos, em período previamente determinado.

§ 2º O disposto nesta Lei Complementar não se aplica às feiras anexas ou realizadas em função de eventos periodicamente realizados ou promovidos no Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividades do evento, bem como as feiras destinadas à comercialização de animais vivos, lançamento de produtos sem venda, feiras culturais ou relacionadas com eventos culturais.

§ 3º Para efeitos de enquadramento no parágrafo 2º deste artigo, caracterizam-se como eventos, quaisquer acontecimentos de especial interesse, como os de cunho religioso, espetáculos culturais e artísticos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, além de outros, considerados de interesse turístico e assim certificado e reconhecido pelo órgão municipal competente.

Art. 2º Para obter a licença de funcionamento, a empresa interessada deverá apresentar ao Poder Público, a documentação abaixo elencada, individualizadamente de cada um dos "boxes" ou "stands" participantes:

- I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina;
- II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;
- III - comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
- IV - comprovação de inscrição estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;
- V - certidão simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;
- VI - certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa e seus representantes legais, comprovando a regularidade fiscal;
- VII - comprovante de compra, produção e origem de bens, serviços e produtos a serem comercializados;
- VIII - o valor da taxa para a concessão da licença requerida será o previsto na Lei Complementar nº 103/2005 – Código Tributário Municipal;

IX – comprovação de que a empresa solicitante possui sede ou filial no Município de Laguna.

Parágrafo único. Nos casos de feiras e eventos realizados por empresa especializada em promoção destas atividades, exigir-se-á a comprovação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), relativo ao serviço a ser prestado.

Art. 3º Além da documentação arrolada no artigo 2º desta Lei Complementar, o interessado, para obter a licença de funcionamento deverá, em relação ao local onde será realizado o empreendimento, cumprir os seguintes requisitos, a serem vistoriados pelo órgão responsável:

- I - instalações de acordo com a legislação em vigor, relativa à segurança, higiene, saúde, meio ambiente e posturas, bem como ao uso do solo quanto à característica do imóvel e sua localização;
- II - sanitários, masculino e feminino, em quantidade suficiente para atender a estimativa de frequência da feira ou evento;
- III - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto a localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;
- IV - comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área edificada;
- V - alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros, acompanhado de Laudo Técnico;
- VI - alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto a Polícia Militar;
- VII - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas.

§ 1º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto para a duração do evento.

§ 2º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 3º A concessão de licença de funcionamento dependerá de prévia análise da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, que deverá manifestar-se sobre a possibilidade de instalação da feira e/ou evento conforme o Plano Diretor do Município quanto à ocupação e segundo as características físicas das atividades permitidas para aquele logradouro.

Art. 4º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, bem como a relação dos bens, serviços e produtos a serem comercializados.

Art. 5º Quando da realização de feiras ou eventos comerciais, além das exigências elencadas no artigos 2º e 3º, as empresas promotoras deverão apresentar:

- I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;
- II - certidão atualizada, com no máximo de 15 (quinze) dias, da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade e demais taxas municipais;
- III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 6º O horário de funcionamento da feira ou eventos comerciais deverá ser igual ao do comércio do município, salvo acordo prévio firmado junto à Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais.

Art. 7º O funcionamento das feiras de que trata a presente lei, somente será permitido no período distante de, no mínimo, 15

(quinze) dias de grandes datas festivas, tais como: Ano Novo, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Namorados, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Natal e/ou outro, eventualmente, à critério da Administração Municipal.

Art. 8º As feiras e eventos de que trata essa lei, poderá ser realizada em espaço público, desde que comprovado interesse público do evento, junto à Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais.

Art. 9º O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá o prazo de até 30 (trinta) dias, para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial, o qual poderá ser suspenso, independentemente de prévia notificação, no caso de descumprimento das disposições desta lei.

Art. 10 Fica instituído a partir da presente Lei Complementar, a Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais, devendo ser constituída em 15 (quinze) dias pelo Poder Executivo, a contar da presente publicação, a qual será composta por 5 (cinco) membros, indicados por cada uma das entidades abaixo:

- I - 1 (um) representante da Prefeitura Municipal de Laguna;
- II - 1 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;
- III - 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Logistas de Laguna - CDL;
- IV - 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Laguna- ACIL
- V - 1 (um) representante do Sindicato Comercial Atacadista Varejista do Município de Laguna - SINCAVAL;

§ 1º As decisões tomadas pela Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais deverão ser feitas mediante a aprovação da maioria absoluta de seus membros.

§ 2º Somente será expedido alvará de funcionamento pelo Poder Público Municipal após o cumprimento das exigências elencadas na presente lei complementar e emissão de parecer favorável da Comissão Municipal de Feiras Itinerantes Intermunicipais.

Art. 11 O funcionamento de feiras e eventos, sem a licença prevista nos arts. 1º, 2º e 3º, ou realizadas em desacordo com esta Lei Complementar, sujeitará o infrator à imediata interdição do local, apreensão dos bens e pagamento de multa no valor de 100 (cem) a 5.000 (cinco mil) UFIR, respeitando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

Art. 12 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.806/15

LEI Nº 1.806 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LAGUNA, NA FORMA DA L.C. 244/12, A DAR EM COMODATO ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Laguna, por intermédio do Poder Executivo, autorizado a dar em comodato à sociedade empresária E.L.S COMÉRCIO ATACADISTA DE FERRAGENS LTDA, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.864.049/0001-06, com endereço à Rodovia SC 433 Km 01, Bairro Mato Alto, Laguna/SC., na forma do § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 244/12,

uma área de terras com 1.330,00 m2, integrante de uma área maior de 179.649,79 m2, objeto da matrícula 29.147, do livro 2-EV, fls. 27 do RI desta Cidade e Comarca.

Art. 2º O Comodato da área de que trata esta Lei, tem por finalidade específica, a instalação de uma nova sede da sociedade empresária identificada no artigo 1º, com vistas a implantação de uma nova estrutura, mais ampla do que aquela onde a mesma está atualmente instalada, criando consequentemente novos postos de trabalho.

Parágrafo único. O Comodato apenas privilegia a concessão do direito real de uso, não importando na transferência do domínio da área.

Art. 3º O prazo para a beneficiária do comodato iniciar a sua implantação na área objeto da presente Lei e, o início de suas atividades deverá ser estabelecido por meio de cronograma de execução físico-financeira.

§ 1º Não sendo iniciada a instalação ou as atividades nos prazos previstos no cronograma de execução físico-financeira, ficará o Comodato automaticamente rescindido e, as eventuais benfeitorias realizadas, reverterão ao Município de Laguna, sem qualquer indenização.

§ 2º Sendo cumpridos os prazos estabelecidos o contrato de comodato vigorará por 10 (dez) anos, contados da data da sua assinatura.

§ 3º O contrato de comodato deverá ser precedido da apresentação e análise da documentação de que trata o art. 17 da L.C. 244/12.

Art. 4º Findo o período de comodato, e uma vez cumpridas as condições da concessão previstas na Lei Complementar nº 244/12, fica o Município de Laguna autorizado a promover a doação definitiva da área identificada no art. 1º desta Lei à Comodatária, mediante escritura pública, com cláusula de reversão.

Art. 5º Em caso de desvio de finalidade, rescisão contratual ou revogação do comodato, o imóvel reverterá ao patrimônio público municipal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.807/15

LEI Nº 1.807 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ATIVIDADE DO GUIA DE TURISMO NO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Entende-se por Guia de Turismo Regional, o profissional devidamente cadastrado nesta categoria no Ministério do Turismo, que exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais ou especializadas, nos termos da Lei Federal nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993.

Parágrafo único. O Guia de Turismo Regional com residência no município deverá possuir, além de cadastro no Ministério do Turismo, cadastro na Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 2º Somente é permitida no Município de Laguna a atuação de guia qualificado como Guia de Turismo Regional, o qual deverá estar obrigatoriamente cadastrado na EMBRATUR.

§ 1º Os Guias de Turismo de Laguna não cadastrados na EMBRATUR mas que estejam associados há mais 2 (dois) anos em Associação de Classe com sede no Município, poderão atuar mediante o cadastro na Secretaria Municipal de Turismo.

§ 2º Os guias referidos no parágrafo primeiro terão o prazo de 5 (cinco) anos, a contar da publicação desta lei, para capacitar-se como Guia de Turismo Regional, sob pena de não estar mais habilitado para exercer a profissão.

Art. 3º É expressamente vedado aos grupos ou excursões de turistas, mesmo que acompanhados de Guias, quando em visita ao Município, dispensar a prestação do serviço de Guia de Turismo Regional devidamente cadastrado na Secretaria Municipal de Turismo.

§ 1º Quando o guiamento for realizado por mais de uma pessoa, aquela que estiver exercendo a função de Guia, ou seja, orientando os turistas, deve obrigatoriamente cumprir os requisitos dessa Lei.

§ 2º Com base no parágrafo supra, fica expressamente vedado que um Guia que cumpra os requisitos da presente Lei, atue em conjunto com pessoa não habilitada para exercer a função de Guia de Turismo.

Art. 4º São atribuições e direitos do Guia de Turismo aquelas constantes do Decreto Federal nº 946, de 1º de outubro de 1993:

- I - acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais ou especializadas dentro do território nacional;
- II - acompanhar ao exterior pessoas ou grupos organizados no Brasil;
- III - promover e orientar despachos e liberações de passageiros e respectivas bagagens, em terminais de embarque e desembarque aéreos, fluviais, rodoviários e ferroviários;
- IV - ter acesso a todos os veículos de transporte, durante o embarque ou desembarque, para orientar as pessoas ou grupos sob sua responsabilidade, observadas as normas específicas do respectivo terminal;
- V - ter acesso gratuito a museus, galerias de arte, exposições, feiras, bibliotecas e pontos de interesse turístico, quando estiver conduzindo pessoas ou grupos, ou não, observadas as normas de cada estabelecimento, desde que devidamente credenciado como Guia de Turismo; e
- VI - portar, privativamente, o crachá de Guia de Turismo emitido pelo Ministério do Turismo.

Parágrafo único. A forma e horário dos acessos a que se referem os incisos III, IV e V, deste artigo, serão sempre objeto de prévio acordo entre o Guia de Turismo e os responsáveis pelos empreendimentos, empresas ou equipamentos.

Art. 5º Os estabelecimentos turísticos situados no Município de Laguna devem garantir a plena aplicação da presente Lei, de forma a garantir apenas a atuação de Guias de Turismo Regionais devidamente cadastrados, sob pena de aplicação das sanções aqui previstas.

Art. 6º No exercício da profissão, o Guia de Turismo deverá conduzir-se com responsabilidade, dedicação e decoro, zelando pelo conceito do destino turístico, devendo ainda respeitar e cumprir as leis e regulamentos que disciplinam a atividade turística.

Parágrafo único. Será notificado à EMBRATUR o caso do Guia de Turismo que infringir as presentes normas por desempenho irregular de suas funções, bem como, o Conselho Municipal de Turismo

analisará a situação e tomará as medidas cabíveis.

Art. 7º São responsabilidades dos Guias de Turismo:

- I - manter boa apresentação e postura profissional;
- II - promover o turismo divulgando opções turísticas, sugerindo outros roteiros e passeios adicionais;
- III - ser ético ao recomendar a utilização de serviços turísticos locais, pontos de compras ou passeios adicionais;
- IV - promover a integração do turista/consumidor com o meio ambiente;
- V - promover a educação ambiental através de técnicas de interpretação do ambiente;
- VI - orientar o turista visando ao seu bem-estar;
- VII - orientar o turista sobre riscos visando a garantir a segurança do mesmo;
- VIII - apoiar idosos e crianças, estabelecendo paradas especiais;
- IX - respeitar os limites de relacionamento pessoal, usar linguagem e tratamento apropriados;
- X - atuar em situações de emergência, identificando e providenciando alternativas;
- XI - ter conhecimento sobre a flora, fauna, ecologia, geografia física, história e cultura do local visitado; e
- XII - participar de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento realizados pelo órgão oficial de turismo do município em parceria com órgãos e entidades ligados ao setor.

Art. 8º Quando se tratar de turista do exterior, o Guia de Turismo Regional deverá estar habilitado ao idioma solicitado.

Art. 9º Para garantir a aplicação da presente Lei, no que toca à obrigatoriedade de contratação de um Guia de Turismo Regional cadastrado na Secretaria Municipal de Turismo de Laguna pelos grupos e excursões, deverá ser confeccionado um adesivo para fins de indicação do grupo ou excursão que realizou o procedimento previsto na presente lei.

Art. 10 A fiscalização e a aplicação das penalidades das atividades previstas nesta Lei ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Turismo e Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Laguna.

Art. 11 As infrações dos preceitos desta Lei, sujeitarão o infrator às seguintes penalidades:

- I - advertência;
- II - multa.

Art. 12 Caberá ao Conselho Municipal de Turismo definir com mais especificidade as formas e valores das sanções aplicáveis.

Art. 13 Os casos omissos e as questões oriundas da dinâmica da atividade deverão ser resolvidos pelo Conselho Municipal de Turismo de Laguna.

Art. 14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial a Lei 1.054/2004.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.808/15

LEI Nº 1.808 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DAS EMBALAGENS PLÁSTICAS CONVENCIONAIS POR CONGÊNERES BIODEGRADÁVEIS NA FORMA QUE ESPECIFICA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os estabelecimentos comerciais obrigados a substituírem as embalagens fabricadas a partir de material poluente pelos de material biodegradável ou de fácil decomposição.

§1º Os estabelecimentos comerciais devem estimular o uso de sacolas reutilizáveis, assim consideradas aquelas que sejam confeccionadas com material resistente e que suportem o acondicionamento e transporte de produtos e mercadorias em geral.

§2º Os estabelecimentos comerciais devem fornecer no mínimo dois tipos de sacolas reutilizáveis, sendo para produtos recicláveis e orgânicos.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – embalagens: qualquer invólucro utilizado com a finalidade de acondicionar e transportar produtos e mercadorias em geral, bem como sacos para lixo;

II – embalagens plásticas convencionais: as manufaturadas com resinas petroquímicas;

III – embalagens plásticas biodegradáveis: as manufaturadas com material passível de degradação por micro-organismos.

Art. 3º Os estabelecimentos comerciais de que trata o artigo 1º ficam obrigados a afixar placas informativas, com as dimensões de 40 cm x 40 cm, junto aos locais de embalagem de produtos e caixas registradoras, com o seguinte teor:

"POUPE RECURSOS NATURAIS!
USE SACOLAS REUTILIZÁVEIS"

Art. 4º O disposto nesta Lei não se aplica:

I – às embalagens originais das mercadorias;

II – às embalagens de produtos alimentícios vendidos a granel; e

III – às embalagens de produtos alimentícios que vertam água.

Art. 5º Os fabricantes, distribuidores e estabelecimentos comerciais ficam proibidos de inserir em sacolas plásticas para acondicionamento e transporte de mercadorias a rotulagem degradáveis, assim como as terminologias oxidegradáveis, oxibiodegradáveis, foto-degradáveis, biodegradáveis e mensagens que indiquem suposta vantagem ecológica de tais produtos.

Art. 6º O descumprimento das disposições contidas nesta Lei, sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 7º A fiscalização da aplicação desta Lei será realizada pela Fundação Lagunense de Meio Ambiente – FLAMA, conjuntamente com a fiscalização de serviços públicos.

Art. 8º As obrigações que tratam o art. 1º, serão implementadas no prazo máximo de 2 anos, a contar da data da publicação desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.809/15

LEI Nº 1.809 DE 02 DE JUNHO DE 2015.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Fundação Lagunense de Cultura, autorizada a conceder uma subvenção social, à Sociedade Musical União dos Artistas, no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Parágrafo único. O valor da subvenção de que trata este artigo será repassado de acordo com as condições dos cofres públicos e, limitado a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do orçamento vigente com a seguinte classificação:

Órgão: 15 – Fundação Lagunense de Cultura

Unidade: 01 - Fundação Lagunense de Cultura

P/A: 2.307 - Gestão Administrativa Superior da Fundação Lagunense de Cultura

Elemento de Despesa: 6 - 3.3.50.43.00.00.00.0080
.....Subvenções Sociais.

Art. 3º A entidade contemplada com a concessão da subvenção social, fica obrigada a prestar contas da aplicação do recurso recebido, ao Poder Executivo e Legislativo Municipal, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a liberação do recurso.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

RESCISÃO DE CONTRATO Nº 04/2014 - PML

Laguna, 28 de Maio de 2015

PARA: CIDINEI DA SILVA BARCELOS CONTRATO Nº 004/2014 - PML

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Termo de rescisão de contrato, que entre si celebram o Município de Laguna, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.928.706/0001-82, sediada na Rua Voluntário Carpes, nº 155, Bairro: Centro Histórico, na cidade de Laguna / SC, neste ato representado pelo Sr. Everaldo dos Santos na qualidade de Prefeito Municipal, na qualidade de CONTRATANTE, e do outro lado o senhor Cidinei da Silva Barcelos, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 471.716.000-25, residente e domiciliado na Rua: estrada geral da Caputera, Bairro: Caputera, na cidade de Laguna/ SC, na qualidade de CONTRATADO, sob o nº de contrato nº 004/2014 – PML, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual do veículo (Mercedes 608), em conformidade com decreto Municipal Nº 4.339 de 22 de Abril de 2015, Contrato de Prestação de Serviços resolvendo rescindir o referido Contrato a partir do dia 28 de Maio de 2015.

Atenciosamente,

RENATO DE OLIVEIRA
SECRETARIO DE OBRAS E SANEAMENTO

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 063/2015

DECRETO Nº 063/2015.

CONSTITUI E NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com as Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.883/94, com suas respectivas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída e nomeada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL, sem ônus para o município, composta por 04 (quatro) membros, que procederá ao recebimento e julgamento dos processos licitatórios da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais.

Art. 2º - Para compor a Comissão ficam nomeados os seguintes membros:

JAIR FERNANDES MADEIRA (CPF: 728.080.639-20) - PRESIDENTE
LEANDRO STANGHERLIN (CPF: 075.123.759-05) - MEMBRO
EMERSON BORGES (CPF: 773.894.419-68) - MEMBRO
PRISCILA CARNIATO (CPF: 069.118.349-02) - MEMBRO

Art. 3º - À Comissão de Licitação compete, privativamente:

I - deliberar sobre a conveniência da aquisição de bens e serviços;
II - receber todas as propostas para a participação em licitação pública;
III - proceder ao julgamento das propostas.

Art. 4º - A Comissão de Licitação fará a gerência do processo licitatório nas seguintes modalidades:

I - concorrência;
II - tomada de preço;
III - convite;
IV - concurso;
V - leilão.

Art. 5º - O Presidente, ora nomeado fica autorizado a baixar todos os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório, devendo, a Secretária, elaborar atas e relatórios de todas as reuniões e atos praticados.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE MAIO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
Sec. Administração, Finanças e Planej.

DECRETO Nº 064/2015

DECRETO Nº 064/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado Ponto Facultativo, nos órgãos e entidades da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal, os dias 04 e 05 de Junho de 2015, quinta-feira (Dia de Corpus Christi) e sexta-feira.

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais será garantido, por intermédio de escalas de serviço ou plantão, especialmente os relacionados à área da Saúde, como também a coleta lixo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04/06/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE JUNHO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO
SECRETÁRIO DE ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº59/2015 – PMLM 21/2015 FMS

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº59/2015 – PMLM 21/2015 FMS

PROCESSO Nº59/2015 21/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER e FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE por meio do Presidente da comissão de licitação comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que houveram correções referentes ao item 3.2 referente a Documentos de Habilitação do certame que ocorrerá no dia 16 de junho de 2015 às 09:00 hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizou processo licitatório TOMADA DE PREÇO para contratação prestação de serviços de informática e suprimentos para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Lauro Muller/SC e Fundo Municipal de Saude, durante o exercício de 2015, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. O edital na íntegra está disponível no site oficial do município www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 2 de junho de 2015

Jair F Madeira

Presidente da Comissão de Licitação

Lebon Régis

PREFEITURA

DECRETO Nº 049/2015

DECRETO Nº. 49 /2015, de 29 de Maio de 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1506 de 18 de Dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	80	26	782	21	2.34	3390	0.1.64	250.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDUso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	64	250.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de Maio de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 08/2015

Edital de Convocação n. 08/2015

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo n. 001/2014, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 10/06/2015, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Jandira Maciel	Agente de Saúde(centro)	1º
Marcelo Furtado Leffer	Auxiliar de Enfermagem	1º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 01 de junho de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 09/2015

Edital de Convocação n. 09/2015

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Publico n. 001/2012, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 13h15min e 17h15min, até o dia 10/06/2015, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Thais Ferreira de Souza Garcia	Agente de Saúde(centro)	15º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 01 de junho de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 059/2015

DECRETO Nº 059, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

"Decreta Ponto Facultativo de Trabalho no Âmbito do Serviço Público Municipal e dá outras Providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o feriado nacional de Corpus Christi a ser comemorado no dia 04 (quatro) de junho, quinta-feira, do corrente ano. CONSIDERANDO, a economicidade para o erário, e sem causar prejuízo da prestação de serviço à população.

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo de trabalho no âmbito da Administração Pública Municipal, no dia 05 (cinco) de junho de 2015, sexta-feira.

Parágrafo único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º No Centro de Saúde Santa Paulina, durante o Ponto Facultativo os atendimentos funcionarão da seguinte forma:

I. Quinta-feira (feriado) - FECHADO, atendimento em regime de urgência e emergência.

II. Sexta-feira - FECHADO, atendimento em regime de urgência e emergência.

Art. 3º Os servidores da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, trabalharão na sexta-feira, de acordo com escala de trabalho a ser definida pela chefia imediata, para realizar os serviços de manutenção nas estradas do interior do Município, em virtude das condições em que as mesmas se encontram, decorrentes das chuvas ocorridas nos últimos dias.

Art. 4º Caso haja necessidade justificada por interesse público, calamidade pública, motivo ou força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 02 de junho de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de medicamentos não sujeitos a controle especial e medicamentos sujeitos a controle especial, destinados a distribuição na Farmácia Básica Municipal pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 012/2015. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 18 de junho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site www.leobertoleal.sc.gov.br. Informações fone: (48) 32681212.

Em 02/06/2015.

ROBERTA OTTO

Secretária Municipal da Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

TIPO: "Menor Preço por Item". OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de óleo diesel S10, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, conforme especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 026/2015. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 19 de junho de 2015. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 03/06/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

EDITAL CONCORRENCIA 01/2015 PMLS

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

Objeto: seleção de empresa para se instalar ou ampliar suas atividades no Município de Lindóia do Sul no ramo de atividade do segmento de costura industrial, conforme previsão expressa na Lei Complementar Municipal nº 248/2015, de 04 de março de 2015.

Tipo: melhor proposta técnica.

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 27 de julho de 2015, com abertura dos envelopes de habilitação quinze minutos após. Informações complementares e inteiro teor do edital: Com o setor de licitações, na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal, cidade e Município de Lindóia do Sul, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul, SC, 01 de junho de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXRATO PREGÃO 03/2015 FMS

Estado de Santa Catarina

Município de Lindóia do Sul

Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

Ronaldo Piscini – Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de um veículo sedan tipo passeio zero km no dia 19 de junho de 2015 às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 01 de junho de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML 060A.2015

Contrato PML Nº060A/14
Primeiro Termo Aditivo

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL PREVENTIVA, COMO DE MEIO, ATRAVÉS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E CENTRAL DE OPERAÇÕES, PARA O PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIA DE SAÚDE, ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO E CENTRO DE EVENTOS SÃO JOÃO BATISTA NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

Aos 15 (quinze) dias do mês de maio do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições, de ora em diante denominado CONTRATANTE e CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 2729, Bairro Centro no Município de São José (SC), CEP 88.103-400, inscrita no CNPJ sob o nº 83.719.963/0001-77, representado pelo Presidente da Empresa, DILMO WANDERLEY BERGER, brasileiro, maior, administrador, portador da cédula de identidade nº 1/R-1. 161.147 e inscrito no CPF/MF sob o nº 538.063.959-34, doravante denominada CONTRATADA, RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, prorrogar o prazo de vigência do Contrato PML.060A.14, em mais 04 (quatro) meses, passando a vigência até 16 de setembro de 2015.

Ainda, o presente instrumento tem por escopo a supressão do item 1 (um) do presente Contrato (Comodato CFTV - Centro de Eventos São João Batista) correspondente ao valor de R\$ 3.745,67 (três mil setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA DA RATIFICAÇÃO

As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste Aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 15 de maio de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO DE LUZERNA
CONTRATANTE

DILMO WANDERLEY BERGER
CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

DECRETO 2046

DECRETO Nº 2046 de 01 de junho de 2015.

“ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 e 18 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 38 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União
..... R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos 208 - PMAQ

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.3º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no montante de R\$ 4.554,15 (quatro mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos), em favor do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECAÇÃO apurado até esta data, na fonte, detalhamento e rubricas abaixo especificado, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuída a seguinte classificação orçamentária: Rubricas de arrecadação:

1.3.2.5.01.03.05 - Rendimentos MAC Estadual

1.7.2.2.33.00.05 - MAC Estadual - Atenção e Média e Alta Complexidade

Detalhamento: 211 - MAC Estadual

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 13.01.10.301.0016.2017 - Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 67 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado
.....R\$ 4.554,15

Detalhamento de Recursos: 211 - MAC Estadual

Art. 4º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de junho de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2047

DECRETO Nº 2047 de 01 de junho de 2015.
"ABRE CRÉDITOS ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.17, 18 e 19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulada totalmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 4.4.90 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art. 2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recurso Ordinários R\$ 2.500,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 01 de junho de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE CONVÊNIO 0132015

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER

VALOR: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, a ser aplicados nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: 08.0801.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 30/11/2015.

Luzerna, 01 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	BRUNO JOSÉ ARENHART ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER CONVENIADA
--	--

EXTRATO DE CONVÊNIO 0142015

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 014/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DO SALTO

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DO SALTO, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 01 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	LEOCIR STOFFEL ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DO SALTO CONVENIADA	CONVENIADA
--	---	------------

EXTRATO DE CONVÊNIO 0152015

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 015/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DOIS IRMÃOS

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros pelo Município para a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DOIS IRMÃOS, a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada nas atividades desenvolvidas pela entidade, em conformidade com o Plano de Trabalho apresentado.

DOTAÇÃO: Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 20/11/2015.

Luzerna, 01 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONVENIENTE	DELCINDO LAMB ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LINHA DOIS IRMÃOS CONVENIADA	CONVENIADA
--	---	------------

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 045/2015 - TP 003/2015 - GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS E REPOSIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 045/2015 - PML

Tomada de Preço nº 003/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 045/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a Construção de Rede de Galeria de Águas Pluviais, e Reposição da Pavimentação em C.A.U.Q, nas ruas: Rua Bom Jesus, Rua Rui Barbosa e Rua das Limeiras; compreendendo 129,00 metros de assentamento de tubo de concreto 09 unidades de boca de lobo com grade, 01 unidade de boca B.S.T.C. (bueiro de greide), 2,00m³ de murro de contenção em cortina de concreto armado 15 MPa e, execução de 787,70m² de pavimentação e sinalização viária, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA

- Valor total: R\$ 154.859,17

Luzerna (SC), 3 de junho de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

PL 048/2015 - PP 030/2015 - TINTA ACRILICA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 048/2015 - PML

Pregão Presencial nº 030/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preço, para aquisição de forma parcelada, de tintas acrílica para atender a demanda da Secretaria Municipal de Obras e Serviços, conforme especificado neste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 18 de junho de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 18 de junho de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 047/2015 - PP 029/2015 - IMPRESSOS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 047/2015 - PML

Pregão Presencial nº 029/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para contratação de empresa especializada para execução, de forma parcelada, de impressos gráficos, destinados à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, conforme descritos em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 17 de junho de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 17 de junho de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Mafra

PREFEITURA

DECRETO Nº 3855

DECRETO Nº 3855

DATA: 25.05.2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o memorando nº 124/2015 de 21 de Maio de 2015.

DECRETA

Art. 1º - Ponto Facultativo no dia 05 de Junho de 2015 (Sexta-feira).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, em 25 de Maio de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN

Secretária Municipal de Administração

DECRETO Nº. 3854

DECRETO Nº. 3854

Data: 25.05.2015.

DIVULGA OS FERIADOS E DIAS DE PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015 PARA OS ÓRGÃOS E AUTARQUIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, no uso de suas atribuições, de acordo com o art.68, item XVII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art.1º - Ficam estabelecidos os dias de Feriado e Ponto Facultativo no período de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 para os órgãos e autarquias da Administração Municipal.

- I. 01 de janeiro – quarta-feira – Confraternização Universal (feriado nacional)
- II. 05 de janeiro – segunda-feira – Retorno das atividades da Prefeitura Municipal de Mafra - SC
- III. 16 de fevereiro – segunda-feira – Véspera de Carnaval – (ponto facultativo)
- IV. 17 de fevereiro – terça-feira – Carnaval (feriado nacional)
- V. 18 de fevereiro – quarta-feira – Cinzas (ponto facultativo)
- VI. 19 de março – quinta-feira – São José Padroeiro de Mafra (ponto facultativo)
- VII. 03 de abril – sexta-feira – Paixão de Cristo (feriado nacional)
- VIII. 21 de abril – terça-feira – Tiradentes (feriado nacional)
- IX. 01 de maio – sexta-feira - Dia do Trabalhador (feriado nacional)
- X. 04 de junho – quinta-feira – Corpus Christi (ponto facultativo)
- XI. 25 de julho – sábado – Dia do Colono (feriado municipal)
- XII. 07 de setembro – segunda-feira – Independência do Brasil – (feriado nacional)
- XIII. 08 de setembro – terça-feira – Aniversário do Município (feriado municipal)
- XIV. 12 de outubro – segunda-feira – Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional)
- XV. 15 de Outubro – quinta-feira - Dia do Professor (ponto facultativo nas escolas da rede municipal)
- XVI. 28 de outubro – quarta-feira –Dia do Funcionário Público (ponto facultativo)
- XVII. 02 de novembro – segunda-feira – Finados (feriado nacional)
- XVIII. 15 de novembro – domingo – Proclamação da República (feriado nacional)
- XIX. 21 de dezembro – segunda-feira – Início de recesso da Prefeitura Municipal de Mafra SC
- XX. 24 de dezembro – quinta-feira – Véspera de Natal – (ponto facultativo)
- XXI. 25 de Dezembro – sexta-feira – Natal – (feriado nacional)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 3810 de 28 de Novembro 2014.

Prefeitura do Município de Mafra, em 25 de Maio de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN

Secretário Municipal de Administração

Maracajá

PREFEITURA

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO - LAI

Publicação Legal (PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL)

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO – LAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ com CNPJ: 82.915.026/0001-24, torna publico que requereu a Fundação do Meio Ambiente – FAT-MA a Licença de Instalação – LAI com dispensa da Licença Ambiental Prévia – LAP para a atividade de Recuperação de áreas degradadas através da conformação de relevo, do processo nº RSU/10191/CRS e parecer técnico nº 005/2011, localizada na Estrada Geral – s/n, bairro Espigão Grande no município de Maracajá – SC CEP: 88.915-000.

A elaboração do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

Maravilha

PREFEITURA

Lei nº 3.866/2015

LEI Nº 3.866, DE 2 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o Município de Maravilha/SC a integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada Resíduos Sólidos da Região da Associação dos Municípios do Entre Rios - PIGIRS/AMERIOS e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Maravilha/SC a integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólido da Região da Associação dos Municípios do Entre Rios - PIGIRS/AMERIOS, conforme anexo único desta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme estabelece o art. 52 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a participar de ações conjuntas ou consorciadas com os demais Municípios integrantes do PIGIRS/AMERIOS, visando à implementação do Plano no território do Município.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PIGIRS/AMERIOS, especialmente sobre:

- I - posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;
- II - segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;
- III - disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;
- IV - operação de transportadores e receptores de resíduos privados;
- V - mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

Parágrafo único. A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 2 de junho de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado em data supra.
Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Lei nº 3.867/2015

LEI Nº 3.867, DE 2 DE JUNHO DE 2015

Prorroga prazos dos Termos de Cessões de Uso e Cessões de Direito Real de Uso disciplinados pela Lei Municipal nº 3.092, de 28 de abril de 2006 e pela Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Ficam pela presente Lei prorrogados os prazos de vigência e cumprimento das obrigações firmadas nos Termos de Cessões de Uso e Cessões de Direito Real de Uso disciplinados pela Lei Municipal nº 3.092, de 28 de abril de 2006 e pela Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010 concedidas às seguintes empresas:

- I - Pré Moldados Maravilha Ltda. ME;
- II - Martiletto Comércio e Representações de Equipamentos para Aves e Suínos Ltda. ME;
- III - Rotoplast Indústria Metalúrgica Ltda. EPP;
- IV - Thomas Eloi Heydt ME;
- V - Fluck Indústria de Equipamentos Elétricos Ltda. EPP;
- VI - Pré Moldados Maravilha Ltda. EPP;
- VII - Jumany Indústria de Confecções Ltda.;
- VIII - M.M. Distribuidora de Bebidas Ltda.;
- IX - Clécio Loss ME;
- X - Mavigesso Arte Gesso Ltda. EPP.

Parágrafo único. Os prazos constantes nos termos de Cessões de Uso e Cessões de Direito Real de Uso iniciam a partir da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 2 de junho de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Registrado e publicado em data supra.
Prefeita Municipal

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema

PREFEITURA

CONTRATO N 048/2015

Minuta

CONTRATO: 048/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: IVANIA BUSSOLARO

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 425,00 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 15 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº**049/2015**

Minuta

CONTRATO: 049/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: ADEMIR SCHAPARINI

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 517,20 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 15 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 052/2015

MINUTA

Contrato n. 052/2015

Contratante: Município de Marema

Contratado: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA – ME

Objeto: Locação de tendas

Vinculação: Processo Licitatório nº. 026/2015, Pregão Presencial

Compras e Serviços nº. 014/2015

Valor total: R\$ 58.000,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de maio de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO Nº 050/2015

Minuta

CONTRATO: 050/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: MARIA NERVIS

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 977,88 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 15 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO N. 053/2015

MINUTA

Contrato n. 053/2015

Contratante: Município de Marema

Contratado: Andreia Lorenzi – ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, CONFORME CONSTA NO ANEXO DESTES CONTRATOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C"

Vinculação: Processo Licitatório nº. 024/2015, Pregão Presencial

Compras e Serviços nº. 013/2015

Valor Total: R\$ 3.931,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 18 de maio de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO Nº 051/2015

Minuta

CONTRATO: 051/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: DIRCEU ZARDO

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

VALOR: Valor total do Contrato R\$1.260,88 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 15 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 047/2015

Minuta

CONTRATO: 047/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: JACYR CORTELINI

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 1.064,87 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 15 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 043/2015

MINUTA

Contrato nº 043/2015

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: NS ITA SONORIZAÇÃO LTDA - EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO STELA DI PIETRA

Vinculação: Processo Licitatório n. 030/2015, Inexigibilidade de Licitação n. 006/2015

Valor Total: R\$ 2.800,00 (reais)

Prazo: 21 de junho de 2015, com início às 15h00min.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 05 de maio de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Valor Total: R\$ 4.000,00 (reais)

Prazo: 20 de junho de 2015, com início às 00h30min

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 05 de maio de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 040/2015

MINUTA

Contrato nº 040/2015

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: JOÃO CARLOS FORTES ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO JOÃO KUIUDO

Vinculação: Processo Licitatório n. 027/2015, Inexigibilidade de Licitação n. 003/2015

Valor Total: R\$ 7.000,00 (reais)

Prazo: 21 de junho de 2015, com início às 18h30min

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 05 de maio de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 044/2015

MINUTA

Contrato nº 044/2015

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DE DIEGO & DANIMAR

Vinculação: Processo Licitatório n. 031/2015, Inexigibilidade de Licitação n. 007/2015

Valor Total: R\$ 20.000,00 (reais)

Prazo: Show dia 20 de junho de 2015, com início às 22h30min

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 05 de maio de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 041/2015

MINUTA

Contrato nº 041/2015

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: EMERSON CARLOS DOS SANTOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO EMERSON & DANIEL

Vinculação: Processo Licitatório n. 028/2015, Inexigibilidade de Licitação n. 004/2015.

Valor total: R\$ 5.500,00 (reais)

Prazo: 19 de junho de 2015, com início às 23h30min.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 05 de maio de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 045/2015

MINUTA

Contrato nº 045/2015

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DA BANDA MERCOSUL

Vinculação: Processo Licitatório n. 032/2015, Inexigibilidade de Licitação n. 008/2015

Valor Total: R\$ 25.000,00 (reais)

Prazo: Show dia 19 de junho de 2015, com início às 21h00min

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 05 de maio de 2015.

CONTRATANTE

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 042/2015

MINUTA

Contrato nº 042/2015

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: DJ CELSO LUIS FERREIRA EVENTOS LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTISTICO DJ CELSO

Vinculação: Processo Licitatório n. 029/2015, Inexigibilidade de Licitação n. 005/2015

CONTRATO Nº: 037/2015

MINUTA

Contrato nº: 037/2015

Contratante: Município de Marema

Contratada: LUDA PNEUS LTDA EPP

Finalidade: Aquisição de Pneus Novos

Vinculação: Processo Licitatório nº. 021/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº. 011/2015

Valor: R\$ 21.454,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 04 de maio de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO Nº: 038/2015

MINUTA

Contrato nº: 038/2015

Contratante: Município de Marema

Contratada: RWM COMERICO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

Finalidade: Aquisição de Pneus Novos

Vinculação: Processo Licitatório nº. 021/2015, na modalidade de

Pregão Presencial nº. 011/2015

Valor: R\$ 53.142,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 04 de maio de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO: 055/2015

Minuta

CONTRATO: 055/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: FRANCIELI HAIDUK RIGO ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 5.942,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 18 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 039/2015

MINUTA

Contrato nº: 039/2015

Contratante: Município de Marema

Contratada: RWM COMERICO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA

Finalidade: Serviços de Recapagens de Pneus

Vinculação: Processo Licitatório nº. 022/2015, na modalidade de

Pregão Presencial nº. 012/2015

Valor total: R\$ 78.792,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 04 de maio de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

CONTRATO: 056/2015

Minuta

CONTRATO: 056/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 8.765,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 18 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO: 046/2015

Minuta

CONTRATO: 046/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: MARIA HELENA BODANESE CERATTO

OBJETO: Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 1.789,37 (reais)

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 15 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO: 057/2015

Minuta

CONTRATO: 057/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 2.528,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

Marema 18 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO: 054/2015

Minuta

CONTRATO: 054/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623.

VALOR: Valor total do Contrato R\$ 3.120,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 18 de Maio de 2015.

CONTRATO: 058/2015

Minuta

CONTRATO: 058/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: KALBRINK – MATERIAIS E EQUIP. EDUCATIVOS LTDA ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623. VALOR: Valor total do Contrato R\$ 6.134,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema 18 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO: 061/2015

Minuta

CONTRATO: 061/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623. VALOR: Valor total do Contrato R\$ 4.465,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 18 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO: 059/2015

Minuta

CONTRATO: 059/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: KLEIN LIVROS E JOGOS EDUCATIVOS LTDA EPP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623. VALOR: Valor total do Contrato R\$ 809,75 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 18 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

CONTRATO: 060/2015

Minuta

CONTRATO: 060/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MAREMA

CONTRATADO: LUIS CESAR REIS- ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS PADRONIZADOS, PARA EQUIPAR A ESCOLA D EDUCAÇÃO INFANTIL DO PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E APARELHAGEM DA REDE ESCOLAR PUBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PROINFANCIA TIPO "C" – TERMO DE COMPROMISSO PAR n. 201400623. VALOR: Valor total do Contrato R\$ 9.276,00 (reais).

FORO: Comarca de Xaxim – SC

DATA: Marema, 18 de Maio de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 12.2015 - MÃO DE OBRA FROTA VEICULAR MUNICIPAL.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 29/2015

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 22/2015 - multientidade

VALIDADE: 12 (doze) meses (01-06-2015 a 01-06-2016)

Aos primeiros dias do mês de Junho do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 gerenciado pela Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE e o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, gerenciado pela Sra. ANNA KARINE REINKE FRANZ nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 29/2015 - Pregão Presencial nº. 22/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação de empresa especializada em serviço de mão de obra inerente a manutenção da frota municipal, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do Edital do processo supracitado que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

PROponentes	CNPJ
MASSARANDUBA AUTO PECAS LTDA, neste ato representado por JOSE ROBERTO MABA	75.294.447/0001-10
DEJAIL OFICINA MECANICA E COM.DE PECAS LTDA-ME, neste ato representado por DENIO ROBERTO LUBAWSKI	00.107.384/0001-46
POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP, neste ato representado por MARCELO LARGURA	00.804.148/0001-89
ELIANETE C. MOGLICH NART, neste ato representado por RICARDO NART FILHO	02.817.027/0001-05
COPAR PECAS E SERVICOS LTDA - EPP, neste ato representado por SAMUEL AUGUSTO VIEIRA	76.347.863/0001-00
CR ELETROMECHANICA LTDA - ME, neste ato representado por CRISTIANO CARLOS TAVARES	20.741.306/0001-06

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Serviço de mão de obra inerente a manutenção da frota municipal, exceto quando for para retífica de motor, em um prazo que se estende de 12 (doze) meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no Edital e seus anexos.

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Marca	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
08	MASSARANDUBA AUTO PECAS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRAS P/ MECÂNICA DE CARROS LEVES (AUTOMÓVEIS E CAMIONETES)	HORAS	MASSA AUTO PEÇAS	500	45,00	22.500,00
12	MASSARANDUBA AUTO PECAS LTDA	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA TRATOR DE PNEU	HORAS	MASSA AUTO PEÇAS	300	59,00	17.700,00
Total do Fornecedor: R\$ 40.200,00							
10	DEJAIL OFICINA MECANICA E COM.DE PECAS LTDA-ME	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CAMINHÕES, ÔNIBUS E VANS (DIESEL)	HORAS	DEJAIL	700,00000	38,0000	26.600,00
Total do Fornecedor: R\$ 26.600,00							
01	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	SERVIÇOS DE TROCA MOLEIRO CAMINHÃO TOCO	UNID	MOLAS GUARAMIRIM	1	3.000,00	3.000,00
01.01	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TOCO DIANTEIRO	UNID	MOLAS GUARAMIRIM	30	36,0	1.080,00
01.02	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TOCO TRASEIRO	UNID	MOLAS GUARAMIRIM	30	64,00	1.920,00
02	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	SERVIÇOS DE TROCA MOLEIRO CAMINHÃO TRUCK	UNID	MOLAS GUARAMIRIM	1	3.500,00	3.500,00
02.01	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TRUCK DIANTEIRO	UNID	MOLAS GUARAMIRIM	50	35,00	1.750,00
02.02	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE CAMINHÃO TRUCK TRASEIRO	UNID	MOLAS GUARAMIRIM	50	35,00	1.750,00
03	POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP	SERVIÇOS DE TROCA MOLEIRO MICRO ÔNIBUS E ÔNIBUS	UNID	MOLAS GUARAMIRIM	1	8.250,00	8.250,00

03.01	POSTO DE MOLAS GUA-RAMIRIM LTDA EPP	16 PNEUS 1000X20 BORRACHUDO	UNID	MOLAS GUA-RAMIRIM	55	65,00	3.575,00
03.02	POSTO DE MOLAS GUA-RAMIRIM LTDA EPP	TROCA DE MOLEJO DE ÔNIBUS TRASEIRO	UNID	MOLAS GUA-RAMIRIM	55	85,00	4.675,00
Total do Fornecedor: R\$ 14.750,00							
11	COPAR PECAS E SERVI-COS LTDA - EPP	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MÁQUINAS PESADAS (TRATOR, ESCAVADEIRA HIDRAULICA, MOTONIVELADORA, RETRO-ESCAVADEIRA, CARREGADEIRA)	HORAS	COPAR	600	48,50	29.100,00
Total do Fornecedor: R\$ 29.100,00							
09	CR ELETROMECHANICA LTDA - ME	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA PARA ATENDER TODA FROTA	HORAS	CR ELETRO-MECÂNICA	500	47,50	23.750,00
Total do Fornecedor: R\$ 23.750,00							
Total Geral dos Itens: R\$ 134.400,00							

1.2. VALOR: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços será usada pela Secretaria de Administração e Finanças, que será o Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no Processo Licitatório Nº. 29/2015 - Pregão Presencial Nº. 22/2015.

3.3. Em cada fornecimento de serviços decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de Processo Licitatório Nº. 29/2015 - Pregão Presencial Nº. 22/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte cinco) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.1. As despesas decorrentes da presente ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.

5.1. O prazo de entrega dos serviços licitados será de forma parcelada, conforme necessidade da Contratante, rigorosamente dentro do prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas após o recebimento da Ordem de Compra ou Nota de Empenho que será fornecida pelo Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, devendo ser expedida a nota fiscal, sempre que houver a execução do objeto.

5.2. Local de entrega: As horas/serviço solicitadas deverão ser procedidas com o atendimento no pátio da Prefeitura, ou no local do serviço dentro do Município de Massaranduba/SC. Também deverá arcar com as despesas de alimentação, estadia e transporte para o atendimento dos serviços, bem como se necessário o transporte do veículo/máquina/caminhão até a sede da empresa, caso à manutenção não possa ser efetuada no local.

5.3. A Empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal nº. 2051/2010, ao critério da Administração.

6.2. Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.2.2. Cancelamento do registro na Ata;

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1. Advertência;

6.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.5. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.6 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.7. A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.8. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.9. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidas as prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.2.2. A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.5. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.6. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pela Secretaria de Administração e Finanças, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao Órgão Gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. Compete ao Fornecedor:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Entregar os serviços licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, emitida na Prefeitura de Massaranduba, localizada no seguinte endereço: Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba (SC), de segunda a sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h, devendo ser expedida a nota fiscal.

11.1.4. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à CONTRATADA, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto deste contrato.

11.1.5. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Massaranduba e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Massaranduba;

11.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

11.1.8. Será recusado o serviço, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

11.1.9. A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

11.1.10. Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

11.1.11. As horas/serviço solicitadas deverão ser procedidas com o atendimento no pátio da Prefeitura, ou no local do serviço dentro do município de Massaranduba/SC. Também deverá arcar com as despesas de alimentação, estadia e transporte para o atendimento dos serviços, bem como se necessário o transporte do veículo/máquina/caminhão até a sede da empresa, caso a manutenção não possa ser efetuada no local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram a esta Ata, o Edital do Processo Licitatório nº. 29/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supracitado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	01	de	Junho	de	2015
-------------------	----	----	-------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

SUZANE E. F. REINKE

Sec./Gestora Fundo Mun. Saúde

ANNA K. R. FRANZ

Sec./Gestora Fundo Ass. Social

DEJAIL OFICINA MEC. E COM. PECAS LTDA-ME

DENIO ROBERTO LUBAWSKI

Contratada

MASSARANDUBA AUTO PECAS LTDA

JOSE ROBERTO MABA

Contratada

COPAR PECAS E SERVICOS LTDA - EPP

SAMUEL AUGUSTO VIEIRA

Contratada

CR ELETROMECANICA LTDA - ME

CRISTIANO CARLOS TAVARES

Contratada

POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA EPP

MARCELO LARGURA

Contratada

CO 19.2015 - PLANO DE SAÚDE EMPRESARIAL COLETIVO - UNIMEDSC

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 19/2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2015 - MULTIENTIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA, FUNDO DE SAÚDE e FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: UNIMEDSC

OBJETO: Plano de Saúde Coletivo Empresarial contemplando assistência médica de natureza clínica, cirúrgica, hospitalar e ambulatorial e outros serviços auxiliares de diagnósticos e de terapia aos agentes públicos municipais ativos e seus dependentes, incluindo os exercentes de cargos eletivos, em comissão e os contratados temporariamente, bem como os inativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social.

VIGENCIA: 01.06.2015 a 01.06.2016

Faixa etária	R\$ beneficiado
00 a 23	R\$ 76,24
24 a 43	R\$ 138,59
44 a 58	R\$ 220,65
A partir de 59	R\$ 326,09

Massaranduba, 22 de Maio de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito

SUZANE E. F. REINKE – SEC. Gestora Saúde

ANNA K. R. FRANZ - SEC. Gestora Ass. Social

LIC 8.2015 - PP 7.2015 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 8 / 2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7 / 2015

REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público, de acordo com Decreto Municipal nº. 2.051/2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de materiais odontológicos.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 do dia 16/06/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 16/06/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 02 de Junho de 2015.

SUZANE E. F. REINKE

Gestora

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 084/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação de prazo)
Contrato nº. 084/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia na reforma do complexo esportivo João Francisco Ostetto localizado na rua Luiza Napoli Canela - Centro, com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilha orçamentária e projeto básico em anexo.
Vigência Início: 03/06/2015 Término: 29/11/2015
Data da assinatura: 29 de maio de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 088/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação de prazo)
Contrato nº. 088/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de obra e serviço de engenharia na reforma e readaptação do Pavilhão do Arroz de Meleiro sito a Avenida Antonio Walmor Canela, bairro Centro Meleiro/SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projeto básico e planilhas orçamentárias em anexo.
Vigência Início: 05/06/2015 Término: 01/12/2015
Data da assinatura: 29 de maio de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 094/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação de prazo)
Contrato nº. 094/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA
Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia de pavimentação com lajota sextavada e drenagem pluvial na Rua Silvino Rocha e Rua Angelo Dal Pont - Bairro Estreito, com fornecimento de material e mão de obra, conforme planilha orçamentária e projeto básico em anexo.
Vigência Início: 17/06/2015 Término: 13/12/2015
Data da assinatura: 29 de maio de 2015.

PORTARIA Nº 220/2015

PORTARIA n.º 220/2015
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Lei nº 910/2002, resolve:
EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita ESTELA MEZZARI SIMONI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápole, em virtude do retorno da servidora Eliane Alexandre Costa Pirola da Licença Prêmio.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 02 de Junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 221/2015

PORTARIA n.º 221/2015
TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora ROSEMERI SCARPARI PRESA RONZANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 196/2015.

Meleiro, 02 de Junho de 2015.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 222/2015

PORTARIA n.º 222/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 202/2015 QUE DÁ NOVA REDAÇÃO À PORTARIA Nº 052/2015.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

R E V O G A R

Artigo 1.º A Portaria nº 202/2015, de 11 de Maio de 2015, que Dá Nova Redação à Portaria nº 052/2015 que contrata a Senhora TAYNARA MARTINS DA SILVA, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 202/2015.

Meleiro, 02 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 223/2015

PORTARIA n.º 223/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA MATERNIDADE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município e Lei nº 809/2000, de 3 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença maternidade, a servidora pública municipal PATRICIA SARTOR BAESSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem – E.S.F., com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude do término da licença.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/06/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 472/2014.

Meleiro, 03 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIA nº 224/2015

CONCEDE FÉRIAS POR TRINTA DIAS À SERVIDORA QUE RELACIONA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias por 30 (trinta) dias à servidora pública municipal PATRICIA SARTOR BAESSO – matrícula 1161, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem – E.S.F, referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 04/06/2015.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Junho de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 14/2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2015

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n. 129/2015

Contrato n. 14/2015

Contratada: AUTO MECÂNICA KOAIO LTDA - ME

Valor: R\$ 15.500,00

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 010/2015, OBJETIVANDO AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONSERTO DO AUTOMÓVEL PLACAS MGT 8887, ANO 2009, DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO – SC.

Modelo (SC), de Maio de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FUMREBOM

ATA PREGÃO 07/2015 FUMREBOM

REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO AO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

LICISUL COM. LTDA .

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE LICISUL QUE NÃO APRESENTOU REPRESENTANTE. APENAS ENVIOU OS DOCUMENTOS RELATIVOS AO CREDENCIAMENTO E DEMAIS ENVELOPES. APÓS A VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO FOI ABERTO O ENVELOPE DE PROPOSTA. EM SEGUIDA FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO EDITAL PARA A FASE DE PROPOSTA. LOGO FOI VERIFICADO O ENVELOPE RELATIVOS A HABILITAÇÃO ONDE CONSTATOU-SE QUE A EMPRESA LICISUL NÃO CUMPRIU COM O REQUISITADO NO EDITAL COM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS, NÃO APRESENTANDO A CND MUNICIPAL E APRESENTANDO A CND FEDERAL VENCIDA COM DATA 25/05/2015. SENDO PORTANTAO CONSIDERADA INABILITADA. RESTANDO O PREGÃO 07.2015 FRACASSADO.

COMISSÃO:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

MARIA BENEDITA CORREA - - Pregoeiro(a)

JOZESITE DOS SANTOS - - EQUIPE DE APOIO

FERNANDA HASSMANN - - EQUIPE DE APOIO

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO

Navegantes, 1 de Junho de 2015

ATA PREGÃO PRESENCIAL 68/2015 PMN

ATA DE PREGÃO 68/2015 PMN

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES INFORMA QUE A LICITAÇÃO 68/2015 PMN FOI DESERTA, NÃO POSSUINDO NA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO LICITANTES INTERESSADOS, FICAM DESDE JA INTIMADOS DE QUE O EDITAL SERÁ REPUBLICADO.

COMISSÃO:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

MARIA BENEDITA CORREA - - Pregoeiro(a)

PEDRO PAULO DA COSTA - - MEMBRO

CARLA CLAUDINO - - MEMBRO

JOZESITE DOS SANTOS - - MEMBRO

Navegantes, 1 de Junho de 2015.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 84/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC (ITENS FRACASSADOS DO PP 235/2014 E 55/2015). Data da entrega dos envelopes: 17/06/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 17/06/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 2 de junho de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito.

CONTRATO Nº 104/2015

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 104/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: NG NEGOCIOS IMOBILIARIOS.

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo ao contrato 133/2014, para prorrogar o prazo e alterar o valor no contrato original.

Valor R\$: 18.637,92

VIGÊNCIA: 14/05/2015 Até 14/05/2016

NAVEGANTES, 02/06/2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

DECRETO 311 DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE TERRENO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 311 DE 2 DE JUNHO DE 2015

DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município, com fundamento nas políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365 de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social,
DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial o seguinte imóvel: uma fração de terreno sem benfeitorias a ser desapropriada para construção da Rua Germano Lemos, com área total de 951,62m² e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE ao LESTE confrontando consigo mesma, onde mede, numa linha reta, 10,10 metros; FUNDOS A OESTE onde mede, numa linha reta, 10,10 metros, confrontando consigo mesma; do lado direito ao SUL onde mede, numa linha reta, 94,22 metros, confrontando com a Área 3 e do lado esquerdo ao NORTE onde mede, numa linha reta, 94,22 metros, confrontando com a Área 1, fração esta registrada sob a matrícula 14.293 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC.

§ 2º A área descrita neste artigo destina-se à passagem da Rua Germano Lemos, necessária ao acesso e à circulação de pessoas e veículos, dentre outros, naquela localidade.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 310 DE 02 DE JUNHO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 310 DE 02 DE JUNHO DE 2015
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 90.000,00 (Noventa Mil Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços
26.782.0021-2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Municipal
226 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos - Apl. Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários
17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços
26.782.0021-2.066 – Manutenção e Funcionamento da Frota Municipal
225 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes - Apl. Diretas

R\$ 90.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 02 de Junho de 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de Junho de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CONSULTAS PÚBLICAS COM OBJETIVO DE APRESENTAR E DISCUTIR A SÍNTESE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

O Prefeito Municipal de Navegantes, no uso das suas atribuições, em cumprimento ao Artigo 1º. e seu Parágrafo Único, ao Artigo 182 da Constituição Federal, aos incisos II, III, XIII do Artigo 2º, do Parágrafo 4º, Artigo 40 e do Capítulo IV da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 e suas posteriores alterações, comunica a todos os cidadãos e entidades da sociedade civil que serão realizadas Consultas Públicas com o objetivo de apresentar e discutir a síntese das propostas coletadas para a Revisão do Plano Diretor Participativo de Navegantes, que serão realizadas nas seguintes datas, horários e locais:

Data e Horário	Local e Área de Abrangência
16/06/2015 – terça 19 horas	Escola Municipal Profa. Maria Ivone Muller dos Santos Rua Francisco de Paula Seara, nº 300 – bairro São Paulo SÃO PAULO
17/06/2015 – quarta 19 horas	Escola Municipal Profa. Ilka Muller de Mello Rua José Couto, nº 126 – bairro Gravatá GRAVATÁ e MEIA PRATA
18/06/2015 – quinta 19 horas	Salão da Paróquia Santa Luzia (Igreja de Machados) Rua Orlando Ferreira, nº 1.809 – bairro Machados SÃO DOMINGOS, MACHADOS e VOLTA GRANDE
19/06/2015 – sexta 19 horas	Centro Integrado de Cultura – CIC Rua Maria Leonor da Cunha, nº 432 – bairro Centro CENTRO e SÃO PEDRO
23/06/2015 – terça 19 horas	Centro Integrado de Cultura – CIC Rua Maria Leonor da Cunha, nº 432 – bairro Centro ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL e GOVERNO
24/06/2015 – quarta 19 horas	Salão da Capela São Judas Tadeu Rua Onório Bortolatto, s/n – bairro Pedreiras PEDREIRAS
25/06/2015 – quinta 19 horas	Escola Municipal Profa. Maria Tereza Leal Rua Francisco Miguel Nunes, s/n – bairro Porto Escalvados ESCALVADOS e localidades do interior

A íntegra deste chamamento público se encontra no sítio eletrônico www.navegantes.sc.gov.br no ícone “Plano Diretor”.

Navegantes – SC, 02 de junho de 2016.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito Municipal de Navegantes

LEI 2947 LOA 2015 LEI ORÇAMENTÁRIA

LEI Nº 2947 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NAVEGANTES para o exercício de 2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de NAVEGANTES, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do município de NAVEGANTES para o exercício de 2015 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 244.399.092,12 (duzentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e noventa e nove mil, noventa e dois reais e doze centavos), sendo R\$ 175.991.398,05 (cento e setenta e cinco milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e noventa e oito reais e cinco centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 68.407.694,07 (sessenta e oito milhões, quatrocentos e sete mil, seiscentos e noventa e quatro reais e sete centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras

Art. 2º O Orçamento do Município de Navegantes para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 244.399.092,12 (duzentos e quarenta e quatro milhões, trezentos e noventa e nove mil, noventa e dois reais e doze centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.068.246,32 (quatro milhões, sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), em R\$ 240.330.845,80 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e trinta mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) a Despesa das demais unidades gestoras, incluindo o valor de R\$ 23.080.133,56 (vinte e três milhões, oitenta mil, cento e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos), as transferências financeiras assim tituladas: Transferências Financeiras p/ o Fundo Mun. Assistência Social, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Cultura, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Esportes, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras para a Fundação Hospitalar Municipal, Transferências Financeiras para Fundação Municipal de Vigilância e Transferências Financeiras para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º A Receita do Município para o exercício de 2015, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 207.449.222,14
 - 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 43.853.873,47
 - 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 9.404.191,19
 - 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 3.947.550,00
 - 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 17.635.296,00
 - 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 126.215.450,56
 - 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 6.392.860,92
 2. RECEITAS DE CAPITAL 40.864.752,38
 - 2.1. OPERACOES DE CREDITO 24.250.000,00
 - 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 16.614.752,38
 7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 10.731.113,89
 - 7.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 10.481.113,89
 - 7.2. RECEITAS DE SERVIÇOS 250.000,00
 9. DEDUÇÕES DA RECEITA -14.645.996,29
 - 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -14.645.996,29
- TOTAL 244.399.092,12

§ 2º A Despesa do Município para o exercício de 2015, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

- 01 - CAMARA DE VEREADORES 4.068.246,32
- 02 - GABINETE DO PREFEITO 1.590.000,00
- 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 461.801,89
- 06 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 855.680,00
- 07 - SECRETARIA DE GOVERNO 1.888.980,00
- 08 - PROCURADORIA GERAL 1.705.000,00
- 09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA 6.550.000,00
- 10 - SECRETARIA DE FINANÇAS 8.546.000,00
- 12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 3.394.950,00
- 13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 71.247.889,99
- 14 - SECRETARIA MEIO AMBIENTE, AGRICUL. E PESCA 1.568.000,00
- 15 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL 1.533.000,00
- 16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES 2.839.390,30
- 17 - SECRETARIA DE OBRAS 42.552.982,38
- 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 2.619.481,00
- 19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 1.939.566,00
- 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 2.664.177,00
- 21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL 6.133.231,00
- 22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA 2.403.148,00
- 23 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.289.932,00
- 24 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 246.674,00
- 25 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 34.195.548,09
- 26 - FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS 757.176,00
- 28 - SECRETARIA MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO 16.891.989,00
- 29 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL NAVEGANTES 5.664.097,47
- 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE 542.000,00
- 31 - SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. E RECEITA 1.832.395,00
- 32 - SECRETARIA MUN. CRIANÇA, ADOLESC. JUVENTUDE 1.678.706,43
- 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 934.495,17
- 97 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 14.804.555,08

TOTAL: 244.399.092,12

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

- 01 - Legislativa 4.068.246,32
- 03 - Essencial a Justiça 1.705.000,00
- 04 - Administração 15.063.569,36
- 06 - Segurança Pública 4.693.324,00
- 08 - Assistência Social 7.610.262,43
- 09 - Previdência Social 3.650.000,00
- 10 - Saúde 40.328.779,09
- 11 - Trabalho 1.356.385,00
- 12 - Educação 70.897.889,99
- 13 - Cultura 2.089.566,00
- 15 - Urbanismo 11.240.000,00
- 17 - Saneamento 16.891.989,00
- 18 - Gestão Ambiental 2.619.481,00
- 20 - Agricultura 1.568.000,00
- 23 - Comércio e Serviços 2.739.390,30
- 25 - Energia 3.553.250,00
- 26 - Transporte 27.759.732,38
- 27 - Desporto e Lazer 2.664.177,00
- 28 - Encargos Especiais 8.161.000,00
- 99 - Reserva de Contingência 934.495,17
- 97 - Reserva Orçamentária do RPPS 14.804.555,08

TOTAL: 244.399.092,12

III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 153.712.213,79
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 88.591.388,42
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 200.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 64.920.825,37
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 74.947.828,08
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 69.397.828,08
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DÍVIDA 5.550.000,00
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 15.739.050,25
 9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 15.739.050,25
TOTAL 244.399.092,12
 Do orçamento da
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Art. 3º O orçamento da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 193.761.640,04 (cento e noventa e três milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta reais e quatro centavos) e fixa as Despesas em R\$ 166.613.260,16 (cento e sessenta e seis milhões, seiscentos e treze mil, duzentos e sessenta reais e dezesseis centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ R\$ 27.148.379,88 (vinte e sete milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos), incluídas as transferências financeiras à Câmara Municipal.

§ 1º A Receita da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada mediante: Arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 180.288.303,95
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 43.555.529,47
 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 3.500.000,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 867.650,00
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 16.242.600,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 111.667.690,56
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 4.454.833,92

 2. RECEITAS DE CAPITAL 27.869.332,38
 2.1. OPERACOES DE CREDITO 24.250.000,00
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 3.619.332,38

 7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 250.000,00
 7.1. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 250.000,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -14.645.996,29
 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -14.645.996,29
 9.1.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA -1.555.529,47
 9.1.7. DEDUÇÕES TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -11.786.882,90
 9.1.9. DEDUÇÕES DE OUTRAS RECEITAS (DIV. ATIVA) -1.303.583,92

TOTAL 193.761.640,04

§ 2º A Despesa da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

03 - Essencial a Justiça 1.705.000,00
 04 - Administração 13.660.471,89
 06 - Segurança Pública 1.533.000,00
 08 - Assistência Social 5.073.656,43
 11 - Trabalho 1.356.385,00

12 - Educação 70.897.889,99
 13 - Cultura 150.000,00
 15 - Urbanismo 11.240.000,00
 17 - Saneamento 16.891.989,00
 20 - Agricultura 1.568.000,00
 23 - Comércio e Serviços 2.739.390,30
 25 - Energia 3.553.250,00
 26 - Transporte 27.759.732,38
 28 - Encargos Especiais 7.550.000,00
 99 - Reserva de Contingência 934.495,17

TOTAL: 166.613.260,16
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 27.148.379,88

TOTAL: 193.761.640,04

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00- DESPESAS CORRENTES 112.789.853,32
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 65.190.587,42
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 200.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 47.399.265,90
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 52.888.911,67
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 47.338.911,67
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DÍVIDA 5.550.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 934.495,17
 9.9.99.99.00.00.00.00 934.495,17
SOMA: 166.613.260,16
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 27.148.379,88

TOTAL: 193.761.640,04

Do orçamento do
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

Art. 4º O Orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 2.194.089,00 (dois milhões, cento e noventa e quatro mil e oitenta e nove reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 95.843,00 (noventa e cinco mil, oitocentos e quarenta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.289.932,00 (dois milhões, duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e trinta e dois reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 2.109.197,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 33.780,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 2.068.661,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 6.756,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 84.892,00
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 84.892,00 XXXXXXXXX

SOMA: 2.194.089,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 95.843,00
TOTAL: 2.289.932,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos

integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 2.289.932,00

TOTAL 2.289.932,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.738.566,00

3.1.90.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 70.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.668.566,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 551.366,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 551.366,00

TOTAL 2.289.932,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES

Art. 5º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 811.136,00 (oitocentos e onze mil, cento e trinta e seis reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.853.041,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil e quarenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.664.177,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e setenta e sete reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 293.700,00
- 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 13.524,00
- 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 77.352,00
- 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 13.524,00
- 1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 175.776,00
- 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 13.524,00
2. RECEITAS DE CAPITAL 517.436,00
- 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 517.436,00

SOMA : 811.136,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.853.041,00

TOTAL : 2.664.177,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer 2.664.177,00

TOTAL 2.664.177,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.344.685,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 253.670,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.091.015,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 1.319.492,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 1.319.492,00

TOTAL 2.664.177,00

Do orçamento do

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Art. 6º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 22.516.339,00 (vinte e dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e trinta e nove reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 11.679.209,09 (onze milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e nove reais e nove centavos) e fixa as Despesas em R\$ 34.195.548,09 (trinta e quatro milhões, cento e noventa e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito reais e nove centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 11.826.155,00
- 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 271.296,00
- 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 186.624,00
- 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 11.341.187,00
- 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 27.048,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 10.690.184,00
- 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 10.690.184,00
- SOMA: 22.516.339,00**
- TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 11.679.209,09**
- TOTAL: 34.195.548,09**

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 34.195.548,09

TOTAL 34.195.548,09

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 18.304.220,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 9.982.452,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 8.321.768,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 15.891.328,09

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 15.891.328,09

TOTAL 34.195.548,09

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Art. 7º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 396.348,00 (trezentos e noventa e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.543.218,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e dezoito reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.939.566,00 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e seis reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 220.020,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 33.780,00
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 6.756,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 165.960,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 13.524,00
 2. RECEITAS DE CAPITAL 176.328,00
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 176.328,00
 SOMA: 396.348,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.543.218,00
 TOTAL: 1.939.566,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

13 - Cultura 1.939.566,00
 TOTAL 1.939.566,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.449.709,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 534.326,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 915.383,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 489.857,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 489.857,00

TOTAL 1.939.566,00

Do orçamento do
 FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE NAVEGANTES

Art. 8º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 94.644,00 (noventa e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 152.030,00 (cento e cinquenta e dois mil e trinta reais) e fixa as Despesas em R\$ 246.674,00 (duzentos e quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e quatro reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 94.644,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 27.024,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 54.096,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 13.524,00
 SOMA: 94.644,00
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 152.030,00

TOTAL: 246.674,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza,

distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 246.674,00
 TOTAL 246.674,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 220.379,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 220.379,00
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 26.295,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 26.295,00

TOTAL 246.674,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Art. 10 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 674.868,00 (seiscentos e setenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e oito reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 5.458.363,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e sessenta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 6.133.231,00 (seis milhões, cento e trinta e três mil, duzentos e trinta e um reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 310.980,00
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 33.780,00
 1.6. RECEITA DE SERVICOS 128.460,00
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 135.216,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 13.524,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 363.888,00
 2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 363.888,00
 SOMA: 674.868,00
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 5.458.363,00
 TOTAL: 6.133.231,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 6.133.231,00

TOTAL 6.133.231,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 5.523.611,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 4.508.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.015.611,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 609.620,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 609.620,00

TOTAL 6.133.231,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES

Art. 11 - O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 2.330.676,00 (dois milhões, trezentos e

trinta mil, seiscentos e setenta e seis reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 288.805,00 (duzentos e oitenta e oito mil, oitocentos e cinco reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.619.481,00 (dois milhões, seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e um reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.201.788,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 27.024,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 540.852,00
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 606.864,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 27.048,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 1.128.888,00
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 1.128.888,00
SOMA: 2.330.676,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 288.805,00

TOTAL: 2.619.481,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental 2.619.481,00
TOTAL 2.619.481,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.136.839,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 281.982,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 854.857,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 1.482.642,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 1.482.642,00
TOTAL 2.619.481,00

Do orçamento do
FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES

Art. 12 O orçamento da unidade, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 757.176,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 757.176,00 (setecentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e seis reais)

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 723.372,00
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 13.524,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 13.512,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 689.580,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 6.756,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 33.804,00

2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 33.804,00

SOMA: 757.176,00

TOTAL: 757.176,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 757.176,00

TOTAL 757.176,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 253.789,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 253.789,00
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 503.387,00
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 503.387,00

TOTAL 757.176,00

Do orçamento da
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

Art. 13 O orçamento da unidade, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 1.798.296,00 (um milhão, setecentos e noventa e oito mil, duzentos e noventa e seis reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 604.852,00 (seiscentos e quatro mil, oitocentos e cinquenta e dois reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.403.148,00 (dois milhões, quatrocentos e três mil, cento e quarenta e oito reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.798.296,00
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 27.024,00
1.6. RECEITA DE SERVICOS 13.524,00
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.757.748,00

SOMA: 1.798.296,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 604.852,00

TOTAL: 2.403.148,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 2.403.148,00

TOTAL 2.403.148,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.818.465,00
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 589.046,00
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.229.419,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 584.683,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 584.683,00
 TOTAL 2.403.148,00

Do orçamento da
 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES

Art. 14 O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES, para o exercício de 2015, estima as Transferências Recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 4.068.246,32 (quatro milhões, sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos) e fixa as despesas em R\$ 4.068.246,32 (quatro milhões, sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos)

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 4.068.246,32

TOTAL 4.068.246,32

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa 4.068.246,32

TOTAL 4.068.246,32

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 3.816.000,00
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 2.856.000,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 960.000,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 252.246,32
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 252.246,32
 TOTAL 4.068.246,32

Do orçamento do
 INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. MUNICIPAIS

Art. 15 O orçamento da unidade, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, para o exercício de 2015, estima a Receita em R\$ 19.063.880,08 (dezenove milhões, sessenta e três mil, oitocentos e oitenta reais e oito centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.404.772,47 (um milhão, quatrocentos e quatro mil, setecentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos) e fixa as Despesas em R\$ 20.468.652,55 (vinte milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 8.582.766,19
 1.2 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 5.904.191,19
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 2.620.000,00
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 58.575,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 10.481.113,89
 7.2. RECEITAS CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇ. 10.481.113,89

SOMA: 19.063.880,08
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.404.772,47

TOTAL: 20.468.652,55

§ 2º A Despesa da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 1.403.097,47
 09 – Previdência Social 3.650.000,00
 28 – Encargos Especiais 611.000,00
 99 – Reserva de Contingência 14.804.555,08

TOTAL 20.468.652,55

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 5.316.097,47
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 4.325.325,00
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 990.772,47

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 348.000,00
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 348.000,00
 9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 14.804.555,08
 9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 14.804.555,08
 TOTAL 20.468.652,55

Das Disposições Finais

Art. 16 Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 2938/2014 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2015), com o seguinte desdobramento:

I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

a) Passivos Contingentes 233.147,83
 b) Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor 467.250,00
 c) Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 234.097,34

II – UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

a) Reserva Orçamentária do RPPS 14.804.555,08

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", situações como: enxurradas, situações de emergência, calamidade pública, intempéries e outros fatores, que necessitem da intervenção do poder público municipal.

§ 3º Não se efetivando até 10/12/2015, os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a ela reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento de 2015 tenha reservado recursos para os riscos fiscais.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 17 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive para adequação a nova tabela de destinação da receita pública do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aplicável para o exercício de 2015.

Art. 18 O Executivo esta autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, devidamente autorizadas em Lei.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo, realizá-las.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19 Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei, com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43 § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos Orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 21 Durante o exercício de 2015 o Executivo Municipal poderá realizar operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 22 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 21 de Novembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza
Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 21 de Novembro de 2014.

Benilde Perão
Secretária de Administração

PORTARIA 1165 NOMEAÇÕES POR CONCURSO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1165 DE 30 DE MARÇO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Marleci Crispim para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 26/3/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1225 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Eugênio Lima para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro

de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 7/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1295 DE 10 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Christopher Berwig para exercer o cargo de Odontólogo ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1296 DE 10 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Ana Paula Licheski para exercer o cargo de Enfermeira com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1297 DE 10 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Karoline de Oliveira Bittencourt para exercer o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 6/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1298 DE 10 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor Bruno Magalhães Junqueira para exercer o cargo de Médico Oftalmologista com 20 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1334 DE 13 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora Francieli de Paula Sobrinho para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 7/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1362 DE 16 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Ivone Maria Paulino de Mello para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 10/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1363 DE 16 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora Rafaela de Souza para exercer o cargo de Técnica de Enfermagem com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da

Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 15/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 15/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1364 DE 16 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, o senhor Marcelo Vargas Ardenghi para exercer o cargo de Médico Gastroenterologista com 10 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 13/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1365 DE 16 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Ana Lúcia Duarte Carvalho para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 13/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1462 DE 27 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Karina Kricinski Corrêa para exercer o cargo de Monitora do Abrigo do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 22/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 22/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE ABRIL DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de abril de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1523 DE 8 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2013, a senhora Fernanda de Moraes Dutra para exercer o cargo de Terapeuta Ocupacional com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 6/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1524 DE 8 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, a senhora Camila Couceiro Pagani para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 7/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1562 DE 18 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Processo Seletivo 001/2014, a senhora Miriam Dias dos Santos Maria para exercer o cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 18/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1565 DE 18 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Rosemarli Mohr para exercer o cargo de Monitora de Abrigo com 40 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 6/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1567 DE 20 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Eduardo Wiethorn Rodrigues para exercer o cargo de Médico Cirurgião Geral com 10 horas semanais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 11/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1600 DE 27 DE MAIO DE 2015
NOMEIA SERVIDORA POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Catiane Farias para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 26/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 27 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N.º 1610 DE 1º DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Irani dos Santos para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 2/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/6/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de junho de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1613 DE 1º DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, o senhor Pedro Getulio de Jesus para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 1º/6/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de junho de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1614 DE 1º DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Catiane Farias para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 26/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de junho de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1615 DE 1º DE JUNHO DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo Concurso 001/2014, a senhora Leila do Socorro Silva dos Santos Souza para exercer o cargo de Vigia do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 22/5/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 22/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE JUNHO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1º de junho de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1225 NOMEAÇÃO POR CONCURSO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

**PORTARIA N.º 1225 DE 6 DE ABRIL DE 2015
NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I - NOMEAR, pelo concurso público 001/2014, o senhor Eugênio Lima para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro

de servidores efetivos da Municipalidade, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar nº 7 de 11/11/2003, a partir de 7/4/2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 199 PROGRESSÃO FUNCIONAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 199 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Célio de Oliveira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Fiscal de Obras, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 200 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Sidney Corrêa no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Fiscal de Obras, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 207 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Alcineia Pierre dos Passos no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, posicionando para a referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão é referente à revisão de período

anterior, A PEDIDO.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/11/2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 260 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Mitie Aoki Lopes no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de Enfermeira ESF, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 13/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 627 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Thiago Santos da Cruz no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Agropecuária, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 737 DE 4 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Darci Bertan no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 738 DE 4 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Linton Murara no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Computação, posicionando para a referência " E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 740 DE 4 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSO DE CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Luciane Alles no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Enfermeira ESF, posicionando para a

referência " C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 748 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Vilma Aparecida Soares no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnica em Enfermagem, posicionando para a referência " B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 749 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Maria Aparecida Gonzaga no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Monitora de Educação Infantil, posicionando para a referência " B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 750 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Sileide Mafra no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 751 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Ivanir Zeferino dos Santos no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 752 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Isalete Maria Ouriques no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 752 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Isalete Maria Ouriques no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 753 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Eduardo Leal Neto no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 754 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Luiz Alberto da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 755 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Márcio Clezar de Mello no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Mecânico, posicionando para a referência " M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 756 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Alan Revair Maciel no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 757 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Albino Fernandes Vieira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 758 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Alcebiades Zacarias no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 759 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Amauri Barbosa da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 760 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Antônio Carlos Pereira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 761 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Bento Antônio Bittencourt no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 762 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Décio Amorim no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 763 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Felipe Luiz Nascimento no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 764 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER João da Fonseca no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 765 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER José Aparecido da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 766 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Juscelino Pereira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 767 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Manoel Rogério Nascimento no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 768 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Nilton de Freitas no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 769 DE 6 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Sérgio Roberto Zimmerman no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 871 DE 9 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Nádia Braz Bins no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Administrativos, posicionando para a referência " J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 872 DE 9 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Giovanni Vargas no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência " B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 933 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CURSO DE CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Ana Lúcia Moreira no quadro geral de servidores por curso de capacitação no cargo de Enfermeira, posicionando para a referência " A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 6/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 934 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Osni José Luciano no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 935 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Luiz Arino de Souza no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 936 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER José Pedro da Cunha Neto no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 937 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER José Ivanil de Jesus no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 938 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Romeu Laurentino no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 939 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Guilherme Alberto Luiz no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Fiscal de Tributos, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 940 DE 11 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Hermínio Valmor Flores no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Fiscal de Tributos, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1011 DE 16 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Edson José dos Santos no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência " B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1012 DE 16 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Kátia Maria Rosseto no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Assistente Social, posicionando para a referência " B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1013 DE 16 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Maria de Fátima de Oliveira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência " D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1047 DE 17 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Pedro Lourenço da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1048 DE 17 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER José Rosa no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1076 DE 20 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Eritan José Messias no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1077 DE 20 DE MARÇO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Arseno Vieira Duarte no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 2/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1206 DE 1º DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Emanuella Souto Arrozi no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de Enfermeira ESF, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 25/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1209 DE 2 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Juliano de Amorim Busana no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de Enfermeiro ESF, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 20/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1239 DE 7 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Tânia Regina Crispim no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1247 DE 8 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Manoel Renato Coelho no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1248 DE 8 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Iraí da Silveira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1249 DE 8 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER José Castro Cruz no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1250 DE 8 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Arão José Inácio no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1251 DE 8 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Salmo Renato Rodrigues no quadro geral de

servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 1252 DE 8 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Jorge Edgar Baron no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1260 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Valmor Chaves no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1261 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Maria Goreti Reicharts Anacleto no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Instrutora de Artes Aplicadas, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1262 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Maria Teresinha dos Santos no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Instrutora Pintura, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1263 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Rosa Maria de Aviz Nunes no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Instrutora Pintura, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1264 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Iracema Barboza no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Instrutora Pintura, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1265 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Verônica de Araújo Barreto no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Assistente Social, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1266 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Marlene Soares Borges no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Assistente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N.º 1267 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Sebastião Alves da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Assistente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 1268 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER João Maria Machado Rocha no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Assistente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N.º 1269 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER João Eduardo Ranguetti no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Eletricista, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1270 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Daniel Cunha no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Pedreiro, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1271 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Pedro Paulo Anacleto no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Marceneiro, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1272 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Ivo José Luiz no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Pedreiro, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N° 1273 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Silvana Ferreira Kanofre no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N° 1274 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Ederson Dias Victor no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N° 1276 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Maria Virginia Honorato no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1277 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Roseli de Fátima Gonçalves no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnica em Serviços Complementares, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1278 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER José Fernando Vieira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Engenheiro, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1279 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Nelson Luvizon no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1280 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Solange de Souza no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Telefonista, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1281 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER João Carlos Rodrigues no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1282 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Débora da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1282 DE 9 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Débora da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N.º 1287 DE 10 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Jorge Edgar Baron no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1288 DE 10 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Ruy Ademar Rodrigues Júnior no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Serviços Complementares, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1289 DE 10 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Fernanda Hassmann Constâncio no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Serviços Complementares, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1290 DE 10 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Marfisa Mantovani Bombassaro no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1291 DE 10 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Sueli Mafra no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnica em Serviços Complementares, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1292 DE 10 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Rosemeri Maba no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N.º 1349 DE 14 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I **PROMOVER** Lys Destri Tefili de Araújo no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de Odontóloga ESF, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N.º 1365 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I **PROMOVER** Alexandra Rodrigues Gomes no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Atendente de Posto de

Saúde, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N.º 1366 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I **PROMOVER** Caroline Baccin Testa no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Psicóloga, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1367 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Pablo Sebastian Velho no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Médico Infectologista, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1368 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Maria Raquel da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1369 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Juliane Wagner Pacheco no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Analista Administrativo, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1370 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Carla da Silva de Carvalho no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnica em Serviços Complementares, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1371 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Rosilda Aparecida Horst no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1372 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Bernardo Augusto Xerez Teixeira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Médico Anestesiista, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1373 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Nadir Espíndola Pereira no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1374 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Melk Sedelk Alves da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1375 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Manoel Luiz Cristovão no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1470 DE 28 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Murilo Reiser Bento no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Engenheiro, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1471 DE 28 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Eduardo Manoel dos Santos no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1472 DE 28 DE ABRIL DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Márcio Butzke no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Engenheiro, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 1º/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA N º 1515 DE 8 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Ivone Chagas de Lima no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "K".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 8 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 8 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N° 1580 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Loreny Salete Kangerski no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N° 1581 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Juliana Prauso no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Analista Administrativo, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n° 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	---

PORTARIA N° 1582 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Gilberto Laurindo Almeida no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Médico Urologista, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1583 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Edneia Regina Francisco no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Atendente de Posto de Saúde, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2011 a 2013.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1584 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Maria Neli Silva da Luz no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação

de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1585 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER Pedro José da Silva no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Procurador Municipal, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1586 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Manoel Antônio Cardoso no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "N".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1587 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Alberto Barboza de Lima no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Vigia, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1588 DE 21 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER José Manoel Francisco no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Pedreiro, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende os períodos de avaliação de 2013 a 2015.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 4/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1608 DE 29 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Rodrigo Torri Vieira no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de Odontólogo ESF, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 22/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 1609 DE 29 DE MAIO DE 2015

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR CAPACITAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER Ana Lúcia Moreira no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de Enfermeira, posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 734 CONTRATAÇÕES E EXONERAÇÕES DE ACTS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 734 DE 4 DE MARÇO DE 2015
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 003/2013, o servidor Hugo Anselmo de Souza para exercer a função de Leiturista ACT no período de 26/2/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 748 DE 6 DE MARÇO DE 2015
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor Emerson Luiz Nardes da função de Leiturista do DAE ACT a partir de 9/3/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 9/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 749 DE 6 DE MARÇO DE 2015
EXONERAR SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR o servidor Pedro Paulo da Costa da função de Leiturista do DAE ACT a partir de 9/3/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 9/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 876 DE 9 DE MARÇO DE 2015
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, o senhor Giander da Silva Marin para exercer a função de Arte Educador de Violão ACT no período de 26/2/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/2/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 878 DE 9 DE MARÇO DE 2015
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Anelise Correia da função de Leiturista do DAE ACT a partir de 9/3/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de março de 2015.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

**PORTARIA 879 DE 9 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Angélica Cardoso Costa da função de Odontóloga ESF ACT a partir de 14/3/2015, A PEDIDO.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 14/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

**PORTARIA 950 DE 12 DE MARÇO DE 2015
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR, pelo Processo Seletivo 005/2014, a senhora Rosiane Domiciano Serafim para exercer a função de Arte Educador de Artes Plásticas, com 40 horas semanais, no período de 11/3/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 9 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 9 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

**PORTARIA 1065 DE 19 DE MARÇO DE 2015
EXONERA, A PEDIDO, SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são

conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR, A PEDIDO, o servidor Valdir Antônio da Costa da função de Vigia ACT a partir de 19/3/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

**PORTARIA 1111 DE 23 DE MARÇO DE 2015
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR, através do Processo Seletivo 005/2014, a senhora Berenice Valença Vianna para a função de Arte Educador de Balé no período de 23/3/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

PORTARIA 1142 DE 24 DE MARÇO DE 2015

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Ângela do Carmo Pereira Iegli da função de Agente Comunitária de Saúde ESF a partir de 8/4/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1143 DE 24 DE MARÇO DE 2015**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Kelly Silva da Rosa da função de Agente Comunitária de Saúde ESF a partir de 9/4/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 9/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1144 DE 24 DE MARÇO DE 2015**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Vilmara Rocha dos Santos da função de Enfermeira ACT a partir de 22/4/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 22/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA 1145 DE 24 DE MARÇO DE 2015**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Rebeca Maiolino Pedro da função de Médico ESF a partir de 18/4/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 18/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de março de março de 2015.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1173 DE 30 DE MARÇO DE 2015
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 o senhor Evandro Luiz Ignácio Júnior para exercer a função de Arte Educador de Circo, com 40 horas semanais, no período de 26/3/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 30 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de março de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1293 DE 10 DE ABRIL DE 2015
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 o senhor Evandro Luiz Ignácio Júnior para exercer a função de Arte Educador de Circo, com 40 horas semanais, no período de 26/3/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 26/3/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1294 DE 10 DE ABRIL DE 2015
CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 003/2013 o senhor Jan Pierre Henckel para exercer a função de Leiturista ACT no período de 8/4/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA 1299 DE 10 DE ABRIL DE 2015
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 a senhora Ana Paula Knak para exercer a função de Agente de Serviços Gerais

ACT no período de 9/4/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 9/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 10 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1488 DE 4 DE MAIO DE 2015
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 a senhora Mariellen Araldi para exercer a função de Farmacêutica ACT com 40 horas semanais no período de 29/4/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 29/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1563 DE 18 DE MAIO DE 2015
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com

a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 a senhora Cintia Maria Zerger para exercer a função de Enfermeira ACT com 40 horas semanais no período de 11/5/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 11/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1564 DE 18 DE MAIO DE 2015
CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I CONTRATAR através do Processo Seletivo 005/2014 a senhora Flávia Carvalho Gonçalves para exercer a função de Odontóloga ESF ACT com 40 horas semanais no período de 18/5/2015 a 30/6/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1604 DE 29 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Andrea Eloise Daniel Pinho de Souza da função de Agente Comunitária de Saúde ACT com 40 horas semanais a partir do dia 3/5/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 3/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emilio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA 1605 DE 29 DE MAIO DE 2015
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

RESOLVE:

I EXONERAR a servidora Heloisa de Souza Garcia da função de Agente Comunitária de Saúde ACT com 40 horas semanais a partir do dia 23/5/2015.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 23/5/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE MAIO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de maio de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 24/2015**

PORTARIA No 24/2015

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 001/2015.

A Senhora Presidente da Câmara de Vereadores, Vereadora Norma Espíndola por força do estabelecido no ar. 38, XXIX do Regimento Interno:

Resolve:

Art. 1º PRORROGAR por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa nº001/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Navegantes, 29 de maio de 2015.

Norma Espíndola

Presidente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**PORTARIA N º 026 DE 03 DE JUNHO DE 2015**

PORTARIA N º 026 DE 03 DE JUNHO DE 2015.

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, EM CARÁTER PROPORCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6-A da EC nº 41/2003 redação da EC nº 70/2012, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal n.º 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício Aposentadoria por Invalidez a servidora NEUMARA ROMÃO DOS SANTOS, portadora da cédula de identidade n.º 1.800.551, inscrita no CPF sob o n.º 486.392.819-04, e PIS/PASEP nº 170.48372.36.0, efetiva no cargo de PROFESSORA, lotada no ENSINO FUNDAMENTAL EFETIVO, com proventos PROPORCIONAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo n.º 2015.03.00147, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 03 DE JUNHO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza Jan Ullrich

PREFEITO DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 03 de Junho de 2015.

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 072/2015

CONTRATO Nº 072/2015

Origem: Processo Nº 055/2015 – Pregão Presencial nº 036/2015.
Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Endereço: Rua Nereu Ramos, 164, Centro, 88270-000, CNPJ Nº 08.858.200/0001-91. Contratada: HC ALECRIM DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ sob o número 12.028.801/0001-44, estabelecida na Rua Coronel Procópio Gomes, nº 1351, Sala 01, Bairro Bucarein, cidade de Joinville/SC. Objeto do Contrato: Aquisição parcelada de enxoval (material de cama e banho) para utilização no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição – HIC de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes no anexo I do edital. O valor total estimado é de R\$ 13.207,00 (Treze mil duzentos e sete reais). Vigência: 01/06/2015 à 31/12/2015.

Nova Trento, 01 de junho de 2015.
MAXILIANO DE OLIVEIRA
Secretário de Saúde

DECRETO Nº 088/2015 - CONVOCA APROVADOS EM CHAMAMENTO PÚBLICO 011/2015

DECRETO nº 088/2015

convoca os CLASSIFICADOS no CHAMAMENTO PÚBLICO 011/2015, que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto ao setor de recursos humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes: DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem junto ao Setor de Recursos Humanos, do dia 03 de junho de 2015, munidos da documentação abaixo relacionada, observado o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4;

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa (retirar no setor de Recursos Humanos);

XIV - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum (retirar no setor de Recursos

Humanos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 02 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 088/2015)

CARGO: VIGIA

CLASS.	NOME COMPLETO
01	Elcio Giacomelli

PORTARIA Nº 489/2015

PORTARIA Nº 489/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 010/2015, de 19/05/2015, convocado conforme Decreto nº 080/2015, ALDORI DA SILVA, matrícula nº 6698, para exercer o cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário (Ambulância Aguti), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 22 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 003/2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 22 de maio de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 22 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em

exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/n, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor ALDORI DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Est. Geral Aguti, Bairro Aguti, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 907.461.989-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário (Ambulância Aguti), do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de maio de 2015 até a nomeação do Concurso Público nº 003/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de maio de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi Aldori da Silva
Prefeito Municipal, em exercício. Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 491/2015

PORTARIA Nº 491/ 2015

Prorroga Portaria

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 346/2015, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 005/2015, de 12/03/2015, Decreto de Convocação nº 046/2015, MARCOS DE AGUILAR PEREIRA, matrícula nº 6670, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 22 de maio de 2015 até a realização de Processo Seletivo, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de maio de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, 25 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em exercício, JOSEMAR GUILHERME FRANZOI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 646.832.739-34, RG nº 1607573, residente e domiciliado na Rua Brusque, s/n, Bairro Morro da Onça, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor MARCOS DE AGUILAR PEREIRA,

brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 266, nº 170, Município de Itapema, portador do CPF nº 002.237.370-54, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 69,12 (sessenta e nove reais e doze centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 22 de maio de 2015 até a realização de Processo Seletivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de maio de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi
Prefeito Municipal, em exercício.

Marcos de Aguiar Pereira
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 22 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 499/2015

PORTARIA Nº 499/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Licença Prêmio

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 102 e 103, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de Licença Prêmio em dinheiro, no mês de Maio/2015, à Servidora Pública Municipal MARIA GORETTI DEMONTI DE SOUZA, matrícula nº 69, concursada, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, relativo ao período aquisitivo de 31/10/2009 a 30/10/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de maio de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 25 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 503/2015

PORTARIA Nº 503/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os itens I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, no mês de Maio/2015, à Servidora Pública Municipal CELINA BUTTCHEWITZ, matrícula nº 131, concursada, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, relativo ao período aquisitivo de 02/04/2014 a 01/04/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de maio de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de maio de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2015

HOMOLOGAÇÃO: 01/06/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de enxoval (material de cama e banho) para utilização no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição – HIC de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes no anexo I, que fica fazendo parte integrante deste edital.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

HC ALECRIM DISTRIBUIDORA LTDA ME (CNPJ nº 12.028.801/0001-44) – Valor Total R\$ 13.207,00 (Treze mil duzentos e sete reais);

Nova Trento/SC, 01 de junho de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

CLASSIFICAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO 011/2015**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO****CHAMAMENTO PÚBLICO 011/2015**

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER** que a Classificação do Chamamento Público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

CARGO: VIGIA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEL.	NOTA FINAL
01	Elcio Giacomelli	24/10/1965	0,00	4,00	4,00

CARGO: MÉDICO GINECOLOGISTA NASF

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TÍTULOS	NOTA CAP. E APERFEL.	NOTA FINAL
-	-	-	-	-	-

NÃO HOUVE INSCRITOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- d) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 01 de junho de 2015.

Miliani Piffer Mazzola
Diretora de Recursos Humanos

CNPJ 82.925.025/0001-60
Rua Santo Inácio, 126 - Praça Del Comune - Centro - Nova Trento - 88.270-000
Fone: (48) 3267.3200 - Fax: (48) 3267.3230 - www.novatrento.sc.gov.br

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA Nº 012 AO CA Nº 061/2013 - CAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 012 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME

Valor : R\$ 2.030,51 (Dois mil e trinta reais e cinquenta um centavos)

Vigência : Início: 02/06/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013

Recursos : 40.01-042-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-110 – Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-043-12.361.0005-2.012.3.3.90.00 – 116-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-044-12.361.0005-2.012.3.3.90.00 – 130-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental; 40.01-045-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-134 - Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental;

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste no acréscimo da quilometragem diária dos itinerários constantes dos itens 15, 16 e 17 e supressão da quilometragem diária do itinerário constante do item 11, relacionados na CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Contratação de empresas prestadoras de serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, referente o ano letivo de 2015 - Contrato Administrativo Nº 061 de 12 de Agosto de 2013, do Processo Licitatório Nº 054/2013 – Pregão Presencial Nº 013/2013.

Novo Horizonte/SC, em 01 de Junho de 2015-Eli Mariott – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

EDITAIS DE CHAMAMENTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014, mediante o qual fica CONVOCADO(a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 003/2014, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 003/2014 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 003/2014, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
RUBIA FERNANDES BORGES	AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	40 h

Orleans, 02 de junho de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015, mediante o qual fica CONVOCADO (a), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo nº 003/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Processo Seletivo nº 003/2015 (disponível no sitio eletrônico: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Processo Seletivo nº 003/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
HENRIQUE DEBIASI PISONI	MEDICO VETERINÁRIO	20 h

Orleans, 02 de junho de 2015.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Ouro

PREFEITURA

EXTRATOS - CONTRATOS 2015

PROCESSO LICITATÓRIO N 027/2015

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2015

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 0004/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: DISTRIBUIDORA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA – ME

Objeto: Prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bombas e bicos e estofaria e tapeçaria.

Vigência: 11/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 68.995,00 (sessenta e oito mil novecentos e noventa e cinco reais).

Data de assinatura: 11/05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N 027/2015

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2015

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 0005/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MECÂNICA DAMTIZA LTDA - ME

Objeto: Prestação de serviços de manutenção mecânica, funilaria, pintura, eletricidade, bombas e bicos e estofaria e tapeçaria.

Vigência: 11/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 122.638,50 (cento e vinte e dois mil seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

Data de assinatura: 11/05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 028/2015

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0015/2015

CONTRATO Nº 047/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA.

Objeto: Materiais e insumos para pacientes diabéticos

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 15.662,50 (quinze mil e seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0029/2015

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0016/2015

CONTRATO Nº 037/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: Materiais e insumos odontológicos

Vigência: 14/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 8.063,16 (oito mil e sessenta e três reais e dezesseis centavos)

Data de assinatura: 14/05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0029/2015

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0016/2015

CONTRATO Nº 038/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: VANUSA DIAS EIRELI EPP

Objeto: Materiais e insumos odontológicos

Vigência: 14/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 8.418,30 (oito mil e quatrocentos e dezoito reais e trinta centavos)

Data de assinatura: 14/05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0029/2015

MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0016/2015

CONTRATO Nº 039/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA - EPP

Objeto: Materiais e insumos odontológicos

Vigência: 14/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: 7.709,11 (sete mil e setecentos e nove reais e onze centavos).

Data de assinatura: 14/05/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0018/2015

CONTRATO Nº 040/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: FISIOATIVA CENTRO REABILITACAO LTDA – ME

Objeto: contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fisioterapia neurológica.

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 1.279,60 (UM MIL DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SESSENTA CENTAVOS).

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0018/2015

CONTRATO Nº 041/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: FABIANE TESSARO ME

Objeto: contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fisioterapia domiciliar

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 1.479,60 (um mil quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos)

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0031/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0018/2015

CONTRATO Nº 042/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: KIDAUANA LEORATO ANTUNES EIRELI - ME

Objeto: contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de fisioterapia clínica.

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 1.279,60 (um mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2015

CONTRATO Nº 043/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MERCADO MUNARI LTDA – ME

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e alimentícios.

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: 1.263,92 (um mil duzentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos).

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2015

CONTRATO Nº 044/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e alimentícios.

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 4.594,87 (quatro mil e quinhentos e noventa e quatro reais e sete centavos).

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2015

CONTRATO Nº 045/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e alimentícios.

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 553,10 (quinhentos e cinquenta e três reais e dez centavos).

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 0019/2015

CONTRATO Nº 046/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Objeto: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e alimentícios.

Vigência: 18/05/2015 até 31/12/2015

Valor total: R\$ 842,29 (oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e nove centavos).

Data de assinatura: 18/05/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 035/2015,

PREGÃO PRESENCIAL N. 0022/2015

CONTRATO Nº 048/2015

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MOTOCENTER COMÉRCIO DE MOTOCICLETAS LTDA

Objeto: Aquisição de uma motocicleta,

Vigência: A vigência do contrato se inicia na sua assinatura vigorará até o final da garantia.

Valor total: R\$ 16.300,00 (dezesseis mil e trezentos reais).

Data de assinatura: 28/05/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015 - PREGÃO Nº 023/2015

MUNICÍPIO DE OURO / SC

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 0001/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 22/06/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n. 0037/2015 na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços De Engenharia Nº 0001/2015, tipo menor preço global, sob regime de execução parcelada. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para realização de obra e serviços de engenharia, para ampliação e reforma do Centro de Educação Infantil Pedacinho do Céu, com fornecimento de materiais e mão de obra, tudo conforme constante no memorial descritivo e especificações técnicas que compõem o anexo I e seus Itens. Pedidos do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 02/06/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE OURO / SC

Pregão Presencial nº. 0023/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 18/06/2015, às 14hs, o Processo Licitatório n.0040/2015, na modalidade Pregão Presencial nº. 0023/2015, tipo menor preço por item, sob regime de execução parcelada. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em assessoria e consultoria em gestão de saúde pública à Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo os serviços descritos no anexo I do edital. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-1300. Município de Ouro, SC, 27/05/2015. Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO (DEFERIDOS) PROCESSO 001/2015 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE SAÚDE

Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1718 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.saudepalhoca.sc.gov.br

A Comissão Permanente de Concurso Público e Processos Seletivos, juntamente com o Secretário Municipal de Saúde, HOMOLOGAM e Tornam Públicas as inscrições DEFERIDAS referentes ao Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, para contratação temporária de profissionais, abaixo descritos, na Secretaria Municipal de Saúde.

HOMOLOGADOS (DEFERIDOS)

Enfermeiro 40 Horas

CANDIDATOS
ADRIANA ANTONIA DA SILVA
ADRIANA MENON COELHO
ALESSANDRA BITTENCOURT P. DOS SANTOS
ANA PAULA FALACIO
ANGELITTA MOTTA DA SILVA
ANTÔNIO JOSÉ ALBINO
BENONI SIDINEI BRIZOLLA
CAMILA CAYCEDO ARRUDA
CAROLINA CANO DA COSTA STELLE
CICERO JOÃO DE ARAUJO
CLAUDIA CRISTINE HASSE
DAIANY PIANEZZER DE SOUZA
DANIELA GUTIHÁ KRETZER
DANIELA VINATTI FERREIRA
ELISANGELA GONÇALVES RIBEIRO
ELOISE BRUNING DOS SANTOS
FABIANE MENDES DE MELO
FERNANDA AGAPITO PASSARO WILMER
GIANA FREIRE BERTOLDO
GLEICE RIBEIRO MEDEIROS CAVALCANTI
ILDEFONSO CESAR MARTINS
JANDIRA ALVES DA INHAIA DEBONA
JOICE RAFAELA MAYER
JOSILENE ROSELI BERNARDO
KARINA LEMOS TERRA
KAROLINE FAUSTINO DA MOTA
LAILA CRESPO DRAGO
LAISA MASSARRA D ALMEIDA
LARISSA GRACIELE DE OLIVEIRA DE CARVALHO
LETICIA LOPES BATTISTOTTI
LEUDES BIANCHI
LUCIA HELENA VICTORINO DA SILVA
MARLEN SALIB DE SOUZA GONÇALVES
MESSIAS MAX MALAGOLI DA ROSA
MICHELLE AMARAL DE SOUZA
MONICA BORELLI AMOROSO
MORGANA PAMPLONA
PAMELLA PRISCILLA DA SIVA RANGEL
RAQUEL CHAGAS DA SILVA

SARA DALLA LANA
SILVIA SILVANO
XÊNIA PAULA MARTINS PAMATO

ENFERMEIRO 30 HORAS

CANDIDATOS
ADENILDA KUHL
ALINE DOS SANTOS FERNANDES DE OLIVEIRA
ALINE ROZELI BARBOSA
ANA PAULA DE MORAES SOARES
ANA PAULA RAMOS
ANDREA PATRÍCIA ALVES
ANDREZA SILVA VIEIRA
ANNE CRISTINA NANDI
BRUNA DA SILVA
BRUNO PEREIRA DAL PAZ
CAMILA BELTRAME BAGIO
CAROLINI PIOVESAN
CÁTIA WONDRAECK KUHN
CIBELE D AVILA KRAMER CAVALCANTI
CLAUDIO LUIS CAMPOS JUNIOR
DIEGO DANTON CARLOS DE CARVALHO
EMANUELLY M. DOS SANTOS MARIANO
FABIANA ARALDI
FERNANDA BOENG NIENKOETTER
FRANCIELLE FIDELIS DA ROSA
GISELE FRANCISCA DE SOUZA
GLADIS ELISA BECKER
GRAZIELI DE QUADROS
JANAINA DA SILVA VASCO
KARLA CHRISTINE FRANCISCO
KELLEN ELISA FAPPI
LEONARDO KRETZER
LUCIANE STEIBACH
MARIA CRISTINA GOULART
MICHELE AMARAL DE SOUZA
MICHELE ARIANA DA SILVA
PATRICIA DE MEDEIROS FERREIRA
RENAN DE SOUZA
ROBERTA CRISTINA P. CORREA DOS SANTOS
ROSANGELA TEREZINHA HORSTMANN ALVES
SILVIA AZIR FLORENCIO DA SILVA
SUSANA MARIA GONZAGA
TATIANE PACHECO
TATIANI CRISTINA ALVES
THAYSE APARECIDA PASSOS
THOMAS GOES SCHEFFMACHER
VALDECIR AVILA DIAS

FARMACÊUTICO 40 HORAS

CANDIDATOS
ALECKSSANDRA BECKER
ANA DENISE KIRST
CYNTHIA SIMÕES DA SILVA
JAMILA ANGELA DA SILVA
JANAINA MARA VIEIRA COSTA
JULIA FURLANETTO BEVILAQUA
JULIANA COUTINHO MACHADO

KATIA DE ALMEIDA COELHO
KATIUCE ALVES DE CASTRO
LIAMARA LEZAN
MAURICIO GUERRA ALVES
NEUZI PORTO DA CUNHA
SIMONE GOMES FERREIRA
TATIANA DA ROSA GUIMARAES MACIEL

FARMACÊUTICO 30 HORAS

CANDIDATOS
ADRIANA BECKER
ANA CAROLINA GIACOMOLLI
ANDREIA VALTER
CAROLINE DE LIMA
DIOVÃ ELIDIA M. DE CAMPOS
ESTEFANI ALVES
FABIANA CRISTINA BIAZUS
FRANCISCO EDUARDO MONTEIRO COUSSEU
GISELLI CRISTINA KUHN ROSA
GRAZIELLE MARGARIDA SANTOS
KARINE CACHOEIRA RODRIGUES
MARCELLA DE ARAUJO P. DA SILVA
MARIA HELENA DA SILVA BERNADO
SAIONARA FIGUEIREDO DOS SANTOS
WAGNER SOUTO PEREIRA
ZULMA RAQUEL VAZ

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS

CANDIDATOS
ADRIANA DA SILVA MENDES
ALEX SANDRA DA ROSA
ALINE FABIANE DE LIMA
ALTAIR DA SILVA
ANA CRISTINA DE SOUZA
ANA CRISTINA SILVERIO COELHO
ANA LUCIA RAMOS
ANA PAULA DE FREITAS
ANDRE LUIZ ROCHA DE AZAMBUJA
ANDREIA CRISTINA DA SILVA
ANDREZZA C. D. DE OLIVEIRA E SILVA
ANELISE KATZINSKY GUIMARÃES
ARIANA LUCIA DE BORBA
ARIANA VIEIRA RAMOS
ARIANE CARLA ADRIANO MAFRA
BIANCA MELO NUERNBERG
BRUNA ANGELA LEAL
BRUNA SUELY SILVA
CAMILA DOS SANTOS
CARINA DA SILVA
CAROLINA SARA SILVA
CATIA ZANATTA
CLAUDIO CESAR CABRAL
CLECILDE MEDEIROS DA ROSA AMARO
CRISTIAN LOPEZ QUIRÓS
CRISTIAN LUIS VIEIRA
DAIANE DA SILVA DAMAZIO
DAKINE DE MEDEIROS SOUZA
DANIEL KUHN PEREIRA
DANIELA FARIAS SCHIONATO VEZONI
DANIELA FERREIRA DA SILVA
DANIELA PROENÇO
DANIELE FERRAZ FRANCISCHET
DANIELE MARTINS DA ROSA
DANIELLY ANDREIA WURZLER

DANIELY FREITAS DE BONA
DEBORA REGINA DA SILVA
DEISY DA SILVA WINTER
EDUARDO ESPINDOLA BITTENCOURT
EDVALDO SANDRIN MACIEL FREITAS
ESTER ANGELA LEAL
FERNANDA CONRADO
FERNANDA DE ESPINDOLA
FRANCIELLE MARIA MOREIRA
GABRIEL SILVEIRA PEREIRA
GABRIELA DA SILVA KALMANN
GABRIELA WUNDERVALD KOERICH
GESSICA LOURDES DA SILVA
GISELI CRISTINA MERIZE
GUSTAVO DA SILVA
HELENA JACQUELINE ROSA RECH
HUGO DA COSTA VERGINIO
ISMAEL MENEGARO DE VARGAS
IVONE DE ARAUJO
JACKSON FILIPE DE ABREU
JANDERSON JAIME VENTURI
JANICE ASSING
JANINE DA SILVA
JERÔNIMO SANTOS MARCELINO
JESANA DA ROSA LAZZARETTI
JESSICA CRISTINA DA COSTA
JESSICA FERNANDES GUAREZI
JESSICA REGIS COUTO
JESSICA TAINARA DA SILVA
JOANA LIMA SANTANA
JULIA BACKES BIRK
JULIANA IZABEL DA SILVA
JULIANA MARIA DA SIVA SILVINO
KAREN ELAINE COSTA VIEIRA
KARLA FERNANDA SILVEIRA
KEROLYN DA SILVA
LAIS PAMELA DE SOUZA
LARISSA VOLTOLINI NUNES
LENIO MAURO DE SOUZA
LEONARDO DE JESUS
LIDIANE ORETE DOS SANTOS
LUANE MACHADO
LUIZ CARLOS MARTINS JUNIOR
LUIZ HENRIQUE DE SOUZA
MAGDA REGINA VIEIRA
MARIA DA GLORIA PINHEIRO MARTINS
MARIA EDUARDA DE MELLO DA SILVA
MARIANA PAULA RAMOS
MARTA ALTIVA DO NASCIMENTO CORREA
MARYLIN BOCK TAVARES DA SILVA
MAYARA DE OLIVEIRA NUNES
MAYTE ARIANA DA SILVA
MESSIAS LISBOA
MICHELLE DE SOUZA
MICHELLE LUISA TEIXEIRA
MIGUEL JOÃO FERREIRA
MIKAELLY XAVIER
MILENE DE FATIMA DA SILVA
MIRIAM CAMPOS DA SILVEIRA
NEDINA TEREZINHA FERNANDES
NICOLE CORREA DA SILVA
PATRICIA BLEYA SANT'ANA MELLO
RAFAELA RODRIGUES DE LIMA
RANGEL HOFFMANN

RENATA PATRICIO DOS SANTOS
RINLDO LUIS DOS SANTOS
RITA DE CASSIA MELO MACEDO
ROSANA LEAL COELHO
SABRINA FORMEHL
SILVIA COSTA MACHADO
SILVIA DE CASTRO RIBEIRO
SIMONI CRISTINA DE SOUZA
TACIANA VIDAL CARVALHO
TAINARA ESPINDULA JUTTEL
TAMARA ZENILDA DIAS
TAMIRES COELHO
TATIANE APARECIDA BATISTA
TEREZINHA MARIA DA ROSA RODRIGUES
THAIZI CRISTINA AZEVEDO
THAMIRIS BEATRIZ HAMES
THIANNE VIEIRA GENEROSO
VALMIRIAN DE MIRANDA GOMES
VIVIANE RICHARTZ
VIVIANE SILVA FRANÇA DE SOUZA ARAUJO

FISIOTERAPEUTA

CANDIDATOS
ALEXANDRE KRETZER E CASTRO DE AZEVEDO
ANA PAULA FERNANDES MARTINS
CRISTINE MATOS BENEDET
DANIEL GOMES ARANTES
DAYANA DE ABREU
DAYANA OLIVEIRA CORDEIRO
DEIWID BULIN FRAGA
ELIZABETE FARIAS
ERONILDA MAXIMIANO CACHOEIRA CAMINHA
FERNANDA MATOS WEBER
FLAVIANA CRISTINA D'AGOSTINI MINELA
FRANCIANE WESSNER PADILHA BUCH
GABRIEL D'OLIVEIRA DA SILVA
IASMIN SONTAG
IVANNA FEIJO AVILA RIBEIRO
JHONATAN ZIMMERMANN ANTONIO
KARINE JONES DOS SANTOS
KLEBER CEBALLOS VILELA
LUCIANA LISBOA LIMEIRA
LUIS ROGERIO SALDANHA
MARIANA PRAVATTO ANZOATEGUI
MAYA CIANA PEDEMONTE
MAYCKON DA SILVA PEREIRA
MAYNARA PATRICIO
MICHELE CRISTINA MELO
RAYSSA PAIVA BARBOSA
SAMANTA KAREN PRUDÊNCIO BACK
SANDRA POLICARPO SARTOR

ODONTOLOGO 40 HORAS

CANDIDATOS
ANALU DE SOUZA
BIANCA VASCONCELLOS
FERNANDA MARIA DOS SANTOS
GUSTAVO ZANELLA
JOAO ROMULO DE AZEVEDO PHILLPPI
LETICIA DORS BERTO
REGIS FERNANDO DUMKE
THAMARA SORAYA STOLF

VIGIA

CANDIDATOS
ADÃO PEREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
CARLOS EDUARDO BELTRANO DOS SANTOS
CARLOS VINICIUS SILVA GOMES
FABRICIO ALEX NASCIMENTO
FERNANDO DE SOUZA
JEFERSON DALIRIO GONÇALVES
JOANES DA SILVA
JULIANO HOUDINE CARDOSO REGIS
KLEBER PEREIRA
MOISES MARIO DE OLIVEIRA
PATRICK SUCUPIRA
RENATO HOFFMANN
ROBSON CLEITON DE SOUSA
ROBSON VIRISSIMO
ROGERIO JOSE SANTANA FILHO
RONALDO RODRIGUES
SANDRA MARGARIDA MONTEIRO MENEGHELLI
THIAGO GOMES PORMANN

VETERINÁRIO

CANDIDATOS
AYSLA M. BAIÃO MATSUMOTO
ELESSANDRE CASSIO ASCARI
FABRICIO LEOCINIO DA SILVA
FELIPE GOULARTE
IEDA MARIA HOLETE
JULIANA MARTINS
MONIQUE ALVIM BARROSO
OTAVIA DORIGON
SABRINA MARTINS LEONARDI
TAMISA RODRIGUES UNIZ DA ROSA

ODONTOLOGO 30 HORAS

CANDIDATOS
ANA CAROLINA DA SILVA RODRIGUES VIEIRA
BIANCA CARLA BIANCO
CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA
DANIEL PAMATO JUNIOR
FELIPE JOSE DIAS MENDES

MÉDICO GINECOLOGISTA 10 HORAS

CANDIDATOS
EVANDRO VANTI GONÇALVES
LEANDRO RIMOLO OSORIO

MÉDICO OFTALMOLOGISTA

CANDIDATO
CLAUDIA CRISTINA GOMES DE O. DIAS

MÉDICO PEDIATRA

CANDIDATOS
MERCEDES PAOLA MARTEL TARAZONA

NUTRICIONISTA

CANDIDATOS
AMANUELA MIRIAN DE BRITO MARQUES
ANDREIA DE BRITO FERNANDES VIEIRA
ANTONIO HUMBERTO BOEING
CAMILA SOUSA AVILA
CAROLINA CARNEIRO FREIRE
DAIANA PAULA DA SILVA
ELISA DE ESPINDOLA
FABIANA MARIA BARBATO

FERNANDA OLIVEIRA DE ALMEIDA
JANAINA DA SILVA DALMORO
JULIANA KARINE ROSA SCHLOESSER
KARLA ETYANE DE SOUZA
KAROLINI WAGNER
KENYA CAROLINE CURCIO
MARIANE KUTER
MARLI MARKUS
MARY LUCY FADUL CORREA ALVES
MONYA NASCIMENTO DOS ANJOS
RAFAELA CARDOSO DA SILVA
RUBIANE DE FREITAS SOARES
SHEILA BENETT RIBEIRO
STEPHANIE PROCKMANN
VALDIRENE NEGRI TOIGO
VIVIAN BRAZ VIEIRA

PSICOLOGO 30 HORAS

CANDIDATOS
ADRIANA KUHNEN LEHMKUHL
ANA BORGES FRANÇA
ANA LUISA REMOR DA SILVA
ANA VALQUIRIA CALIXTO
ANELISE DIAS OSSEYRAN
ANGELA BORITTYÇA SILVA
ANGELITA SILVA
AQUILA SONIA DA SILVA
BARBARA LOBO KOERICH
CAMILA CASSIO SCHUTZ
CAMILE CARDOSO FABRE
CAROLINA SOARES
CIDIANE ROBERTA MARTINHO LOFI
CLARICE KERN RUARO
CRISTIANE HAMMES
DANIELE LINKE FORTES
ELAINE DA SILVEIRA
ELIANE ELIAS
ELIZETE BRANGA
FLAVIA RODRIGUES NAPOLEÃO
GABRIELA GOES
GRAZIELA BION
GRAZIELE KAROLINA SOUZA
JULIANA ALMEIDA
JULIANA MACIEL MOTTA
JULIANA VANDRESEN LOBO
KARINA FILOMENO
KAROLINA COSTA RAFFS
LUCAS AURELIO DE OLIVEIRA
MARIA IZABEL SOUZA
MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA
MARIA TAIS DE MELO
MAYARA DE OLIVEIRA BASTOS
MICHELLE ELIAS SIQUEIRA
NEOMAR NARCISO BORGES CESAR JUNIOR
PATRICIA CORREA LIMA VIEIRA
SABRINA ZAFFARI FARIAS
SAMANTA CONCEIÇÃO OTERO
SUELEN LAZARETTI
TAINA WANDELLI BRAGA
THAIS LEOCIDES DE SOUZA VICENTE
TYHAIS DUTRA ALVES FENNER
VAGNER NISHIMURA
VANESSA SOARES

PSICOLOGO 40 HORAS

CANDIDATOS
ALINE ALEXANDRA CHARÃO RECHINI
ALINE ALFLEN SCHMITT
ANDREIA COLOMBO
BARBARA ALMEIDA DA SILVA
BIANCA SPINDOLA PEREIRA
BRUNA CAVION CASTRO
BRUNA FEIJO
CAROLINE NEUBUSER ROCHA
CELIA RAQUEL TOLEDO
CLEILSON COSTA DA SILVA
ELIANE APARECIDA ABREU SILVEIRA
FERNANDA PERES
FERNANDA PRAVATO DA SILVA
FRANCIELI FERNANDA TREMEA
FRANCYNE DAS NEVES
HAMILTON BRIGNOL VAS BARRETO
JACQUELINE RAMOS
JESSICA THAISE MOTTA
JULIANA NASCIMENTO DE LIMA
JULIANA SOUZA FELIPE
KARLA ELIZABETH CASTILLO FLORES
LAURA DETONI QUEIROZ
LUANA ANTUNES
LUCAS AURELIO DE OLIVEIRA
MAIRA MARINA MARTINS GODINHO
MARIANA EFFTING DE SOUSA
MICHELI CRISTINA VENTURIN BASSO
NALU MARIA BITTENCOURT BARREIROS FREIRE
NATHLIE CUNHA DIAS
SARA APOLYANA DE CARVALHO SILVA
TAIS AZAMBUJA ALVES DE LIMA
TIELLY ROSADO MADERS

SOCORRISTA

CANDIDATOS
BRUNO OURIQUES DE ANDRADE
FILIPE DEVALDO DE SOUZA
MARCOS JOSE JEREMIS DA SILVEIRA

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD) 40 HORAS:

CANDIDATO
ALINE DA ROSA
ARIADNE MULLER FURQUIM
CRISTIANE LOPES
TUANY SCHMITT DA SILVA

MÉDICO ESF 40 HORAS:

CANDIDATO
ANDRE HENRIQUES CHAGAS
BÁRBARA DOS SANTOS SAKR
CAROLINA DA MATTA SKEPIS
CIBELE DE OLIVEIRA FRANÇA
CLAUDIA NAMI YODA
CRISTIANE MIGNOT MEYER
DIEGO OLIVEIRA DE MENDONÇA
DIOGO VIEIRA
EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO
FERNANDA DE AZEVEDO ODY
GABRIELA ROUSSENQ STOPAZZOLLI
GUSTAVO BITENCOURT WERNER
HERON FELICIO PEREIRA
KIM MARIANO DE SOUZA

LAURIANA CAMPOS DE BEM
 LEANDRO RIMOLO OSORIO
 LEONARDO CAMPOS GOMES
 LETICIA FALQUETO
 LETICIA SCHAEFER
 MARIA ELISA DA SILVA OLIVEIRA
 MARIANA MARA IGNACIO PACHECO LEME
 MARIO MARQUES
 NARJARA NAOMI BONISSONI IZUMI
 ORLANDO DOS SANTOS SILVA
 RAPHAEL DE OLIVEIRA SILVEIRA FERREIRA
 RAQUEL FERREIRA JOSE
 SEBASTIAN GABRIEL PERAZOLO PERA
 THEREZA CRISTINA PANTOJA TELLES DE MENEZES

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CANDIDATOS
 ALINI DA SILVA
 ALINI NUNES CORDOVA
 AMANDA RICCI REGIS
 ANA CAROLINA LESSA VIEIRA
 ANA ELENITA BORGES
 ARYANE CORDOVA SOUZA
 CAMILA SOARES
 CARLOS EDUARDO DE SOUZA
 CLEITON RAFAEL ABREU
 DEBORA JULIA DE SOUZA
 ELIETE ACORDI
 ELIETE NADIR ESPÍNDOLA
 ELISANGELA SCHNEIDER
 ELIZABETE ZIMMERMANN
 FABIANA ROGERIA PORTO SEEMANN
 FERNANDA ESPINDOLA DE ANDRADE
 FERNANDA MACHADO
 FERNANDA SALUM CORREA
 FRANCIÉLE CARDOZO RODRIGUES
 FRANCIELLE DOS SANTOS
 GABRIELA CARDOSO BASCHIROTO
 GABRIELA CARDOSO FLORES
 GABRIELA DEL CISTIA
 GABRIELA MARIA COELHO
 GEOVANA GARCIA CAMPOS
 GRAZIELA CATARINA MACHADO
 GRAZIELA FLONISIA SCHUTZ
 GRAZIELI HASSE TENFFEN DE SOUSA
 IEDA MARIA DE VARGAS
 ISABEL CRISTINA SERAFIM
 ISaura MORAES PESSOA
 JANE FRANCISCA TIBRE
 JANE MARIA DA SILVA
 KAMYLIA CRISTINA CAMPOS DA SILVEIRA
 KATTIMAGADA AZEVEDO JEREMIAS
 LEONARDO BESERRA DA SILVA
 LUANA DE MELO
 LUCIANA LUCAS JANSEN
 LUCIANA SOUZA DA SILVA
 MARIA IRENE DEFRAYN
 MARIANA MELLO
 MARILENE GRASIELA DOMINGOS
 MARISA CAPRARO
 MICHELI MARILU DE SOUZA SCHMITZ
 MIRELA ANGELA COELHO
 MONIK DA SILVEIRA
 NAIR APARECIDA DE AGUIAR JAQUES

PATRICIA CHAVES CASAGRANDE DA SILVA
 RAQUEL NUNES CORDEIRO
 ROSANGELA MARIA DA SILVA
 ROSELI CORREA DE MACEDO
 ROSEMERI CARVALHO
 ROSENI MEDEIROS
 SCHEILA MEIRA LOPES
 SIDNEA DE SOUSA OLIVEIRA
 SILVANA DE FARIAS
 SILVANA RODRIGUES COELHO DE SOUZA
 SIMONE ARCELINA DA SILVA MARTINS
 SOELI FELISBINO RODRIGUES
 SOLANGE TEREZINHA DA SILVA
 SUZANA CANDEIA
 SUZANA PEREIRA DA CRUZ
 TATIANA DE BORBA
 THAYS DA SILVA
 THIAGO FRANCISCO DE OLIVEIRA
 VANESSA FIENGO
 VOLNEI MORAIS COSTURINO

ASSISTENTE SOCIAL

CANDIDATOS
 ADRIANA ZILDA DA SILVA
 ANA CAROLINA MAIOR GARCIA
 ANA CRISTINA RAIMUNDO KRUSCINSKI
 ANA PAULA BARCELOS
 ANDREA DA COSTA SANTOS
 ANDREIA SOARES PEREIRA
 ANDREZA MARIA DO CARMO
 ARIANA JULIA MAFRA
 BARBARA CIDRAL DE SOUZA
 BIA CRUZ FREITAS
 BIBIANA ANTUNES GONZALEZ
 CAMILA CRISTINA PEREIRA
 CARLA AUGUSTA DE ALMEIDA WEINGARTNER
 CELIA REGINA MORAIS BETIOLO
 CRISTINA BLEICHVEL COSTA
 DAIANE ROCHA
 DEBORA CRISTINA DA SILVA
 DEBORA LIS TREBIEN
 DEYSE FRANCOISE ESTEVAO FAGAH
 DJONATTAN PALHANO DA SILVA
 ELENICE CRISTIANI HINGHAUS PSCHIEDT
 ELIANE PAIS
 EMMANUELA NADIR FELIPE DA SILVA
 FABIANA BORGES ROLLIN
 FABIANA MARIA DOS REIS
 FLAVIA REGINA GOMES THEISEN
 FRANCISCA ANGELICA MENDEZ
 GERUSA COLOMBO DE OLIVEIRA
 GLAUCIA CARDOSO TORINO
 IZOLETE RIGHETTO
 JONAS ALBERTO RUTZ ERDMANN
 JOSIANE MADEIRA ESPINDOLA
 JULIANA LAURINDO
 LAIARA CRISTINA CARDOSO
 LAIS SANTOS SILVA
 LIAMARA POLETTI
 LUCIAMAR BITTENCOURT ESPINDOLA
 LUCIMARA POLETTI
 MARCIA DE LAGOS INACIO REIS
 MARIA DE FATIMA GOULART F. CHIOCA
 MARIANA SOARES KOETTKER

MELISSA CASAGRANDA
NOEMI CLARA MANOEL
OSNI NOGUEIRA FILHO
PAMELA CRISTINA DEUCHER
PATRICIA FELICIDADE CATARINA BARON
PRISCILA ROSA FELISBERTO
RAFAEL BERTONCINI GOULART
REJANE MARIA DE SOUZA
ROBERTA CAROLINA DA SILVA
ROSELIA ASSUNÇÃO DA COSTA
SOLANGE ANTUNES DE OLIVEIRA GARCIA
TABATA GOMES PANOZZO
TAMIRIS DA SILVA
TATIANA FARIAS
TAYANE REGINA DO NASCIMENTO
THALITA ALMEIDA COELHO PACHECO
THUANE PEREIRA NOVAES
VIVIANE BORGIA

Cabe observar, conforme datas previstas no Edital, que esta é a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS para o Processo Seletivo, divulgada em relação nominal por ordem alfabética dos candidatos. O resultado final, com a ordem classificatória referente, será divulgado até a data de 22 de Junho de 2015.

A chamada do candidato ocorrerá de acordo com a necessidade em saúde no território Municipal e o número de vagas disponibilizadas para contrato pela Superintendência de Recursos Humanos da Prefeitura.

Palhoça, 01 de Junho de 2015.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Presidente da Comissão de Processos Seletivos

HOMOLOGAÇÃO (INDEFERIDOS) PROCESSO SELETIVO 001/2015 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
SECRETARIA DE SAÚDE
Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC – CEP: 88 130-000
FONE/FAX: (48) 3279-1718 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: www.saudepalhoca.sc.gov.br

A Comissão Permanente de Concurso Público e Processos Seletivos, juntamente com o Secretário Municipal de Saúde, HOMOLOGAM e Tornam Públicas as inscrições INDEFERIDAS referentes ao Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, para contratação temporária de profissionais abaixo descritos, na Secretaria Municipal de Saúde.

INDEFERIDOS nº001/2015
ENFERMEIRO 40 HORAS

CANDIDATOS
ANA PAULA DE OLIVEIRA ROSA
DIOGO CORREIA
FABIANA CRISTINA DA SILVA
FABIANE NUNES LEMOS
FRANCIELE DA SILVA
FRANCINI MAYRA BARRETO
IONA OUTO DE SOUZA WILBERSTAEDT
JOANA BERNARDO MACHADO MUNICH

JOSE FABIO ROTEL JARDIM
LARISSA THAISE DE MEDEIROS
NICOLLE SOARES BRASIL

ENFERMEIRO 30 HORAS

CANDIDATOS
ANDREIA FALDI LIMA
SUZANE GARCIA DE STEFANI

FARMACEUTICO 40 HORAS

CANDIDATOS
LEANDRO DA SILVA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO 40 HORAS

CANDIDATOS
ADRIANA TEREZINHA ONOFRE WEISS
ADRIELLEN CRISTINA MUNIS PAZ
ALAN JOSE DOS SANTOS
ALERTO DIEGO DA CONCEIÇÃO
ALMIR ROGERIO DA SILVA
ANGELA MARIA MARTINS
ANTONIO CESAR COSTA
ANTONIO NETO FILHO
ARIANE DO NASCIMENTO ALVES
CAMILA DOS ANJOS CORREA
CINTIA VIEIRA GASPAR
DAIANA DO NASCIMENTO
DAIANI STEIMBACH
DEYWSON DONALDSON ESPIRITO SANTO
DJEISON ANDRADE TIVES
EGLEN CRISTINE SAMUEL JARDIM
ELISIANNI BOLFONI VARGAS
EMANUEL CARVALHO FERREIRA
FELIPE AMORIM SOTERO PIRES
FERNANDO CZIMIKOSKI
GABRIELA DA SILVA LANDRA BAIERLES
GISELE AMORIM SOTERO PIRES
GUILHERME CESAR GODINHO
JEANE MATTOS TEIXEIRA
JULIANA RODRIGUES DE SOUZA
KATIELE DOS SANTOS
LAIS DE OLIVEIRA PEIXOTO
LARISSA DA SILVA PERERIRA
LUCAS DE MEDEIROS DOS SANTOS
MAICON COSER
MANATHAN MALCON MORAES MARCOLINO
MARCOS ROBERTO COSER
MARIA CAROLINA MELO
MARIA VERONIA GERALDI LIBERATO
MARIANA DE AMORIM
MARVITHON MARVING MORAES MARCOLINO
NEULICE MARIA BACKES SCHLICKMANN
PRISCILA PATRICIO DA SILVA
RENAN DA SILVA SOARES
ROZELI APARECIDA DE MELLO
TAIS DE LIMA FRANÇA
TAMARA DE LIMA RODRIGUES
TAMIRYS ANA DA SILVA
VERA LUCIA PAZ

ODONTOLOGO 40 HORAS

CANDIDATOS
CRISTINA RODRIGUES DA ROCHA
DANDARA MEDEIROS TEIXEIRA

DANDARA MEDEIROS TEIXEIRA
ELAINE GUIMARÃES B. DE BELTRAN
VINICIUS ESPINDOLA PEREIRA
YASMIM GUTERRES

FISIOTERAPEUTA

CANDIDATOS
ANDREIA DA SILVA
GILMAR DALSENTER
LILIANE PORTO DA ROSA
RAFELA ISAC VIEIRA
REGINA GARCIA SOARES CUNHA
ROBERTA STAHELIN
VANESSA CAROLINE SANTANA MARTINAZZO

VIGIA

CANDIDATOS
ADRIANA SUCUPIRA
CLAUDINEIA DE ASSIS FRANCISCO
JOAO MARCOS DA COSTA
LUCAS GRACIKI DA SILVA
LUIZ CARLOS LEMOS
MARLON SOARES FERNANDES
MARVEN LEONARDO GRACIKI DA SILVA
RICARDO KREMER DOS SANTOS
RUSSEL MELO VEPO

VETERINÁRIO

CANDIDATOS
CAMILA SENS HINCKEL

ODONTOLOGO 30 HORAS

CANDIDATOS
FILIPPE AUGUSTO DA SILVA
RENALDO ALBINO DE BEM

NUTRICIONISTA

CANDIDATOS
ANA MARIA SILVESTRE BRASIL
INDYANARA CRISTINE DOS PASSOS
MICHELLE PIAZZA F. DE MEDEIROS

PSICOLOGO 30 HORAS

CANDIDATOS
FLAVIA MENEZES PONTES
JACQUELINE RAMOS
LEIA MAYER EYNG
MONIQUE JACCOTTET DE LUCA
PRISCILA NICOLAZI
RAFAEL GEREMIAS ROSA

PSICOLOGO 40 HORAS

CANDIDATOS
BRUNO ROBERTO ROSA
RAFAELA MARTINS DA SILVEIRA

SOCORRISTA

CANDIDATOS
CESAR VERISSIMO SILVEIRA
CRISTIAN SANTIAGO PRIM
FABIO ASSING
FELIPP HUNDERTMARCH DE OLIVEIRA
HENRIQUE LEAL MACIEL
JULIO ESSUCY BAPTISTA

LUIZ CARLOS DUARTE
MATHYAS MEDEIROS SOMMER
RODRIGO LUIS BRASIL

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO (ACD) 40 HORAS:

CANDIDATOS
AGATHA SUELLEN DE SOUZA
AMANDA CRISTINA SOUZA
AMANDA KÜSTER DOS SANTOS
DAIANA GARCIA
EVELISE BITENCOURT MARTINS
KAMILA CRISTINA VIANA
KAMYLIA BLUM
MORGANA SILVEIRA
SAMARA MARTINS

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CANDIDATOS
ALESSANDRA DA SILVA
ANDREIA MACHADO
BIANCA FRONZA
BRUNA ALMEIDA MARTINS
BRUNA SPERBER SANTOS
CARLA CRISTINA ELLER
CARLA REGINA DA SILVA
GABRIELA STEIMBACH
GELITA CHIMANSKI LEAO ANDRE
ISABELA MOREIRA
ISAIAS DOS SANTOS DA ROSA
JANATE SCHMITT
JHONATAN CORREA
JOICE MARIA DA SILVA
JOSIANE DA ROSA
JULIANA ANSELMO ANDERSON
LETICIA RECH
LEVIO MAY
LINEA TERESINHA NIEHUES
LUCIANA VIEIRA
NASCIMENTO LUCIANO SERAFIM
PAULINA LIBERATO
PRISCILA RODRIGUES
ROSICLEIA KOPALSKI
ROSILDA DOS SANTOS
ROSIMEIRE MARISE C. DA SILVA PEREIRA
SCHAIANE CAROLINE DE CAMPOS
SCHAYANA DE OLIVEIRA
TATIANA TEREZINHA FRANCISCO CANDIDO
VERA LUCIA DINIZ
VIVIAN CRISTINA SCHLEMPER

ASSISTENTE SOCIAL

CANDIDATOS
ALINE DA ROCHA KOEHLER
ALINE QUIROGA NAZIAZENO DE LIMA
ANGELA FABIULA SUARTES FERNANDES DA LUZ
CORIA HELENA VIEIRA
FABIULA RENILDA BERNARDO
IVANIR FURINI
LUANA DA SILVA
LUCIANA ANGELICA DONADUZZI FUENTEFRIA
MARIA DO ROCIO MENDES
MILENE PESSOA SOARES INACIO
VIVIANE DE CASSIA FAGUNDES BAPTISTA

Palhoça, 01 de Junho de 2015.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

SANDRA RIBEIRO DE ABREU
Presidente da Comissão de Processos Seletivos

DECRETO Nº 1.832, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 1.832, DE 01 DE JUNHO DE 2015.
PONTO FACULTATIVO. Corpus Christi.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto Estadual nº 036, de 09 de fevereiro de 2015 e o Decreto Estadual nº 202, de 28 de maio de 2015, RESOLVE

DECRETAR:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo o dia 05 de junho (sexta-feira) do ano em curso, em decorrência da comemoração alusiva ao feriado de Corpus Christi.

Art. 2º O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput do artigo anterior deverá ser garantido pelos órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Parágrafo Único. Caberá à Secretaria Municipal de Educação deliberar quanto a aplicabilidade deste Decreto, devendo observar a necessidade do cumprimento do calendário escolar para as Escolas Municipais e os Centros de Educação Infantil.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palhoça, 01 de junho de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 068/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº.050/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 068/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a que consiste na aquisição de tanque e equipamento Hidrojateador combinado com Vácuo, a ser montado e instalado em caminhão próprio da SAMAE PALHOÇA, conforme discriminado nos anexos deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

ESGOJET EQUIP. E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ N. 80.434.343/0001-01 ficou classificada no item 01, em seu menor preço, totalizando a importância de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

Palhoça, 02 de junho de 2015.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira – Portaria 1579/2015

TOMADA DE PREÇOS 81-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº081/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº081/2015, no dia 23 de junho de 2015, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Paganini, 280 – Parque Residencial Paganini – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº081/2015 tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução da drenagem da Rua José Valério de Souza – Barra do Aririú (Lote 01), drenagem e pavimentação da R. Osni José de Souza, drenagem da R. Manoel da Silva e drenagem da R. Walmor Beppler, todas localizadas no bairro São Sebastião (Lote 02) – Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 01 de junho de 2015. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

PUBLICAÇÃO PREGÃO 002/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC – Comunica a quem estiver interessado que a VENCEDORA do PREGÃO PRESENCIAL nº 002/2015, foi à empresa CÉLIA REGINA WAMBOMMEL-ME, que tem em seu objeto aquisição de material para limpeza e higienização, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa especializada para fornecimento deste objeto, conforme descrição constante do ANEXO I do edital. Qualquer informação na Rua Joci José Martins, nº101 Pagani Palhoça e no site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48)3242-1501, ramal 1212.

Palhoça/SC, 02 de junho de 2015.

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA

Pregoeira

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 18/2015, objeto: contratação de serviços de seguro de 03 (três) ambulâncias da frota, pertencentes ao Fundo Municipal de Saúde de Palhoça, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, contra terceiros e assistência 24 horas, pelo período de 01 (um) ano, no dia 17 de junho de 2015, às 13:30h, recebimento dos envelopes e abertura das propostas e efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: palhoca.atende.net. Maiores informações fones: (48) 3047-5585 ou 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 02 de junho de 2015.

Rosiméri Hilda Coelho

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 70/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 70/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 17/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE TER-
RAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, MEIO FIO, SINALIZAÇÃO E CALÇAMENTO NAS RUAS HUMAITÁ, OSVALDO CRUZ, ANITA GARIBALDI
TRECHO I E ANTÔNIO FIORESI, COM UMA ÁREA TOTAL DE 607,45M², NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes:
19/06/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 19/06/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 02 de Junho de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 71/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 71/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 18/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE
ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA EM MEDIA TENSÃO PARA ATENDER O GINÁSIO MUNICIPAL SIGISFREDO NORBERTO RESENER E A
QUADRA SOCIETY NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REDE EM BAIXA TENSÃO NO DIS-
TRITO DA STA LUCIA, NO MUNICÍPIO DE PALMITOS-SC. Data da entrega dos envelopes: 19/06/2015 até as 14:30 horas. Data da abertura:
19/06/2015 até às 15:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 02 de Junho de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

PROCESSO 72/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 72/2015. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 19/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO
DA SEGUNDA ETAPA DO PAVILHÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS. Data da entrega dos
envelopes: 23/06/2015 até as 09:30 horas. Data da abertura: 23/06/2015 até às 10:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da
Prefeitura.

Palmitos, 02 de Junho de 2015.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2015

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 030/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa LIDIA VATRAZ LESNIOVSKI - ME, inscrito no CNPJ sob nº 11.783.781/0001-54, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a prestação serviços de trator de esteiras para a manutenção dos trabalhos da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao Fornecedor acima identificado;

1.2 – A prestação de serviços dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para execução deste objeto e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), relativos ao item 05, objeto do pregão presencial registro de preços 030/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes

das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 030/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – A execução dos serviços deverá ocorrer no território do Município de Papanduva/SC, correndo por conta da Registrada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.2 – A registrada deverá iniciar a execução do objeto, imediatamente após receber a devida ordem de serviço e/ou solicitação) da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

4.3 – Os serviços deverão ser prestados conforme necessidade da municipalidade, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.4 – A execução deverá ocorrer nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item 4.2 desta Ata de Registro de Preços.

4.5 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) registrada(s) será(ao) efetuado(s) até o 15º(décimo quinto) dia do mês subsequente ao do serviço prestado.

4.6 – A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da REGISTRADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA REGISTRADA

5.1 – Dos Serviços com Trator de Esteiras:

5.1.1 – A REGISTRADA deverá iniciar os serviços, imediatamente após a solicitação;

5.1.2 – Deverá permitir que os prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

5.1.3 – Conduzir os serviços com estrita observância do contido no Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº 030/2015;

5.1.4 – Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o presente objeto;

5.1.5 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários;

5.1.6 – Formar quadro de pessoal necessário à execução dos serviços do objeto contratado, pagando os salários às suas exclusivas expensas;

5.1.7 – O presente instrumento não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço;

5.1.8 – Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação;

5.1.9 – Será da registrada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera;

5.1.10 – Será responsável, também, em arcar com todas as despesas com operador (inclusive alojamento e refeição) e pela manutenção (peças, óleos lubrificantes, combustível e demais despesa mecânicas) do referido equipamento, bem como com seu transporte até os locais dos serviços, se necessário;

5.1.11 – Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento dos serviços e orientações técnicas relacionadas com o objeto deste instrumento;

5.1.12 – Apresentar, durante a vigência contratual, profissionais habilitados, para o bom e fiel andamento do objeto do presente

instrumento;

5.1.13 – Para efeito de acompanhamento, fiscalização e posterior pagamento, os equipamentos deverão apresentar horímetro inicial e final dos equipamentos, devidamente vistado pelo secretário de infraestrutura.

5.3 – Deverá, ainda, cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 030/2015 e seus anexos;

5.4 – A registrada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

5.5 – Também, pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

5.6 – A registrada deverá executar os serviços dentro do prazo estipulado;

5.7 – Deverá manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

5.8 – Obriga-se a corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

5.9 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos serviços exigidos nesta ata, a REGISTRADA deverá refazê-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a registrada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que a empresa vencedora prestar fora das especificações do edital e desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Registrada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência da execução do objeto após a adjudicação da licitação;

b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições contidas no edital e/ou neste instrumento.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Registrada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

8.1.2 – quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços

e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A registrada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 22 de maio de 2015.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ – Erli Edvina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ – Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

_____ – Lidia Vatrax Lesniovski – Pela

Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2015

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 045/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 04.586.694/0001-41, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de expediente a serem usados pelas secretarias municipais de Administração, Agricultura, Infraestrutura e Desenvolvimento Comunitário, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 39.145,74 (trinta e nove mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), relativos aos itens 01, 13, 14, 15, 16, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 54, 57, 64, 68, 78 e 79, objeto do pregão presencial registro de preços 045/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, requisitante, no endereço da mesma, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – A CONTRATADA deverá Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada

fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência no fornecimento do(s) objeto(s) após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências desta ata e/ou do edital;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 26 de maio de 2015.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
 _____ – Erli Edivina Wunsche Bacellar -
 Equipe de Apoio

_____ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio
 _____ – Sônia Terezinha Mendes Novack
 - Equipe de Apoio

_____ – Camila de Oliveira Besen – Pela
 Contratada

Dario Schicovski
 Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2015**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 045/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa M MOBILE EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 15.764.033/0001-85, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de expediente a serem usados pelas secretarias municipais de Administração, Agricultura, Infraestrutura e Desenvolvimento Comunitário, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 4.631,64 (quatro mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), relativos aos itens 02, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 18, 19, 24, 32, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 65, 66, 69, 73, 75 e 77, objeto do pregão presencial registro de preços 045/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
a) Edital de Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;
b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E**RECEBIMENTO**

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, requisitante, no endereço da mesma, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;
5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;
5.3 – A CONTRATADA deverá Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;
5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;
6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:
a) Houver desistência no fornecimento do(s) objeto(s) após a adjudicação da licitação;
b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.
7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:
a) Advertência;
b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:
8.1.1 – quando descumprir as exigências desta ata e/ou do edital;
8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
8.1.3 – quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de

Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 26 de maio de 2015.

Equipe de Apoio

– Márcio Wisniewski - Pregoeiro
– Erli Edivina Wunsche Bacellar -

– Otávio Hunka - Equipe de Apoio
– Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 029/2015

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 045/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 07.634.816/0001-16, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de expediente a serem usados pelas secretarias municipais de Administração, Agricultura, Infraestrutura e Desenvolvimento Comunitário, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 4.507,26 (quatro mil, quinhentos reais e vinte e seis centavos), relativos aos itens 03, 04, 05, 12, 17, 20, 33, 38, 42, 45, 47, 50, 61, 63, 67, 70, 71, 72, 74 e 76, objeto do pregão presencial registro de preços 045/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01

(um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, requisitante, no endereço da mesma, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – A CONTRATADA deverá Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência no fornecimento do(s) objeto(s) após a adjudicação da licitação;
- b) Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- 8.1.1 – quando descumprir as exigências desta ata e/ou do edital;
- 8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 8.1.3 – quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;
- 8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 26 de maio de 2015.

 Equipe de Apoio

 - Equipe de Apoio

 mann – Pela Contratada

Dario Schicovski
 Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 030/2015**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 045/2015 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/05/2015, RESOLVE registrar os preços da empresa SMI TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 16.096.591/0001-82, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais de expediente a serem usados pelas secretarias municipais de Administração, Agricultura, Infraestrutura e Desenvolvimento Comunitário, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado;
- 1.2 – O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pela empresa que assinar a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;
- 1.3 – No caso de impossibilidade na execução do objeto licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;
- 1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais), relativos aos itens 39, 40 e 41, objeto do pregão presencial registro de preços 045/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;
- 2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;
- 2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;
- 2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;
- 2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);
- 2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O objeto adjudicado deverá ser entregue em até 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, requisitante, no endereço da mesma, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

4.2 – O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) contratada(s) serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – A CONTRATADA deverá Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 045/2015 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a CONTRATADA deverá providenciar a correção em até 05 (cinco) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência no fornecimento do(s) objeto(s) após a adjudicação da licitação;
- Não for prestado o serviço no prazo estabelecido neste Instrumento;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências desta ata e/ou do edital;
- quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 26 de maio de 2015.

_____ – Márcio Wisniewski - Pregoeiro
_____ – Erli Edivina Wunsche Bacellar -

Equipe de Apoio

_____ – Otávio Hunka - Equipe de Apoio
_____ – Sônia Terezinha Mendes Novack

- Equipe de Apoio

_____ – Marcos Aurélio Straube – Pela
Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de fraldas descartáveis geriátricas e infantil. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 16 de junho de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 16/06/2015 – 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de maio de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de suplementos alimentares. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 16 de junho de 2015 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: 16/06/2015 – 14:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glewinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 02 de maio de 2015
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO Nº 028/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 028/2015, referente ao Pregão Presencial 043/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços médicos de Clínico Geral e Ginecologista, para atuar nos serviços de saúde do Fundo Municipal de Saúde de Papanduva. Contratada: CENTRO MEDICO COPER VIDA LTDA - EPP, totalizando o montante de R\$ 211.092,40 (duzentos e onze mil, noventa e dois reais e quarenta centavos), sendo R\$ 120.916,00 (cento e vinte mil, novecentos e dezesseis reais) relativos ao item 01 e R\$ 90.176,40 (noventa mil, cento e setenta e seis reais e quarenta centavos) relativos ao item 03. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data de sua assinatura, até 31 de dezembro de 2015 ou até a conclusão de Teste Seletivo ou Concurso Público para preenchimento das referidas vagas, o que ocorrer primeiro.

Papanduva/SC, 18 de maio de 2015.
Marli dos Santos da Cunha Ramos
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 060, DE 29.05.2015 - ALTERA DISPOSITIVOS DA L. C. 008 - 2003

Lei Complementar nº 060, de 29 de maio de 2015.

Altera dispositivos da Lei nº 1279, de 17 de dezembro de 1993 e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

Lei Complementar

Art. 1º. O Inciso II do Art. 127 da Lei nº 1279, de 17 de dezembro de 1993, passa a vigorar com seguinte redação:

“II – Título de propriedade do terreno perpétuo: 3 UFMs.”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 29 de maio de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

LEI COMPLEMENTAR Nº 060, DE 29.05.2015 - ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1279 - 1993

Lei Complementar nº 060, de 29 de maio de 2015.

Altera dispositivos da Lei nº 1279, de 17 de dezembro de 1993 e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

Lei Complementar

Art. 1º. O Inciso II do Art. 127 da Lei nº 1279, de 17 de dezembro de 1993, passa a vigorar com seguinte redação:

“II – Título de propriedade do terreno perpétuo: 3 UFMs.”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 29 de maio de 2015.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO 048/2015

DECRETO Nº.048, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 05 de junho de 2015, (sexta – feira); devido ao feriado de Corpus Christi.

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais normais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo – Único – Os serviços Municipais da Secretaria de Saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

DECRETO 049/2015

DECRETO Nº. 049, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ACORDO COM O EDITAL 001/2015, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal, de 28 de dezembro de 1994, combinado com as Leis nº 513 de 25 de agosto de 2005 e 737 de 29 de abril de 2011.

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado, para que produza efeitos legais e jurídicos, o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, convocado através do Edital nº 001/2015, para admissão de pessoal em caráter temporário, no quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, nos seguintes cargos:, Enfermeiro , Tec. De Enfermagem, Motorista e Servente cuja relação de classificação é a seguinte:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015.

Nome do Candidato	Categoria	Pontuação Final	Classificação Final
João Samir Boa Nova	Motorista	9.8	1º
Marcelo A. Fernandes	Motorista	9.5	2º
Fabiano de Oliveira Neves	Motorista	6.5	3º
Madalena Teixeira da Silva	Servente	9.9	1º
Marelize de O. Padilha	Servente	8.9	2º
Marcia Gonçalves Zollin	Servente	6.9	3º
Daiane Baum	Servente	6.8	4º
Maria Regina T. Costa	Servente	6.7	5º
Adriana R. Passos	Servente	6.6	6º
Juliana Borges Carlos	Enfermeiro	9.8	1º
Jean Carlos A. Paulo	Enfermeiro	9.7	2º
Renata Dandolini	Enfermeiro	8.5	3º
Joice V. Peres	Tec. Enfer	8.9	1º
Cloreci Joaquim	Tec. Enfer	8.8	2º

Lucia Scandoler Daros	Tec. Enfer	8.5	3º
-----------------------	------------	-----	----

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 01 de junho de 2015.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 01 de junho de 2015.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário M. de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 049, DE 2 DE MAIO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 049, DE 2 DE MAIO DE 2015.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com amparo legal no art. 43, inciso IX, e art. 62, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal Vereadores aprovou, e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo que integra a presente Lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação instituído pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com vistas ao cumprimento no disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelo Conselho Municipal de Educação – CME - e pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações no sítio institucional do Município na internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, o Conselho Municipal de Educação publicará estudos com informações organizadas e consolidadas para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei.

Art. 5º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências Municipais de educação até o final do decênio, articuladas e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação, instituído nesta Lei.

Parágrafo Único. O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput, acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas.

Art. 6º O Município atuará em regime de colaboração com o Estado e com a União, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação com o Estado e a União, podendo ser complementadas por mecanismos de coordenação e colaboração recíproca.

Art. 7º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 8º Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 2 de maio de 2015.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSOS MAIA

2015 - 2025

PLANEJANDO O PRÓXIMO DECÊNIO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSOS MAIA

PASSOS MAIA – SANTA CATARINA – BRASIL
2015PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSOS MAIA
PARTICIPAÇÃO E RESPONSABILIDADE DE TODOS

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Vice-Prefeito de Passos Maia

GENI MANTOVANI

Secretária Municipal de Educação e Esportes

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Celis Regina Daneilli

Representante do Poder Legislativo Municipal

Cleverson Luiz Deasanti

Representante do Poder Executivo Municipal

Douglas Aigner

Representante do Poder Executivo Municipal

Fabiana Zanchet Moretto

Representante dos Diretores das Escolas Municipais.

Ivania Sangali Dall'Orsoletta

Representante do Conselho Municipal de Educação

José da Rocha Bueno

Representante do Poder Legislativo Municipal

Juliana Fabia Canonica Tirelli

Representante dos Professores

Marizete Arcari

Representante dos Professores

Nelvací Tirelli Hansen

Representante da Rede Pública Estadual de Ensino

Noeli Fatima Tamanho Canonica

Representante da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Educação

Tanara Comunelo

Representante dos Professores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. FUNDAMENTOS LEGAIS	7
2. DIAGNÓSTICO	8
2.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO	8
2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS ETAPAS	12
2.2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	12
2.2.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL	16

2.2.1.3 ENSINO MÉDIO	22
2.2.2 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	24
2.2.2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL	24
2.2.2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	27
2.2.2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	29
2.2.2.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO	29
2.2.2.4 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	33
2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR	34
2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	34
2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA	39
2.6 FINANCIAMENTO	39
3. METAS E ESTRATÉGIAS	41
META 1	41
META 2	44
META 3	46
META 4	48
META 5	50
META 6	51
META 7	52
META 8	54
META 9	55
META 10	56
META 11	56
META 12	57
META 13	57
META 14	58
META 15	58
META 16	59
META 17	60
META 18	61

APRESENTAÇÃO

O processo de reelaboração do Plano Municipal de Educação buscou envolver toda a comunidade de Passos Maia, através de representantes do Poder Público, das entidades e sociedade civil como um todo, envolvendo a todos em vários momentos distintos.

Todo o trabalho foi assessorado pela AMAI (Associação dos Municípios do Alto Irani) que ofereceu treinamento a um técnico para que este levasse as informações aos municípios. No primeiro encontro foi informado que o Plano Municipal de Educação deve ter as metas alinhadas ao Plano Nacional e ao Estadual, ou seja, não é possível se sobrepor a eles.

Uma das primeiras orientações foi para que se constituísse a Comissão Coordenadora, a qual foi instituída através da Portaria 473 de 07 de novembro de 2014, composta pelas seguintes representatividades: Conselho Municipal de Educação, Poder Executivo Municipal, Rede Estadual de Ensino, Equipe Técnica da Secretaria de Educação e Esportes, Diretores das Escolas da Rede Municipal de Ensino, Professores e Poder Legislativo Municipal.

O objetivo dessa comissão é de acompanhar os trabalhos relativos ao Plano, coletar informações e definir metas e estratégias para posterior aprovação e inclusão no Plano Municipal de Educação.

Foi constituída uma Equipe Técnica responsável por organizar reuniões ou audiências, registrar as informações coletadas, para tanto foi necessário o envolvimento de pessoas que tivessem familiaridade com o assunto, por isso optou-se pela própria equipe interna da Secretaria Municipal de Educação.

Para agilizar o diagnóstico utilizamos várias informações do Plano Municipal de Educação de 2008 que foram atualizadas. Além disso, encaminhou-se a cada entidade ou instituição citada uma sequência de perguntas para que atualizassem e devolvessem. A cada etapa avançada era encaminhada aos membros da comissão uma cópia do Plano pré-elaborado para que lessem e acrescentassem as contribuições da entidade que representavam.

Foram realizadas as reuniões, encaminhado questionário às famílias, deixado caixinhas para coletas de informações em vários locais públicos e estabelecimentos comerciais com o intuito de ouvir a população, fazer um diagnóstico da situação educacional no Município

e levantar demandas para posteriormente contemplar no Plano. Após todo esse trabalho no dia 16 de abril de 2015 aconteceu a primeira Audiência Pública com a participação de representantes de diversos setores municipais. Nessa audiência foi apresentada a versão preliminar do Plano, feita a leitura das metas para discussão, alteração ou exclusão, bem como proposição de novas estratégias. Após a audiência, foram editadas as alterações propostas e disponibilizado a versão preliminar no site da prefeitura, reencaminhado via email ou por impressão, a todos os envolvidos no processo, a nova cópia atualizada do Plano para que novamente tivessem a oportunidade de ler e fazer as considerações necessárias para a reapresentação que acontecerá na próxima Audiência Pública marcada para o dia 05 de maio de 2015.

A principal preocupação da Equipe Técnica e da Comissão Organizadora é de que as pessoas se conscientizem da importância da realização desse Plano que projetará a Educação para os próximos dez anos.

Finalizado, pode-se afirmar que esse processo que se evidenciou participativo, democrático e popular, ocorreu no dia 06 de maio de 2015 a segunda Audiência Pública com participação dos diversos segmentos da sociedade, na qual foi apresentado e aprovado o Plano Municipal de Educação, enviado ao Poder Executivo Municipal para o encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara Municipal de Vereadores.

Todo este processo (re)vivido, deve desencadear uma ampla mobilização para a implantação do proposto no Plano Municipal de Educação para a próxima década, já que a riqueza desta produção coletiva reside justamente na coragem dos sujeitos, que dela participaram, defendendo diferentes concepções de mundo, de educação, de humanidade e de sociedade. Com isso, se evidencia a garantia da elaboração de um "inédito viável", capaz de libertar a si e a outros do "senso comum", que não necessariamente implica "bom senso" e que, só por isso, já produz profundas mudanças e coletivas inovações educacionais, capazes por sua vez, de transformar posicionamentos político-pedagógicos diversos.

A participação popular na produção deste Plano Municipal de Educação representa um importante marco histórico na educação e no desenvolvimento do Município de Passos Maia, uma vez que suas filhas e filhos passam, com isso, a exercer seu direito a vez e voz, para a democracia participativa a que somos, todas e todos, historicamente convocados.

1. FUNDAMENTOS LEGAIS

Com base nos artigos 214 da Constituição Federal/88 e 166 da Constituição Estadual/89; na Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei 10.177/2001 - Plano Nacional de Educação, além do Plano de Governo do Estado de Santa Catarina/2003-2007 e Lei Orgânica Municipal de 16 de dezembro de 1994, produziu-se o primeiro Plano Municipal de Educação de Passos Maia, SC, aprovado pela lei nº 582 de 26 de dezembro de 2008. A produção dos atuais Planos Municipais de Educação ocorreu num processo que durou aproximadamente 20 anos o qual culminou na elaboração deste documento, que teve início nos anos oitenta, quando da instalação, em 1º de fevereiro de 1987, da Assembleia Nacional Constituinte, que promulgou em 05 de outubro de 1988, a Constituição Brasileira e passou pela Assembleia Estadual Constituinte, que promulgou em 19 de outubro de 1989, a Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 é aprovada, vencendo assim, mais uma importante etapa deste processo e, logo no início do "novo milênio", com base em todas as Leis supra citadas, o Plano Nacional de Educação é produzido, apreciado e devidamente aprovado, fechando um ciclo de 16 anos em processo de desenvolvimento da educação brasileira. O Estado de Santa Catarina produziu o Plano Estadual de Educação, devidamente apreciado, aprovado pela Assembleia Legislativa e promulgado pelo Governador do Estado em de 26 de agosto de 2014.

No ano de 2015 sob orientação da Lei nº 582 de 26 de dezembro de 2008, o município de Passos Maia, com objetivo de dar mais um passo na construção de políticas públicas garantindo da participação democrática e popular, realiza o processo de adequação do Plano Municipal de Educação para os próximos dez anos, de acordo com as metas do Plano Nacional de Educação e Versão Preliminar do Plano Estadual de Educação.

2. DIAGNÓSTICO

2.1 HISTÓRICO E PERFIL DEMOCRÁTICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

I – NOSSO MUNICÍPIO, NOSSA HISTÓRIA.

O Município de Passos Maia, com área de 619,196 Km quadrados, está a uma altitude de 800 metros acima do nível do mar, situa-se no oeste catarinense, mais precisamente na Região da AMAI – Associação dos Municípios da Região do Alto Irani, tendo como limites ao norte o município de Palmas-PR; ao sul o município de Ponte Serrada, a leste o município de Água Doce e a oeste os municípios de Vargeão e Abelardo Luz. A população segundo dados do censo 2010 é de 4.425 habitantes, sendo que 3.327 deles vivem no campo e 1.102 na área urbana. A população do campo é de 75%, bem superior à da cidade, que tem apenas 25% e a densidade demográfica é de 7,15 habitantes por Km², tendo como Gentílico: passosmaiese. O IDH é de 0.659, classificado como 279º no Ranking do Estado e como 2924º no Ranking do Brasil.

A história do povoamento do território de Passos Maia, segundo depoimento de Alípio Magalhães Maciel, começa a ser contada a partir de 1.840, com famílias de fazendeiros vindas de Palmeira-PR. Essas famílias eram de Antonio Ferreira Maciel e Estephania Ferreira Belo Maciel, que tiveram propriedades onde hoje é a fazenda Santo Antonio do Norte entre os anos de 1.840 e 1.850, portanto em época anterior à abolição da escravatura, 1888. A partir de então começam a vir também fazendeiros paulistas, que teriam vindo para essas regiões, juntamente com outros da região dos campos de Palmas-PR.

Por volta de 1900, embrenharam-se mata adentro duas famílias, saindo de Palmas, abrindo carreiros com facões, foices e machados. Escolheram um lugar entre os Rios Chapecó Grande e o Chapecozinho. Montaram suas casas de capim, com esteiras de taquaras e esteios de paus roliços. Começou assim uma pequena comunidade dispersa no meio da floresta. Essas famílias eram de Pedro Cavalheiro de Jesus e Bernardino Cavalheiro de Jesus (Texto complementado do histórico da comunidade de Serraria Jardim, elaborado pelos moradores, educandos e educadores em 1995). Conta-se que na época da Revolução do Contestado, entre os anos de 1912 e 1916, o monge São João Maria, costumava se abrigar em terras de Passos Maia, especificamente na comunidade de Fazenda Santo Antônio, num local denominado Coxinho o qual servia como seu esconderijo. Segundo dizem ali ainda existem vestígios de uma cruz e um coxinho.

A história da colonização italiana do Município passa a ser contada a partir de 1930, com a chegada dos primeiros colonizadores oriundos do Rio Grande do Sul. As principais razões que atraíram esses migrantes foram as terras férteis e a grande quantidade de madeiras nobres localizadas no Vale do Rio Chapecozinho, vendidas a preços muito baixos. Os agricultores migravam para essa região a fim de dedicar-se às atividades agrícolas ou à extração da madeira, instalando-se nas regiões de Dom Carlos, Guabiroba, Bela Vista e Bebedouro.

A primeira denominação da comunidade foi Bebedouro, nome relacionado ao lajeado que servia de bebedouro aos animais e pousada para os tropeiros, que conduziam suas tropas de gado e porcos do estado do Rio Grande do Sul para o Paraná.

A educação teve como marco importante a criação das Escolas Chapecozinho, hoje Dom Carlos e Guabiroba, entre os anos de 39 e 40.

Em 1942 é criada a Escola Estadual Desdobrada de Bebedouro, cujos primeiros professores foram Irma Pedretti, Rosa Macagnan e Claudina Zancanaro, para atendimento apenas a alunos de 1º ao 4.º ano. Essa escola passou por várias outras denominações e hoje Escola de Educação Básica Professora Corália Gevaerd Olinnger, com atendimento ao Ensino Fundamental e Médio.

O comércio local teve sua origem no ano de 1949, com a instalação da primeira casa de comércio, de propriedade de Ernesto Zancanaro.

Em 1950, foi implantada a primeira madeireira da Vila Bebedouro, cujo proprietário era Ricieri Tramontini. De lá para cá, até a década de 80, o número de madeiras em Ponte Serrada se proliferou muito, em virtude da grande riqueza de araucárias e madeiras nobres da região, chegando ter 41 serrarias. Hoje em Passos Maia há apenas 06 empresas que se dedicam à exploração madeireira. No ano de 1958, com a criação do município de Ponte Serrada, Bebedouro e Dom Carlos passaram a ser Distritos de Joaçaba.

A denominação Coronel Passos Maia, foi dada em homenagem ao Delegado de Polícia de Chapecó, Xanxerê, e Joaçaba, onde também foi prefeito, depois Deputado Estadual e Federal.

Em 1975 foi fundada a Indústria de Madeiras Pedro Mendes Ltda, Indumel, cujo nome, INDUMEL, deu origem à denominação da comunidade. No mesmo ano foi construída a Escola Municipal Duque de Caxias. Hoje essa escola, ampliada, atende a todos os alunos dos assentamentos rurais do seu entorno.

Em 1988 são assentadas no município de Passos Maia, então distrito de Ponte Serrada, as primeiras 12 famílias de agricultores sem terras, as quais se fixaram na localidade de Fazenda Sapateiro e formaram o Assentamento Sapateiro I. Em 11 de julho de 1991, foram assentadas mais 13 famílias, constituindo-se assim o Assentamento Sapateiro II. Nesta mesma época, outras onze famílias de agricultores de Ponte Serrada foram assentadas na Fazenda Taborda, dando origem ao Assentamento Taborda. As terras desses Assentamentos foram adquiridas pelo INCRA em negociação direta com os proprietários.

Com o passar do tempo Passos Maia foi se desenvolvendo e os habitantes do então distrito do município de Ponte Serrada almejavam um futuro melhor. Os ideais da emancipação Política Administrativa aos poucos começaram a despertar uma vontade muito grande de tornar-se independente do Município mãe, Ponte Serrada. O primeiro registro da ideia da emancipação, foi lançado pela então Escola de Educação Básica Profª Corália Gevaerd Olinnger, através do Folhetim nº 01 publicado no mês de outubro de 1.989, cujo texto intitulado "Acorda Passos Maia", foi escrito pelo professor Ivandre Bocalon.

No ano de 1990, a população passou a se mobilizar e foi deflagrada a campanha pela emancipação. Desta data em diante o movimento se intensificou,

No dia 12 de dezembro de 1991, foi aprovada a Emancipação Política administrativa do município de Passos Maia, através da Lei nº 8.480, desmembrando-se do município de Ponte Serrada, cuja lei foi publicada no diário Oficial-SC - Nº 14.345 de 19 de dezembro de 1991.

Em 03 de outubro de 1992, aconteceram as primeiras eleições municipais e em 01 de janeiro de 1993, a instalação da primeira Legislatura, tomando posse como primeiro Prefeito Antonio Abilio Mantovani, Vice Prefeito Osmar Tozzo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Clemor Zotti e Vereadores, José Correa Neves, Edite Romanini Saade, Hugo Luiz Conte, Gecir Luiz Sutil, João Fernando Dalla Vecchia, Mauri Zanchet, Enio José Girardi e Oscar Ribeiro, vereador mais velho da casa, que deu posse ao Prefeito e Vice eleitos.

O ano de 1993 foi decisivo para a organização do Município, com a implantação da estrutura administrativa, dinamização e fortalecimento dos diversos setores do Município.

No dia 20 de novembro de 1995, ocorreu uma grande ocupação de terras na localidade de Fazenda Ameixeira, denominada Acampamento Zumbi dos Palmares. A partir dessa data outras ocupações ocorreram no Município, servindo de alerta sobre a questão

da concentração de terras existentes e a necessidade de reforma agrária. Hoje são aproximadamente 500 famílias assentadas em 17 Projetos de Assentamentos Rurais implantados pelo INCRA no território do município de Passos Maia.

Mesmo com o surgimento dos Assentamentos Rurais, percebe-se uma diminuição considerável da população do campo e aumento significativo da população urbana.

Pela predominância rural a atividade econômica está baseada na agricultura familiar, agropecuária, produção de leite, indústria madeireira e fabricação de portas.

O Município tem uma forte ligação com a questão cooperativista, tanto assim, que tem hoje duas Cooperativas de Produção: COPLAVALE e COPÉRDIA, duas Cooperativas de Crédito: VALCREDI e CREDILUZ; uma Cooperativa de Assistência Técnica para os Assentamentos: COOPTRASC, e uma de agricultores familiares: COPERFAM

O Município tem potencial para o desenvolvimento do turismo rural, tendo como principais atrações turísticas fazendas, Projeto de Turismo Rural com cachoeiras e local para prática de Jet Sky no camping do Rio Chapecó, onde existe a ponte Horácio Ribas Maciel, a chamada ponte baixa, construída em pilares baixos em concreto e com pista de arrolamento em madeira, com a extensão de 273m.

Com o surgimento do Parque Nacional das Araucárias, localizado parte em Passos Maia e parte em Ponte Serrada, constituindo-se numa das maiores reservas de araucária do mundo o turismo rural vem se fortalecendo. Houve a reintrodução do papagaio do peito Roxo, pelo Instituto Espaço Silvestre, espécie de aves que estava em extinção. Logo surgiu o grupo Amigas do Roxinho que confecciona artesanatos diversos com este tema.

Além desses locais de turismo rural, há outros pontos com rotas de trilheiros e cavaleiros, festas típicas como o Festival da Canção Passosmaiese – FECAP, Rodeio Crioulo Interestadual, Feira da Novilha e do Bezerro, Festa da Mandioca, Jantar do Leitão, Jantar da Lasanha e diversas outras festividades vão se tornando tradicionais nas comunidades, divulgando o Município como um todo.

Outros pontos de visitação interessantes são a Igreja Matriz, construída toda em Madeira, com tábuas inteiriças de 5,40 m de comprimento, a Praça Municipal 12 de Dezembro construída em 1994. Destacam-se também as grutas Nossa Senhora de Lourdes de Linha Gruta e de Dom Carlos.

Hoje o município encontra-se em franco desenvolvimento em todas as áreas, apesar das inúmeras dificuldades, tanto a cidade como o interior melhoraram consideravelmente, quer seja pela atuação do poder Público, como pelo esforço das comunidades, Associações e a população como um todo que tem espírito empreendedor, não de se deixando abater pelas crises momentâneas.

2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA E SUA ETAPAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), em seu Artigo 21, organiza a educação escolar em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. Na sequência, são apresentados e analisados os principais indicadores educacionais da Educação Básica considerando as respectivas etapas e modalidades.

2.2.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos de idade.

As instituições de Educação Infantil têm por objetivo promover de forma indissociável a educação e o cuidado da criança, completando a ação da família, priorizando o atendimento pedagógico sobre o assistencial e incentivando a integração escola-família-comunidade. Hoje ela traz uma nova visão de criança, tendo esta como cidadão ao longo da vida, não somente no futuro, devendo ser respeitada enquanto ser em desenvolvimento com necessidades

e características específicas. Sendo assim, a interação social e a integração com as outras crianças deve ser prioridade. Para que tal posição se efetive apontamos algumas diretrizes ao poder público: Pensar a Educação Infantil como um tempo-espço de formação humana, superando a ideia da alfabetização já nesta faixa etária, centrando a atividade pedagógica nas várias dimensões da formação humana, como o trabalho, a cultura, o jogo, enfim, primar pelo desenvolvimento e aprendizagem da infância, priorizando o trabalho voltado à realidade e necessidades da criança, trabalhando de forma lúdica, privilegiando a afetividade e a preservação da vida. A Educação Infantil no município de Passos Maia conta atualmente com 3 salas de aulas de pré-escola, as comunidades do Assentamento Zumbi dos Palmares, Indumel e Indústria de Madeiras Tozzo. Na cidade tem um Centro de Educação Infantil (CEI) que atende a 139 crianças de 0 a 5 anos através de uma equipe de nove professoras com licenciatura plena, duas monitoras de sala com ensino médio e um professor auxiliar cursando pedagogia. No campo a realidade é diferenciada com três escolas atendendo crianças de 3 a 5 anos, num total de 66 educandos conforme mostra o gráfico abaixo.

Analisando os números apresentados no Plano de 2008, percebe-se uma significativa diminuição do número de alunos nas comunidades do interior e elevação considerável do número de crianças que frequentam a educação infantil no centro da cidade, que passou a atender também a crianças de 0 a 3 anos.

Aproximadamente noventa por cento das crianças de quatro e cinco anos residentes na cidade e no interior frequentam o Pré-Escolar, totalizando 102 crianças. Ainda existem alguns pais que têm certa resistência em colocar os filhos pequenos na escola.

Os gráficos abaixo retratam a realidade vivenciada no ano de 2010.

Atualmente percebe-se um grande aumento na procura por matrícula de crianças cada vez mais novas na Educação Infantil e, em tempo integral. Isso ocorre por causa da inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho e pela necessidade de seu auxílio financeiro para o sustento da família.

Existe a carência no atendimento das crianças menores de três anos nas Escolas do Assentamento Zumbi dos Palmares e da comunidade da Indumel, pois muitas mães são impedidas de trabalhar por não terem com quem deixar seus filhos. Outras acabam deixando as crianças com os irmãos maiores que acabam assumindo uma responsabilidade não condizente com a idade.

Atualmente o atendimento às crianças da Educação Infantil no campo, acontece em turmas com idades integradas, sendo 3 e 4 anos numa turma e 5 anos em outra. Já no Centro de Educação Infantil Branca de Neve, as crianças são atendidas da seguinte forma:

Berçário 1: até 1 ano de idade

Berçário 2: 1 a 2 anos de idade

Maternal: 2 a 3 anos de idade

Pré 1: 3 a 4 anos

Pré 2: 4 a 5 anos

Pré Formandos: 5 a 6 anos

No Centro de Educação Infantil Branca de Neve, localizado na sede do município os alunos são atendidos em período integral, com exceção aos formandos que, por falta de espaço são atendidos em apenas um turno como acontece no interior.

Todas as escolas que atendem a Educação Infantil têm mobiliário suficiente para a demanda atual, recursos financeiros e pedagógicos, entre eles: parque infantil, data show, televisores, aparelho de som, DVD, computador, livros, brinquedos, fantoches, entre outros. Um dos problemas ainda existente é com relação ao espaço físico do CEI Branca de Neve, da sede do Município, que ainda é insuficiente para atender bem a todas as crianças em função da falta de espaço físico. Não têm local para uma biblioteca, laboratório de informática, sala de vídeo e de repouso, área coberta, espaço adequado para a prática de Educação Física, almoxarifado, cozinha adequada, dentre outros. As crianças precisam se deslocar

semanalmente para fazer aula de leitura na Biblioteca e aulas de informática na sede da Secretaria Municipal de Educação e para o Estádio Municipal para a prática de Educação Física.

Nas escolas do campo a realidade é diferenciada, pois a Educação Infantil utiliza o laboratório de informática e biblioteca em parceria com o Ensino Fundamental, já que todos são atendidos no mesmo espaço físico. Mesmo as crianças sendo melhor atendidas, há necessidade de construção de espaço adequado para a Educação Infantil.

Além da formação continuada dos educadores que atuam nesse nível de ensino existe uma coordenadora pedagógica para o acompanhamento das atividades na Educação Infantil tanto nas escolas como centro quanto nas do Interior.

As necessidades citadas acima vêm ao encontro do fato de a Educação Infantil trabalhar com as fases iniciais da vida humana, onde o desenvolvimento de todas as habilidades devem ser consideradas.

O objetivo da Educação Infantil não é ensinar ler ou escrever e sim preparar a criança para se tornar cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações, conhecendo progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, estabelecendo vínculos afetivos e de troca, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.

Esse objetivo deverá ser colocado em prática através de brincadeiras que possibilitem a criança a expressar suas emoções, sentimentos, desejos e necessidades através de diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, respeitando e valorizando a diversidade existente.

2.2.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL

O município de Passos Maia atende atualmente a 750 alunos entre a Rede Municipal e Estadual de Ensino, em seis escolas da Rede Municipal, das quais somente o CEI Branca de Neve situa-se na sede do Município. Há uma Escola da Rede Estadual, localizada também na sede do município. Todas essas as escolas possuem vagas suficientes para atender à demanda.

De acordo com os dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) do Ministério da Saúde no ano de 2013 noventa e oito por cento das crianças passosmaenses de sete a catorze anos frequentavam a escola. Dessas 51.94% nos anos iniciais e 48.06% nos anos finais do Ensino Fundamental. Das 608 crianças cadastradas, 11 estavam fora da escola.

A Taxa de Distorção Idade-série expressa o percentual de estudantes que estão cursando séries inferiores às aquelas recomendadas para a sua idade. Percebe-se ainda um número elevado de alunos com distorção idade-série, principalmente nos anos finais do Ensino Fundamental. Segundo o SIDEM (Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável) essa distorção era de 16.34% em 2012. <http://indicadores.fecam.org.br/indice/serie-historica/codMunicipio/188/codIndicador/7>

Todas as unidades estão equipadas razoavelmente com recursos pedagógicos que tornam as aulas mais agradáveis, dentre esses podem ser citados televisores, DVDs, computadores, impressoras, máquinas fotográficas, aparelhos e caixas de som, data show entre muitos outros que estão à disposição dos educadores sempre que necessário para utilização nas aulas.

A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) tem como objetivo diagnosticar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização Matemática, apontando fatores contextuais sobre as condições do trabalho em cada escola. Os resultados de desempenho apresentados nesta primeira edição, realizada em 2013, devem ser interpretados considerando as informações do contexto escolar.

Os resultados de desempenho nas áreas avaliadas são expressos em escalas de proficiência. As escalas de Língua Portuguesa e de

Matemática da ANA 2013 são compostas por quatro níveis progressivos e cumulativos. Isso significa uma organização da menor para a maior proficiência. Quando um percentual de alunos foi posicionado em determinado nível da escala, pode-se pressupor que, além de terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível, provavelmente também desenvolveram as habilidades referentes aos níveis anteriores.

De acordo com a ANA (Avaliação Nacional de Aprendizagem) que foi realizada nas escolas municipais do Assentamento Zumbi dos Palmares, na Comunidade de Indumel e na escola estadual no ano de 2013 que avaliou os alunos do terceiro ano com relação ao conhecimento da leitura, escrita e matemática, diante dos resultados observados, é possível afirmar que os educandos vêm melhorando seu desempenho, mas que ainda podem progredir em diversos aspectos.

Na Escola Nossa Senhora Aparecida numa escala de 01 a 04 quanto à proficiência em leitura os resultados foram os seguintes:

Esfera/Escola	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Estado	9.42 %	28.08 %	45.94 %	16.56 %
Município	27.48 %	40.54 %	24.77 %	7.21 %
Escola NSA	16.67 %	33.33 %	50,00%	0,00 %

Já com relação à escrita o quadro é o seguinte:

Esfera/Escola	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Estado	8.82 %	12.24 %	32.59 %	44.99 %
Município	7.21 %	20.27 %	52.25 %	20.27 %
Escola NSA	0,00 %	16.67 %	66.67 %	16.67 %

Quanto à Matemática:

Esfera/Escola	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Estado	8.04 %	28.46 %	22.99 %	40.52 %
Município	10.04 %	41.70%	21.62 %	26.64 %
Escola NSA	28.57 %	57.14 %	0,00 %	14.29 %

Já na Escola Duque de Caxias quanto a proficiência em leitura essa é a realidade:

Esfera/Escola	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4			
Estado	9.42 %	28.08 %	45.94 %	16.56 %			
Município	27.48 %	40.54 %	24.77 %	7.21 %			
Escola DC	33.33%	44.44%	11.11%	11.11%			

Quanto à Matemática:

Esfera/Escola	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Estado	8.04 %	28.46 %	22.99 %	40.52 %
Município	10.04 %	41.7 %	21.62 %	26.64 %
Escola DC	0,00 %	33.33 %	33.33 %	33.33 %

No final do ano de 2013 o Município aderiu o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, que constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para a construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. A adesão foi feita inicialmente abrangendo trinta alunos década escola nucleada.

Espera-se com esse programa melhorar a qualidade do Ensino e

gradativamente aumentar o número de alunos atendidos.

Numa escala de 01 a 04 a aprendizagem dos educandos do terceiro ano no ano de 2013 nas duas escolas municipais avaliadas se apresenta da seguinte forma:

Proficiência em leitura:

Escolas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Duque de Caxias	33.33%	44.44%	11.11%	11.11%
Nossa S Aparecida	16.67 %	33.33 %	50,00 %	0,00 %

Quanto à escrita:

Escolas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Duque de Caxias	11.11 %	22.22 %	44.44 %	22.22 %
Nossa S Aparecida	0,00 %	16.67 %	66.67 %	16.67 %

Proficiência em matemática:

Escolas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4
Duque de Caxias	0,00 %	33.33 %	33.33 %	33.33 %
Nossa S Aparecida	28.57 %	57.14 %	0,00%	14.29 %

Conforme mostram as tabelas, a aprendizagem vem acontecendo de forma equilibrada nas duas escolas que tiveram o conhecimento dos educandos medidos pela ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização).

Com a adesão ao PNAIC (Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa) todos os educadores das turmas de alfabetização recebem formação continuada através de uma Orientadora e de uma Coordenadora que também recebem capacitação através do Ministério da Educação. Todos esses educadores recebem uma bolsa mensal que os motiva a ir buscar essas formações e melhorar o desempenho de suas aulas.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2013 mostra que o país ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 pontos. O IDEB nacional nessa etapa ficou em 5.2, enquanto em 2011 havia sido de 5.0.

As metas da rede municipal de ensino foram alcançadas por 69,7% dos municípios brasileiros. Infelizmente essa realidade não contempla o município de Passos Maia cujo IDEB sofreu decréscimo.

A rede estadual, que atende apenas 18% das matrículas públicas nessa fase, também superou suas metas. Em 75,7% dos municípios, as escolas estaduais superaram a nota 5,0 prevista para 2013 foi o que aconteceu com os anos iniciais da Escola estadual.

É importante lembrar que somente três escolas de município participaram dessa avaliação, visto que precisa de 20 alunos cadastrados no censo do ano anterior.

As notas do IDEB medido nos últimos anos com os alunos do quinto ano no município de Passos Maia, ficaram assim distribuídas:

ESCOLAS	IDEB OBSERVADO		
	2009	2011	2013
Escola EIEF Duque de Caxias	4.1	4.8	4.6
Escola EIEF Nossa S Aparecida	4.6	4.7	-
Escola EB Corália G Olinnger	5.1	5.2	6.7

Na antiga oitava série as notas foram as seguintes:

ESCOLAS	IDEB OBSERVADO		
	2009	2011	2013
Escola EIEF Duque de Caxias	-	4.40	4.10
Escola EIEF Nossa S Aparecida	3.80	4.20	3.40
Escola EB Corália G Olinnger	3.50	4.60	3.70

A tabela abaixo mostra a média geral do município de Passos Maia como um todo.

Município de Passos Maia	IDEB OBSERVADO		
--------------------------	----------------	--	--

	2009	2011	2013
Anos Iniciais	-	5.00	6.60
Anos Finais	3.50	4.60	3.70

Com relação aos anos iniciais das três escolas avaliadas no ano de 2013 a Escola Duque de Caxias alcançou a meta projetada, a Escola Corália Prof. Gevaerd Olinnger superou e a Escola Nossa Senhora Aparecida não participou porque a turma tinha menos que 20 alunos.

Já nos Anos Finais nenhuma das escolas conseguiu atingir a meta projetada, ficando aquém do esperado.

O IDEB 2013 dos anos iniciais da Escola EIEF Duque de Caxias atingiu exatamente a meta projetada de 4.6, mas teve queda com relação ao ano de 2011 e não alcançou 6,0. Tem o desafio de buscar garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

27% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano. Ou seja, dos 28 alunos que fizeram a prova, 8 demonstraram o aprendizado adequado.

23% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano, ou seja, dos 28 alunos, 6 demonstraram o aprendizado adequado.

O número de educandos que apresentam distorção idade série nos anos iniciais é de 16%, se acentuando ainda mais no quarto e quinto anos onde essa defasagem chega a 27% dos alunos que estão com 02 anos ou mais de atraso.

Já os anos finais da mesma escola não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0, precisando melhorar a sua situação para garantir mais educandos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. A meta era conseguir 4.4 e atingiu 4.1. Está em alerta.

Nessa fase a taxa de reprovação no ano de 2013 chegou a 10.8% e não houve abandono escolar.

15% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano. Dos 52 alunos, 8 demonstraram o aprendizado adequado.

Na matemática a situação se agrava ainda mais. Apenas 2% dos educandos aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano. Dos 52 educandos, apenas 1 demonstrou o aprendizado adequado.

O número de educandos que apresentam distorção idade série nos anos finais é de 31%, se acentuando ainda mais no sétimo ano onde essa defasagem chega a 52% dos educandos que estão com 02 anos ou mais de atraso.

No ano de 2013a taxa de reprovação nessa fase foi 2.9% ficando abaixo do abandono que foi de 4%.

Na Escola EIEF Nossa Senhora Aparecida do Assentamento Zumbi dos Palmares não houve avaliação do 5º ano, já que a turma tinha menos de 20 alunos, foi avaliada a distorção idade série e concluiu-se que 20% dos educandos do 1º ao 5º ano apresentam atraso escolar de pelo menos dois anos, isso se acentua ainda mais no quarto ano onde 44% deles apresentam distorção idade série.

Nos anos iniciais a taxa de reprovação no ano de 2013 chegou a 2.6% e não houve abandono.

Quanto aos anos finais a realidade é a seguinte:

O IDEB 2013 nos anos finais não atingiu a meta de 4.6, obteve 3.4, teve queda e não alcançou 6,0, está em alerta. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais educandos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

9% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano. Dos 45 alunos que realizaram a avaliação, 4 demonstraram o aprendizado adequado.

0% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano. Dos 45 alunos, nenhum demonstrou o aprendizado adequado.

Já a proporção de educandos que apresentam atraso escolar ou distorção idade-série nos anos finais nessa escola chega a 35%, acentuando-se ainda mais no sétimo ano onde a proporção é de

49%, levando se em consideração o atraso de dois ou mais anos. Nos anos finais a taxa de reprovação no ano de 2013 chegou a 11.3% e de abandono em 2.8%.

Na Escola de Educação Básica Corália Gevaerd Olinnger mantida pelo estado que atende os alunos da sede e de comunidades agrícolas tradicionais os dados são os seguintes:

O IDEB 2013 nos anos iniciais da rede estadual superou a meta de 4.7, cresceu e alcançou. 6,7. O foco é se manter a situação para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. 73% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano. Dos 28 alunos que realizaram a prova, 20 demonstraram o aprendizado adequado.

81% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano. Dos 28 educandos, 23 demonstraram o aprendizado adequado.

A distorção idade série do primeiro ao quinto ano é de 7%, com atraso de dois anos ou mais.

Já nos anos finais a rede estadual não atingiu a meta, teve queda e não alcançou 6,0, está em alerta com a média de 3.7. Precisa melhorar a sua situação para garantir mais educandos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

27% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano. Dos 66 educandos que fizeram a prova, 17 demonstraram o aprendizado adequado.

17% é a proporção de educandos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano. Dos 66 educandos, 11 demonstraram o aprendizado adequado.

A distorção idade série do sexto ao nono ano está em 18%, se acentua no sétimo ano com um índice de 38% de educandos, com atraso de dois anos ou mais.

2.2.1.3 ENSINO MÉDIO

O Município de Passos Maia conta com apenas uma escola que atende o Ensino Médio, trata-se da Escola de Educação Básica Professora Corália Gevaerd Olinnger que atende aproximadamente a 230 educandos. Após muitas reuniões com moradores, líderes do Movimento Sem Terra e o responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Regional no ano de Xanxerê conseguiu-se que fosse criada uma extensão da escola estadual junto à Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida do Assentamento Zumbi dos Palmares, para atender os educandos dos Assentamentos que circundam a escola que chegavam a percorrer 120 quilômetros/dia para frequentar o Ensino Médio na sede do Município, motivo esse que ocasionava muita falta e desistência. Nessa extensão são atendidos atualmente 44 educandos de primeira a terceira série.

Trata-se de uma parceria entre a administração municipal e estadual, já que o Município cede a infraestrutura necessária como: transporte diário dos professores e alunos, salas de aula, laboratório de informática, Biblioteca, Sala de Professores, cozinha, banheiros e Secretaria e o Estado entra com o pagamento de professores e de uma Auxiliar de Serviços Gerais.

O fato de Passos Maia ser um município essencialmente agrícola e a maioria das famílias residirem no campo contribui para que muitos jovens busquem um curso técnico através das Escolas Agrícolas para fazer o ensino médio e conseguirem um diploma profissionalizante. Existem atualmente 05 alunos de Passos Maia na Escola Agrícola de Fraiburgo que atende exclusivamente a alunos de Assentamentos, 10 na Casa Familiar Rural de Xaxim e outros 03 na Escola Agrícola de Água Doce. Essas escolas são mantidas pelo estado e funcionam em período integral.

Um dos problemas vivenciados por esses educandos, principalmente os de Fraiburgo está relacionado ao transporte, já que residem em assentamentos distantes da sede. Até o momento a Secretaria de Educação está conseguindo realizar esse transporte, embora algumas vezes com bastante dificuldade.

Pode-se dizer ainda, que as dificuldades mais comuns enfrentadas pelos educandos são: a idade incompatível à série devido às reprovações, o difícil acesso à escola, falta de estímulo da família e o baixo IDH no município, que de certa forma causa um estado de desânimo por falta de perspectivas de melhores condições de vida. Alguns educandos permanecem na escola apenas para não perder os auxílios governamentais como Bolsa Família e Pró-Jovem, entre outros.

A EEB Professora Corália Gevaerd Olinnger, que é de responsabilidade do Governo do Estado, atende atualmente 163 educandos residentes em todo o território municipal, nos períodos diurno e noturno, dependendo da necessidade de cada um. A maior parte deles, cerca de 70%, depende do transporte escolar para chegar até a escola. Como as distâncias percorridas são muito longas, alguns precisam sair de suas casas às 05:00 horas e, ou às 10:30 horas da manhã para chegar à escola às 07:45 e às 13:30 horas, horário que iniciam as aulas, dependendo do horário que estudam em cada ano letivo. Este é um fator relevante para a evasão e repetência escolar que ainda é acentuada, 13.4%.

A escola conta com 16 funcionários, entre administrativos e educadores, para atender os educandos do Ensino Médio, sendo que todos os educadores são pós-graduados em suas respectivas áreas de atuação.

2.2.2 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

2.2.2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL

O município de Passos Maia contempla a educação especial em diversas instituições de ensino municipais, estaduais e filantrópicas. A Escola Especial Raio de Luz, vinculada à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos Maia/SC, localizada no centro foi fundada em 11 de junho de 2003, com esse nome. Hoje é denominada CAESP (Centro de Atendimento Educacional Especializado). A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma instituição mantida com recursos próprios da Associação, do Governo Estadual (Fundo Social), e convênios celebrados com a Prefeitura Municipal e com a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE).

A APAE hoje conta com um número de 32 educandos, sendo estes 13 do sexo feminino e 19 do sexo masculino, de idades que variam de 1 a 75 anos. Os mesmos apresentam deficiência mental que vai de moderada a severa e autismo. O maior número de educandos atendidos são adultos com idade acima de 20 anos. Contudo sabe-se que no município existem alguns educandos que ainda não frequentam a Educação Especial, pelo fato de serem adultos e não aceitarem frequentar, visto que passaram a vida toda na intimidade de suas casas onde se sentem mais seguros e protegidos.

As etapas e fases que são contempladas nessa Escola Especial são:

- Estimulação Essencial: 0 a 3 anos
- Serviço Pedagógico Específico I: 4 a 7 anos
- Serviço pedagógico Específico II: 7 a 16 anos
- Serviço Pedagógico Específico III: maiores de 16 anos
- Iniciação para o Trabalho: maiores de 16 anos
- Autismo: maiores de 16 anos

O atendimento dos profissionais como fisioterapeuta e psicólogo é realizado nas salas de aula, não sendo esse um lugar propício para esse tipo de atuação.

Os educandos são atendidos em dois turnos (matutino e vespertino) possibilitando a frequência diária, o que consequentemente proporciona maior aprendizado.

Essa escola ainda precisa construir sua sede própria, já que funciona em uma casa alugada e não dispõe de infraestrutura adequada para o atendimento de portadores de necessidades especiais como rampas, além de não ter espaço físico suficiente para atender os educandos com melhor qualidade.

A APAE, têm salas de aula pequenas, pois são cômodos de uma casa alugada, atendendo somente as necessidades básicas para se manter em funcionamento. Celebra convênio com a Fundação

Catarinense de Educação Especial e essa, com a Secretaria de Educação do Estado, contratando quatro pedagogos com carga horária de quarenta horas cada, uma professora de Educação Física com uma carga horária de vinte horas e uma diretora também mantida pela APAE com carga horária de quarenta horas semanais. Todos atuam diretamente com educandos com deficiência mental, autistas e paralisados cerebrais. Todas as educadoras que trabalham nessa instituição têm graduação na sua área de atuação. Na área da pedagogia três das educadoras tem pós-graduação em Educação Especial e Inclusão e um está buscando uma graduação em Educação Especial, especificamente. Isso nos permite concluir que todos os profissionais são bem capacitados.

Na APAE atuam a direção e o corpo docente, não há outros especialistas na área pedagógica, somente um fisioterapeuta, uma assistente social e uma psicóloga cedida pela prefeitura municipal, tendo quando necessário um médico, um dentista e enfermeiras do posto de saúde que auxiliam e realizam um trabalho em conjunto. A prefeitura também cede a essa entidade duas Auxiliares de Serviços Gerais e um motorista.

Atualmente estão distribuídas entre as sete escolas existentes no Município onze educandos portadores de necessidades especiais que frequentam o Ensino Regular.

A forma como a inclusão foi historicamente imposta às escolas sem que houvesse formações, preparação e até informações necessárias para o atendimento de qualidade a esses educandos vem gerando muitas dificuldades para desenvolvimento do trabalho.

Em cada turma onde são atendidos existe um educador, denominado segundo professor, cujo objetivo é atuar com um olhar especial para essa criança ou adolescente para que de fato se efetive a inclusão. Infelizmente o que se percebe ainda é que esse educador, muitas vezes, acaba assumindo esse educando praticamente sozinho. Tudo o que diz respeito ao educando é repassado somente a ele. Em algumas vezes essa criança ou adolescente acaba ficando acomodado e muito dependente do segundo professor. O fato de esse educador permanecer o tempo todo com o educando e não dispor de tempo para planejar juntamente com o educador regente acaba dificultando o entrosamento entre eles e automaticamente diminuindo a qualidade de ensino para ambos.

Existe uma preocupação bastante grande por parte da Secretaria Municipal de Educação em mudar essa realidade buscando alternativas que visem garantir a autonomia e aprendizagem desses educandos.

Os educandos portadores de necessidades especiais que estudam nas Escolas Duque de Caxias, Nossa Senhora Aparecida e Corália Gevaerd Olinnger recebem no contra turno atendimento educacional especializado na sala de recursos multifuncionais que aos poucos está sendo equipada com materiais diversos encaminhados pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação através da (SECADI) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, como: notebooks, impressora, computadores, banda rítmica, entre outros.

No ano de 2014 com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação e Esportes as escolas da Rede Municipal de Ensino que podiam ser atendidas pelo PDDE Estrutura fizeram a adesão, elaboraram o Plano de ação que foi aprovado pelo FNDE e duas escolas e mais a Unidade Descentralizada da Educação de Jovens e Adultos foram contempladas e receberam aproximadamente dez mil reais cada uma para tornar alguns espaços acessíveis e adequados para o atendimento de crianças portadoras de necessidades especiais. Porém este recurso não foi suficiente para atender toda a demanda de adequação de acessibilidade das escolas do município.

2.2.2.2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos chegou a Passos Maia em maio de 2002 e a partir de então vem aumentando gradativamente o número de educandos. Nesse ano de 2015, são atendidos aproximadamente 50 pessoas.

Para melhor atendê-los a Secretaria de Educação criou turmas junto às escolas mais distantes. É o caso da Escola Duque de Caxias da Comunidade da Indumel que recebe alunos de onze assentamentos circunvizinhos e mais de algumas comunidades agrícolas. O mesmo acontece na Escola Nossa Senhora Aparecida no Assentamento Zumbi dos Palmares. Esses alunos frequentam, as aulas de duas a três vezes por semana e para chegar até a escola utilizam o transporte escolar. Na sede do município são atendidos educandos de diversas comunidades.

As orientações para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos, bem como alguns materiais e a alimentação são recebidas do CEJA de Xanxerê que também disponibiliza uma Auxiliar de Serviços Gerais para fazer a merenda e a limpeza.

Atualmente o município vem pagando com recursos próprios os professores das comunidades do interior, já que o número de alunos é inferior à meta do estado.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas pela Secretaria Municipal de Educação é com relação ao espaço físico para o atendimento da EJA, tanto na sede quanto no interior.

De acordo com levantamento elaborado a partir do censo demográfico do IBGE no ano de 2010, 66.6% da população disse não ter concluído o Ensino Fundamental, 12.5% revelou ter concluído, 16.6% disseram ter concluído o Ensino Médio, 4.3% dos entrevistados disseram estar cursando ou concluído o Ensino Superior.

Os dados apresentados são bastante preocupantes já que ficam abaixo da média nacional. Acredita-se que a escolaridade dessas pessoas tenha evoluído com a implantação da (EJA) Educação de Jovens e Adultos no interior do município, mas mesmo assim há necessidade de encontrar formas de mudar essa realidade.

Considerando as matrículas da EJA nos últimos anos pode-se afirmar que já estão ocorrendo mudanças, pelo fato de o comércio, indústria e outros setores empregatícios estarem exigindo maior escolaridade para a contratação de pessoal, bem como para recebimento de benefícios previdenciários.

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE aponta que a taxa de analfabetismo em Santa Catarina diminuiu de 5,17%, dado de 2006, para 3,86%, em 2010, o que representa uma queda de 1,92%, taxa bastante significativa. O município mais alfabetizado continua sendo São João do Oeste, com apenas 1,04 de pessoas que não sabem ler e nem escrever. Balneário Camboriú passa a ocupar o segundo lugar no ranking catarinense, com 1,50%, e Pomerode agora está em terceiro lugar, com 1,68% da população não alfabetizada. Já Passos Maia ainda possui um índice de 9.11% da população analfabeta. Considerando-se que quando o município foi emancipado em 1991 esse índice era de 25% houve uma evolução considerável.

Pensando em reduzir esse índice, o município de Passos Maia, aderiu no ano de 2013 ao Programa Brasil Santa Catarina Alfabetizada. Houve bastante divulgação e até visitas às famílias, mas só foi possível criar uma turma com sete educandos no Assentamento Zumbi dos Palmares. Desses, quatro desistiram. Já no ano de 2014 cinco turmas foram criadas, sendo: uma no centro e as demais nos assentamentos Zumbi dos Palmares, Taborda e Sapateiro e na Linha Tigre. Cada turma tinha em média sete alunos, dos quais cerca de 50% desistiram no decorrer do ano.

Sabe-se que é muito difícil convencer essas pessoas a retornar para a escola. Todas têm consciência da importância de pelo menos saber ler e escrever, mas alegam ter vergonha de participar das aulas. Geralmente têm baixa autoestima e acreditam que realmente são incapazes de aprender.

No ano de 2014 o Município foi contemplado com o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) para dois cursos, o cadastro das pessoas bem como o acompanhamento dos trabalhos está sendo feito pela Secretaria de Desenvolvimento Social que atende quarenta alunos nos cursos que acontecem em três dias da semana.

A administração municipal oferece transporte em algumas comunidades para vinda e retorno desses jovens e adultos e mesmo assim

não consegue atender a demanda de todas as comunidades.

2.2.2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

Apesar dos cursos do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) se fazerem presentes no Município ainda existe uma demanda considerável para cursos técnicos que possam atender também à População do Campo.

Hoje aproximadamente 60 Jovens e Adultos estão buscando cursos técnicos no PRONATEC e em Escolas Agrícolas de outros municípios.

O fato de o município de Passos Maia ter uma área bastante extensa e a maioria da população residir no campo, dificultando o acesso das pessoas a cursos profissionalizantes, isso faz com que alguns jovens procurem as escolas agrícolas para fazer um curso técnico. Nessas escolas os alunos permanecem em período integral retornando para suas casas nos finais de semana e, no caso de Fraiburgo, conforme o calendário da Escola.

2.2.2.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR DO CAMPO

Entendemos o Campo como espaço de luta dos povos do campo para produzirem sua vida. Campo como possibilidade de trabalho para os camponeses. Campo como espaço de desenvolvimento de práticas produtivas que tenham a vida como centro, buscando a produção agroecológica, sem utilização de agrotóxico ou produtos que destruam a vida.

Educação do campo que pretende o atendimento à diversidade cultural, vínculo da escola com os conhecimentos dos sujeitos bem como com as lutas dos movimentos sociais do campo. Educação do campo como estratégia do desenvolvimento local e territorial sustentável. Uma educação que promova o ser humano e suas relações.

Encontramos a defesa desses conceitos nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que buscam assegurar nas escolas as experiências e as demandas dos movimentos sociais e de todos os povos do campo e na LDB 9394/96 – que tem nos artigos 23 e 28 - assegurado o direito do atendimento nas escolas das especificidades da vida do campo.

Podemos definir a identidade da escola do campo, não aquela restrita apenas a um espaço geográfico, mas vinculada aos povos do campo, quer seja, os que vivem no meio rural e também os que vivem nas sedes dos 4.485 municípios com características rurais do nosso país.

A população de Passos Maia, segundo censo do IBGE vem diminuindo no decorrer dos anos. De acordo com os dados coletados em 2010 esse município possuía 4.425 habitantes, destes, 1.102 pessoas residiam na cidade e 3.327 no campo, ou seja, a população rural do município é formada por camponeses, entre eles: agricultores, fazendeiros, empregados de fazenda, agregados ou trabalhadores no ramo do reflorestamento, corte e industrialização da madeira, e a população que reside na cidade trabalha no comércio local, no funcionalismo público, ou na indústria.

Observando o PME de 2008 percebe-se uma diminuição no número de educandos no campo onde existia 09 escolas e hoje são cinco e conseqüentemente um aumento significativo na cidade. Atualmente existem duas escolas nucleadas: Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Nossa Senhora Aparecida do Assentamento Zumbi dos Palmares que atende aproximadamente 210 educandos da Educação Infantil ao Nono Ano e 10 da Educação de Jovens e Adultos. A Escola EIEF e Duque de Caxias da comunidade de Indumel com aproximadamente 230 educandos da Educação Infantil, Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos são atendidos aproximadamente 10 alunos todos em escolas do campo a grande maioria deles são oriundos dos Assentamentos que as circundam. As demais unidades são multisseriadas e estão na Indústria de Madeiras Tozzo, onde são atendidos 20 educandos, destes, 07 da Educação Infantil e 13 de primeiro ao quinto ano, na

comunidade de Dom Carlos estudam 13 crianças dos anos iniciais e no Assentamento Conquista do Horizonte são atendidos 10 educandos também dos anos iniciais.

Todas as escolas do Ensino Fundamental da rede municipal situam-se no campo, por isso a preocupação em valorizar a educação do campo como uma especificidade inserida na totalidade da educação. Em se tratando do atendimento à educação, as escolas possuem vários recursos didáticos, pedagógicos e audiovisuais.

Todas as escolas recebem merenda escolar de qualidade com cardápio elaborado e acompanhado por nutricionista seguindo as orientações do PNAE.

Todas as escolas do campo possuem materiais esportivos para a prática de atividade física. Uma delas foi contemplada com uma quadra esportiva que está em construção através do PAR (Plano de Ações Articuladas) e outra possui uma quadra de areia que além dos alunos serve também à comunidade nos finais de semana e à noite. Três dessas escolas possuem laboratório de informática completo, onde são atendidos todos os educandos e duas têm bibliotecas com um extenso acervo de livros de literatura para a utilização dos educandos e também material de pesquisas para atender à demanda dos educadores.

A administração municipal em convênio com o Governo do Estado está investindo na ampliação para atendimento com internet no meio rural, uma vez que apenas uma das Escolas da Rede Municipal de Ensino tem acesso à internet. Espera-se em breve suprir essa deficiência, possibilitando à maioria da população rural acesso aos meios de comunicação também via internet, podendo assim usufruir desse importante veículo de comunicação e informação.

Para ir e voltar da escola as crianças, adolescentes, jovens e adultos utilizam o transporte escolar municipal. Quem estuda nas escolas do campo fica em média 60 minutos por dia viajando de ônibus. Como não há atendimento do Ensino Médio e anos finais da Educação Fundamental em todas as localidades do campo os educandos que moram em tais comunidades estudam na escola estadual na cidade e por isso se deslocam diariamente em média 180 minutos no trajeto de ida e volta.

Os educadores, em sua maioria residem na cidade e deslocam-se diariamente para as escolas do campo. Ainda são poucos os educadores habilitados que residem próximo a essas escolas.

Quanto à formação específica de educadores do campo, é correto afirmar que existe atualmente três professores concluindo uma especialização oferecida pela UDESC (Universidade de Santa Catarina) denominada Arte no Campo. A Secretaria Municipal de Educação permite que eles se ausentem para frequentar as aulas três dias no mês desde que tragam a declaração de frequência e coloquem substituto.

Percebe-se uma preocupação do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) em melhorar a qualidade do ensino nessas escolas, já que o repasse de vários recursos que lhes são destinados têm um valor superior ao das demais. Além disso, existem programas voltados exclusivamente às escolas do Campo visando adequá-las com equipamentos, materiais de construção e mão de obra, para atender melhor a todos. Há também formação para os educadores dessas escolas para que conheçam e valorizem a Educação do Campo.

O transporte público atende a necessidade quantitativa e qualitativa do município, mas ainda existem quatro ônibus terceirizados, que geram custos elevadíssimos ao Município. O transporte passa próximo às casas dos estudantes, evitando longas caminhadas, mas em alguns locais há necessidade de o transporte chegar mais perto do aluno.

A participação das famílias na vida escolar em algumas escolas ainda é insuficiente, talvez porque pedagogicamente haja poucas atividades de envolvimento escola, família e comunidade. Por outro lado, a comunidade também deixa brechas quanto a buscar meios de inserção na vida escolar. Acredita-se que essa pouca participação dos pais em algumas das escolas melhore com a aquisição do Sistema de Ensino SEFE (Sistema Educacional Família e Escola), neste ano de 2015 que, além do material, oferece formação aos

professores e proporciona encontros com as famílias.

Considerando as condições anteriores, a nucleação não alterou a realidade das localidades e qualificou o ensino/aprendizagem, proporcionando melhores condições de estrutura física, pedagógica e organizativa no sentido da seriação dos estudantes, entre outros. A falta deu-se no sentido de as comunidades do entorno da nucleação perderem um espaço importante que contribuía na organização da comunidade que era a escola. Isso ajudou a gerar a desmobilização das comunidades, que se afastaram ainda mais da vida escolar dos educandos.

2.2.3. EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

O termo Educação em Tempo Integral ou Escola de Tempo Integral diz respeito às Escolas e Secretarias de Educação que ampliaram a jornada escolar de seus estudantes trazendo ou não novas disciplinas para o currículo escolar. A maioria das unidades de ensino que adotam esse modelo geralmente implementam a extensão do tempo em turno e contraturno escolar, ou seja: durante metade de um dia letivo, os estudantes estudam as disciplinas do currículo básico, como português e matemática e as demais, e o outro período é utilizado para aulas ligadas às artes ou esporte, reforço escolar, entre outros.

Na perspectiva da educação integral, o conceito de tempo integral suscita várias discussões, uma vez que há algumas correntes dos movimentos sociais ligados à educação que defendem que, apenas a ampliação do tempo de estudo não garante o resultado ambicionado pela educação integral no ensino e aprendizagem dos estudantes, resultado este que deseja garantir o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes.

As escolas do Assentamento Zumbi dos Palmares e da comunidade da Indumel incentivados pela Secretaria Municipal de Educação aderiram ao Programa Mais Educação a título de experimentação com trinta alunos cada escola. A Escola de Educação Básica Estadual Corália Gevaerd Olinnger também aderiu e todas deram início aos trabalhos com atendimento integral aos educandos.

O Ministério da Educação destina uma verba específica para o Programa que serve para custear gastos com o transporte e alimentação dos monitores e para aquisição de materiais para desenvolver as oficinas. Esse recurso é distribuído através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) vem diretamente na conta do Conselho Escolar que deverá utilizá-lo de acordo com as orientações e fazer a prestação de contas da mesma forma.

Para desenvolver esse Programa o município contratou uma Coordenadora com carga horária semanal de 20 horas para acompanhar e assessorar os monitores e uma professora em cada escola para o acompanhamento pedagógico. A orientação técnica para a elaboração das prestações de contas é feita pela Secretaria Municipal de Educação, que dispõe de um Auxiliar Técnico Pedagógico que presta esse serviço a todas as escolas que necessitarem, além de atender a outras questões técnico administrativas da Secretaria. As oficinas a serem desenvolvidas no primeiro semestre são: Acompanhamento Pedagógico, Teatro, Futsal, Tênis de Mesa, Canteiros Sustentáveis e Uso Adequado da Água.

2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR

No município de Passos Maia não está em andamento nenhum projeto para implantação de curso superior. Os educandos que chegam a esse nível de ensino contam com o apoio do poder público que oferece uma quantia em dinheiro mensalmente para auxiliar no transporte aos que apresentam atestado de frequência nas universidades que têm cursos presenciais.

Sempre que é oferecido algum curso em universidades públicas, como por exemplo, a Pedagogia da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina) no Polo de Ponte Serrada, onde existe em andamento duas turmas, a Secretaria além de fazer toda a divulgação, disponibiliza uma pessoa para auxiliar nas inscrições de todos os interessados e garante no transporte. Esses universitários não

recebem o valor para o transporte já que a Secretaria disponibiliza motorista e carro para levá-los até o Polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil) de Ponte Serrada.

2.4 PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Em Passos Maia existe atualmente apenas um mestre de Educação atuando na Rede Estadual de Ensino. Ser mestre ou doutor é um sonho ainda distante de nossos educadores já que o custo é bastante elevado.

No ano de 2013 foram abertas 20 vagas para o curso na Universidade Pública Fronteira Sul, as vagas foram bastante disputadas e infelizmente nenhuma pessoa do município teve êxito.

As pessoas do município que fazem um curso de mestrado ou doutorado precisam transferir residência para outras cidades e, ao concluir, consequentemente conseguem trabalho e optam por morar distante.

A questão salarial também influencia bastante pois, os municípios menores não têm recursos suficientes para remunerar de forma justa esses educadores que geralmente acabam sendo absorvidos pelos os grandes centros.

Existe um número relativamente alto de profissionais com formação superior, a grande maioria são pedagogos, ainda há trabalhadores da educação que não possuem habilitação necessária para atuar em áreas específicas do ensino fundamental nos anos finais, exigindo desta forma uma atenção maior na situação aqui diagnosticada.

A rede municipal de ensino conta com 57 educadores. Desses, 42 possuem licenciatura plena, 09 estão cursando o ensino superior e 06 tem apenas o Ensino Médio.

Ainda existem áreas específicas que não possuem educadores habilitados, é o caso do Inglês na escola Duque de Caxias, da Educação Física na Escola Nossa Senhora Aparecida e Arte no CEI Branca de Neve. Desses, 24 são contratos temporários e 33 são efetivos. Pode-se concluir que não há necessidade de Concurso Público para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, somente nos anos finais para suprir a necessidade. Percebe-se que ainda há um número considerável de contratos temporários, isso se dá pelo fato de vários educadores efetivos, principalmente dos anos iniciais, estarem atuando em outras funções fora de sala de aula, como por exemplo: direção e coordenação, alguns remanejados por problemas de saúde. Também temos vários educadores contratados para atender os educandos portadores de necessidades especiais, alunos esses que podem solicitar transferência a qualquer momento e quando isso acontece o educador será dispensado. Outros são cedidos ao Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo e Mais Educação.

Na rede estadual há 25 educadores atuando em sala de aula e cinco no administrativo sendo que 15 deles são efetivos e 15 ACT's. Destes, um é mestre em Educação, 21 são pós graduados, 05 tem ensino superior e três estão cursando.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEPE) que utiliza os dados do censo escolar, no ano de 2013 a taxa de reprovação de alunos na rede estadual, no Ensino Fundamental atingiu 8.8% e no Ensino Médio foi de 13.4%. Esses indicadores mostram que esse percentual vem diminuindo no decorrer dos anos, mas que ainda é preocupante e que é preciso agir para reduzir ainda mais. Graças a atuação de órgãos legais, destacando-se o Conselho Tutelar a evasão escolar é mínima, mas infelizmente ainda existe. Faz-se necessário buscar formas de superar essas deficiências e garantir a presença de todas as crianças, jovens e adolescentes em idade escolar na escola.

O município de Passos Maia através dos gestores da Secretaria Municipal de Educação há tempos vem se preocupando em oferecer formação continuada aos educadores. Atualmente essas formações acontecem bimestralmente e contam com o apoio da SEFE (Sistema de Ensino Família e Escola). Acontece também, a formação continuada do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade

Certa (PNAIC), com encontros mensais envolvendo os educadores dos anos iniciais.

Também aderiu-se através do PAR (Plano de Ações Articuladas) Programas de Auxílio para formação que trata sobre inclusão. O FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) aprovou e acredita-se que em breve tenha-se o recurso de R\$: 11.684,32 para desenvolver essa formação.

As escolas também fizeram suas solicitações através do PDE Interativo e o município foi contemplado com várias vagas que serão disponibilizadas em breve.

No ano de 2015, iniciou-se também formação continuada com o grupo de educadores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental II que se reúnem mensalmente.

Em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

No dia 27/02/2013, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a Lei 11.738/2008, passou a ter validade a partir de 27 de abril de 2011, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) reconheceu sua constitucionalidade. A decisão tem efeito erga omnes, isto é, obriga a todos os entes federativos ao cumprimento da Lei.

O piso salarial foi uma grande conquista dos profissionais da Educação. Todos os anos no mês de janeiro ocorre o reajuste salarial. No ano de 2015 o reajuste foi de 13.01% o que significa dizer que o salário inicial de 40 horas semanais de um profissional da educação não pode ser inferior a R\$: 1.917,78.

Na rede municipal de ensino de Passos Maia o salário de um profissional com 40 horas semanais sem habilitação é de R\$:1.920,00, já o habilitado recebe um reajuste de 15%, se tiver pós graduação recebe mais 15%, mestrado 20% e doutorado 20%. Lembrando que só recebem essas vantagens os profissionais que forem efetivos na área da Educação. São direitos garantidos no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público aprovado pela Lei nº 002/2008. O Município possui o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público aprovado pela Lei complementar nº 002/98.

Esse documento é de grande valia, aliado da classe do magistério, que frequentemente busca nele as respostas para as dúvidas que surgem.

Nele estão contidos deveres e direitos dos profissionais da educação efetivos na rede.

Trata-se de um importante documento, embora já esteja bastante desatualizado, pois foi criado há 16 anos. Faz-se necessário reestruturá-lo e adaptá-lo à realidade vigente.

2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA

O município de Passos Maia possui todos os conselhos que a legislação exige, já que se o Conselho não estiver irregular os recursos são barrados.

Quanto à atuação pode-se dizer que esses colegiados nem sempre são atuantes, participativos e fiscalizadores. Geralmente são pessoas instruídas e idôneas, mas que dispõe de pouquíssimo tempo para atuar da forma que deveriam e consequentemente acabam aprovando prestações de contas sem a análise rigorosa que é exigida.

O fato dessas pessoas não receberem nenhuma remuneração para atuarem nos Conselhos acaba dificultando a sua participação, já que as empresas não dispensam trabalhadores para essas finalidades.

Apesar de todas as dificuldades já mencionadas os Conselhos Escolares e o Conselho Municipal de Educação vêm obtendo êxito nos últimos anos. Isso se dá pelo fato do Ministério da Educação possibilitar aos conselheiros escolares cursos de aperfeiçoamento com certificação, onde cursistas que realizaram o curso multiplicaram o conhecimento que adquiriram com os demais conselheiros. As escolas contam com apoio total dessas pessoas que trabalham voluntariamente em prol das mesmas.

Já o Conselho Municipal de Educação é composto em sua grande maioria por pessoas diretamente ligadas à Educação o que

possibilita os encontros sem que nenhum componente tenha desconto de dia de trabalho ao ter que se ausentar. Isso faz com a participação dos membros desse colegiado seja bastante ativa.

Para garantir a gestão democrática todas as escolas, com exceção do Centro de Educação Infantil, que está em fase de construção, as demais possuem o PPP (Projeto Político Pedagógico) que retrata a realidade da escola e direciona a forma que os trabalhos devem ser desenvolvidos e também o Regimento Escolar que só falta ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e servirá para mostrar os caminhos a serem seguidos pelos funcionários, educadores e educandos.

2.6 FINANCIAMENTO

O município de Passos Maia tem como principais atividades econômicas a agricultura, bovinocultura leiteira e gado de corte, aviários de postura e a indústria madeireira.

O investimento público em Educação no ano de 2014 superou a meta e alcançou 25.83% totalizando R\$: 4.612.314,34 (Quatro milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e catorze reais e trinta e quatro centavos). De acordo com os dados do SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Público) em Educação, no ano de 2014 o valor médio, gasto por aluno da Educação Básica foi de R\$: 6.125,47.

De acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o PIB municipal (Produto Interno Bruto) no ano 2008 foi de 53.802.860 mil, no ano de 2014 o Município gastou em Educação de 8.57% do PIB.

O valor recebido através do FUNDEB (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica) no ano de 2014 foi de R\$: 2.150.461,09, destes foram gastos com a folha de pagamento o equivalente a R\$: 87.22%, ultrapassando a meta do 60%.

Para o transporte escolar o município recebeu do PNATE (Programa Nacional do Transporte Escolar) R\$: 101.420,72, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes no campo. Já do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que tem como objetivo a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional destinou ao município R\$: 54.016,00.

O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) da Educação Básica destina recursos para os Conselhos Escolares de cada escola. O total recebido no ano de 2014 foi de R\$: 26.780,00. O PDDE estrutura destina recursos aos Conselhos Escolares visando tornar as escolas mais acessíveis contemplou três escolas com o valor de R\$: 28.300,00, já o PDDE Qualidade que objetiva a prática do Esportes dos educandos de 12 a 17 anos, contemplou duas escolas totalizando R\$: 2.720,00 para a compra de materiais de esporte e fardamento que devem permanecer na escola para as práticas esportivas.

3. METAS E ESTRATÉGIAS

META 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, metas de expansão da respectiva rede pública de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, inclusive nas escolas do campo que abrangem várias comunidades.

1.3 Estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches inclusive no campo;

1.4 Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.5 Fomentar o atendimento das populações do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

1.6 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.7 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.8 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso no ensino fundamental dos educandos de 6 (seis) anos de idade completos até 31 de março a partir do primeiro ano de vigência do PME;

1.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.10 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.11 Estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

1.12 Continuar fortalecendo a concepção de Educação Infantil como sendo a primeira etapa da Educação Básica, buscando consolidar a melhoria da qualidade do atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, oportunizando às mesmas a viver sua infância em plenitude como um período que possui características próprias, partindo da história individual e social de cada um para a apropriação do conhecimento construído pela humanidade. A partir disso, continuar garantindo a oferta de vagas para crianças de 0 a 4 anos de idade, realizando atendimento integral, buscando atingir um número maior de crianças atendidas, com qualidade e respeito às especificidades dessa faixa etária (0 a 5), assegurando seu direito de desenvolver-se de maneira saudável e segura.

1.13 Atender integralmente crianças de 0 a 05 anos até o final da vigência desse PME.

1.14 Consolidar nos PPP's das instituições de Educação Infantil o trabalho na perspectiva do desenvolvimento da criança e da infância desde a diversidade social e cultural das populações infantis, onde os conhecimentos e as práticas escolares nesta faixa etária garantam a socialização e a universalização da criança no mundo da cultura.

1.15 Persistir pela atuação de educadores, respectivamente formados nessa área de ensino, o que deve conduzir a contratação de profissionais com tal formação suprimindo a demanda atual e projetar a futura necessidade respeitando o número de crianças por sala.

1.16 Construção e ou ampliação e reforma da CEI em parceria

com o Governo Federal através do programa pró infância, com infraestrutura adequada às crianças, desde materiais, mobiliários e equipamentos, inclusive, dando acessibilidade à criança com necessidades educativas especiais, contando com a participação de pedagogos da infância na construção destes espaços infantis.

1.17 Até o final da vigência desse Plano, garantir a adaptação de uma sala de aula com móveis e materiais necessários nas escolas da Indumel e do Assentamento Zumbi dos Palmares, visando o atendimento das crianças de zero a três anos para suprir a necessidade das mães que trabalham fora e não têm com quem deixar seus filhos.

1.18 Garantir no calendário escolar datas para formação de professores priorizando pela qualidade de ensino nessa etapa escolar, Calendário esse que deverá ser entregue antecipadamente aos familiares para que possam se organizar.

1.19 Após a construção e ou ampliação do CEI, buscar recursos junto à esfera municipal, estadual e ou federal para implantação de Biblioteca e Laboratório de Informática que atendam a demanda daquela unidade de ensino.

1.20 Garantir que até o final da vigência desse Plano o número de crianças da Educação Infantil por sala aconteça da seguinte forma: 06 crianças de até 01ano por professor, 08 crianças de um a dois anos por professor, 13 crianças de dois a três anos por professor, 15 crianças de três a quatro anos por professor e 20 crianças acima de 04 anos por professor, conforme determina a resolução 091/1999 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. De acordo com sugestões apresentadas em Audiência Pública, esses números poderão ser ainda menores, desde que o município tenha condições financeiras para tanto.

1.21 Incluir na grade curricular da educação infantil os seguintes componentes curriculares: Inglês, Artes, Ensino Religioso e ou Contação de História a partir do primeiro ano de vigência deste plano, garantindo a qualidade de ensino e os 33,3% de hora atividade dos docentes.

1.22 Disponibilizar a todas as crianças desta faixa etária, brinquedos, jogos educativos, materiais e equipamentos adaptados a cada idade a fim de garantir a qualidade de ensino a cada etapa escolar durante toda vigência deste plano.

1.23 Adquirir gradativamente em parceria com as famílias, se necessário o uniforme escolar para todas os educandos da rede municipal de ensino.

1.24 Manter e Implantar sistema de segurança (alarmes, câmara de segurança) em todas as escolas da rede municipal que ainda não possuem.

1.25 Aderir aos programas que visem equipar as escolas e adquirir mobiliário adequado a cada fase escolar.

1.26 Buscar através do Programa de Ações Articuladas do FNDE, a construção de uma quadra poliesportiva coberta e ou ginásio de esportes para o CEI Branca de Neve.

1.27 Em caso de ampliação da unidade escolar, garantir espaço adequado para fraldário, almoxarifado, lavanderia e área coberta.

1.28 Garantir a qualidade e segurança do transporte escolar tanto público quanto terceirizado, de acordo com as orientações do PNATE.

1.29 Incentivar o uso das novas Tecnologias educacionais nas unidades escolares pelos educadores e educandos visando tornar as aulas atrativas com qualidade de ensino.

META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluem essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS:

1.1 Garantir a alfabetização das crianças até o final do 3º ano, valorizando sua cultura, proporcionando conhecimentos de acordo com a realidade onde está inserida.

1.2 Criar mecanismos em cada escola, para o acompanhamento

individualizado dos educandos do ensino fundamental que não estão atendendo as expectativas para a aprendizagem adequada;

1.3 Nos anos finais do Ensino Fundamental, possibilitar Conselhos de Classe participativos onde sejam definidas metas conjuntas a serem alcançadas visando garantir a aprendizagem da grande maioria dos alunos.

1.4 Oferecer atendimento psicológico aos educandos que assim necessitarem, garantindo o acompanhamento no desenvolvimento de todos.

1.5 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos educandos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

1.6 Garantir um dia de formação antes do início do ano letivo para revisão e adequação do PPP que deverá ser seguido durante todo o ano letivo.

1.7 Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

1.8 Estabelecer critérios que garantam a aprendizagem visando reduzir ao máximo as reprovações e consequentemente a distorção idade-série.

1.9 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

1.10 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, preferencialmente nas próprias comunidades desde que haja uma quantidade considerável de alunos.

1.11 Aquisição por meio do PAR de notebooks e ou tablets para uso dos educandos em sala de aulas para pesquisa e trabalhos;

1.12 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo.

1.13 Estabelecer metas que visem garantir a aprendizagem dos educandos até o terceiro ano de forma que na Avaliação (ANA), 70% deles estejam no nível 3 e 4, tanto no português quanto na matemática.

1.14 Garantir formação continuada dos educadores dessa etapa do ensino visando a melhoria da qualidade.

1.15 Aquisição de terreno no centro da cidade para construção de escola de ensino fundamental até 2017;

1.16 Aderir através do PAR (Programas de ações Articuladas) a projeto de construção de Escola de Ensino Fundamental Urbana, visando a municipalização desta etapa de ensino.

1.17 Buscar através do Programa de Ações Articuladas do FNDE, a construção de uma quadra poliesportiva coberta e ou ginásio de esportes para a escola Nossa Senhora Aparecida.

1.18 Garantir a manutenção das escolas multisseriadas atendendo as necessidades que venham a surgir.

1.19 Criar uma avaliação diagnóstica de aprendizagem para os educandos do 3º e 5º anos para todas as escolas da rede municipal, visando assim a sondagem da qualidade de ensino nas escolas seriadas e multisseriadas, visto que por vezes não participam das avaliações do MEC em decorrência do baixo número de educandos.

1.20 Manter e ampliar o sistema e segurança (alarmes, câmara de segurança) em todas as escolas da rede municipal cercando os pátios escolares onde se fizer necessário.

1.21 Instalação de condicionadores de ar em todas as salas de aulas das escolas municipais até o final da vigência deste PME

1.22 Garantir a qualidade e segurança do transporte escolar tanto público quanto terceirizado, de acordo com as orientações do PNATE.

1.23 Incentivar o uso das novas tecnologias educacionais nas unidades escolares pelos educadores e educandos, visando tornar as

aulas atrativas e com qualidade de ensino.

1.24 Melhorar o gradativamente IDEB de todas as unidades escolares.

META 3: Universalizar, até 2020, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS

2.1 Manter e ampliar a parceria com o Ensino Médio no que se refere às condições de acesso disponibilizando espaço físico compartilhado para que o atendimento seja efetivado nas áreas de assentamento especificamente na região da Indumel.

2.2 Garantir espaço físico compartilhado para as práticas pedagógicas, bem como equipamentos, quadra esportiva, sala de informática, vídeo e biblioteca.

2.3 Oferecer melhor formação educacional aos educandos do Ensino Básico observando o quantitativo e o qualitativo na formação humana integral.

2.4 Pactuar, entre União, Estado e Município, no âmbito da instância permanente de negociação e cooperação, de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio.

2.5 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem pólos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar.

2.6 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, e das pessoas público da educação especial.

2.7 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma intersetorial.

2.8 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, de forma intersetorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.

2.9 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

2.10 Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.

2.11 Implementar políticas de prevenção à evasão escolar motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão.

2.12 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

2.13 Garantir a qualidade e segurança do transporte, tanto público quanto terceirizado, de acordo com as orientações do PNATE.

2.14 Incentivar o uso das novas Tecnologias educacionais nas unidades escolares pelos educadores educandos visando tornar as aulas atrativas com qualidade de ensino.

META 4 : Universalizar imediatamente, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS

3.1 Disponibilizar, ao longo deste PME, espaço adequado para as salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de educadores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo;

3.2 Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em escolas da rede regular de ensino ou em instituições especializadas, em parceria com a Saúde e Assistência Social ou via convênios com instituições públicas ou privadas, conforme necessidade identificada por meio de avaliação de profissional especializado.

3.3 Garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

3.4 Promover, garantir e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação dos beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

3.5 Garantir o acompanhamento do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de educadores do atendimento educacional especializado.

3.6 Promover, por iniciativa da Secretariada Educação, através de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de zero a 17 dezessete anos no município, se necessário pedindo reavaliação dos diagnósticos apresentados, visando a melhor integração do educando no ensino regular;

3.7 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino;

3.8 Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, através de convênios com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino;

3.9 Garantir que as escolas de educação básica promovam espaços para participação das famílias na elaboração do projeto político pedagógico na perspectiva da educação inclusiva.

3.10 Contratar profissional itinerante com habilitação em Educação Especial para diariamente auxiliar e acompanhar os educadores e educandos no desenvolvimento do trabalho escolar visando garantir a inclusão, reavaliando a necessidade de contratação de segundo professor para educandos com necessidades especiais que apresentem autonomia necessária para acompanhar a turma mesmo com algumas limitações, com a intervenção do professor regente e dos que possuem deficiências leves, para que a inclusão

de fato aconteça.

META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS

4.1 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos educadores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

4.2 Preparar os educandos para realização dos instrumentos de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, favorecendo a melhora na qualidade de ensino.

4.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

4.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos educandos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

4.5 Garantir a alfabetização de crianças do campo valorizando sua cultura com a produção de materiais didáticos específicos e proporcionando conhecimentos a partir da realidade local;

4.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de educadores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de educadores para a alfabetização;

4.7 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

4.8 Apoiar durante todo o período de vigência do PME, programas de incentivo à leitura, produção e escrita.

META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos educandos da educação básica.

ESTRATÉGIAS

5.1 Instituir, em regime de colaboração com estado e união, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

5.2 Aderir, em regime de colaboração, ao Programa Nacional de Ampliação e Reestruturação das Escolas Públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

5.3 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

5.4 Atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se

as peculiaridades locais;

5.5 Possibilitar a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de quatro a dezessete anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em parceria com instituições especializadas;

5.6 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional e formativa, incluindo palestra com nutricionista, psicóloga, assistente social e outras especialidades.

META 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:

Nos anos iniciais deverá alcançar:

ESCOLAS	IDEB OBSER- VADO	METAS PROJETA- DAS				
	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Escola EIEF Duque de Caxias	4.1	4.8	4.6	5.0	5.5	6.0
Escola EIEF Nossa S Aparecida	4.6	4.7	-	4.8	5.5	6.0
Escola EB Corália G Olinnger	5.1	5.2	6.7	5.8	6.0	6.3

Nos anos finais deverá ser da seguinte forma:

ESCOLAS	IDEB OBSER- VADO	METAS PROJE- TADAS				
	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Escola EIEF Duque de Caxias	-	4.4	4.1	4.6	5.3	6.0
Escola EIEF Nossa S Aparecida	3.8	4.2	3.4	4.8	5.2	6.0
Escola EB Corália G Olinnger	3.5	4.6	3.7	5.5	5.7	6.0

Enquanto município o IDEB projetado deverá alcançar:

Município de Passos Maia	IDEB OBSER- VADO	METAS PROJE- TADAS				
	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Anos Iniciais	-	5.0	6.6	5.2	5.6	6.0
Anos Finais	3.5	4.6	3.7	4.9	5.4	6.0

ESTRATÉGIAS

6.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos para cada ano do ensino fundamental, respeitada a diversidade regional, estadual e local; assegurar que:

6.2 No quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos educandos do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

6.3 No último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

6.4 Instituir, a nível municipal indicadores de avaliação institucional

com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

6.5 Elaborar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.

6.6 Fomentar e executar os Planos de Ações Articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de educadores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

6.7 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

6.8 Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

6.9 Participar do desenvolvimento de pesquisas oferecidas pelo governo federal para atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais.

6.10 Universalizar, em colaboração com a União, o Estado e Municípios até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

ESTRATÉGIAS

7.1 Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, dando prioridade a estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados;

7.2 Manter e melhorar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

7.3 Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio;

7.4 Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes

aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 95% (noventa e cinco por cento) até o final da vigência desse plano e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS

8.1 Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

8.2 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;

8.3 Apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

8.4 Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses educandos;

8.5 Executar ações de atendimento aos estudantes da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde.

8.6 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados às ações de oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

8.7 Fomentar programas de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal.

8.8 Auxiliar nas inscrições do ENCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) a todas as pessoas maiores de quinze anos que ainda não concluíram o Ensino Fundamental, mas sabem ler e escrever e podem eliminar disciplinas para obter a certificação e prosseguir com seus estudos.

META 10: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

ESTRATÉGIAS

10.1 Buscar incentivo à implantação de uma escola de ensino técnico na área agrícola para atender a realidade municipal ou expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo, de acordo com os seus interesses e necessidades.

10.2 Desenvolver programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

META 11: Manter políticas públicas de incentivo e apoio buscando elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS

11.1 Continuar auxiliando com transporte e ou ajuda de custo os acadêmicos do município que precisam se deslocar para outros municípios para estudar.

11.2 Manter transporte nos dois dias de Prova do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) possibilitando a todos os inscritos o acesso ao local das provas.

10.3 Incentivar as pessoas a se inscreverem no ENEM para

posteriormente adentrarem num curso superior, disponibilizando computador com acesso à internet ou um funcionário para auxiliar nas inscrições.

META 12: Incentivar a ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema municipal de ensino para 5% (cinco por cento) dos profissionais da Educação.

ESTRATÉGIAS

11.1 Incentivar os educadores da rede municipal a prosseguir seus estudos.

11.2 Permitir afastamentos remunerados para que os educadores efetivos possam fazer o mestrado e doutorado, conforme prevê o Artigo 103 do Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Passos Maia.

META 13: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, até o final da vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os educadores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS

12.1 Incentivar a iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica;

12.2 Participar de programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial;

12.3 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

12.4 Implementar cursos e programas especiais para assegurar formação específica na educação superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício;

12.5 Contratar como educador habilitado, somente aqueles com formação superior na área em que vai atuar.

META 14: Incentivar a formação, em nível de pós-graduação, 90% (noventa por cento) dos educadores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS

13.1 Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

13.2 Continuar incentivando os educadores a cursar a Pós Graduação, mesmo que para isso, precisem sair algumas vezes no mês tendo que colocar substituto.

META 15: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a manter política de melhorias remuneratórias de modo a aproximar seu rendimento médio ao máximo possível dos demais profissionais com escolaridade

equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

ESTRATÉGIAS

14.1 Manter e reestruturar no Município, Plano de Carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho.

14.2 Manter políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional.

META 16: Reestruturar, no prazo de 4 (quatro) anos, o plano de Carreira para os profissionais da educação básica pública do sistema de ensino municipal tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS

15.1 Estruturar as redes públicas de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 80% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

15.2 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação dos educadores, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

15.3 Realizar concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública, visando garantir que 80% dos profissionais da Educação sejam habilitados;

15.4 Rever e reestruturar, o plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, através de uma comissão designada para este fim, sob orientação de assessoria jurídica fazendo as atualizações previstas em lei.

15.5 Estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação do Plano de Carreira.

META 17: Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito do Município, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica pública que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste Plano.

ESTRATÉGIAS

16.1 Realizar parcerias com os demais entes federativos, através de transferências voluntárias, na área da educação, a fim de melhorar a qualidade de ensino no município através de uma gestão escolar democrática.

16.2 Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de acompanhar execução deste PME;

16.3 Assegurar, nas escolas de anos finais, a constituição e o fortalecimento de Grêmios Estudantis e Associações de Pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentar a sua articulação orgânica com os Conselhos Escolares, por meio das respectivas representações;

16.4 Estimular a constituição e o fortalecimento de Conselhos Escolares e Conselho Municipal de Educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de formação de conselheiros, assegurando-se

condições de funcionamento autônomo;

16.5 Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, educandos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

16.6 Estabelecer junto com o calendário escolar cronograma de reuniões dos Conselhos existentes na área de educação a fim de torná-los atuantes.

META 18: Manter o investimento público em educação pública, no mínimo, no patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do município e o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB municipal ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS:

18.1 Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação pública municipal, destinando os recursos prioritariamente para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

18.2 Cooperar, com a União, no aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação.

18.3 Criar mecanismos de acompanhamento regular dos investimentos e custos por estudantes da Educação Pública Municipal em todas as suas etapas e modalidades visando a transparência dos recursos públicos de Educação.

18.4 Garantir efetiva aplicação dos recursos destinados à manutenção, reforma e construção de escolas públicas com infraestrutura adequadas às modalidades de ensino.

18.5 Adotar o Custo Aluno Qualidade (CAQ) como indicador prioritário para o financiamento de todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

18.6 Estabelecer mecanismos estratégicos a fim de assegurar a ampliação dos investimentos públicos em Educação de modo a atingir 10% do PIB em Educação.

18.7 Estabelecer formas de cooperação entre os entes federativos a fim de assegurar recursos suficientes para atender as demandas do Sistema Municipal de Ensino.

PROCESSO LICITATORIO N. 0035/2015

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0035/2015

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0011/2015

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, torna público a Dispensa de Licitação para contratação de empresa especializada em prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural, contendo as ações descritas no plano anual de trabalho - PAT. Valor: R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil).

Amparo Legal: Art.24, inciso VIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 02 de junho de 2015.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 203/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 203/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e conforme a justificativa nº 006/2015, RESOLVE:

AMPLIAR CONTRATO POR PRAZO TEMPORÁRIO, a Servidora Pública Municipal, Maria Elisabete Garcia da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 620.252.870-20, matrícula nº 11098, ocupante do Cargo de Psicóloga, de 24/05/2015 até 21/08/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes-SC, em 25 de Maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 204/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 204/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, C.L.T, Maria Aparecida Silvano, brasileira, portadora do CPF nº 744.175.179-91, matrícula nº 137, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 21/05/2015 á 19/06/2015.

Município de Paulo Lopes – SC, em 25 de maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 205/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 205/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Angelita Vitorio João, brasileira, portadora do CPF nº 046.666.309-96, matrícula nº 1049, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo II, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 20/05/2015 á 19/06/2015.

Município de Paulo Lopes – SC, em 25 de maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 206/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 206/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposições de motivo nº 007/2015, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Janete Dilma Borges Rodrigues, brasileira, portadora do CPF nº 916.117.099-20, matrícula nº 11137, para atuar no Cargo de Professora, para o Serviço de Convivência, Fortalecimento e Vínculo, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, de 25/05/2015 até 23/12/2015 com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 25 de maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 207/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 207/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, e exposições de motivo nº 008/2015, resolve.

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Karyne Angelo de Brida da Silva, brasileira, portadora do CPF nº 018.053.549-81, matrícula nº 11138, para atuar no Cargo de Professora, para o Serviço de Convivência, Fortalecimento e Vínculo, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, de 25/05/2015 até 23/12/2015 com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 25 de maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 208/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 208/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal - CLT, Juliana Rita de Souza, brasileira, portadora do CPF nº 074.854.989-75, matrícula nº 10260 ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, até 25/06/2015 conforme benefício nº 6100672379 em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 28 de maio de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

AVISO PP16/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 – PMP

Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTA ENVENENADA, BOTA DE BORRACHA, JARDINEIRA E CAPA PARA COMPOR O “KIT PESCADOR” QUE SERÁ ENTREGUE AOS PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 17/06/2015 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 18/06/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 02 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 02/2015- GABARITO DEFINITIVO

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

GABARITO DEFINITIVO

Não houve recursos contra discordância de questões da prova objetiva ou contra o gabarito provisório.

AGENTE ENDÊMICO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	B	C	C	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	C	B	A	B	C	B	D	C
21	22	23	24	25					
D	B	C	B	C					
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	B	C	C	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	C	B	A	D	C	B	A	B
21	22	23	24	25					
A	B	D	C	C					
MOTORISTA CATEGORIA D									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	C	B	C	B	C	C	A	D	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	C	B	A	C	A	A	D	B
21	22	23	24	25					
D	B	A	D	C					

Penha, 02 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 02/2015- NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

AGENTE ENDÊMICO

Inscrição	Candidato	CG	ESP	T.P.O.	Situação.	Class.
9	CARLA IHOANA BAIROS MARIN	3,60	4,40	8,00	APROVADO(A)	1º
5	JAINARA CATARINA DE OLIVEIRA	3,90	3,30	7,20	APROVADO(A)	2º
11	JEAN CARLOS NILSEN	3,30	3,30	6,60	APROVADO(A)	3º
10	MARGARETE MAXIMILIANO CORDOVA	2,40	3,85	6,25	APROVADO(A)	4º
25	VANDERSON DE SOUZA	2,70	2,75	5,45	APROVADO(A)	5º
24	EDSON LUIZ VASCONCELOS	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-

AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

Inscrição	Candidato	CG	ESP	T.P.O.	Situação.	Class.
15	ANA PAULA WINZEWSKI	3,60	4,95	8,55	APROVADO(A)	1º
21	FERNANDA CRISTINA DA SILVA	2,70	3,85	6,55	APROVADO(A)	2º
18	SILVANA NASCIMENTO DIAS	3,00	3,30	6,30	APROVADO(A)	3º

MOTORISTA CATEGORIA "D"

Inscrição	Candidato	CG	ESP	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	Class.
23	GIZELI DE SOUZA	3,30	4,95	8,25	9,25	8,75	APROVADO(A)	1º
6	ALESSANDRO JANKOVSKI	3,60	3,85	7,45	9,25	8,35	APROVADO(A)	2º
3	IZAIAI IOLANDO VIEIRA	3,90	3,85	7,75	8,25	8,00	APROVADO(A)	3º
4	JHEFFERSON CARLOS COSTA DE AZEVEDO	3,90	2,75	6,65	9,00	7,83	APROVADO(A)	4º
19	MAYCO HERIKE GOMES	2,40	2,75	5,15	9,25	7,20	APROVADO(A)	5º
17	MARCIO DE BULHOES GOMES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-
14	OSCAR ANDRÉ FILHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	-

Fica aberto prazo de recurso contra classificação provisória e nota da prova de títulos no dia 03 de junho de 2015, conforme item 8 do edital.

Penha, 02 de junho de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 31/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, EM ESPECIAL O SICONV E NA ÁREA DE DEFESA CIVIL, EM ESPECIAL O S2ID, UTILIZADOS NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS/CONTRATOS DO SICONV E ORIENTAÇÃO NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO EM DEFESA CIVIL. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 17/06/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 03 de junho de 2015.

JOEL LONGEN

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 037/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 037/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 19/06/2015, licitação modalidade Pregão Presencial n. 037/2015, visando a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais comuns na área elétrica, hidráulica e de manutenções em geral. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 19/06/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 14:00 às 14:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE JUNHO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 178/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 178/2015

OBJETO: O presente contrato tem por objeto acometer a contratada a execução de serviços de engenharia, referente complementação da execução da obra da Creche Municipal do Município de Pinheiro Preto

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS nº 002/2015

EMPRESA CONTRATADA: CONSTRUTORA DON JUAN

VALOR DO CONTRATO: O valor do contrato é de R\$ 52.170,68 (cinquenta e dois mil, cento e setenta reais e sessenta e oito centavos) – preço global, sendo: R\$ 14.608,02 (quatorze mil, seiscentos e oito reais e dois centavos) mão-de-obra e R\$ 37.562,66 (trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais e sessenta e seis centavos) material.

DATA DO CONTRATO: 03 de junho de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015-AUXILIAR DE TESOUREARIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2015, CONVOCA o seguinte candidato aprovado no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

IDENTIFICAÇÃO (nº inscrição no concurso)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
000.300.007-39	SILVANA MUGNOL	AUXILIAR DE TESOUREARIA

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos Exames referidos, os candidatos deverão apresentar exames complementares caso houver solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de junho de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014-ANALISTA DE LICITAÇÕES E ATOS ADMINISTRATIVOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 003/2014, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados, abaixo relacionados:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
4.624.315	Luciane Renata Baseggio	Analista de Licitações e Atos Administrativos

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência

de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
k. Carteira nacional do S.U.S.;
l. Certidão de Casamento;
m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
o. Carteira de Trabalho (CTPS);
p. Comprovante de conta corrente bancária;
q. comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
s. Documentos exigidos para cargos específicos:
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de Junho de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 1.834, DE 29 DE MAIO DE 2015.

LEI Nº 1.834, DE 29 DE MAIO DE 2015.
AUTORIZA MUNICIPALIZAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA SC135.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro preto autorizado a requerer junto ao Departamento de Infraestrutura de Santa Catarina – DEINFRA, a municipalização de trecho da Rodovia SC 135 que passa pelo perímetro urbano da cidade de Pinheiro Preto, com início no ponto “PU 38”, com término no ponto “PU 57”.

Parágrafo único. A municipalização de que trata esta lei deverá ser efetivada desde que não haja interferência no projeto de execução das obras de reforma do asfalto que estão em andamento, obras estas que continuarão sendo de responsabilidade do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Integra a presente lei o anexo contendo Planta do Perímetro Urbano da cidade de Pinheiro Preto, datada de maio/2013.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 29 de maio de 2015.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.834, DE 29 DE MAIO DE 2015.
AUTORIZA MUNICIPALIZAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA SC 135 QUE ESPECIFICA

ANEXO

PLANTA PERÍMETRO URBANO DE PINHEIRO PRETO - MAIO/2013.

PORTARIA Nº 199, DE 02 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 199, DE 02 DE JUNHO DE 2015
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 002/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, bem como parecer da Assessoria Jurídica,

RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 002/2015, modalidade TOMADA DE PREÇO, e adjudica o objeto licitado, à empresa CONSTRUTORA DON JUAN, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.748.098/0001-74, consistente na complementação de execução de obra da Creche Municipal do Município de Pinheiro Preto, pelo preço global de R\$ 52.170,68 (cinquenta e dois mil, cento e setenta reais e sessenta e oito centavos);

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 02 DE JUNHO DE 2015
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.939, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 2.939, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 2.935, DE 22 DE MAIO DE 2015.

Rolf Nicolodelli, Prefeito Municipal de Pomerode, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 2.935 de 22 de maio de 2015, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Fica convocada a V Conferência Municipal de Assistência Social de Pomerode, a ser realizada no dia 02 de julho de 2015, tendo como tema central: "CONSOLIDAR O SUAS DE VEZ RUMO A 2026".

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 02 de junho de 2015.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

Almir Biegling

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

PORTARIA Nº 19.593, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 19.593, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

HOMOLOGA OS MEMBROS INDICADOS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso II da Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 82 de 12 de dezembro de 2002.

RESOLVE :

Art. 1º - Homologar as indicações das entidades relacionadas para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 82 de 12 de dezembro de 2002, a saber:

• DOS REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES OU GRUPOS DA SOCIEDADE CIVIL:

I. Um Representante das Organizações de Portadores de Deficiências:

Titular – VALÉRIO ROMIG

Suplente – SILVIO BODENMULLER

II. Um Representante das Organizações de Aposentados e Pensionistas:

Titular - EGOLF HORNBURG

Suplente - HUMBERTO JANSEN

III. Um Representante das Organizações de Idosos:

Titular – BERNARDO FRANCENER

Suplente – GERHARD RADUENZ

IV. Um Representante dos Clubes de Serviço:

Titular – JOSÉ ANTONIO AGUILAR VACA

Suplente – GASTÃO AFFONSO REU NETO

V. Um Representante das Associações Patronais:

Titular – ROSELI MARIA WEH

Suplente – DIEGO ALLAN KREITLOW

VI. Um representante das Associações de Pais e Professores:

Titular – MARLETE DE ANDRADE DA SILVA

Suplente – TAISA DE OLIVEIRA LOPES

VII. Um Representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer:

Titular - HEIKE WEEGE

Suplente - MARIA SUELY MELO DE MIRANDA

VIII. Dois Representantes das Associações de Moradores:

Titular - ALEXANDRE EWALD

Suplente – ALDINO OLDENBURG

Titular – FRIDOLIN WOIDE

Suplente – JANICE GREUEL KATH

IX. Um Representante das Associações de Produtores Rurais:

Titular - ANA RAMERS

Suplente - RONALDO MIKOSEIT

X. Um Representante das Associações de Estudantes:

Titular – DANIEL BUTTGEN

Suplente – DANIEL JANDRE

XI. Um Representante da Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores

Titular – BERNADETE OENNING HILLE

Suplente – IVANIR DA COSTA

• REPRESENTANTES DO GOVERNO:

I. Secretário Municipal de Saúde :

Titular – LORAINÉ SILVEIRA AURELIO

Suplente – MARISA CALISSI

II. Um Representante da Secretaria Da Educação e Formação Empreendedora:

Titular – JOANA WACHHOLZ

Suplente - DÊNIS SELL

III. Um Representante do Executivo Municipal:

Titular – CARMEM JANDRE RAMLOW

Suplente – DÉBORA STRUTZ GUSTMANN

IV. Um Representante do SAMAE

Titular – FERNANDO RESENDE FENELON

Suplente – MAYRA TRIERVEILER

• REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇO:

I. Um Representante das Unidades Sanitárias:

Titular – MICHAELA REIMER DOPONA

Suplente – CLAUDETE MEDIANEIRA VIEIRA

II. Um Representante dos Agentes Comunitários de Saúde:

Titular – WALTRAUDT HACKBARTH

Suplente – MARIA IVETE FELIPPI THEISS

III. Um Representante do Hospital e Maternidade Rio do Testo:

Titular - JULIANO FRANCISCO BOHN

Suplente - ROLF KUHN

IV. Um Representante do Corpo Clínico do Hospital e Maternidade Rio

do Testo:

Titular – NORBERT NEUMAYER

Suplente – GILBERTO LOPES GONÇALVES

• REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

I. Um Representante dos Médicos do Município de Pomerode:

Titular - RIGOBERT KRUEGER

Suplente – ALEXANDRE DANTAS LOPES

II. Um Representante dos Odontólogos do Município de Pomerode:

Titular – MARINIO PEDROZA BAPTISTA JÚNIOR

Suplente - LUIZ ANTONIO FRANTZ

III. Um Representante dos Farmacêuticos e Bioquímicos do Município de Pomerode:

Titular – RAFFAELLA SANDRINI PIZZOLATTI

Suplente – RICARDO FISCHER

IV. Um Representante dos demais Profissionais de Saúde do Município de Pomerode:

de Pomerode:

Titular – ANA CAROLINA MARIA RABELO

Suplente – MARUBIA BARG

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga a Portaria nº 15.975/2013 e demais disposições em contrário.

Município de Pomerode, 02 de junho de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 2015

CONTRATO Nº 090/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2015 - FMS

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2015 - FMS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADO: MELFARMA LTDA

CNPJ: 11.515.649/0001-61

OBJETO: Aquisição de medicamentos (destinados a pacientes em situação grave ou por ordem judicial, e medicamentos que não constam no processo licitatório dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possua em estoque), constantes na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Secretaria Executiva – CMED – Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor.

VALOR: Será em conformidade do percentual de desconto sobre o valor do medicamento, constante na Tabela da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Secretaria Executiva – CMED – Lista de Preços Fábrica e Máximos ao Consumidor.

VIGÊNCIA: DE 29 DE MAIO DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Porto Belo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1550, DE 01 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 1550, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Retifica o Preâmbulo da Portaria nº 622/2013 que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, à servidora LEA DE LOURDES MARTINS, e dá outras providências.

Porto Belo 01 de Junho de 2015
Evaldo José Guerreiro Filho

PORTARIA Nº 1551, DE 01 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA Nº 1551, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

Retifica o art. 2º da Portaria nº 703/2013 e dá outras providências.

Porto Belo 01 de Junho de 2015
Evaldo José Guerreiro Filho

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 721/2015

DECRETO Nº 721, de 01 de junho de 2015.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA FERNANDA RECH GOMES GREGOL, do Cargo de Provimento em Comissão de Superintendente Técnico de Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 01 de junho de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 722/2015

DECRETO Nº 722, de 01 de junho de 2015.
Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ADRIANO SALDANHA BARAN, para o cargo de Provimento em Comissão de Superintendente Técnico de Saúde, Símbolo SI, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015, sem ônus para o Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 01 de junho de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 723/2015

DECRETO Nº 723, de 01 de junho de 2015.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO INÊS APARECIDA KARAS, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Manutenção de Programas Institucionais da Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 01 de junho de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

EXTRATO DE CONTRATO 031/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 031/2015 - Educação
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 70.090,00 (setenta mil e noventa reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 032/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 032/2015 - Educação
Partes: Município de Porto União e Eder Carlos dos Santos Batista - ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 3.922,00 (três mil novecentos e vinte e dois reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Eder Carlos dos Santos Batista - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 033/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 033/2015 - Educação
Partes: Município de Porto União e Cristieli Aparecida de Andrade - ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 8.386,00 (oito mil trezentos e oitenta e seis reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Cristieli Aparecida de Andrade - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 034/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 034/2015 - Educação
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 28.916,00 (vinte e oito mil novecentos e dezesseis reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 035/2015 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 035/2015 - Educação
Partes: Município de Porto União e M. H. Perelles -ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 1.579,94 (um mil quinhentos e setenta e nove reais e noventa e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

M. H. Perelles -ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 077/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 077/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 4.376,50 (quatro mil trezentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Fênix Informática e Telefonia Ltda - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 078/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 078/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 5.880,00 (cinco mil oitocentos e oitenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Vinicius Guilherme dos Santos Informática - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 079/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 079/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Eder Carlos dos Santos Batista - ME.
Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.
Valor Total: R\$ 218,00 (duzentos e dezoito reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal

Eder Carlos dos Santos Batista - ME.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 080/2015

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 080/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Cristieli Aparecida de Andrade - ME.

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática diversos.

Valor Total: R\$ 118,00 (cento e dezoito reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 027/2015 - Carona, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Cristieli Aparecida de Andrade - ME.

Contratada

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2015 - FAS

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo licitatório nº 008/2015 - FAS

Inexigibilidade de licitação nº 001/2015

Caracterização da Situação: O Município necessita adquirir passagens para transporte estadual e interestadual destinados aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a aquisição de passagens para transporte estadual e interestadual destinados aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pelo período de 12 (doze) meses.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Reunidas Transportes Coletivos S/A inscrita no CNPJ 83.054.395/0001-32, em razão de que esta é fornecedora exclusiva do município, até mesmo por ser a mesma detentora da concessão estadual das linhas.

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão – 1500 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 1501 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 2049 – Manutenção FMAS

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód. 01

Complemento 33903301 – Passagens para o país

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 25 de maio de 2015.

VANESSA NALON DOS SANTOS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 644/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 037/2015 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 063/2015 - Carona

Retificação do Edital de Pregão Presencial 037/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve retificação dos itens constantes do objeto do Edital do Processo Licitatório supracitado. Permanecem as datas anteriormente publicadas inalteradas. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 02 de junho de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 027/2015 - CARONA

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 050/2015 – Carona

Pregão Presencial 027/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Cristieli Aparecida de Andrade – ME,

Eder Carlos dos Santos Batista – ME,

Vinicius Guilherme dos Santos Informática – ME,

Fênix Informática e Telefonia Ltda ME e

M.H. Perelles ME.

Porto União SC, 18 de maio de 2015.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 221/2015

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2015 firmado em 04/02/2015, com término previsto para 03/06/2015 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSEMARY LEHMKUHL portador(a) do CPF nº 963.560.659-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 221/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Favo de Mel II, em substituição a Cintia Roling Mendonça, que está em Licença para Tratamento de Saúde.”

Cláusula Segunda – Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais a partir de 04/06/2015, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/06/2015.

GIVANILDO SILVA

ROSEMARY LEHMKUHL

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 293/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 293/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROBERTA VANDRESEN, portador(a) do CPF nº 074.760.649-84 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Beco Bernardo Lange, nº 79 - Bairro Budag – Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso II - 75%, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, nível III com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Escola Modelo Ella Kurt, em substituição a Fernanda Stringari, que está em Licença Maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.157,50 (Dois mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, devendo

o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 02/06/2015 e encerrando-se em 01/07/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA	ROBERTA VANDRESEN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DECRETO Nº 4720, DE 25 DE MAIO DE 2015.

DECRETO Nº 4720, de 25 de maio de 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA 076/2014.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 3766/2013, o resultado da Concorrência Pública 076/2014 de 0.12.2014, cujo

resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

25 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 4720/2014

Concorrência Pública nº 076/2014 de 07.05.2014.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE MURO DE CONTENÇÃO DE ENCOSTA EM GABÃO E TERRAMESH NA RUA JOÃO LEDRA, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL/SC.

Participantes:

- FREEDOM TERRAPLENAGEM LTDA;
- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA;
- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME;
- SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA;
- BFA MULTIEMPRESA LTDA;
- TERRAFORTE TERRAPLENAGEM LTDA;
- METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP.

Decisão: Pelo critério menor preço a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:

- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA;

PORTARIA 0373/RH

PORTARIA Nº 0373/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0224/RH, de 07/04/2015, pelo período de 28/05/2015 até 10/08/2015, a servidora municipal MARGARETE DUBIELA, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0374/RH

PORTARIA Nº 0374/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 28/05/2015 a 24/09/2015, a ADELAINE SOARES, ocupante da função de Professor (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0376/RH

PORTARIA Nº 0376/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Promover a partir desta data, a READAPTAÇÃO da servidora municipal SOLANGE BRANGER, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, em conformidade com os Arts. 34 ao 37, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e parecer da Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de junho de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PREGÃO PRESENCIAL 073/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2015

OBJETO: Contratação de serviços para revisão do plano municipal de saneamento básico e elaboração do estudo de viabilidade econômico-financeira dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário municipais.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/06/2015, às 12:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:15h do dia 17/06/2015, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte

endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 01 de junho de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

CARISO SAVIO GIACOMINI
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

RESUMO DO ADITIVO 043/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 043/2015 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NR. 083/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DE DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE MATERIAIS DO IMÓVEL SITUADO NA RUA RUY BARBOSA, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA DALCIR CATAFESTA - ME.

Aos dois (02) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa DALCIR CATAFESTA - ME, estabelecida na Rua Vereador Arcangelo Nardelli, 86, Centro, no município de Laurentino/SC, CEP 89.180-000 inscrita no CNPJ sob o nº 06.288.561/0004-14, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável Sr. Dalcir Catafesta, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 050/2015, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 083, datado de 18 de maio de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na letra "b", do Inciso I e § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 8.421,32 (oito mil, quatrocentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

DALCIR CATAFESTA - ME
Sr. Dalcir Catafesta
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

RESUMO DO CONTRATO 082/2015

CONTRATO N.º 082/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A POSITIVO INFORMÁTICA SA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Pregão Eletrônico Nº 71/2013

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: POSITIVO INFORMÁTICA SA

Objeto: Projetor Proinfo com Lousa Digital - Computador Interativo

Valor: R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais).

Prazo de Execução: 90 (noventa) após o término da vigência.

Condições de Pagamento: 20 (vinte) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/MEC

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 18 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 086/2015

RESUMO DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 086/2015

Convite nº 030/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Riosul Tintas Ltda - EPP

Objeto: material para pintura da Ponte Viriato Alves Garcia, com acesso do Centro ao Bairro Canoas e pontilhões,
Valor: R\$ 14.207,75 (catorze mil e duzentos e sete reais e setenta e cinco centavos).

Prazo de Execução: até 12 (doze) horas após a emissão da Ordem de Compra

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de maio de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2015, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: Contratação de empresa de radiodifusão FM, com abrangência e atuação comprovadas no município, segundo as necessidades de divulgação do município, para divulgação de atos oficiais e propaganda institucional de caráter educativo, informativo e de orientação social para a Prefeitura Municipal de Salto Veloso.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 17/06/2015 até as 09h00min.

Abertura: 17/06/2015, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 27 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 232/2015

PORTARIA Nº. 232/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 18 de Maio de 2015 a 16 de Junho de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora CLAUDETE TEREZINHA BRUNETTO NESI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2013 a 01/01/2014 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 233/2015

PORTARIA Nº. 233/2015

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada,

Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. JUSSARA TEREZINHA DAL PIZZOL ABATI, pelo período de 18/05/2015 a 17/06/2015, correspondente a 30 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de Maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 234/2015

PORTARIA Nº. 234/2015

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91

Resolve:

Artigo 1º. Autoriza a readaptação da servidora municipal GENI SALETE ALBONICO DE BASTIANI, Auxiliar de limpeza, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do Município, o qual passa a atuar junto a Recepção na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 19 de maio de 2015, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 19 de maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 235/2015

PORTARIA Nº. 235/2015

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91

Resolve:

Artigo 1º. Autoriza a readaptação do servidor municipal JOÃO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO, Guarda do patrimônio público, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do Município, o qual passa a atuar na função de Motorista na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 26 de Maio de 2015, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 26 de Maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 236/2015

PORTARIA Nº. 236/2015

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

Resolve:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. LUIZA SARTOREL PEREIRA, pelo período de 03/06/2015 a 25/11/2015, totalizando 176 dias, conforme atestado médico e pericia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 26 de Maio de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 237/2015

PORTARIA Nº. 237/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, ao Srº. FRANCIS NATALLY DE ALMEIDA ANACLETO, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Recursos Humanos, 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Administração e Finanças, com vencimentos referentes ao código CPE 15, do Anexo II, Tabela I, Grupo I.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 01 de Junho de 2015.

CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 056/2015- PR 056/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de vidros temperados e incolor, barras e assessorios, com serviço de colocação, para manutenção das creches e demais secretarias, a entrega será efetuada de acordo com a necessidade no período de vigência orçamentária. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h:45min do dia 16 de junho de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 02 de junho de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 104A-2015 À 108/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104A/2015.5

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 191/2014

Processo de Licitação nº 98/2014 - DL

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MARCIO LUIS DA ROSA BROCCA-MEI 00949907006.

OBJETO: Prorrogação de vigência e execução dos serviços, conforme solicitação da empresa CONTRATADA, em virtude da Defesa Civil ter indisponibilidade de equipamentos(guincho), para transposição da ponte, desta forma sendo necessária a espera para conclusão dos trabalhos.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Vigência: 13/05/2015 a 12/06/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2015

Processo de Licitação nº 046/2015 – Carta Convite

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MULLER AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA - ME

OBJETO: Contratação de agência de publicidade/propaganda para prestação de serviços na distribuição e veiculação de avisos/comunicados e campanhas promocionais e institucionais desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, para o exercício de 2015.

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 76.409,00(Setenta e seis mil, quatrocentos e nove reais).

Vigência: 15/05/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2015

Processo de Licitação nº 28/2015 - PR nº 28/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: LUCIANO SANTANA DA SILVA-05254129999

OBJETO: Fornecimento de serviços de mão de obra de pintura e re-pintura, lavação e pequenos reparos, destinados a conservação

das repartições públicas do município.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 28.000,00(Vinte e oito mil reais)

Vigência: 01/04/2015 a 31/12/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2015

Processo de Licitação nº 49/2015 – PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: BOMBAS INJETORAS E OFICINA MECANICA ANDREANI LTDA

OBJETO: Aquisição de 01(um) motor parcial, peças novas, com prestação de serviços, para o veículo Ambulância Renault Master 2.5 Diesel 16V, ano 2009/2010, motor G9U, Placa MII-3024, para o setor de Saúde.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 26.924,00(Vinte e seis mil, novecentos e vinte e quatro reais).

Vigência: 20/05/2015 a 18/06/2015.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2015

Processo de Licitação nº 048/2015 – PR

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: CD MICROS LTDA – EPP

OBJETO: Fornecimento de Caminhas Empilháveis, para as creches do município.

Base Legal: Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93.

Valor: R\$ 29.700,00(Vinte e nove mil e setecentos reais).

Vigência: 22/05/2015 a 22/07/2015.

RESCISÃO CONTRATUAL 1, 2, 3/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATOS

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 01/2015

CONTRATO 55/2015

Processo de Licitação nº 19/2015 – CV 19/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

OBJETO: fornecimento parcelado de Cartuchos de tinta original e Toners compatíveis para manutenção das Impressoras e copiadoras utilizadas nas Escolas da Rede Municipal e demais Secretarias desta Prefeitura Municipal.

VALOR: R\$ 10.458,27(dez mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos), multa a ser aplicada neste caso pela infringência das cláusulas no valor de R\$ 209,16(duzentos e nove reais e dezesseis centavos).

MOTIVO: Justifica-se a presente rescisão que após Processo administrativo a empresa deixou de fornecer itens licitados para esta Prefeitura Municipal, a qual foi assinada, objeto do contrato rescindido.

O presente Termo rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 02/2015

CONTRATO 006/2015

Processo de Licitação nº 01/2015 – DL 01/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MAURI TREVISOL

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel, localizado à Natalino Teixeira da Rosa nº 246- Edifício Trevisol, apartamento 101 - Centro - Santa Rosa do Sul-SC, com área de 98,00m², destinado a moradia. Conforme Lei municipal 934 de 12 de Novembro de 2013, para o "Programa Mais Médicos" disponibilizados no município.

MOTIVO: Justifica-se a presente rescisão a reavaliação do objeto locado, tendo como base a avaliação do corretor de imóveis.

Pela rescisão do presente termo de contrato, declaram as partes nada haver a reclamar ou a receber uma da outra, desistindo inclusive de qualquer reivindicação de indenização.

O presente Termo rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 03/2015
CONTRATO 007/2015

Processo de Licitação nº 01/2015 – DL 01/2015

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: MAURI TREVISOL

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel, localizado à Natalino Teixeira da Rosa nº 246- Edifício Trevisol, apartamento 103 - Centro - Santa Rosa do Sul-SC, com área de 98,00m², destinado a moradia. Conforme Lei municipal 934 de 12 de Novembro de 2013, para o "Programa Mais Médicos" disponibilizados no município.

MOTIVO: Justifica-se a presente rescisão a reavaliação do objeto locado, tendo como base a avaliação do corretor de imóveis.

Pela rescisão do presente termo de contrato, declaram as partes nada haver a reclamar ou a receber uma da outra, desistindo inclusive de qualquer reivindicação de indenização.

O presente Termo rege-se pelas disposições expressas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO PL Nº 251/2015

DECRETO LEGISLATIVO PL Nº 251 de 02/06/2015.

APROVA PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vereador Agenor Francisco Carvalho, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do município que o Plenário da Câmara aprovou, e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Processo nº PCP-14/00289863, que recomendou a Câmara Municipal de Vereadores a aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, referente ao exercício de 2013.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul, 02 de junho de 2015.

Agenor Francisco Carvalho
Presidente

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta Secretaria e no diário oficial do município de Santa Catarina <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br> na data supra.

Lenoir Vieira Souza
1º Secretário

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA Nº 088/2015 ROGERIO M. NUNES

PORTARIA Nº 088/2015
CONTRATA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica contratado o Senhor ROGERIO MAICON NUNES, CPF nº 067.446.959-32 RG nº 5365201, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS, carga horária de 40 horas semanais, código 1006, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Junho de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:
ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1300/2

PORTARIA Nº 089/2015 VALDEMAR J. FRANZ

PORTARIA Nº 089/2015
CONTRATA SERVIDOR MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica contratado o Senhor VALDEMAR JOSE FRANZ, CPF nº 062.272.209-30 RG nº 5059587, aprovado no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, para desempenhar a função de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA, carga horária de 40 horas semanais, código 0021, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Junho de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:
ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos
Matricula nº 1300/2

TERMO DE POSSE 088/2015 ROGERIO M. NUNES

TERMO DE POSSE

Aos 02 dias do mês de Junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no Departamento de Administração e Fazenda, perante o Prefeito Municipal Sr. JACOB GILMAR JUNGES, compareceu o Sr. Rogerio Maicon Nunes, admitido pela portaria nº 088/2015 de 02/06/2015, para exercer a função efetiva de OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS(conforme concurso publico 002/2015 publicado no Mural Publico Municipal e Diário Oficial dos Município, o que satisfaz as exigências do estatuto dos Servidores Públicos Municipais e prestou o seguinte compromisso: "Por minha honra e pela Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições, responsabilidades e proibições relativas ao exercício pertinente, prometendo cumpri-los com dedicação e zelo, em respeito a lei, ao bem do Município e dos meus cidadãos, declarando, que não exerço outra função publica e que não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo"

E para constar foi lavrado e assinado o presente pelo Senhor Prefeito Municipal e o interessado.

JACOB GILMAR JUNGES ROGERIO MAICON NUNES
Prefeito Municipal Op. De maquinas Agrícolas.

TERMO DE POSSE 089/2015 VALDEMAR J. FRANZ

TERMO DE POSSE

Aos 02 dias do mês de Junho de 2015, na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso, no Departamento de Administração e Fazenda, perante o Prefeito Municipal Sr. JACOB GILMAR JUNGES, compareceu o Sr. VALDEMAR JOSE FRANZ, admitido pela portaria nº 089/2015 de 02/06/2015, para exercer a função efetiva de OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA conforme concurso publico 002/2015 publicado no Mural Publico Municipal e Diário Oficial dos Município, o que satisfaz as exigências do estatuto dos Servidores Públicos Municipais e prestou o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições, responsabilidades e proibições relativas ao exercício pertinente, prometendo cumpri-los com dedicação e zelo, em respeito a lei, ao bem do Município e dos meus cidadãos, declarando, que não exerço outra função publica e que não existe incompatibilidade legal para o exercício do cargo"

E para constar foi lavrado e assinado o presente pelo Senhor Prefeito Municipal e o interessado.

JACOB GILMAR JUNGES VALDEMAR JOSE FRANZ
Prefeito Municipal Operador de Retroescavadeira.

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 003/2015 - HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 003/2015

HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, Senhor VOLMIR ANTONIO SOTILLE, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº002/2015 de 14 de maio de 2015, conforme consta dos quadros seguintes:

1. Lista geral das Inscrições Deferidas por cargo:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
15	CATIANE PIVA VANZIN	01
13	CLAUDIA BRUNETTO	02
18	CRISTINA LUIZA MARAFON MENEGUZZI	03
07	DEVANIR DE MORAIS	04
01	ELIANE FERREIRA	05
12	ELIEZER TECCHIO	06
11	JANICE LUCI DE MARQUI	07
14	LENIR JANETE PERES HENTZ	08
08	NAYARA PATRICIA FARESIN	09
10	RAQUEL PASA	10
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
04	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	01
20	ANA PAULA ZAT	02
06	BRUNA CAMILA CAPELARO	03
09	DAIANE GEREMIA SOMAVILLA	04
05	EDICLERI VANZIN PELINSON	05
19	ELIZANDRA BRIZOLA DOS SANTOS	06
17	MARCELI REGINA ARALDI	07
02	VIVIANE LOURDES GLUZEZAK	08
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
16	JAISON LEANDRO LUNARDI	01
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
03	ANALICE MATTIELLO	01
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
	NÃO HOUVE INSCRITOS	
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS) – NÃO HABILITADO		
INSC	NOME	SEQ
	NÃO HOUVE INSCRITOS	

2. Não houveram inscrições INDEFERIDAS.

Santiago do Sul-SC/SC, em 02 de junho de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 154/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 154/2015
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 08:30 horas do dia 07 de julho de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADO DAS RUAS C, D, LUIZ CARLOS CONTESINI E WILFRIED AFONSO WEIHERMANN LOCALIZADAS NO CONJUNTO HABITACIONAL WILFRIED WEIHERMANN, BAIRRO LENÇOL, EM SÃO BENTO DO SUL, CONFORME CONVÊNIO Nº 2014TR001536 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MAFRA - SC, PROCESSO SPP ER 252130149, SDR25 00002276/2014, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

DECISÕES Nº 004, 006 E 017/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

São Bento do Sul 13 de Abril de 2015
Decisão Final
Processo 004/15

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Patricia Moreira de Lima
CNPJ 17.179.324/0001-31

Penalidade de Advertência
Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 26 de Maio de 2015
Decisão Final
Processo 006/2015

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Janete de Souza Hack
CPF 988.956.219-72

Penalidade de Advertência
Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 26 de Maio de 2015
Decisão Final
Processo 17/2015

Secretaria Municipal de Saúde
Divisão de Vigilância Sanitária
Angelia Aparecida Carvalho
CNPJ 008.350.289-09

Penalidade de Advertência

Luciane M K Scatolon
Diretora do Centro de Vigilância em Saúde

São Bento do Sul 13 de Abril de 2015

LEI Nº 3541/2015

LEI Nº 3541, DE 03 DE JUNHO DE 2015.
AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS TROPEIROS DA SERRA

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio com o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS TROPEIROS DA SERRA, CNPJ 83.786.996/0001-30, no valor total de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), objetivando a realização da 3ª Copa de Laço, no período de junho a novembro de 2015.

§1º A entidade referida no caput deste artigo fica isenta da contrapartida.

§ 2º A minuta do Termo de Convênio de que trata o caput deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido ao município, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Patrão e Agregado Fiel.

Art. 6º A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava do presente Convênio, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do Centro de Tradições Gaúchas Tropeiros da Serra.

Art. 7º Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e

preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 03 de junho de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS TROPEIROS DA SERRA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, doravante denominado CONCEDENTE e de outro lado o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS TROPEIROS DA SERRA, ente jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.786.996/0001-30, estabelecida à Rua Serinha Gatz, s/nº, em São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Patrão Sr. GILMAR KALBUSCH, portador da Carteira de Identidade nº 2.498.677, CPF nº 728.383.709-44, residente e domiciliado à Rua Getúlio Vargas, 430, Bairro Boehmerwald, em São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETIVOS GERAIS.

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados a realização da 3ª Copa de Laço do Centro de Tradições Gaúchas Tropeiros da Serra, constante do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 3135/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Incentivar o desenvolvimento cultural e as tradições gaúchas no âmbito municipal, com intuito de agregar valores morais a juventude a família.

b) Desenvolver e incrementar ações nas áreas de cultura e esporte incentivando a participação de cidadãos de várias idades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Terceira serão transferidos em até 06 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado, sendo que o recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Cooperativa de Crédito - SCRCRED, Agência 0112, Conta Corrente nº 3939-0 a favor do Centro de Tradições Gaúchas Tropeiros da Serra.

CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em

fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da Dotação do Orçamento Vigente e do Orçamento de 2015, conforme segue:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0.049 – Auxílios Financeiros para Associação de Moradores e outras Entidades

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda, Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE;

VIII. Não cobrar entrada para acesso ao evento 3ª Copa de Laço do Centro de Tradições Gaúchas Tropeiros da Serra.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Terceira deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Curador, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

GILMAR KALBUSCH

Patrão do Centro de Tradições Gaúchas Tropeiros da Serra

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

PORTARIAS/SEMED Nº 1658 A 1685/2015

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1658, de 20 de maio de 2015. Concede Auxílio Doença – INSS. Maria Ledir Rodrigues. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1659, de 20 de maio de 2015. Prorroga Auxílio Doença – INSS. Maria Ledir Rodrigues. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1660, de 20 de maio de 2015. Concede Auxílio Doença – INSS. Valdete Terezinha Fuckner. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1661, de 20 de maio de 2015. Concede Licença Maternidade. Cristiani Stoeberl Machado. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1662, de 20 de maio de 2015. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Cristiani Stoeberl Machado. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1663, de 20 de maio de 2015. Concede Licença Maternidade. Francisca Juliana Sales Rodrigues. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1664, de 20 de maio de 2015. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Francisca Juliana Sales Rodrigues. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1665, de 20 de maio de 2015. Concede Licença Maternidade. Geisi Cristiane Eichendorf Lourenço. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1666, de 20 de maio de 2015. Concede Licença Maternidade. Gislaiane Schade Weiss. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1667, de 20 de maio de 2015. Concede Licença Maternidade. Naiara Bonett de Andrade. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1668, de 20 de maio de 2015. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Naiara Bonett de Andrade. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1669, de 20 de maio de 2015. Concede Licença

Maternidade. Josiane de Fátima Leandro Santos Rank. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1670, de 20 de maio de 2015. Concede Readaptação Funcional. Eliane Aparecida da Rocha. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1671, de 20 de maio de 2015. Concede Gozo de Férias. Cleusenir Cordeiro Machado. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1672, de 25 de maio de 2015. Concede Licença Prêmio. Ivanilda de Oliveira Vignatti. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1673, de 25 de maio de 2015. Concede Licença Prêmio. Jair Spezzia. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 1674, de 01 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio. Luara Karoline Arbegaus Rytchyski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1675, de 01 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio. Melita Maros Cristofolini. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1676, de 01 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio. Fabiana Teresinha Pereira. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1677, de 01 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio. Mariane Dias Pilz. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 1678, de 01 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio. Lorete Aparecida Sousa Rengel. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 1679, de 01 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio. Roseli Aparecida Kruger. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1680, de 01 de junho de 2015. Concede Licença Prêmio. Eliane Roseni Linzmeyer. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 1681, de 01 de junho de 2015. Concede Gozo de Férias. Edian da Cruz. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 1682, de 01 de junho de 2015. Revoga Portaria/SEMED nº 1317, de 21 de janeiro de 2015, que concedeu

Licença Maternidade à servidora Jéssica Rodrigues de Moraes Vaz, Professor Anos Finais, em virtude de pedido de demissão.

Portaria/SEMED nº 1683, de 01 de junho de 2015. Revoga Portaria/SEMED nº 1608, de 17 de abril de 2015, que concedeu Gozo de Férias à servidora Luciana Koppes, Atendente Educativo, em virtude de pedido de demissão.

Portaria/SEMED nº 1684, de 01 de junho de 2015. Revoga Portaria/SEMED nº 1606, de 17 de abril de 2015, que concedeu Licença de Parte da Jornada de Trabalho, à servidora Roseli de Souza Ferreira, Professor Anos Iniciais, eis que emitida em duplicidade.

Portaria/SEMED nº 1685, de 01 de junho de 2015. Revoga Portaria/SEMED nº 1607, de 17 de abril de 2015, que concedeu Gozo de Férias à servidora Carolina Silva de Castro, Auxiliar de Serviços, em virtude de prorrogação da Licença Maternidade.

ALCIONE TERESINHA HINKE

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DE FINANÇAS SOBRE O RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2015**
EDITAL

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Finanças, Senhora Auriene Roepke, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Relatório de Gestão Fiscal-RGF (1º Quadrimestre) e Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO (2º Bimestre) do Exercício de 2015.

Data: 08 de Junho de 2015

Hora: 09:00 hs

Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 01 de Junho de 2015.

Edimar Geraldo Salomon

Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Peter Alexandre Kneubuehler

Presidente da Comissão de Finanças, Contas e Orçamento

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**CONTRATO Nº 47/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 03/2015

Contrato Nº: 47/2015

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: PREMIER Engenharia e Consultoria SS LTDA

Vigência: Início: 01/06/15 - Término: 01/10/2016

Recursos: Dotação:

(105) 4.4.90.51.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto – Exercício Vigente.

Objeto: Prestação de serviços de elaboração de projeto executivo de rede coletora e estações elevatórias do sistema de esgoto sanitário das sub-bacias SBRSB 1 e 2 da Bacia do Rio São Bento.

Valor total do contato: R\$ 136.500,00 (Cento e Trinta e Seis Mil e Quinhentos Reais).

São Bento do Sul, 02 de junho de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos

PREFEITURA

ATAS REG PREÇOS 19-25-2015-FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
T.Comp. Nº.:019/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:PROSAUDE DISTR DE MEDICAMENTOS LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
Valor :R\$1.740,00
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 01 DE JUNHO D E 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
T.Comp. Nº.:020/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:DIMASTER COM DE PROD HOSP LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
Valor :R\$35.287,50
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 01 DE JUNHO D E 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
T.Comp. Nº.:021/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:SR DISTRIBUIDORA LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
Valor :R\$21.880,00
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 01 DE JUNHO D E 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
T.Comp. Nº.:022/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada.:ALTERMED MATERIAL MED HOSP LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
Valor :R\$3.335,00
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 01 DE JUNHO D E 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
T.Comp. Nº.:023/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS

Contratada...:ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
Valor :R\$10.880,00
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 01 DE JUNHO D E 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
T.Comp. Nº.:024/2015

Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada...:AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
Valor :R\$4.164,00
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 01 DE JUNHO D E 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO
T.Comp. Nº.:025/2015
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO CARLOS
Contratada...:CENTERMEDI COM DE PROD HOSP LTDA
Objeto :AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA
Valor :R\$23.670,00
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2015
Vigência : 12 MESES
SAO CARLOS, 01 DE JUNHO D E 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO LIC N61/2015 TOMADA DE PREÇOS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Aviso de Licitação -Processo Adm. Nº.61/2015
Edital:Tomada de Preços p/compras e serv.- N.61/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto: Aquisição de sistema de comunicação integrada composta por Estações Repetidoras digitais e respectivos links entre si. Entrega dos Envelopes:09:00hrs –dia 18 de junho de 2015.Abertura dos Envelopes:09:00 horas- dia 18 de junho de 2015.O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda/ Sexta, horário de expediente, fone 014 493325.3000.

São Carlos, 01 de junho de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.62/2015 LEILÃO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº.:62/2015
Edital: LEILÃO N. 62/2015

Tipo : Maior lance

Objeto: ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Entrega dos Envelopes 14:00 horas -dia 24 de junho de 2015

Abertura dos Envelopes :14:00 horas- dia 24 de junho de 2015

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda àSexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325 3000

SAO CARLOS, 02 de junho de 2015-
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

CONT. PREFE N. 042 FISCAL ESGOTAMENTO

DADOS E TEXTO DE CONTRATO:

MÊS/ANO: MAIO/2015

CONTRATO: PREFE. N. 042 DE 14/05/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 120.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/05/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 055/2015, Pregão Presencial n. 018/2015.

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

CONTRATADO: VITAL ENGENHARIA LTDA EPP

CNPJ n. 05.194.635/0001-90

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 14/05/2016

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 017/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 017/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 006/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 16 de junho de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 28 de maio de 2015.

FLÁVIO CELESTE LORENZI

PREGOEIRO OFICIAL.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 066/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 066/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 021/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 17 de junho de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 28 de maio de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi

Pregoeiro Oficial.

São João do Oeste

PREFEITURA

LEI 1638 - ALTERA LEI 1001-07 - CV CIS AMEOSC

LEI Nº 1.638/15, DE 02/06/2015.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI 1001/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 2º da lei 1.001/2007 que passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º Fica autorizado o Município de São João do Oeste a repassar até o valor de R\$ 2,00 (dois reais) por habitante/mês, ao CIS/AMEOSC, conforme contrato de rateio a ser celebrado.

Art. 2º. Os demais dispositivos da lei 1.001/2007 ficam inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 02 de junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

LEI 1637 - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE*Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes*

PLANO **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO



São João do Oeste – SC, Maio 2015.

“O planejamento não diz respeito às decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes”.

Peter Drucker

Equipe Técnica de Organização e Sistematização do Documento-Base

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Silvane Inês Schneiders Baumgarten- Secretária Municipal

Teresinha Staub – Coordenadora Pedagógica

EQUIPE DIRETIVA DAS ESCOLAS:

Elise Körbes – Diretora CEI Jesus Menino

Aline Werle Rambo – Diretora Centro Educacional São João do Oeste

Marlise Inês Heck Herschaft – Diretora Creche Municipal Kinder Haus

Vanderli Liane Back Manske – Orientadora Pedagógica EEB Madre Benvenuta

Lorival Inácio Rambo – Diretor-Adjunto EEB Madre Benvenuta

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução Populacional	23
Tabela 2 - População por faixa etária.....	23
Tabela 3 - Informações sobre o município de São João do Oeste	24
Tabela 4 - Movimento Econômico de São João do Oeste	26
Tabela 5 - Estabelecimentos de Ensino do Município de São João do Oeste	31
Tabela 6 - Estabelecimentos de Ensino, por dependência administrativa, segundo a etapa/modalidade ministrada, no ano de 2014.....	32
Tabela 7 - Salas de aula, segundo dependência administrativa, por etapa e modalidade de ensino - 2014	32
Tabela 8 - População por grupo de idade - 2010 a 2014	32
Tabela 9 - População escolarizada por grupo de idade, segundo a etapa e modalidade de ensino - 2010 a 2014.....	32
Tabela 10 - Educação Infantil: Creche e Pré-Escola - matrícula inicial por dependência administrativa - Municipal	53
Tabela 11 - Número de alunos e professores por turma	53
Tabela 12 - Educandários de educação infantil, 2015.....	54
Tabela 13 - Matrículas 2015 na educação infantil no município de São João do Oeste	54
Tabela 14 - Profissionais da educação atuando na educação infantil por escolarização - 2015	55
Tabela 15 - Profissionais da educação atuando na educação infantil por situação funcional - 2015.....	55
Tabela 16 - Contextualizando a educação infantil em São João do Oeste - 2014	55
Tabela 17 - Ensino Fundamental: matrícula inicial por Dependência Administrativa - 1º ao 5º ano	66
Tabela 18 - Ensino Fundamental: matrícula inicial por dependência administrativa - 6º ao 9º ano	66
Tabela 19 - IDEB do Ensino Fundamental de São João do Oeste - Anos Iniciais	68
Tabela 20 - IDEB do Ensino Fundamental de São João do Oeste - Anos Finais.....	68
Tabela 21 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Língua Portuguesa - 5º ano em São João do Oeste	70
Tabela 22 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Matemática - 5º ano em São João do Oeste.....	70

Tabela 23 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Língua Portuguesa - Séries Finais em São João do Oeste	70
Tabela 24 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Língua Portuguesa - Séries Finais em São João do Oeste	71
Tabela 25 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência em leitura	73
Tabela 26 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência em escrita	73
Tabela 27 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência em matemática	73
Tabela 28 - Resultado Provinha Brasil em São João do Oeste - 2015	74
Tabela 29 - Estabelecimentos de ensino fundamental do município de São João do Oeste - 2015.....	74
Tabela 30 - Matrículas Iniciais - 2015 - no Ensino Fundamental, no município de São João do Oeste	75
Tabela 31 - Grade Curricular do Ensino Fundamental - Rede Municipal	76
Tabela 32 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014	78
Tabela 33 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014	78
Tabela 34 - Taxa de reprovação no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014	79
Tabela 35 - Taxa de reprovação no ensino fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014	79
Tabela 36 - Taxa de abandono no ensino fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014	79
Tabela 37 - Taxa de abandono no ensino fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014	79
Tabela 38 - Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental - Rede Municipal - ano 2014	80
Tabela 39 - Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental - anos iniciais - Rede Estadual - ano 2014	80
Tabela 40 - Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental - anos finais - Rede Estadual - ano 2014	80
Tabela 41 - Evolução das taxas de evasão nas redes de ensino - Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014	81

Tabela 42 - Evolução das taxas de evasão nas redes de ensino - Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014	81
Tabela 43 - Estabelecimentos de Ensino Médio por localização e dependência administrativa	87
Tabela 44 - Ensino Médio: matrícula inicial por dependência administrativa	87
Tabela 45 - Taxa de aprovação no Ensino Médio, por dependência administrativa - 2009 a 2014	87
Tabela 46 - Taxa de reprovação no Ensino Médio, por dependência administrativa - 2009 a 2014	88
Tabela 47 - Taxa de abandono no Ensino Médio, por dependência administrativa - 2009 a 2014	88
Tabela 48 - Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio - ano 2014	88
Tabela 49 - Evolução das taxas de evasão nas redes de ensino - Ensino Médio - 2009 a 2014	88
Tabela 50 - Alunos com deficiência matriculados nas redes de ensino de São João do Oeste - 2014 e 2015.....	95
Tabela 51 - Educação Especial: matrícula inicial por dependência administrativa.....	96
Tabela 52 - Escolaridade média da população de São João do Oeste.....	99
Tabela 54 - Professores da Rede Municipal segundo o nível de escolaridade - 2010 a 2014	101
Tabela 55 - Professores da Rede Estadual segundo o nível de escolaridade - 2010 a 2014	101
Tabela 56 - Professores da Rede Privada segundo o nível de escolaridade - 2010 a 2014	101
Tabela 57 - Profissionais em educação - funcionários da escola, por nível de escolaridade - Rede Municipal - 2014	101
Tabela 58 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por nível de escolaridade - Rede Estadual, 2014	102
Tabela 59 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por situação funcional - Rede Municipal, 2014	102
Tabela 60 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por situação funcional - Rede Estadual, 2014.....	102
Tabela 61 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por jornada de trabalho - Rede Municipal, 2014	102

Tabela 62 - Profissionais em educação – funcionário da escola, por jornada de trabalho - Rede Estadual, 2014.....	103
Tabela 63 - Recursos aplicados em educação - 2010 a 2014	106
Tabela 64- Despesas com educação por categoria econômica e elemento de despesa - 2010 a 2014	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Você considera a escola de seu filho no geral:	33
Gráfico 2 - Em relação à estrutura física da escola (resposta professores e funcionários).....	34
Gráfico 3 - Em relação à estrutura física da escola (resposta pais)	34
Gráfico 4 - Em relação à prática pedagógica	35
Gráfico 5 - Em relação à alimentação escolar (professores e funcionários)	36
Gráfico 6 - Em relação à alimentação escolar (pais).....	36
Gráfico 7 - Em relação ao transporte escolar (professores e funcionários).....	37
Gráfico 8 - Em relação ao Transporte Escolar (pais)	37
Gráfico 9 - Em relação às atividades extraclasse oferecidas pela escola (professores e funcionários).....	39
Gráfico 10 - Em relação às atividades extraclasse oferecidas pela escola (pais)	39
Gráfico 11 - Em relação ao horário de atendimento das escolas (pais)	40
Gráfico 12 - Em relação ao parque infantil (professores e funcionários)	41
Gráfico 13 - Em relação ao parque infantil (pais)	41
Gráfico 14 - Em relação às disciplinas obrigatórias oferecidas (professores e funcionários).....	42
Gráfico 15 - Em relação às disciplinas obrigatórias oferecidas (pais)	42
Gráfico 16 - Outras disciplinas	42
Gráfico 17 - Serviços de atendimento profissionais	43
Gráfico 18 - Sistema avaliativo.....	45
Gráfico 19 - Em relação ao material didático (pais).....	46
Gráfico 20 - Recursos humanos e serviços.....	47
Gráfico 21 - Creche (resposta de professores e funcionários)	58
Gráfico 22 - Educação Infantil - 04 a 05 anos	60
Gráfico 23 - Percentual de crianças de 04 a 05 anos que frequenta a escola	62
Gráfico 24 - Percentual de crianças de 0 a 03 anos que frequenta a escola	63
Gráfico 25 - Desempenho do(as) estudantes nos anos iniciais - Prova/2013	71
Gráfico 26 - Desempenho do(as) estudantes nos anos finais - Prova/2013	72
Gráfico 27 - Ensino Fundamental.....	82
Gráfico 28 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	98

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Município de São João do Oeste	18
Figura 2 - Maquete tridimensional de São João do Oeste	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTOS LEGAIS.....	14
3	DIAGNÓSTICO	17
3.1	PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO: 17	
3.2	CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	18
3.3	ASPECTOS POPULACIONAIS	22
3.4	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	26
3.5	ASPECTOS CULTURAIS	27
3.5.1	Diagnóstico da Cultura no Município	28
3.6	ASPECTOS EDUCACIONAIS	30
3.6.1	Rede Escolar.....	31
3.6.2	População Escolarizada por Idade.....	32
3.6.3	Resultado da Pesquisa de Campo efetuada com pais, alunos, professores e Funcionários das Escolas.....	33
3.7	EDUCAÇÃO BÁSICA.....	50
3.7.1	Educação Infantil.....	50
3.7.2	ENSINO FUNDAMENTAL.....	64
3.7.3	ENSINO MÉDIO.....	86
3.7.4	O Ensino Médio Inovador	89
3.7.5	Resultados da pesquisa de campo realizada com pais, professores e funcionários:	89
3.8	MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	91
3.8.1	Educação Especial.....	91
3.8.2	Educação de Jovens e Adultos	98
3.8.3	TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	99

3.9	GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	103
3.10	FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO	104
3.10.1	O Financiamento da educação em São João do Oeste	106
4	METAS E ESTRATÉGIAS	108
4.1	META 1	108
4.1.1	Estratégias	108
4.2	META 2	110
4.2.1	Estratégias	110
4.3	META 3	113
4.3.1	Estratégias	113
4.4	META 4	115
4.4.1	Estratégias	115
4.5	META 5	119
4.5.1	Estratégias	119
4.6	META 6	120
4.6.1	Estratégias	120
4.7	META 7	122
4.7.1	Estratégias	122
4.8	META 8	127
4.8.1	Estratégias	127
4.9	META 9	128
4.9.1	Estratégias	128
4.10	META 10.....	129
4.10.1	Estratégias	129
4.11	META 11.....	130
4.11.1	Estratégias	130
4.12	META 12.....	131

4.12.1	Estratégias	131
4.13	META 13.....	133
4.13.1	Estratégias	133
4.14	META 14.....	134
4.14.1	Estratégias	134
4.15	META 15.....	135
4.15.1	Estratégias	136
4.16	META 16.....	137
4.16.1	Estratégias	138
5	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	140
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
7	LISTA DE SIGLAS	143
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

1 INTRODUÇÃO

A tônica de um Plano Municipal de Educação é sua construção coletiva, com participação de toda a sociedade. Um plano será mais forte e exigirá mais empenho político na sua concretização e realização à medida que mobilize o compromisso e expresse as necessidades concretas, as ideias, as propostas e os anseios de todos os munícipes de São João do Oeste.

É sob esta perspectiva que a construção do Plano Municipal de Educação de São João do Oeste ocorreu, com o envolvimento dos profissionais e trabalhadores da educação e os diferentes segmentos e setores da sociedade ligados à educação ou interessados nesta.

Como primeira etapa do processo de elaboração do novo Plano Municipal de Educação, foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Educação, no dia 30 de abril de 2013, com a seguinte temática: **“O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”**.

Posteriormente, foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de discutir com Diretores, Professores e Conselho Municipal de Educação, a importância do Plano Municipal, formas de participação e etapas de desenvolvimento. Nesses encontros preparatórios – iniciados em junho de 2014 – foram reunidas as Direções dos educandários municipais, no dia 29 de julho, foi feito o primeiro contato com os professores que, no dia 08 de dezembro realizaram o momento de alinhamento das metas e estratégias dos Planos Nacional, Estadual e Municipal, etapa que foi encerrada na primeira quinzena de março de 2015.

Também foram produzidos questionários para levantamento de opiniões da comunidade escolar para a elaboração do PME, em três áreas distintas que são: qualidade e prestação dos serviços educacionais, infraestrutura – espaços físicos e currículo e conceitos interdisciplinares. Estes questionários foram encaminhados para os pais e alunos das redes municipal e estadual de ensino, dos quais 154 (cento e cinquenta e quatro) retornaram com sugestões. Os professores e profissionais de educação, num total de 51 (cinquenta e um) responderam o questionário on-line.

No início de novembro de 2014, foi reunido o Conselho Municipal de Educação que definiu as diretrizes para a construção do Plano. E, em 10 de dezembro, através do Decreto nº 116/2014 foram nomeados os membros titulares do Fórum Municipal

de Educação, órgão responsável pela elaboração do documento base do Plano Municipal.

O documento base sugere metas e estratégias para os níveis da Educação Básica (ensino infantil, fundamental e médio), Educação Superior, as modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação profissional tecnológica, educação especial, educação do campo/rural e a educação em tempo integral), profissionais da educação, gestão democrática e financiamento da educação, temas estes que perpassam a educação como um todo, para que sejam amplamente discutidos na sociedade e acrescentados novos conteúdos oriundos das demandas sociais.

2 FUNDAMENTOS LEGAIS

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 surgiu a ideia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação, em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público. Nesse contexto, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizam-se em regime de colaboração de seus sistemas de ensino, com o objetivo de promoverem uma educação de qualidade para o país.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Constituição Federal, 1988)

O texto constitucional estabeleceu um plano de competências a cada ente federado: à União, aos Estados-membros, ao Distrito Federal e ao Município incumbe proporcionar todos os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência (art. 23, inciso V).

Todos eles, por outro lado, devem legislar, concorrentemente, sobre educação, cultura, ensino e desporto (art. 24, inciso IX); no âmbito municipal, o texto constitucional atribui a exclusiva competência de “manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental” (art. 30, inciso VI).

Assim sendo, a Constituição Federal de 1988 previu que “a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público” (art. 214), que conduzam à:

I – erradicação do analfabetismo;

- II – universalização do atendimento escolar;
- III – melhoria da qualidade do ensino;
- IV – formação para o trabalho;
- V – promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Mas somente com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), em cumprimento ao art. 22, inciso XXIV da Constituição Federal, é que se estabeleceu que à União incumbiria “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.” (Art. 9º, inciso I). A propósito, conforme previsto no art. 87, o Plano Nacional de Educação seria o documento inaugurador da “Década da Educação”.

Em 2014, depois de tramitar por três anos e meio no Congresso Nacional, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE) pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em cumprimento ao art. 214 da Constituição Federal, no qual se definiu metas e estratégias para um período de 10 anos. No documento, a partir de um diagnóstico da realidade da educação do país, foram traçadas 20 metas e 253 estratégias

E foi nessa importante peça de planejamento plurianual da educação do país, que se fez previsão de se iniciar, de imediato, “a elaboração dos planos estaduais em consonância com este Plano Nacional e, em seguida, dos planos municipais, também coerentes com o plano do respectivo Estado”.

Art. 8º - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. (Plano Nacional de Educação, 2014)

Feito isso, os três documentos comporão um conjunto integrado e articulado quanto aos objetivos, prioridades e diretrizes, de sorte que, na soma dos esforços das três esferas chegue-se às metas estabelecidas.

A Legislação Municipal também prevê a elaboração do Plano Municipal de Educação. A Lei Orgânica Municipal, datada de 22 de maio de 2000, versa sobre o assunto:

Art. 116. Deverá ser elaborado o plano plurianual e anual da educação, que será aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e Cultura. Parágrafo Único. O plano municipal de educação preverá programas e

atividades adequadas às realidades e necessidades educacionais do meio urbano e rural. (Lei Orgânica Municipal, 2000)

Já o Sistema Municipal de Ensino, datado de 25 de março de 2014, em seu artigo 6º, inciso XIV, estabelece que compete ao Município elaborar e executar políticas educacionais que deverão estar contidas no Plano Municipal de Educação, bem como mecanismos de sua aplicação e avaliação.

Para tanto, com a finalidade de acompanhar e avaliar a instituição do Plano Municipal de Educação no município de São João do Oeste, com metas e estratégias projetadas para o período de 2015 a 2024, criou-se o Fórum Municipal de Educação, através do Decreto nº 30 de 05 de abril de 2013, com representações de órgãos e entidades educacionais.

3 DIAGNÓSTICO

3.1 PERFIL DEMOGRÁFICO E SÓCIO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO:

O município de São João do Oeste foi criado pela Lei Estadual nº 8.475 de 12/12/1991 e instalado em 01 de janeiro de 1993, desmembrado do município de Itapiranga. A denominação do município é decorrência de um processo de consulta popular que resultou em 72% de preferência da população pelo nome “São João do Oeste”.

A área que constitui o atual Município de São João do Oeste foi colonizada pelo Volksverein, entidade do Rio Grande do Sul, que adquiriu a área, loteou-a em colônias, chácaras e terrenos de perímetro urbano e passou a incentivar a sua ocupação atraindo agricultores de diversos municípios do Rio Grande do Sul.

A comunidade sede teve o seu início de colonização em 1932 com a celebração de uma missa presidida pelo Pe. Teodoro Treis. Após esta data, gradativamente os colonos do Rio Grande do Sul adquiriam terras e vinham penetrando nas matas e ocupando as suas posses.

No interior do Município, a entrada dos primeiros desbravadores nas diferentes comunidades se deu entre os anos de 1926 a 1940, sendo que as primeiras comunidades a receberem os colonos foram as de Macuco, Fortaleza, Jaboticaba e Ervalzinho, isto pela facilidade de acesso por via fluvial.

Como o ponto central das Comunidades já estava definido através de uma colônia de terra, doada pela colonizadora, tão logo que certo número de habitantes passava a residir no perímetro da comunidade começavam os trabalhos para a construção de uma capela e uma escola, sempre com o incentivo dos padres católicos, uma vez que os colonizadores, como previam as normas do Volksverein, tinham que ser católicos e de origem alemã.

Durante diversos anos a evolução de São João, tanto da sede como do interior foi muito lenta, isto em virtude das dificuldades de comunicação e comércio. Inclusive o abastecimento dos primeiros habitantes vinha pelo Rio Uruguai. A sede de São João do Oeste, assim como muitas outras comunidades, teve a sua via de comunicação através de estradinhas estreitas conhecidas como “Meterweg” – feitas pelos próprios agricultores com pá e picareta. Estas mesmas estradinhas foram em muitos casos, posteriormente alargadas e deram origem às atuais estradas.

Em 1956, o povoado de São João foi elevado à categoria de Distrito, através da Lei Municipal nº 01 de 16/05/55 e posteriormente pela Lei Estadual nº 234 de 10/11/55. As divisas ficaram estabelecidas na Lei Municipal.

O município é formado, além da sede, de mais 11 comunidades ou linhas: Cristo Rei, Beato Roque, Vale Pio, Ervalzinho, Fortaleza, Jaboticaba, Macuco, Alto Macuco, Medianeira, Palmeiras e Itacuruçu, todas, com exceção da última, desmembradas do Município de Itapiranga.

Quatro Municípios são limítrofes com São João do Oeste:

- Itapiranga – ao Sul e Oeste
- Tunápolis – ao Norte
- Iporã do Oeste – ao Norte e ao Leste
- Mondaí – ao Leste.

No campo, São João do Oeste destaca-se pela agricultura familiar, sendo que a agricultura e pecuária formam a base da economia do município. Os principais produtos agrícolas produzidos para comercialização são o milho, o fumo e o feijão e na pecuária destacam-se a criação de frangos, suínos e gado leiteiro.

3.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

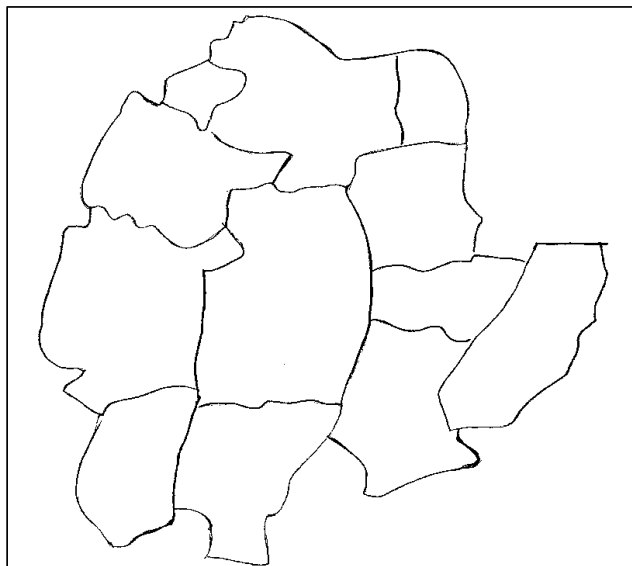


Figura 1 - Mapa do Município de São João do Oeste

São João do Oeste é um município do Extremo Oeste Catarinense, a 727 quilômetros de Florianópolis. A sua área é constituída de 163,304 km². Na sede municipal, a altitude em relação ao nível do mar é de 300 metros. Em outros pontos a altitude varia entre 180 m (vale dos rios nas linhas macuco e Fortaleza, divisa com o município de Itapiranga) 580 m na Linha Cristo Rei, na divisa com Iporã do Oeste.

As coordenadas geográficas, na sede do município de São João do Oeste são: latitude 27°05'52" ao Sul da linha do Equador e longitude 53°35'38" ao Oeste de Greenwich.

São João do Oeste faz limite ao Sul e Oeste com município de Itapiranga, ao Norte com Tunápolis, ao Norte e Leste com Iporã do Oeste, ao Leste com município de Mondaí.

O clima (segundo a metodologia proposta por Köppen), é subtropical, mesotérmico úmido e verão quente. O clima é assim classificado em razão da temperatura média ser superior a 22°C, nos meses mais quentes.

Segundo dados da Estação Meteorológica mais próxima, da Epagri (Sede Capela-Itapiranga), nos últimos nove anos a amplitude da temperatura média mensal foi de 14,3°C e 25,3°C. O mês mais quente é janeiro, com uma média de 32,7°C. Julho é o mês mais frio, com 8,6°C, em média.

A precipitação pluviométrica oscila em torno de 1.800mm anuais, distribuídos entre as quatro estações do ano. A umidade relativa do ar é alta: na média, cerca de 87%. Na formação vegetal do município, temos como predominância a Floresta Estacional Decidua, com destaques: Grábia, Cabriúva, Cedro, Louro-Pardo, Canafístula, Guatambu, Guajuvira, Canelas. E em segundo plano, a Floresta Ombrófila Mista, com destaque para o Pinheiro – Brasileiro, Angico-Vermelho, Maria-Preta, Cedro e Erva-Mate.

Comparada à sua vegetação original, o município está fortemente descaracterizado. De acordo com a FATMA (Fundação do Meio Ambiente), apenas cerca de 12 a 15% do território regional encontra-se ocupado por vegetação original. O restante está ocupado por lavouras e pastagens, reflorestamento de espécies exóticas, principalmente.

Os solos predominantes no município são Cambissolos e Neussolos, caracterizados pela boa fertilidade natural, pedregosidade frequente e profundidade média pequena.

Os relevos são classificados em terras acidentadas, 50%; terras onduladas, 30%; terras suavemente onduladas, 20%. Apenas em torno de 20% são mecanizáveis.



Figura 2 - Maquete tridimensional de São João do Oeste

Geologicamente nosso município apresenta rochas vulcânicas da formação Serra Geral, constituindo a cobertura do Aquífero Guarani. Predomínio de rochas basálticas. Forte domínio de rochas compactas, praticamente impermeáveis ou então com poucas fraturas. Por esta razão o município e microrregião são caracterizados como de baixo potencial hidro geológico, isto é, os poços profundos para a captação de água são relativamente improdutivos.

Na região Oeste de Santa Catarina existem basicamente dois grandes reservatórios de água subterrânea; o Aquífero Guarani (também chamado de Botucatu) e o Aquífero Serra Geral.

O Aquífero Serra Geral (rochas vulcânicas de formação Serra Geral) constitui a primeira camada, cobrindo o Aquífero Guarani. Portanto o Aquífero Guarani é

confinado (fechado). Seu topo ocorre em profundidades que variam entre 300 a 1200m.

Dentro do Aquífero Guarani, São João do Oeste possui um poço tubular – poço de grande profundidade - de 1.372m. Em vista do conteúdo de sólidos totais dissolvidos, a água com características muito salinas é imprópria para o consumo humano, prestando-se muito bem para balneário de águas termais e minerais. O município construiu um amplo parque de águas termais em função do poço profundo que fornece água acima de 50°C.

A hidrografia do município de São João do Oeste é formada por cursos de água de pequeno porte (0 a 10m de largura) e a drenagem de cerca de 80% da área territorial municipal acontece por meio de arroios que nascem dentro do município. A rede hidrográfica principal está encerrada em três vales principais; Arroio Dourado, Arroio Fortaleza e Arroio Macuco. Os leitos dos mesmos estão orientados no sentido Norte-Sul, sendo que as nascentes se encontram na face norte, sendo seu fluxo desembocado diretamente no Rio Uruguai, já no município de Itapiranga. Apenas o Arroio Jundiá tem seu nascedouro no município de Iporã do Oeste, drenando cerca de 20% do território de São João do Oeste. O divisor genérico que determina a divisão dos fluxos coincide com o traçado da rodovia SC 472 (Iporã do Oeste - Itapiranga). O Arroio Jundiá é tributário do Rio Macaco Branco, nele desembocando já dentro do município de Tunápolis.

A maior parte das propriedades rurais do município é abastecida por água captada de fontes superficiais ou freáticas, originárias do afloramento de lençóis depositados sobre a camada impermeável (rocha basáltica). Dependendo da vazão das fontes, elas podem ou não originar cursos de água de caráter intermitente ou permanente. A captação de água dos mananciais (rios, riachos) também é uma prática.

Pela profundidade em que se encontra, tirar água do Aquífero Guarani é normalmente de custo maior quando comparado ao Aquífero fraturado da Serra Geral (0 a 300m aproximadamente). Porém, como já comprovado na prática, nossa microrregião apresenta uma das piores condições hidro geológicas: pouca condição de armazenamento de água dentro das rochas que são espessas, duras, e com poucas fraturas ou fendas, além do relevo muito descontínuo.

Cerca de duas dezenas de poços tubulares (artesianos) foram perfurados em São João do Oeste (Aquífero fraturado Serra Geral), sendo que apenas alguns produzem quantidade significativa de água (Ervalzinho, Fortaleza, Macuco).

Análises da água têm comprovado diferença em relação a água superficial que estamos acostumados a consumir. De maneira geral, as águas profundas do município contêm maior carga de íons, especialmente de cálcio e magnésio, caracterizando águas duras, com maior dificuldade em dissolver sabão. Quando aquecidas, os sais podem precipitar; formando crostas muito frequentes.

Durante os últimos anos adotou-se a prática de construção de redes coletivas de distribuição de água a partir de fontes e reservatórios superficiais e de alguns poços artesianos. Os poços tubulares têm sido empregados quase que exclusivamente para o consumo humano.

Diante de crescentes demandas por água e a necessidade de preservação da mesma, é insuficiente a prática da proteção de fontes superficiais. Para tanto, são empregadas as técnicas “Caxambu” e “Tubo Vertical”. Na medida em que há necessidade, investe-se em açudes, reservatórios de fibra e cisternas com manta PAD – polietileno de alta densidade.

3.3 ASPECTOS POPULACIONAIS

Os colonizadores germânicos encontraram etnias diferentes como os afrodescendentes e outros parecidos com os nativos (índios). Ocorreram dois fluxos de imigração germânica: um provindo diretamente da Europa e outro originários das colônias gaúchas.

No grupo oriundo da Europa além dos que vieram da região onde hoje é a Alemanha, tivemos imigrantes de Russos, Bessarabianos (Moldávia, Ucrânia, Bessarábia, Criméia) e Iugoslavos. No segundo grupo, da qual descende a maioria, é originário do Rio Grande do Sul, proveniente da região das antigas colônias alemãs.

O grupo dos caboclos são remanescentes de empresas exploradoras de madeiras da Argentina e Uruguai (Jaboti e Louis Pastore) e o grupo que para os colonizadores eram de origem incerta, alguns os consideravam oriundos de expedições missionárias, outros consideravam índios ou desgarrados de empresas.

O município de São João do Oeste tem como principal atividade econômica do setor primário a agricultura e pecuária com um total de 2703 pessoas atuando nestes setores.

O setor secundário abrange as indústrias de transformação no qual trabalham 162 pessoas ativamente.

Já o setor terciário com um total de 667 trabalhadores abrange as áreas de construção, comércio, alimentação, transporte, intermediação financeira, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas, administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços coletivos, sociais e pessoais e serviços domésticos.

A densidade demográfica do município, de acordo com o IBGE é 36,96 por quilômetro/área.

Tabela 1 - Evolução Populacional

Ano	São João do Oeste	Santa Catarina	Brasil
1991	-	4.541.994	146.825.475
1996	6.488	4.844.212	156.032.944
2000	5.789	5.356.360	169.799.170
2007	6.020	5.866.252	183.987.291
2010	6.036	6.248.436	190.755.799
2014	6.235	6.727.148	204.026.503

Fonte: Site IBGE

Tabela 2 - População por faixa etária

Idade	São João do Oeste		Santa Catarina		Brasil	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	112	99	165.559	158.578	5.638.154	5.444.151
5 a 9 anos	173	138	222.981	213.804	7.623.749	7.344.867
10 a 14 anos	215	266	264.941	254.842	8.724.960	8.440.940
15 a 19 anos	285	251	276.177	269.009	8.558.497	8.431.641
20 a 24 anos	224	220	287.316	278.342	8.629.807	8.614.581
25 a 29 anos	240	187	286.179	280.304	8.460.631	8.643.096
30 a 34 anos	200	178	256.324	254.824	7.717.365	8.026.554
35 a 39 anos	218	217	234.504	236.585	6.766.450	7.121.722
40 a 44 anos	265	222	230.018	234.200	6.320.374	6.688.585
45 a 49 anos	249	233	216.576	225.071	5.691.791	6.141.128

50 a 54 anos	230	206	179.383	187.597	4.834.828	5.305.231
55 a 59 anos	219	212	143.895	152.906	3.902.183	4.373.673
60 a 64 anos	159	154	106.909	116.561	3.040.897	3.467.956
65 a 69 anos	108	117	73.382	83.975	2.223.953	2.616.639
70 a 74 anos	78	90	52.332	64.645	1.667.289	2.074.165
75 a 79 anos	48	63	32.789	45.583	1.090.455	1.472.860
80 a 84 anos	22	34	18.552	29.628	668.589	998.311
85 a 89 anos	14	21	7.960	14.612	310.739	508.702
90 a 94 anos	4	7	2.517	5.149	114.961	211.589
95 a 99 anos	2	4	564	1.350	31.528	66.804
Mais de 100 anos	0	0	126	279	7.245	16.987

Fonte: Site IBGE

Tabela 3 - Informações sobre o município de São João do Oeste

População (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou Mais	Total
Urbana	2000	68	47	263	101	116	247	53	1.495
	2007	80	31	244	95	224	257	26	1.757
	2010	72	43	219	110	243	300	1.104	2.091
Rural	2000	282	140	798	261	412	594	1.807	4.294
	2007	165	80	628	235	472	497	1.984	4.061
	2010	128	83	506	238	384	498	2.080	3.917
Total	2000	350	187	1.061	362	528	841	2.460	5.789
	2007	245	111	872	330	696	754	2.810	5.818
	2010	200	126	725	348	627	798	3.184	6.008
PIB	IDH		IDI		Taxa de analfabetismo				
117.139	0.81		0.88		População de 10 a 15 anos		População de 15 anos ou mais		
					0.30		0.90		

Fonte: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 e Contagem 2007; (2) IBGE - 2008, A preços correntes (1 000 R\$); (3) Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD - 2000; (4) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef - 2004; (5) IBGE - Censo Demográfico de 2000

3.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

São João do Oeste tem sua economia baseada predominantemente pelas atividades agropecuárias, onde se destacam principalmente a suinocultura, avicultura e pecuária leiteira.

MOVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO JOÃO DO OESTE – 2014

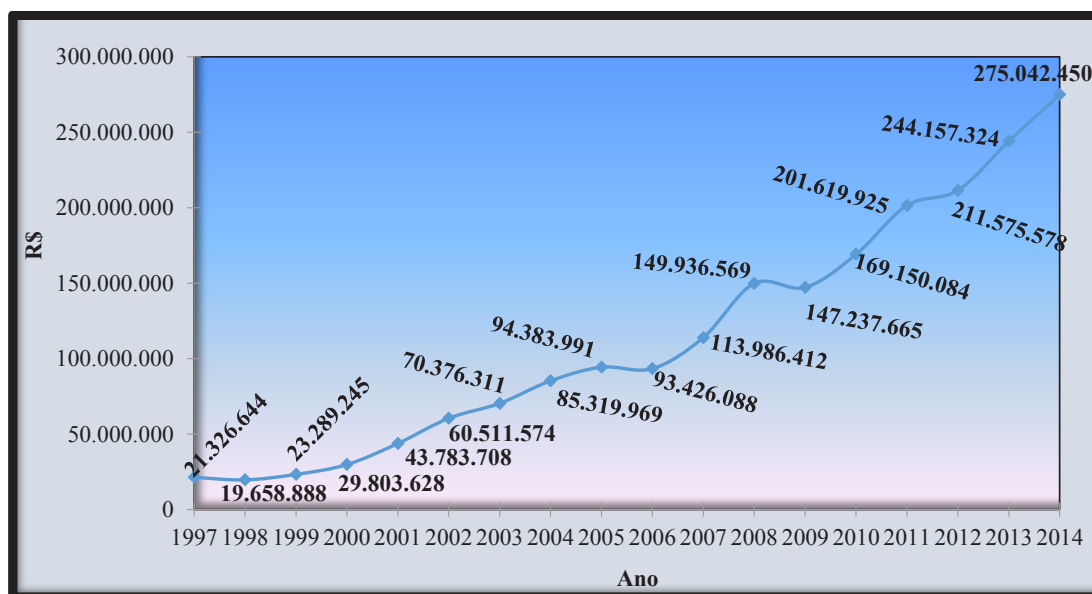
Tabela 4 - Movimento Econômico de São João do Oeste

Movimento Econômico	R\$	%
Agropecuário	218.275.904,84	79,36
Indústria, Comércio, Transportes, Telecomunicações e Energia	56.766.545,19	20,64
TOTAL	275.042.450,03	100,00

Fonte: Unidade Conveniada da Fazenda Estadual de São João do Oeste e Secretaria do Estado da Fazenda

MOVIMENTO ECONÔMICO DE SÃO JOÃO DO OESTE – 1997 A 2014

FIGURA 2: Movimento Econômico de São João do Oeste – 1997 a 2014



Fonte: Unidade Conveniada da Fazenda Estadual e Secretaria do Estado da Fazenda

3.5 ASPECTOS CULTURAIS

Para entender melhor os aspectos culturais, é importante esclarecer que São João do Oeste faz parte de um projeto de colonização organizado pelos padres Jesuítas, oriundos da Europa, em 1880, para cuidar dos imigrantes alemães católicos do Rio Grande do Sul, que vieram, na sua maioria, refugiados da Alemanha para o Brasil. Com o apoio do Padre Amstand e outros, fundou-se o Volksverein, somente para alemães católicos do Rio Grande do Sul, em 1912.

Em 1926, o Volksverein, com o apoio dos Jesuítas, criou a colônia de Porto Novo, hoje abrangendo a região formada pelos municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste. Essa colônia foi dividida em lotes e somente conseguia comprar um desses lotes quem era de origem alemã e católico.

Desde o começo, priorizou-se a educação, tanto que as comunidades eram organizadas em torno da escola que, muitas vezes, servia também de capela para as celebrações religiosas, sendo, por isso, denominada de igreja e escola. O professor inicialmente era pago pelos próprios pais e ensinava as crianças em língua alemã.

Em torno da escola surgiram, aos poucos, a igreja, a casa do professor, a casa comercial, o clube social e outros. Sob este prisma colonizacional, assentaram-se os alicerces dos traços socioculturais que hoje caracterizam e orgulham São João do Oeste.

Preservaram-se a língua alemã, como também as tradições da cultura germânica trazidas pelos colonizadores. Dedicou-se prioridade à educação, sendo que o município de São João do Oeste é destaque nacional, recebendo, por 3 anos consecutivos, o mérito do título de município com menor índice de analfabetismo do Brasil. Foi também reconhecido como a Capital Catarinense da Língua Alemã, quando da promulgação da Lei Estadual nº 14.467, uma vez que, cerca de 96% da população se comunica através desse idioma.

Para promover o lazer, existem no município associações que promovem eventos culturais e esportivos. Os esportes que predominam no município são futebol de salão, futebol de campo, bocha, bolão, vôlei de areia, vôlei de quadra, quarenta e oito, sinuca e futebol sete. Funcionam no município diversas escolinhas de futebol, vôlei, futsal e atletismo. Para incentivar a prática esportiva ocorrem, de dois em dois anos, os jogos abertos municipais – JASJO - promovendo-se, assim, a integração das entidades e comunidades em diversas modalidades esportivas. Também são

realizados, anualmente, campeonatos municipais de futebol de campo, voleibol, quarenta e oito, bolão, entre outros.

3.5.1 Diagnóstico da Cultura no Município

A cultura do município de São João do Oeste não possui uma Secretaria específica, atualmente é um Departamento atrelado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. A efetiva organização do Departamento Cultural do município teve início em 2009, com a realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura. Em 2013, foi realizada a 2ª Conferência Municipal de Cultura, que teve como tema: “UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA” e, nesta Conferência foi sugerida a criação do Conselho Municipal de Cultura, que efetivamente foi criado através da Lei Municipal nº 1.510/13, de 18/06/2013.

O município possui uma Biblioteca Pública, a “Biblioteca Pública Municipal Padre Afonso Hansen”, criada em 03 de maio de 1993, através da Lei Municipal nº 65/93, possui em seu acervo livros de literatura infantil, juvenil e adulto, romances, revistas, jornais, audiovisuais e outras publicações em diversos idiomas, além de oferecer acesso a pesquisas através da rede mundial de computadores – Internet.

Também possui bibliotecas escolares em todas as escolas do município.

O Museu Municipal foi criado através da Lei nº 1.054/07 de 04/12/2007 e, além do acervo permanente, composto por fotos, documentos e objetos, realiza diversas mostras e exposições relacionadas a fatos e acontecimentos do município.

Também são desenvolvidas diversas atividades culturais relacionadas à:

- Música - abrangendo aulas de violão, teclado, acordeon, bateria, sopro e percussão. Sendo que, atualmente o município conta com uma Banda Municipal de instrumentos de sopro e percussão, que já se apresentou em diversos eventos culturais do município e região e uma Orquestra de violões, acordeon, teclado e bateria.

- Danças folclóricas - O Grupo de Danças Liebe Zum Tanz participa de encontros em todo o Sul do Brasil, como também em eventos comunitários, cultivando e preservando, assim, a cultura das danças típicas.

- Patinação artística - com ensaios para alunos das escolinhas de São João do Oeste e Cristo Rei. Vale ressaltar que o município possui um Show Artístico sobre

Rodas, mantido pela Associação de Patinação Rosas do Sul, em convênio com o município, que ensaia semanalmente e se destaca com várias apresentações em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

- Corais e grupos de cantos: É realizado anualmente um encontro municipal de corais e grupos de canto do município, que é custeado pela Prefeitura Municipal. Também existe a liga regional dos corais, onde é feito um encontro por ano. Os dirigentes e componentes de corais não são remunerados, realizando este trabalho de forma voluntária.

- FESTIOESTE - promoção conhecida a nível interestadual, realizada anualmente no mês de maio. É um festival de canção popular e sertaneja que conta com a participação de calouros de toda a Região Sul do Brasil, trazendo os melhores intérpretes da categoria. Dentre os objetivos desse festival pode-se destacar: a divulgação e a promoção de integração e intercâmbio dos calouros e os mesmos com o público; oportunizar a revelação de novos talentos; valorizar e preservar a música popular e sertaneja como elemento formador da nossa cultura, mantendo, assim, uma das mais genuínas formas de expressão da arte do nosso povo.

- Festival da canção estudantil - promovido pelas escolas das redes municipal e estadual de ensino a fim de incentivar a descoberta de novos talentos.

- Concurso Municipal de Oratória – realizado anualmente entre os estudantes de Ensino Médio do município. É promovido pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes em parceria com o SICOOB-Creditapiranga.

- DEUTSCHE WOCHE – Maior festa de cunho cultural-germânica da Região. É realizada anualmente em parceria entre Departamento Cultural, Grupo de Danças Liebe Zum Tanz e Associação Cultural Alemã. A semana alemã oferece diversos atrativos como: Festival da Canção Alemã, Gincana Cultural e Folclórica, Concurso da piada e da mentira em alemão, desfile de carros alegóricos, missa no idioma alemão, concurso do chope em metro, concurso do serrote, teatro no idioma alemão, encontro de grupos folclóricos, jantar típico alemão, entre outras atrações.

- Auxílio ao Clube do Cavalo Otto Veit - preservando, dessa forma, algumas tradições gaúchas, pois a maioria dos moradores de São João do Oeste são provenientes de cidades gaúchas de colonização alemã. Realizam-se cavalgadas, missas crioulas, cursos de danças típicas e eventos gastronômicos.

- Escolha das Soberanas do município – As entidades e comunidades do município patrocinam candidatas que concorrem ao título de Rainha, 1ª Princesa e 2ª Princesa de São João do Oeste.

- Erntedankfest – Festa em agradecimento pela colheita – promovida anualmente pela Paróquia São João Berchmans. Neste festejo, faz-se uma alvorada festiva com foguetório e toque dos sinos. Geralmente às nove horas é celebrada uma missa festiva com a participação das soberanas da festa e animação da banda e coral comunitário. A igreja é toda enfeitada com produtos da terra e do comércio. Ao meio-dia serve-se churrasco e comes típicos, não faltando as tradicionais cucas e sobremesas. Música de banda e muita diversão não faltam para ocupar e animar os visitantes que chegam de toda região.

Além disso, as comunidades do interior promovem sua festa anual, na qual pessoas de todo município e redondezas se reúnem.

Promovem-se também bailes sociais, bailes de casais e outros na sede e nas comunidades do interior, sempre com muita animação.

Além da Erntedankfest, realizam-se também as Kerb em família e nas comunidades, Kerbfest para homenagear o padroeiro, a festa do leitão assado, as festas juninas e a EXPO SÃO JOÃO – Feira Agropecuária, Comercial e Industrial.

O povo de São João do Oeste também costuma participar das festas e eventos que são realizadas nos municípios vizinhos, entre eles, a Oktoberfest em Itapiranga; Efacitus em Tunápolis; a Maifest em Sede Capela; a FAIC em Iporã do Oeste e a Expo São Miguel em São Miguel do Oeste.

Pode-se dizer que o povo de São João do Oeste prima pelas obras comunitárias, pela união e o trabalho coletivo em prol do desenvolvimento do município.

Dessa forma, cada comunidade construiu seu clube social, sua igreja, zela pela preservação da sua escola, não esperando que o governo venha e faça. É um povo ordeiro, trabalhador e que zela pelo bem comum dando para o estado e para o país um exemplo de organização e progresso.

3.6 ASPECTOS EDUCACIONAIS

O município de São João do Oeste conta com um Sistema Municipal de Ensino criado pela Lei nº 889/05 de 16/12/2005 e atualizado em 25/03/2014, através da Lei Municipal nº 1.561/14.

O Conselho Municipal de Educação foi instituído em 03/05/1993 através da Lei nº 64/93 e atualizado pela Lei nº 1.561/14 de 25/03/2014.

Além do Conselho Municipal de Educação, o município possui também outros Conselhos na área da educação, legalmente constituídos, que são:

- Conselho Municipal de Alimentação Escolar – Lei nº 187/94 de 17/10/1994.
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB – Lei nº 988/07 de 03/04/2007;

A rede escolar do município é composta pelas unidades de ensino apresentadas nas tabelas abaixo:

3.6.1 Rede Escolar

A Rede escolar de São João do Oeste é composta pelos estabelecimentos de ensino descritos na tabela a seguir:

Tabela 5 - Estabelecimentos de Ensino do Município de São João do Oeste

NOME DA ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MODALIDADE
CENTRO EDUCACIONAL SÃO JOÃO DO OESTE	URBANA	MUNICIPAL	1º AO 5º ANO
CENTRO EDUCACIONAL CRISTO REI	RURAL	MUNICIPAL	1º AO 5º ANO
ESCOLA MUNICIPAL MINISTRO LUIZ GALLOTTI	RURAL	MUNICIPAL	1º AO 5º ANO
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JESUS MENINO	URBANA	MUNICIPAL	EDUCAÇÃO INFANTIL
PRÉ-ESCOLAR CHAPEUZINHO AMARELO	RURAL	MUNICIPAL	EDUCAÇÃO INFANTIL
PRÉ-ESCOLAR AMOR PERFEITO	RURAL	MUNICIPAL	EDUCAÇÃO INFANTIL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MADRE BENVENUTA	URBANA	ESTADUAL	6º AO 9º ANO E MÉDIO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CRISTO REI	RURAL	ESTADUAL	6º AO 9º ANO E MÉDIO
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL Pe. JOÃO RICK	RURAL	ESTADUAL	1º AO 9º ANO
ESCOLA ESPECIAL RENASCER	URBANO	PRIVADO	ED. ESPECIAL

Tabela 6 - Estabelecimentos de Ensino, por dependência administrativa, segundo a etapa/modalidade ministrada, no ano de 2014

Estabelecimentos de Ensino	Dependência Administrativa			
	Total	Municipal	Estadual	Privada
Educação Infantil	04	04	-	-
Ensino Fundamental	04	03	01	-
Ensino Médio	-	-	-	-
Ensino Fundamental e Médio	02	-	02	-
Educação Especial	01	-	-	01
Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-
Total de Estabelecimentos	11	07	03	01

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

Tabela 7 - Salas de aula, segundo dependência administrativa, por etapa e modalidade de ensino - 2014

Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Especial	Educação de Jovens e Adultos	Total
Estadual	-	-	15	09	-	-	24
Municipal	08	06	10	-	-	-	24
Particular	-	-	-	-	02	-	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

3.6.2 População Escolarizada por Idade

Com relação a população escolarizada, a realidade de São João do Oeste está demonstrada nas tabelas abaixo:

Tabela 8 - População por grupo de idade - 2010 a 2014

ANO	POPULAÇÃO ESCOLARIZADA			
	0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e mais
2010	196	733	322	-
2011	169	694	309	-
2012	210	646	284	-
2013	215	618	317	-
2014	231	550	256	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

Tabela 9 - População escolarizada por grupo de idade, segundo a etapa e modalidade de ensino - 2010 a 2014

ANO	CRECHE E ED. INFANTIL	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Educação de Jovens e Adultos	Total
		6 a 14	+ 14	15 a 17	+ 17	18 ou mais	
2010	191	738	-	322	-	-	1.251
2011	163	700	-	309	-	-	1.172
2012	200	658	-	284	-	-	1.142
2013	215	618	-	217	-	-	1.050
2014	231	550	15	241	-	-	1.037

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

3.6.3 Resultado da Pesquisa de Campo efetuada com pais, alunos, professores e Funcionários das Escolas

Durante o ano de 2014, logo após a aprovação do Plano Nacional de Educação, foi realizada uma pesquisa com pais, alunos, professores e funcionários das escolas das redes municipal e estadual de ensino de São João do Oeste.

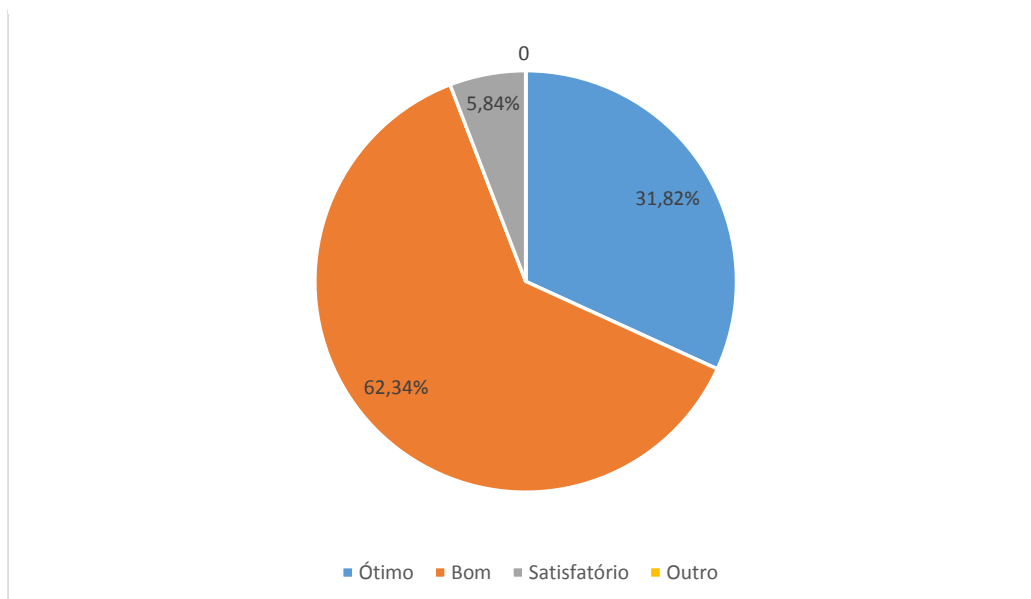
Para os pais e alunos, foram distribuídos questionários, num total de 03 (três) por turma, sendo envolvidas turmas de educação infantil, ensino fundamental e médio. Aos professores e funcionários, foi disponibilizado um link na Internet com o questionário para ser preenchido on-line.

Ao todo, tivemos o retorno de 154 questionários de pais e 51 respostas ao questionário on-line.

Veremos a seguir, o resultado da pesquisa realizada com os pais, alunos e professores, em forma de gráficos e tabelas:

3.6.3.1 Visão geral da escola

Gráfico 1- Você considera a escola de seu filho no geral:



Este gráfico oferece um parâmetro de satisfação dos pais em relação à escola em que seus filhos estudam. Verificamos que 49 pais, o que representa 31,81% dos

entrevistados, acham que a escola em termos gerais está ótima, 96 ou 62,34% consideram a escola boa e 09 ou 5,84% consideram satisfatória.

Ainda de acordo com o questionário preenchido pelos pais, foi solicitado que os mesmos justificassem sua resposta, várias opiniões foram manifestadas: bons assuntos; educação gratuita; ótima qualidade de ensino; oferece um nível de educação que pode ser comparada a escolas particulares; os alunos são bem atendidos e seguros; atende as necessidades esperadas pela família; estimula os alunos a se desenvolverem cada vez mais; os filhos têm outra ocupação, saem de casa; aprendem sempre outra coisa; convivem com outras pessoas; bom trabalho pedagógico; salas grandes e climatizadas; professores habilitados, competentes e comprometidos; pais são bem aceitos e recebidos na escola; crianças bem cuidadas; diversidade de disciplinas; acompanhamento pedagógico (profissionais: fonoaudióloga, psicóloga, psicopedagoga e reforço escolar); metodologia usada surte efeito nos alunos que aprendem com mais facilidade; melhorar a Infraestrutura física das escolas; professores serem mais rígidos; falta atenção para o ensino inovador; ter aulas mais práticas; muitas disciplinas precisam melhorar; professores pouco preocupados em ensinar; mais respeito e melhorar as aulas extras no que diz respeito às aulas de música.

3.6.3.2 Estrutura física da escola

Gráfico 3 - Em relação à estrutura física da escola (resposta pais)

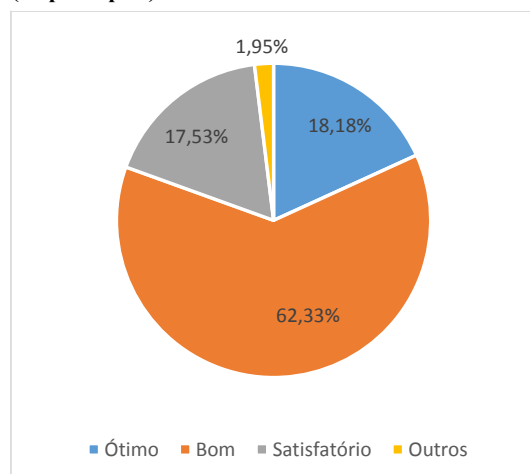
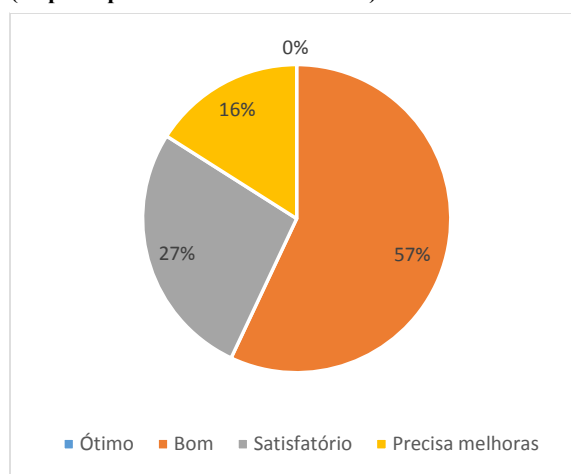


Gráfico 2 - Em relação à estrutura física da escola (resposta professores e funcionários)



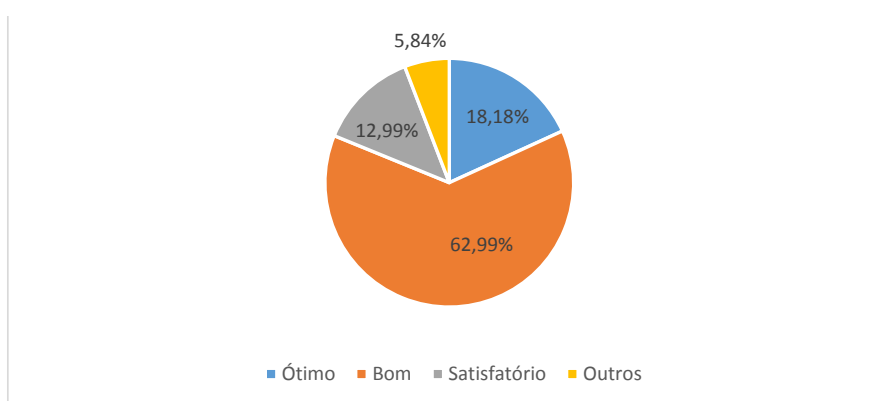
Em relação à estrutura física nas escolas, a maioria, 96 pais ou 62,34% consideram que a estrutura física dos educandários está boa, 18,18% que está ótima, 17,53% consideram satisfatório e 1,95 % não souberam ou não responderam.

Já os professores e funcionários consideram a infraestrutura das escolas boa para 27%, satisfatória para 27% e para 16% precisa melhorar.

A estrutura física também gerou comentários pelos pais, professores e funcionários como: bom espaço para atividades ao ar livre em geral; salas climatizadas; escolas bem localizadas, organizadas e limpas; bons espaços (salas amplas, ginásio, refeitório, parque, piscina) para o atual contingente de alunos (CESJO); salas pequenas (Creche e Jesus Menino); escola de primeiro mundo; espaço coberto onde as crianças podem fazer atividades em dias de chuva (Creche); em obras (estadual); muita goteira e pouco espaço principalmente em dias de chuva; espaço físico não é adequado para a prática pedagógica, educação física e práticas coletivas; trabalhos específicos de interação social; poderia ser melhor, mais ampla; falta de acessibilidade em caso de cadeirantes; nos banheiros há problemas estruturais; aumentar a área coberta em frente à escola (CESJO); piso escorregadio e pintura desbotada (CESJO); corrigir inconformidades como excesso de escadas; adequar o espaço físico a altura da estrutura que mostram os números em relação à qualidade de ensino; resolver situação das infiltrações no prédio e falta pátio externo, gramado, árvores (Creche).

3.6.3.3 Prática pedagógica

Gráfico 4 - Em relação à prática pedagógica

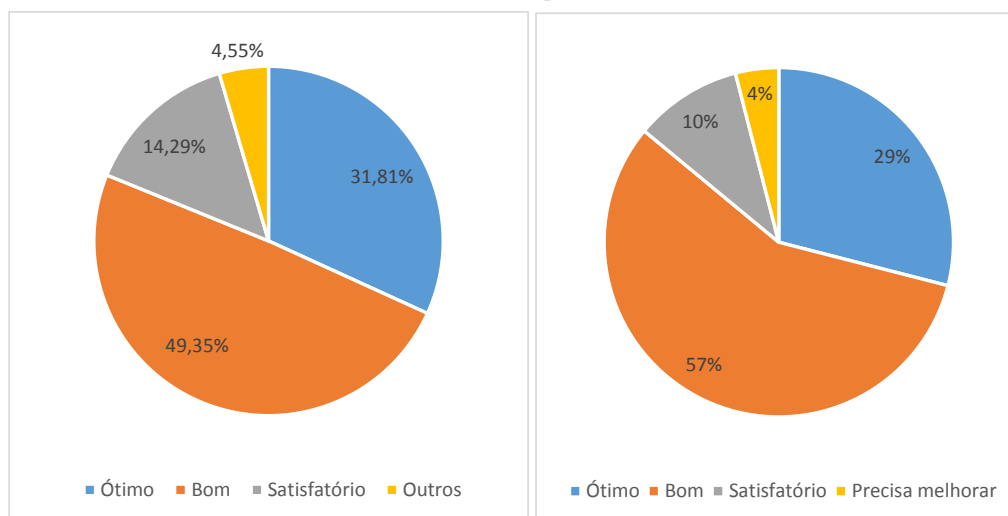


A prática pedagógica para os pais e alunos de modo geral é boa 62,99%, para 18,18% é ótima, para 12,99% é satisfatória e 5,84% não responderam. Os

comentários e sugestões foram os seguintes: bons assuntos repassados aos alunos; desenvolve e desafia o aluno; aproveitar melhor as viagens de estudo a fins de estudo; aproveitar melhor o tempo em que o aluno está na escola; poucos laboratórios científicos; ensino de boa qualidade; profissionais capacitados; resultados positivos nas avaliações do MEC; aliar conteúdo científico à prática; maior cobrança; a experiência e a formação dos profissionais contribuem para uma boa prática pedagógica; a prática pedagógica é uma das melhores do Brasil, pelo título que conseguimos, mas sempre pode melhorar, ensinando de forma prazerosa; admirado ao longo do ano com as coisas que as crianças aprendem e a forma de aprender; poderia criar feiras internas a longo prazo; adequar o espaço físico para exposição de trabalhos à sociedade; diversificar as atividades científicas; compartilhar experiências de outros profissionais, trazendo-os para a escola; trabalhar modalidades esportivas diferentes, como vôlei, handebol e futebol e incentivar a reciclagem dos professores para que estes estejam sempre atualizados.

3.6.3.4 Alimentação escolar

Gráfico 6 - Em relação à alimentação escolar (pais) **Gráfico 5 - Em relação à alimentação escolar (professores e funcionários)**



A alimentação escolar dos alunos foi considerada boa pela maioria dos pais: 49,35%, ótima por 31,81%, satisfatória por 14,29% e 4,55% não opinaram ou não responderam.

Os professores e funcionários consideram a alimentação escolar boa por 57%, ótima por 29%, satisfatória por 10% e consideram que precisa melhorar 4%.

Os comentários e justificativas feitas pelos pais e funcionários foram: oferecem alimentos saudáveis e em abundância; refeições de boa qualidade; está suficientemente ao agrado do aluno; possui diversidade no cardápio; muito boa; preparada com carinho pela profissional; acompanhamento de nutricionista; atende as necessidades nutricionais dos alunos; a merenda escolar é de boa qualidade porém alguns profissionais não sabem prepará-la de forma adequada; gostosa; fazendo com que os alunos acabam não aproveitando e esta acaba sendo colocada na lixeira; a merendeira precisa se dedicar e fazer com mais gosto; o município de São João atende com merenda de qualidade todas as escolas; não há sugestão de melhoria de minha parte, é muito bem preparada e saborosa! Se tiver as calorias ou nutrientes mínimos necessários para um estudante, está ótimo; poderia melhorar, pois é feita sem muita dedicação, interesse, amor, só sei que os alunos reclamam; não atende as expectativas dos alunos; rever o cardápio em dias de maior calor, oferecendo lanches ao invés de comida; melhorar com mais diversidade; maior variedade de frutas; trabalhar mais com frutas, legumes e lácteos; rever cardápio, ver a possibilidade de fazer um lanche mais quente (comidas) na época de frio e mais frutas e lácteos no período de calor; diversificar o almoço das crianças; cardápios da escola integral deve ser revisto, pois arroz e feijão de manhã/almoço/tarde não tem como, e acabar com a terceirização da merenda na rede estadual.

3.6.3.5 Transporte escolar

Gráfico 8 - Em relação ao Transporte Escolar (pais)

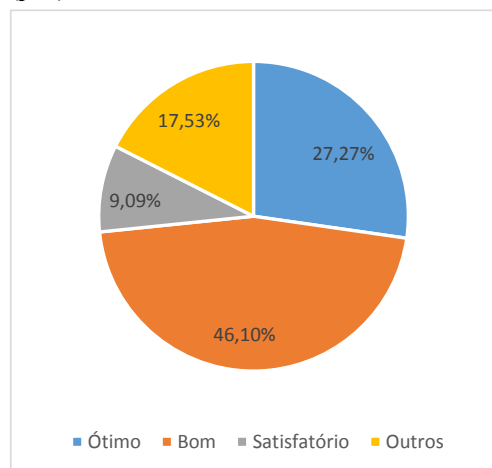
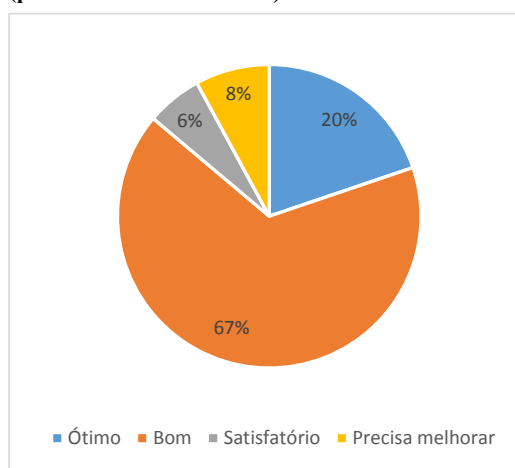


Gráfico 7 - Em relação ao transporte escolar (professores e funcionários)



O serviço de transporte escolar no município, no questionário respondido pelos pais, foi considerado ótimo por 27,27% dos entrevistados, bom por 46,10%, satisfatório por 9,09% e não opinaram 17,53%.

Já na opinião dos professores e funcionários, 20% consideraram o serviço oferecido de ótima qualidade, 67% de boa qualidade, 6% satisfatória e 8% são da opinião que precisa melhorar.

Os comentários, críticas e sugestões foram as seguintes: possuem ônibus de boa qualidade; é bom porque quando saem para passeio são levados de ônibus; há responsabilidade na busca e destino do aluno de forma correta; muito bom, a renovação da frota é bem vista; péssimas condições das estradas; veículos vistoriados e em bom estado; às vezes falta comunicação entre direção e motoristas; as crianças saem muito cedo de casa; motoristas mais prudentes e mais cuidados no trânsito; menos velocidade por parte de alguns; ônibus com menos anos de uso; o transporte escolar é específico para alunos/estudantes, sendo assim, em algumas rotas isto é levado a sério, porém, em outras, estudantes precisam ceder para o passageiro sentar; direitos e deveres iguais a todos; o condutor é responsável em guiar/manusear o seu veículo e não os alunos, bem como, manter o mesmo em ordem; mais responsabilidade do motorista no trânsito (excesso de velocidade); pode continuar da forma como está; utiliza pouco, porém percebe que os alunos são pontuais nas chegadas; precisa melhorar; o motorista deve ser não apenas um motorista e sim o condutor dos alunos; usar transporte escolar somente para alunos e professores, outros munícipes estão fazendo uso do mesmo, o que é contra a lei; cumprir os horários estabelecidos; ônibus e estradas em boas condições; o motorista do transporte deve manter a ordem dentro do transporte, abrir e fechar ele mesmo a porta, manter as janelas mais fechadas, ser mais pontual; está bom, somente precisam rever horários de início de aula para melhorar o transporte; formar os motoristas na área de primeiros socorros em caso de alguma emergência; proporcionar aos motoristas cursos de formação para eles entenderem que também são parte da educação; não haver trocas de motoristas devido a confusões de horários; os motoristas ajudem a descarregar e carregar alunos com deficiência; ônibus adaptado para PNEE; mais comprometimento por parte dos pais e alunos referente a disciplina dentro dos ônibus escolares; ter acesso a um transporte que leve os alunos na mesma lotação, para não haver a necessidade de esperar tanto tempo nas escolas; deveria ter um transporte maior que Kombi para levar mais crianças de

vez para não ficar muito tempo nas escolas esperando, antes das aulas e após; organizar o transporte para que chegue mais tarde no período da manhã - início da aula; cinto de segurança para todas as crianças; se houver necessidade de juntar em um único ônibus alguns alunos, mesmo que fiquem mais tempo no ônibus escolar, para viabilizar o gasto do dinheiro em transporte com alunos ou alguma van, kombi ou carro para emendar horários dos alunos com trocas de turnos, principalmente aos que moram em locais mais afastados do Centro.

3.6.3.6 Atividades extraclasse

Gráfico 10 - Em relação às atividades extraclasse oferecidas pela escola (pais)

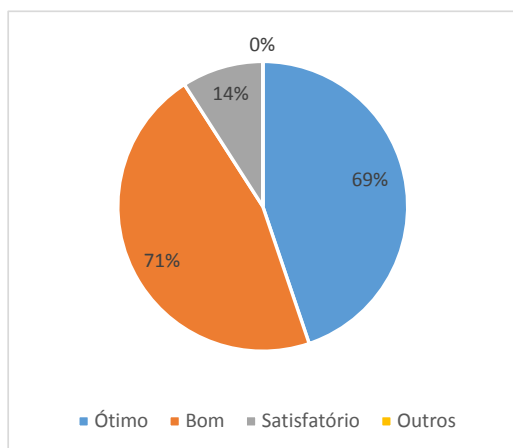
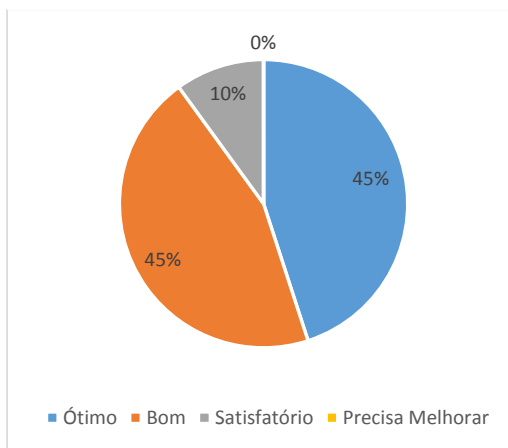


Gráfico 9 - Em relação às atividades extraclasse oferecidas pela escola (professores e funcionários)



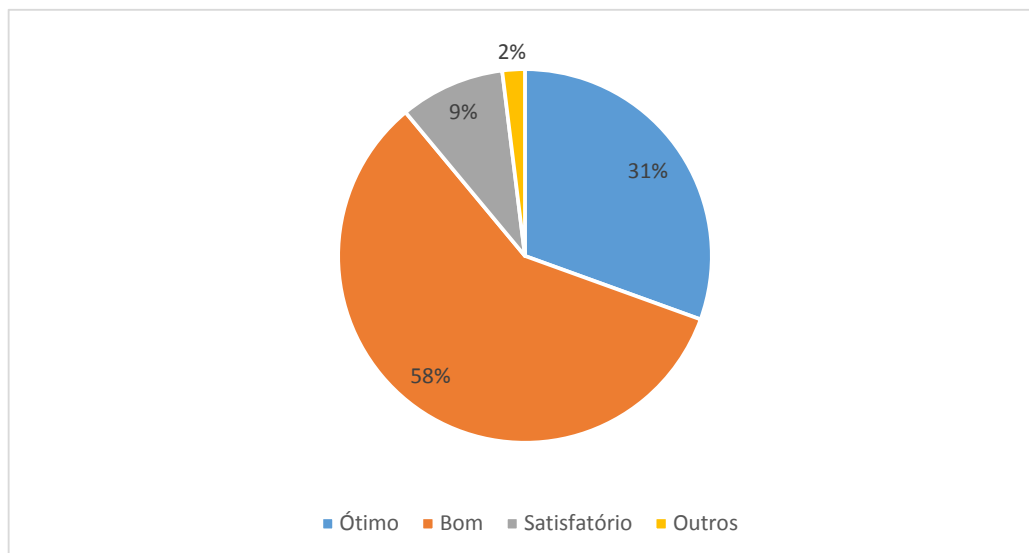
As atividades extraclasse, como noite da família, homenagens para pais, mães, festival estudantil da canção, festival de dança, são classificadas pelos pais como ótimas por 69%, boas por 71% e satisfatórias por 14%. Já para os professores e funcionários dos educandários, estas atividades são classificadas como ótimas por 45%, boas por 45% e satisfatórias por 10% dos entrevistados.

Os comentários dos dois grupos de entrevistados foram: não podemos sempre participar; proporciona momentos diferentes e especiais; trabalhar de forma que há mais participação da família nas atividades escolares; integra a escola e as famílias; bem elaboradas e bem ensaiadas; boa organização; oportuniza as crianças para apresentações em público, trabalhando a autoestima e confiança; ajuda os pais a verem quais trabalhos são realizados pelos alunos nas escolas; oportuniza a

participação em campeonatos e competições; noite da família, momento único e muito atrativo, porém com horários não muito favoráveis aos agricultores.

3.6.3.7 Horário de atendimento das escolas

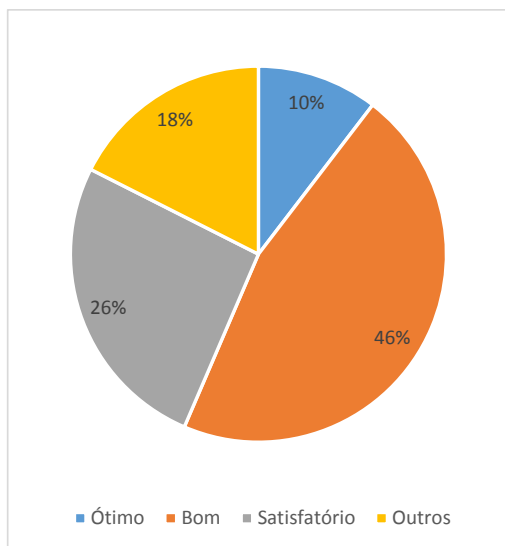
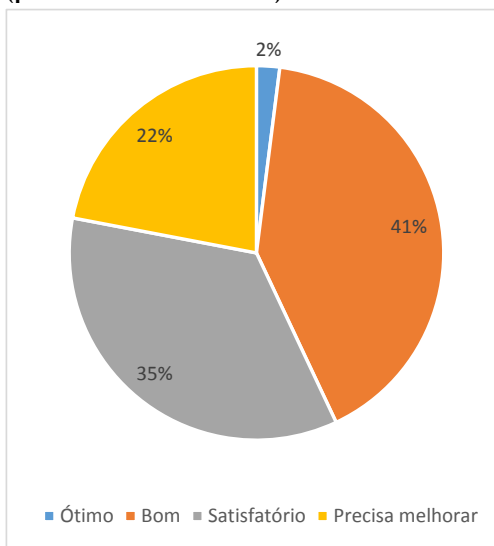
Gráfico 11 - Em relação ao horário de atendimento das escolas (pais)



O horário de atendimento das escolas, na avaliação dos pais dos alunos é ótimo para 31%, bom para 58%, satisfatório para 9% e 2% não responderam.

As sugestões e comentários acerca do horário de atendimento das escolas foram: bom atendimento, apenas alguns atrasos; a entrada e saída dos alunos é adequada aos demais horários; horário é bom; ninguém para atender à noite; compatível com o horário de alguns pais e incompatível com outros; difícil chegarem a um resultado comum; está dentro ou acima das exigências legais; horário deve ser determinado pela escola e pais e alunos devem adaptar-se; alguns pais acham cedo demais; Creche 12 meses até às 18 horas e adaptar o transporte escolar, o mesmo vem muito cedo com relação ao horário de início das aulas.

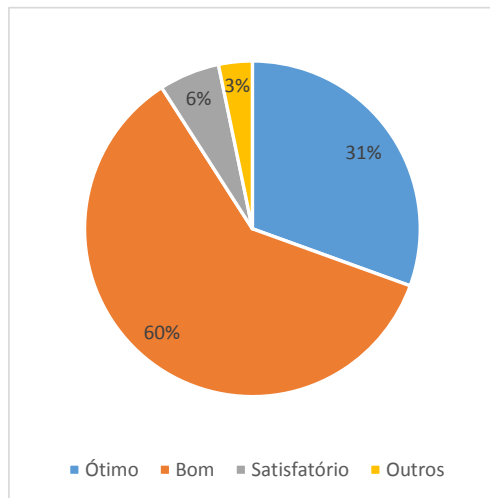
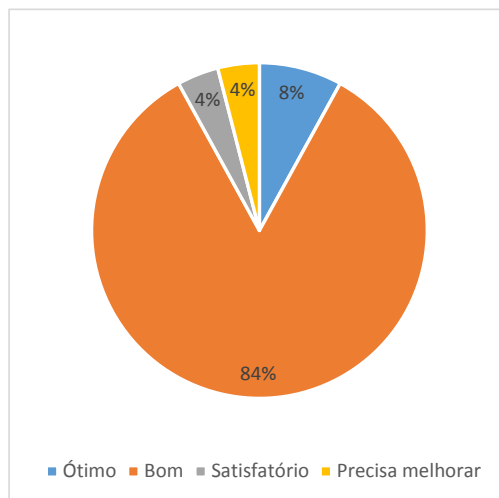
3.6.3.8 Parque Infantil

Gráfico 13 - Em relação ao parque infantil (pais)**Gráfico 12 - Em relação ao parque infantil (professores e funcionários)**

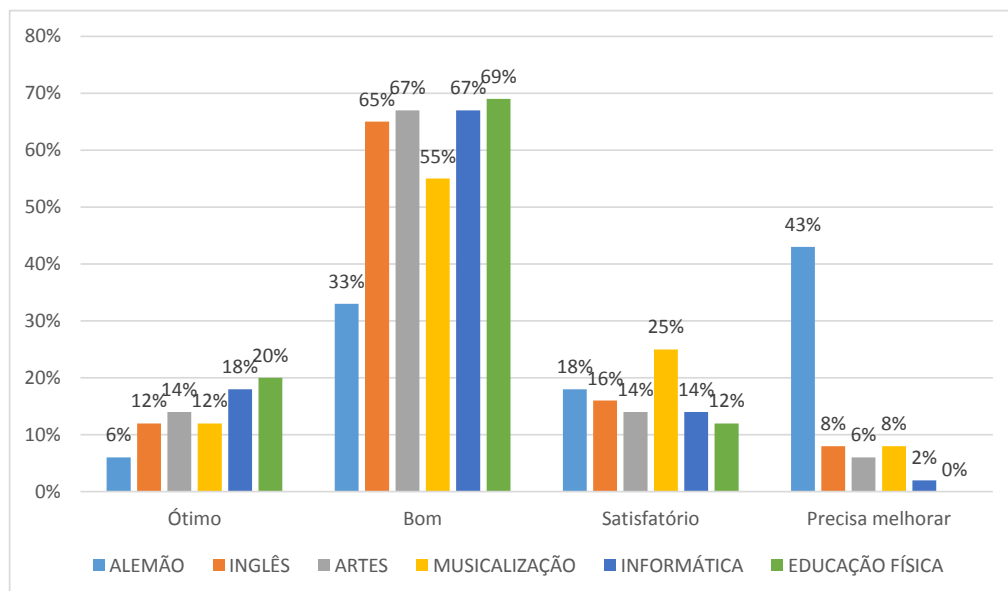
Os parques infantis das escolas, na opinião dos pais estão ótimos para 10%, bons para 46%, satisfatórios para 26% e 18% não opinaram. Já os professores e funcionários consideraram os parques infantis bons para 41%, ótimos para 2%, satisfatórios para 35% e 22% acham que precisa melhorar este aspecto.

As opiniões variam, como veremos a seguir: o espaço é bom proporcionando bem-estar aos alunos; tem seus prós e contras; um bom espaço para as crianças; deixa a desejar em dias de chuva; tem muito brinquedo e se divertem muito; área não coberta; pouco usado (CESJO); ter espaço específico para atividade da própria escola; algumas escolas não tem parque infantil, pois não atendem as crianças da Ed. Infantil e séries iniciais; voltar a investir, precisa de alguns reparos em alguns brinquedos e uma reforma geral; mais espaço e mais brinquedos; ampliar, manter, ter mais recursos para investir em brinquedos de areia; a cada ano fazer uma avaliação para validar a seguridade destes; Instalar em cada comunidade (onde ainda não tem) um parque infantil; o parque do Centro Educacional SJO necessita de uma reforma; mais parques; mais opções de brinquedos; mais espaço e mais brinquedos na praça e mais brinquedos para a areia; espaço é restrito e poucos brinquedos.

3.6.3.9 Grade curricular

Gráfico 15 - Em relação às disciplinas obrigatórias oferecidas (pais)**Gráfico 14 - Em relação às disciplinas obrigatórias oferecidas (professores e funcionários)**

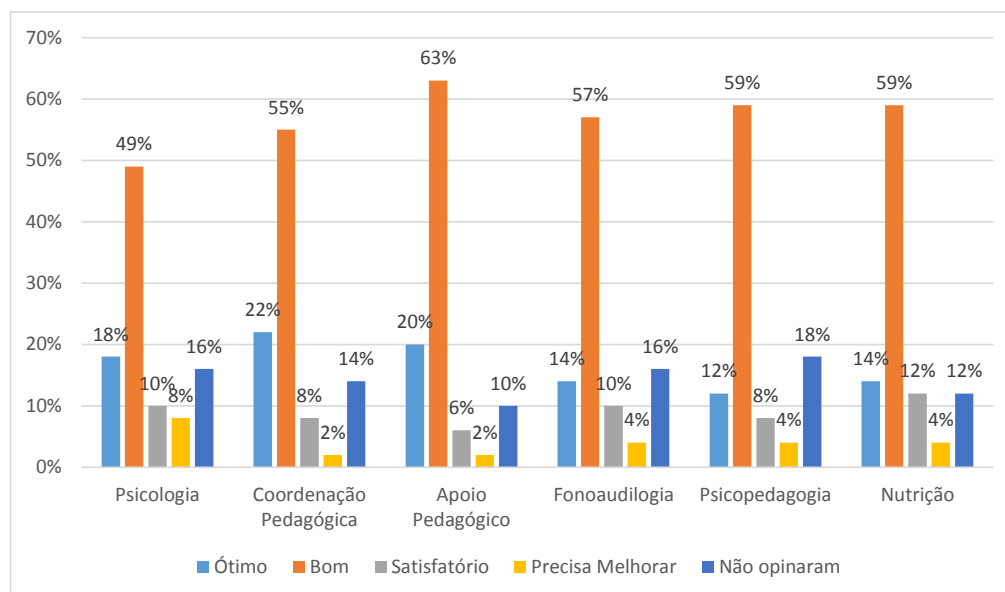
As disciplinas oferecidas em toda a rede educacional do município de São João do Oeste, na opinião dos pais são ótimas para 31%, boas para 60%, satisfatórias para 6% e 3% não emitiram opinião. Já os professores e funcionários opinaram que o currículo está ótimo para 8%, bom para 84%, satisfatório para 4% e precisa melhorar para 4%.

Gráfico 16 - Outras disciplinas

Os comentários foram: as matérias são boas, mas os horários mudam a cada pouco, o bom seria de um ano para o outro ficarem iguais; bem variado, proporcionando momentos diferentes; como fizeram está bom, pois pelo problema dela não podemos exigir muita coisa; atende à necessidade; atendem desde cedo; ótima grade de disciplinas; rever a maneira como trabalhar os conteúdos e conceitos; oportunizam o aprendizado de outras línguas; rever a didática das aulas de alemão; conteúdo diversificado desde a creche; disciplinas e atividades diversificadas atraem as crianças; as matérias são bem aproveitadas mas acho que são demais para as crianças; dar atenção à prática de esporte coletivo, com mais frequência; foco maior para Português e Matemática; incluir a língua alemã do 6º ano em diante; ter cursos profissionalizantes; não ter a disciplina de Ensino Religioso; teste seletivo mais rigoroso, observando a prática e didática do professor; introduzir a matéria de educação financeira; ter um profissional habilitado na área de musicalização e Escola de Ervalzinho oferecer a opção de informática e música.

3.6.3.10 Serviço de Atendimento Profissional

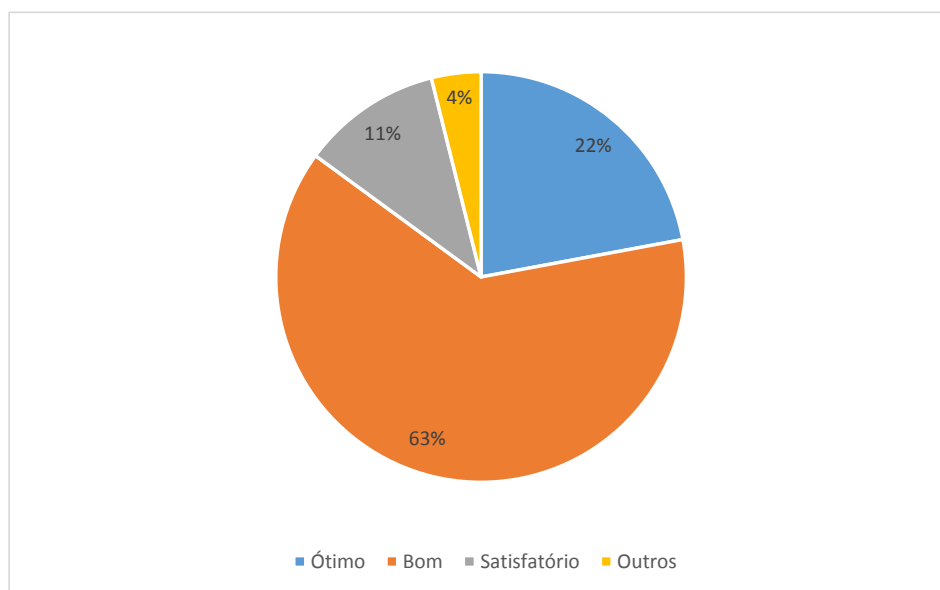
Gráfico 17 - Serviços de atendimento profissionais



Os serviços de atendimento profissionais foram avaliados apenas pelos professores e funcionários, pois os mesmos têm maior proximidade do resultado aferido pelos atendimentos. No geral, os serviços foram bem avaliados.

Os comentários e sugestões de melhoria foram os seguintes: Atender todos os alunos na sua unidade escolar; oportunizar mais vagas para fonoaudióloga e mais diálogo entre os profissionais; fazer mais orientações com os alunos, pais e equipe da escola; Coordenação pedagógica deveria acompanhar mais os trabalhos dos professores; deveria ter um relacionamento maior entre os profissionais e o professor titular para juntos sanar os problemas com os alunos com dificuldade, pois vejo que eles fazem seu trabalho e não chegam a trazer soluções para nós professores; continuar melhorando e diversificando as atividades que façam com que os alunos sejam instigados; maior seriedade e responsabilidade por parte de alguns profissionais, como professora do Maternal III, tenho somente uma criança que recebe o atendimento da Fonoaudióloga e percebi grandes melhorias na criança. Ampliação da carga horária e fiscalizar de perto os trabalhos exercidos; trazer esses profissionais para a escola fazer diagnósticos. Que todos os alunos possam ser atendidos no contra turno; a equipe multidisciplinar poderia realizar trabalhos diferentes com os professores, podendo reunir os mesmos em grupos (ex: creche, educação infantil e anos iniciais) possibilitando aos professores visualizar a importância dos trabalhos realizados. Nesse sentido, a equipe multiprofissional poderá realizar estudos de casos com determinados educandos, sendo o mesmo atendido simultaneamente por estes, todos os serviços de atendimento social ou particular são importantes! Cada profissional procura dar o melhor de si.

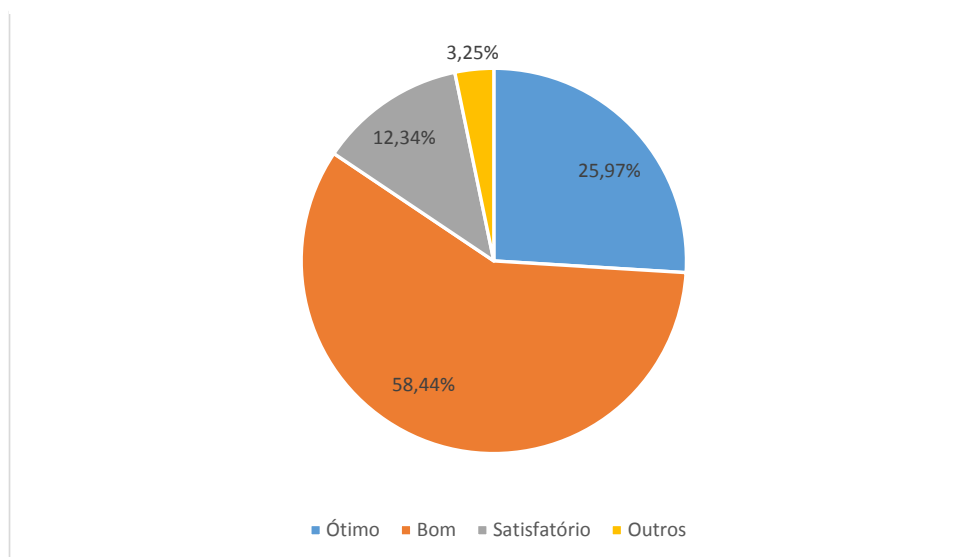
3.6.3.11 Forma de avaliação

Gráfico 18 - Sistema avaliativo

A forma de avaliação dos alunos efetuada nas Redes de Ensino foi avaliada como ótima por 22% dos pais entrevistados, boa por 63%, satisfatória por 11% e 4% não opinaram.

Os comentários foram: está ótima da maneira como está sendo realizada; avaliação descritiva do aluno nas atividades efetuadas durante o ano letivo; muito boa, ajudam os que tem mais dificuldades; nem sabia que existia avaliação (creche); a avaliação feita de forma descritiva é muito boa pois se torna possível fazer uma leitura de como os filhos agem e se comportam; avalia no intuito de buscar o melhoramento da aprendizagem; leva-se em conta notas, comportamento, atitudes, provas orais; o aluno se obriga a estudar; avaliar também o comportamento; algumas matérias ter mais trabalhos; está do jeito que nenhum aluno pega recuperação; percebo que a avaliação das disciplinas específicas é superficial (creche); na educação infantil os conceitos deveriam ser substituídos por notas; na Pré-Escola também deveria se oferecer reforço escolar; acrescentar uma observação descritiva do aluno no boletim; avaliar mais a produção, dedicação do aluno; professores também serem avaliados pelos alunos; mais dinâmico e criativo.

3.6.3.12 Material Didático

Gráfico 19 - Em relação ao material didático (pais)

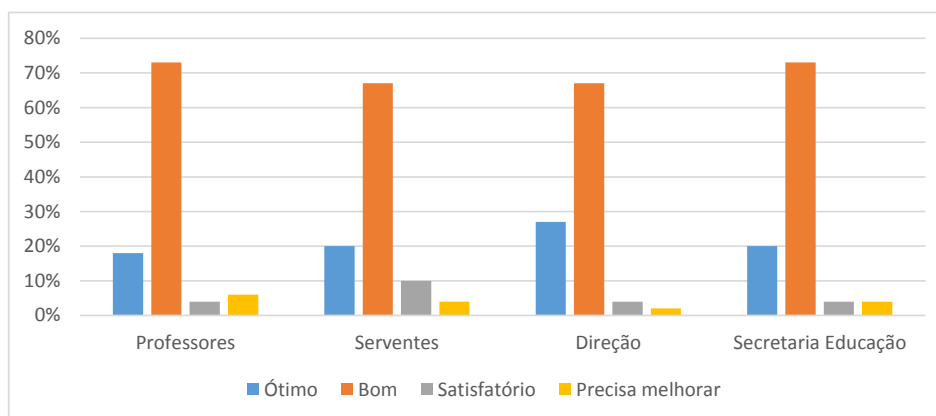
O material didático disponibilizado pelas Escolas para o processo ensino-aprendizagem foi avaliado da seguinte forma pelos pais: 58,44% consideram bom, 25,97% ótimo, 12,34% satisfatório e 3,25% não opinaram.

Com relação aos comentários e sugestões temos o que segue: Sempre disponível a todos quando necessário; ruim, não recebem quase nenhum material; está a contento; bons materiais e livros; livros didáticos complicados por isso não são usados; alguns professores usam somente o livro falta opção de leitura; é boa oferta de recursos pedagógicos como livros, brinquedos, ferramentas digitais. É preciso constante atenção e investimento na ampliação da oferta dos mesmos. Alguns materiais não são usados, como a lousa digital; material tem é só saber usar; manter sempre atualizado e diversificado; não recebemos brinquedos durante o ano letivo; material oferecido é bom, desde que usados com responsabilidade e em benefício do aluno, com uma certa didática, não simplesmente tirá-los da internet e jogá-los para os alunos. Temos um bom acervo, mas sempre é bem vista a aquisição de mais livros e outros materiais pedagógicos; inovar cada vez mais, poderiam variar. Usar mais a realidade do dia a dia do aluno em alguns materiais; reavaliar e adquirir materiais atualizados; ter maior disponibilidade de recursos para renovar e melhorar a parte de literatura, jogos e brinquedos. Investir o recurso disponível no orçamento para aquisição de livros de leitura para a Biblioteca. Não está havendo uma revitalização,

o que afasta os leitores. Material do MEC vem incompleto, assim os professores buscam alternativas como apostilas, outros livros, internet.

3.6.3.13 Recursos humanos e serviços

Gráfico 20 - Recursos humanos e serviços



Com referência aos serviços prestados pelos professores em sala de aula, direções de escola, serventes e Secretaria de Educação, na opinião dos professores e servidores das escolas é considerada boa pela grande maioria.

Os comentários e sugestões foram: com relação ao trabalho desenvolvido pelos professores:

- Trabalhar bastante a ludicidade;
- Talvez cobrar mais...
- Aproveitar melhor as horas atividades;
- Me esforço para que os alunos aprendam e sejam conscientes na sua aprendizagem.
- Todos os professores teriam que se empenhar e fazer com que as turmas realmente estudem e fazer com que haja o respeito na sala de aula.
- Alguns poderiam melhorar sua interação no grupo, colaborando mais para o bom andamento das atividades escolares.
- Existe também a necessidade de melhorar a prática por parte de alguns.
- Alguns profissionais precisam rever suas práticas em sala de aula para dar um melhor andamento das atividades pedagógicas e disciplina e uma melhor aprendizagem para os educandos.

- Cada professor tem a sua metodologia para desenvolver a sua prática pedagógica.

- Mais seriedade e principalmente comprometimento.

- Cursos de formação nas diversas áreas do conhecimento.

- Grande parte poderia se empenhar mais, querem emprego, mas não querem trabalhar;

- Oferecer mais cursos de aperfeiçoamento, a fim de reciclar os profissionais em sua prática pedagógica.

- Adequar a didática de ensino fundamental às turmas, cobrando mais responsabilidade dos alunos desde cedo, e não os tratando como crianças de educação infantil.

- Manter estabilidade durante as aulas, não retrainer demais nem adular demais.

- Incentivar/exigir a participação dos profissionais em cursos de formação;

- Rever a validade e a praticidade das diferentes disciplinas principalmente na Educação Infantil;

- Aprofundar mais os conteúdos trabalhados (aspecto científico)

- Está bom em alguns pontos, alguns poderiam ter mais disciplina com alunos, se impor e exigir mais;

- Como já visto, vou melhorar. Tudo é aprendido! Nem tudo vimos com os nossos próprios olhos, mas de forma justa e sincera, sem controvérsias, quando a opinião de um colega está para exaltar e contribuir nas sugestões, o trabalho melhorará! Ninguém é perfeito, mas podemos nos determinar ao desafio para mudanças positivas! Hei de conseguir!

- Vejo que teve ter um empenho maior por parte de certos professores, mais dedicação, busca de coisas novas.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelas Serventes:

- Na sua maioria está muito bom mas tem quem precisa fazer o seu trabalho com mais amor.

- Ótimo trabalho, profissionais muito dedicadas.

- Curso de formação para se sentirem parte da educação também.

- Contratação de mais serventes para algumas unidades escolares;

- As profissionais que atuam nesta área são eficientes bem como parceiras no desenvolvimento da educação do município, pois fazem parte do grupo escolar, auxiliam no processo de ensino aprendizagem, porém a sua maneira.

- A merendeira teria que preparar com mais carinho e dedicação a merenda, ser mais amiga das crianças ser mais atenciosa.

- Falta de interesse por dar um sabor as coisas, em criar formas diferentes para elaborar o gosto pela merenda que é servida aos alunos, isso por parte da nossa escola, eu vejo

- Continuar no bom atendimento aos alunos e colegas.

Em relação às Direções de Escolas:

- Continuar com esse empenho;

- As direções das escolas são ótimas, sendo que estão sempre a disposição para realizar atividades diferentes, buscando melhorar significativamente o ambiente escolar, buscando a qualidade na educação bem como buscar recursos e materiais necessários para desenvolver uma educação verdadeira e significativa.

- Acredito que deveria ser por eleição

- Está bom pois somos mais valorizados profissionalmente. Impõe mais respeito e por isso é respeitada pelos professores e alunos. É acessível.

- Necessidade de planejamento com a equipe administrativa e democratização das decisões.

- Na medida do possível tenta ser justo com todos e atender as necessidades e anseios do grupo.

- Apenas se dispor a dar mais atenção as vezes a nossa escola, já que é uma escola compartilhada e se preocupa mais em atender os problemas da escola do Estado e esquece que responde pela escola Municipal também.

Com relação ao trabalho desenvolvido na Secretaria de Educação:

- A Secretaria da Educação sempre está presente nas instituições de ensino quando solicitadas.

- Maior presença na nossa escola.

- Participar mais as atividades escolares. Valorizar os profissionais de maneira adequada. Atender as instituições de maneira igual, não destinando mais recursos para algumas e deixando outras com menos recursos.

- Continuar com esse empenho.

- Acompanhar mais os trabalhos nas escolas, ver o que está acontecendo nos educandários.

- O cargo de Secretário de Educação imprescindivelmente deve ser do quadro de professores.

3.7 EDUCAÇÃO BÁSICA

Na organização do estado brasileiro, a matéria educacional é conferida pela Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, aos diversos entes federativos: União, Distrito Federal, Estados e Municípios, sendo que a cada um deles compete organizar seu sistema de ensino e seu Plano Municipal de Educação.

No que se refere à Educação Básica, é relevante destacar que, entre as incumbências prescritas pela LDB ao Distrito Federal e aos municípios cabe “oferecer a educação infantil em Creches e Pré-Escolas, e, com prioridade o Ensino Fundamental”. Aos Estados e Distrito Federal está “assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem”.

De acordo com a LDB, em seu artigo 22: “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

O Sistema Municipal de Educação de São João do Oeste, em seu artigo 17, prevê o atendimento prioritário do ensino fundamental, da educação infantil e da educação especial e de Jovens e Adultos após a emissão das normas específicas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação.

Veremos a seguir, as características e o diagnóstico de cada etapa da educação básica no município de São João do Oeste.

3.7.1 Educação Infantil

Considerando que a educação infantil é a base inicial do processo educativo, esta deve ser organizada de maneira que a infância possa ser vivida em toda sua plenitude, conforme estabelece a LDB em seu artigo 29, ao dispor que a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O Sistema Municipal de Educação de São João do Oeste, em seu artigo 18 especifica:

As instituições de Educação Infantil estarão subdivididas em creches e pré-escolas conforme a idade das crianças e deverão apresentar uma proposta de organização pedagógica que propicie o desenvolvimento de todas as potencialidades, a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero,

social e cultural das crianças, observando as áreas contidas na proposta pedagógica da Rede Municipal de Ensino. SME, 2014.

Diante do exposto, fica clara a responsabilidade do município pela condução das etapas da educação Infantil: Creche e Pré-Escola, atendendo a faixa etária de 0 a 5 anos, com uma proposta pedagógica definida para cada uma.

No ano de 2012, foi elaborado o Projeto Político Pedagógico – PPP, da Creche Municipal Kinder Haus, que engloba as turmas de Berçário, Maternal I, II e III e, em 2014, foi reestruturado o Projeto Político Pedagógico – PPP, do Jardim e da Pré-Escola, dando continuidade à proposta elaborada para a Creche.

A construção destes importantes documentos possibilitou a certeza que o currículo comum, básico é necessário para que a rede mantenha a qualidade de ensino. Estabelecer coletivamente os conteúdos mínimos, habilidades e competências a serem desenvolvidas, definir metas para cada linguagem a ser estudada são princípios defendidos pela rede municipal de ensino de São João do Oeste.

Em seguida, veremos mais sobre a situação da educação infantil no município, incluindo um breve histórico, a organização a nível de município e os resultados da pesquisa realizada com pais de alunos, professores e funcionários.

3.7.1.1 Um breve histórico da educação infantil no Município de São João do Oeste

A Educação Infantil no município de São João do Oeste teve seu início no ano de 1963. No dia 04 de março daquele ano, as Irmãs Religiosas da Congregação Divina Providência, iniciaram a Educação Infantil abrindo o Jardim de Infância Menino Jesus, com 42 crianças matriculadas, uma professora e uma servente. Esta funcionava onde hoje se localiza o Hospital Santa Casa Rural.

Em 1968, a comunidade doou um terreno ao Estado para que construísse um espaço de atendimento das crianças da Educação Infantil. A escola foi construída de forma coletiva, com madeiras doadas por famílias da comunidade. Neste espaço, que hoje faz parte do terreno da Escola de Educação Básica Madre Benvenuta, a escola funcionou até o ano de 1982, quando então passou a funcionar no piso inferior do então CNEC, atual Centro Educacional São João do Oeste. As atividades foram desenvolvidas neste espaço até a construção de um prédio próprio no ano de 1996.

O Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho de Linha Ervalzinho, foi criado no ano de 1971, através da Lei nº 433/71.

Já no ano de 1986, tiveram início as atividades do Pré-Escolar Chapeuzinho Amarelo da comunidade de Beato Roque, sendo a primeira professora Rosa Schmitz.

Através do Decreto nº 12/88, foi criado o Pré-Escolar de Cristo Rei, bem como no mesmo ano, o então prefeito Reynoldo Werlang, decretou a criação do Pré-Escolar da vila de São João, então distrito do município de Itapiranga. Na mesma oportunidade criou-se o Pré-Escolar de Beato Roque.

A primeira turma do Pré-Escolar, denominado Cantinho Alegre de Linha Palmeiras, foi implantada no ano de 1990, com aulas ministradas pela professora Selmira Nyland. Dois anos depois, em 1992, foi criado o Pré-Escolar de Linha Jaboticaba, através do Decreto nº 51/92.

Em 1996, foi inaugurado o novo prédio do Pré-Escolar Jesus Menino, situado na Rua do Imigrante, nº50, Centro do município de São João do Oeste, onde funciona até os dias atuais. Em 1999, através do Decreto 015/99, o então Prefeito Rudi Aloísio Rasch, no uso de suas atribuições legais alterou o nome Jardim de Infância Menino Jesus para Centro de Educação Infantil Jesus Menino.

Com a nucleação das escolas, em 2002, foram extintas as escolas de Educação Infantil Cantinho Alegre de Linha Palmeiras e o Pré-Escolar de L^a Jaboticaba. Continuaram com suas atividades o Centro de Educação Infantil Jesus Menino na Sede do município, o Pré-Escolar Chapeuzinho Amarelo de Beato Roque e o Pré-Escolar Amor Perfeito de Cristo Rei.

No ano de 2007, foi adquirido um terreno para a construção de uma creche, e, em 2008, São João do Oeste foi contemplado com a construção da mesma através do projeto PROINFÂNCIA do Ministério da Educação. A referida obra começou a ser construída ainda no ano de 2008, na administração do então prefeito Rolf Harry Trebien, tendo continuidade e sendo concluída no ano de 2011 na administração do Prefeito Sérgio Luís Theisen.

Fazendo-se uma breve análise do histórico da educação no Município de São João do Oeste, percebe-se que desde sua colonização, teve-se uma preocupação muito grande em oferecer uma educação de qualidade. Pode-se afirmar que os profissionais nela envolvidos são altamente qualificados em todos os níveis de ensino, desde aqueles que atuam na creche, passando pela pré-escola e continuando no ensino fundamental.

Analisaremos a seguir uma tabela com a evolução das matrículas da educação infantil no município de São João do Oeste:

Tabela 10 - Educação Infantil: Creche e Pré-Escola - matrícula inicial por dependência administrativa - Municipal

ANO/DEPENDÊNCIA	CRECHE MUNICIPAL	EDUCAÇÃO INFANTIL	TOTAL
2010	-	196	196
2011	-	166	166
2012	61	119	180
2013	110	104	214
2014	115	137	252

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Quando analisamos os dados de matrícula na Educação Infantil em São João do Oeste, percebemos um aumento ao longo dos últimos 05 anos. De um total de 196 matrículas iniciais em 2010, envolvendo a rede municipal, o número subiu para 252 em 2014. Este aumento se deve a criação da Creche Municipal que foi instalada em 2012. Se analisarmos somente a faixa etária de 4 e 5 anos, percebemos uma diminuição nas matrículas.

3.7.1.2 O atual contexto da educação infantil no município

De acordo com o Sistema Municipal de Educação de São João do Oeste, em seu artigo 6º, inciso XVII, a organização das turmas da educação infantil, observarão os seguintes critérios, quanto ao número de alunos e professores por turma:

Tabela 11 - Número de alunos e professores por turma

Etapas da educação infantil	Turma	Nº alunos	Nº professores
CRECHE 00 a 03 anos	Berçário (06 meses a 01 ano)	Até 08 alunos por turma	01 professor e 01 auxiliar
	Maternal I (01 a 02 anos)	Até 12 alunos por turma	01 professor e 01 auxiliar
	Maternal II (02 a 03 anos)	Até 15 alunos por turma	01 professor e 01 auxiliar
	Maternal III (03 a 04 incompletos)	Até 18 alunos por turma	01 professor
PRÉ-ESCOLA 05 a 06 anos	Jardim (04 a 05 anos)	Mínimo 10 e máximo 20 alunos por turma	01 professor
	Pré (05 a 06 incompletos)	Mínimo 12 e máximo 20 alunos por turma	01 professor

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

O município atende os alunos da educação infantil em 04 (quatro) educandários, sendo que um atende alunos de Creche, dois atendem alunos de

Maternal III, Jardim e Pré-Escola e um atende alunos de Jardim e Pré-Escola, conforme tabela abaixo:

Tabela 12 - Educandários de educação infantil, 2015

ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	TURMAS
Creche Municipal Kinder Haus	Urbana	Berçário, Maternal I, II e III
Pré-Escolar Amor Perfeito	Rural	Maternal III, Jardim e Pré-Escola
Pré-Escolar Chapeuzinho Amarelo	Rural	Maternal III, Jardim e Pré-Escola
Centro de Educação Infantil Jesus Menino	Urbana	Jardim e Pré-Escola

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

A tabela seguinte apresenta um panorama das matrículas atuais na educação infantil no município de São João do Oeste:

Tabela 13 - Matrículas 2015 na educação infantil no município de São João do Oeste

ESCOLA	TURMAS	Nº DE ALUNOS
Creche Municipal Kinder Haus	Berçário	16
	Maternal I	24
	Maternal II	38
	Maternal III	28
Pré-Escolar Amor Perfeito	Maternal III	15
	Pré-Escola	10
Pré-Escolar Chapeuzinho Amarelo	Jardim	17
Centro de Educação Infantil Jesus Menino	Jardim	45
	Pré-Escola	41
Total de alunos na Educação Infantil		234

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Com relação aos recursos humanos atuantes na educação infantil no município de São João do Oeste, foi realizado um Concurso Público no ano de 2013, efetivando docentes e demais profissionais de apoio para atuação nesta modalidade de ensino.

As próximas tabelas oferecem um parâmetro atual da escolarização e situação funcional dos professores e profissionais da educação que estão atuando na educação infantil:

Tabela 14 - Profissionais da educação atuando na educação infantil por escolarização - 2015

Cargo	Nº	Nível de escolaridade				
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Incompl.	Superior completo
Professores	24	-	-	-	01	23
Fonoaudióloga	01	-	-	-	-	01
Psicóloga	01	-	-	-	-	01
Nutricionista	01	-	-	-	-	01
Diretor de Escola	01	-	-	-	-	01
Estagiários	13	-	-	-	13	-
Servente	08	-	02	03	03	-
Secretário Escolar	01	-	-	-	-	01
Outros	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Tabela 15 - Profissionais da educação atuando na educação infantil por situação funcional - 2015

Cargo	Nº	Situação Funcional				
		Efetivo/ Estatutário	Celetista	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro
Professores	24	14	-	10	-	-
Fonoaudióloga	01	01	-	-	-	-
Psicóloga	01	01	-	-	-	-
Nutricionista	01	01	-	-	-	-
Diretor de Escola	01	01	-	-	-	-
Estagiários	13	-	-	-	-	13
Servente	08	07	-	01	-	-
Secretário Escolar	01	-	-	01	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Tabela 16 - Contextualizando a educação infantil em São João do Oeste - 2014

Porcentagem de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)	100%
População de 4 e 5 anos total e por acesso à escola	96
Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola - Taxa de atendimento (Censo Demográfico)	16,20%
População de 0 a 3 anos total:	200
Número de dependências administrativas com atendimento em educação infantil	04
Número de vagas disponíveis	244
Recursos disponíveis: Orçamento 2014	R\$ 1.641.370,75
Custo aluno/ano	R\$ 6.839,04

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

3.7.1.3 Grade curricular da educação infantil no município

A grade curricular da educação infantil no município de São João do Oeste foi reformulada no início de 2014 e conta com as seguintes áreas do conhecimento:

Para o Maternal III, Jardim e Pré-Escola:

- Educação física;
- Informática;
- Língua Alemã;
- Língua Inglesa;
- Linguagem oral e escrita;
- Linguagem do movimento e corporeidade;
- Linguagem Artística (plástica e cênica);
- Linguagem da Natureza e Sociedade;
- Linguagem Pensamento Lógico Matemático;
- Linguagem Musical

Para a Creche:

- Linguagem oral e escrita;
- Linguagem do movimento/corporeidade;
- Linguagem artística;
- Linguagem da natureza e sociedade;
- Linguagem matemática;
- Oficina de música;
- Oficina de recreação, e
- Oficina de literatura infantil

As aulas têm 45 minutos de duração e o recreio duração de 15 minutos.

3.7.1.4 A avaliação na educação infantil

O processo de avaliação é parte integrante de todo o trabalho educativo. Ele vai corresponder assim, aos objetivos e a ação prática definidos pelo professor. Vai depender do conceito que o professor tem de alfabetizar e de seu papel neste processo.

A avaliação irá acompanhar todos os aspectos da proposta metodológica e todo desempenho da criança. Ela se dá na prática, através da observação atenta do professor, da constante análise e comparação de resultados obtidos, através de fichas de registros individuais de cada criança, de planos e relatórios do professor e conselhos de classe.

A avaliação que realizamos deve estar contextualizada na realidade e no cotidiano da criança. Ela deve ser um processo de observação/reflexão/ação, oportunizando na criança a descoberta do mundo. Avaliar uma criança implica antes de tudo, acolhê-la no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí, decidir o que fazer.

Para os educadores, a avaliação deve ser uma reflexão de todos os segmentos envolvidos na instituição, professor/aluno/família e funcionários, sendo também, um processo de reorientação da ação do educador, buscando a emancipação de todos os sujeitos envolvidos.

"A avaliação subsidia a reflexão contínua sobre a sua prática, sobre a criação de novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos como adequados para o processo de aprendizagem individual ou de todo o grupo. Para o aluno, é o instrumento de tomada de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades para reorganização de seu investimento na tarefa de aprender. Para a escola, possibilita definir prioridades e localizar quais aspectos das ações educacionais demandam maior apoio" (PCNS, 1997, p.81.v1)

Assim, uma proposta de avaliação que atinja os objetivos esperados não pode ser dirigida apenas aos objetivos a serem alcançados com educandos, mas conceber e direcionar a melhor maneira dos educadores utilizarem suas propostas pedagógicas a fim de atingir os objetivos. Para fazer uma avaliação, é preciso dedicar tempo para ver e rever o que e com que intensidade o aluno aprendeu, para que o professor possa providenciar os meios para que o aluno aprenda. É importante ressaltar, ainda, que a avaliação não deve ser utilizada como forma de competição ou comparação entre os educandos.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção II, referente à Educação Infantil, artigo 31, preconiza que: "(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

Já o Sistema Municipal de Ensino de São João do Oeste, em seu art. 16, determina que: "na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro semestral do desenvolvimento do educando [...]".

"O ato de avaliar tem basicamente, três passos: "Conhecer o nível de desempenho do aluno em sua forma de realidade. Comparar essa informação com aquilo que considerado importante no processo educativo. Tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados". (Luckesi 1995, p.148)

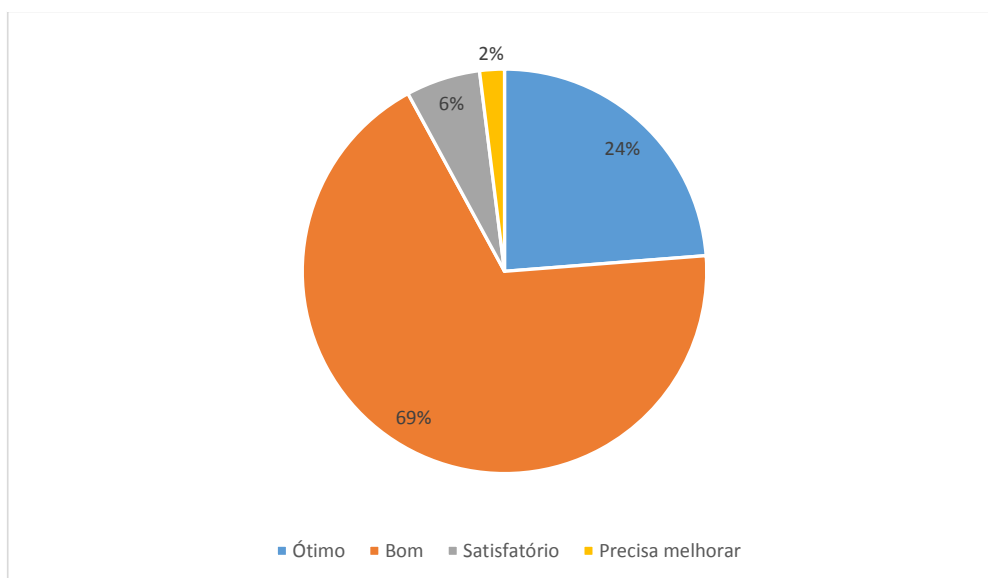
Portanto, conclui-se que uma escola que deseja um sistema avaliativo de qualidade precisa analisar e adaptar o currículo às necessidades, podendo assim,

manter uma relação coerente entre currículo e sistema de avaliação. Os critérios avaliativos devem estar claros e seus objetivos passíveis de aplicação no sistema de ensino do município e compreendidos pelos educadores e educandos. Só assim poderemos construir uma avaliação baseada em princípios qualitativos e não apenas quantitativos.

3.7.1.5 Resultados da pesquisa de campo realizada com pais, professores e funcionários:

3.7.1.5.1 Creche

Gráfico 21 - Creche (resposta de professores e funcionários)



Todos os aspectos relacionados com o atendimento na Creche foram considerados neste quesito, sendo avaliado por: 24% como ótimo, 69% como bom, 6% como satisfatório e 2% consideram que precisa melhorar.

Em relação à Creche, os comentários e sugestões foram:

Convivência entre os coleguinhas, professores e o encaminhamento para a alfabetização, além da alimentação e o cuidado das professoras e estagiárias;

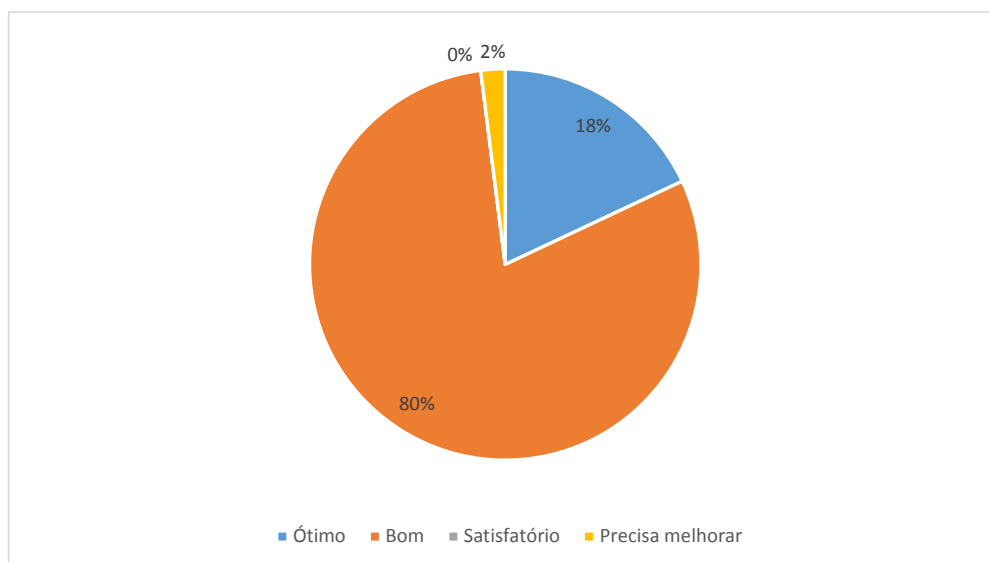
- Capacitar e valorizar os professores;
- Qualidade de ensino com menos tempo de TV;
- Garantir que cada aluno utilize o seu material de uso pessoal (mamadeira, chupeta, colher, pratos);

- Atender os alunos em idade escolar por no mínimo 4 horas;
- Usa-se muito a legalidade do que o bom senso;
- Estão sendo usados muitos recursos da Educação do que do restante das escolas;
- O trabalho é bom deve continuar assim;
- Continuar com esse empenho;
- Manter os eventos para arrecadar fundos para investir na creche;
- Acesso aos mesmos direitos (cidade x interior)
- Mais contribuição por parte das famílias;
- Fazer a criança conviver com outras crianças e adultos;
- Aguçar a imaginação deles e principalmente brincar;
- Que a Creche dê vagas para crianças de pais que trabalham e não para mães que querem se livrar delas durante o dia, para serem mais livres;
- Ampliar o número de crianças a serem atendidas;
- Mais educação;
- Mostrar como a criança deve se comportar na sociedade;
- Manter o atendimento em tempo integral e atender a demanda;
- Aumentar o espaço físico, para conseguir atender a todas as crianças cujos pais trabalham;
- Professores e funcionários, concursados, ao invés de contratar novos a cada ano, para conseguir formar uma equipe com uma sequência de nível de trabalho;
- Garantir o funcionamento os 12 meses do ano e até às 18 horas;
- Ampliar o número de vagas;
- Trabalhar uma rede multiprofissional;
- Horários prolongados;
- Rever o processo de distribuição alunos/turma;
- Transporte escolar com um assistente;
- Mais contribuição por parte das famílias;
- O atendimento da creche poderia ser continuo sendo a mesma fechada alguns dias para dedetização, voltando a atender logo após o período de festas de finais de ano, pois muitos pais (cerca de 90%) não tem férias no período de recesso escolar, ficando sem onde deixar seus filhos. Da mesma forma, esta sugestão é uma necessidade da sociedade atual;
- Selecionar um pouco as estagiárias;

- Poderia ter uma área coberta para a prática da recreação, para as crianças poderem correr à vontade, chutar bola e realizar diversas atividades físicas;
- Rever a quantidade de alunos por turma, vejo que algumas escolas estão sendo prejudicadas com relação a esta questão, tendo turmas com até 24 alunos enquanto que na creche o número mínimo é de 8 alunos;
- Acho que deveria ter uma maior contribuição na taxa espontânea dos pais na ajuda de custos. Pois sabe-se que sai muito dinheiro para a creche do orçamento da prefeitura;
- Atendimento de 8 horas diárias;
- Pela apresentação das atividades desenvolvidas pelas colegas no PNAIC.

3.7.1.5.2 Educação infantil: 4 a 5 anos

Gráfico 22 - Educação Infantil - 04 a 05 anos



A Pré-Escola foi avaliada como ótima por 18% dos entrevistados, boa por 80%, e que precisa melhorar por 2%.

Os comentários e sugestões foram:

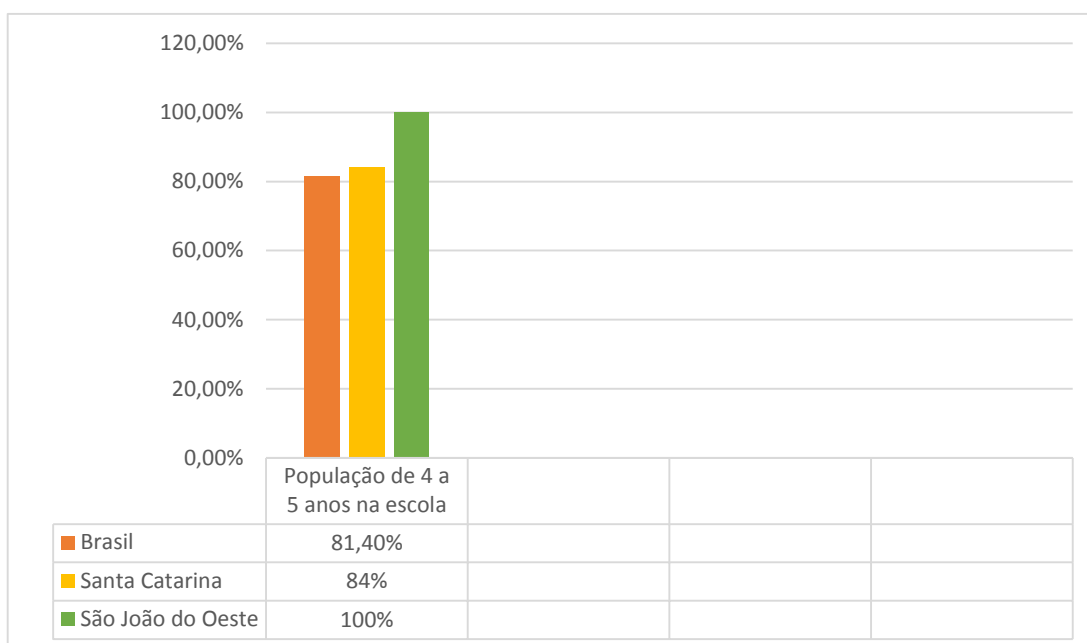
- A criança deve se adaptar desde cedo, para despertar o interesse pelo estudo;
- Formação e capacitação dos professores;
- Continuar com a equipe técnica e sua devida formação;
- Profissionais concursados;

- Continuar com o bom atendimento;
- Continuar com esse empenho;
- Bom, mas que as crianças tenham mais disciplina;
- Renovar alguns materiais oferecidos às crianças e também brinquedos;
- Melhorar a infraestrutura do atual educandário;
- Alfabetização dos alunos;
- Espaço físico próprio, separado da APAE;
- Instalações reformadas e ampliadas;
- Aula em período integral, gradativamente;
- Investir em parque, brinquedos, livros;
- O início da alfabetização com mais brincar;
- Desenvolver mais brincadeiras;
- Professores deveriam falar o alemão e não o proibir, pois depois as crianças não falam mais o idioma;
- As crianças poderiam e tem condições de sair lendo;
- Voltar a funcionar na comunidade;
- Brincar bastante e ter noções de matemática e português;
- Mais envolvimento dos pais;
- Oportunizar atividades diferenciadas;
- Alfabetizar até o final da Pré-escola;
- Trabalhar a socialização, lateralidade, desenvolvimento psicomotor, não se preocupar em alfabetizar;
- Oficinas, danças, natação, mais brincadeiras educativas;
- Acabar com o preconceito;
- Rever questões de comportamento em sala de aula, como sentar na hora devida, respeitar sua vez de falar, questões básicas que facilitam o trabalho seguinte que é o ensino fundamental;
- Percebe-se o esforço das colegas em elevar o conhecimento dos seus alunos;
- Rever a estrutura física de todas as unidades escolares da Educação Infantil;
- A Educação Infantil poderia receber uma melhora/reforma na sua infraestrutura;

3.7.1.6 A Educação Infantil no município de São João do Oeste em relação ao contexto estadual e nacional

Em relação às metas dos Planos Nacional e Estadual de Educação, teremos a seguir um parâmetro da situação atual do município no que tange à educação infantil:

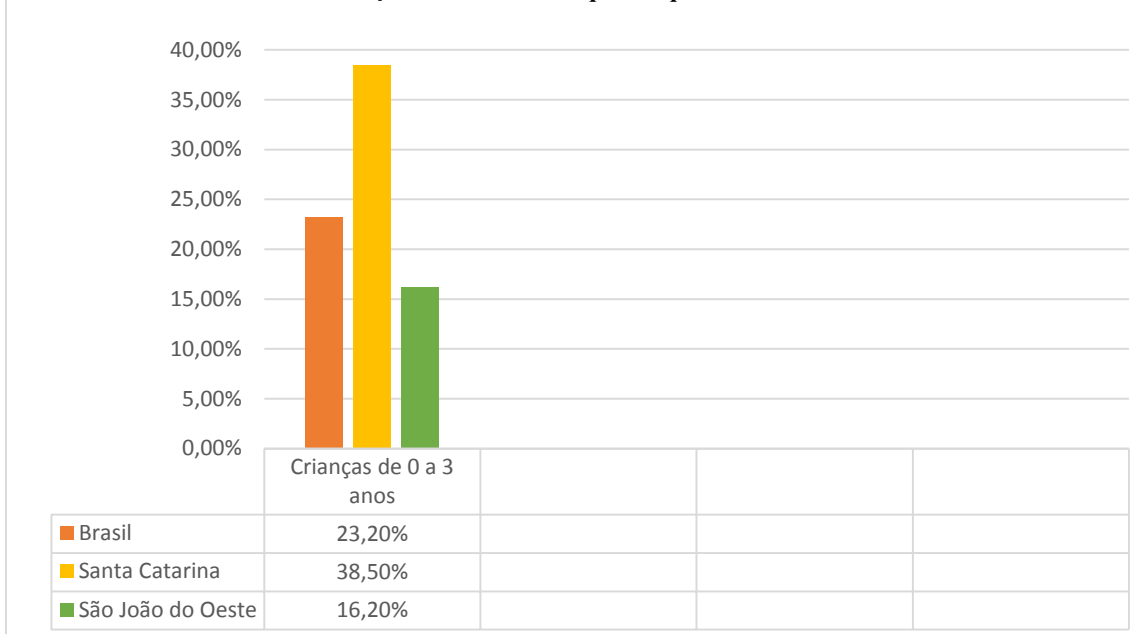
Gráfico 23 - Percentual de crianças de 04 a 05 anos que frequenta a escola



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Comparando o percentual de criança na faixa etária de 04 a 05 anos que frequenta a escola, percebemos que no município de São João do Oeste, 100% da clientela está regularmente matriculada e frequentando a escola na idade certa.

Gráfico 24 - Percentual de crianças de 0 a 03 anos que frequenta a escola

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

No gráfico acima, que demonstra o percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam a escola, podemos perceber que São João do Oeste está com um percentual de atendimento abaixo do Estado e da União. Isto se deve ao fato de o atendimento em Creche ter iniciado recentemente, em 2012, e termos atendimento apenas dos alunos residentes na Sede do Município ou que não dependam de transporte escolar. Além disso, a estrutura física da Creche é pequena em relação a demanda.

3.7.2 ENSINO FUNDAMENTAL

Os alunos do ensino fundamental regular são crianças e adolescentes cujo desenvolvimento está marcado por interesses próprios, relacionado aos seus aspectos físico, emocional, social, e cognitivo, em constante interação. Como sujeitos históricos que são, as características de desenvolvimento dos alunos estão muito relacionadas com seus modos próprios de vida e suas múltiplas experiências culturais e sociais.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os artigos 6º e 208 §§ 1º e 2º, respectivamente, preconizam que:

*Art. 6º - São **direitos sociais** a **educação**, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.*

Art. 208 - 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Inferese, portanto, a partir do exposto, a importância que a educação exerce na formação e construção dos indivíduos. A LDB, Lei nº 9394/96, também estabelece em seu artigo 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O artigo 6º da mesma lei preconiza que “é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no Ensino Fundamental”. Porém, em 2005, a Lei nº 11.114 torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, mas somente a Lei nº 11.274/06, estabelece prazo de implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos de duração, com a inclusão das crianças de 6 (seis) anos de idade pelos sistemas de ensino até 2010.

O município de São João do Oeste SC iniciou o processo de ampliação a partir de 2007 com estudo, formação de professores, reestruturação dos planos de ensino e outras adequações administrativas, financeiras, pedagógicas bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis da gestão educacional foi necessária para adequar a implantação gradativa do ensino Fundamental de nove anos.

O Sistema Municipal de Ensino de São João do Oeste, Lei nº 1.561/14, em sua Seção I, Art. 10, preconiza que “o ensino fundamental, com duração de 9 anos, será organizado em anos, podendo posteriormente ser oferecido por outra forma de organização, conforme estabelece a LDB, desde que aprovado pelo Conselho Municipal de Educação”.

Objetivando o acompanhamento das determinações do Ministério da Educação MEC, sobre a implantação do Ensino Fundamental de nove anos e seguindo orientações do Plano Nacional de Educação – PNE, cabe ao município assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, o que configura mais oportunidades de aprendizagem. Assim, contemplando os princípios educacionais, busca-se garantir a efetiva universalização do Ensino Fundamental promovendo acesso à educação, proporcionando condições adequadas para que possa apresentar resultados positivos garantindo a permanência e êxito na aprendizagem dos/das estudantes.

De acordo com as orientações para a inclusão da criança de 6 (seis) anos de idade, é importante ressaltar que a aprendizagem não depende apenas do aumento do tempo de permanência na escola, mas também do emprego mais eficaz desse tempo, pois a associação de ambos pode contribuir significativamente para que os/as estudantes aprendam mais e de maneira mais prazerosa.

Só tem sentido incorporar uma criança no ensino fundamental se você estiver preocupado com a totalidade de seu desenvolvimento. Não é para diminuir a repetência e aumentar a escolarização pura e simplesmente. É por respeito ao tempo da infância. Está faltando à pedagogia dar importância aos tempos de vida e não se preocupar apenas com os conteúdos (RONSONI apud ARROYO, 2005, p.36).

Nessa perspectiva, as Resoluções nº 04 de 13/07/2010 e nº 07 de 14/12/2010, documentos recentes que fixam as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, reiteram os princípios que possibilitam o desenvolvimento integral dos indivíduos nos seus múltiplos aspectos, os fundamentos e procedimentos definidos para orientar as políticas públicas educacionais no âmbito do Ensino Fundamental, explicitando claramente a responsabilidade do Estado Brasileiro, da família e da sociedade. “O Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos/as” (Art. 3º Resolução nº 07 de 14/12/2010).

A Rede Municipal de Ensino de São João do Oeste, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas da oferta de matrículas no Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, alcançou 93,82% de cobertura deste nível de ensino, a rede estadual 6,18%, conforme Censo Escolar 2014, o que demonstra predominância significativa da atuação municipal nesse compromisso social, conforme disposto nas tabelas abaixo:

Tabela 17 - Ensino Fundamental: matrícula inicial por Dependência Administrativa - 1º ao 5º ano

ANO/DEPENDÊNCIA	MUNICIPAL	ESTADUAL	TOTAL
2010	248	34	282
2011	323	27	350
2012	303	32	335
2013	317	28	345
2014	319	21	340

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

Tabela 18 - Ensino Fundamental: matrícula inicial por dependência administrativa - 6º ao 9º ano

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2010	452	452
2011	350	350
2012	315	315
2013	304	304
2014	243	243

Fonte: Escolas Estaduais

O Ensino Fundamental conjuntamente com a Educação Infantil e o Ensino Médio, passaram a compor a Educação Básica, condição essa alterada pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia o dever do Estado em relação à educação ao modificar a faixa de escolarização obrigatória que passa a ser dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos.

No Brasil, a busca da universalização do ensino obrigatório tem favorecido, nas últimas décadas, políticas educacionais no sentido de garantir a democratização da educação pública e de qualidade para todos, onde 98,4% das crianças de 6 a 14 anos estão frequentando a escola conforme dados do PNAD/IBGE - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio/IBGE. Quanto à universalização em São João do Oeste SC, os resultados têm apontado uma taxa de atendimento escolar que chega, segundo o Censo Demográfico de 2010, a 91,11% (100%) do total de crianças de 6 a 14 anos.

3.7.2.1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2007, com o objetivo de medir a qualidade da rede de ensino nas escolas brasileiras. O índice é calculado com base nas taxas de rendimento escolar (indicadas pelos índices de aprovação e evasão) e médias de desempenho dos alunos nos exames padronizados aplicados pelo INEP. Os índices de aprovação são obtidos a partir dos dados do Censo Escolar realizado anualmente pelo INEP e as médias de desempenho utilizadas são aquelas observadas na ANRESC/Prova Brasil¹ (para IDEB de escolas e municípios) e do SAEB² (no caso do IDEB dos estados e nacional). Para os cálculos utiliza-se uma escala de 0 a dez.

Desse modo, esse índice reúne, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

Para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso garantir que os alunos aprendam, não repitam o ano e tenham uma frequência regular. Por isto, mais do que um indicador estatístico, ele pode ser utilizado como um diagnóstico atualizado da situação educacional e como um parâmetro para a projeção de metas orientadoras para ações voltadas para o aumento da qualidade de ensino.

Com base na análise do IDEB em nível nacional, o MEC propõe metas intermediárias calculadas pelo INEP no âmbito do programa de metas fixadas pelo Compromisso “Todos pela Educação”, eixo do plano de Desenvolvimento da Educação, que trata da educação básica. A meta é que o país supere progressivamente a situação atual (média de 4,2 em 2007) e chegue em 2021 à média 6,0, tendo como referência a qualidade dos sistemas em países da OCDE³. Para tanto, cada escola deve realizar todos os esforços para melhorar seus índices, porque esse será um indicativo seguro e visível para toda a sociedade de que estará cumprindo da melhor forma possível sua função social.

¹ ANRESC/Prova Brasil – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar.

² O SAEB foi instituído pelo MEC em 1995 e é constituído por avaliações nacionais por amostragem realizadas a cada dois anos, com o objetivo de investigar o nível de conhecimentos de língua portuguesa (foco em leitura) e de matemática (foco na resolução de problemas) dos alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio.

³ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

3.7.2.1.1 O IDEB no município de São João do Oeste

O IDEB de São João do Oeste observado para as séries iniciais em 2005/2007/2009/2011/2013 apresenta um índice acima da média das escolas públicas do Brasil, Estados e Municípios, bem como, acima da média global nacional. O IDEB Municipal de São João do Oeste cresceu 1,3 pontos em 2 anos, de 2005 para 2007, subiu mais 0,2, de 2007 a 2009 e de 2011 a 2013 cresceu mais 1,1 pontos. O IDEB das Escolas Estaduais de São João do Oeste cresceu 0,4 de 2005 para 2007 e cresceu 0,4, de 2007 para 2009, decaindo 0,4 pontos de 2011 a 2013.

Tabela 19 - IDEB do Ensino Fundamental de São João do Oeste - Anos Iniciais

ANO	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS					
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Brasil	3,5	3,8	4,0	4,1	5,2	3,9	4,2	4,6	4,9	6,0	4,6
Santa Catarina	4,4	4,9	5,2	5,8	6,0	4,5	4,8	5,2	5,5	5,8	6,5
São João do Oeste	4,6	5,9	6,1	6,4	7,5	4,6	5,0	5,3	5,6	5,9	6,6

Fonte: INEP, 2015

Tabela 20 - IDEB do Ensino Fundamental de São João do Oeste - Anos Finais

ANO	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS					
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2021
Brasil	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	3,5	3,7	3,9	4,4	5,5	4,0
Santa Catarina	4,3	4,3	4,5	4,9	4,5	4,3	4,5	4,7	5,1	5,5	6,2
São João do Oeste	4,3	4,7	5,1	5,4	5,0	4,4	4,5	4,8	5,2	5,5	6,2

Fonte: INEP, 2015

Apesar da cidade de São João do Oeste ter melhorado nos índices do IDEB, o resultado da Prova Brasil mostra que há necessidade de melhorias no âmbito do Ensino Fundamental. Ressalta-se ainda, que os resultados obtidos também servem de base para a promoção de ações voltadas para a correção dos pontos mais críticos demonstrados nas avaliações.

3.7.2.2 Prova Brasil

A Prova Brasil é uma avaliação externa, desenvolvida pelo Ministério da Educação com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas através da aplicação de testes de Língua Portuguesa (leitura), matemática e, desde 2013, de Ciências da Natureza e Ciências Humanas (estas duas últimas apenas para alunos do 9º ano). A avaliação é aplicada em larga escala a cada dois anos.

Os dados coletados por essa avaliação permitem ao Ministério e às secretarias de educação dos estados e dos municípios um diagnóstico sobre a necessidade de medidas de intervenção políticas e pedagógicas voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país. Além disso, como as informações da prova Brasil são públicas, toda a sociedade brasileira pode acompanhar a eficácia das políticas implementadas, a efetividade dos investimentos públicos, ou, ainda, consultar o desempenho de determinada escola que participou do processo, principalmente por meio do IDEB.

Os alunos avaliados são os regularmente matriculados no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental, das redes públicas municipais, estaduais e federais. Além desses, professores e diretores também são convidados a participar da avaliação respondendo questionários contextuais que solicitam informações relacionadas à formação profissional, práticas pedagógicas, processos de gestão, infraestrutura da escola, entre outros fatores externos à sala de aula, mas que exercem importante influência sobre a qualidade da aprendizagem dos alunos.

O nível de proficiência é considerado adequado quando o/a estudante engloba os níveis proficientes e avançado, sendo que no nível avançado apresenta aprendizado além da expectativa e recomenda-se atividades desafiadoras, enquanto no proficiente, o/a estudante encontra-se preparado/a para continuar os estudos e sugere-se atividades de aprofundamento. Dos/as 35 estudantes do 5º ano que realizaram a prova em 2013 em São João do Oeste, 83% em Língua Portuguesa e 89% em Matemática encontravam-se nos níveis avançado e proficiente que é um resultado muito expressivo.

Já nas séries finais, dos/as 111 estudantes da Rede Pública Estadual de São João do Oeste que realizaram a prova em 2013, apenas 27% em Língua Portuguesa e 23% em Matemática estavam nos níveis avançado e proficiente, enquanto os/as demais se encontravam nos níveis básico e insuficiente. Esse resultado é

preocupante, pois os/as estudantes avaliados nos níveis básico e insuficiente apresentam pouco e/ou quase nenhum aprendizado. Observemos nas tabelas abaixo:

Tabela 21 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Língua Portuguesa - 5º ano em São João do Oeste

ANO	AVANÇADO		PROFICIENTE		BÁSICO		INSUFICIENTE		TOTAL DE ESTUDANTES QUE REALIZARAM A PROVA	
	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%		%
2009	06	10	29	49	20	34	04	07	59	100
2011	15	23	26	40	19	29	05	08	65	100
2013	14	40	15	43	06	17	-	-	35	100

Fonte: QEDU, 2015

Tabela 22 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Matemática - 5º ano em São João do Oeste

ANO	AVANÇADO		PROFICIENTE		BÁSICO		INSUFICIENTE		TOTAL DE ESTUDANTES QUE REALIZARAM A PROVA	
	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%		%
2009	12	20	26	44	20	34	01	2	59	100
2011	14	22	32	49	17	27	01	2	64	100
2013	15	43	16	46	04	11	-	-	35	100

Fonte: QEDU, 2015

Tabela 23 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Língua Portuguesa - Séries Finais em São João do Oeste

ANO	AVANÇADO		PROFICIENTE		BÁSICO		INSUFICIENTE		TOTAL DE ESTUDANTES QUE REALIZARAM A PROVA	
	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%		%
2009	03	03	34	34	57	57	06	06	100	100
2011	01	02	26	38	37	55	03	05	67	100
2013	06	05	27	22	73	61	14	12	120	100

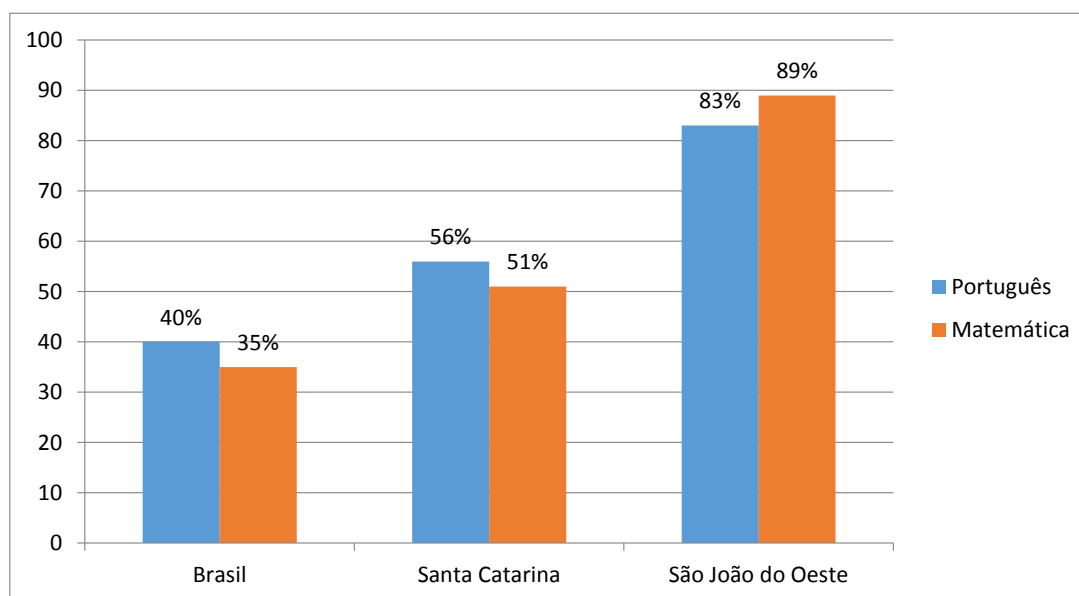
Fonte: QEDU, 2015

Tabela 24 - Distribuição dos estudantes por nível de proficiência - Língua Portuguesa - Séries Finais em São João do Oeste

ANO	AVANÇADO		PROFICIENTE		BÁSICO		INSUFICIENTE		TOTAL DE ESTUDANTES QUE REALIZAM A PROVA	%
	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%	Nº DE ESTUDANTES	%		
2009	03	03	30	30	57	57	10	10	100	100
2011	02	03	15	22	46	68	04	07	67	100
2013	01	01	27	22	73	61	19	16	120	100

Fonte: QEDU, 2015

Ao analisar o desempenho dos/as estudantes dos Anos Iniciais na Prova Brasil de 2013, observa-se que o nível de proficiência em São João do Oeste ultrapassou as médias do Brasil e do Estado em Língua Portuguesa e Matemática, conforme demonstram os gráficos abaixo:

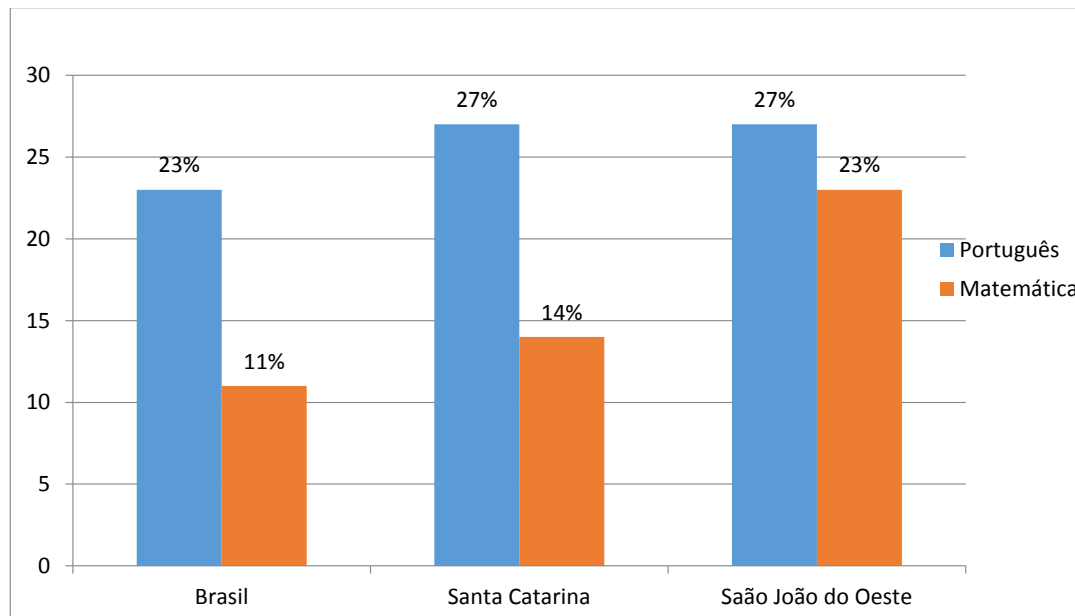
Gráfico 25 - Desempenho do(as) estudantes nos anos iniciais - Prova/2013

Fonte: QEDU, 2015

Quando comparamos o desempenho dos/as estudantes de São João do Oeste na Prova Brasil nos Anos Finais com os resultados do Estado, observa-se que em Língua Portuguesa igualou-se e Matemática o nível de proficiência ultrapassou as

médias do Estado. E em relação à média nacional, São João do Oeste ultrapassou o resultado tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática.

Gráfico 26 - Desempenho do(as) estudantes nos anos finais - Prova/2013



Fonte: QEDU, 2015

3.7.2.2.1 Avaliação Nacional de Aprendizagem – ANA

A Avaliação Nacional de Aprendizagem – ANA é um programa de avaliação educacional aplicado em larga escala, realizado anualmente pelo Ministério da Educação em parceria com estados, municípios e o Distrito Federal, que tem como objetivo principal diagnosticar o nível de alfabetização em língua portuguesa e letramento matemático dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental. Essa avaliação é o principal instrumento de acompanhamento do progresso do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que tem como meta a alfabetização plena de todas as crianças até os oito anos de idade. As informações produzidas pela ANA têm o potencial de auxiliar governos, escolas e professores a planejarem suas ações políticas e pedagógicas, pois identificam necessidades de aprendizagem e de investimentos.

Esta avaliação foi instituída no município de São João do Oeste a partir de 2013, e obtivemos bons resultados no desempenho dos alunos. Foram avaliadas as turmas do 3º ano das escolas: Centro Educacional São João do Oeste, Centro

Educacional Cristo Rei e Escola Municipal Ministro Luiz Gallotti, num total de 74 (setenta e quatro) estudantes. Os resultados podem ser auferidos por níveis, como veremos a seguir:

Tabela 25 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência em leitura

	Nível 1	Nível 2	Nível3	Nível 4
Total Estado	10,53%	28,90%	44,84%	15,75%
Total Município	0,00%	2,99%	62,27%	34,74%

Fonte: SIMEC, 2014

Interpretando a tabela, percebemos que a maioria dos alunos do 3º ano da Rede Municipal de Ensino de São João do Oeste foram classificados no Nível 3 em proficiência em leitura, isto significa que atingimos um bom nível, mas que algumas questões ainda deverão ser trabalhadas para atingirmos o nível máximo em proficiência, o que não significa que devemos estagnar no processo ensino-aprendizagem, ao contrário, devemos avançar sempre mais.

Tabela 26 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência em escrita

	Nível 1	Nível 2	Nível3	Nível 4
Total Estado	9,42%	12,15%	32,62%	44,03%
Total Município	0,00%	0,00%	16,64%	83,36%

Fonte: SIMEC, 2014

Com relação a escrita, os alunos apresentam maior nível de proficiência, atingindo o nível máximo de resultado, o que significa que o trabalho que vem sendo realizado está dentro da expectativa do Ministério de Educação, no entanto, necessita de muito empenho para melhorar sempre mais.

Tabela 27 - Distribuição dos alunos por nível de proficiência em matemática

	Nível 1	Nível 2	Nível3	Nível 4
Total Estado	9,19%	28,80%	22,70%	39,31%
Total Município	0,00%	2,01%	16,63%	81,36%

Fonte: SIMEC, 2014

Na área de matemática, os alunos do município atingiram nível máximo em proficiência, demonstrando mais uma vez que o trabalho está sendo desenvolvido de maneira a oportunizar o conhecimento aos estudantes.

3.7.2.3 Provinha Brasil

A Provinha Brasil é um instrumento de avaliação para uso interno das escolas, elaborado pelo Ministério da Educação com o objetivo de proporcionar um diagnóstico dos estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental referente ao seu domínio de habilidades de Língua Portuguesa (leitura) e Matemática. A proposta é permitir que professores e gestores tenham a possibilidade de acompanhar o desempenho dos alunos, verificar se os resultados seguem as metas propostas pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC e de utilizar o material fornecido no kit Provinha Brasil para complementar o trabalho realizado em sala de aula.

A aplicação da Provinha Brasil é anual e acontece em duas etapas: uma no começo do ano letivo (até o mês de abril) e outra no final do ano letivo (até o mês de novembro). A Rede Municipal de Ensino de São João do Oeste participa da Provinha Brasil desde o ano de 2008, quando a avaliação foi implantada pelo Ministério da educação, através do INEP⁴. Em 2015 os resultados alcançados pelos alunos do 2º ano, na primeira etapa da avaliação foi o demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 28 - Resultado Provinha Brasil em São João do Oeste - 2015

DISCIPLINA	MÉDIA	NÍVEL
Português - Leitura	16,59	Nível 4
Matemática	17,83	Nível 5

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Os resultados auferidos na Provinha Brasil, demonstram que os estudantes já detêm o conhecimento e as habilidades necessárias consolidados, apresentando níveis bons e ótimos na avaliação.

3.7.2.4 O atual contexto do Ensino Fundamental no município de São João do Oeste

O Ensino Fundamental no município de São João do Oeste está distribuído em 03 escolas da rede pública municipal e 03 escolas da rede pública estadual como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 29 - Estabelecimentos de ensino fundamental do município de São João do Oeste - 2015

NOME DA ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	MODALIDADE
CENTRO EDUCACIONAL SÃO JOÃO DO OESTE	URBANA	MUNICIPAL	1º AO 5º ANO
CENTRO EDUCACIONAL CRISTO REI	RURAL	MUNICIPAL	1º AO 5º ANO

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ESCOLA MUNICIPAL MINISTRO LUIZ GALLOTTI	RURAL	MUNICIPAL	1º AO 5º ANO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MADRE BENVENUTA	URBANA	ESTADUAL	6º AO 9º ANO
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CRISTO REI	RURAL	ESTADUAL	6º AO 9º ANO
ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL Pe. JOÃO RICK	RURAL	ESTADUAL	1º AO 9º ANO

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais, 2015

O Sistema Municipal de Educação de São João do Oeste, Lei nº 1.561/14 de 25/03/2014, dispõe em seu artigo art. 6º, a organização das turmas de acordo com o nível de ensino, professor, carga horária e condições econômicas, legais, pedagógicas e materiais da instituição, observando os seguintes critérios:

Parágrafo 3º - Para o Ensino Fundamental:

- a) 1º ano – mínimo 10 e máximo 20 alunos por turma;
- b) 2º ao 5º ano – Mínimo 12 e máximo 24 alunos por turma. Sistema Municipal de Educação, 2014

O Sistema também prevê, neste mesmo artigo, inciso XXII que “a idade para o ingresso no Ensino Fundamental será de 06 anos completos ou a completar até o dia 31 de março”.

A tabela a seguir apresenta um panorama das matrículas atuais no ensino fundamental no município de São João do Oeste:

Tabela 30 - Matrículas Iniciais - 2015 - no Ensino Fundamental, no município de São João do Oeste

ESCOLA	TURMAS	Nº DE ALUNOS
Centro Educacional São João do Oeste	1º ano	21
	2º ano	34
	3º ano	48
	4º ano	42
	5º ano	47
Centro Educacional Cristo Rei	1º ano	17
	2º ano	13
	3º ano	16
	4º ano	17
	5º ano	13
Escola Municipal Ministro Luiz Gallotti	5º ano	13
Escola de Educação Básica Madre Benvenuta	6º ano	44
	7º ano	42

76

	8º ano	56
	9º ano	43
Escola de Educação Básica Cristo Rei	6º ano	19
	7º ano	24
	8º ano	13
	9º ano	20
Escola de Ensino Fundamental Pe. João Rick	1º ano	09
	4º ano	10
	5º ano	06
	6º ano	04
	7º ano	04
	8º ano	04
	9º ano	05
Total de alunos do Ensino Fundamental		584

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais, 2015

Observando a tabela acima, constatamos que está havendo uma redução gradativa de matrículas no Ensino Fundamental, especialmente nas escolas localizadas na Zona Rural. Isto se deve ao êxodo rural e também a diminuição do número de filhos por família.

3.7.2.5 Grade curricular do Ensino Fundamental no município:

Tabela 31 - Grade Curricular do Ensino Fundamental - Rede Municipal

GRADE CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL					
DISCIPLINA	1ºANO	2ºANO	3ºANO	4ºANO	5ºANO
Língua Portuguesa	7	5	5	5	5
Matemática	5	5	5	4	4
Ciências	2	2	2	3	3
História	1	2	2	2	2
Geografia	1	2	2	2	2
Artes	1	1	1	1	1
Ensino Religioso	1	1	1	1	1

Educação Física	3	3	3	3	3
Língua Inglesa	1	1	1	1	1
Língua Alemã	1	1	1	1	1
Informática	1	1	1	1	1
Musicalização	1	1	1	1	1
TOTAL	25	25	25	25	25

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

A Grade Curricular do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de São João do Oeste, passou por uma reformulação em 2014, quando foi sancionada a nova Lei do Sistema Municipal de Ensino, conforme demonstra tabela acima.

3.7.2.6 A avaliação no Ensino Fundamental

A avaliação da aprendizagem é realizada de forma contínua, sistemática e integral, ao longo de todo o processo de ensino-aprendizagem, observando-se o comportamento do aluno nos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor, através de diferentes técnicas e instrumentos.

Na avaliação prevalecem os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando-se, prioritariamente, os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final. No desempenho do aluno é considerado, além do conhecimento, a atenção, o interesse, a habilidade, a responsabilidade, a participação, a pontualidade e assiduidade na realização das tarefas.

De acordo com o Sistema Municipal de Ensino, Lei nº 1.561/14 de 25/03/2014, em seu artigo 15, “a avaliação deve ser uma reflexão constante de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, trabalhada na perspectiva de superação das dificuldades, reorganizando e reeducando todos os envolvidos”.

Este mesmo artigo, considera que sejam observados alguns critérios avaliativos os quais são:

- I - Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período;*
- II - Ser investigativa, diagnóstica, emancipatória e participativa, tendo o conhecimento como centro da construção de sujeitos históricos;*
- III - Os aspectos culturais, sociais, afetivos e psicomotores também farão parte do processo de avaliação;*
- IV - Possibilite o avanço em cursos e anos, mediante normatização do Conselho Municipal de Educação;*
- V - Possibilite a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;*

VI - Mediante avaliação, poderá ser feita classificação dos alunos, exceto no 1º ano do Ensino Fundamental;

VII - A assiduidade deverá ser igual ou superior a 75%;

VIII - Os estabelecimentos de ensino deverão oferecer, recuperação paralela de estudos, aos estudantes de baixo rendimento, oportunizando aulas de reforço escolar;

IX - O professor deverá registrar no Diário de Classe, além das atividades regulares, as atividades de recuperação de estudos, e seus resultados, bem como, a frequência dos alunos;

X - O registro da avaliação do aproveitamento será feito trimestralmente e analisado em Conselho de Classe, envolvendo a comunidade escolar;

XI - No ensino fundamental o registro da avaliação do aproveitamento do aluno deverá observar os seguintes aspectos:

a) será dividida em 03 (três) trimestres;

b) a nota mínima em cada trimestre será 3,0 (três) e a máxima 10,0 (dez);

c) a média dos 03 (três) trimestres exigida para aprovação é 5,0 (cinco).

Nesta perspectiva iremos demonstrar em tabelas, as taxas de aprovação, reprovação e de abandono escolar no Ensino Fundamental, nos últimos 6 anos no município de São João do Oeste.

3.7.2.6.1 Taxa de Aprovação

Por aprovação, entende-se que o aluno, ao final do ano letivo, preencheu os requisitos mínimos de aproveitamento e frequência previstos, na legislação pertinente.

Tabela 32 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	MUNICIPAL	ESTADUAL	TOTAL
2009	95,78%	100%	97,89%
2010	94,44%	100%	97,23%
2011	97,52%	96,3%	96,91%
2012	96,78%	100%	98,39%
2013	98,75%	100%	99,37%
2014	98,69%	95%	96,85%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

Tabela 33 - Taxa de Aprovação no Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2009	94,17%	94,17%
2010	92,33%	92,33%
2011	94,57%	94,57%
2012	93,37%	93,37%
2013	96,27%	96,27%
2014	97,10%	97,10%

Fonte: Escolas Estaduais

3.7.2.6.2 Taxa de Reprovação

O aluno reprovado, ao final do ano letivo, é aquele que não preencheu os requisitos mínimos de aproveitamento e/ou frequência, previstos em legislação pertinente.

Tabela 34 - Taxa de reprovação no Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	MUNICIPAL	ESTADUAL	TOTAL
2009	4,22%	0,00%	2,11%
2010	5,55%	0,00%	2,77%
2011	2,48%	3,70%	3,09%
2012	3,22%	0,00%	1,61%
2013	1,25%	0,00%	0,63%
2014	1,31%	5,00%	3,15%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

Tabela 35 - Taxa de reprovação no ensino fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2009	3,16%	3,16%
2010	3,33%	3,33%
2011	7,14%	7,14%
2012	6,23%	6,23%
2013	4,73%	4,73%
2014	6,95%	6,95%

Fonte: Escolas Estaduais

3.7.2.6.3 Taxa de Abandono

O aluno afastado por abandono é aquele que deixou de frequentar a escola durante o ano letivo, tendo sua matrícula cancelada.

Tabela 36 - Taxa de abandono no ensino fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	MUNICIPAL	ESTADUAL	TOTAL
2009	0,00%	0,00%	0,00%
2010	0,00%	0,00%	0,00%
2011	1,24%	0,00%	0,62%
2012	0,00%	0,00%	0,00%
2013	0,00%	0,00%	0,00%
2014	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

Tabela 37 - Taxa de abandono no ensino fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2009	0,40%	0,40%
2010	0,33%	0,33%
2011	1,03%	1,03%
2012	0,33%	0,33%
2013	1,00%	1,00%
2014	0,00%	0,00%

Fonte: Escolas Estaduais

O que podemos concluir ao analisar estas tabelas é que um processo avaliativo de qualidade permite ao professor analisar e adaptar o currículo às suas necessidades e aos de seus alunos, promovendo uma relação coerente com o transmitir e receber conhecimentos.

Os critérios avaliativos devem ser claros e compreendidos pelos educadores e educandos, construindo uma avaliação baseada em princípios qualitativos e não apenas quantitativos.

3.7.2.7 Adequação idade-série no ensino fundamental

Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 6 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração é de 9 anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada série. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Tabela 38 - Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental - Rede Municipal - ano 2014

Rede Municipal	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Até a idade ideal	97,92%	100%	91,80%	95,99%	83,61%
1 a 2 anos após idade ideal	2,08%	-	6,56%	4,05%	13,11%
Mais de 2 anos após	-	-	1,64%	-	3,28%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 39 - Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental - anos iniciais - Rede Estadual - ano 2014

Rede Estadual	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
Até a idade ideal	-	-	100%	100%	75%
1 a 2 anos após idade ideal	-	-	-	-	25%
Mais de 2 anos após	-	-	-	-	-

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 40 - Taxa de distorção idade-série no ensino fundamental - anos finais - Rede Estadual - ano 2014

Rede Estadual	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
Até a idade ideal	98,27%	78,50%	98,47%	-
1 a 2 anos após idade ideal	-	18,33%	1,53%	-
Mais de 2 anos após	1,73%	3,17%	-	-

Fonte: Escolas Estaduais

De acordo com as tabelas, a taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental do município de São João do Oeste é considerada normal, pois com a evolução dos sistemas de avaliação e a introdução de um serviço de apoio e suporte pedagógico nas escolas que promovem um acompanhamento e uma recuperação paralela do aluno, esta taxa tende a diminuir ainda mais.

3.7.2.8 Taxa de evasão escolar

A evasão escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a aula, caracterizando o **abandono da escola** durante o ano letivo.

No Brasil, a evasão escolar é um grande desafio para as escolas, pais e para o sistema educacional. Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira), de 100 alunos que ingressam na escola na 1ª série, 5 não concluem o ensino fundamental, ou seja, 95 terminam a 8ª série (IBGE, 2007).

Em 2007, 4,8% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries/1º ao 9º ano) abandonaram a escola. Embora o índice pareça pequeno, corresponde a quase um milhão e meio de alunos. Muitos desses alunos retornarão à escola, mas em uma incômoda condição de defasagem idade/série, o que pode causar conflitos e possivelmente nova evasão.

As causas da evasão escolar são variadas. Condições socioeconômicas, culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos e a baixa qualidade do ensino das escolas podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no Brasil.

No município de São João do Oeste, a evasão escolar é praticamente inexistente. Isto se deve a um trabalho efetuado entre Poder Público, escolas, Conselho Tutelar e famílias. Além disso, existe um Projeto a nível de Ministério Público denominado APÓIA – Programa de combate à evasão escolar - que tem como objetivo promover o regresso de crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos à escola, para que concluam a educação básica, e atuar preventivamente no sentido de garantir a permanência dos alunos na escola e melhorar a qualidade de ensino, mediante o aperfeiçoamento das políticas públicas inter setoriais voltadas à educação.

A seguir, veremos algumas tabelas da evolução da taxa de evasão nas redes municipal e estadual de ensino no município de São João do Oeste:

Tabela 41 - Evolução das taxas de evasão nas redes de ensino - Ensino Fundamental - 1º ao 5º ano - 2009 a 2014

ANO	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Privada
2009	0,00%	0,00%	0,00%
2010	0,00%	0,00%	0,00%
2011	0,00%	0,00%	0,00%
2012	0,00%	0,00%	0,00%
2013	0,00%	0,00%	0,00%
2014	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

Tabela 42 - Evolução das taxas de evasão nas redes de ensino - Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano - 2009 a 2014

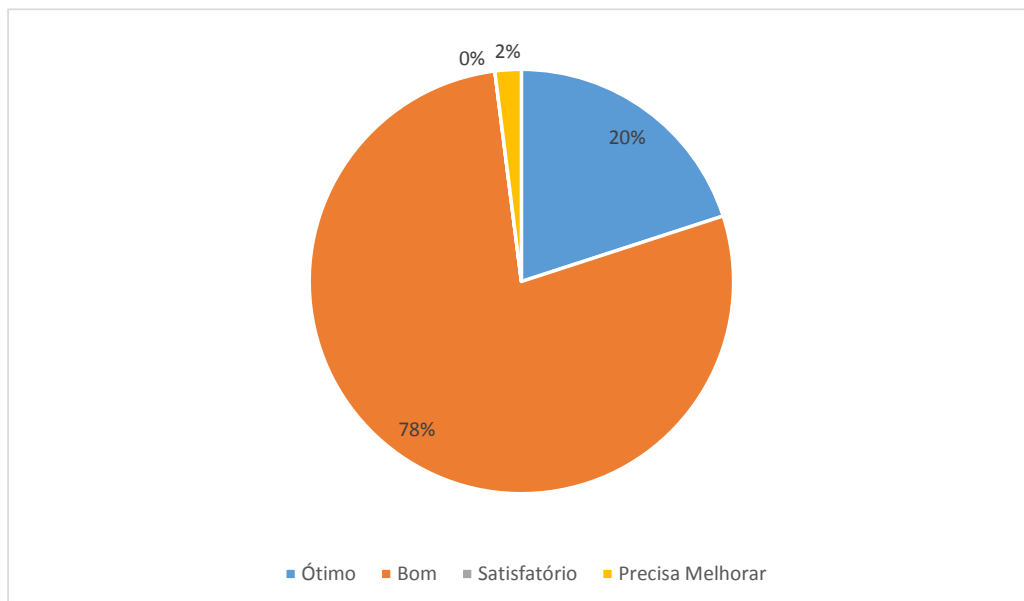
ANO	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Privada
2009	0,40%	0,00%	0,00%

2010	0,33%	0,00%	0,00%
2011	0,67%	0,00%	0,00%
2012	0,33%	0,00%	0,00%
2013	0,00%	0,00%	0,00%
2014	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Escolas Estaduais

3.7.2.9 Resultados da pesquisa de campo realizada com pais, professores e funcionários:

Gráfico 27 - Ensino Fundamental



A resposta da grande maioria dos entrevistados é de que o Ensino Fundamental da forma como está sendo ministrado é bom (78%), ótimo para 20% e precisa melhorar 2%.

As sugestões e comentários foram:

Séries Iniciais:

- Continuar com esse empenho;
- Todos os professores se empenham a seu modo para desenvolver um bom trabalho;
- Exigir que as crianças leiam mais e liberar a Biblioteca nos intervalos para que possam pegar livros quando queiram;
- Saíam alfabetizados do 1º ano;

- Profissionais dedicados e esforçados para oferecer um ensino de qualidade, atingindo as metas estipuladas para cada ano;
- De modo geral o atendimento e a prática pedagógica usada é boa;
- Melhorar as condições da infraestrutura física;
- Estudo extra para quem não acompanha;
- Formas mais dinâmicas de ensino;
- Explicar como funciona quando entrar em uma escola estadual;
- Espaço físico para o desenvolvimento das atividades;
- Manter a mesma funcionando na comunidade (Ervalezinho);
- Não confinar todos os alunos no centro;
- Professores habilitados e inovadores;
- Ensino Integral (alguns dias enfatizando a nossa cultura alemã);
- Estrutura física do Centro Educacional São João do Oeste é arcaica. É necessário um projeto moderno para o futuro;
- Oportunizar oratória como interdisciplinaridade;
- Escola nova;
- Ampliar a escola;
- Tornar a escola referência;
- Alfabetizar na idade certa;
- Mobiliários equipamentos e materiais adequados e de qualidade;
- Buscar recursos para construir uma escola nova, voltar ao uso da tecnologia, sem perder a identidade da região agrícola;
- Intensificar as atividades extras para aperfeiçoar cada vez mais os talentos no esporte e na arte;
- É preciso que convertam todos os esforços para não apenas alcançar níveis bons à nível nacional, mas bem acima porque o Brasil não é um bom referencial. Isso para os alunos e professores;
- Contratar professores que tenham realmente o dom de lecionar, e não pessoas que estão lá pelo salário e que não tem nenhuma paciência com crianças dessa idade;
- Valorizar os professores;
- Garantir qualidade de ensino científico, desenvolver tecnologias pedagógicas, incentivar a participação dos pais no acompanhamento das atividades pedagógicas;

- Desenvolver ao máximo o caráter das crianças. Fundamental dar mais atenção a esse educandário, já que este a continuação e boa área para ampliar o conhecimento;
 - Elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;
 - Regime de dedicação plena e integral em 40 horas semanais para os profissionais permitindo uma maior proximidade com o educando e comunidade escolar;
 - Implantação da escola rural;
 - Ampliar a carga horária das línguas estrangeiras;
 - Implantar o ensino integral para os 3º e 4º anos;
 - Por cobertura e aquecimento na piscina;
 - Quanto ao espaço físico, o CESJO necessita de algumas melhorias como pintura, ampliação de alguns espaços como banheiros, e possíveis espaços a serem usados no Mais Educação como a cozinha, prateleiras e locais adequados para deixar os pertences dos alunos. Além de áreas a serem cobertas como a frente da escola para abrigar melhor os alunos em dia de chuva;
 - Que os professores fiquem mais unidos e cobrem juntos dos alunos;
 - Melhorar as estruturas físicas das instituições de ensino;
 - Que todos os professores trocassem de turma pelo menos a cada três anos (entendo que o professor permanecendo muitos anos se acomoda);
- Séries Finais:
- Liberar as turmas para que possam vir em qualquer um dos turnos ou os dois, mas obrigar a vir, que possam estudar qualquer matéria e apresentarem em um determinado período;
 - Preparar os alunos para a nova etapa;
 - Investir na formação de bons professores, oferecendo cursos de capacitação, para melhorar os índices, de aprovação aumentando os dados;
 - Investir na modernização do espaço física da escola para proporcionar uma melhor qualidade de vida para seus alunos;
 - Pertencer a rede municipal, com estrutura adequada, profissionais habilitados e comprometidos para atender os educandos adolescentes;
 - Incutir o hábito de estudar, do querer aprender;
 - Gradativamente oferecer o ensino integral;

- Ofertar profissionais como psicopedagoga e psicóloga, para o acompanhamento dos educandos;
- Importante nesta faixa, palestras sobre sexualidade, alimentação, violência, família, meio ambiente, atividade física;
- Incentivar o uso do uniforme;
- Preparar os alunos para o mercado de trabalho;
- Incentivar a participação dos pais no acompanhamento das atividades escolares;
- Garantir a qualidade;
- Oferecer atividades extracurriculares de incentivo e estímulo a habilidade;
- Aperfeiçoar professores para lidar melhor com as mudanças de comportamento que essa idade exige;
- Dar sequência no processo iniciado nos anos iniciais, ampliando e aprofundando os conteúdos nas diversas áreas;
- Trabalhar em rede multiprofissional;
- Implantar laboratórios de informática e de análises para aderir a teoria à prática;
- Capacitar os alunos para o ensino médio;
- Antecipar o Programa do Ensino Inovador;
- Saber lidar com os adolescentes;
- Evitar o uso exagerado da Internet, como Face Book, WhatsApp...
- Maior carga horária nas disciplinas básicas;
- Intensificar o ensino com visitas técnicas;
- Dar mais atenção aos alunos do 6º ano;
- Incluir alemão, músicas e danças;
- Evitar conflitos nas turmas;
- Não deveria existir o 9º ano;
- Manter a escola funcionando na comunidade.

3.7.3 ENSINO MÉDIO

O **Ensino Médio** é a última etapa da Educação Básica. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), os Estados são responsáveis por, progressivamente tornar o Ensino Médio obrigatório, sendo que para isso devem aumentar o número de vagas disponíveis, de forma a atender a todos os concluintes do Ensino Fundamental, conforme estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).

No Brasil, o Ensino Médio tem a duração mínima de 3 anos. A finalidade do Ensino Médio, segundo a LDB 9394/96, em seu artigo 35, é a seguinte:

- I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Desde 2 de junho de 2008, com a aprovação da Lei nº 11.684 que alterou o artigo 36 da LDB, as disciplinas de Filosofia e Sociologia passaram a ser obrigatórias, em todos os anos do Ensino Médio.

O artigo 36 traz ainda:

O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

§ 2º. O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

§ 3º. Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

§ 4º. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Ainda de acordo com a LDB, sendo atendida a formação geral do educando, poderá oferecer a formação para o exercício de profissões técnicas.

A articulação entre o Ensino Médio e a formação técnica profissionalizante pode ocorrer de forma:

- Integrada – na mesma escola em que o estudante cursa o Ensino Médio, sendo que requer uma única matrícula.

- Concomitante – pode ou não ser ministrada na mesma instituição em que o estudante cursa o Ensino Médio, sendo facultativo o convênio entre as distintas instituições.

- Subsequente – se oferecida aos estudantes que já tenham concluído o Ensino Médio.

Independente da articulação entre o Ensino Médio e o Técnico Profissionalizante, o diploma de técnico de nível médio só será emitido ao estudante que concluir, também, o Ensino Médio.

3.7.3.1 O Ensino Médio no município de São João do Oeste

Duas escolas da Rede Estadual de Ensino atendem os estudantes do Ensino Médio no município, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 43 - Estabelecimentos de Ensino Médio por localização e dependência administrativa

NOME DA ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
Escola de Educação Básica Madre Benvenuta	Urbana	Estadual
Escola de Educação Básica Cristo Rei	Rural	Estadual

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 44 - Ensino Médio: matrícula inicial por dependência administrativa

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2010	322	322
2011	309	309
2012	284	284
2013	240	240
2014	248	248

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 45 - Taxa de aprovação no Ensino Médio, por dependência administrativa - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2009	96,60%	96,60%
2010	97,50%	97,50%
2011	94,70%	94,70%
2012	97,00%	97,00%

2013	96,95%	96,95%
2014	99,75%	99,75%

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 46 - Taxa de reprovação no Ensino Médio, por dependência administrativa - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2009	4,40%	4,40%
2010	1,50%	1,50%
2011	4,30%	4,30%
2012	2,00%	2,00%
2013	6,05%	6,05%
2014	1,00%	1,00%

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 47 - Taxa de abandono no Ensino Médio, por dependência administrativa - 2009 a 2014

ANO/DEPENDÊNCIA	ESTADUAL	TOTAL
2009	4,15%	4,15%
2010	3,00%	3,00%
2011	4,15%	4,15%
2012	2,50%	2,50%
2013	5,55%	5,55%
2014	1,85%	1,85%

Fonte: Escolas Estaduais

No mesmo ano, 13,2% dos alunos que cursavam o Ensino Médio abandonaram a escola, o que corresponde a pouco mais de um milhão de alunos.

Tabela 48 - Taxa de distorção idade-série no Ensino Médio - ano 2014

Rede Estadual	1ª série	2ª série	3ª série
Até a idade ideal	87,35%	97%	87,10%
1 a 2 anos após idade ideal	11,40%	2%	12,90%
Mais de 2 anos após	1,25%	1%	-

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 49 - Evolução das taxas de evasão nas redes de ensino - Ensino Médio - 2009 a 2014

ANO	Rede Estadual	Rede Municipal	Rede Privada
2009	1,57%	-	-
2010	1,00%	-	-
2011	2,00%	-	-
2012	1,67%	-	-
2013	1,23%	-	-
2014	1,23%	-	-

Fonte: Escolas Estaduais

Observa-se que todos os dados que tratam de aspectos de ordem negativa em relação ao ensino médio tiveram evolução positiva, tais como distorção idade/série; reprovação e desistência-abandono. Ainda abordar que, o que é mais relevante e que não pode ser totalmente dimensionado ainda, é o fator de formação

humana integral. Parcialmente, em provas como IDEB e ENEM⁵, os resultados se apresentarão já neste ano para os primeiros concluintes do ensino médio inovador, entretanto, a totalidade da qualidade não é mensurável.

3.7.4 O Ensino Médio Inovador

Conforme o exposto abaixo, citando as iniciativas legais primeiras para implementar um ensino médio que viesse suprir as lacunas historicamente constituídas e, principalmente, o 'vazio educacional' que esta fase do sistema educacional apresenta, tanto em números como em qualidade, instaura-se o ensino médio inovador.

O estado de Santa Catarina, ao que se refere às metas 3, 6, 7 e 20, que projetam, em síntese o fomento da qualidade em todas as etapas e modalidades, bem como a universalização do atendimento para uma população de idade correlata ao ensino médio; a intensificação de matrículas, garantindo qualidade, permanência e conclusão; a busca da integralidade de tempo de permanência e formação, propôs um projeto que mescla o que já havia com a integralidade plena, o ensino médio inovador, intensificando o investimento público.

A EEB Madre Benvenuta, da sede do município, atende atualmente no turno diurno, turmas de Ensino Médio, somente no formato de ensino médio inovador, e uma turma no noturno regular, a qual atende alunos que possuem emprego e com distorção idade/série em sua maioria, muitos retornando à escola para concluir o ensino médio.

Assim sendo, em nível local, as metas já estão consolidadas ou se consolidando, visto que muitas das estratégias apresentadas no plano nacional e estadual já foram executadas. A exemplo, percentuais projetados para o próximo decênio, constituem realidade contextual atual.

3.7.5 Resultados da pesquisa de campo realizada com pais, professores e funcionários:

⁵ Exame Nacional de Ensino Médio

A pesquisa de campo efetuada com pais, professores e funcionários, teve os seguintes comentários e sugestões em relação a sua visão do Ensino Médio no município de São João do Oeste:

- Mais explicação de como entrar no mercado de trabalho;
- Atender 100% dos alunos no Ensino Médio Inovador;
- Ensino Integral;
- O ensino integral ser opcional;
- Transformar o ensino médio inovador em ensino técnico;
- Maior carga horária nas disciplinas básicas;
- Preparar para o vestibular;
- Simulados para o ENEM;
- Viagens de estudo,
- Conhecer universidades, cursos;
- Estrutura ampla e moderna;
- Dinamizar as formas de ensino;
- Professores habilitados;
- Ambiente favorável;
- Preparar para decidir que profissão seguir;
- Dar oportunidade de conviver com a área na qual o aluno deseja estudar;
- Abrir uma turma da 3º série noturna, oportunizando quem gostaria trabalhar;
- Introduzir aulas de natação e dança;
- Integrar os alunos na sociedade;
- Manter e aprofundar os assuntos;
- Ensinar a teoria com a prática;
- Mais seriedade nas aulas;
- Manter ao encargo das esferas estadual e ou federal;
- Ofertar trabalho de orientação vocacional;
- Mais rigidez em sala de aula;
- Melhorar os índices de aprovação, evitando as reprovações;
- Evitar desistências;
- Estruturar laboratórios de pesquisa;
- Orientação sobre acidentes de trânsito, visitando vítimas de acidentes;

3.8 MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

As modalidades de ensino da educação brasileira são divididas em: educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional tecnológica, educação escolar indígena, educação quilombola e educação escolar do campo. Veremos a seguir as características de cada modalidade no contexto da educação do município de São João do Oeste.

3.8.1 Educação Especial

3.8.1.1 Aspectos legais da educação especial

A Constituição Federal define no artigo 205, “a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. De maneira complementar, estabelece no artigo 206, I, “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, no art. 208, - inciso III, “o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino”.

Estas orientações foram respaldadas, na década de 1990 pela Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, que passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, a publicação da Política Nacional de Educação Especial introduziu a orientação de acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas no ensino regular, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9694/1996, em seu artigo 58 preconiza que:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

O art. 59 da LDB, afirma que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Além disto, assegura a terminalidade específica para os que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas

deficiências e a aceleração de estudos para a conclusão do programa escolar aos superdotados.

Esta lei estabelece ainda nos artigos 24 e 37, respectivamente, as normas para a organização da educação básica, no que tange “à oportunidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizado” e “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho, mediante cursos e exames”.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da Educação Especial ao ensino regular.

Em consonância com este processo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB 2/2001, determina no art. 2 que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Já a promulgação da Convenção de Guatemala (1999) em nosso país, pelo Decreto nº 3956/2001, reafirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que as demais pessoas, definindo como discriminação toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Complementando este quadro, a Resolução CNE/CP 01/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, estabelece que as Instituições de Ensino Superior devem prever na sua organização curricular formação docente voltada à diversidade, bem como contemplar conhecimentos acerca das especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Impulsionando a inclusão educacional, a Lei nº 10.436/02, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas para seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras no currículo dos cursos de Formação de Professores e Fonoaudiólogos.

Neste mesmo sentido, a Portaria nº 2.678/02 aprova diretriz e normas para uso e difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto Grafia Braille para a Língua Portuguesa.

Além destas, outras leis e ações visaram a consolidação da educação inclusiva, a saber:

- A criação pelo Ministério da Educação, do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, no ano de 2003.

- A divulgação em 2004 do documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”.

- O Decreto nº 50296/04 que regulamentou as Leis nº 10.048/00 e 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

- O Decreto nº 5626/05 que regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão de alunos surdos, que dispõe complementarmente sobre a formação e certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras; o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para os alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

- A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário e que estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da inclusão plena.

- O lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE no contexto do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC/07, reafirmando a agenda de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica, a implantação de salas de recursos e a formação docente.

- O Decreto nº 6.094/07 que estabelece a garantia de acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas, dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação.

- O Decreto nº 7.611/11, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

3.8.1.2 A educação especial em São João do Oeste

Em São João do Oeste, segundo o censo educacional de 2014, 52 (cinquenta e dois) estudantes regularmente matriculados nas redes de ensino possuem alguma deficiência. Destes 12 (doze) estão inseridos no ensino regular e 40 (quarenta) na Escola Especial mantida pela APAE.

Estes dados demonstram ser imprescindível o trabalho de construção de redes de inclusão capazes de encontrar caminhos para desburocratização de serviços de modo que as crianças e adolescentes com deficiência ou outras limitações, tenham acesso aos meios favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem.

O município apresenta uma estrutura dual de oferta e permanência (rede pública e privada). Escolas regulares onde estão matriculados/as estudantes com e sem deficiência e em parceria com a Secretaria Municipal de Educação a Escola Especial Renascer, cuja entidade mantenedora é a APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) atendem a um público definido a partir de suas especificidades.

A Escola Especial Renascer, divide o espaço físico com o Centro de Educação Infantil Jesus Menino, ambos os educandários localizados no Centro do Município. Apesar da escola especial ser mantida pela APAE, o município oferece serviço de limpeza, alimentação escolar, espaço físico e pagamento de energia elétrica, além do Convênio com repasse mensal de um valor financeiro para auxiliar o pagamento dos profissionais que lá atuam.

Para o estudante com deficiência inserido na rede regular de ensino é ofertado o atendimento educacional especializado em SRM (Salas de Recursos Multifuncionais) cujos serviços devem ser oferecidos no contra turno, conforme art. 5º da Resolução CNE/CEB 4/2009, sendo a matrícula no AEE condicionada à matrícula no ensino regular. Tal atendimento tem como objetivo auxiliar o estudante, na construção/desenvolvimento das habilidades e competências para sua inserção no mundo social e do trabalho, assegurando assim a sua autonomia.

Pela Resolução CNE/CBE 4/09, no seu artigo 2º, o AEE “[...] tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. As atividades educacionais devem ser realizadas por professor com formação em Educação Especial, em salas de recursos multifuncionais da unidade escolar ou em outra escola de ensino regular, sempre no turno inverso da escolarização comum, não

sendo substitutivo. Também pode ser efetivado em centro de Atendimento Educacional Especializado ou instituições destinadas a esse fim, conveniadas com as Secretarias de Educação, ou órgão de competência equivalente, nas diferentes instâncias – municipal, estadual e/ou federal. As salas de recursos multifuncionais contemplam materiais didáticos e pedagógicos, mobiliários e equipamentos específicos para atender às necessidades especiais do público atendido, além de disponibilizar sistemas de comunicação e informação.

Em São João do Oeste o AEE é oferecido em parceria com a Rede Estadual. Algumas escolas da rede municipal e estadual estão recebendo o material para a sala de Recursos, mas em virtude de ter apenas alguns alunos com deficiência não justifica a implantação da mesma em cada escola, por isso esses alunos são transferidos para a Escola Estadual Madre Benvenuta.

Ainda de acordo com a resolução CNE/CBE 4/09, no seu artigo 4, considera-se o como público-alvo do AEE os alunos: (a) com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; (b) com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; (c) com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas – intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Com relação aos dados de São João do Oeste, a tabela abaixo demonstra que a maioria dos alunos com necessidades especiais encontra-se matriculados na rede privada.

Tabela 50 - Alunos com deficiência matriculados nas redes de ensino de São João do Oeste - 2014 e 2015

Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Classes especiais e incluídos) 2014 e 2015												
Etapas de ensino	Creche		Pré-Escola		Anos Iniciais		Anos Finais		Ensino Médio		APAE	
ANOS	14	15	14	15	14	15	14	15	14	15	14	15
Município	-	-	03	01	05	03	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	02	02	02	06	-	-	-	-

Privada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	40
----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Escolas estaduais e APAE

Diante desses dados nota-se que o município paulatinamente, vem fazendo cumprir as determinações e exigências legais que primam pela inclusão dos alunos e alunas com NEE nas classes regulares de ensino. Porém, para que o município possa, de fato, implementar um sistema educacional inclusivo, faz-se necessário adotar algumas medidas, pois a exigência veemente da sociedade não só visa a consolidação de escolas inclusivas, mas acima de tudo, à concretização de uma educação que garanta a todas as pessoas o acesso não só a uma escolarização que promova o atendimento a diversidade, mas, acima de tudo que contemple o atendimento à vida em sua totalidade.

Na tabela abaixo, temos um panorama da evolução das matrículas na Rede Privada de Ensino, representada pela Escola Especial Renascer, mantida pela APAE:

Tabela 51 - Educação Especial: matrícula inicial por dependência administrativa

ANO/DEPENDÊNCIA	PRIVADA	TOTAL
2010	34	34
2011	36	36
2012	35	35
2013	36	36
2014	40	40
2015	40	40

Fonte: Escola Especial Renascer

Analisando a tabela, percebemos um pequeno aumento no número de matrículas de 2010 a 2014, sendo que no ano seguinte – 2015, o número ficou o mesmo.

A Secretaria Municipal de Educação oferece uma equipe multiprofissional que é composta por uma psicopedagoga, uma psicóloga e uma fonoaudióloga. Esses profissionais oportunizam condições que favorecem o desenvolvimento global das potencialidades dos alunos, visando à autonomia, melhor aprendizagem, inclusão social e educacional.

A inclusão das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais matriculadas nas escolas da Rede Municipal de São João do Oeste, mobiliza a Secretaria Municipal de Educação por meio da equipe técnica, a diversificar ações e ampliar o nível de oferta do Atendimento Educacional Especializado, a formação

continuada de professores e o suporte pedagógico às Unidades Escolares, para garantir o direito do acesso e da permanência de todos os alunos matriculados.

Contudo faz-se necessário, entre outras ações, a ampliação e implementação da oferta de atendimento especializado, que responda às necessidades educacionais, em todos os níveis de ensino em que o aluno estiver inserido.

Para assegurar as condições de aprendizagem desses alunos nas Unidades Escolares, a Secretaria Municipal de Educação está ampliando as discussões, para aumentar investimentos, mudar paradigmas e concepções a fim de construir um sistema educacional efetivamente inclusivo.

3.8.1.3 Resultados da pesquisa de campo realizada com pais, professores e funcionários:

Na área de educação especial, os comentários e sugestões resultantes da pesquisa de campo realizada com pais, professores e funcionários foram:

- Ter paciência com os alunos, pois eles não têm culpa de serem como são;
- Mais acompanhamento na saúde, na relação família e escola;
- Oportunizar a educação do aluno;
- Buscar por uma sede própria, com uma infraestrutura adequada para atender as necessidades dos alunos;
- Incluir de forma igualitária na sociedade e nas escolas as crianças/pessoas com deficiência;
- Alfabetizar os alunos que não sabem ler e escrever;
- Fazer com que o aluno consiga aproveitar a capacidade que tem, trabalhar com o aluno especial, fazendo com que o aluno se sinta útil e que as pessoas possam reconhecer a capacidade do excepcional;
- Transporte exclusivo e adaptado;
- Integração com família e sociedade;
- Ampliar o atendimento;
- Formação continuada dos professores;
- Atendimento de equipe multiprofissional do Estado ou Federação;
- Oferecer tempo integral possibilitando que os pais destes alunos possam trabalhar;
- Promover inclusão com aceitação.

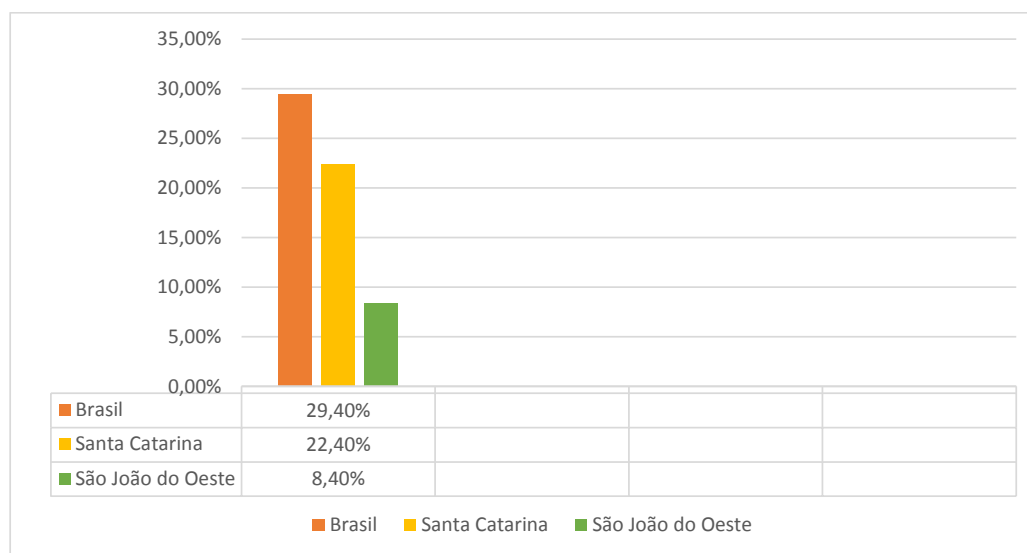
3.8.2 Educação de Jovens e Adultos

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê em seu artigo 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Com relação a esta modalidade de ensino, o município de São João do Oeste em seu Sistema Municipal de Ensino, Seção II, art. 17, inciso III, sugere que “a educação especial, a educação de jovens e adultos poderão fazer parte do Sistema Municipal de Educação após a emissão de normas específicas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação”.

Contextualizando esta modalidade de ensino no âmbito municipal, estadual e federal, temos o que segue:

Gráfico 28 - Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

De acordo com a Wikipédia, Enciclopédia Virtual,

Analfabetismo funcional é a incapacidade que uma pessoa demonstra ao não compreender textos simples. Tais pessoas, mesmo capacitadas a decodificar minimamente as letras, geralmente frases, sentenças, textos curtos e os números, não desenvolvem habilidade de interpretação de textos e de fazer operações matemáticas. Também é definido como analfabeto funcional o indivíduo maior de quinze anos possuidor de escolaridade inferior a quatro anos letivos.

No exercício de 2015, foi implantado um Programa Municipal de Alfabetização de Adultos, lembrando que, de acordo com o INEP (Censos 2000, 2004 e 2007), o município de São João do Oeste, por três vezes consecutivas, conquistou o índice de município com menor índice de analfabetismo do Brasil, atingindo 99,8% de alfabetização. Atualmente, o município ocupa o 2º lugar a nível de País (99,0%) e o 1º lugar em Santa Catarina (Censo 2010).

Este programa foi implantado com o objetivo de atender jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de acesso ao estudo na idade própria, mais especificamente aqueles que não sabem ler ou escrever e que não completaram o 5º ano do Ensino Fundamental. Atualmente, são atendidos 18 alunos em dois turnos: matutino e noturno.

Nas tabelas a seguir teremos um parâmetro de como estão outros indicadores desta modalidade de ensino no município de São João do Oeste:

Tabela 52 - Escolaridade média da população de São João do Oeste

INDICADOR	BRASIL	SANTA CATARINA	SÃO JOÃO DO OESTE
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos	9,8	10,4	10,1
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural	7,8	9,7	9,6
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres	7,8	8,8	8,2
Razão entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos.	92,2%	91,3%	74,2%

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010

3.8.3 TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Desde a perspectiva das condições de trabalho dos profissionais em educação, no caso específico dos professores das escolas públicas, a grande maioria dos concursos realizados até então, preveem o cumprimento de uma carga de 25 (vinte e cinco) horas semanais, com a possibilidade de ampliação de acordo com as políticas de administração de recursos humanos e do interesse dos profissionais.

A grande maioria dos professores efetivos na Rede Municipal de Educação de São João do Oeste, optaram pela ampliação de sua jornada semanal, atuando 40 horas/semanais nas escolas do município.

A Lei do Piso Nacional do Magistério, Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, em seu Artigo 2º, parágrafo 4º, prevê “Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos. ”

A responsabilidade por este compromisso ficou inteiramente para os municípios, que foram obrigados a alterar sua grade curricular e admitir mais profissionais na rede para darem conta de atender a Lei do Piso.

Este procedimento onerou ainda mais a folha de pagamento dos municípios e estados, sem que houvesse retorno em igual proporção do Governo Federal, transformando os investimentos em educação, basicamente, em pagamento da folha.

Na Rede Municipal de Ensino de São João do Oeste, assim como no estado de Santa Catarina, os profissionais do Magistério possuem Plano de Carreira próprio. No município, a carreira é regida pela Lei Municipal nº 888/05 de 16/12/2005 e os demais profissionais que atuam na Educação são regidos pelo Estatuto do Servidor Público, Lei Municipal nº 881/05 de 30/11/2005.

Além desta Legislação própria, o Sistema Municipal de Educação de São João do Oeste, Lei nº 1.561/14 de 25/03/2014, em seu Art. 25 define que “são trabalhadores em educação os membros do magistério público municipal e os servidores da rede municipal de ensino”.

O art. 26 desta mesma Lei recomenda que “a qualificação mínima para o exercício do Magistério nos diferentes níveis de ensino será de licenciatura plena com habilitação específica para cada nível e será especificada no Plano de Carreira”.

Já o art. 28, determina que “o município incentivará a formação continuada, garantindo cursos específicos, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis de ensino, as características de cada fase, o desenvolvimento dos educandos e as demandas de necessidade...”.

Em relação ao grau de escolaridade dos trabalhadores em educação no município, temos o que segue:

Tabela 53 - Professores da Rede Municipal segundo o nível de escolaridade - 2010 a 2014

Ano	Fundamental incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Ens. Médio Outra form. Comp.	Licenciatura completa	Sup. Com Magistério	Sup. Sem Magistério	Total
2010	-	-	02	-	-	14	19	35
2011	-	-	02	-	-	15	18	35
2012	-	-	03	-	-	17	22	42
2013	-	-	07	-	-	16	23	47
2014	-	-	02	01	-	16	30	49

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 54 - Professores da Rede Estadual segundo o nível de escolaridade - 2010 a 2014

Ano	Fundamental incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Ens. Médio Outra form. Comp.	Licenciatura completa	Sup. Com Magistério	Sup. Sem Magistério	Total
2010	-	-	04	04	03	02	41	54
2011	-	-	06	03	04	03	43	59
2012	-	-	07	05	03	03	30	48
2013	-	-	04	04	03	01	39	51
2014	-	-	07	04	05	02	52	70

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 55 - Professores da Rede Privada segundo o nível de escolaridade - 2010 a 2014

Ano	Fundamental incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Ens. Médio Outra form. Comp.	Licenciatura completa	Sup. Com Magistério	Sup. Sem Magistério	Total
2010	-	-	-	02	07	-	-	09
2011	-	-	-	01	07	-	-	08
2012	-	-	-	02	07	-	-	09
2013	-	-	-	04	04	-	-	08
2014	-	-	-	04	04	-	-	08

Fonte: Escola Especial Renascer

Tabela 56 - Profissionais em educação - funcionários da escola, por nível de escolaridade - Rede Municipal - 2014

Cargo	Nº	Nível de escolaridade				
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior Incompl.	Superior completo
Merendeira	-	-	-	-	-	-
Vigilante	-	-	-	-	-	-
Servente	15	01	05	05	04	
Secretário Escolar	02	-	-	-	-	02
Porteiro	-	-	-	-	-	
Outros	04	-	-	-	-	04

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 57 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por nível de escolaridade - Rede Estadual, 2014

Cargo	Nº	Nível de escolaridade			
		Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Completo	Superior completo
Merendeira	05	-	-	05	-
Vigilante	-	-	-	-	-
Servente	07	02	02	03	-
Secretário Escolar	01	-	-	-	01
Porteiro	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 58 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por situação funcional - Rede Municipal, 2014

Cargo	Nº	Situação Funcional				
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro
Merendeira	-	-	-	-	-	-
Vigilante	-	-	-	-	-	-
Servente	15	15	-	-	-	-
Secretário Escolar	02	-	-	02	-	-
Porteiro	-	-	-	-	-	-
Outros	04	04	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 59 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por situação funcional - Rede Estadual, 2014

Cargo	Nº	Situação Funcional				
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro
Merendeira	05	-	-	-	05	-
Vigilante	-	-	-	-	-	-
Servente	07	-	04	-	-	03
Secretário Escolar	01	-	01	-	-	-
Porteiro	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

Fonte: Escolas Estaduais

Tabela 60 - Profissionais em educação - funcionário da escola, por jornada de trabalho - Rede Municipal, 2014

Cargo	Nº	Jornada de Trabalho				
		Integral	Parcial	Horário Corrido	Noturno	Obs.
Merendeira	-	-	-	-	-	-
Vigilante	-	-	-	-	-	-
Servente	16	16	-	-	-	-
Secretário Escolar	02	02	-	-	-	-

Porteiro	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Tabela 61 - Profissionais em educação – funcionário da escola, por jornada de trabalho - Rede Estadual, 2014

Cargo	Nº	Jornada de Trabalho				
		Integral	Parcial	Horário Corrido	Noturno	Obs.
Merendeira	05	05	-	-	-	-
Vigilante	-	-	-	-	-	-
Servente	07	07	-	-	-	-
Secretário Escolar	01	01	-	-	-	-
Porteiro	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-

Fonte: Escolas Estaduais

3.9 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 22 do Plano Nacional de Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares.

Na área de gestão educacional no município de São João do Oeste, além do (a) Secretário (a) Municipal, que além da pasta da educação também responde pela cultura, esporte e turismo, a equipe gestora conta com 02 Coordenadores(as) Pedagógicos(as), 01 Diretor Cultural, 01 Diretor de Esportes e 04 Diretores(as) de Escola.

A gestão do Centro Educacional Cristo Rei e Pré-Escolar Amor Perfeito é compartilhada, sendo que o(a) Diretor(a) que responde pela escola estadual também responde pelas duas escolas da rede municipal inseridas na comunidade.

Todos os cargos são por indicação, sendo que para a Direção de Escola são obedecidos alguns critérios, conforme art. 22, do Sistema Municipal de Educação, os quais são:

- I- Ser exercida por membro atuante do Magistério Municipal;
- II- Possuir experiência mínima de 05 anos de efetivo trabalho no Magistério, com boa aceitação pela comunidade escolar;

- III- Possuir Licenciatura Plena;
- IV- Possuir domínio dos aspectos administrativos e pedagógicos;
- V- Demonstrar habilidade e liderança;
- VI- Será indicado pela Secretaria Municipal de Educação.

O município também conta com a existência de Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, os quais são:

- Conselho Municipal de Educação - instituído em 03/05/1993 através da Lei nº 64/93 e atualizado pela Lei nº 1.561/14 de 25/03/2014;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar – Lei nº 187/94 de 17/10/1994;
- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB – Lei nº 988/07 de 03/04/2007;
- Conselho Municipal de Esportes e Lazer – criado pela Lei Municipal nº 1.476/13 de 26/03/2013;
- Conselho Municipal de Cultura – Lei Municipal nº 1.510/13 de 18/06/13.

Todos os Conselhos têm representação do poder público, privado e segmentos da sociedade civil, e atuam em caráter consultivo e deliberativo.

Todas as escolas, localizadas no município, possuem Associações de Pais e Professores, Clubes de Mães e, apenas as escolas da rede estadual possuem Grêmios Estudantis constituídos.

As escolas do estado possuem também Conselhos Deliberativos, enquanto que, nenhuma escola possui Conselho Escolar constituído e atuando.

3.10 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

O direito à educação básica integral, para todos os brasileiros, do nascimento à maioria, independentemente de sua condição social, é conquista fundamental que deve ser defendida por toda a sociedade.

A LDB define em seu artigo 74, que a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, “estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade”. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subsequente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas

modalidades de ensino e, em seu artigo 75, que “a ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino”.

A forma de financiamento da educação por meio do mecanismo de fundos foi implantada inicialmente por meio do FUNDEF em 1996, para repasse de recursos ao ensino fundamental. Posteriormente, houve a ampliação do financiamento para a educação básica pelo FUNDEB, em 2007.

A legislação informa que os Estados são responsáveis pelo Ensino Fundamental e Médio, enquanto os Municípios têm a responsabilidade sobre a Educação Infantil (creches e pré-escolas), Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos; e a União, sobre o Ensino Superior.

Outra forma de analisar o investimento na Educação é basear-se no PIB (Produto Interno Bruto), dividindo pela população residente no país. Desta forma teremos o valor *per capita*.

Em 2000, o financiamento em educação absorveu 4,7% do PIB nacional. Em 2009, o valor evoluiu para 5,7%. A soma dos municípios produziu 2,2% de investimentos em educação no ano de 2009.

A Constituição Federal determina que União aplique, no mínimo, 18% para educação e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25% da receita resultante de impostos, inclusive a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Prevê ainda o salário-educação, como fonte adicional de financiamento na educação básica.

Em 1996, as leis 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Lei nº. 9.424, que regulamentava o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF – extinto posteriormente), e a Lei nº 11.494/07 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) trouxeram modificações no cálculo dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a mudança constituiu-se na proibição da inclusão nos 25% de gastos com merenda escolar, assistências médicas, odontológicas e sociais, além de medicamentos, o que não significa que não possa realizar despesas desta natureza. Porém, se realizadas, não serão computadas

dentro do percentual de 25% destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino

3.10.1 O Financiamento da educação em São João do Oeste

De acordo com o Sistema Municipal de Ensino de São João do Oeste, os recursos públicos destinados à educação têm origem em:

- Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Receita de transferências constitucionais e outras transferências.
- Receita da contribuição social do salário-educação e de outras contribuições sociais.
- Outros recursos previstos em Lei

O Produto Interno Bruto - PIB per capita do município, em 2012, era de R\$ 24.857,89 (vinte e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos).

O Município de São João do Oeste vem aplicando mais que 25% em educação, conforme dados a seguir: em 2010 aplicou 25,78%, chegando a 28,87% em 2014. Em reais, as despesas com educação em 2010 eram de R\$ 2.709.369,13. Em 2014, as despesas alcançaram R\$ 4.542.807,21.

Tabela 62 - Recursos aplicados em educação - 2010 a 2014

Ano	Despesas com Educação	%	Creche	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Outros	Total
2010	2.709.369,13	25,78	-	496.657,18	1.441.742,48	112.719,28	51.400,00	2.102.518,94
2011	3.370.776,86	26,94	393.864,43	605.987,82	1.922.724,24	134.159,36	49.999,61	3.106.735,46
2012	3.360.301,38	27,99	558.556,38	575.939,70	1.706.295,75	132.535,14	88.657,15	3.061.984,12
2013	4.119.551,85	28,48	763.579,41	557.538,69	2.244.089,06	137.844,26	106.048,67	3.809.100,09
2014	4.542.807,21	28,87	920.820,03	685.797,68	2.290.375,16	145.574,61	69.815,03	4.112.382,51

Fonte: Prefeitura Municipal

Dos recursos aplicados em educação, percebe-se um aumento nos investimentos em todas as etapas da educação básica, sendo que, o percentual aumentou consideravelmente a partir da construção e instalação da Creche Municipal.

Tabela 63- Despesas com educação por categoria econômica e elemento de despesa - 2010 a 2014

Ano	Despesas Correntes			Despesas de Capital			Total Geral
	Pessoal	Outras	Subtotal	Obras e instalações	Equip. mat. permanente	Subtotal	
2010	1.109.207,80	807.627,79	1.916.835,59	106.076,15	79.607,20	185.683,35	2.102.518,94
2011	1.343.881,49	968.944,03	2.312.825,52	389.719,29	404.190,65	793.909,94	3.106.735,46

2012	1.694.705,43	1.132.545,61	2.827.251,04	74.689,00	160.044,08	234.733,08	3.061.984,12
2013	1.999.383,68	1.262.287,69	3.261.671,37	241.694,72	305.734,00	547.428,72	3.809.100,09
2014	2.515.464,87	1.269.876,63	3.785.341,50	246.528,01	80.513,00	327.041,01	4.112.382,51

Fonte: Prefeitura Municipal

Do montante da verba destinada à Educação, os gastos com o pessoal em 2010 representaram 52,76%, subindo, em 2014 para 61,17%. Os gastos com obras e instalações em 2010 atingiram 5,05% do total, subindo para 5,99% em 2014. As despesas com equipamentos e material permanente ocuparam 3,79% do total em 2010 e caíram para 1,96% em 2014.

Entre este período, 2010 a 2014, mais precisamente entre 2010 a 2013, foi construída e implantada a primeira Creche do município, então o percentual de investimentos em obras e instalações e equipamentos e material permanente foi superior, assim como, após a adequada instalação da creche e o atendimento de todas as turmas, houve um aumento significativo no percentual gasto com pessoal: em 2012: 55,35% caindo para 52,48% em 2013 e subindo para 61,17% em 2014.

4 METAS E ESTRATÉGIAS

4.1 META 1

Manter atendimento em 100% da educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 a 05 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender até 70% das crianças de 00 a 03 anos até o final da vigência do plano.

4.1.1 Estratégias

- 4.1.1.1 Definir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;
- 4.1.1.2 Garantir que, ao final da vigência deste Plano, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixa;
- 4.1.1.3 Realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos de idade, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta no município;
- 4.1.1.4 Estabelecer, até o quinto ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;
- 4.1.1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração, programa de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil, respeitando, inclusive, as normas de acessibilidade;
- 4.1.1.6 Implantar, até o terceiro ano de vigência do Plano, avaliação da educação infantil articulada entre os setores da educação, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos

pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

- 4.1.1.7 Ampliar a oferta de matrículas em creches, com a expansão gradativa da oferta na rede pública até o final da vigência do Plano;
- 4.1.1.8 Promover a formação continuada dos /as profissionais que atuam na Educação Infantil, inclusive de quem atua nas escolas do campo, incentivando a pesquisa da própria prática como meio de garantir uma ação pedagógica mais reflexiva;
- 4.1.1.9 Promover formação continuada em serviço aos demais trabalhadores/as que atuam na educação Infantil, desde as equipes de apoio (multidisciplinar), alimentação até as equipes administrativas, fortalecendo o reconhecimento de que suas atividades contribuem substancialmente para a qualidade do atendimento às crianças;
- 4.1.1.10 Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos do espectro do autismo, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade e altas habilidades/superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e cegas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;
- 4.1.1.11 Implementar, em caráter complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;
- 4.1.1.12 Preservar as especificidades da educação infantil na organização das redes escolares, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso da criança de 6 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental;
- 4.1.1.13 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;
- 4.1.1.14 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social,

saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos de idade;

- 4.1.1.15 Promover o acesso gradativo à educação infantil em tempo integral, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
- 4.1.1.16 Implementar espaços lúdicos de interatividade considerando a diversidade étnica, de gênero e sociocultural, tais como: brinquedoteca, biblioteca infantil e parque infantil;
- 4.1.1.17 Reavaliar até o 5º ano de vigência deste Plano, o dispositivo do Sistema Municipal de Ensino no que rege o número de alunos por turma;
- 4.1.1.18 Garantir que a avaliação dos alunos na educação infantil seja feita considerando seus próprios avanços em relação a seu desenvolvimento;
- 4.1.1.19 Garantir os 200 dias letivos previstos na Legislação para os estudantes de 0 a 5 anos de idade, como forma de promover o fortalecimento dos seus laços familiares;
- 4.1.1.20 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino e aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos;
- 4.1.1.21 Fomentar o atendimento às populações do campo na educação infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, de forma a atender às especificidades das comunidades.

4.2 META 2

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

4.2.1 Estratégias

- 4.2.1.1 Pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do Art. 7º, da Lei no 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;
- 4.2.1.2 Manter e aperfeiçoar os mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental;
- 4.2.1.3 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como o controle das situações de discriminação, preconceito e violência na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos estudantes, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;
- 4.2.1.4 Manter a busca ativa de crianças e adolescentes para o acompanhamento e o monitoramento de acesso e permanência na escola, em parceria com as áreas de saúde e assistência social;
- 4.2.1.5 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo;
- 4.2.1.6 Disciplinar no âmbito do sistema de ensino municipal a organização do trabalho pedagógico, incluindo se necessário a adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da Região;
- 4.2.1.7 Promover o relacionamento das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando, ainda, que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;
- 4.2.1.8 Incentivar e fortalecer a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 4.2.1.9 Estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo;

- 4.2.1.10 Promover atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades artísticas, culturais e científicas, inclusive mediante a promoção de concursos, festivais e feiras, entre outros, bem como incentivando a participação em certames e concursos regionais e nacionais;
- 4.2.1.11 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligando-as a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo local, regional e nacional;
- 4.2.1.12 Efetivar, com as áreas de saúde, ação social e cidadania, rede de apoio ao sistema municipal de ensino para atender os estudantes do ensino fundamental;
- 4.2.1.13 Viabilizar o transporte escolar acessível com segurança, de acordo com Lei Municipal, material pedagógico, laboratórios didáticos e biblioteca informatizada com acervo atualizado, com atendimento para todos os alunos;
- 4.2.1.14 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região;
- 4.2.1.15 Fomentar as tecnologias educacionais inovadoras das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização, a partir de realidades linguísticas diferenciadas em comunidades bilíngues ou multilíngues, favorecendo a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, segundo as diversas abordagens metodológicas;
- 4.2.1.16 Incentivar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, inclusive a biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais capacitados, como condição para a melhoria do processo ensino/aprendizagem;
- 4.2.1.17 Garantir que, até o 5º ano de vigência do PME, todas as escolas de Ensino Fundamental reformulem seus Projetos Político-Pedagógicos, estabelecendo metas de aprendizagem, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental;
- 4.2.1.18 Acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações planejadas e executadas pelo Plano de Ações Articuladas – PAR, mediante as responsabilidades estabelecidas;

- 4.2.1.19 Reformular e implementar a Proposta Curricular Municipal, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos no Ensino Fundamental;
- 4.2.1.20 Viabilizar, em parceria com a União e o Estado, padrões adequados de infraestrutura dos prédios escolares com espaços diferenciados dotados de ventilação, iluminação, insolação, com condições sanitárias adequadas e acessibilidade até o final de vigência deste Plano.

4.3 META 3

Universalizar, até o quinto ano de vigência deste Plano, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos de idade e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 95% (noventa e cinco por cento).

4.3.1 Estratégias

- 4.3.1.1 Institucionalizar política e programa estadual para o ensino médio articulado aos programas nacionais, com garantia dos recursos financeiros, para incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada em serviço de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;
- 4.3.1.2 Pactuar entre União, Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005/2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio;
- 4.3.1.3 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos estudantes dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as

escolas se tornem polos de criação e difusão cultural e prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

- 4.3.1.4 Apoiar a universalização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à educação superior.;
- 4.3.1.5 Contribuir com a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo e das pessoas com deficiência;
- 4.3.1.6 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, bem como dos sujeitos em situações de discriminação, preconceito e violência, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, buscando a colaboração com as famílias, de forma inter setorial;
- 4.3.1.7 Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos fora da escola, de forma inter setorial com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude;
- 4.3.1.8 Fomentar programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo, de jovens, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, e de adultos, visando à qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar;
- 4.3.1.9 Apoiar, em parceria com o Estado, a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com a faixa etária e as necessidades específicas dos estudantes;
- 4.3.1.10 Programar, de forma inter setorial, políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou por quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas à exclusão;

- 4.3.1.11 Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas;
- 4.3.1.12 Incentivar e acompanhar a celebração de convênios entre empresas e escolas de educação básica, profissional e tecnológica para oportunizar estágio, possibilitando o acesso ao mundo do trabalho;
- 4.3.1.13 Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania;
- 4.3.1.14 Estimular, com a participação efetiva da comunidade, a elaboração de propostas político-pedagógicas no Ensino Médio, de maneira a atender às necessidades e especificidades locais.

4.4 META 4

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar.

4.4.1 Estratégias

- 4.4.1.1 Garantir a oferta de educação inclusiva, preferencialmente no ensino regular promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;
- 4.4.1.2 Informar a fim de contribuir na contabilização, para o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas

com o Poder Público e com atuação exclusiva na modalidade nos termos da Lei nº 11.494/2007;

- 4.4.1.3 Promover, no prazo de vigência do presente Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda de crianças na faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, observando o que dispõe a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- 4.4.1.4 Implantar e manter ao longo deste plano, salas de recursos multifuncionais, oportunizar a formação continuada aos professores para o ensino regular e para o atendimento educacional especializado nas escolas regulares e em instituições especializadas públicas e conveniadas;
- 4.4.1.5 Garantir o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, preferencialmente em educandários na rede regular de ensino ou em instituições especializadas, públicas ou conveniadas, nas formas complementar ou suplementar, a todos os educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, matriculados em escolas de educação básica, conforme a necessidade identificada por meio de uma avaliação emitida por uma equipe multidisciplinar, ouvidos a família e o educando;
- 4.4.1.6 Manter a equipe multidisciplinar com o objetivo de apoiar, pesquisar e assessorar, em forma de parceria com instituições acadêmicas, conveniadas com a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, para apoiar o trabalho dos professores da educação básica com educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- 4.4.1.7 Conservar e ampliar os programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, garantindo o acesso e permanência dos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação, por meio de adequações arquitetônicas, ofertas de transporte acessível, na disponibilização de materiais didáticos próprios e de recursos de tecnologia assistiva, de alimentação escolar adequado às necessidades

dos educandos, garantindo uma segurança alimentar e nutricional, assegurando, ainda, no contexto educacional, em todas as etapas e níveis e modalidades de ensino, a identificação dos estudantes com altas habilidades ou superdotação;

- 4.4.1.8 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos educandos com deficiência auditiva e surdos de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas regulares inclusivas, respaldados nos termos do Art. 22 do Decreto nº 5.626/2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, assim como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos;
- 4.4.1.9 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e o atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;
- 4.4.1.10 Estimular pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, proporcionando um ensino e aprendizagem de qualidade, bem como condições de acessibilidade dos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- 4.4.1.11 Promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas inter setorial que atendam as especificidades dos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- 4.4.1.12 Apoiar a articulação inter setorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com a família, com

a finalidade de desenvolver modelos de atendimentos voltados à continuidade do atendimento escolar na educação de jovens e adultos das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

- 4.4.1.13 Apoiar a equipe de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação garantindo preferencialmente a oferta de professores habilitados e/ou especializados na área de educação especial para acompanhar o presente educando, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos cegos, professores de libras e bilíngues;
- 4.4.1.14 Definir, durante a vigência do presente Plano, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que oferecem atendimento educacional aos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação;
- 4.4.1.15 Solicitar, quando necessário, junto aos órgãos de pesquisas, demografia e estatística competentes a obtenção de informações detalhadas sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos de idade;
- 4.4.1.16 Promover parcerias com instituições especializadas, conveniadas com o setor público, ampliando a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidades necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade/impulsividade e altas habilidades ou superdotação matriculados preferencialmente na rede pública de ensino;
- 4.4.1.17 Promover parcerias com instituições conveniadas ao setor público, assim como fomentar a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.4.1.18 Oportunizar ao aluno com necessidades especiais a flexibilização curricular de acordo com suas necessidades.

4.5 META 5

Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou, até no máximo, aos 8 (oito) anos de idade no ensino fundamental.

4.5.1 Estratégias

- 4.5.1.1 Estruturar os processos pedagógicos a fim de garantir a alfabetização plena a todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental, com qualificação e valorização de toda a equipe de profissionais envolvida no processo;
- 4.5.1.2 Aderir aos instrumentos de avaliação nacional e instituir instrumentos próprios de avaliação sistêmica, periódica e específica, para aferir a alfabetização das crianças, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criar os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento;
- 4.5.1.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;
- 4.5.1.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;
- 4.5.1.5 Garantir a alfabetização de crianças do campo, inclusive com materiais didáticos específicos;
- 4.5.1.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

- 4.5.1.7 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, sendo avaliada pela equipe multidisciplinar a necessidade do estabelecimento de terminalidade temporal;
- 4.5.1.8 Implantar, incentivar e apoiar programas de incentivo à leitura;
- 4.5.1.9 Manter e melhorar o quadro técnico de funcionários da Secretária Municipal de Educação, como psicopedagoga, psicólogo clínico e educacional, fonoaudiólogo, pedagogo, com o objetivo de suprir as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem;
- 4.5.1.10 Promover, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores e coordenadores de Biblioteca para atuarem como mediadores da leitura.

4.6 META 6

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) nas escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos estudantes da educação básica, até o final da vigência do Plano.

4.6.1 Estratégias

- 4.6.1.1 Promover, com o apoio da União e Estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos estudantes na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo;
- 4.6.1.2 Instituir, em regime de colaboração com a União e Estado, programa de construção e/ou adequação de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
- 4.6.1.3 Aderir, em regime de colaboração, aos programas nacional e estadual de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para

atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios cobertos, depósitos adequados para armazenar gêneros alimentícios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

- 4.6.1.4 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas, planetários e zoológico;
- 4.6.1.5 Estimular a oferta de atividades para a ampliação da jornada escolar dos estudantes matriculados nas escolas de educação básica da rede pública, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
- 4.6.1.6 Fortalecer parcerias entre escolas, cultura, assistência social, esporte, voltadas à oferta de atividades artísticas, culturais e esportivas para atender no período integral;
- 4.6.1.7 Atender às escolas do campo, com oferta de educação em tempo integral, considerando-se as peculiaridades locais;
- 4.6.1.8 Garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos idade, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas, bem como profissionais habilitados;
- 4.6.1.9 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos estudantes na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas, culturais e ações de educação nutricional;
- 4.6.1.10 Assegurar alimentação escolar que contemple a necessidade nutricional diária dos estudantes que permanecem na escola em tempo integral, conforme legislação específica;
- 4.6.1.11 Manter os atendimentos especializados aos estudantes com dificuldades específicas de aprendizagem;

4.6.1.12 Buscar apoio financeiro e pedagógico da União e Estado para a implantação e manutenção da escola em tempo integral.

4.7 META 7

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,9	6,1	6,4	6,6
Anos finais do ensino fundamental	5,5	5,8	6,0	6,2
Ensino médio	4,7	5,2	5,4	5,6

4.7.1 Estratégias

4.7.1.1 Estabelecer e implantar, mediante pactuação inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitando-se a diversidade estadual, regional e local;

4.7.1.2 Assegurar, em pactuação com a União e Estado, que:

a) no quinto ano de vigência deste Plano, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

4.7.1.3 b) no último ano de vigência deste Plano, todos os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.

4.7.1.4 Induzir processo contínuo de auto avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as

dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

- 4.7.1.5 Aderir aos indicadores específicos da avaliação da qualidade da Educação Especial bem como da qualidade da educação bilíngue para pessoas surdas, estabelecidos pela União e Estado;
- 4.7.1.6 Contribuir para a melhoria do desempenho dos estudantes da educação básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA;
- 4.7.1.7 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, referendar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;
- 4.7.1.8 Garantir transporte gratuito, por meio de convênio entre as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria de Estado da Educação com acessibilidade para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, conforme Lei Municipal específica, mediante renovação e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- 4.7.1.9 Participar do desenvolvimento de pesquisas de modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo que considerem tanto as especificidades locais quanto as boas práticas nacionais e internacionais;
- 4.7.1.10 Universalizar, em colaboração com a União e o Estado, até o quinto ano de vigência deste Plano, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e adequar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

- 4.7.1.11 Viabilizar equipamentos e recursos tecnológicos digitais, em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas, nas instituições educacionais, com acesso as redes digitais de computadores, inclusive a internet;
- 4.7.1.12 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- 4.7.1.13 Assegurar a todas as escolas públicas de educação básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- 4.7.1.14 Aderir e participar, em regime de colaboração, de programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;
- 4.7.1.15 Aderir, colaborar e participar em regime de colaboração com a União, o Estado e o Município na elaboração dos parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas e para recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, e como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;
- 4.7.1.16 Informatizar a gestão das escolas públicas e das secretarias de educação, bem como aderir ao programa de formação continuada, em colaboração com a União e Estado, para o pessoal técnico;
- 4.7.1.17 Garantir e incentivar políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica, sexual e social (álcool, e outras drogas) favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

- 4.7.1.18 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais;
- 4.7.1.19 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas nas escolas do campo incluindo os conteúdos culturais correspondentes a respectiva comunidade. Produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e o atendimento em educação especial;
- 4.7.1.20 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- 4.7.1.21 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 4.7.1.22 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;
- 4.7.1.23 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;
- 4.7.1.24 Aderir e participar do sistema nacional de avaliação da educação básica, para receber orientações das políticas públicas e das práticas pedagógicas, para o fornecimento das informações às escolas e a sociedade;
- 4.7.1.25 Promover, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura - PNLL, a formação de leitores e a capacitação de professores e Coordenadores de Biblioteca para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

- 4.7.1.26 Estabelecer políticas de acompanhamento às escolas com relação ao desempenho no IDEB;
- 4.7.1.27 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem;
- 4.7.1.28 Desenvolver metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado;
- 4.7.1.29 Assegurar a renovação, manutenção e criação das bibliotecas, em parceria com a União e o Estado, com os materiais e infraestrutura necessária à boa aprendizagem dos estudantes, inclusive biblioteca virtual com equipamentos, espaços, acervos bibliográficos, bem como profissionais capacitados para a formação de leitores;
- 4.7.1.30 Instituir, em regime de colaboração entre os entes federados, política de preservação da memória regional ou municipal;
- 4.7.1.31 Reconhecer as práticas culturais e sociais dos estudantes e da comunidade local, como dimensões formadoras, articuladas à educação, nos projetos políticos-pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional, na organização e gestão dos currículos, nas instâncias de participação das escolas e na produção cotidiana da cultura e do trabalho escolar;
- 4.7.1.32 Apoiar a reestruturação e aprimoramento do ensino médio, em colaboração com o Estado, incentivando práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares, estruturadas pela relação entre teoria e prática, em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;
- 4.7.1.33 Estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação básica, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais;
- 4.7.1.34 Colaborar com a União e o Estado na instituição do conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do estudante e dos profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras

dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.

4.8 META 8

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos de idade, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, igualando a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.8.1 Estratégias

- 4.8.1.1 Institucionalizar e ou aderir programas que contemplem o desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado, atendendo as especificidades dos segmentos populacionais aqui considerados;
- 4.8.1.2 Incentivar e apoiar o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência e buscando contribuir para a busca de solução dos mesmos na rede pública regular de ensino;
- 4.8.1.3 Garantir, em articulação com o Conselho Municipal de Educação, certificação do ensino fundamental nos anos iniciais, aos estudantes participantes dos programas municipais destinados à educação de Jovens e Adultos;
- 4.8.1.4 Apoiar a oferta do programa de educação de jovens e adultos com qualificação profissional aos segmentos sociais considerados, que estejam fora da escola, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial
- 4.8.1.5 Promover a busca ativa de jovens fora das escolas, pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde;

- 4.8.1.6 Fomentar a oferta pública de ensino médio e EJA, integrada à formação profissional aos jovens do campo em parceria com o Estado;
- 4.8.1.7 Adequar a produção de material didático, bem como o desenvolvimento de currículos, conteúdos e metodologias específicas para o desenvolvimento da educação da população considerada nessa meta.

4.9 META 9

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento) até 2020 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

4.9.1 Estratégias

- 4.9.1.1 Apoiar a oferta gratuita, em parceria com a educação de jovens e adultos (EJA), a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria
- 4.9.1.2 Realizar, em parceria com outros órgãos governamentais, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos;
- 4.9.1.3 Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem;
- 4.9.1.4 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 4.9.1.5 Apoiar projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes;
- 4.9.1.6 Implementar ações de capacitação tecnológica da população de jovens e adultos, para promover a inserção no mundo do trabalho, a exemplo da Inclusão digital;
- 4.9.1.7 Proceder levantamento de dados sobre a demanda por EJA, na cidade e no campo, para subsidiar a formulação de política pública que garanta o acesso

e a permanência a jovens, adultos e idosos a esta modalidade da educação básica;

- 4.9.1.8 Garantir a divulgação ampla da oferta de vagas através das diversas formas de comunicação disponíveis, bem como articulação com a comunidade, agentes de saúde, igrejas e outros;
- 4.9.1.9 Articular políticas de EJA às políticas sociais voltadas para o mundo do trabalho, saúde e geração de emprego e renda.

4.10 META 10

Apoiar e incentivar, durante a vigência deste Plano, a oferta de projetos desenvolvidos em parceria com instituições de educação profissional, públicas e privadas, para que o público-alvo da educação de jovens e adultos e ensino médio tenha acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos, oportunizando diversas formas de inserção social.

4.10.1 Estratégias

- 4.10.1.1 Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades da população do campo inclusive na modalidade de educação à distância;
- 4.10.1.2 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 4.10.1.3 Viabilizar a educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequando-os às características desses estudantes;
- 4.10.1.4 Apoiar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;

- 4.10.1.5 Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;
- 4.10.1.6 Estimular a política de expansão das matrículas de educação profissional técnica de nível médio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;
- 4.10.1.7 Apoiar a oferta de educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino ou na modalidade de educação à distância, com o apoio da União e Estado;
- 4.10.1.8 Realizar, em parceria com outros órgãos governamentais, diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação profissionalizante.

4.11 META 11

Articular, com a União e o Estado, a elevação de matrículas na educação superior para a população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade, nas instituições de ensino superior públicas, privadas e comunitárias.

4.11.1 Estratégias

- 4.11.1.1 Mapear a demanda e oferta da educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores, para atender ao déficit de profissionais em todas as áreas de conhecimento e modalidades da educação básica;
- 4.11.1.2 Orientar a busca pela oferta de bolsas de estudos para graduação, aos professores e demais profissionais que atuam na educação básica;

- 4.11.1.3 Incentivar as instituições de educação superior a aderir e participar dos programas de apoio financeiro do Governo Federal;
- 4.11.1.4 Incentivar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do município;
- 4.11.1.5 Incentivar a realização de estudos e pesquisas que contribuam para o aprimoramento do trabalho pedagógico e melhoria da qualidade da educação do município;
- 4.11.1.6 Articular, com a União e o Estado a expansão e a descentralização da oferta de educação superior pública e gratuita, atendendo a demanda local;
- 4.11.1.7 Apoiar e aderir a programas de formação inicial e continuada ofertados pelas instituições de Ensino Superior;
- 4.11.1.8 Apoiar, durante a vigência deste Plano, de forma intensiva, a criação e consolidação de cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e o desenvolvimento de pesquisas nas IES, como forma de qualificar os profissionais da região e promover a formação continuada em suas respectivas áreas.

4.12 META 12

Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município, no prazo de um ano de vigência deste Plano, política municipal de formação inicial e continuada, com vistas à valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, bem como a oportunização, pelo poder público, de periódica participação em cursos de formação continuada.

4.12.1 Estratégias

- 4.12.1.1 Promover, em regime de cooperação entre a União, o Estado e o Município, ações conjuntas a fim de organizar a oferta de cursos de

formação inicial diante do diagnóstico das necessidades de formação dos profissionais da educação, envolvendo as instituições públicas de nível superior, sincronizando a oferta e a demanda de formação de profissionais da Educação;

- 4.12.1.2 Participar de programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e educação especial;
- 4.12.1.3 Articular com as instituições de nível superior, formadoras de profissionais para educação básica, de forma a promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura, garantindo a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do estudante e na qualidade do ensino;
- 4.12.1.4 Valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica, em sintonia com as recomendações legais e as diretrizes curriculares nacionais;
- 4.12.1.5 Apoiar programas de formação superior para docentes não habilitados na área de atuação em efetivo exercício nas redes públicas;
- 4.12.1.6 Assegurar a todos os profissionais da educação básica formação continuada, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos respectivos sistemas de ensino;
- 4.12.1.7 Incentivar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do Magistério;
- 4.12.1.8 Garantir oferta de formação continuada a todos os profissionais da educação básica, fundamentada numa concepção político-pedagógico que assegure a articulação teórica e prática, a pesquisa e a extensão;
- 4.12.1.9 Incentivar, em regime de colaboração entre o Estado e os Municípios, forma de registro e divulgação de projetos desenvolvidos nas escolas com o objetivo de validar e valorizar as produções do profissional na ascensão funcional;
- 4.12.1.10 Proporcionar programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, sobre gênero, diversidade e orientação sexual, para a promoção dos direitos sociais;

- 4.12.1.11 Garantir o uso das tecnologias e conteúdo multimidiáticos para todos os atores envolvidos no processo educativo, incentivando formação específica para esse fim;
- 4.12.1.12 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica.

4.13 META 13

Incentivar para que 90% (noventa por cento) dos professores da educação básica atinjam nível de pós-graduação até o último ano de vigência deste Plano, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualização dos sistemas de ensino.

4.13.1 Estratégias

- 4.13.1.1 Incentivar a formação, em nível de pós-graduação, de professores da educação básica;
- 4.13.1.2 Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias, dicionários, obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, e ainda, programas específicos de acesso a bens culturais, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação para os profissionais da educação básica;
- 4.13.1.3 Diagnosticar políticas públicas que atendam efetivamente as demandas específicas de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado e doutorado aos professores que lecionam na educação básica incluindo as escolas do campo;
- 4.13.1.4 Estimular a articulação entre a pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de pesquisas ligadas ao processo ensino-aprendizagem na educação básica.

4.13.1.5 Oportunizar aos docentes e profissionais da educação acesso a cursos e formação continuada, visando ao aprofundamento de estudos e o atendimento as demandas decorrentes do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula.

4.13.1.6 Promover a formação continuada em serviço, de modo a instrumentalizar os/as profissionais que atuam no ensino fundamental, inclusive daqueles/as que atuam nas escolas do campo, para que se tornem mais habilitados técnica e pedagogicamente.

4.14 META 14

Valorizar os profissionais do Magistério da rede pública de educação básica, assegurando no prazo de 03 (três) anos a adequação do plano de carreira, assim como a sua reestruturação, que tem como referência o piso nacional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Artigo 206, da Constituição Federal, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste Plano.

4.14.1 Estratégias

4.14.1.1 Realizar, no prazo de três anos, a atualização do plano de carreira para os profissionais da educação básica pública no Sistema Municipal de Ensino, tendo como referência o Piso Salarial Nacional Profissional, definido em lei federal, nos termos do Inciso VIII, do Art. 206, da Constituição Federal;

4.14.1.2 Valorizar os profissionais do magistério da rede pública da educação básica, a fim de equiparar a 80% (oitenta por cento) ao final do 6º (sexto) ano, e a igualar, no último ano de vigência do Plano, o seu rendimento médio ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente;

4.14.1.3 Proporcionar condições de trabalho, valorização dos profissionais da educação e concretização das políticas de formação, como forma de garantia da qualidade na educação;

4.14.1.4 Incentivar ações especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento a saúde e integridade física, mental e emocional dos

profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

- 4.14.1.5 Estruturar as redes públicas de educação básica, de modo a que pelo menos 80% (oitenta por cento) dos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento) dos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados;
- 4.14.1.6 Assegurar a realização periódica de concurso público para provimento de vagas, comprovadamente permanentes;
- 4.14.1.7 Implantar, nas redes públicas de educação básica, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base nos programas de acompanhamento, por meio de avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório;
- 4.14.1.8 Atualizar o plano de carreira, em acordo com as diretrizes definidas na base nacional comum de valorização dos profissionais da educação;
- 4.14.1.9 Garantir a atualização e o cumprimento de todas as diretrizes do Estatuto Municipal do Magistério da rede pública de ensino;
- 4.14.1.10 Assegurar, na forma da lei, recursos financeiros para valorização dos profissionais da educação da rede pública;
- 4.14.1.11 Garantir o cumprimento da legislação nacional quanto a jornada de trabalho dos profissionais do magistério da rede pública de ensino;
- 4.14.1.12 Proporcionar atividades que oportunizem aos docentes a apresentação e discussão de suas experiências em Fóruns, debates e encontros para troca de experiências;
- 4.14.1.13 Elaborar, a partir da aprovação deste Plano, em até cinco anos, programa de incentivo à pesquisa para os professores da rede pública municipal, em trabalhos cujos resultados contribuam com a educação municipal, buscando parcerias para que estes possam apresentar e divulgar seus projetos e publicar seus artigos e/ou livros.

4.15 META 15

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

4.15.1 Estratégias

- 4.15.1.1 Fortalecer os Conselhos do FUNDEB, Educação e CAE, garantindo espaço físico adequado, formação continuada, equipamentos e meios de transporte para fiscalização e desempenho de suas funções;
- 4.15.1.2 Assegurar condições, durante a vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática nas escolas da rede municipal, ampliando a participação de comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP e transparência das ações efetuadas nas escolas;
- 4.15.1.3 Construir mecanismos de avaliação interna e externa para a educação básica em parceria com o sistema municipal, propiciando a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, com a finalidade de levantar subsídios para a promoção de melhorias e auxiliar a escola nas questões administrativas, pedagógicas e financeiras, considerando as diretrizes curriculares nacionais em cada etapa e modalidade;
- 4.15.1.4 Promover a formação dos gestores educacionais e membros das Associações de Pais e Professores – APPs e Clubes de Mães, visando a implementação e qualificação da Gestão Democrática;
- 4.15.1.5 Assegurar, no âmbito do Município, as condições para o funcionamento do Fórum Municipal de Educação (FME), para que este coordene as conferências municipais e efetue o acompanhamento da execução deste PME, juntamente com o Conselho Municipal de Educação (CME);
- 4.15.1.6 Estimular a instituição dos Conselhos Escolares, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de Programas de formação de Conselheiros, em parceria com a União, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;
- 4.15.1.7 Desenvolver políticas de formação de equipes diretivas, em parceria com o Estado e a União, qualificando sua atuação na dimensão político-pedagógica, administrativa e financeira;

- 4.15.1.8 Fortalecer ações conjuntas, garantindo o acesso e permanência do aluno na escola, inclusive realizando o recenseamento e a chamada pública na educação obrigatória, conforme legislação vigente;
- 4.15.1.9 Atualizar os Regimentos Internos das Escolas;
- 4.15.1.10 Viabilizar a participação nos Programas de formação de diretores/as e/ou gestores/as escolares e utilizar a prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos de diretores/as e/ou gestores/as escolares, sem prejuízo ao processo da gestão democrática;
- 4.15.1.11 Assegurar os critérios para nomeação de cargos dos gestores escolares em toda rede municipal no Sistema Municipal de Ensino;
- 4.15.1.12 Apoiar nas escolas de educação básica – séries finais, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;
- 4.15.1.13 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas e a criação de portais eletrônicos de transparência;
- 4.15.1.14 Assegurar a constituição de conselhos de classe como forma de avaliar e replanejar trimestralmente (séries iniciais) e semestralmente (ed. infantil) todo o processo educativo escolar;
- 4.15.1.15 Viabilizar o trabalho das comissões de acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas em suas respectivas esferas.

4.16 META 16

Acompanhar o aumento gradativo do investimento público da União e Estado, em educação pública, a fim de atingir o patamar de até 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do país no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, o equivalente a até 10% (dez por cento) do PIB ao final de vigência deste PME.

4.16.1 Estratégias

- 4.16.1.1 Viabilizar, mediante pactuação com a União, recursos oriundos dos royalties do Pré-Sal, para investimentos na educação;
- 4.16.1.2 Aplicar os recursos legalmente vinculados à educação, de competência do poder público municipal, e buscar fontes complementares de financiamento;
- 4.16.1.3 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação;
- 4.16.1.4 Divulgar regularmente os indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno nas etapas da educação de responsabilidade do município;
- 4.16.1.5 Garantir os mecanismos e instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação em audiências públicas, portais eletrônicos de transparência, capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social, do FUNDEB, em regime de colaboração com a Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação;
- 4.16.1.6 Estimular formação para professores e gestores, em parceria com a União e Estado, sobre a aplicabilidade dos recursos e verbas;
- 4.16.1.7 Elaborar até o quinto ano de vigência do PME, em regime de colaboração entre os entes federados, plano de investimentos relativos aos percentuais do PIB do município, com objetivo de aportar os recursos necessários para a composição da meta nacional;
- 4.16.1.8 Aperfeiçoar e ampliar mecanismos de acompanhamento da arrecadação e de contribuição do salário educação, possibilitando que os conselhos municipais de educação possam exercer sua função de fiscalização e de controle social na aplicação adequada dos recursos destinados à educação;
- 4.16.1.9 Fortalecer a Comissão de Acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR), para monitorar e dar visibilidade às ações planejadas;
- 4.16.1.10 Acompanhar a aplicabilidade dos recursos através dos conselhos: FUNDEB, CAE, EDUCAÇÃO;

- 4.16.1.11 Cumprir o que estabelecer a regulamentação do parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, que estabelecerá as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;
- 4.16.1.12 Apoiar e defender a prorrogação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com aperfeiçoamento que aprofunde o regime de colaboração e a participação financeira da União para garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, nos termos do Art. 211, da Constituição Federal;
- 4.16.1.13 Estabelecer, garantir e efetivar a articulação entre as metas deste Plano e dos demais instrumentos orçamentários do Município;
- 4.16.1.14 Garantir as condições para execução dos Planos de Ações Articuladas (PAR) e o Plano Plurianual – PPA em consonância com o Plano Municipal de Educação – PME, dando cumprimento às metas e estratégias de qualidade estabelecidas para todas as etapas e modalidades de ensino;
- 4.16.1.15 Buscar políticas de financiamento, em regime de colaboração com a União e o Estado, para ações de solução do transporte escolar, principalmente rural, enfrentados em relação ao gerenciamento e pagamento de despesas.
- 4.16.1.16 Garantir a oferta da alimentação escolar, com segurança alimentar e nutricional, preferencialmente com produtos da região.

5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O presente plano foi elaborado mediante realização: a) de uma conferência municipal de educação; b) de elaboração, desenvolvimento e avaliação de coleta de dados educacionais junto às instituições educacionais dos diferentes níveis e âmbitos e comunidade escolar e, c) realização de consulta pública para análise da versão preliminar e deliberação acerca da versão final. Assim sendo, o mesmo consiste na 'expressão mais recente' dos anseios da comunidade sãojoestina, no que tange ao projeto educacional a ser desenvolvido no município, no próximo decênio.

Mesmo assim, este plano não é um documento fechado e acabado. Ao contrário, é necessário que seu desenvolvimento seja acompanhado e avaliado no decorrer dos próximos anos. Visando contribuir para isto, propõe-se a atualização dos dados educacionais anualmente, pela direção de cada escola, bem como a avaliação dos resultados das ações e estratégias desenvolvidas, pela Secretaria Municipal de Educação, com divulgação dos resultados à comunidade educativa e sociedade a cada dois anos.

A manutenção de tal periodicidade é importante para que possa ser assegurada uma avaliação que permita realizar as alterações necessárias para o aprimoramento do processo ao longo de seu desenvolvimento, em decorrência de possíveis falhas ou do surgimento de novas demandas.

Por sua vez, o acompanhamento sistemático do presente plano, requer o envolvimento do Fórum Municipal de Educação, do Conselho Municipal de Educação, da Comunidade Educacional e comunidade em geral.

Como condição essencial para que os objetivos e metas propostas neste plano sejam materializados, o mesmo deve ser assumido como um compromisso da sociedade. Sua aprovação pela Câmara Municipal, seu acompanhamento e sua avaliação pelas instituições governamentais e sociedade civil, serão decisivos para que a Educação produza a inclusão social almejada e o desenvolvimento da plena cidadania. Por esta razão, a implementação e avaliação do PME 2015-2024 deve ser ação compartilhada e assumida por todos os cidadãos de São João do Oeste.

O acompanhamento e avaliação do presente plano ao longo de seu desenvolvimento são essenciais para garantir o cumprimento das metas estabelecidas, bem como a eficácia das ações implementadas. Considerando que no

período de vigência do plano, poderão ocorrer mudanças na realidade educacional, podem ser necessárias medidas corretivas ou adequação às novas demandas.

Sob este enfoque, o acompanhamento e avaliação do presente plano, ao final de sua vigência, subsidiar-se-á na análise de relatórios parciais produzidos a cada biênio, com base nos aspectos quantitativos e qualitativos que se fizerem presentes no contexto educacional, bem como, na avaliação das ações para redirecionamento do mesmo e os resultados delas advindos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Plano Municipal Decenal de Educação de São João do Oeste não deve ser visto como um documento pronto e acabado que forneça respostas a todas as questões que se levantam em um mundo complexo como o nosso.

É, no entanto, uma bússola a nos orientar em direção ao futuro, que se constrói com os pensamentos, atitudes, valores, crenças, sentimentos e fazeres cotidianos de cada um de nós, de cada escola, comunidade, bairro, organização, empresa. E por isso mesmo suscetível a mudanças, novos contornos, reorientações, redefinições, replanejamentos, tendo em mente, contudo, que se trata do melhor que se pôde fazer no tempo presente e que sintetiza os anseios de ampla parcela da sociedade sãojoestina chamada a participação na elaboração deste importante documento.

Concluímos este documento, com a sensação do dever cumprido, mas com grande expectativa em relação a concretização do mesmo. Tendo sempre em mente, que este Plano não é uma proposta de Governo, e sim, um Plano de Território que abrange todas as etapas e modalidades de ensino, assim como, todos os processos e sujeitos envolvidos na área educacional do município de São João do Oeste.

A Secretaria Municipal de Educação dirige um agradecimento especial a todos que direta ou indiretamente se envolveram na construção deste Plano: equipe gestora da Secretaria e das escolas, professores, funcionários, pais, alunos e comunidade em geral. Somos todos responsáveis pela construção de uma educação mais justa, mais humana, focada no desenvolvimento do educando como um ser completo e preparado para o mercado de trabalho e para a realidade social e educacional do município, estado, país e mundo.

7 LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
ANA – Avaliação Nacional de Aprendizagem
ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APOIA – Programa de Combate à Evasão Escolar
APP – Associação de Pais e Professores
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CEB – Conselho de Educação Básica
CESJO – Centro Educacional São João do Oeste
CME – Conselho Municipal de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EEB – Escola de Educação Básica
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FATMA – Fundação do Meio Ambiente
FCEE – Fundação Catarinense de Educação Especial
FME – Fórum Municipal de Educação
FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF – Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
JASJO – Jogos Abertos de São João do Oeste
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação
NEE – Necessidades Educacionais Especiais
OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU – Organização das Nações Unidas
PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDE – Plano de Desenvolvimento da educação

PIB – Produto Interno Bruto

PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PME – Plano Municipal de Educação

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAIC – Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEE – Portador de Necessidades Educacionais Especiais

PNLL – Plano Nacional do Livro e da Leitura

PPA – Plano Plurianual

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONATEC – Programa Nacional de Tecnologia

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SEM – Sala de Recursos Multifuncionais

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SJO – São João do Oeste

SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE **CIDADES.** Disponível em:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421625&search=santa-catarina|sao-joao-do-oeste>. Acesso em 25/03/2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 1.561/14, de 25 de março de 2014. Sistema Municipal de Educação. São João do Oeste, SC, 25 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 539, de 22 de maio de 2000. Lei Orgânica Municipal. São João do Oeste, SC, 22 mai. 2000.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 30, de 05 de abril de 2013. Institui o Fórum Municipal de Educação. São João do Oeste, SC, 05 abr. 2013.

BRASIL. Lei nº 1.571, de 15 de maio de 2014. Plano Municipal de Cultura. São João do Oeste, SC, 15 mai. 2014.

BRASIL. Movimento Econômico 2014. Município de São João do Oeste/Unidade Conveniada da Fazenda Estadual. São João do Oeste, SC, mar. 2015.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, 2013.

PROPOSTA Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de São João do Oeste/Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. São João do Oeste: SEC, 2008, p. 10-14.

PROJETO Político Pedagógico. Creche Municipal Kinder Haus. São João do Oeste. 2012.

PROJETO Político Pedagógico. Educação Infantil – Jardim e Pré-Escola. São João do Oeste. 2014.

Situação de estados e municípios em relação à meta nacional. Disponível em:
<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>. Acesso em 14 abr. 2015.

Analfabetismo funcional. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Analfabetismo_funcional. Acesso em 14 abr. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. Lei nº 10.436/02 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília. 2002.

_____. MEC. Documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. 2004.

_____. MEC. Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Decreto nº 6.094/2007. Brasília: MEC/, 2007.

_____. MEC. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. 2003 MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Portaria nº 2.678/02 - Aprova diretriz e normas para uso e difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto Grafia Braille para a Língua Portuguesa. Brasília. 2002.

CONVENÇÃO DE GUATEMALA. Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala, 1999-ratificada pelo Decreto nº 3.956, de 8/10/2001.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Organização das Nações Unidas. ONU, 2006.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem/Tailândia. 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e linha de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem/Tailândia: UNESCO. 1994.

LEI Nº 1.637/15, DE 02/06/2015.**APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e ele sanciona a presente lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o Diagnóstico elaborado pela Equipe Técnica com base nos dados divulgados por Órgãos Oficiais.

Art. 5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II – Conselho Municipal de Educação - CME;

III - Fórum Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º Ao longo do período de vigência deste PME, observar-se-ão os resultados dos estudos publicados a cada 2 (dois) anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo I.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º O investimento público em educação a que se refere a meta 16 do Anexo I desta Lei engloba os recursos aplicados na forma do art. 212 da Constituição Federal, do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como do art. 213 da Constituição Federal.

§ 5º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, na forma de lei específica, com a finalidade de assegurar o cumprimento da meta prevista no inciso VI do art. 214 da Constituição Federal.

Art. 6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do decênio, precedidas de amplo debate e coordenadas pelo Fórum Municipal de Educação.

§ 1º O Fórum Municipal de Educação, além da atribuição referida no caput:

I - acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação da conferência municipal com as conferências estadual e nacional de educação.

§ 2º As conferências municipais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação – PEE, bem como deste Plano Municipal e subsidiar a elaboração dos planos de educação para o decênio subsequente.

Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano, na forma da lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção

das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§ 3º O Sistema de Ensino Municipal criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas do PME.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre a União, o Estado e o Município incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os Municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O Município, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação da Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, deverá adequar a legislação local, disciplinando a gestão democrática da educação pública em conformidade com o disposto na referida Lei, bem como neste PME.

Art. 9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 10. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art. 11. Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, SC, 02 de junho de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 154/2015

DECRET O Nº 154/2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2015 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 074/2015”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.12 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

(70)4.4.90.00.00.00.00.1.017–0240 - Aplicações Diretas 37.339,65

(71)3.3.90.00.00.00.00.2.006–0240 - Aplicações Diretas 69.053,60

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 106.393,25

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Superavit Financeiro do exercício anterior verificado nas fontes de recursos das dotações expressas no artigo anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogados os efeitos do Decreto Nº 074/2015, de 18/02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 155/2015

DECRET O Nº 155/2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME, ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014.”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(73)3.3.90.00.00.00.00.2.008–0688 - Aplicações Diretas 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 156/2015

DECRET O Nº 156/2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DO EXERCÍCIO DE 2015 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.03– SECRETARIA DA FAZENDA

(12)3.3.90.00.00.00.00.2.004–0160 - Aplicações Diretas 560.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 560.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da utilização parcial do Superavit Financeiro verificado no exercício anterior.

TOTAL DA UTILIZAÇÃO 560.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 157/2015

DECRET O Nº 157/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica ALTERADO o Decreto Nº 028/2013, de 25/01/2013, na parte da Nomeação de FRANCIELE APARECIDA CESCONETTO, onde se lê na Secretaria Municipal de Educação, leia-se na Secretaria Municipal de Assistência Social - CRAS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 18 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 158/2015

DECRET O Nº 158/2015

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À
FUNCIONÁRIA SALETE DO AMARAL SILVA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora SALETE DO AMARAL SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 060/2013, de 05/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 159/2015

DECRET O Nº 159/2015

"QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO À
FUNCIONÁRIA SALETE DO AMARAL SILVA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora SALETE DO AMARAL SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Agente de Serviços Gerais, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 060/2013, de 05/02/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 160/2015

DECRETO Nº 160/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/99, ficam concedidas Progressões Funcionais por tempo de Serviço aos seguintes servidores:

01 – JANI CESAR NUNES, ocupante do Cargo de Motorista Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.208,24;

02 – JOSÉ VALDEMAR MARTINS, ocupante do Cargo de Operador de Máquina e Equipamento Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.232,15 para Nível III, com vencimentos mensais de R\$ 1.306,88 e

03 – RENE MACEDO, ocupante do Cargo de Motorista Nível II, com vencimentos mensais de R\$ 1.139,22 para Nível III, com

vencimentos mensais de R\$ 1.208,24.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 161/2015

DECRET O Nº 161/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica ALTERADO o Decreto Nº 150/2014, de 18/06/2014, na parte da Nomeação de ROSANI VALIM GUIMARÃES, onde se lê na Agente de Serviços Gerais, leia-se Agente de Serviços Gerais - Merendeira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 162/2015

DECRET O Nº 162/2015

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, POR ANULAÇÃO DE
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.08 – SECRETARIA DA SAÚDE

(3)3.3.90.00.00.00.00.2.012-0014 – Aplicações Diretas
35.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 35.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.08 – SECRETARIA DA SAÚDE

(1)3.1.90.00.00.00.00.2.012-0014 – Aplicações Diretas
35.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 35.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 163/2015

DECRETO Nº 163/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 10, Anexos VII, IX e X, ficam enquadrados os seguintes servidores efetivos nas respectivas categorias funcionais, conforme tabela em anexo que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 164/2015

DECRETO Nº 164/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Complementar Nº 4.324/2015, de 15/05/2015, Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Município de São Joaquim e Estabelece Outras Providências, e em conformidade com o Art. 19, § 1º; ficam concedidos incentivos salariais de Nível Superior - Graduação aos servidores abaixo relacionados:

01 - EDNA GODINHO PADILHA – 8% de seus vencimentos base;
02 - DONATO PADILHA NETO – 20% de seus vencimentos base;
03 - CLAUDIO MATOS GOULART – 20% de seus vencimentos base,
e
04 - RITA DE CASSIA SOUZA – 20% de seus vencimentos base.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 165/2015

DECRET O Nº 165/2015

"QUE CONCEDE PONTO FACULTATIVO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais, no dia 05/06/2015 (Sexta-Feira) em virtude do Feriado de Corpus Christi, voltando ao expediente normal no dia

08/06/2015 (Segunda-feira).

Parágrafo Único – Excetuam-se das disposições do artigo 1º os serviços considerados de natureza essencial Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais no dia 05/06/2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 166/2015

DECRET O Nº 166/2015

"QUE EXONERA CARGOS COMISSIONADOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de seus respectivos cargos as seguintes pessoas: - ADAIR LUCIANO DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Desenvolvimento Econômico, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 137/2013, de 19/03/2013. - ADRIANA BAES-SO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Arrecadação, Fiscalização e Tributação, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 176/2013, de 25/04/2013. - ANDRÉIA CRISTIANE BÍOLO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito CC - 1, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 106/2013, de 01/03/2013. - ANTONIO WILMAR DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Chefe do Gabinete do Planejamento, CC-1, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 194/2014, de 01/08/2014. - CARLOS MARCONI WALTRICK, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 015/2013, de 18/01/2013. - CAROLINE TOMAZ CARVALHO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Promoções e Eventos, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 068/2013, de 07/02/2013. - CLAUDIOMAR FARIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração de Pessoal, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 016/2013, de 18/01/2013. - CLEBER FLORENCIO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria de Educação CC-1, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 017/2013, de 18/01/2013. - DALVA DE SOUZA HIURA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 015/2013, de 18/01/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 167/2015

DECRET O Nº 167/2015

"QUE EXONERA CARGOS COMISSIONADOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de seus respectivos cargos as seguintes pessoas: - DEIZE DOMINGOS DA ROSA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Oficina - CC-2, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 026/2013, de 24/01/2013. - EDSON GODINHO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Meio Ambiente, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 212/2014, de 13/08/2014. - FABIANO BORGES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - CC - 1, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 127/2015, de 13/04/2015. - FELIX TADEU NUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento, CC-4, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 193/2013, de 06/05/2013. - FRANCIÉLI DE MARAFIGO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Desenvolvimento Agro-Pecuário, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 016/2013, de 18/01/2013. - FRANCINE MATOS DE MORAES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Saúde, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 270/2013, de 01/08/2013. - GILBERTO RICARDO GRILLO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Obras e Viação, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 015/2013, de 18/01/2013. - IVAN DE BETTIO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Serviços Urbanos e Obras Públicas, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 016/2013, de 18/01/2013. - JOSÉ TEODORO DE SENA AMARAL, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Saúde, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 050/2015, de 05/02/2015, sendo que também fica exonerado da competência de Secretário Municipal de Saúde, atribuído através do Decreto Nº 051/2015, 05/02/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 168/2015

DECRET O Nº 168/2015

"QUE EXONERA CARGOS COMISSIONADOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de seus respectivos cargos as seguintes pessoas: - JOSÉ VILMAR MARIOT ANTUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 056/2013, de 04/02/2013. - LIAMAR SIMONI DE ALMEIDA FONSECA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal de Agricultura e do Abastecimento - CC-1, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 213/2014, de 15/08/2014. - LUCAS NUNES ALMEIDA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Secretaria - CC - 1, para

o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 026/2014, de 24/01/2014. - LUIZ RIBEIRO DE JESUS FILHO, ocupante do Cargo Comissionado de Consultor Jurídico, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 033/2014, de 03/02/2014. - MANOEL NASCIMENTO PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Controle Interno, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 015/2013, de 18/01/2013. - MARA LUZIA GUEDES ANTUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Ensino Fundamental, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 104/2014, de 16/05/2014. - MARCOS CARDOSO, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Administração - CC-3, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 193/2013, de 06/05/2013. - MARIA APARECIDA DA LUZ, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal de Turismo, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 185/2013, de 03/05/2013. - MAURI DONIZETE GOU-LART, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe da Fábrica de Tubos - CC-2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 017/2013, de 18/01/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 169/2015

DECRET O Nº 169/2015

"QUE EXONERA CARGOS COMISSIONADOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de seus respectivos cargos as seguintes pessoas: - MAURICIO TOMI KOBAYASHI, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Assistência Social - CC-1, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 106/2013, de 01/03/2013. - MILENA MITIE SATO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora Técnica e de Projetos Especiais, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 088/2013, de 25/02/2013. - MIRIAN CHIOCA VALTRICK, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Municipal de Assistente Social, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 314/2014, de 09/12/2014. - MYCCHEL HUDSONN LINHAGUE, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Habitação de Ação Comunitária, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 028/2015, de 20/01/2015. - NADIR OLIVEIRA PALMA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Assistência Social, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 016/2013, de 18/01/2013. - NATALIA MARTORANO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Cultura, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 056/2013, de 04/02/2013. - NAZARENO DE OLIVEIRA RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Finanças, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 021/2015, de 13/01/2015. - OLIVIA OLIVEIRA FIGUEIREDO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe da Secretaria Particular - CC-2, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 045/2014, de 10/02/2014. - PAULA MARIA HOFER BARBOSA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Compras, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 151/2014, de 24/06/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 170/2015

DECRET O Nº 170/2015

“QUE EXONERA CARGOS COMISSIONADOS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de seus respectivos cargos as seguintes pessoas: - PAULA MARTORANO NUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora do CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 033/2015, de 27/01/2015. – RAULINO LOTTIN, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe do Britador – CC-2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 140/2015, de 28/04/2015. – ROBERTO ELIESER SILVERIO ZANCHI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Vigilância Sanitária, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 201/2013, de 13/05/2013. – ROBERTO MARTINS CHAVES, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Desporto – CC-1, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 305/2013, de 05/09/2013. – ROGÉRIO DOS SANTOS RAMOS, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe da Assessoria de Comunicação Social – CC-2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 229/2014, de 02/09/2014. – RONI ANTONIO DA SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Administração – CC-1, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 147/2014, de 17/06/2014. – ROSANGELA BECCARI ZANDONADI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Educação Infantil, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 128/2014, de 04/06/2014. – ROSILENE MARIA CABRAL, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Municipal de Saúde – CC-1, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 017/2013, de 18/01/2013. – SERGIO OLIVEIRA DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Organização e Modernização Administrativa, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 131/2013, de 13/03/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 171/2015

DECRET O Nº 171/2015

“QUE EXONERA CARGOS COMISSIONADOS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Em razão de contenção de despesas; Ficam EXONERADOS de seus respectivos cargos as seguintes pessoas: - SHEILA FORGERINE ZANETTE, ocupante do Cargo Comissionado de Secretária Chefe do Gabinete do Planejamento, para o qual havia

sido Nomeada através do Decreto Nº 003/2014, de 09/01/2014. – SIMONE EMILIA NUNES RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Patrimônio, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 219/2014, de 27/08/2014. – SIRLEI VITÓRIA MATOS MACCARI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Esportes, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 048/2014, de 12/02/2014. – STÉLIO BEONELI PORTO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor do Gabinete do Prefeito, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 030/2013, de 25/01/2013. – SUEINE PEREIRA DA CRUZ, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito – CC-3, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 193/2013, de 06/05/2013. – TAISE VELHO MATIAS, ocupante do Cargo Comissionado de Assessora do Gabinete do Prefeito – CC-3, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 486/2014, de 10/11/2014. – TATIANA DA SILVA SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Administração Financeira e Contabilidade Geral, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 056/2013, de 04/02/2013. – TELMO RODRIGUES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto – CC-4, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 178/2013, de 29/04/2013. – VELOCINO SALVADOR BOLZANI NETO, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Agricultura e do Abastecimento, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 015/2013, de 18/01/2013. – ZOLTON MATTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Ouvidoria, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 106/2013, de 01/03/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 172/2015

DECRETO Nº 172/2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFERIDAS, ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 4.280/2014.”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

03 – PODER EXECUTIVO

03.13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(68)4.4.90.00.00.00.00.1.014-0014 - Aplicações Diretas
36.460,51

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 36.460,51

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação verificado até esta data.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 173/2015

DECRET O Nº 173/2015

"QUE CANCELA GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS Á FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADAS as Gratificações correspondentes a 60% (sessenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/1999, Art. 12, anexo VI, que haviam sido concedidas aos funcionários Municipais: - ADRIANO RODRIGUES TAVARES, pelo exercício da Chefia do Setor de Ambulatório da Unidade Sanitária de São Joaquim, através do Decreto Nº 162/2013, de 15/04/2013. - ANA DAS GRAÇAS DUTRA HASCKEL, pelo exercício da Chefia do Setor de Controle de Estoque da Secretaria Municipal do Bem Estar Social, através do Decreto Nº 173/2013, de 19/04/2013. - CLAUDIO MATOS GOULART, pelo exercício da Chefia do Serviço de Cadastro de Produtor, através do Decreto Nº 169/2013, de 17/04/2013. - LUIZ AFONSO PEREIRA VELHO, pelo exercício da Chefia do Setor do Cadastro Imobiliário Municipal, através do Decreto Nº 001/2014, de 06/01/2014. - LUIZ JACI MATOS, pelo exercício da Chefia do Setor de Arrecadação Municipal, através do Decreto Nº 175/2013, de 25/04/2013. - RITA DE CÁSSIA SOUZA, pelo exercício da Chefia do Serviço de Folhas de Pagamentos deste Município, através do Decreto Nº 134/2013, de 18/03/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 174/2015

DECRET O Nº 174/2015

"QUE CANCELA GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS Á FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam CANCELADAS as Gratificações correspondentes a 60% (sessenta por cento), do Piso salarial, conforme Lei Complementar Nº 2.301/99, de 24/09/1999, Art. 12, anexo VI, que haviam sido concedidas aos funcionários Municipais: - SILVIA HELENA SILVA LEMOS, pelo exercício da Chefia do Serviço Burocrático do Gabinete do Prefeito, através do Decreto Nº 134/2013, de 18/03/2013. - SEBASTIÃO ALEQUES MACEDO WALTRICK, pelo exercício da Chefia do Serviço de Controle de Pessoal, através do Decreto Nº 169/2013, de 17/04/2013. - ZELI RIBEIRO BORGES, pelo exercício da Chefia do Serviço de Lançamentos de Arrecadações e Pagamentos, através do Decreto Nº 134/2013, de 18/03/2013. - NELSON ROSA ANDRADE FILHO, pelo exercício da Chefia do Serviço de Transporte Escolar, através do Decreto Nº 169/2013, de 17/04/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos legais a partir do dia 31 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.325/2015

LEI Nº 4.325/2015

"QUE AUTORIZA A PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA FEDERAL CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO, CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL – CAPS e SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, DECORRENTES DO PROCESSO SELETIVO 002/2013"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica prorrogada a validade dos contratos temporários efetuados com base no processo seletivo 002/2013 para as funções ligadas ao programa Federal Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, Centro de Atendimento Psicossocial – Caps e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

§ 1º - A duração dos contratos mencionados no Caput fica condicionada à manutenção dos programas federais de Estratégia de Saúde da Família e ao repasse de verbas pelo Governo Federal para manutenção dos programas.

§ 2º - Estendem-se os efeitos desta lei para novos contratos que venham a ser realizados para os mesmos fins, cuja contratação será feita através de Processo Seletivo de provas ou provas e títulos. Realizado à semelhança de Concurso Público.

Art. 2º - As contratações realizadas na forma estrita desta Lei têm natureza administrativa e são regidas pelos princípios de direito público, não originando nem constituindo vínculo trabalhista entre o Executivo Municipal de São Joaquim e o contratado, não se submetendo ao Regime Celetista nem ao Regime Estatutário.

§ 1º - Aplicam-se aos contratados na forma desta lei os direitos e deveres constantes no Estatuto do Servidor Público Municipal no que não colidir com o caráter de temporariedade das contratações.

§ 2º - Os contratados na forma desta Lei poderão ser exonerados a qualquer tempo por motivos de ordem técnica, econômica, financeira, disciplinar ou outros motivos não arbitrários.

Art. 3º - Os contratados na forma desta Lei serão segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 9º, I, do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048/99.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.326/2015

LEI Nº 4.326/2015

"QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DEVOLVER O PRÉDIO ONDE ENCONTRAVA-SE A ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL ALECRIM SITUADO NA LOCALIDADE DO BENTINHO"

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a restituir ao

término do ano letivo de 2015 o imóvel situado na localidade de Bentinho, registrado sob a matrícula imobiliária 3863, ao seu titular, Sr. Ivo de Souza Palhano, o qual foi cedido para a instalação da antiga Escola Isolada Municipal Alecrim, cujo prédio atualmente serve provisoriamente de extensão de salas de aula para E.B.M. Octávio Antunes de Souza.

Art. 2º - A restituição do terreno dar-se-á sem a correspondente indenização da construção existente, cujo valor será compensado com a utilização do imóvel no ano letivo de 2015, como extensão provisória da E.B.M. Octávio Antunes de Souza.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.327/2015

LEI Nº 4.327/2015

“CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL”

Eu, HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do Art. 37, inciso X da Constituição da República, bem como dos artigos, 11 e 25, inciso XXIII da Lei Orgânica do Município de São Joaquim – SC, ainda, seguindo entendimento do prejulgado 2102 e da decisão do processo nº 11/00267481 do TCE/SC, fica concedida reposição salarial inflacionária no percentual de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento) equivalente ao índice oficial INPC referente à inflação dos últimos 12 (doze) meses a todos os servidores do Poder Legislativo Municipal nos termos desta Lei.

Art. 2º - A reposição inflacionária será concedida a partir do mês de Maio de 2015.

Art. 3º - Os servidores que receberam aumento em virtude do reajuste do valor do salário mínimo vigente a partir de Janeiro de 2015 terão o percentual compensado em relação ao percentual de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento) previsto em Lei.

Parágrafo Primeiro – Os servidores cujo percentual de reajuste foi superior a 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento) para se equipararem ao salário mínimo, não receberão qualquer outro reajuste.

Parágrafo Segundo – Os servidores cujo valor foi reajustado até o valor do salário mínimo, mas tal reajuste é inferior ao percentual de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento), farão jus a percepção da diferença até completar o percentual de revisão disposto no caput do artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de maio de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 212/2015

PORTARIANº 212/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor: - MAURÍCIO TOMI KOBAYASHI, ocupante do Cargo de Assessor da Secretaria Municipal de Assistência Social – CC-1, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 15/05/2015 à 13/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 213/2015

PORTARIANº 213/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013; Fica ALTERADA durante o ano letivo de 2015, a carga horária da professora: - LUCIANA ZANDONADI DA ROSA, de 20 horas semanais, para 40 horas semanais, pois a mesma irá substituir a Professora Aline Rodrigues, que encontra-se em licença gestação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 12 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 15 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 214/2015

PORTARIANº 214/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - JAQUELINE NUNES, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 18/05/2015 à 16/06/2015. – MARA LUZIA GUEDES ANTUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretora de Ensino Fundamental, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 18/05/2015 à 16/06/2015. – RITA DE CASSIA BORGES, ocupante da Função de Agente de Saúde (PSF), referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 18/05/2015 à 16/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de

São Joaquim, 18 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 215/2015
PORTARIANº 215/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 002/2014, realizado em data de 18/01/15; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora VANESSA ELISETTE ROTTA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Pericó, Localidade de Pericó, com 40 horas semanais, a contar do dia 19/05/2015, em substituição a Agente Terezinha Apª. Mattos Borges, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 216/2015
PORTARIANº 216/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes funcionários: - FABIANO PADILHA, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Pedagógico, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 19/05/2015 à 17/06/2015. – ROBERTO ELIESER SILVERIO ZANCHI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Vigilância Sanitária, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 19/05/2015 à 17/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 217/2015
PORTARIANº 217/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde,

conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – HILDA CATARINA GARCIA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 07 (sete) dias, a contar do dia 04/05/2015. – CRISTIANO CAMPOS ARAÚJO, ocupante da Função de Médico, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 11/05/2015. – ELIANE APª. DE OLIVEIRA PADILHA, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 13/05/2015 e o retorno de acordo com o INSS. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 13/05/2015. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 13/05/2015. – MICHELI ROSANI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 14/05/2015. – CÁTIA RAQUEL NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a conta do dia 14/05/2015. – MARLI GERADI, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 02 (dois) dias, a contar do dia 14/05/2015. – LILIAN PAULA NUNES, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 11/05/2015. – TAISE RODRIGUES CASSÃO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 15/05/2015. – MARIA EMILIA SOUZA PESSOA SANTOS, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 15/05/2015. – MARLENE ELIZIARIO MELO, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, a contar do dia 16/05/2015 e o retorno de acordo com o INSS. – ROSANI VALIM GUIMARÃES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 01 (um) dia, no dia 19/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 19 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 218/2015
PORTARIANº 218/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as senhoras: - ANDRESA PATRICIO BARBOSA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Anos Iniciais, Profª. Normalista, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/05/2015, em substituição a Beatriz Cristina Godoi Goulart Yamaguchi que pediu exoneração. – JOSIELLI DA SILVA PADILHA, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, na área de Geografia, Profª. 2º Grau, com 20 horas semanais, a contar do dia 20/05/2015, em substituição a professora Regina Maria Barbosa Borges que encontra-se em licença sem vencimentos. – SIMONE DE FATIMA ROSA, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais (servente/faxineira), na Rodoviária, Bairro Jardim Minuano, com 40 horas semanais, a contar do dia 20/05/2015, em substituição a agente Eliane Aparecida de Oliveira Padilha que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 219/2015

PORTARIANº 219/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao senhor: - SEBASTÃO ALEQUES MACEDO WALTRICK, ocupante do Cargo de Técnico de Atividades Agrícola, referente ao exercício de 2014/2015, a contar do dia 20/05/2015 à 18/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 220/2015

PORTARIANº 220/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de seu Marido, conforme apresentação de Certidão de óbito a funcionária KELLY GUIMARÃES DUTRA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 15/05/2015 até o dia 21/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 15 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 20 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 221/2015

PORTARIANº 221/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica EXONERADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica a senhora ANDRESA PATRICIO BARBOSA, ocupante da Função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, Bairro São José, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 218/2015, de 20/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 22 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 222/2015

PORTARIANº 222/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CANCELADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica os efeitos da Portaria Nº 195/2015 de 06/05/2015, que concedia Férias á funcionária MARIA APARECIDA DA LUZ.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos da Portaria Nº 195/2015, 06/05/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 223/2015

PORTARIANº 223/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CANCELADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica os efeitos da Portaria Nº 210/2015 de 15/05/2015, que concedia Férias á funcionária DEIZE DOMINGOS DA ROSA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos da Portaria Nº 210/2015, de 15/05/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIANº 224/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CANCELADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica os efeitos da Portaria Nº 212/2015 de 15/05/2015, que concedia Férias ao funcionário MAURÍCIO TOMI KOBAYASHI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos da Portaria Nº 212/2015, de 15/05/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 225/2015
PORTARIANº 225/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CANCELADA por motivos administrativos e/ou ordem técnica os efeitos da Portaria Nº 216/2015 de 19/05/2015, na parte em que concedia Férias ao funcionário ROBERTO ELIESER SILVERIO ZANCHI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os efeitos da Portaria Nº 216/2015, de 19/05/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 226/2015
PORTARIANº 226/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica DESIGNADA a Funcionária JUCÉLIA APARECIDA DA SILVEIRA, ocupante do Cargo de Merendeira, para a partir desta data exercer a função de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 227/2015
PORTARIANº 227/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS a senhora: - EDNA HIROMI IIDA ETO, ocupante da Função de Médica (PSF), referente ao exercício de 2013/2014, a contar do dia 25/05/2015 à 23/06/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 228/2015
PORTARIANº 228/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Gestação, conforme apresentação de atestado médico à funcionária – MAISA SOARES PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia 25/05/2014 até 20/11/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 229/2015
PORTARIANº 229/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de sua Mãe, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária RISOLETE DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, a contar do dia 21/05/2015 até o dia 27/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 21 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 25 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 230/2015
PORTARIANº 230/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 01 (um) dia, por Falecimento de sua Avó, conforme apresentação de Certidão de óbito ao funcionário MARLUS DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, no dia 21/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 21 de Maio de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 231/2015

PORTARIANº 231/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido EXONERAÇÃO a pedido à senhora JHENIFFER JANICE PADILHA, ocupante da Função de Enfermeira (PSF), na Secretaria Municipal da Saúde, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 247/2014, de 20/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 232/2015

PORTARIANº 232/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – LILIAN PAULA NUNES, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 18/05/2015. – VIDALVINA DAS GRAÇAS PEREIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 18/05/2015. – RISOLETE DE FATIMA DA SILVA OLIVEIRA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 18/05/2015. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, no período vespertino do dia 18/05/2015. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, no período vespertino do dia 18/05/2015. – FELIPE CARDOSO NUNES, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 19/05/2015. – EDNA GODINHO PADILHA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 19/05/2015. – ELENITA ABEL MATOS CECHINEL, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 19/05/2015. – MICHELI ROSANI DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 01 (um) dia, no dia 19/05/2015. – LIDIANE POLLI, ocupante da Função de Agente de Serviços Gerais, por 02 (dois) dias, a contar do dia 19/05/2015. – KAYLANE FERRASSO RODRIGUES, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 19/05/2015. – LIAMAR FERRASSO, ocupante da Função de Técnico em Enfermagem, por 01 (um) dia, no dia 20/05/2015. – ESTELA MARIS MARIOTI CHIODELLI, ocupante do Cargo de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 20/05/2015. – IVONETE PEREIRA BORGES, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 20/05/2015. – MARLI DE FATIMA MATOS DA SILVA, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 20/05/2015. – MAGALI FERNANDES MACHADO, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 02 (dois) dias, a contar do dia 21/05/2015. – TATIANE FOGAÇA VELHO, ocupante da Função de Professora, por 02 (dois) dias, a contar do dia 21/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 233/2015

PORTARIANº 233/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes funcionários: – ANDRÉ MARAIS DA ROSA, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras, no período vespertino do dia 21/05/2015. – TATIANE APARECIDA DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 21/05/2015. – DINAMAR GOULART LOTIN, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 21/05/2015. – MARTA GODOI DA ROSA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 30 (trinta) dias, a contar do dia 22/05/2015. – DEISE DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente Administrativo Auxiliar, por 01 (um) dia, no dia 22/05/2015. – TATIANE APARECIDA DE ANDRADE, ocupante da Função de Agente de Saúde, por 01 (um) dia, no dia 22/05/2015. – AMARILDO NUNES DA SILVEIRA, ocupante do Cargo de Fiscal de Obras, por 02 (dois) dias, a contar do dia 22/05/2015. – SILVIA HELENA SILVA LEMOS, ocupante do Cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 22/05/2015. – JOSÉ WILMAR MARIOT ANTUNES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Fazenda, no período vespertino do dia 25/05/2015. – GILCEMERE ZANETE NESI, ocupante do Cargo de Professora, por 03 (três) dias, a contar do dia 25/05/2015. – ALCERI CHIODELLI, ocupante da Função de Contador, por 01 (um) dia, no dia 26/05/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 26 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 234/2015

PORTARIANº 234/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015, realizado em data de 15/03/15; Ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - IRENE SALETE MACHADO, para exercer a função de Merendeira, no C.E.I. Filomena Martorano Rodrigues Vieira, Bairro Jardim Bandeira, com 40 horas semanais, a contar do dia 27/05/2015, em substituição a agente Maisa Soares Pereira que encontra-se em gozo de licença gestação. – MARIELA TAINÁ DE JESUS, para exercer a função de Professora Substituta, na E.E.B.M. Jurema Hugen Palma, Bairro Santa Paulina, na área de 2º Professor, Profª. Normalista, com 10 horas semanais, a contar do dia 27/05/2015, em substituição a professora Ingrid Arruda da Rosa que pediu exoneração.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de Maio de 2015.
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI
Prefeito Municipal.

PP 25/2015 E PP 26/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº69/2015
PREGÃO PRESENCIAL 25/2015 (Registro de preços)

OBJETO: Aquisição de Peças e mão de obra mecânica pesada para
Caminhões Caçamba da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 18/06/2015 às 09:30 horas
Valor estimado: R\$ 180.821,35

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº70/2015
PREGÃO PRESENCIAL 26/2015 (Registro de preços)

OBJETO: Contratação de mão-de-obra Mecânica Leve e Pesada
para Frotas das Secretarias Municipais.

Tipo: Menor Preço Por Item
Abertura: 19/06/2015 às 09:30 horas
Valor estimado: R\$ 288.980,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo
contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital,
no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expedien-
te ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com inf.
(49)3233-0411.

São Joaquim, 03 de junho de 2015.
HUMBERTO Luiz Brighenti
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

CONTRATO/CT: Nº 074/2015 – CC 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 074/2015 – CC 001/2015 – Processo 017/2015 - Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO LOTEAMENTO LISBOA (RUA AVEIRO, RUA BEJA, RUA SANTAREM, RUA VILA REAL, TRAVESSA "V" E TRAVESSA "X") NA CIDADE DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O contrato terá vigência de 150 (cento e cinquenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura. Valor: R\$ 2.370.866,54 - dois milhões, trezentos e setenta mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos. Data da Assinatura do Contrato: 27 de abril de 2015.

CONTRATO/CT: Nº 088/2015 – TP 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 088/2015 – TP 006/2015 – Processo 136/2015 - Contratado: EMPREITEIRA PAVICON LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM URBANA E EXECUÇÃO DE PRAÇA COM INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS URBANOS E PAISAGISMO NA RUA EDMUNDO OTACÍLIO – LOTEAMENTO LUAR – BAIRRO SERRARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Prazo: prazo de vigência contratual é de 270 (duzentos e setenta) dias, com efeitos a partir da data de sua assinatura e o prazo de execução dos serviços será de 240 (duzentos e quarenta) dias, contados a partir da data de assinatura da Autorização de Execução dos Serviços. Valor: R\$ 853.968,25 - oitocentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos. Data da Assinatura do Contrato: 18 de maio de 2015.

DECRETO Nº 4571/2015

DECRETO Nº 4571/2015
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora LILIAN SANDIN BOEING do cargo de Diretor Geral de Ensino – CCM 9, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4572/2015

DECRETO Nº 4572/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada FERNANDA SPRADA para o cargo em comissão de Diretor III de Centro de Saúde – CCM 6, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4573/2015

DECRETO Nº 4573/2015
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada CAROLINA FRANCISCO DE MELO para o cargo em comissão de Diretor III de Centro de Saúde – CCM 6, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4574/2015

DECRETO Nº 4574/2015
DECRETA ÁREA DE FESTA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada área de festa, nos dias 13 e 14 de junho do corrente ano, toda a área que envolve a Rua Benjamin Gerlach e arredores da Igreja Santo Antônio, tendo em vista a realização da Festa de Nossa Senhora das Graças.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2015.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4575/2015

DECRETO Nº 4575/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT – ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT – Admissão em Caráter Temporário, VERA MÔNICA FABRIS SORATTO, Técnico em Enfermagem, matrícula: 40.805-0, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4576/2015

DECRETO Nº 4576/2015

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora CAMILA MARTINS, matrícula: 32.744-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, com lotação no Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4577/2015

DECRETO Nº 4577/2015

ALTERA O DECRETO 4.468, DE 14 DE MAIO DE 2015, O QUAL NOMEIO OS MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/SJ NO PERÍODO DE 2015 A 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 28 da Lei Municipal nº. 5.482, de 11 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º – O inciso VII, do parágrafo 2º do Artigo 1º do Decreto nº 4.468, de 14 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º -

§ 2º -

[...]

VII – CENTRO DE EDUCAÇÃO E TREINAMENTO ESPERANÇA

Representante: ANTONIO MARTINS DOS SANTOS; " (NR)

[...]

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 4578/2015

DECRETO Nº 4578/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ANTONIO CARLOS DA SILVEIRA JUNIOR para o cargo em comissão de Assessor Técnico Administrativo–CCM 8, com lotação na Secretaria de Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de junho de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015/SMA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015/SMA

DISPÕE ACERCA DA ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, DESTINADO À CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, na Lei nº 4.243/2004, alterada pela Lei Municipal nº 4.398/2005, torna pública a realização de Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação de pessoal, em caráter temporário, para funções temporárias de excepcional interesse público de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS e MOTORISTA, bem como a formação de cadastro reserva para estas funções.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo será regido pelo presente Edital e executado pela Fundação Municipal Educacional de São José – FUNDESJ, localizada na Avenida Acioni Souza Filho, 403 – 1º andar – Beira-Mar de São José, SC – Fone/Fax (48) 3381-7465.

1.2 Todos os atos referentes ao presente Processo Seletivo Simplificado serão publicados no site da Prefeitura de São José – www.pmsj.sc.gov.br.

1.3 Os documentos, requerimentos, recursos relacionados ao presente Processo Seletivo Emergencial Simplificado, salvo expressa determinação do edital, devem ser entregues pessoalmente ou por procurador devidamente constituído para tal fim, nos horários e locais abaixo determinados:

Posto de Atendimento

Fundação Municipal Educacional de São José

(Prédio-sede da Prefeitura Municipal de São José)

Avenida Acioni Souza Filho, nº 403, 1º andar

88.103-790 – Praia Comprida - São José, SC.

Horário de atendimento: Dias úteis – 13h00min às 18h00min.

2. DAS FUNÇÕES TEMPORÁRIAS, DAS EXIGÊNCIAS, DA JORNADA DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO

2.1 Para fins deste Edital, a contratação de pessoal em caráter temporário dar-se-á quando configuradas quaisquer das hipóteses de necessidade temporária de excepcional interesse público previstas nos artigos 1º e 2º da Lei nº 4.243/2004, com a redação dada pela Lei nº 4.398/2005, para as seguintes funções temporárias:

FUNÇÃO TEMPORÁRIA	EXIGÊNCIAS LEGAIS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO (*)
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	4ª Série do Ensino Fundamental	40 HORAS	R\$ 934,47
MOTORISTA – CNH categoria “AB” ou “B”	Ensino Fundamental Completo, e Carteira Nacional de Habilitação – categoria “AB” ou “B”	40 HORAS	R\$ 1.246,67
MOTORISTA – CNH categoria “C”	Ensino Fundamental Completo, e Carteira Nacional de Habilitação para condução de caminhões – categoria “C”	40 HORAS	R\$ 1.246,67

(*) Obs.: a) Será acrescido, ao vencimento, o pagamento de Auxílio-Alimentação;
b) O Vale-Transporte será concedido nos termos do Decreto nº 34.055/2011.

2.2 A escolaridade deverá ser comprovada até a data da efetiva contratação.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 A participação no Processo Seletivo Simplificado iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

3.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Processo Seletivo Simplificado, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

3.3 São requisitos básicos para a inscrição:

- Ter nacionalidade brasileira;
- Ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos para a contratação;
- Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
- Estar de acordo com os requisitos de escolaridade exigidos para o cargo no ato da contratação;
- Gozar de boa saúde, condição que será comprovada quando do processo de admissão, através de atestado médico;
- Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

3.4 A inscrição somente será efetuada via INTERNET, no endereço eletrônico do Processo Seletivo Simplificado www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, no período de 03 de junho a 23 de junho de 2015.

3.5 O candidato só poderá se inscrever para uma única função.

3.6 São de inteira responsabilidade dos candidatos os dados informados, bem como o correto preenchimento do Requerimento de Inscrição.

3.7 É de responsabilidade do candidato a atualização do endereço e/ou telefone(s) constante(s) da inscrição. Sua eventual alteração após a homologação do resultado final deve ser comunicada diretamente à FUNDESJ.

3.8 Para realizar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- Acessar via Internet, o endereço eletrônico do Processo Seletivo Emergencial Simplificado: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos;
- Optar pela inscrição em uma única função;
- Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição;
- Conferir atentamente os dados informados;
- Imprimir o Requerimento de Inscrição;
- Imprimir o Boleto Bancário referente à taxa de inscrição da função temporária escolhida, e efetuar o pagamento em qualquer agência bancária, em postos de auto-atendimento ou home banking, até o último dia das inscrições.

3.9 Os candidatos sem acesso à Internet poderão dispor de equipamentos e ter ajuda de pessoal treinado para orientar a sua

inscrição na sede da Fundação Municipal Educacional de São José – FUNDESJ, cujo endereço e horário de funcionamento estão descritos no item 1.3 deste edital.

3.10 O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo ele o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos a sua inscrição. Em determinados horários e dias poderá ocorrer a formação de filas. No último dia de inscrições, só serão atendidos os candidatos que tiverem chegado aos locais determinados até as 16 horas.

3.11 Não será possível efetuar o pagamento da taxa de inscrição nos locais de atendimento.

3.12 O valor da taxa de inscrição para este Processo Seletivo é de:

FUNÇÃO	VALOR DA INSCRIÇÃO
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	R\$ 40,00
MOTORISTA – CNH categoria “AB” ou “B”	R\$ 50,00
MOTORISTA – CNH categoria “C”	R\$ 50,00

3.13 A FUNDESJ e a Secretaria Municipal de Administração de São José não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida devido a falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados, impressão dos documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

3.14 O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no sítio do Processo Seletivo Emergencial Simplificado na Internet: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos. No caso de perda do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço.

3.15 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

3.16 Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfizer a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

3.17 A inscrição não poderá ser feita por qualquer outro meio. Também não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.18 Verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição paga mais recente.

3.19 O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído.

3.20 Será concedida Isenção de Pagamento da Taxa de Inscrição mediante as seguintes condições:

3.20.1 Será concedida a isenção da taxa de inscrição aos candidatos doadores de sangue ou que integrem Associação de Doadores e que contribua, comprovadamente para estimular de forma direta e indireta à doação.

3.20.1.1 Para ter direito à isenção, o candidato deverá entregar à FUNDESJ, até o dia 18 de junho de 2015, requerimento de próprio punho pedindo a isenção da taxa de inscrição que deve ser acompanhado dos seguintes documentos

- Cópia do requerimento de inscrição;
- Para o candidato doador de sangue: Documento expedido pela entidade coletora discriminando o número e a data em que foram realizadas as doações, não podendo ser inferior a 03 (três) vezes nos últimos 12 (doze) meses.
- Para o candidato integrante de Associação de Doadores: documento específico firmado por entidade coletora oficial ou credenciada, que deverá relacionar, minuciosamente, as atividades desenvolvidas pelo interessado, declarando que o mesmo contribui para estimular a doação de sangue.

3.20.1.2 Não serão aceitos requerimentos entregues por qualquer outro meio.

3.20.2 Para obter o benefício da Lei Municipal Nº 5.006/2010, os

candidatos que comprovarem não possuir renda deverão, no requerimento de inscrição, assinalar a opção "ISENÇÃO PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 5.006/2010" e entregar na FUNDESJ, pessoalmente ou por Procurador, até o dia 18 de junho de 2015, os seguintes documentos:

- a) Cópia de requerimento de inscrição;
- b) Cópia ou original de comprovante de residência no Município de São José (conta de energia elétrica ou de fornecimento de água). Caso o nome constante na conta não seja o do requerente, deverá anexar declaração do titular da conta de que reside naquele domicílio;
- c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (da folha de identificação e do último contrato de trabalho);
- d) Declaração firmada pelo candidato de que não é detentor de cargo público;
- e) Declaração firmada pelo candidato de que não possui outra fonte de renda;
- f) Comprovante de inscrição no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

3.20.3 O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá, para participar do certame, efetuar o pagamento da taxa de inscrição na data determinada pelas normas deste edital.

3.20.4 A FUNDESJ publicará, no sítio do Processo Seletivo: www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, a partir das 16 horas do dia 19 de junho de 2015, o deferimento dos requerimentos de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

4. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

4.1 É assegurado às pessoas portadoras de deficiência o direito de inscrição neste Processo Seletivo Simplificado, desde que suas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.2 Os portadores de deficiência integrarão lista de chamada especial.

4.2.1 Será destinado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas aos portadores de deficiência, respeitando-se a recomendação nº 0001/2015/11PJ/SJO do Ministério Público de Santa Catarina.

4.3 Serão consideradas deficiências somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos, e que se enquadrem nas categorias descritas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99, na Lei Estadual nº 12.870/04 e suas alterações.

4.4 No ato da inscrição, a pessoa portadora de deficiência deverá indicar, no espaço apropriado constante do Requerimento de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais de que necessitar para realizar as provas.

4.5 O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para realização da prova deverá requerê-lo no ato da inscrição e entregar, no Posto de Atendimento junto à Fundação Municipal Educacional de São José – FUNDESJ, até o último dia de inscrições, laudo médico que justifique a necessidade de tempo adicional, firmado por médico especialista.

4.6 Após realizar sua inscrição pela INTERNET, todos os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência deverão entregar no Posto de Atendimento, até o último dia de inscrição, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído para tal finalidade, laudo médico com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças).

4.6.1 O laudo de que trata o item 4.6 deve ser impresso ou manuscrito com letra legível e de fácil entendimento, sob pena de não serem aceitos.

4.7 Os candidatos portadores de deficiência aprovados no presente Processo Seletivo Simplificado submeter-se-ão, no ato da contratação, à avaliação de equipe multiprofissional que terá a decisão terminativa sobre: a qualificação do candidato como deficiente ou

não e o grau de deficiência, capacitante ou não para o exercício do cargo.

4.8 O candidato portador de deficiência participará deste Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, avaliação, critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para os demais candidatos.

4.9 Na falta de candidatos classificados para as vagas reservadas aos portadores de deficiência, estas serão preenchidas pelos demais classificados com estrita observância da ordem de classificação.

4.10 O candidato que precisar de condições especiais, decorrentes de exigência médica, para acessar o local das provas ou para realizá-la, deverá indicar sua condição no requerimento de inscrição e entregar na sede da FUNDESJ, até o último dia de inscrições, requerimento com seus pedidos, acompanhado de laudo médico que justifique a condição especial e da cópia do requerimento de inscrição e do comprovante de pagamento da respectiva taxa de inscrição.

4.11 Os pedidos de condições especiais serão atendidos, respeitadas a viabilidade e a razoabilidade das petições.

4.12 Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição, não declarar essa condição.

4.13 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de requerer no formulário de inscrição atendimento especial, deverá levar no dia da prova um acompanhante maior de 18 anos. A criança ficará sob a sua guarda e responsabilidade em sala reservada para essa finalidade. No momento da amamentação, a candidata poderá ausentar-se da sala em companhia de um fiscal. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal da duração da prova.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação das inscrições e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados, a partir das 16 (dezesseis) horas, na data de 01 de julho de 2015, no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos.

6. DA PROVA

6.1 O Processo Seletivo far-se-á mediante uma única prova escrita, na qual serão atribuídas pontuações de caráter classificatório.

6.2 A prova escrita será realizada no dia 02 de agosto de 2015, com início às 14h00min e término às 17h00min.

6.3 A duração total da prova será de 3 (três) horas, incluindo o tempo para preenchimento do gabarito.

6.4 O local de realização da prova será divulgado no endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br/processos-seletivos, a partir do dia 24 de julho de 2015.

6.5 Os candidatos não poderão ingressar no local da prova após as 13h50min.

6.6 A prova escrita será composta por 30 (trinta) questões de múltipla escolha, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta, de acordo com o quadro abaixo:

ÁREAS DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR	TOTAL
Conhecimentos da Língua Portuguesa	10	0,30	3,00
Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00
TOTAL	30		10,00

6.7 As questões da prova versarão sobre as ementas constantes no conteúdo programático do Processo Seletivo, descrito no Anexo II deste Edital.

6.8 Cada candidato receberá, juntamente com a prova, um único cartão-resposta para registrar as suas respostas, que deverá ser assinado imediatamente após o seu recebimento.

6.9 O candidato deverá ler e conferir todos os dados do cartão-resposta e do caderno de questões, informações e instruções, bem

como verificar se o caderno de questões corresponde à função para a qual se candidatou, se contém todas as questões e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e resolução da prova.

6.10 O candidato deverá transcrever, para o cartão-resposta, utilizando caneta de material transparente com tinta das cores azul ou preta, a alternativa correta de cada uma das questões.

6.11 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade, quaisquer anotações feitas no caderno de questões.

6.12 O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

6.13 Será atribuída nota 0,00 (zero) à questão:

- a) cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;
- b) que contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- c) com mais de uma opção de resposta assinalada;
- d) não assinalada no cartão-resposta;
- e) preenchida fora das especificações contidas no cartão-resposta ou nas instruções da prova.

6.14 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos pelo edital munido de documento de identificação com foto, válido e original, não sendo permitido o acesso ao local de prova do candidato que chegar após o horário determinado para seu início, ou que não apresentar a devida identificação.

6.15 Só serão aceitos documentos de identificação em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

6.16 São considerados documentos de identidade, desde que contenham foto: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação.

6.17 Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins: Boletim de Ocorrência Policial; Protocolo de segunda via; Certidão de Nascimento; Título Eleitoral; Carteira Nacional de Habilitação (emitida antes da Lei nº 9.503/1997); Carteira de Estudante; Crachás.

6.18 O candidato só poderá ter consigo no local de prova a ele determinado:

- a) Caderno de provas e cartão-resposta;
- b) Caneta esferográfica feita com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Documento de identificação e cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- d) Se assim o desejar, água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulos ou etiquetas.

6.19 Será eliminado o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido portando livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como a qualquer equipamento eletrônico, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, Ipod®, gravadores, pen-drive, mp3 ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bip, notebook, palmtop, walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, ou qualquer outro aparelho elétrico ou eletrônico, bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e/ou borracha.

6.20 O candidato declara estar ciente que a simples posse de qualquer material, aparelho ou equipamento não autorizado, na sala de prova, corredores ou sanitários, mesmo que desligado ou inoperante, durante o período de realização da prova, implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

6.21 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

6.22 Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de

questões, bem como o original ou cópia do cartão-resposta, mesmo após o encerramento da Prova.

6.23 Durante a prova, não será permitido(a):

- a) a comunicação entre os candidatos;
- b) a consulta a qualquer obra ou anotação;
- c) o uso de óculos escuros, salvo por indicação médica que deve ser apresentada ao fiscal; relógio; telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletroeletrônico; bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura para a cabeça; ou o porte de armas;
- d) a saída do candidato de sala sem o acompanhamento de um fiscal;
- e) fumar ou ingerir alimentos e bebidas, exceto água acondicionada em embalagem plástica transparente e sem rótulo.

6.24 Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los, sem outro aviso, antes do início da prova, ao fiscal da sala. A recusa implicará na exclusão imediata do Processo Seletivo.

6.25 Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal da sala, o cartão-resposta devidamente assinado, além do caderno de provas.

6.26 A prova e o cartão-resposta não poderão ser entregues antes de 1 (uma) hora após o seu início.

6.27 Por razões de segurança, é vedado ao candidato retirar-se do local de prova, mesmo que desistente ou excluído do Processo Seletivo, antes de decorrida 1 (uma) hora do início.

6.28 Os três últimos candidatos de cada sala só poderão entregar a prova e o cartão-resposta ao mesmo tempo.

6.29 Os gabaritos e as provas serão disponibilizados a partir das 16h00min do dia 03 de agosto de 2015, no endereço eletrônico da Prefeitura – www.pmsj.sc.gov.br.

7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A classificação dar-se-á por ordem decrescente de pontos, por função temporária, de acordo com o subitem 2.1 deste Edital, conforme a nota da prova escrita que será expressa com duas casas decimais após a vírgula.

7.2 Ocorrendo empate na pontuação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/2003, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.3 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de pontos, o desempate será feito através dos seguintes critérios, por ordem:

- a) maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Específicos da prova escrita;
- b) maior número de acertos nas questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa;
- c) maior número de acertos nas questões de Conhecimentos Gerais;
- d) maior idade.

8. DO RESULTADO

8.1 O resultado final será divulgado através do endereço eletrônico www.pmsj.sc.gov.br, a partir das 16h00min do dia 17 de agosto de 2015.

8.2 O resultado final definitivo, após analisados os recursos, será divulgado e homologado no dia 20 de agosto de 2015.

9. DOS RECURSOS

9.1 Caberá recurso quanto: à homologação das inscrições, ao gabarito da prova escrita e ao resultado final do processo seletivo.

9.2 Os recursos deverão ser entregues e protocolados pessoalmente pelo candidato ou por seu procurador com procuração específica, na sede da FUNDESJ, até às 16 horas do dia útil subsequente ao da publicação da homologação das inscrições, da publicação do gabarito da prova escrita e da publicação do resultado final do Processo Seletivo.

9.3 Os recursos deverão ser digitados e assinados em duas vias, ser fundamentado com argumentação lógica e consistente, e ser apresentado em folhas separadas para questões e ou demandas diferentes.

9.4 A decisão dos recursos exarada pela FUNDESJ é irrecurável na esfera administrativa.

9.5 No caso de anulação de qualquer questão, ela será considerada como correta para todos os candidatos que a responderam.

9.6 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no Edital.

9.7 Não serão reconhecidos os recursos intempestivos ou os inconsistentes.

9.8 Após a análise dos recursos interpostos ou por constatação e correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções, a nota mínima exigida.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 Os contratos firmados em decorrência deste Processo Seletivo Simplificado serão regidos exclusivamente pelo regime jurídico-administrativo especial de contratação por tempo determinado, nos termos e condições definidos pela Lei Municipal nº 4.243/2004, com as alterações dadas pela Lei Municipal nº 4.398/2005.

10.2 Os candidatos classificados serão contratados, obedecendo a ordem de classificação por função, na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Administração.

10.3 A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de contratação automática. A convocação dos candidatos classificados dar-se-á conforme a conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal, respeitando-se sempre a ordem de classificação.

10.4 O candidato aprovado será convocado por meio de e-mail, correspondência ou telegrama, com aviso de recebimento do candidato aprovado, encaminhada pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.

10.5 Para a sua contratação, o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

- a) Atestado médico de capacidade laboral física e mental;
- b) Carteira de Identidade – RG;
- c) Título de Eleitor e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;
- d) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- e) Comprovante de regularidade com o serviço militar obrigatório (Certificado de Reservista), para os candidatos do sexo masculino;
- f) Declaração de Bens e Valores;
- g) Comprovante de escolaridade exigida para o exercício da função temporária;
- h) Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida para a função escolhida, para os Motoristas;
- i) PIS – PASEP;
- j) uma foto 3x4;
- k) Carteira Profissional de Trabalho;
- l) Comprovante da conta corrente individual, no Banco Caixa Econômica Federal.

10.5.1 A documentação solicitada deverá ser apresentada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a convocação, excetuados aqueles mencionados nas letras "g" e "h" do subitem 10.5, os quais deverão ser apresentados até a data de contratação.

10.6 Além daqueles listados no subitem 10.5, o Poder Público Municipal poderá, ainda, solicitar a apresentação de outros documentos e exames médicos para a contratação do candidato convocado.

10.7 Os custos com os exames médicos admissionais solicitados correrão por conta do candidato.

10.8 O candidato que, até a efetiva contratação, não comprovar a formação mínima exigida para a área declarada no ato de inscrição, não poderá ser contratado.

10.9 O candidato deverá entrar em efetivo exercício na função para a qual foi classificado neste Processo Seletivo Simplificado em até, no máximo, 05 (cinco) dias úteis após a entrada em vigor do ato de contratação, sob pena de se tornar sem efeito o mencionado ato de contratação.

11. DO FORO

11.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital é o da Comarca de São José (SC).

12. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1 Fica delegada competência à FUNDESJ para:

- a) divulgar o Processo Seletivo;
- b) divulgar amplamente o presente Edital;
- c) receber as inscrições e respectivos valores das inscrições;
- d) deferir e indeferir as inscrições;
- e) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas escrita e de títulos;
- f) receber e julgar os recursos previstos neste Edital;
- g) prestar informações sobre o Processo Seletivo Simplificado, no período de realização do mesmo;
- h) definir normas para aplicação das provas;
- i) divulgar os resultados das provas.

13 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 O presente processo seletivo terá a validade de dois anos, contados a partir da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período.

13.2 A contratação dos servidores admitidos em caráter temporário, aprovados neste Processo Seletivo, dar-se-á por tempo determinado, respeitando-se o caput do artigo 8º da Lei Municipal nº 4.243/2004 e alterações posteriores.

13.3 Os casos omissos a este Edital e as demais decisões que se fizerem necessárias serão resolvidos pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, ratificados pela Secretária Municipal de Administração.

São José (SC), 02 de junho de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária Municipal da Administração

ANEXO I

EVENTO	DATA E HORÁRIO
Início das Inscrições	03/06/2015 – 14h00min
Prazo final para pedidos de isenção da taxa de inscrição	18/06/2015 – 16h00min
Resultado dos deferimentos de isenção da taxa de inscrição	19/06/2015 – 16h00min
Fim das Inscrições	23/06/2015 – 18h00min
Homologação das Inscrições	01/07/2015 – 16h00min
Pedido de Recurso à Homologação das Inscrições	02/07/2015 – 16h00min
Homologação Final das Inscrições (após os Recursos)	03/07/2015 – 16h00min
Divulgação dos locais de prova	24/07/2015 – 16h00min
Data da prova	02/08/2015 – 14h00min
Divulgação das provas e dos gabaritos provisórios	03/08/2015 – 16h00min
Pedido de Recurso ao gabarito provisório	04/08/2015 – 16h00min
Divulgação do resultado dos pedidos de recursos dos gabaritos	07/08/2015 – 16h00min
Divulgação dos Gabaritos Definitivos	07/08/2015 – 16h00min
Resultado Final	17/08/2015 – 16h00min
Pedido de Recurso ao Resultado Final	18/08/2015 – 16h00min
Resultado Final Definitivo	20/08/2015 – 16h00min
Homologação do Processo Seletivo	20/08/2015 – 18h00min

ANEXO II

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I – CONHECIMENTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA – PARA TODAS AS FUNÇÕES

Leitura e Interpretação de texto. Acentuação gráfica. Ortografia. Substantivo, adjetivo, verbo e sinais de pontuação.

II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Noções básicas de conservação e manutenção. Noções básicas de higiene e limpeza. Equipamentos, utensílios e ferramentas empregados na limpeza de instalações, edifícios, pátios e terrenos. Uso adequado de produtos de limpeza. Carga, transporte e descarga de materiais. Higiene e segurança no trabalho.

FUNÇÃO: MOTORISTA – motocicletas e/ou automóveis – categoria “AB” ou “B”

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação; Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias; LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos. Dos equipamentos obrigatórios. Da Condução de Escolares. Dos Documentos de Porte Obrigatório. Da Habilitação. Das Penalidades. Das Infrações; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação; DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes. Leis da Física. Aquaplanagem. Tipos de Acidentes. PRIMEIROS SOCORROS: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. NOÇÕES DE MECÂNICA: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi. CONHECIMENTOS GERAIS DO VEÍCULO: Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção do veículo; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Sistema de Lubrificação; Arrefecimento; Transmissão; Suspensão; Direção; Freios; Pneus; Painel de instrumentos; Sistema Elétrico. TRANSPORTE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.

FUNÇÃO: MOTORISTA – caminhões – categoria “C”

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: Regras Gerais de Circulação; Normas Gerais de Circulação e Conduta; Regras de Preferência; Conversões; Dos Pedestres e Condutores não Motorizados; Classificação das Vias; LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: Dos Veículos; Registro, Licenciamento e Dimensões; Classificação dos Veículos. Dos equipamentos obrigatórios. Da Condução de Escolares. Dos Documentos de Porte Obrigatório. Da Habilitação. Das Penalidades. Das Infrações; SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO: A Sinalização de Trânsito; Gestos e Sinais Sonoros; Conjunto de Sinais de Regulamentação; Conjunto de Sinais de Advertência; Placas de Indicação; DIREÇÃO DEFENSIVA: Direção Preventiva e Corretiva; Automatismos; Condição Insegura e Fundamentos da Prevenção de Acidentes. Leis da Física. Aquaplanagem. Tipos de Acidentes. PRIMEIROS SOCORROS: Como socorrer; ABC da Reanimação; Hemorragias; Estado de Choque; Fraturas e Transporte de Acidentados. NOÇÕES DE MECÂNICA: O Motor; Sistema de Transmissão e Suspensão; Sistema de Direção e Freios; Sistema Elétrico, Pneus e Chassi. Especificidades mecânicas de caminhonetes e caminhões. CONHECIMENTOS GERAIS DO VEÍCULO: Noções sobre funcionamento de automóveis e caminhões; Conhecimentos Práticos de Operação e Manutenção de automóveis e caminhões; Procedimentos de Segurança; Funcionamento Básico dos Motores; Sistema de Lubrificação; Arrefecimento; Transmissão; Suspensão; Direção; Freios; Pneus; Painel de instrumentos; Sistema Elétrico. HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO.

PORTARIA Nº 1.075 DE 25 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº 1.075 de 25 de maio de 2015

DISCIPLINA E REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE PRODUTOS DE ALISAMENTO CAPILAR, RELAXAMENTO CAPILAR E ESCOVA PROGRESSIVA NO CURSO DE CABELEREIRO DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Secretaria Municipal de Educação do Município de São José, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, IV, da Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte portaria:

CONSIDERANDO o princípio de proteção integral do consumidor preconizado na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988, da Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica expressamente proibida, a utilização e aplicação, por parte dos professores, alunos, servidores e funcionários das escolas profissionais da Rede Municipal de Educação de São José, de qualquer produto químico, disponível no mercado, que tenha a finalidade de alisamento capilar, relaxamento capilar e escova progressiva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

São José (SC), 25 de maio de 2015

Meri Terezinha de Melo Hang

Secretária Municipal de Educação

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 02/FUNESJ/2015

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS Nº 02/FUNESJ/2015

A Prefeitura de São José, através da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José - FUNESJ, torna pública a retificação do Edital nº 02/FUNESJ/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), na Edição nº 1720, do dia 09 de Abril de 2015, que passa a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido edital:

NO ITEM 2. DA APRESENTAÇÃO E ENVIO DOS PROJETOS

Revoga-se a exigência do item 2.6.

São José (SC), 02 de Junho de 2015.

Andréa Luiza Grando

Superintendente da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José

Antenor Paes de Castro

Superintendente Adjunto da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José

TERMO ADITIVO/TA Nº 151/2014-02 – CC 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 151/2014-02 – CC 002/2014 - Processo 145/2014 – Contratado: GMC – GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA GERAL DO ALTO FORQUILHAS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS. Readequação – Supressão: ficam alterados os seguintes itens do Contrato nº 151/2014: 4, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 30, 38, 43 ao 46, 64, 67, 75, 82, 83, 85, 86, 88, 96 e 97, representando uma redução de 11,29245%, que corresponde à importância de R\$ 452.589,93 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e três centavos). Readequação Quantitativa: ficam alterados os seguintes itens: 1, 12, 16, 17, 32, 33, 42, 55 ao 62, 78 ao 80, 84, 87 e 95, representando um acréscimo de 5,15323% ao contrato original, importando em R\$ 206.536,40 (duzentos e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e quarenta centavos). Readequação Qualitativa: o Contrato nº 151/2014 contará com itens novos em seu projeto (98 ao 103), os quais representam 6,14% e perfazem a importância de R\$ 246.053,52 (duzentos e quarenta e seis mil, cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos). Do Valor: O Contrato nº 151/2014 se manterá no valor de R\$ 4.007.897,44 (quatro milhões, sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e quatro centavos). Data da assinatura: 22 de maio de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N.437/2015

RESOLUÇÃO Nº. 437, DE 01 DE JUNHO DE 2015.

INSTITUI PONTO FACULTATIVO.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. art. 74, II, “a”, 1, do Regimento Interno instituído pela Resolução nº. 164, de 20 de dezembro de 2005, resolve,

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO no dia 05 de junho de 2015 (sexta-feira), para o Poder Legislativo Municipal de São José/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, 01 de Junho de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2011, de 21 de setembro de 2011, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.002/2011, de 23 de Novembro de 2011, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL- 20 HS

GISELE HENICKA MIOLA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de junho de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.10/2015

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2015

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 10/2015, Edital de Pregão Nº 10/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: aquisição de medicamentos para farmácia básica, psicotrópicos, hipertensos e diabéticos para distribuição de livre demanda na farmácia básica. Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 14:00 horas do dia 16/06/2015. No mesmo horário será credenciado as proponentes, os representantes e realizado a abertura das propostas para lançamento no sistema. O início da etapa de lances e envelope de habilitação será às 08:00 horas do dia 17/06/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.
Fernando Julio Will
Responsável pelo FMS.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2015 - PR Nº 048/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/06/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 048/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER UMA SOLUÇÃO DE SUPORTE A REDE DE FIBRA ÓPTICA DA PREFEITURA, EQUIPAMENTOS, TORRES, ANTENAS E MANUTER E ESTENDER O PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC E NAS COMUNIDADES DO INTERIOR DA CIDADE. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 01 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015 - SRP - PR Nº 049/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 17/06/2015, às 16:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, Nº 049/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PINTURA EM PAREDES INTERNAS E EXTERNAS NAS ESCOLAS BÁSICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E, NOS CEMITÉRIOS MUNICIPAIS: SÃO LOURENÇO E JARDIM DA SAUDADE, DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 01 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2015 - TP Nº 011/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR os item 1.2.1, do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS ENG. Nº 011/2015. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS IRREGULARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, EM ÁREA TOTAL DE 7.836,61 M², A SER

REALIZADA EM PARTE DAS RUAS: PAULO LIBARDONI, ADELINO GROBE, SILVINO STANGHERLIN, ISAURA MORETTO FEUSER E ANTONIO BORGES DO BAIRRO SANTA CATARINA E DA RUA SALDANHA DA GAMA DO BAIRRO BRASÍLIA, TODAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL E CONTRATO DE REPASSE DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REFERENTE À EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO – CONTRATO DE REPASSE Nº 0303230-84/2009 E CONVÊNIO Nº 713757. (PUBLICADO NO DOM/SC EDIÇÃO Nº 1754, DIA 01/06/2015 – PAG. 521).

Onde consta:

"1.2.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, [...] ÁREA TOTAL DE 7.836,61 M²,"

Passe a constar

"1.2.1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, [...] ÁREA TOTAL DE 5.144,56M²,"

Sendo assim reabre-se o prazo legal para abertura das propostas, designando-se nova data para o dia 18/06/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 01 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.105, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

DECRETO Nº 5.105, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.220, de 29 de maio de 2015, e no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional proveniente do excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 243.750,00 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.27.812.4511.1.062.4.4.90.00.00.00.00.01.0034 121 Aplicação Direta R\$ 243.750,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 02 de junho de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.340/2015 - DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DA CHÁCARA URBANA N. 79-C, REGISTRADA SOB A MATRÍCULA Nº 41.911, DE PROPRIEDADE DE ALOISIO ROPKE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.340/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o REMEMBRAMENTO, dos lotes urbano nº 02-C, com área de 360,009m² e Lote urbano nº 01-C, com área de 360,009m², totalizando 720,018m², matrículas nºs 39.761 e 39.760, situado no perímetro urbano do município de São Miguel do Oeste - SC, de propriedade de CONAK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, passam a ter as seguintes confrontações: REMEMBRAMENTO:

Lote urbano 02-C, com área de 360,009m² e Lote urbano nº 01-C, com área de 360,009m², totalizando 720,018m², confrontando-se: ao NORTE, por linha seca de 46,50 mts com os Lote 02-B e Lote 01-B; ao LESTE, com a Rua Irmão Francisco Alberto, numa extensão de 10,715mts; ao SUDESTE, com as Ruas Irmão Francisco Alberto e Rua Oyapoque, por linha curva num raio de 5,00 mts; ao SUL, com a Rua Oyapoque numa extensão de 36,50 mts; ao SUDOESTE, com as Ruas Oyapoque e Rua Pedro Julian, por linha curva de 5,00 mts; ao OESTE; com a Rua Pedro Julian numa extensão de 10,715 mts

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.

Em, 29 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.132/2015 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A CONCEDER INCENTIVO FISCAL NA MODALIDADE DE ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS À EMPRESA IMOBAL – INDÚSTRIA DE MÓVEIS BALDISSERA LTDA COM SEDE NESTE MUNICÍPIO, COM O OBJETIVO DE AMPLIAÇÃO DE SUA EMPRESA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.132/2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, A CONCEDER INCENTIVO FISCAL NA MODALIDADE DE ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS À EMPRESA IMOBAL – INDÚSTRIA DE MÓVEIS BALDISSERA LTDA COM SEDE NESTE MUNICÍPIO, COM O OBJETIVO DE AMPLIAÇÃO DE SUA EMPRESA DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, com fundamento no art. 3º, I, 'a' da Lei Municipal n. 5.526 de 15/08/2005, autorizando a conceder a empresa Imobal – Indústria de Móveis Baldissera Ltda., inscrita no CNPJ n. 02.384.754/0001-18, Inscrição Estadual n. 253.518.733, Rod. SC 386, Km 0, Bairro Santa Rita, neste Município, o seguinte incentivo fiscal:

I – isenção do ISS, que tenha como fato gerador a edificação da Planta Industrial localizada na Linha Cruzinhas, autorizada pelo Alvará de Construção n 443/2014, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º Para cumprimento do presente incentivo, a empresa beneficiária, na qualidade de tomadora dos serviços de edificação, fica desobrigada de efetuar a retenção do ISS até o limite estabelecido no art. 1º, I, devendo apresentar junto ao Fisco Municipal, relatório mensal acompanhado das Notas Fiscais, indicando quais os serviços que foram beneficiados pela isenção.

Art. 3º A concessão do incentivo de natureza tributária instituída por esta Lei, em conformidade com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº. 101/2000 terá como compensação em igual valor, os recursos provindos da dotação abaixo especificada e constante da matéria orçamentária em execução.

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - FUMDEC

22.661.0346.2.043 – Programa de Incentivos Econômicos a Indústria

137 – 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas

Parágrafo Único. O Chefe do Executivo Municipal expedirá ato de contingenciamento através do bloqueio da dotação orçamentária na vigência desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 29 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

LEI Nº 7.133/2015 - DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DA CHÁCARA LETRA J, REGISTRADA SOB A MATRÍCULA Nº 40.499, DE PROPRIEDADE DE ELAINE REGINA BOFF, ROSANE MARIA BOFF, ELDER ALBERTO BOFF, IRACENIR GALO BOFF E ELSON ROBERTO BOFF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.133/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DA CHÁCARA LETRA J, REGISTRADA SOB A MATRÍCULA Nº 40.499, DE PROPRIEDADE DE ELAINE REGINA BOFF, ROSANE MARIA BOFF, ELDER ALBERTO BOFF, IRACENIR GALO BOFF E ELSON ROBERTO BOFF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO, de parte da Chácara Letra J, com área total de 8.778,00m², sito na Rua Theodoro Skazinski, Bairro São Sebastião, Município de São Miguel do Oeste, inscrita na Matrícula nº 40.499, de propriedade de ELAINE REGINA BOFF, ROSANE MARIA BOFF, ELDER ALBERTO BOFF, IRACENIR GALO BOFF e ELSON ROBERTO BOFF.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o artigo anterior, com área total de 8.778,00m², passa a vigorar com o seguinte fracionamento:

I – 2.382,65m², correspondente à área desmembrada;

II – 6.395,35m², correspondente à área remanescente.

Art 3º As áreas desmembrada e remanescente ora criadas, passarão a ter as seguintes características e confrontações:

I – Área Desmembrada: LOTE URBANO Nº J-1, com área total de 764,83m², sendo 468,68m² de área não edificável e 296,15m² de área edificável, confrontando: Ao Norte, com a Rua Theodoro Skazinski, medindo 15,30m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº J – 2, por linha seca, medindo 42,51m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 85 - E, por linha seca, medindo 19,51m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº 60 H6, por linha seca, medindo 48,71m;

II – Área Desmembrada: LOTE URBANO Nº J-2, com área total de 587,08m², sendo 232,54m² de área não edificável e 354,54m² de área edificável, confrontando: Ao Norte, com a Rua Theodoro Skazinski, medindo 14,40m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº J – 3, por linha seca, medindo 40,19m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 85 - E, por linha seca, medindo 14,97m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº J - 1, por linha seca, medindo 42,51m;

III – Área Desmembrada: LOTE URBANO Nº J-3, com área total de 548,54m², sendo 138,59m² de área não edificável e 409,95m² de área edificável, confrontando: Ao Norte, com a Rua Theodoro Skazinski, medindo 14,31m; Ao Leste, com o Lote Urbano nº J – 4, por linha seca, medindo 39,43m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 85 - E, por linha seca, medindo 14,53m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº J - 2, por linha seca, medindo 40,19m;

IV – Área Desmembrada: LOTE URBANO Nº J-4, com área total de 482,20m², sendo 76,77m² de área não edificável e 405,43m² de área edificável, confrontando: Ao Norte, com a Rua Theodoro Skazinski, medindo 13,00m; Ao Leste, com parte da Chácara Letra J, por linha seca, medindo 40,00m; Ao Sul, com parte do Lote Rural nº 85 - E, por linha seca, medindo 12,80m; Ao Oeste, com o Lote Urbano nº J - 3, por linha seca, medindo 39,43m;

V – Área Remanescente: PARTE DA CHÁCARA LETRA J, com área total de 6.395,35m² não edificáveis, confrontando: Ao Norte, com

o Lote n. 07, com a Rua José Felipe Belusso e com parte do Lote n. 06, por linha seca, medindo 71,95m; Ao Leste, com parte da Chácara Letra J e com a projeção da Rua Theodoro Skazinski, por linha seca, medindo 85,33m; Ao Sul, com parte da Chácara Letra J, pela Rua Theodoro Skazinski, medindo 77,46m; Ao Oeste, com a Rua Theodoro Skazinski, com o Lote n. 60 H5 e com parte do Lote n. 60 H3, por linha seca, medindo 70,26m;

Art. 4º Os proprietários ficam responsáveis pela execução das obras necessárias à implantação e registro do presente desmembramento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 29 de maio de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

LEI Nº 7.134/2015 - DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DA CHÁCARA URBANA N. 79-C, REGISTRADA SOB A MATRÍCULA Nº 41.911, DE PROPRIEDADE DE ALOISIO ROPKE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 7.134/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DA CHÁCARA URBANA N. 79-C, REGISTRADA SOB A MATRÍCULA Nº 41.911, DE PROPRIEDADE DE ALOISIO ROPKE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO, de parte da Chácara Urbana n. 79 - C, com área total de 4.697,70m², sito na Rua Pio XII, Bairro Estrela, Município de São Miguel do Oeste, inscrita na Matrícula nº 41.911, de propriedade de Aloisio Ropke.

Art. 2º Os lotes, ora criados, pelo desmembramento do imóvel descrito no artigo primeiro, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I – Área Desmembrada: Lote Urbano nº 79-C-1, com área total de 338,00m², confrontando: Ao Norte, com parte da mesma Chácara nº 79-C, medindo 13,00m; Ao Leste, com a Rua Silva Jardim, medindo 26,00m; Ao Sul, com a Rua Pio XII, medindo 13,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 79-C-02, medindo 26,00m;

II – Área Desmembrada: Lote Urbano nº 79-C-2, com área total de 338,00m², confrontando: Ao Norte, com parte da mesma Chácara nº 79-C, medindo 13,00m; Ao Leste, com o Lote n. 79-C-01, medindo 26,00m; Ao Sul, com a Rua Pio XII, medindo 13,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 79-C-03, medindo 26,00m;

III – Área Desmembrada: Lote Urbano nº 79-C-3, com área total de 338,00m², confrontando: Ao Norte, com parte da mesma Chácara nº 79-C, medindo 13,00m; Ao Leste, com o Lote n. 79-C-02, medindo 26,00m; Ao Sul, com a Rua Pio XII, medindo 13,00m; Ao

Oeste, com o Lote n. 79-C-04, medindo 26,00m;

IV - Área Desmembrada: Lote Urbano nº 79-C-4, com área total de 338,00m², confrontando: Ao Norte, com parte da mesma Chácara nº 79-C, medindo 13,00m; Ao Leste, com o Lote n. 79-C-03, medindo 26,00m; Ao Sul, com a Rua Pio XII, medindo 13,00m; Ao Oeste, com o Lote n. 79-C-05, medindo 26,00m;

V - Área Desmembrada: Lote Urbano nº 79-C-5, com área total de 360,17m², confrontando: Ao Norte, com parte da mesma Chácara nº 79-C, medindo 12,67m; Ao Leste, com o Lote n. 79-C-04, medindo 26,00m; Ao Sul, com a Rua Pio XII, medindo 15,03m; Ao Oeste, com parte do Bloco nº 10, medindo 26,12m;

VI -Área Verde: Parte da Chácara nº 79-C, com área total de 757,70m², destinada a Área Verde, referente as Matrículas Imobiliárias n. 41.911, 41.912 e 41.913, confrontando: Ao Norte, com parte da Chácara nº 79-A, por uma estrada, medindo 63,70m; Ao Leste, com a Rua Silva Jardim, medindo 12,69m; Ao Sul, com parte da mesma Chácara nº 79-C, medindo 64,92m; Ao Oeste, com parte do Bloco nº 10, medindo 12,25m;

VII -Área Remanescente: Parte da Chácara nº 79-C, com área total de 2.226,83m², sendo 285,65m² de área não edificável, confrontando: Ao Norte, com parte da mesma Chácara nº 79-C, medindo 64,92m; Ao Leste, com a Rua Silva Jardim, medindo 23,28m; Ao Sul, com os Lotes Urbanos n. 79-C-01, 79-C-02, 79-C-03, 79-C-04 e 79-C-05, medindo 64,67m; Ao Oeste, com parte do Bloco nº 10, medindo 47,37m;

Art. 3º Os proprietários ficam responsáveis pela execução das obras necessárias à implantação e registro do presente desmembramento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em 29 de maio de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO
Secretário da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 20/2015
IDISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2015

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do seu Gestor, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Contratação de serviços de internação em residência inclusiva conforme Determinação Judicial Autos nº 0600042-86.2014.8.24.0067 para internação compulsória do menor do Município de São Miguel do Oeste - SC, para o período de 09 meses. Contratado: THOMAZ JULIANN BONCOMPAGNI - ME. Valor Mensal de R\$ 7.500,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste - SC, 02 de junho de 2015.

Airton José Macarini Segundo
Gestor do Fundo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 77/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para pavimentação com pedras irregulares nas Ruas: Sete de Setembro, Osvaldo Aranha, Hélio Wassun, perímetro urbano, cfe Contrato de Repasse n. 803022/2014/Ministério das Cidades/Caixa, Processo nº 2623.1015692-93/2014, de acordo com o Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 26 de junho de 2015.

Abertura: às 09 hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 02 de junho de 2015

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 42.2015

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 42/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto FORNECIMENTO E PLANTIO de mudas de flores a serem distribuídas pelo Município, de acordo com os quantitativos e termo de referência do anexo I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 17/06/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos emails: compras@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h.

São Pedro de Alcântara, 02/06/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2015-FMS

PROCESSO Nº. 41/2015-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição e instalação de plataforma elevatória de carga veicular para vans, para portadores de deficiência física, a ser instalada na parte trazeira do veículo, com comando através de botoeira ou controle remoto, com acionamento eletro-hidráulico. Capacidade de carga de 150 a 400kg, elevação de 12 VDC, com moto bomba inclusa, possuindo uma área plana de 1000mm de comprimento. O modelo de veículo a ser adaptado é I/M BENS 313 CDI Sprinter, ano 2005, modelo 2006 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 18 de junho de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 18 de junho de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 03 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.335/2015 DE 29 DE MAIO DE 2015

DECRETO Nº 3.335/2015 de 29 de maio de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalacoes R\$ 20.000,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de maio de 2015.

OSVALDO JURCK ELMER

Prefeito Municipal

SANDRO QUADROS

Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 133/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 133/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 60/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 29/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIGICROM ANALITICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 60.160.546/0001-31, estabelecida na rua dos Marianos, nº 227, Campo Grande, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.691-110.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de turbidímetro portátil, cubetas para utilização em aparelhos existentes na ETA e solução padrão para calibração dos equipamentos existentes, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
7	Kits de calibragem solução Pt/Co padrão, frascos selados com: 0 Pt/Co, 10 Pt/Co, 50 Pt/Co, 100 Pt/Co, 500 Pt/Co. Para calibrar aparelho Modelo DM-Cor Marca Digimed.	1	Unid.	680,00	680,00
8	Cubetas para análise de cor Modelo do aparelho DM-Cor Marca Digimed. Caixa com 03 unidades- Código: 40601210003	5	Unid.	350,00	1.750,00
TOTAL R\$				2.430,00	

Valor do contrato: R\$ 2.430,00 (dois mil quatrocentos e trinta reais)

Data da Assinatura: 02/06/2015 – Vigência: 02/06/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 134/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 134/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 60/2015–PMS – Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 29/2015–PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HEXIS CIENTÍFICA S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 53.276.010/0001-10, estabelecida na Avenida Antonieta Piva Barranqueiros, nº. 385, Distrito Industrial, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP: 13208-090.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de turbidímetro portátil, cubetas para utilização em aparelhos existentes na ETA e solução padrão para calibração dos equipamentos existentes, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII – Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
3	Cubetas para volume 25 mL com tampa para análises de cloro e flúor no aparelho DR890 Marca Hach. Caixa com 06 unidades A referencia da cubeta é CAT. No.24019	3	Unid.	340,00	1.020,00
4	Cubetas para análise de turbidez para aparelho modelo 2100P marca Hach. Cubetas, 1" com tampa. Caixa com 06 unidades Ref:24347	3	Unid.	275,00	825,00
5	Cubetas para análise de cloro Modelo do aparelho Pocket II marca Hach. Caixa com 06 unidades. Referência:24276	3	Unid.	228,00	684,00
6	Kits de calibragem Stabl cal, frascos selados: < 0,1NTU, 20NTU, 100NTU, 800NTU. Para calibrar aparelho Modelo 2100P marca Hach. Referência 26594-10. Com validade mínima de 2 anos após a sua data de fabricação.	1	Unid.	1.200,00	1.200,00

9	<p>Turbidímetro portátil, com diplay em português, para realizar leituras de turbidez em água tratada e água bruta segundo princípio nefelométrico. O turbidímetro ofertado deverá atender a metodologia citada no artigo 22º da portaria 2914 de 12/12/2011 MS.</p> <p>Visor em cristal líquido</p> <p>Fonte de luz lâmpada com filamento de tungstênio.</p> <p>Capacidade de armazenamento de no mínimo 500 leituras na memória. Permite a transferência de dados para PC, Impressora ou Pen Drive</p> <p>Possui função lembrete de calibração, a todo o momento no display com as leituras de turbidez, de forma autônoma, quando é necessário efetuar a calibração do equipamento. Deve ainda possuir a função de informar através de um lembrete programável pelo usuário quando a checagem deve ser realizada, para fins de cumprimento de normas ABNT - ISO 17025;</p> <p>O equipamento deverá se desligar automaticamente em no máximo 6 minutos, quando fora de uso;</p> <p>Especificações:</p> <p>Faixa de medição: 0,01 a 1000NTU</p> <p>Resolução: 0,01NTU</p> <p>Precisão: ± 2%</p> <p>Repetibilidade em faixa baixa (0-10NTU) ± 1% ou 0,01 NTU sem a necessidade de calibração das cubetas</p> <p>Faixa de leitura: 0 a 1000 NTU;</p> <p>O equipamento deve permitir mudança de faixa de leitura manualmente e automaticamente em toda a escala de medição;</p> <p>Grau de Proteção do gabinete: IP67 integral (O mesmo deverá permitir a submersão até 1 metro por 30 min com a tampa fechada) sem a necessidade de ajustes, torques em parafusos ou acessórios para garantir a proteção. Será testado no ato da inicialização do mesmo;</p> <p>O turbidímetro deverá vir acompanhado com seis cubetas calibradas com tampas rosqueáveis para realização dos ensaios;</p> <p>Calibração automática ou manual com padrões prontos que devem acompanhar o aparelho;</p> <p>Padrões de Formazina Estabilizada nas concentrações necessárias de acordo com o fabricante para efetuar a calibração do aparelho;</p> <p>Deve possuir a função de calibração com um único padrão, para medições abaixo de 50 NTU. Padrão deve ser fornecido pelo vencedor desta licitação;</p> <p>Manual de instruções em português;</p> <p>Alimentação: 220 V e opção de bateria ou pilha</p> <p>Bateria ou pilhas para trabalho em campo;</p> <p>Eliminador de Bateria;</p> <p>Maleta de transporte resistente a choques;</p> <p>O equipamento deverá ser inicializado por técnico da empresa fornecedora, que deverá fornecer treinamento sobre operação e manutenção periódica, inserção de curva, com treinamento mínimo de 3 horas com os custos embutidos no valor de fornecimento;</p> <p>Assistência técnica deverá ser oferecida no Brasil;</p> <p>Garantia de 1 ano contra quaisquer defeitos de fabricação;</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido calibrado com certificado de calibração pela RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou rastreável;</p>	1	Unid.	5.400,00	5.400,00
TOTAL R\$	9.129,00				

Valor do contrato: R\$ 9.129,00 (nove mil cento e vinte e nove reais)

Data da Assinatura: 02/06/2015 – Vigência: 02/06/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 135/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 135/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 47/2015-PMS - Processo nº. 105/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIVISORIAS TAMAROZI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.618.449/0001-67, estabelecida na rua Adão Noroschny, nº 11, sala 02, Bairro Vila Lenzi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.252-510.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de divisórias para atender as

necessidades de Secretaria Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Fornecimento de materiais e montagem de 44m, divisória Eucatex perfil naval contendo montagem de 4 portas completa de eucatex perfil naval	01	Unidade	772,00	772,00
TOTAL R\$	772,00				

Valor do contrato: R\$ 772,00 (setecentos e setenta e dois reais).

Data da Assinatura: 02/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 52/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 52/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 42/2015–FMS - Dispensa de Licitação nº. 22/2015–FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GUINDASTES JARAGUÁ LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 02.094.220/0001-57, estabelecida na Rua Angelo Rubini, Bairro Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.260-000.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada em serviço de guindaste médio para colocação de tampa da caixa d'água da Unidade Básica de Saúde do Município de Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de guindaste médio, para colocação de tampa de caixa d' água de 25 000 litros, há como chegar perto da caixa d' água, a altura em que se encontra comparada a aproximadamente um prédio de dois andares e meio, será necessário utilizar uma concha para retirar a tampa quebrada de dentro da caixa d' água e parafusar a nova tampa.	1	Unidade	750,00	750,00
02	Serviço de guindaste médio.	5	Hora	150,00	750,00
VALOR R\$ TOTAL	1.500,00				

Valor do contrato: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Data da Assinatura: 02/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 51/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 51/2015-FMS

Chamada Publica nº. 01/2015 –FMS - Processo nº. 19/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SAÚDE POPULAR CENTRAL DE CONSULTAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 13.374.454/0001-74, estabelecida na Rua Wendenlin Reiner nº 78, Bairro Centro Sul, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP 89.275-000.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na seleção e possível contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS

para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO
01	Consulta especializada em OFTALMOLOGIA (incluso na consulta: fundoscopia, tonometria, acuidade visual*). * Potencial de acuidade visual a parte, se necessário.	80,00

Data da Assinatura: 01/06/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.104/2015

LEI No2.104/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC/CIDADES.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC/CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de veículo especial para o transporte de pessoas na área da saúde, construção de salas de aulas, pavimentação asfáltica, centros comunitários, praças e parques.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC/CIDADES, até o montante de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC/CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº2.099/2015.

Schroeder, 2 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 6.073/2015, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

PORTARIA Nº 6.073/2015, DE 02 DE JUNHO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Jean Carlos Floriano, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Educação, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 02 de junho de 2015.

OSVALDO JURCK	MAYKEL ROBERTO LAUBE
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ANULAÇÃO CONCORRÊNCIA 01/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**CONCORRÊNCIA
Nr.: 1/2015 - CC**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 43/2015
Data do Processo: 11/03/2015

Objeto: outorga de permissão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da lei municipal nos termos da Lei Municipal n.º 1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal n.º 8.987, de 13/02/1995 e Convênio n.º 15.743/2007-0.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 7 / 2015

Motivo: Anulação devido a duas tentativas de abertura, uma deserta e uma frustrada.

Schroeder, 2 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ATA CONCORRÊNCIA 01/2015-PMS (SEQUÊNCIA 03)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2015 - CC
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 43/2015 Data do Processo: 11/03/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 74/2015 (Sequência: 3)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da lei municipal nos termos da Lei Municipal n.º 1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal n.º 8.987, de 13/02/1995 e Convênio n.º 15.743/2007-0.

A comissão reuniu-se conforme ata nº 71/2015, sequência 02 de 25 de maio 2015. Sendo aberto o envelope da proposta comercial da empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME. Constatou-se que a empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME não apresentou proposta comercial, sendo que dentro do envelope de proposta apenas cópias simples dos documentos dos veículos pertencentes a empresa. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata a empresa participante.

Schroeder, 2 de Junho de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

VALMOR MILLNITZ	- - Representante
-----------------	-------------------------

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 29/2015-PMS

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Número do Registro de Preços: 30/2015		Data do Registro: 02/06/2015		Válido até: 02/06/2016				
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de turbidímetro portátil, cubetas para utilização em aparelhos existentes na ETA e solução padrão para calibração dos equipamentos existentes, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e G						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
3	Cubetas para volume 25 mL com tampa para análises de cloro e flúor no aparelho DR890 Marca Hach.Caixa com 06 unidades A referência da cubeta é CAT. No.24019	UN	HEXIS CIENTÍFICA S/A (10262)	Hach	0	340,0000	1	
4	Cubetas para análise de turbidez para aparelho modelo 2100P marca Hach. Cubetas, 1" com tampa. Caixa com 06 unidades Ref:24347	UN	HEXIS CIENTÍFICA S/A (10262)	Hach	0	275,0000	1	
5	Cubetas para análise de cloro Modelo do aparelho Pocket II marca Hach. Caixa com 06 unidades. Referência:24276	UN	HEXIS CIENTÍFICA S/A (10262)	Hach	0	228,0000	1	
6	Kits de calibragem Stabl cal, frascos selados: < 0,1NTU, 20NTU, 100NTU, 800NTU. Para calibrar aparelho Modelo 2100P marca Hach. Referência 26594-10. Com validade mínima de 2 anos após a sua data de fabricação.	UN	HEXIS CIENTÍFICA S/A (10262)	Hach	0	1.200,0000	1	
7	Kits de calibragem solução Pt/Co padrão, frascos selados com: 0 Pt/Co, 10 Pt/Co, 50 Pt/Co, 100 Pt/Co, 500 Pt/Co. Para calibrar aparelho Modelo DM-Cor Marca Digimed.	UN	DIGICROM ANALITICA LTDA (12350)		0	680,0000	1	
8	Cubetas para análise de cor Modelo do aparelho DM-Cor Marca Digimed. Caixa com 03 unidades.Código: 406012/10003	UN	DIGICROM ANALITICA LTDA (12350)		0	350,0000	1	

Página: 2/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Número do Registro de Preços: 30/2015 Data do Registro: 02/06/2015 Válido até: 02/06/2016

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de turbidímetro portátil, cubetas para utilização em aparelhos existentes na ETA e solução padrão para calibração dos equipamentos existentes, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e G

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	<p>Turbidímetro portátil, com display em português, para realizar leituras de turbidez em água tratada e água bruta segundo princípio nefelométrico. O turbidímetro ofertado deverá atender a metodologia citada no artigo 22º da Portaria 2914 de 12/12/2011 MS.</p> <p>Visor em cristal líquido</p> <p>Fonte de luz lâmpada com filamento de tungstênio.</p> <p>Capacidade de armazenamento de no mínimo 500 leituras na memória. Permite a transferência de dados para PC, Impressora ou Pen Drive</p> <p>Possui função lembrete de calibração, a todo o momento no display com as leituras de turbidez, de forma autônoma, quando é necessário efetuar a calibração do equipamento.</p> <p>Deve ainda possuir a função de informar através de um lembrete programável pelo usuário quando a checagem deve ser realizada, para fins de cumprimento de normas ABNT - ISO 17025;</p> <p>O equipamento deverá se desligar automaticamente em no máximo 6 minutos, quando fora de uso;</p> <p>Especificações:</p> <p>Faixa de medição: 0,01 a 1000NTU</p> <p>Resolução: 0,01NTU</p> <p>Precisão: ± 2%</p> <p>Repetibilidade em faixa baixa (0-10NTU) ± 1% ou 0,01 NTU sem a necessidade de calibração das cubetas</p> <p>Faixa de leitura: 0 a 1000 NTU;</p> <p>O equipamento deve permitir mudança de faixa de leitura manualmente e automaticamente em toda a escala de medição;</p> <p>Grau de Proteção do gabinete: IP67 Integral (O mesmo deverá permitir a submersão até 1 metro por 30 min com a tampa fechada) sem a necessidade de ajustes, torques em parafusos ou acessórios para garantir a proteção. Será testado no ato da inicialização do mesmo;</p> <p>O turbidímetro deverá vir acompanhado com seis cubetas calibradas com tampas rosqueáveis para realização dos ensaios;</p> <p>Calibração automática ou manual com padrões prontos que devem acompanhar o aparelho;</p> <p>Padrões de Fomazina Estabilizada nas concentrações necessárias de acordo com o fabricante para efetuar a calibração do aparelho;</p> <p>Deve possuir a função de calibração com um único padrão, para medições abaixo de 50 NTU. Padrão deve ser fornecido pelo vencedor desta licitação;</p> <p>Manual de instruções em português;</p> <p>Alimentação: 220 V e opção de bateria ou pilha</p> <p>Bateria ou pilhas para trabalho em campo;</p> <p>Eliminador de Bateria;</p> <p>Maleira de transporte resistente a choques;</p> <p>O equipamento deverá ser inicializado por técnico da empresa fornecedora, que deverá fornecer treinamento sobre operação e manutenção periódica, inserção de curva, com treinamento mínimo de 3 horas com os custos embutidos no valor de fornecimento;</p> <p>Assistência técnica deverá ser oferecida no Brasil;</p> <p>Garantia de 1 ano contra quaisquer defeitos de fabricação;</p> <p>O equipamento deverá ser fornecido calibrado com certificado de calibração pela RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou rastreável;</p>	UN	HEXIS CIENTIFICA S/A (10262)	Hach	0	5.400.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Número do Registro de Preços: 30/2015		Data do Registro: 02/06/2015		Válido até: 02/06/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de turbidímetro portátil, cubetas para utilização em aparelhos existentes na ETA e solução padrão para calibração dos equipamentos existentes, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento e G							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2015
PROCESSO Nº 60/2015
(10262) - HEXIS CIENTÍFICA S/A
(12350) - DIGICROMANALITICA LTDA

Schroeder, 2 de Junho de 2015.

DISPENSA 22/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 22/2015 - DL**Processo Nr.: 42/2015
Data: 02/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: GUINDASTES JARAGUÁ LTDA
Endereço: RUA ÂNGELO RUBINI, 550
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 02.094.220/0001-57

Código: 10368

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em serviço de guindaste médio para colocação de tampa da caixa d'água da Unidade Básica de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Serviço de guindaste médio, para colocação de tampa de caixa d' água de 25 000 litros, há como chegar perto da caixa d' água, a altura em que se encontra comparada a aproximadamente um prédio de dois andares e meio, será necessário utilizar uma concha para retirar a tampa quebrada de dentro da caixa d' água e parafusar a nova tampa.	UN	750,00	750,00
2	5,00	Serviço de guindaste médio.	H	150,00	750,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A solicitação de serviço de guindaste médio para colocação da tampa da caixa d' água da Unidade Básica de Saúde, devido a mesma estar quebrada e por questões de saúde e sanitárias a mesma deve ser colocada com urgência, necessitando de um guindaste para o serviço, visto que encontra-se em um local muito alto e de difícil acesso.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 2 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 22/2015 - DL

Processo Nr.: 42/2015
Data: 02/06/2015

Folha: 2/2

02/06/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 2 de Junho de 2015

Valor da Despesa:

1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA Nº 47/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 47/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 105/2015
Data: 02/06/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: DIVISORIAS TAMAROZI LTDA - ME
Endereço: R ADAO NOROSCHNY, 11 - SALA 02
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 07.618.449/0001-67

Código: 11798

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada no fornecimento e montagem de divisórias para atender as necessidades de Secretaria Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Fornecimento de materiais e montagem de 44m, divisória Eucatex perfil naval contendo montagem de 4 portas completa de eucatex perfil naval	UN	772,00	772,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Tais objetos são de necessidade para manutenção das ações culturais do Município de Schroeder.

Schroeder, 2 de Junho de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 47/2015 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 105/2015 Data: 02/06/2015
Folha: 2/2	

21/5/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 21 de Maio de 2015

Valor da Despesa:

772,00 (setecentos e setenta e dois reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

RELAÇÃO DAS COMPRAS MÊS 05-2015-FMSA

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTARelação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maior/2015**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.668/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE MC	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR DE MÉDIA E BAIXA COMPLEXIDADE, COM A UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS, COM ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS; INTERNAÇÕES, APLICAÇÃO DE MEDICAMENTOS BÁSICA AMBULATORIAL, ATENDIMENTO HUMANIZADO, TRANSFERÊNCIA DE PACIENTE EM CASOS GRAVES A OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE, COM ACOMPANHAMENTO DE MÉDICOS E EQUIPE DE ENFERMAGEM, RAIOS-X NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 24 HORAS, BEM COMO NOS FINAIS DE SEMANA E FÉRIAS O PACIENTE SERÁ LIBERADO DO PLANTÃO COM A PRESCRIÇÃO DO TRATAMENTO NECESSÁRIO E COM REFERÊNCIA AO PROFISSIONAL MÉDICO DA UNIDADE.	318	8,000	7.500,0000	60.000,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ATADURA 10cm x 1,80m 13 FIOSCMF 100% ALGODÃO 17,8G EMBALADA INDIVIDUALMENTE	328	400,000	0,4890	195,60
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ATADURA 15cm x 1,80m 13 FIOSCMF 100% ALGODÃO 32,7G EMBALADA INDIVIDUALMENTE	328	300,000	0,9000	270,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ATADURA 8cm x 1,80m 13 FIOSCMF 100% ALGODÃO 17,8G EMBALADA INDIVIDUALMENTE	328	300,000	0,3790	113,70
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	CATETER	328	5,000	0,7000	3,50
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	CATETER PARA OXIGÊNIO Nº 10	328	5,000	0,7000	3,50
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	CATETER PARA OXIGÊNIO Nº 12	328	10,000	0,7000	7,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	CATETER PARA OXIGÊNIO Nº 6	328	5,000	0,7000	3,50
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	CATETER PARA OXIGÊNIO Nº 8	328	5,000	0,7000	3,50
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	DESCARTEX	328	100,000	3,4000	340,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	EQUIPO MICRO GOTAS COM RESPIRO E FILTRO	328	100,000	0,9300	93,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ESCALP Nº 23	328	500,000	0,2490	124,50
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	ESPARADRAPO 5cm X 4,5m	328	100,000	3,7500	375,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	FIO CIRURGICO CAT. GUT. 3.0	328	4,000	76,6500	306,60
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	FITA MICROPORE 2,5cm X 10m	328	200,000	2,5000	500,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	Fralda geriátrica tamanho G, cintura de 80 até 150 cm, peso de 70 até 90 kg. Composição: camada interna de não tecido e sim de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorvente, barreira protetora de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplásticos, fita adesiva para fixação e com formato anatômico. Pacote com 08 fraldas.	328	250,000	9,9000	2.475,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	LUA DE PROCEDIMENTO ø100 un "G"	328	80,000	20,0000	1.600,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	LUA ESTÉRIL Nº 7.5	328	100,000	1,8000	180,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	PRESERVATIVO SEM LUBRIFICAÇÃO CX COM 100 UND	328	3,000	30,0000	90,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	SERINGA DESCARTÁVEL P/ INSULINA COM 50UND E AGULHA FIXA 13/4,5MM	328	1,000,000	0,4800	480,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	SONDA NASOGASTRICA Nº 18	328	10,000	0,7000	7,00
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	SONDA NASOGASTRICA Nº 20	328	15,000	0,7000	10,50
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	SONDA URETRAL DE ALVIO Nº 16	328	15,000	0,5800	8,70
CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA	SONDA URETRAL DE ALVIO Nº 20	328	15,000	0,7000	10,50
DAMEDÍ DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	ABOCATH Nº 24	326	50,000	0,6445	32,23
DAMEDÍ DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	AGULHA 25x60 CAIXA C/100	326	30,000	6,1600	184,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	AGULHA 25x70 CAIXA C/100	326	100,000	7,3600	736,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	ÁLCOOL 70%	326	50,000	3,3000	165,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	CATETER NAZAL PARA OXIGÊNIO TIPO ÓCULOS	326	20,000	0,8210	16,42
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	ESCALP	326	100,000	0,2784	27,84
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	ESPARADRAPO 10cm X 4,5m	326	100,000	4,8160	481,60
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	ESPÁTULA DE AYRES PCT COM 100 UND	326	10,000	4,9100	49,10
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	FIO CIRÚRGICO CAT. GUT. 4.0	326	4,000	75,9700	303,88
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	FIO CIRÚRGICO MANONYLON 2.0	326	1,000	26,0232	26,02
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	FIO CIRÚRGICO MANONYLON 4.0	326	8,000	25,9900	207,92
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	FITA CREPE PARA AUTOCLAVE	326	30,000	2,5210	75,63
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	FITA HOSPITALAR	326	100,000	2,5200	252,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	LÂMINA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 11 CX C/ 100UND	326	4,000	15,4009	61,60
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	LÂMINA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 15 CX C/ 100UND	326	2,000	15,4009	30,80
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	LÂMINA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 23 CX C/ 100UND	326	2,000	15,4009	30,80
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	LUVA DE PROCEDIMENTO c/100 un 'p"	326	200,000	16,9960	3.399,20
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	LUVA ESTÉRIL Nº 7.0	326	50,000	1,0221	51,11
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	POVIDINE	326	10,000	14,0900	140,90
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	POVIDINE TÓPICO	326	50,000	14,0000	700,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SERINGA DESCARTÁVEL 20ml SEM AGULHA, SEM ROSCA	326	1,000,000	0,3620	362,00
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA FOLLEY Nº 18 2 VIAS	326	20,000	2,0721	41,44
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA NASOGASTRICA Nº 06	326	10,000	0,4620	4,62
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA NASOGASTRICA Nº 08	326	10,000	0,4620	4,62
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA NASOGASTRICA Nº 10	326	10,000	0,4990	4,99
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA NASOGASTRICA Nº 14	326	10,000	0,6860	6,86
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA NASOGASTRICA Nº 16	326	10,000	0,5880	5,88
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 04	326	5,000	0,4284	2,14
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 06	326	5,000	0,4284	2,14
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 10	326	5,000	0,4900	2,45
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 12	326	15,000	0,4900	7,35
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 14	326	15,000	0,4900	7,35
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	SONDA URETRAL DE ALÍVIO Nº 18	326	10,000	0,6440	6,44
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	TERMOMETRO DIGITAL	326	20,000	12,3900	247,80
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	TUBO ENDOTRAQUEAL 4.5	326	1,000	2,5480	2,55
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	TUBO ENDOTRAQUEAL 6.0	326	1,000	2,5480	2,55
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	TUBO ENDOTRAQUEAL 7.5	326	1,000	2,5480	2,55
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	XILOCAINA	326	50,000	2,1560	107,80
DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENT	ABAIXADOR DE LINGUA PACOTE C/100 UNIDADES	324	50,000	3,1500	157,50
DENTAL OESTE LTDA	ÁGUA PARA AUTOCLAVE GALÃO 5 LITROS	324	75,000	7,4000	555,00
DENTAL OESTE LTDA	AGULHA 13x4 CAIXA C/100	324	50,000	6,1500	307,50
DENTAL OESTE LTDA	AGULHA 30x80 CAIXA C/100	324	2,000	14,0500	28,10

Página: 3/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
DENTAL OESTE LTDA	BENJOIN	324	10,000	42,1000	421,00
DENTAL OESTE LTDA	BROCAS PARA ALTA ROTAÇÃO TIPO CONE INVERTIDO	366	20,000	5,9800	119,60
DENTAL OESTE LTDA	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO (COMPOSIÇÃO RADIOPACA) 1	366	3,000	30,8000	92,40
	TUBO DE PASTA BASE COM 13GR, 1 TUBO DE PASTA CATALISADORA				
	11GR, 1 BLOCO DE MISTURA				
DENTAL OESTE LTDA	CLORIDRATO DE ARTACAÍNA 4% COM EPINEFRINA 1:200.000	366	15,000	78,6000	1.179,00
	(ANESTÉSICO INJETÁVEL) (Caixa com 50und.)				
DENTAL OESTE LTDA	ESPECULO VAGINAL P SEM LUBRIFICANTE EMBALADO INDIVIDUAL	324	900,000	1,2480	1.123,20
DENTAL OESTE LTDA	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLIZADO	366	10,000	21,4600	214,60
DENTAL OESTE LTDA	FIXADOR CITOLOGICO 100ml SPRAY	324	5,000	5,8800	29,40
DENTAL OESTE LTDA	FORCEPS N. 65	366	2,000	45,0000	90,00
DENTAL OESTE LTDA	INDICADOR QUÍMICO MULTIPARAMETRO	324	100,000	5,0000	500,00
DENTAL OESTE LTDA	LÂMINA COM EXTREMIDADE FOSCA CX C/ 100UND	324	10,000	4,2100	42,10
DENTAL OESTE LTDA	LENÇOL HOSPITALAR DESCARTÁVEL, ROLO DE 70CM/50M 100%	324	50,000	10,2500	512,50
	CELULOSE VIRGEM, BRANCO (NÃO RECICLADO)				
DENTAL OESTE LTDA	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL	324	400,000	0,0900	36,00
DENTAL OESTE LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO SEM FILME 60 X 200m	324	2,000	274,5000	549,00
DENTAL OESTE LTDA	PAPEL TUBULAR 10cm X 100m	324	10,000	40,2600	402,60
DENTAL OESTE LTDA	PAPEL TUBULAR 12cm X 100m	324	5,000	48,8200	244,10
DENTAL OESTE LTDA	PAPEL TUBULAR 20cm X 50m	324	3,000	40,1900	120,57
DENTAL OESTE LTDA	PAPEL TUBULAR GRAU CIRÚRGICO COM FILME 5cm X 100m	324	4,000	20,5800	82,32
DENTAL OESTE LTDA	PASTA PROFILÁTICA SABOR MENTA E TUTTI FRUTTI	366	5,000	7,5500	37,75
DENTAL OESTE LTDA	PEDRA PARA AFIAÇÃO DE CURETAS PERIODONTAIS	366	2,000	26,0000	52,00
DENTAL OESTE LTDA	PORTA MATRIZ DE METAL ESTERELIZÁVEL	366	8,000	24,0000	192,00
DENTAL OESTE LTDA	REMOVEDOR DE MATÉRIA ORGÂNICA EM INSTRUMENTAL CIRÚRGICO	324	3,000	21,6200	64,86
DENTAL OESTE LTDA	SERINGA DESCARTÁVEL 1ml SEM AGULHA, COM ROSCA	324	1,000,000	0,6200	620,00
DENTAL OESTE LTDA	SISTEMA COLETOR URINA FECHADO ESTERILIZADO	324	100,000	1,9600	196,00
DENTAL OESTE LTDA	SONDA FOLLEY Nº 12 2 VIAS	324	20,000	2,2700	45,40
DENTAL OESTE LTDA	SONDA FOLLEY Nº 14 2 VIAS	324	50,000	2,2800	114,00
DENTAL OESTE LTDA	SONDA FOLLEY Nº 16 2 VIAS	324	10,000	2,3500	23,50
DENTAL OESTE LTDA	VASELINA LÍQUIDA	324	10,000	24,2000	242,00
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	ÁCIDO FOSFÓRICO 37% (Pacote com 3 und. cada)	361	12,000	6,6400	79,68
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	ALGODÃO DE ROLETE HIDRÓFILO (PACOTE COM 100 UND.)	361	50,000	2,2500	112,50
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	BABADOR IMPERMEÁVEL DESCARTÁVEL (FOLHAS DE ALTA QUALIDADE	361	15,000	12,2000	183,00
	COM CAMADA PLÁSTICA) COLORIDOS				
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	CERA UTILIDADE (Caixa com 10und.)	361	30,000	10,1000	303,00
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	DISCO DE CARBURUNDUM (MÉDIO)	361	30,000	1,4000	42,00
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	ESTOJO COLORIDOS DE PLÁSTICO PARA PRÓTESES DENTÁRIA	361	150,000	1,4000	210,00
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	FICHA CLÍNICA DUPLA (Pacote com 100und)	361	3,000	14,8900	44,67
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	GESSO ESPECIAL DE ALTA QUALIDADE TIPO IV SALMÃO	361	15,000	23,0000	345,00
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	MANDRIL LONGO PARA PEÇA DE MÃO	361	4,000	5,6000	22,40

Página: 4/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	SELANTE RESINOSO PARA FOSSILAS E FISSURAS MATIZADO FOTOPOLIMERIZÁVEL (Caixa com 6 und)	361	2,000	145,5000	291,00
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	SUGADOR CIRURGICO DE METAL COM DESENTUPIDOR ACOPLADO TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO DE AÇO 4MM (Pacote com 25 und)	361	2,000	109,5000	219,00
FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓG	ATADURA 12cm x 1.80m 13 FIOS/CMP 100% ALGODÃO EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	361	25,000	7,8000	195,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	ATADURA 12cm x 1.80m 13 FIOS/CMP 100% ALGODÃO EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	329	400,000	0,6100	244,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	ATADURA 20cm x 1.80m 13 FIOS/CMP 100% ALGODÃO 42,8G EMBALADA INDIVIDUALMENTE	329	200,000	0,9800	196,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	COMPRESSAS GAZE HIDRÓFILA 7,5 X 7,5, 13 FIOS 8 CAMADAS E 5 DOBRAS 100% ALGODÃO, PACOTE COM 100 UND.	329	380,000	16,6000	6.308,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	EQUIPO MACRO GOTAS COM RESPIRO E FILTRO	329	500,000	0,8200	410,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	Fralda geriátrica tamanho M, cintura de 70 até 120 cm, peso de 40 até 70 kg. Composição: camada interna de não tecido e sirm de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorvente, barreira protetora de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplástico, fita adesiva para fixação e com formato anatômico. Pacote com 10 fraldas	329	200,000	10,0000	2.000,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	Fralda geriátrica tamanho P, cintura de 40 até 80 cm, peso de 20 até 40kg. Composição: camada interna de não tecido e sirm de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorvente, barreira protetora de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplástico, fita adesiva para fixação e com formato anatômico. Pacote com 12 fraldas	329	100,000	9,9600	996,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	LUVA DE PROCEDIMENTO c/100 un "Pp"	329	80,000	19,9900	1.599,20
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ml C/20 FRASCOS (Estéril para infusão venosa)	329	15,000	69,9200	1.048,80
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500ml C/30 FRASCOS (Estéril para infusão venosa)	329	10,000	63,8400	638,40
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	SORO GLICOSADO 5% 1000ml C/20 FRASCOS	329	5,000	84,0000	420,00
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	SORO GLICOSADO 5% 250ml C/48 FRASCOS	329	10,000	115,5800	1.155,80
LITORALM COMÉRCIO DE PROD. MÉDICOS EIREI	SORO GLICOSADO 5% 500ml C/30 FRASCOS	329	10,000	83,5800	835,80
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ABOCATH Nº 16	325	12,000	0,6400	7,68
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ABOCATH Nº 20	325	50,000	0,6400	32,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ABOCATH Nº 22	325	100,000	0,6400	64,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ÁGUA OXIGENADA VOLUME 10	325	20,000	3,0800	61,60
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	AGULHA 30x70 CAIXA C/100	325	2,000	9,9000	19,80
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ÁLCOOL 96% FIXADOR CITOLÓGICO	325	10,000	7,5000	75,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ALGODÃO 500g	325	25,000	9,0800	227,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ANTISSÉPTICO BUCAL	325	50,000	6,1000	305,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	APLICADOR DE AMÁLGAMA DE PLÁSTICO ESTERILIZÁVEL	362	6,000	13,4000	80,40
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 4	362	30,000	6,0000	180,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	BROCAS DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 6	362	30,000	6,0000	180,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	BROCAS PARA ALTA ROTAÇÃO 3195 F	362	50,000	6,0000	300,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	CALCADOR PARA AMÁLGAMA TAMANHO PEQUENO	362	5,000	5,4900	27,45
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	CURETAS DE GRACEY 5-6 MINI FIVE	362	4,000	23,9000	95,60

Página: 5/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	CURETAS DE GRACEY 7-8	362	3,000	25,0000	75,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	DRENO PENROSE Nº 1	325	50,000	1,5400	77,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	DRENO PENROSE Nº 2	325	12,000	1,5500	18,60
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ESCALP Nº 25	325	200,000	0,2900	58,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ESCALP Nº 27	325	200,000	0,2900	58,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	ESCOVA CERVICAL PCT C/ 100 UND	325	10,000	26,6000	266,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	FIO DE SUTURA MONOFILAMENTAR, ESTÉRIL, NÃO REABSORVÍVEL DE NYLON 4.0 (1.5 metric) 45CM. CX COM 24UND.	362	8,000	41,0000	328,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	FITA MICROPÓRE 1,25CM/10m	325	10,000	2,2300	22,30
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	FITA MICROPÓRE 5cm X 10m	325	50,000	6,4000	320,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	GARROTE	325	2,000	7,8000	15,60
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	HIPOCLORITO 10%	325	50,000	8,6000	430,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	LUVA DE PROCEDIMENTO ESTERILIZADA NÚMERO 7.0	362	15,000	1,3000	19,50
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	LUVA ESTÉRIL Nº 8.5	325	500,000	1,7500	875,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	MANDRIL CURTO PARA CONTRA ÂNGULO	362	4,000	4,7000	18,80
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	MASCARA LARÍNGEA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 1,5	325	2,000	256,0000	512,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	MASCARA LARÍNGEA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 3	325	2,000	256,0000	512,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	MASCARA LARÍNGEA DESCARTÁVEL ESTÉRIL Nº 5	325	5,000	256,0000	1,280,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	PAPEL TUBULAR 15cm X 50M	325	5,000	55,5000	277,50
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	PIÇA MULLER	362	4,000	24,7500	99,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	POLIFIX	325	150,000	1,1000	165,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	RESINA COMPOSTA COR A2 com 4gr	362	6,000	32,0000	192,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	SERINGA DESCARTÁVEL 5ml SEM AGULHA, COM ROSCA	325	2,000,000	0,1799	359,80
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	SERINGA DESCARTÁVEL P/ INSULINA COM 100UND E AGULHA FIXA 13/4,5MM	325	1,000,000	0,9900	990,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	SERINGA PARA ANESTESIA TIPO CARPULE COM REFLUXO	362	6,000	24,9000	149,40
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	SONDA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL ADULTO Nº 12	325	10,000	32,0000	320,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	TESOURA ÍRIS	362	8,000	15,0900	120,72
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA (Caixa com 50und.)	362	9,000	21,8000	196,20
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	TIRA DE POLIÉSTER 10x120x0,05mm (Pacote com 50und.)	362	10,000	6,0000	60,00
MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAL MEDICO HC	VERNIZ CAVITÁRIO	362	3,000	13,3800	40,14
ODONTOESTE LTDA ME	AGULHA GENGIVAL ESTERILIZADA DESCARTÁVEL CURTA (Caixa com 100und.)	363	10,000	20,5000	205,00
ODONTOESTE LTDA ME	BRUNIDOR PARA RESINA COMPOSTA EM METAL	363	8,000	7,0000	56,00
ODONTOESTE LTDA ME	CALCADOR PARA AMÁLGAMA TAMANHO MÉDIO	363	6,000	6,6500	39,90
ODONTOESTE LTDA ME	CURETAS DE DENTINA TAMANHO MÉDIO	363	6,000	6,7500	40,50
ODONTOESTE LTDA ME	ESPÁTULA 3S	363	5,000	6,6000	33,00
ODONTOESTE LTDA ME	FLÚOR FOSFATO ACIDULADO "TIXOTRÓPICO" SABOR MENTA - 1,23% com 250ml	363	20,000	4,4000	88,00
ODONTOESTE LTDA ME	FORCEPS N. 69	363	2,000	44,9000	89,80

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtd Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ODONTOESTE LTDA ME	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO PÓ 38G E LÍQUIDO DE 15ML COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL	363	6,000	72,0000	432,00
ODONTOESTE LTDA ME	RESINA COMPOSTA COR A3 com 4gr	363	6,000	31,0000	186,00
ODONTOESTE LTDA ME	SINDESMOTOMO	363	5,000	8,9100	44,55
ODONTOESTE LTDA ME	TIRA DE LIXA DE METAL 5MM PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÃO UMA FACE (Pacote com 25und)	363	20,000	8,0000	160,00
ODONTOESTE LTDA ME	TIRA DE LIXA DE METAL 7MM PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÃO UMA FACE (Pacote com 25und)	363	20,000	8,1000	162,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	ALAVANCA RETA PARA RAIZ RESIDUAL	365	3,000	22,0000	66,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	APLICADOR DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO CIMENTO DUPLO	365	5,000	5,9800	29,90
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 (ANESTÉSICO INJETÁVEL) (Caixa com 50und.)	365	40,000	47,9000	1.916,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	ESPELHO NUMERO 5 ROSQUEÁVEL	365	30,000	6,5900	197,70
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	GESSO PEDRA DE ALTA QUALIDADE TIPO III AMARELO	365	10,000	5,0000	50,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	LÂMINA PARA BISTURI NÚMERO 15 ESTERILIZADA (CX. COM 100UND.)	365	5,000	19,8000	99,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	RESINA COMPOSTA COR A1 com 4gr	365	6,000	30,0000	180,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E	SACO DE LIXO BIOLÓGICO (COM SÍMBOLO ESTAMPADO NO SACO, COR BRANCO SÍMBOLO PRETO 30 LITROS)	365	400,000	0,2000	80,00
PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100ml C/90 FRASCOS (Estéril para infusão venosa)	330	20,000	158,9700	3.179,40
PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250ml C/48 FRASCOS (Estéril para infusão venosa)	330	12,000	99,3600	1.192,32
PROSAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS	SORO GLICOSADO 5% 125ml C/60 FRASCOS	330	3,000	171,0000	513,00
SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS ME	BANDAGEM DE ALGODÃO POLIÉSTER, COM PASTA COMPOSTA POR GLICERINA, ÓXIDO DE ZINCO, PETROLATO BRANCO, ÁGUA, ACÁCIA E ÓLEO DE RÍCINO.	331	50,000	42,0000	2.100,00
SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS ME	COMPRESSA DE GAZE CONFECCIONADA EM RAYON, NÃO ESTÉRIL, embebida com aproximadamente 3 mm de óleo composto de ácidos graxos de cadeia média, óleo de melaleuca e copaliba e lecitina de soja medindo 7,57,5 cm, embaladas individualmente em material que garanta a integridade do produto, caixas com 24 envelopes.	331	6,000	52,0000	312,00
SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS ME	CURATIVO DE HIDROCOLOIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. CURATIVO DE HIDROCOLOIDE E ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO. constituido de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbonato 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoina, conservantes que garantam a estabilidade do produto por 28 dias após aberto, num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresente a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, ação hemostática e debridante com pH neutro, com tampa flip top e tubo de 85 gr. apresentar a bula.	331	20,000	49,0000	980,00
SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS ME	CURATIVO DE HIDROCOLOIDE EXTRA FINO, ESTÉRIL, translúcido, flexível e moldável, composto de uma camada interna a base de 3 hidrocoloides, gelatina, pectina e carboximetilcelulose sódica, polibutileno e polímeros elastoméricos adicionado a fórmula para controle da formação do gel. O curativo é impermeável a água e outros agentes externos. Tamanho 15/15 cm	331	50,000	32,0000	1.600,00

Página: 7/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SANDRA REGINA GUTERRES RAMOS ME	CURATIVO DE HIDROFIBRA, COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE sódica e de prata iônica de 1 a 2% super absorvente, não aderente, estéril, para lesões planas ou cavitárias com grande quantidade de exsudato e odor forte, formato quadrado medindo 10/10 cm, embalagem unitária	331	50,000	52,0000	2.600,00
SOCIEDADE HOSPITALAR MARAVILHA	CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS SEGUINTE ESPECIALIDADES BÁSICAS, A SABER: CLÍNICA MÉDICA, CIRURGIÃO GERAL, GINECOLOGISTA, OBSTETRICIA, PEDIATRIA ALÉM DE ANESTESIOLOGIA, NEUROCIRURGIÃO, NEFROLOGIA, CIRURGIÃO TORÁCICO, BUCO MACHILLO FACIAL E BIOQUÍMICO DURANTE O PERÍODO INTEGRAL, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DURANTE AS 24 HORAS DO DIA, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO SÁBADOS, SEMANA E FERIADOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS.	317	300,000	200,0000	60.000,00
SOCIEDADE HOSPITALAR MARAVILHA	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO HOSPITALAR SENDO: UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS, EQUIPAMENTOS AMBULATORIAIS, PLANTONISTAS, FUNCIONÁRIOS, EXAMES DE RAIOS-X, EXAMES BÁSICOS DE LABORATÓRIO, MEDICAÇÃO BÁSICA PARA A REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, DURANTE 24 HORAS DO DIA, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, A EMPRESA DEVERÁ DISPOR DE UTI E TOMOGRAFIA PARA OS CASOS NECESSÁRIOS EM TEMPO HÁBIL PELO SUS, DEVERÁ TER ESCALA DE SOBREAVISO PARA AS SEGUINTE ESPECIALIDADES: CLÍNICA-MÉDICA, CIRURGIÃO GERAL, GINECOLOGISTA, OBSTETRA, ANESTESIOLOGISTA E PEDIATRA. ESSES PROFISSIONAIS DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS PARA OS ATENDIMENTOS IMEDIATOS A QUALQUER HORA DO DIA, INDEPENDENTE DOS FERIADOS, SÁBADOS E DOMINGOS, DE ACORDO COM A SOLICITAÇÃO DO PLANTONISTA. AS CIRURGIAS ELETTIVAS (HÉRNIA, VESÍCULA, HEMORRÓIDA, APÊNDICE E DEMAIS CIRURGIAS DISPONÍVEIS NAS ESPECIALIDADES DA ESCALA DE SOBREAVISO) SERÃO REALIZADAS COM AGENDAMENTO PRÉVIO PELO SUS, ASSIM COMO AS POSSÍVEIS CIRURGIAS NECESSÁRIAS DURANTE O PLANTÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DEVEM SER PELO SUS.	317	8,000	7.500,0000	60.000,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	AGULHA 25x80 CAIXA C100	327	80,000	6,1500	492,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	ALCOOL - 1244	327	50,000	8,6500	432,50
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	BROCAS PARA ALTA ROTAÇÃO 1016 HL	364	20,000	5,9900	119,80
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	BROCAS PARA ALTA ROTAÇÃO TIPO CHAMA DE VELA (PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA)	364	20,000	5,9900	119,80
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	BRUNIDOR N. 29	364	5,000	5,5000	27,50
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	CALCADOR PARA AMÁLGAMA TAMANHO GRANDE	364	5,000	5,5000	27,50
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	CALCADOR PARA AMÁLGAMA TAMANHO MÉDIO	364	5,000	5,5000	27,50
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	CURETA DE DENTINA	364	8,000	7,0000	56,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	DETERGENTE ENZIMÁTICO	364	6,000	22,7900	136,74
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	ESCUPIDOR PARA AMÁLGAMA	364	5,000	6,4500	32,25
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	ESPELHO VAGINAL M SEM LUBRIFICANTE EMBALADO INDIVIDUAL	327	700,000	1,2500	875,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	FIO CIRÚRGICO MANONYLON 3.0	327	6,000	26,0000	156,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER	FIO CIRÚRGICO MANONYLON 5.0	327	3,000	26,0000	78,00

Página: 8/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)	Fralda geriátrica tamanho EG, cintura 110 até 165 cm, peso acima de 90 kg. . Composição: camada interna de não tecido e sirm de fibras de polipropileno com aloe vera, camada externa de polietileno, fibras de celulose, polímeros superabsorvente, barreira protetora de fibras de polipropileno, fios de elastano, adesivos termoplástico, fita adesiva para fixação e com formato anatômico. Pacote com 07 fraldas.	327	100,000	9,9490	994,90
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)	GASE HIDRÓFILA EM ROLO TIPO QUE JO 91M/91MM COM 4 DOBRAS, 8 CAMADAS E 13 FIOS.	327	12,000	23,6600	283,92
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)	LUVA DE PROCEDIMENTO c/100 un "M"	327	80,000	19,9990	1.599,92
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)	MASCARA DESCARTÁVEL 3 CAMADAS C/ELÁSTICO (Cx. com 50 und.)	364	150,000	8,0000	1.200,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)	PAPEL DE ARTICULAÇÃO (FILME DE ARTICULAÇÃO OCLUSAL) PRETO/VERMELHO	364	20,000	12,5000	250,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)	SERINGA DESCARTÁVEL 10ml SEM AGULHA, COM ROSCA	327	2,000,000	0,3400	680,00
VANUSA DIAS EIRELI - EPP (CIRURGICA MASTER)	SERINGA DESCARTÁVEL 3ml SEM AGULHA, COM ROSCA	327	2,000,000	0,1550	310,00
Total Geral do Mês —>					255.331,22

RELATÓRIO DE COMPRAS MÊS 05-2015-PMSA

Página: 1/15

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nº. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
CLAUDINEI LUIZ MICHELON	MILHO VERDE em espiga - in natura, sem casca, com características integrais e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme, aroma, cor e sabor típicos da espécie, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, isento de sujidades, insetos, larvas, parasitas e corpos estranhos aderidos à superfície. Acondicionados em sacos plásticos transparentes		2.000,000	0,9000	1.800,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	BISCOITO CASEIRO - feito de forma artesanal e que se utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. As embalagens devem ser de plástico transparente, lacrado, com garantia de higiene e consistência adequada, embalagens de 1kg, contendo rótulo do produto com todas as especificações obrigatórias: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais, contendo etiqueta do peso, e validade de no máximo 5 dias.		150,000	10,5000	1.575,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	CUCA RECH-HEADA: ótima qualidade, íntegra, produzida de forma artesanal e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certificados e autorizados pela Vigilância Sanitária. A embalagem deve ser plástica, transparente, atóxica, contendo peso aproximado de 2 kg, data de fabricação, prazo de validade e rotulagem nutricional de acordo com a legislação vigente.		200,000	8,0000	1.600,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	MACARRÃO CASEIRO (DIVERSOS TIPOS) - a embalagem deve estar acondicionada, plástica, transparente, íntegra, descartável, atóxica, corretamente fechada. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, procedência e informação nutricional. Embalagem contendo 1 kg.		150,000	8,0000	1.200,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	MACARRÃO CASEIRO (PARA SOPA) a embalagem deve estar acondicionada, plástica, transparente, íntegra, descartável, atóxica, corretamente fechada. No rótulo impresso deve constar no mínimo: a denominação do produto, data de fabricação, data de validade, lista de ingredientes, procedência e informação nutricional. Embalagem contendo 1 kg.		80,000	8,0000	640,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	PÃO CASEIRO - (BRANCO/ CENTEIO/ CENOURA E BETERRABA/ CACHORRO QUENTE/MILHO) - Embalagem de 1 kg. Registro no Ministério da Agricultura. Deve constar na embalagem tabela de informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade, de mínimo 12 meses.		350,000	8,0000	2.800,00
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE IRACEMINH	SUCO DE UVA SUCO DE UVA - recipientes de 1,5 litros de vidro. Com data de fabricação e prazo de validade mínimo de 24 meses.		200,000	15,5000	3.100,00
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS EM AMOSTRAS MENSAIS (AGUA TRATADA E BRUTA).		110,000	50,0000	5.500,00
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	Coliformes Totais e Termotolerantes/E. coli		100,000	8,0000	800,00
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS EM AMOSTRAS MENSAIS (AGUA TRATADA).		10,000	10,0000	100,00
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	Cor Aparente				
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS EM AMOSTRAS MENSAIS (AGUA TRATADA).				
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	Fluoreto				
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS EM AMOSTRAS MENSAIS (AGUA TRATADA).				
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	pH				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXT.	PARÂMETROS A SEREM ANALISADOS EM AMOSTRAS MENSAIS (AGUA TRATADA), Turbidez		100,000	8,0000	800,00

Página: 3/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
GENTE SEGURADORA S.A	CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, CONFORME SEGUIE: 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/JUNO 1.0 MILLE WAY ECONOMY FLEX - ANO/MOD. 2009/2010, PLACAS MGL-9827 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. Carro reserva 7 dias. (Depto Social) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo MOTO HONDA CG 125 FAN ESP- ANO/MOD. 2014/2014, PLACAS MLM 5863 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 50.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 30.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. (Lotação Sec. DIVER). 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo IVECO/FIAT MICRO ONIBUS CITY CLASS ESCOLAR ANO/MOD. 2012/2013, PLACA MLF-6377, com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100 % TABELA FIPE; Franquia Básica RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 70.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 (COM COBERTURA DETER/SC) Assistência em viagem / 24 horas - BÁSICA Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. (Lotação Sec. Educação) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIESTA HATCH FLEX - ANO/MOD. 2013/2014, PLACAS IMKN 0274 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00		1,000	49.000,0000	49.000,00

Página: 4/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	<p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. Educação)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT UNO MILLE ENCONOMY - ANO/MOD. 2013/2013, PLACAS MKC 1620 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. Agricultura)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo GM/ CELTA 1.0 SPIRIT FLEXPOWER - ANO/MOD. 2007/2007, PLACAS MFY-1102 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. Educação)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO para o veículo CORSA/CLASSIC LS/CHEVROLET - ANO/MOD. 2013/2013, PLACAS MILL 1426, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. Social)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/DUCATO MULTI LONGO 2.3 (TETO ALTO) AMBULANCIA - ANO/MOD. 2012/2013, PLACAS MKJ-9443 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p>				

Página: 5/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	RCF - danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 70.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 (COM COBERTURA DETER/SC) Assistência em viagem / 24 h - Básica Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. (Lotação Fundo Municipal de Saúde). 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo SPIN LTZ - ANO/MOD. 2013/2014, PLACAS MLL 9242 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. Carro reserva 7 dias. (Lotação Fundo Municipal de Saúde). 01 Unid. Contratação de SEGURO RCF/APP para o veículo FORD/ CARGO 2622 6X4 - ANO/MOD. 2008/2008, PLACAS MEV-2294, com as seguintes coberturas Mínimas: RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 Assistência em viagem / 24 h - sem limite Km. (Lotação DIMER) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo IVECO/FIAT MICRO ONIBUS CITY CLASS ESCOLAR ANO/MOD. 2012/2013, PLACA MLF-9107, com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100 % TABELA FIPE; Franquia Básica RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 70.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 (COM COBERTURA DETER/SC) Assistência em viagem / 24 horas - BASICA Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. (Lotação Sec. Educação) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/JUNO 1.0 MILLE FIRE ECONOMY FLEX - ANO/MOD. 2009/2010, PLACAS MGH-6715 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00				

Página: 6/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. Carro reserva 7 dias. (Lotação Sec. Agricultura) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo IVECO/FIAT MICRO ONIBUS CITY CLASS ESCOLAR ANO/MOD. 2012/2013, PLACA MLF-9097, com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 70.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 (COM COBERTURA DETER/SC) Assistência em viagem / 24 horas - BASICA Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. (Lotação Sec. Educação) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo IVECO/FIAT MICRO ONIBUS CITY CLASS ESCOLAR ANO/MOD. 2012/2013, PLACA QHE-5965, com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 70.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 (COM COBERTURA DETER/SC) Assistência em viagem / 24 horas - BASICA Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. (Lotação Sec. Educação) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo CITROEN C4 PALLAS EXCLUSIVE 2.0 - ANO/MOD. 2008/2008, PLACAS EBH-0342 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. Carro reserva 7 dias. (Lotação Gabinete do Prefeito) 01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/DUCATO MINIBUS 2.3 (TEITO ALTO) - ANO/MOD. 2010/2011, PLACAS MIB-0278 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 70.000,00				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 7/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	<p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 (COM COBERTURA DETER/SC)</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - Básica</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>(Lotação Fundo Municipal de Saúde)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO RCF/APP para o veículo CAMINHÃO BASCULANTE ANOMOD. 2011/2012 PLACAS MKM-0161, com as seguintes coberturas Mínimas:</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite Km.</p> <p>(Lotação Sec. DMER)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FORD/FIESTA SEDAN 1.6 FLEX - ANOMOD. 2012/2013, PLACAS MJZ-8154 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de Km</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Fundo Municipal de Saúde)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT UNO MILLE ENOMY - ANOMOD. 2013/2013, PLACAS MLM 5813 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de Km</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Fundo Municipal de Saúde)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO RCF/APP para o veículo CAMINHÃO MERCEDES BENZ -PLACA: QHB 8885 ANOMOD E FAB. 2014/2014, CHASSI: 9BM693388EB962917, com as seguintes coberturas Mínimas:</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite Km.</p> <p>(Lotação Sec. DMER)</p>				

Página: 8/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	<p>01 Unid.</p> <p>Contratação de SEGURO RCF/APP para o veículo CAMINHÃO CARGO 2623 -PLACA: MMIL 6622 ANO/MOD E FAB. 2014/2014, CHASSI: 9BFZEAMDEBS62920, com as seguintes coberturas Mínimas:</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite Km.</p> <p>(Lotação Sec. Agricultura)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO RCF/APP para o veículo CAMINHÃO CARGO/PIPA 1719 - ANO/MOD E FAB. 2014/2014, CHASSI: 9BFYEAGB2BS71614, PLACA: OKH 1266, com as seguintes coberturas Mínimas:</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite Km.</p> <p>(Lotação Sec. DMER)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/SIENA - ANO/MOD. 2014/2015, PLACAS MDB-9057 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de Km</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. de Administração)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/PALIO FIRE - ANO/MOD. 2014/2015, PLACAS MLP-4637 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de Km</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. de Administração)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/PALIO FIRE - ANO/MOD. 2014/2015, PLACAS MLP-4637 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de Km</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. de Administração)</p> <p>01 Unid. Contratação de SEGURO TOTAL para veículo FIAT/PALIO FIRE - ANO/MOD. 2014/2015, PLACAS MLP-4637 com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>CASCO 100% TABELA FIPE;</p> <p>Franquia Básica;</p> <p>RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00</p> <p>RC danos morais: R\$ 30.000,00</p> <p>APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>DMH por passageiro: R\$ 20.000,00</p> <p>Assistência em viagem / 24 h - sem limite de Km</p> <p>Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores.</p> <p>Carro reserva 7 dias.</p> <p>(Lotação Sec. de Administração)</p>				

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Página: 9/15

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	01 UNID. CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL para o veículo CAMINHONETE/AB/C/DUPL. - ANOMOD. 2007/2008, PLACAS JVL-3448 com as seguintes coberturas mínimas: CASCO 100% TABELA FIPE; Franquia Básica; RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 Assistência em viagem / 24 h - sem limite de KM Seguro quebra de vidros completo, incluindo faróis, lanternas e retrovisores. (Lotação Sec. de Administração) Carro reserva 7 dias. (Lotação Sec. de DMER)				
IVANOR ZAMPIERON	01 Unid. Contratação de SEGURO RCF/APP para o veículo CAMINHÃO CARGO 2623 - PLACA: QHJ 2671 ANOMOD E FAB. 2014/2015, com as seguintes coberturas Mínimas: RCF danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00 RCF danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00 RC danos morais: R\$ 30.000,00 APP - morte + invalidez por passageiro: R\$ 20.000,00 DMH por passageiro: R\$ 20.000,00 Assistência em viagem / 24 h - sem limite Km. (Lotação Sec. Agricultura) ACELGA - Características Gerais: hortaliça que apresenta talos longos e firmes, as suas folhas podem ser baças ou brilhantes, com uma coloração verde, que não tenham defeitos graves e não alterem sua conformação e aparência. As verduras próprias para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e são e satisfizerem as seguintes condições: serem frescas, apresentarem grau de evolução completo do tamanho, aroma, e cor própria da espécie e variedade. Estarem livres de enfermidades e insetos. Não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Acondicionados em embalagens plásticas, transparente, atóxicas, resistentes, individuais. CENOURA De primeira qualidade. Devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e são e satisfazer as seguintes condições: serem colhidos ao atingirem o grau de evolução do tamanho e apresentados ao consumo em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie; estarem livres de enfermidades; não estarem danificados por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; não estarem sujos de terra; não conterem corpos estranhos aderentes à superfície externa; estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos.	100,000	5,5000	550,00	
IVANOR ZAMPIERON			150,000	3,9000	585,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 10/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
IVANOR ZAMPIERON	<p>PEPINO - fresco, de primeira qualidade, tendo tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Em grau de desenvolvimento tal que lhes permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Estarem isentas de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. Acondicionados em sacos plásticos transparentes e resistentes, conforme quantidade solicitada.</p> <p>ABACATE: fruto médio, limpo e acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos; íntegro, limpo, de vez (por amadurecer) apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. ALFACE LISA OU CRESPA - Características Gerais: de primeira. Quando constituída por verduras de boa qualidade, que conservem as suas características, que não tenham defeitos graves e não alterem sua conformação e aparência. As verduras próprias para o consumo devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos e satisfazerem as seguintes condições: serem frescas, apresentarem grau de evolução completo do tamanho, aroma, e cor própria da espécie e variedade. Estarem livres de enfermidades e insetos. Não estarem danificadas por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência. Estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Acondicionados em embalagens plásticas, transparente, atóxicas, resistente individuais.</p> <p>BATATA DOCE: tubérculo no estado in natura, genuínos, sãs, de primeira qualidade, lavado ou escovado, coloração uniforme: isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.</p> <p>BERGAMOTA Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar íntacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada.</p> <p>CAQUI FUJU - Produto in natura de boa qualidade. Devem ser frescos, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar íntacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada.</p> <p>CHUCHU De primeira qualidade. Devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos e satisfazer as seguintes condições: serem colhidos ao atingirem o grau de evolução do tamanho e apresentados ao consumo em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie; estarem livres de enfermidades; não estarem danificados por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; não estarem sujos de terra; não conterem corpos estranhos aderentes à superfície externa; estarem isentas de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos.</p>		100,000	3,7500	375,00
JOÃO BORRE			80,000	5,4500	436,00
JOÃO BORRE			300,000	2,5000	750,00
JOÃO BORRE			100,000	2,8000	280,00
JOÃO BORRE			150,000	2,0000	300,00
JOÃO BORRE			300,000	4,7000	1,410,00
JOÃO BORRE			100,000	3,4000	340,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 11/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JOÃO BORRE	COUVE FLOR - fresca, de primeira qualidade; limpa, lavada ou escovada, coloração uniforme; isenta de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.		100,000	5,6500	565,00
JOÃO BORRE	LARANJA fruto de tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, de vez (por amadurecer) e coloração uniforme apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa, e de origem orgânica. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.		300,000	2,6000	780,00
JOÃO BORRE	LIMÃO TAITI - de primeira, boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à casca. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada.		80,000	6,0000	480,00
JOÃO BORRE	MORANGO - fruto in natura, de primeira qualidade, embalagem em bandejas plásticas transparentes, apresentando grau de maturação, tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, contendo no mínimo 300 gramas.		300,000	18,2000	5.460,00
JOÃO BORRE	PESSEGO Características gerais: de primeira, quando constituída por fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescos, terem atingido o grau máximo de maturação e tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isento de umidade externa anormal, aroma e sabor estranho. A polpa deve estar íntacta e firme.		300,000	5,9500	1.785,00
JOÃO BORRE	TEMPEROS VERDES (salsinha e cebolinha verde) fresco, de primeira qualidade; tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Em grau de desenvolvimento que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo imediato e imediato. Isento de sujidades, insetos, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Em maços com peso mínimo de 150 g.		80,000	2,4000	192,00
JOÃO BORRE	TOMATE fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras, apresentando-se mesclado (maduro e de vez) e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.		150,000	4,3000	645,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 12/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
LUDOVICO FLOREK	<p>ABÓBORA COMUM: Características Gerais: Fresca. De primeira qualidade. Devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e sãos e satisfazer as seguintes condições: serem colhidos ao atingirem o grau de evolução do tamanho e apresentados ao consumo em perfeito estado de desenvolvimento do aroma, cor e sabor próprios da variedade e espécie; estarem livres de enfermidades; não estarem danificados por qualquer lesão de origem física ou mecânica que afete a sua aparência; não estarem sujos de terra; não conterem corpos estranhos aderentes à superfície externa; estarem isentos de unidade externa anormal, odor e sabor estranhos. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada.</p> <p>ALHO bulbo do tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.</p> <p>MELÂNCIA Características gerais: de primeira, quando constituída por fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingidos o grau máximo de maturação e tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isenta de unidade externa anormal, aroma e sabor estranho. A polpa deve estar íntacta e firme. Deve ser madura com peso médio de 10 kg.</p> <p>MELÃO DOCE - Características gerais: de primeira, quando constituída por fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingidos o grau máximo de maturação e tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isenta de unidade externa anormal, aroma e sabor estranho. A polpa deve estar íntacta e firme.</p> <p>REPOLHO - hortaliça de folhas enoveladas, tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Peso Mínimo 1,5 Kg.</p> <p>TANGERINA - Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de unidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar íntacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada.</p> <p>BANANA DA TERRA - fruto médio, limpo e acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos; íntegro, limpo, de vez (por amadurecer) apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca.</p>		100,000	3,2000	320,00
LUDOVICO FLOREK	<p>ALHO bulbo do tamanho médio, com características íntegras e de primeira qualidade; isentos de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à casca. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica.</p>		30,000	21,4000	642,00
LUDOVICO FLOREK	<p>MELÂNCIA Características gerais: de primeira, quando constituída por fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingidos o grau máximo de maturação e tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isenta de unidade externa anormal, aroma e sabor estranho. A polpa deve estar íntacta e firme. Deve ser madura com peso médio de 10 kg.</p>		2.000,000	1,5000	3.000,00
LUDOVICO FLOREK	<p>MELÃO DOCE - Características gerais: de primeira, quando constituída por fruta de boa qualidade, sem defeitos sérios, apresentando tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, terem atingidos o grau máximo de maturação e tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isenta de unidade externa anormal, aroma e sabor estranho. A polpa deve estar íntacta e firme.</p>		300,000	4,3000	1.290,00
LUDOVICO FLOREK	<p>REPOLHO - hortaliça de folhas enoveladas, tamanho grande, com características íntegras e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; aroma, cor e sabor típicos da espécie; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Peso Mínimo 1,5 Kg.</p>		150,000	3,7500	562,50
LUDOVICO FLOREK	<p>TANGERINA - Devem ser frescas, terem atingido o grau máximo ao tamanho, aroma, cor e sabor próprios da espécie e variedades. Não devem conter substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Isentos de unidade externa anormal, aroma e sabor estranhos. A polpa deve estar íntacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Acondicionados em sacos plásticos resistentes, conforme quantidade solicitada.</p>		180,000	4,5000	810,00
NELSO PAULETTO	<p>BANANA DA TERRA - fruto médio, limpo e acondicionado de forma a evitar danos físicos, mecânicos ou biológicos; íntegro, limpo, de vez (por amadurecer) apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo. Ausência de parasitas, sujidades, larvas e corpos estranhos aderidos à casca.</p>		700,000	1,9900	1.393,00

Página: 13/15

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA**

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
THEISEN DETONAÇÕES EIRELI - ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA, COM PERFURATRIZ MECÂNICA, COM DIÂMETRO DOS FUROS DE 2,5CM, COM MALHA PROVÁVEL DOS FUROS DE (2.00X2.00X1/2METROS), COM ALTURA VARIÁVEL, DE ACORDO COM AS COTAS DO SETOR DE TOPOGRAFIA (REBAIXAMENTO MÉDIO DE 4,00METROS), INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA A SEREM EXECUTADOS NO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA.		300,000	64,0000	19.200,00
THEISEN DETONAÇÕES EIRELI - ME	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS COM MARTELETE MANUAL DE 1X1 1/2 POLEGADAS DE DIÂMETRO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL/EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA A SEREM EXECUTADOS EM ESTRADAS VICINAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA.		600,000	54,0000	32.400,00

Página: 14/15

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA
 Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Maio/2015**
 (Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
YASUDA MARITIMA SEGUROS S.A	<p>CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE BENS IMÓVEIS - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, CONFORME SEGUIE:</p> <p>Seguro total para o Prédio do Centro de Idosos, localizado, na Rua Riachuelo, 811, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ rabi/ explosão: R\$ 200.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 50.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 10.000,00</p> <p>Seguro total para o Prédio Pavilhão do Parque de exposições Feagrifa, localizada, na Rua Duque de Caxias, travessa com a Rua 07 de setembro, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ rabi/ explosão: R\$ 130.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 90.000,00</p> <p>Seguro total para o Prédio Prefeitura Municipal de Serra Alta, localizada, na Av. Dom Pedro II, 830, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ rabi/ explosão: R\$ 400.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 100.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 50.000,00</p> <p>Seguro total para o Prédio Terminal Rodoviário Municipal, localizado, na Rua Almirante Barroso, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ rabi/ explosão: R\$ 100.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 30.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 10.000,00</p> <p>Seguro total para o Prédio Escola de Educação Básica Celso Ramos com Ginásio de Esportes em anexo, localizada, na Linha Lageado Grande, interior do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ rabi/ explosão: R\$ 300.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 80.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 30.000,00</p> <p>Seguro total para o Prédio Centro Municipal de Educação (2 prédios), localizada, na Rua Duque de Caxias, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ rabi/ explosão: R\$ 400.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 100.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 30.000,00</p> <p>Seguro total para o Prédio do Centro de Atividades Sócio Educativas de Serra Alta, localizada, Rua Duque de Caxias, 888, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ rabi/ explosão: R\$ 150.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 50.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 10.000,00</p> <p>Seguro total para o Prédio Casa do Produtor Rural de Serra Alta, localizada, na Av. Dom Pedro II, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p>		1,000	8.306,0000	8.306,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: Maio/2015

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 15/15

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
	<p>Incêndio/ raios/explosão: R\$ 100.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 30.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 5.000,00</p>				
	<p>Seguro total para o Prédio Unidade de Saúde Municipal de Serra Alta, localizada, na Rua Alm. Barroso, 525, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ raios/explosão: R\$ 500.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 150.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 50.000,00</p>				
	<p>Seguro total para o Prédio Creche Municipal de Serra Alta, localizada, Rua Monte Castelo, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ raios/explosão: R\$ 500.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 150.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 10.000,00</p>				
	<p>Seguro total para o Prédio Centro Esportivo Educacional de Serra Alta, localizada, Rua Almirante Barroso, centro do Município de Serra Alta, com as seguintes coberturas mínimas:</p> <p>Incêndio/ raios/explosão: R\$ 200.000,00</p> <p>Vandalismo/granizo e impacto de veículos: R\$ 150.000,00</p> <p>Danos elétricos: R\$ 30.000,00</p>				
				Total Geral do Mês →	151.821,50

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO Nº 006**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/2015 DE 1º DE JUNHO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA REPRESENTAR A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC NO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno, e em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 51 da Lei 8666/93.

DECRETA

Art. 1º Fica designado o servidor abaixo relacionado para representar a Comissão de Licitação da Câmara Municipal de Serra Alta/SC: Servidor responsável: ARGENOR LUIZ BRESOLIN.

Art. 2º O membro designado não receberá remuneração extra para o exercício do presente mandato.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário este decreto entre em vigor na data de sua assinatura.

Serra Alta/SC, 1º de junho de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007

DECRETO LEGISLATIVO Nº 007/2015 DE 1º DE JUNHO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, no Regimento Interno, e em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 51 da Lei 8666/93.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada Subcomissão Técnica para acompanhar e julgar as propostas no Processo Licitatório nº 002/2015:

Presidente: SILVANA DE GREGORI;

Secretária: CRISTIANE FUZINATO;

Membro Técnico: MARCELO JOSE BOTH (jornalista)

Art. 2º - Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes a Câmara Municipal.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário este decreto entre em vigor na data de sua assinatura.

Serra Alta/SC, 1º de junho de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2015 DE 02 DE JUNHO DE 2015.
"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEFERSON MARTINI, Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Serra Alta/SC.

DECRETA

Art. 1º Fica decretado Ponto Facultativo na Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC, no DIA 05 DE JUNHO DE 2015 (sexta-feira), tendo em vista o feriado de Corpus Christ no dia 04 de junho de 2015.

Art. 2º Não haverá expediente interno ou de atendimento ao público no dia de Ponto Facultativo estabelecido neste Decreto.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário este decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Serra Alta/SC, 02 de junho de 2015.

JEFERSON MARTINI

Presidente da Câmara Municipal de Serra Alta

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº.116/2015

DECRETO Nº 116/2015 DE 02/06/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto na Lei Municipal Nº 1.037/2015 de 02/06/2015.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

03.01.0004.0122.0003.2.005- Gerenciamento Geral do Município

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (16)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (63)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00

06.02.0015.0452.0012.2.038- Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública e aterro sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (157)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 20.000,00

06.02.0017.0544.0012.2.037- Manutenção do sistema municipal de distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (154)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), nas seguintes Atividades:

06.02.0017.0544.0011.1.014- Ampliação de rede de captação e distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (130)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000))	R\$40.000,00

06.02.0017.0512.0011.1.015-Man e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (134)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000))	R\$30.000,00

06.03.0026.0782.0011.1.003-Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.93.00 (164)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Decorrente de Consórcio Público (1.000))	R\$30.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 02 de junho de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração de Fazenda

LEI 1037/2015

LEI MUNICIPAL Nº 1.037/2015 DE 02/06/2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

03.01.0004.0122.0003.2.005- Gerenciamento Geral do Município

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (16)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 50.000,00

04.01.0012.0361.0006.2.013- Transporte Escolar

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (63)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00

06.02.0015.0452.0012.2.038- Manutenção da coleta de lixo, limpeza pública e aterro sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (157)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 20.000,00

06.02.0017.0544.0012.2.037- Manutenção do sistema municipal de distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00 (154)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes Aplicações Diretas. (1.000)	R\$ 15.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do crédito adicional Suplementar abertos no artigo serão anulados os recursos de R\$ 100.000,00 (Cem mil e Reais), nas seguintes Atividades:

06.02.0017.0544.0011.1.014- Ampliação de rede de captação e distribuição de água

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (130)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000))	R\$40.000,00

06.02.0017.0512.0011.1.015-Man e Ampliação de Rede de captação e esgotamento sanitário

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (134)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Diretas (1.000))	R\$30.000,00

06.03.0026.0782.0011.1.003-Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.93.00 (164)	0.1.00.000000	Investimentos Aplicações Decorrente de Consórcio Público (1.000))	R\$30.000,00

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 02 de junho de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração de Fazenda

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 111/2015

PORTARIA Nº. 111/2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. LUCIANE WILSMANN SOETHE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Municipal Complementar nº 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder Licença Maternidade a Servidora Municipal Sra. LUCIANE WILSMANN SOETHE, Professora, matrícula nº. 329/02 e 490/01, nos termos da Lei Municipal Complementar nº 014/2010 – Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Tigrinhos, pelo período de 180 dias, conforme atestado médico apresentado, a partir de 02 de Junho de 2015.

Lei Municipal Complementar nº 014/2010

Art. 94. À gestante é concedida, mediante inspeção médica realizada por junta médica oficial, licença com vencimento ou remuneração integral pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de junho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

PORTARIA 112/2015

PORTARIA Nº. 112/2015.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO GESTOR RESPONSÁVEL PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica Designada a Servidora Municipal Sra. VERA LÚCIA BACZINSKI, inscrita sob a Matrícula nº. 83/01, DIRETORA GERAL da Secretaria Municipal de Educação, gestora/responsável pelo DEPARTAMENTO DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS.

Art. 2º. A designação de que trata o artigo 1º é efetuada tendo em vista a imperiosa e necessidade pública.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE JUNHO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em três de junho de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 100/2015

DECRETO Nº. 100, DE 1º DE JUNHO DE 2015.
DEMITE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam demitidos os servidores abaixo identificados, ocupantes de cargos temporários do Quadro de Pessoal do Município de Timbé do Sul.

NOME/Matrícula	CARGO
Bruno Machado Cesário/2995	Professor Supletivo
Reginaldo da Silva/3011	Auxiliar de Serviços Gerais II

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 1º de Junho de 2015.

Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 101/2015

DECRETO Nº 101, DE 1º DE JUNHO DE 2015.
ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Méri Teresinha Dias Ribeiro, RG nº 3.663.644 e CPF nº 018.331.169-84, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 1º de Junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 99/2015

DECRETO Nº 99, DE 1º DE JUNHO DE 2015.
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO EM ALUSÃO À CORPUS CHRISTI

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições e de conformidade com a Legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as Repartições Públicas Municipais, no dia 05 de junho de 2015(sexta-feira), em decorrência do Feriado de Corpus Christi; Feriado Nacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 1º de junho de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e registrado o presente Decreto nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA DE PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS N.º 30 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA TOMADA DE PREÇOS Nº. 30/2015 - PMT

Às nove horas, do segundo dia, do mês de junho de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura do envelope de proposta de preço da empresa habilitada (GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA.) no processo licitatório Tomada de Preços nº 30/2015 – PMT, conforme segue:

Iniciada a sessão, a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade do envelope.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura do envelope de Proposta de Preço, colocando à disposição dos presentes os documentos nele contidos.

Da abertura do envelope de proposta de preço, o valor total global apresentado pela empresa foi de R\$ 236.200,00 (duzentos e trinta e seis mil e duzentos reais).

Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 36 2015 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº 36/2015 - SEMED

Às quinze horas, do segundo dia do mês de junho de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento das propostas das empresas habilitadas no processo licitatório Tomada de Preço nº 36/2015 - SEMED, tendo em vista o parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Conforme consta da Ata de Abertura das Propostas, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise dos valores, quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Jeimes Jonathan Gutjahr, constatou-se que as propostas das empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, EXATA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA EIRELI ME e MULTSERV LTDA EPP cumpriram com as exigências do Edital, porém, a proposta apresentada pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP apresentou erro nos arredondamentos, fazendo constar em anexo ao parecer nova planilha de conferência, chegando aos seguintes valores:

Empresa	Valor total apresentado pela empresa	Valor total corrigido pelo engenheiro
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP	R\$ 206.827,12 (duzentos e seis mil e oitocentos e vinte e sete reais e doze centavos)	R\$ 206.851,12 (duzentos e seis mil e oitocentos e cinquenta e um reais e doze centavos)

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, porém com o valor apontado no parecer técnico do engenheiro civil, em conformidade com o item 8.8.1 do Edital, ou seja, no valor total global de R\$ 206.851,12 (duzentos e seis mil e oitocentos e cinquenta e um reais e doze centavos).

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de proposta para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

8.8.1 - Havendo divergência na redação da proposta entre os valores unitários e o valor total, será considerado o valor unitário para fins de proposta de preços bem como, no caso de discordância entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá este último.

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 03 015 - FME

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA – TOMADA DE PREÇO Nº 03/2015 - FME

Às quatorze horas, do segundo dia do mês de junho de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para julgamento das propostas das empresas habilitadas no processo licitatório Tomada de Preço nº 03/2015 - FME, tendo em vista o parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Conforme consta da Ata de Abertura das Propostas, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise dos valores, quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Jeimes Jonahntan Gutjahr, constatou-se que a proposta da empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA cumpriu com as exigências do Edital e não apresentou erro nas planilhas, em relação à empresa BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA – EPP, a proposta atendeu as exigências do Edital, porém, apresentou erro de arredondamento na planilha, fazendo constar em anexo ao parecer nova planilha de conferência.

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, no valor total global de R\$ 80.758,37 (oitenta mil e setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e sete centavos).

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de proposta para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO
Membro

PRISCILA MACEDO
Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 12 2015 FCT - RESTAURANTE OFICIAL 25ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 12/2015 - FCT

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentação durante a 25ª Festa do Imigrante, no período de 09 a 12 de outubro de 2015 - Restaurante Oficial, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital (Repetição Total Pregão Presencial n.º 07/2015 FCT). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h00min do dia 18 de junho de 2015. ABERTURA: dia 18 de junho de 2015 as 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 02/06/2015

Jorge R. Ferreira
Presidente FCT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 13 2015 FCT - RESTAURANTE DE SERVIÇO 25ª FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 13/2015 - FCT

OBJETO: contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de alimentação durante a 25ª Festa do Imigrante, no período de 09 a 12 de outubro de 2015 - Restaurante de Serviço, de acordo com as condições previstas nos anexos do edital (Repetição Pregão Presencial n.º 08/2015 FCT sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h45min do dia 18 de junho de 2015. ABERTURA: dia 18 de junho de 2015 as 10h55min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 02/06/2015

Jorge R. Ferreira
Presidente FCT

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 05 2015 FMS - SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE RAIOS X

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 05/2015 - FMS

OBJETO: registro de preços destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de raios x, através de imagem disponibilizada pelo sistema de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde - FMS (repetição do pregão presencial - registro de preços nº 04/2015 FMS - com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 17 de junho

de 2015. ABERTURA: dia 17 de junho de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 02/06/2015
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 07 2015 SAMAE - ETIQUETAS TERMO SENSÍVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 - SAMAE

OBJETO: aquisição de etiquetas termo sensível destinadas à impressão das faturas entregues aos clientes do SAMAE. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 17 de junho de 2015. ABERTURA: dia 17 de junho de 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó (SC), 02/06/2015
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 46 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 46 DE 01 DE JUNHO DE 2015.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 345, de 13 de dezembro de 2007, certifica que:

Está APROVADO o DESMEMBRAMENTO denominado "DITMAR KLITZKE", situado no lado ímpar da Rua Argélia, esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria, nesta Cidade, com a área de 3.122,93m² (Três mil, cento e vinte e dois metros e noventa e três decímetros quadrados), processo D-009/2015, tudo conforme documentação apresentada pelo requerente DITMAR KLITZKE, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.356, datado de 20 de maio de 2015 e da aprovação técnica exarada pelo profissional.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 25.135, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.024.0371.001, sendo constituído:

De 04 (quatro) áreas a desmembrar e mais uma área remanescente, abaixo transcritos:

01 – Área a desmembrar 01 (um) - com área de 539,14m² (Quinhentos e trinta e nove metros e catorze decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Argélia, distando pelo lado direito do imóvel, 35,66 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Argélia; fundos estrema em 15,00 metros com a área remanescente de Ditmar Klitzke, matrícula 2.322, livro 2; lado direito estrema em 35,99 metros com a área remanescente; e, lado esquerdo estrema em 35,97 metros com a área a desmembrar 02;

02 – Área a desmembrar 02 (dois) - com área de 538,79m² (Quinhentos e trinta e oito metros e setenta e nove decímetros quadrados), no lado ímpar da Rua Argélia, distando pelo lado direito do imóvel, 50,66 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Argélia; fundos estrema em 15,00 metros com a área remanescente de Ditmar Klitzke, matrícula 2.322, livro 2; lado direito estrema em 35,97 metros com a área a desmembrar 01; e, lado esquerdo estrema em 35,95 metros com a área a desmembrar 03;

03 – Área a desmembrar 03 (três) - com área de 538,44m² (Quinhentos e trinta e oito metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Argélia, distando pelo lado direito do imóvel, 65,66 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Argélia; fundos estrema em 15,00 metros com a área remanescente de Ditmar Klitzke, matrícula 2.322, livro 2; lado direito estrema em 35,95 metros com a área a desmembrar 02; e, lado esquerdo estrema em 35,92 metros com a área a desmembrar 04;

04 – Área a desmembrar 04 (quatro) - com área de 538,09m² (Quinhentos e trinta e oito metros e nove decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Argélia, distando pelo lado direito do imóvel, 80,66 metros da esquina formada com o lado ímpar da Rua Áustria; estremando na frente em 15,00 metros com o lado ímpar da Rua Argélia; fundos estrema em 15,00 metros com a área remanescente de Ditmar Klitzke, matrícula 2.322, livro 2; lado direito estrema em 35,92 metros com a área a desmembrar 03; e, lado esquerdo estrema em 35,90 metros, sendo 30,00 metros com o lote nº 02 de propriedade de Ingobert Gramkow, matrícula nº 9.609, livro 2, e em 5,90 metros com o final da Rua Bulgária;

05 – Área Remanescente - com área de 968,47m² (Novecentos e sessenta e oito metros e quarenta e sete decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Argélia, esquina formada com o lado ímpar Rua Áustria; estremando na frente em 27,66 metros com o lado ímpar da Rua Argélia; fundos estrema 19,00 metros com a área remanescente de Ditmar Klitzke, matrícula 2.322, livro 2; lado direito estrema em 32,40 metros com o lado ímpar da Rua Áustria e em 10,00 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da Rua Áustria; e, lado esquerdo estrema em 35,99 metros com a área a desmembrar 01.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 01 de junho de 2015.
FABIANO MARTINS ADRIANO
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Município de Timbó

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 22.2014 FMS JK COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 22/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: JK Comércio de Frutas e Verduras Ltda.

OBJETO: Acréscimo de 15 kg ao item 10 (batata-doce); acréscimo de 25 kg ao item 11 (batata inglesa); acréscimo de 12 dúzias ao item 47 (ovos de galinha); acréscimo de 05 kg ao item 53 (pepino comum) e acréscimo de 25 kg ao item 64 (tomate comum).

DATA DA ASSINATURA: 20/05/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

PORTARIA Nº TIMBOPREV-070, DE 21 DE MAIO DE 2015

PORTARIA Nº TIMBOPREV-070, DE 21 DE MAIO DE 2015

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Dorli Biz.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, e,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR DORLI BIZ, ocupante do cargo de Professora, Referência Salarial D-31, matrícula nº 315.8, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do tempo de contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base nos arts.40, § 9º e 201, § 9º, da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 2002.1070.1.00013/15-7, expedida em 16/03/2015, computando-se 2.630 (dois mil, seiscentos e trinta) dias, ou seja, 07 (sete) anos, 02 (dois) meses e 15 (quinze) dias, conforme Processo TIMBOPREV 025/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ

PORTARIA NO SAMAE -097 DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SAMAE -097 DE 29 DE MAIO DE 2015

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Claudia da Rocha Gilgen, contratada temporariamente para cargo de Auxiliar Operacional I na Autarquia Municipal, a contar de 01 de junho do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, a Servidora Pública Municipal CLAUDIA DA ROCHA GILGEN, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 080, de 15 de abril de 2015, a contar de 01 de junho do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 098, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA N. SAMAE- 098, DE 29 DE MAIO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98,

alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
GABRIEL OSS-EMER (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	08/05/1997	092.739.579-78	44 horas	01/06/2015 a 30/06/2015
ROSECLÉIA CANDIDO DE JESUS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	01/9/1985	053.618.049-08	44 horas	01/06/2015 a 30/06/2015
EDSON JOSÉ VENANCIO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	13/06/1983	006.189.469-93	44 horas	01/06/2015 a 30/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

PORTARIA NO SAMAE - 099, DE 29 DE MAIO DE 2015

PORTARIA No SAMAE - 099, DE 29 DE MAIO DE 2015

Autoriza o Servidor Público Municipal Marcio Cardoso a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, e com base na Lei nº 1.931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que “A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.”, Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade desta Autarquia Municipal, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
MAICON LUIZ MIRANDA	Auxiliar Operacional I	AB/04660458038

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de maio de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 46-2015

PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS
TOMADA DE PREÇOS Nº 46/2015

O MUNICIPIO DE TREZE TÍLIAS (SC), representado neste ato por seu Prefeito MAURO DRESCH, torna público que realizará TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, para contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento e execução de forma parcelada de 2000 metros de meio fio (GUIA) de concreto pré-moldado Fck15Mpa, dimensões 12x15x-30cm, incluindo escavação e reaterro, no perímetro urbano do Município de Treze Tílias.

A abertura dos envelopes de habilitação e propostas será no dia 23 de Junho de 2015 às 09h00min na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal sito na Praça Andreas Thaler, 25, o edital na integra poderá ser retirado no sitio da Prefeitura no endereço www.trezetiliassc.gov.br.

Treze Tílias (SC), 02 de Junho de 2015.
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA 3886/2015

PORTARIA Nº. 3.886/2015

Em 03 de Junho de 2015

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor efetivo JACKSON SCHERER, Portaria de Nomeação nº. 2.4967/2010, com o cargo efetivo de TÉCNICO EM PROJETOS E CONVÊNIOS.

Período de Aquisição: 02.06.2010 á 01.06.2015 (60 dias)

Fruição: 03/06 à 12/07/2015 perfazendo 40 dias, o pagamento da pecúnia de 20 dias (1/3), dando como quites referido período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 03 de Junho de 2.015.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PORTARIA 3887/2015

PORTARIA Nº. 3.887/2015.

Em 03 de Junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 07/2014;

- 1)Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.015, conforme Edital 007/2014 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;
- 2)Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;
- 3)Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o (a) professor (a) MARLIZE REGINÊS MORÁS, com cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas aula, para o período de 08 de Junho, até 18 de Dezembro de 2.015, habilitada, recebendo vencimentos e vantagens previstas na lei acima citada.

Art. 2º - CONCEDER vantagem de Regência de Classe de 6% (seis por cento) sobre o vencimento, não recebendo ajuda de custo referente deslocamento dentro do município, conforme Art. 64, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº. 027/2011.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 03 de Junho de 2015.

ENOI SCHERER

Prefeito Municipal

VIANEI LUÍS HAMMERSCHMITT

Secr. Munic. Educação Cultura e Esportes

Esta Portaria foi publicada
na presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA 3888/2015

PORTARIA Nº. 3.888/2015
Em 03 de Junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006 e atualizações, Art. 68, parágrafo 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder retorno da "LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES", a Servidora Efetiva ELIZABETE DE MORÁS BERWANGER, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art.2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 08 de Junho de 2.015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC
Em 03 de Junho de 2015.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na
Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2015
Edital de Pregão Presencial nº 15/2015

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da

Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, tem por objeto a "Contratação de Laboratório Protético para confecção de Próteses Dentárias, de acordo com a Lei autorizativa nº 1.068/2011, "Programa Saúde Bucal" desenvolvido pelo Fundo Municipal da Saúde, e Portaria nº40 de 10 de janeiro de 2010, Ministério da Saúde", conforme as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório. Entrega dos envelopes até às 15h do dia 17/06/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do
Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Bruno José Heberle
Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

PORTARIA 178/2015

PORTARIA Nº 178/15, de 01 de Junho de 2015.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 20 (vinte) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.06.2015 a 20.06.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR. SERVIDOR PERÍODO DE AQUISIÇÃO

0269 Gabriel Arcanjo da Luz 04.01.2014 a 03.01.2015

1109 Valmir Parol 16.10.2013 a 15.10.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 179/2015

PORTARIA Nº 179/15, de 01 de Junho de 2015.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.06.2015 a 30.06.2015, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1890 Berci Ademar Salvador 09.05.2011 a 08.05.2012

0966 Tulyo Sávio Carbone 01.02.2014 a 31.01.2015

1914 Rodrigo Casteller Vicentin 02.06.2014 a 01.06.2015

1893 Marilene Arino Borges 12.05.2014 a 11.05.2015

1227 Maria Madalena P. Feltrin 01.04.2014 a 31.03.2015

1210 Sirlei Aparecida Maragno 01.03.2014 a 28.02.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de junho de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº. 03/15, DE 18 DE MAIO DE 2015.**

RESOLUÇÃO Nº. 03/15, de 18 de maio de 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS PARA TRATAR ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULAR.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Casa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao senhor Vereador CARLOS EVERALDO D'STÉFANI, licença sem vencimentos a partir de 16/05/2015 por 30 (trinta) dias, conforme requerimento nº. 05/2015, para tratar assuntos de interesse particular.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo/SC, em 18 de maio de 2015.

Vereador ÉSIO SIMÃO

Presidente da Câmara

Registrada e Publicada a presente Resolução nesta Secretaria na data Supra.

Vereador OSVALDO FÁVARO

Primeiro Secretário

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2015

EXTRATO DE CONTRATO nº 117/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

OBJETO: Empresa especializada para prestação de serviços de locação de um galpão pré-fabricado em concreto armado e cobertura de fibrocimento a ser instalado nas dependências do clube da bezerra, para realização da 2ª Feira de Amostra de Novilhas do Município.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Modalidade Convite nº 09/2015 e Processo Licitatório 47/2015, Contrato nº 117/2015.

Vargeão, SC, 27 de maio de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.060/15

DECRETO Nº 12.060/15, DE 29 DE MAIO DE 2015.
Torna sem efeito o Decreto nº 11.443/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 9.214/2015,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.443/14, que nomeou DAIRA RAISER DA CRUZ DA SILVA, para exercer o cargo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de maio de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 12.062/15

DECRETO Nº 12.062/15, DE 1º DE JUNHO DE 2015.
Nomeia Professor – Área de Atuação: Educação Infantil

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUEINE MARIELI DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor – Área de Atuação: Educação Infantil, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de junho de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0105/15

Extrato do Contrato n. 0105/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABELA CRISTINA FRANCO JACO

CPF: 942.428.369-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA ATUAR NA SALA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0109/15

Extrato do Contrato n. 0109/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: DOUGLAS HENRIQUE PEREIRA

CPF: 077.736.359-35

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 02 de fevereiro de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0135/15

Extrato do Contrato n. 0135/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DANIELA TEIXEIRA CHAVES

CPF: 051.928.639-10

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A NILDA NELSI BECKEMBACH DOS SANTOS EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 12 de fevereiro de 2015 a 19 de abril de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0138/15

Extrato do Contrato n. 0138/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARISSA MARIA MEISTERLIN

CPF: 060.179.979-80

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A JULIANA ROVEDA KULH EM GOZO DE LICENÇA MATERNIDADE

VIGÊNCIA: de 10 de fevereiro de 2015 a 26 de março de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0166/15

Extrato do Contrato n. 0166/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIVANIR APARECIDA FERREIRA

CPF: 034.909.629-58

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 03 de março de 2015 a 30 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0172/15

Extrato do Contrato n. 0172/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE APPI LEITE

CPF: 026.315.609-57

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A TAHIANA DE OLIVEIRA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 02 de março de 2015 a 15 de julho de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0198/15

Extrato do Contrato n. 0198/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANDA RODRIGUES BOLZANI

CPF: 552.222.859-72

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 17 de março de 2015 a 31 de maio de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0202/15

Extrato do Contrato n. 0202/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: PRISCILA DE CASSIA ALVES

CPF: 074.930.489-83

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 24 de março de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0206/15

Extrato do Contrato n. 0206/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALESANDRA PERAZZOLI DE SOUZA

CPF: 043.889.139-28

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 23 de março de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: ENFERMEIRA

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 3.362,58 (três mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0212/15

Extrato do Contrato n. 0212/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ADRIANA FERLIN

CPF: 083.077.329-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0217/15

Extrato do Contrato n. 0217/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ITAMARA ZILDA BENTO BRUNETO

CPF: 949.639.599-98

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SANDRA ROSELENE STOECKLE FRANCOZ AFASTADA PARA EXERCER ATIVIDADES DE DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0226/15

Extrato do Contrato n. 0226/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: AMÁBILE GUEDES MACHADO

CPF: 086.364.629-83

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SUELI ZORTEA EM LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE CONFORME PERÍCIA MÉDICA

VIGÊNCIA: de 17 de abril de 2015 a 15 de maio de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.325,92 (dois mil, trezentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0229/15

Extrato do Contrato n. 0229/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: TEREZINHA APARECIDA PELLIN PAULETTI

CPF: 746.021.529-53

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE HAVER A VACÂNCIA DO CARGO ENTRE A DATA DA CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO EM VIGOR ATÉ A EFETIVA ENTRADA EM EXERCÍCIO

VIGÊNCIA: de 16 de abril de 2015 a 30 de junho de 2015

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0238/15

Extrato do Contrato n. 0238/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELIANE FAGHERAZZI

CPF: 020.412.879-00

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 20 de abril de 2015 a 22 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSORA – ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.162,96 (um mil, cento e sessenta e dois reais e noventa e seis centavos)

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0251/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0251/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LORINÊS TEREZINHA REOLON

CPF: 025.510.349-22

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e para atender em caráter de urgência a necessidade temporária da demanda" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e para atender em caráter temporário de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, em virtude de haver a vacância do cargo compreendido entre a data da convocação do candidato aprovado no concurso em vigor, até a efetiva entrada em exercício".

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0267/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MIRIAM MAGALDI CARDOSO

CPF: 049.602.239-36

VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2014 até 24 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0079/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0079/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0138/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARISSA MARIA MEISTERLIN

CPF: 060.179.979-80

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 03 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0081/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0081/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0246/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE CZERVINSKI

CPF: 048.975.899-16

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 06 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0082/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0082/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0076/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIANI CRISTINI GOMES

CPF: 023.372.179-73

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 07 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0087/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0087/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0066/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLEILA SALETE VINK CLOSS DE MORAIS

CPF: 048.513.759-30

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 10 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0089/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0089/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0069/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ISABEL NOEMI ANDRIN

CPF: 048.094.689-25

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 09 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0090/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0090/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0528/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EDSON DA SILVA FURTADO

CPF: 008.804.309-66

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 13 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0092/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0092/2015

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0537/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: MARIO SEBASTIÃO LAGOS

CPF: 220.856.889-34

OBJETO: Rescisão a pedido do contratado

VIGÊNCIA: A partir de 13 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0093/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0093/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0052/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LUCIA FERNANDES
CPF: 044.226.679-04
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 09 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0095/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0095/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0417/14
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ALINE FRANCIO CRUZ
CPF: 041.325.089-00
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 09 de abril de 2015.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0118/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0118/2015
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0212/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA FERLIN
CPF: 083.077.329-05
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada
VIGÊNCIA: A partir de 04 de maio de 2015.

PORTARIA Nº 0393/15

PORTARIA nº 0393/15
Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 18343/14, nomeada pela Portaria nº 1438/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no §1º, do art. 284, da Lei Complementar nº 129/12, e do que consta no Processo Administrativo nº 18343/2014;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 24 de maio de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 18343/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de maio de 2015.

Videira, 27 de maio de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 27 dias do mês de maio de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0395/15

PORTARIA nº 0395/15
Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Portaria nº 0752/01,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores SILVANE DA ROCHA PINTO, CAMILA STRAPAZZON, WEUSLEY WILLIAN DE PAULA, ELONI MARIA FRIGUETTO, MIRIAN ESTHER WUNSCH ROSTIROLLA, ROSANI LUIZA SCHNEIDER, RUBIA MARA PINO GOMES BUSETTI, RICARDO BURATTO e ADILES APARECIDA ZAGO CORRÊA para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0767/14.

Videira, 1º de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0396/15

PORTARIA nº 0396/15
Autoriza o Uso de Bens Móveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, §4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 9.355/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso de 03 (três) veículos com respectivo motorista, sendo: Gol (Placa MIF-1173), Doblô (MHG-1681) e Gol (Placa CHV-7774), pela Comissão Eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Videira e Região, no dia 03 de junho de 2015, das 06h45min às 17h00min, a fim de realizarem o pleito eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Videira e Região com o deslocamento de urnas itinerantes.

§1º Os responsáveis pela utilização dos bens se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar o bem;

- b. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- c. Não ceder o uso dos bens a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- d. Recolher imediatamente, ao término do evento, os bens utilizados e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- e. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Os servidores disponibilizados para as funções de motoristas ficam dispensados de suas atividades normais, na data de 03 de junho de 2015, para atendimento do pleito eleitoral.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe ao Departamento de Patrimônio, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições de cada veículo quando da devolução do mesmo.

§4º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre a utilização dos bens, ficando o requerente inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0397/15

PORTARIA nº 0397/15
Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 8908/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, por Videira Pré-Vestibular Ltda, no dia 04 de junho de 2015, das 14h30min às 17h45min, a fim de realizarem um "Aulão Solidário de Literatura".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 02 de junho de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de junho de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 015/2015

PORTARIA Nº 015/2015
Prorroga Prazo de Validade do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2013.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, com fundamento no inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal, bem como no item 2.6 do Edital de Concurso Público nº 001/2013, resolve que:

Art. 1º. Fica prorrogado por mais 02 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público referente ao Edital nº 001/2013, a contar de 06 de junho de 2.015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 06 de junho de 2015.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2015.
CHRISTIANE ZIMMER
Presidente

JACSON DARCI LOCATELI
Vice-Presidente

CLARIMAR RAIMUNDO BETTONI
1º Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 099/2015

PORTARIANº 099/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ELENICE LUDVINSKI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário – ACT, caráter emergencial, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, com aulas de recreação, no período matutino, a partir do dia 01 de junho de 2015, em substituição à servidora ISABEL BORGUESANG MORGHENROTH, afastada para tratamento de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE JUNHO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

PORTARIA Nº 100/2015

PORTARIANº. 100/2015

LUIZ LÚCIO FOSSA, Prefeito Municipal em Exercício de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: IVO PÉTRIS

Cargo: ALMOXARIFE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 02/06/2015 a 01/07/2015, referentes ao período aquisitivo de 18/04/2014 a 17/04/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 02 de junho de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 02 DE JUNHO DE 2015.

LUIZ LÚCIO FOSSA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº AJG 115/2015

DECRETO Nº AJG 115/2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de auxiliar de serviços gerais escolares no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o senhor Valdecir Giachini, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê, SC, inscrito no CPF sob nº 788.128.879-53, portador da Cédula de Identidade 2.078.151, expedida pela SSP/SC, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLARES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 1º de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 116/2015

DECRETO Nº AJG 116/2015

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de médico ginecologista no Concurso Público Municipal, edital nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal n.º AJG 078/2015, de 08/04/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a senhora Larissa Covatti, brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF sob nº 008.348.949-55, portadora da Cédula de Identidade 3.473.366-3, expedida pela SSP/SC, inscrita no CRM/SC sob nº 15573, para o cargo de MÉDICO GINECOLOGISTA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 02 de junho de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2015 PMXV

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015 PMXV, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2015 PMXV devido ao não recebimento de propostas e ter sido declarado Deserto.

Xavantina/SC, em 02 de junho de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

DECRETO 058/2015

DECRETO Nº 058/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE XAVANTINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO JUNES POLETTTO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a data de 04 de Junho de 2015, onde é Celebrado o dia de Corpus Christi, em alusão à quinta-feira santa quando Jesus instituiu o sacramento da eucaristia;

Considerando que no dia 05/06/2015 é a ultima data para vacinação contra a gripe, realizada pela Secretaria de Saúde Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todas as repartições públicas municipais, exceto para a Secretaria Municipal de Saúde, na data de 05 de Junho de 2015, em virtude do dia de Corpus Christi, na data de 04 de Junho de 2015.

§ 1º Na Secretaria Municipal de Saúde o atendimento será normal em virtude a vacinação contra a gripe.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, SC, 29 de Maio de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero
Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PE 14/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2015 PMXV

Objeto: Aquisição de Grampos Limpadores de Solo Novos para o Departamento de Agricultura, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 18/06/2015.

Abertura: dia 18/06/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 03 de junho de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

1085

PORTARIA Nº 679/2015

Arquiva Sindicância Administrativa Disciplinar, Portaria nº 1085/2013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, art. 200, parte final, da Lei 1.729/94; e,

Considerando que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e eficiência, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

Considerando que, a Comissão Sindicante respeitou os princípios do contraditório e da ampla defesa;

Considerando a insuficiência probatória, em relação à conduta praticada por ambas as sindicadas;

RESOLVE:

Art. 1º. Arquivar a sindicância administrativa nº. 1085/2013, deixando de instaurar Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente em vigor, na data de sua publicação.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de junho de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

AVISO DE DISPENSA 030/2015

MUNICIPIO DE XAXIM – SC
PROCESSO LICITATÓRIO 108/2015

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 030/2015

O município de Xaxim, através de seu Prefeito comunica que está homologada a licitação supracitada que tem por objeto a locação de sala comercial para o funcionamento do Departamento de Merenda Escolar, tudo em conformidade com o cronograma e os pareceres anexo ao presente processo, a saber:

Fornecedores/Valor homologado: Luiz Adolfo Pierezan. CPF: 010.554.749-27, valor total R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais.

Xaxim, 02 de junho de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

AVISO LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO 043/2015

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 077/2015 – PREGÃO PRESENCIAL N. 043/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para Execução de Reforma do Ginásio de Esportes da Escola Municipal Dom Bosco do Município de Xaxim - SC, incluindo mão de obra e materiais.

A Pregoeira Oficial do Município de Xaxim torna público para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado deflagrou-se DESERTO, pela terceira vez, considerando a inexistência de licitantes na sessão.

Xaxim (SC), 02 de junho de 2015.
Marinilse de Freitas Fin
Pregoeira

Decreto 198

DECRETO Nº. 198/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 160.707.580-3.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 01 de junho de 2015, a servidora municipal EUGENIA SOMENSI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, portadora da matrícula 1340, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de junho de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 199

DECRETO Nº 199/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, Considerando a superlotação de sepulturas e a ausência de espaço para a abertura de novas covas no Cemitério Municipal, instituída pelo Decreto nº 199/15, que constata: PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM – ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. IdacirAntonioOrso, usando das atribuições que lhes confere o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal de Xaxim.

CONSIDERANDO a superlotação do Cemitério Municipal, e a inexistência de espaço físico para abertura de novas covas e sepulturas;

CONSIDERANDO a existência de cadastro desatualizado, com diversos túmulos e sepulturas sem identificação;

CONSIDERANDO o estado de abandono de diversas sepulturas, por parte dos interessados;

CONSIDERANDO a necessidade de abertura de espaços para novas sepulturas uma vez que o Município momentaneamente não dispõe de recursos para aquisição de outra área;

CONSIDERANDO a necessidade de se promover à organização, revitalização somada à necessidade de adequação do mesmo às exigências legais;

CONSIDERANDO que o artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal prevê:

Art. 37

[...]

§6º -As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviço público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

CONSIDERANDO que o artigo 5º, inciso II da Constituição Federal dispõe:

Art. 5º

[...]

II-Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

DECRETA:

Art. 1º. Cabe ao órgão municipal que responde pela administração dos cemitérios públicos ceder e retomar os terrenos para sepulturas; fiscalizar a utilização das concessões e serviços de mão-de-obra nos cemitérios; autorizar as inumações, exumações e realocações de restos mortais para ossários ou para cremação.

Art. 2º. Atendendo as diretrizes nacionais de saneamento básico e a política municipal de saneamento básico e meio ambiente, as sepulturas dos cemitérios do Município deverão estar identificadas e em bom estado de conservação, considerando-se em abandono ou em ruína as que se encontrarem nas seguintes situações:

I- As que não estiverem identificadas, ou que não forem identificadas após decorridos os prazos de notificações deste.

II- As que estiverem mal conservadas, necessitando reparos, a fim de garantir a segurança e a salubridade do cemitério.

Art. 3º. Os permissionários de terrenos ou seus herdeiros são obrigados a efetuar o serviço de limpeza e obras de conservação e reparação dos jazigos, indispensáveis à decência, segurança e salubridade do Cemitério.

Art. 4º. O Poder Executivo Municipal, constatando o abandono ou ruína da sepultura em qualquer das hipóteses do art. 2º, elaborará laudo de vistoria e notificará através imprensa oficial, em jornal de grande circulação, edital, cópia do edital de chamamento colocada em local visível no Cemitério Municipal, pela sepultura ou seu representante legal, para que no prazo de 60 (sessenta) dias,

contados da última publicação, para os interessados reclamarem, mediante requerimento, os restos mortais de seus entes.

Art. 5º. Se os serviços ou obras não forem realizados no prazo previsto neste artigo, o terreno em abandono reverterá automaticamente ao Município, sem direito à reclamação ou indenização de qualquer espécie.

Parágrafo Único: A exumação dos restos mortais será feita através da separação dos corpos em sacos e a transferência para ossuário, devidamente identificados, anotados em livro próprio e sem qualquer custo.

Art. 6º. Para o reconhecimento das sepulturas será necessário apresentação de documentos pessoais para a identificação de parentesco com as pessoas sepultadas em cada lote, de acordo com a planta do cemitério municipal.

Art. 7º. O Programa de Revitalização instituído por este Decreto fica a cargo da Comissão especialmente designada para esse fim, que será composta dos seguintes membros:

NADIR CHIODI

ILIANE EVANGELISTA DE MARCO

Parágrafo Único: Todo o procedimento será autuado sob a forma de processo administrativo, onde terão os documentos necessários, devidamente outorgados.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim, 01 de junho de 2015.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador-Geral do Município

Decreto 201

DECRETO Nº. 201/2015.

Nomeia cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, pelo presente Decreto, a Sra. EDILAINE CORREA LEITE, CPF: 079.363.559-44, a partir da presente data, no cargo de ASSESSOR ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, deste município de Xaxim – SC, percebendo a remuneração constante em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira
Diretor Geral de Administração e RH

Decreto 202

DECRETO Nº. 202/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal GRAZIELI BUGIAREKI, no cargo ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, portadora da matrícula 5873, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 01 de junho de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 02 de junho de 2015.

Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro
Procurador Geral do município

Associações

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015 – CEPAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2015 – CEPAM

A Secretária do Colegiado Estadual de Procuradores e Advogados Municipais de Santa Catarina - CEPAM, THAYSE STIEVEN FLECK, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 09 de junho de 2015.

Hora: 08h30.

Local: AMOSC - Av. Getúlio Vargas, 571, Centro, Chapecó/SC CEP: 89.812-000 Tel: (49) 3319-3232.

Ordem do dia:

1. Projeto Lar Legal;
2. Ressarcimento Adm. De despesas do SUS pelo Município frente ao Estado e União;
3. Saúde Fiscal;
4. Lei 13019/2014;
5. Programa de Redução da Litigiosidade do Poder Judiciário de Santa Catarina;
6. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 29 de maio de 2015.

THAYSE S. FLECK

Secretária do CEPAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2015 - COLECOM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2/2015 - COLECOM

O Coordenador Geral do Colegiado de Comunicação dos Municípios de Santa Catarina – COLECOM e Assessor de Comunicação da AMURES, Oneris Lopes, de acordo com o disposto no Regimento Interno, CONVOCA os membros titulares/suplentes do Colegiado para reunião.

Data: 09 de junho de 2015

Horário: 9h às 16h30

Local: Associação dos Municípios da Região de Laguna – AMUREL – Rio Branco, 67 – Centro, Tubarão/SC - Fone: (48) 3626 5711

Ordem do Dia:

- 1) Planejamento do Seminário Estadual de Comunicação Municipal;
- 2) Ação para efetivação dos Colegiados Regionais;
- 3) Diagnóstico completo da situação dos 295 municípios de SC com ou sem Assessorias de Comunicação e das respectivas Associações de Municípios;
- 4) Padronização dos Regimentos Internos dos Colegiados Regionais;
- 5) Criação de um informativo do COLECOM;
- 6) Sites Municipais;
- 7) Eleição e posse da nova diretoria;
- 8) Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 02 de junho de 2015.

ONERIS LOPES

Coordenador Geral do COLECOM

Consórcios

ARIS

PORTARIA/DIRETOR GERAL Nº 008 DE 02 DE JUNHO DE 2015

PORTARIA/Diretor Geral nº 008 de 02 de junho de 2015

Estabelece o dia 05 de junho de 2015 como ponto facultativo de serviço público na ARIS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo o dia de 05 de junho de 2015.

Parágrafo único. Retorna o expediente normal de serviço a partir das 08h30min do dia 08 de junho de 2015.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 02 de junho de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

CIGA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2015

CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 03/2015

CONVENIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, doravante denominado CIGA, neste ato representado por seu Presidente Sr. Charles Rafael Schwambach, portador da Carteira de Identidade nº 3.211.708 e CPF nº 891.667.959-15, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, com sede na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, Garopaba SC, CEP – 88495-000, inscrita no CNPJ nº 82.836.057/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Sr. PAULO SERGIO DE ARAÚJO, portador da Carteira de Identidade nº 5/R 1901492 e CPF nº 675.070.429-87 resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

Constitui objeto do presente Convênio de Cooperação Técnica o compartilhamento de conhecimento tecnológico para desenvolvimento de soluções e sistemas para promover a gestão pública, em especial na área de gestão dos processos e cadastro imobiliário geo-processado das prefeituras, com ferramentas voltadas a interação dos entes do poder Executivo com outros entes federados e os cidadãos via internet.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Sistemas

A Prefeitura de Garopaba compartilhará com o CIGA, a tecnologia usada no desenvolvimento de melhorias de Sistemas e Programas de Gestão e o CIGA disponibilizará o conhecimento e os sistemas em fase de testes para uso da Prefeitura até que atenda as necessidades e que possa ser usado por outras Prefeituras.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Para consecução do objeto estabelecido neste Convênio de Cooperação, constituem atribuições:

I- DO CIGA:

- Disponibilizar e manter em testes os sistemas em fase de desenvolvimento e de interesse do executivo municipal de Garopaba;
- Participar das discussões sobre inovações ou mudanças a serem implementadas nas soluções que estejam em testes.

II- DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA:

- Promover e incentivar junto aos seus servidores o uso das soluções que estejam sendo desenvolvidas com vistas a melhorias dos processos e da gestão.

CLÁUSULA QUARTA – OUTROS PARTICIPES

O CIGA e a PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA ficam autorizados a mobilizar outras instituições parceiras que possam contribuir com os objetivos desta cooperação como associações regionais de municípios e a Federação Catarinense de Municípios – FECAM.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

A execução do presente Convênio de Cooperação não dependerá da liberação de recursos entre as partes envolvidas.

PARÁGRAFO ÚNICO

Se durante a execução do presente Convênio ocorrer a necessidade de qualquer recurso financeiro a cargo das partes envolvidas, para execução de determinadas etapas do projeto, o mesmo deverá ser disciplinado por novo acordo entre as partes através de celebração de convênios ou contrato de repasse obedecendo as legislações pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

A vigência do presente Convênio de Cooperação contará a partir da data de sua assinatura por um período de 2 (dois) anos e sua validade e eficácia decorrerá da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios.

O Convênio de Cooperação poderá ser alterado ou prorrogado mediante acordo prévio entre os partícipes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Convênios Aditivos. As alterações de prazo poderão ocorrer antes do término da vigência do Convênio, por sucessivos períodos de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Convênio de Cooperação poderá ser denunciado a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexecutável, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida do presente Convênio de Compromisso será efetivada por extrato no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), em até 05 dias úteis após a assinatura.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Os partícipes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que porventura possam surgir da execução do presente Convênio de Compromisso.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes, inicialmente nomeados, firmam o presente Convênio de Cooperação, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Florianópolis, 06 de maio de 2015.

Charles Rafael Schwambach	Paulo Sérgio de Araújo
Presidente do CIGA	Prefeito de Garopaba
Testemunhas:	

CIMCATARINA

AVISO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº TA.AT15CIMCATARINA023

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº TA.AT15CIMCATARINA023

AT14CIMCATARINA3188

Fornecedor: CLARO S/A

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP). Resolvem adequar o preço ao praticado pelo mercado, em conformidade com o item, 10.1.1, do edital, reduzindo o valor dos ITENS 76, 77, 78, 83, 87, 95 e 96. Data: 17.09.2014. Validade: 17.09.2014 a 16.09.2015. PAL nº: 0027/2014 - Pregão Presencial nº: 0006A. Registro de Preços nº: 0023.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.

Elói Rönnau

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2015 - CARTUCHOS DE TONER E CORRELATOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0011/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0012/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Cartuchos de Toner e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, durante o período de 01 de julho de 2015 à 31 de dezembro de 2015. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 03/06/2015 até às 09:00 horas do dia 17/06/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 17/06/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 17/06/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2015 - MEDICAMENTOS

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado, Medicamentos e Correlatos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso e Videira, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1316;

AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1317;

AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1318;

AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1319.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 07.05.2015 à 31.05.2015. PAL nº: 0003/2015. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0003.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2015 - MATERIAL AMBULATORIAL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2015

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais ambulatoriais e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Macieira, Lebon Régis, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Timbó Grande e Videira, , durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDORES:

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1320;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1321;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1322;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1323;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1324;

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT15CIMCATARINA1325;

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA1326;

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA1327;

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA1328;

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA1329;

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA1330;

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA1331;

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S.A - Ata nº AT15CIMCATARINA1332.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 07.05.2015 à 30.06.2015. PAL nº: 0004/2015. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0005/2015 - EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0005/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Equipamentos de Informática e Correlatos, para uso do Órgão Participante do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Município de Arroio Trinta, Brunópolis, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Lebon Régis, Monte Carlo, Pinheiro Preto e Salto Veloso, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

FORNECEDOR:

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1415;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1416;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1417;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1418;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1419;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1420;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1421;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1422;

CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP - Ata nº AT15CIMCATARINA1423.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 20.05.2015 à 31.08.2015. PAL nº: 0006/2015. Pregão Eletrônico nº: 0005. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0007/2015 - MATERIAL ODONTOLÓGICO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0007/2015

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Odontológicos e Correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiã, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o período de 01 de junho de 2015 à 31 de outubro de 2015.

FORNECEDORES:

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1424;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1425;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1426;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1427;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1428;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1429;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1430;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1431;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1432;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1433;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1434;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1435;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1436;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1437;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1438;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1439;

BIO LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI - Ata nº AT14CIMCATARINA1440;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1441;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1442;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1443;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1444;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1445;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1446;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1447;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1448;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1449;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1450;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1451;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1452;

D&D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1453;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1454;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1455;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1456;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1457;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1458;

DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1459;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1460;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1461;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1462;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1463;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1464;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1465;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1466;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1467;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1468;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1469;
DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1470;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1471;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1472;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1473;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1474;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1475;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1476;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1477;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1478;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1479;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1480;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1481;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1482;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1483;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1484;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1485;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1486;
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1487;
DUTRAMED DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1488;
DUTRAMED DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1489;
DUTRAMED DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1490;
DUTRAMED DISTRIBUIDORA LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1491;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1492;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1493;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1494;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1495;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1496;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1497;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1498;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1499;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1500;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1501;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1502;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1503;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1504;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1505;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1506;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1507;
ELISVANDIA MATOS DONINI ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1508;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1509;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1510;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1511;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1512;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1513;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1514;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1515;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1516;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1517;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1518;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1519;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1520;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1521;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1522;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1523;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1524;
EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1525;
MEDIS COMERCIAL ODONTO MEDICA LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1526;
MEDIS COMERCIAL ODONTO MEDICA LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1527;
MEDIS COMERCIAL ODONTO MEDICA LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1528;

[illegible]

LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1586;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1587;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1588;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1589;
PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E
LABORATORIAL LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1590;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1591;
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1592;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1593;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1594;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1595;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1596;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1597;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1598;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1599;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1600;
ROSSATO & BERTHOLD LTDA EPP - Ata nº AT14CIMCATARINA1601;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1602;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1603;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1604;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1605;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1606;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1607;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1608;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1609;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1610;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1611;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1612;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1613;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1614;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1615;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1616;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1617;
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1618.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 01.06.2015 à 31.10.2015. PAL nº: 0009/2015. Pregão Eletrônico nº: 0007. Registro de Preços nº: 0008.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0008/2015 - MATERIAL DE EXPEDIENTE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0008/2015

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de materiais de expediente e correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Abdon Batista, Brunópolis, Caçador, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiama, Iomerê, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Timbó Grande e o Consórcio Intermunicipal Catarinense, durante o período de 14 de maio de 2015 à 30 de setembro de 2015.

FORNECEDORES:

3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1333;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1334;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1335;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1336;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1337;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1338;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1339;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1340;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1341;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1342;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1343;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1344;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1345;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1346;
3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1347;

ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1348;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1349;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1350;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1351;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1352;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1353;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1354;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1355;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1356;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1357;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1358;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1359;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1360;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1361;
ANA PAULA TAVELLA MACHADO DOS SANTOS ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1362;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1363;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1364;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1365;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1366;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1367;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1368;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1369;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1370;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1371;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1372;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1373;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1374;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1375;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1376;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1377;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1378;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1379;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1380;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1381;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1382;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1383;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1384;
DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1385;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1386;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1387;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1388;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1389;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1390;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1391;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1392;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1393;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1394;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1395;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1396;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1397;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1398;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1399;
MAXIM QUALITTA COMÉRCIO LTDA - Ata nº AT14CIMCATARINA1400;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1401;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1402;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1403;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1404;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1405;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1406;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1407;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1408;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1409;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1410;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1411;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1412;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1413;
PATRÍCIA M. MULLER ME - Ata nº AT14CIMCATARINA1414.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 013, de 07 de julho de 2014, Resolução nº 14, de 07 de julho de 2014, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 14.05.2015 à 30.09.2015. PAL nº: 0010/2015. Pregão Eletrônico nº: 0008. Registro de Preços nº: 0009.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015.
Elói Rønnau
Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0005_2015 - TELEFONICA

TERMO ADITIVO N.º 0005/2015/CIMCATARINA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0012/2014
OBJETO:	Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS.
DATA:	17/10/2014
LICITAÇÃO:	PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/Pregão Presencial nº 0006A

Art. 1º - As partes do contrato em epígrafe, em conformidade com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 72 do contrato supracitado, que passa a ser o total constante no quadro abaixo:

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
72	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia 600MB	9	9	Serviço	25,00	225,00

Art. 2º - Fica alterada a cláusula terceira do valor mensal do contrato de R\$ 21.565,45 (vinte e um mil quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) para R\$ 21.590,45 (vinte e um mil quinhentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos) e do valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de R\$ 517.570,80 (quinhentos e dezessete mil quinhentos e setenta reais e oitenta centavos) para R\$ 517.995,80 (quinhentos e dezessete mil novecentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 14 de maio de 2015.

Consórcio Interm. Catarinense - CIMCATARINA Elói Rønnau Diretor Executivo/Contratante	TELEFÔNICA BRASIL S/A Cleber Pinheiro de Lima Contratado
---	--

TELEFÔNICA BRASIL S/A José Oscar Azevedo Júnior Contratado
--

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0006_2015 - TELEFONICA

TERMO ADITIVO N.º 0006/2015/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONSÓRCIO:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA
FORNECEDOR:	TELEFÔNICA BRASIL S/A
CONTRATO:	CONTRATO 0005/2015
OBJETO:	Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS.
DATA:	20/01/2015
LICITAÇÃO:	PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/Pregão Presencial nº 0007/2014

Art. 1º - As partes do contrato em epígrafe, em conformidade com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, de comum acordo, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 23 do contrato supracitado, que passa a ser o total constante no quadro abaixo:

Item	Serviço	Descrição	Quantidade de Linhas	Estimativa Consumo Mensal	Unidade	Preço Unitário	Preço Total Mensal
23	Assinatura	Serviços de Tráfego de Dados 3G – Franquia 2GB	2	2	Serviço	45,00	90,00

Art. 2º - Fica alterada a cláusula terceira do valor mensal do contrato de R\$ 1.421,80 (Hum mil quatrocentos e vinte e um reais e oitenta centavos) para R\$ 1.466,80 (hum mil quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e do valor total para os 24 (vinte e quatro)

meses de R\$ 34.123,20 (trinta e quatro mil cento e vinte e três reais e vinte centavos) para R\$ 35.563,20 (trinta e cinco mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 14 de maio de 2015.

Consórcio Interm. Catarinense - CIMCATARINA Elói Rønnau Diretor Executivo/Contratante	TELEFÔNICA BRASIL S/A Cleber Pinheiro de Lima Contratado
---	--

TELEFÔNICA BRASIL S/A José Oscar Azevedo Júnior Contratado
--

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0007_2015 - REVOLUCION

TERMO ADITIVO N.º 0007/2015/CIMCATARINA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATADO:	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO.
CONTRATO:	0010/2014/CIMCATARINA; ADITIVO 0023/2014 CIMCATARINA
DATA:	01.09.2014
VIGÊNCIA:	01.09.2014 a 31.08.2015

Art. 1º - Em conformidade com o item 12.1.3 do termo de referência, devido a inclusão do Municípios de Abdon Batista e do Município de Curitiba ao programa de licitação do CIMCATARINA e utilização do sistema de Controle Processo Administrativo Licitatório, altera-se o percentual de utilização de 5.5879% para 6.3987%.

Art. 2º - Fica alterado o valor do item 1 da clausula primeira conforme abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR CONTRA-TADO R\$	VALOR ALTE-RADO R\$
1	Serv./Mês	a) Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios. b) Atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico. c) Hospedagem do Software.	4.200,25	4.809,70

Art. 3º - Altera-se o valor total do contrato presente na clausula terceira passando de R\$ 50.605,75 (cinquenta mil seiscentos e cinco reais e setenta e cinco centavos), para R\$53.043.55 (cinquenta e três mil, quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

Art. 4º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 14 de maio de 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA Elói Rønnau Diretor Executivo	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME Roberto Pires da Silva Contratado
CONTRATANTE	

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO ADITIVO DE CONTRATO 0008_2015 - HBINFO

TERMO ADITIVO N.º 0008/2015/CIMCATARINA

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA
CONTRATADO:	HBINFO PROVEDOR LTDA - ME
CONTRATO/ ADITIVOS	CT0007/2013/CINCO
OBJETO:	Contratação de empresa especializada no ramo de internet fibra ótica, para fornecimento de link com velocidade mínima de 5mb.
DATA:	03.06.2013
VIGÊNCIA:	03.06.2013 a 31.05.2015

Art. 1º - Fica alterada a velocidade do link de internet constante na clausula primeira para no mínimo 15mb.

Art. 2º - Fica alterada a vigência do contrato em epigrafe, presente na clausula segunda, passando a vigorar até 31.05.2016.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 29 de maio de 2015.

Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA	HBINFO PROVEDOR LTDA ME
Elói Rönna	Wilson Ribeiro Cardoso Júnior
Diretor Executivo	CONTRATADA

Testemunhas:

1ª -
2ª -

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_CIMCATARINA_011

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 011/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: TIM CELULARES S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 948,71 (novecentos e quarenta e oito reais e setenta e um centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$ 22.769,04 (vinte e dois mil setecentos e sessenta e nove reais e quatro centavos).Data: 20.05.2015. Vigência: 20.05.2015 a 19.05.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0027/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0006A/2014.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO CT2015_CIMCATARINA_012

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº - 012/2015 - CIMCATARINA

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

CONTRATADA: CLARO S.A

OBJETO: Contratação de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP), para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital, na modalidade tipo Plano corporativo Pós-pago, com fornecimento de SIMCARDS, para atender às necessidades do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA e através dele às necessidades dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados. Valor Estimado R\$ 1.877,25 (um mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e cinco centavos), e o valor total para os 24 (vinte e quatro) meses de contratação é de R\$45.054,00 (quarenta e cinco mil e cinquenta e quatro reais).Data: 26.05.2015. Vigência: 26.05.2015 a 25.05.2017. Contrato vinculado ao Processo Licitatório Nº 0027/2014 – CIMCATARINA, na modalidade de Pregão Presencial Nº 0006A/2014.

Fraiburgo (SC), 02 de junho de 2015

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMARP**1º ADITIVO CONTRATO 15 2015 BIO SAUDE**

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA/ LABORATÓRIO BIO SAÚDE, CNPJ 08.542.283/0001-05, situada na Avenida João Marques Vieira, nº. 601 – Centro - Fraiburgo/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Fabiano Martinello, RG 3.722.553, CPF 004.853.709-80, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA, conforme as Cláusulas a seguir especificadas: CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
toxoplasmose Igg avidez	9016201*	45,00

(*) código próprio CISAMARP

Parágrafo único - (...)

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 20 de maio de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
Fabiano Martinello

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti Vera Matheus de Castro
425.790.239-68 033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CONTRATO 2015 SANTA RITA

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA, CNPJ 86.891.173/0001-62, situada na Rua Herculano Coelho de Souza, Nº 376, Caçador-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Márcia Régia Mostiak Souza Viera, RG 1.330.313, CPF 537.906.109-68, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA, conforme as Cláusulas a seguir especificadas: CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
toxoplasmose Igg avidez	9016201*	45,00

(*) código próprio CISAMARP

Parágrafo único - (...)

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 20 de maio de 2015.
Gilberto Amaro Comazzetto
Márcia Régia Mostiak Souza Viera

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti Vera Matheus de Castro
425.790.239-68 033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO 2015 BIO SAUDE

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 14/2015 - J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA .

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado J & F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 08.542.283/0001-05, situada na Avenida João Marques Vieira, nº. 601 – Centro - Fraiburgo/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Fabiano Martinello, RG 3.722.553, CPF 004.853.709-80, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 14/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas: **CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 14/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
toxoplasmose Igg avidéz	9016201*	45,00

(*) código próprio CISAMARP

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 14/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 20 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Fabiano Martinello

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti

425.790.239-68

Vera Matheus de Castro

033.681.689-83

Humberto Dalpizzol

OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO 2015 SANTA RITA

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 28/2015 - LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto CPF 550.201.009-00 e de outro lado LABORATÓRIO CLÍNICO SANTA RITA LTDA, CNPJ 86.891.173/0001-62, situada na Rua Herculano Coelho de Souza, Nº 376, Caçador-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Márcia Régia Mostiak Souza Viera, RG 1.330.313, CPF 537.906.109-68, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 28/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas: **CLÁUSULA PRIMEIRA**

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO – do Termo de Credenciamento 28/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
toxoplasmose Igg avidéz	9016201*	45,00

(*) código próprio CISAMARP

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 28/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 20 de maio de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Márcia Régia Mostiak Souza Viera

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti

425.790.239-68

Vera Matheus de Castro

033.681.689-83

Humberto Dalpizzol

OAB/SC 15588

Editais de Notificação

ÁGUA DOCE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 751/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 751/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFV0687	54996075E	07/03/2015	51851	167	127.69
MIE1883	54996010E	09/02/2015	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EVARISTA BERNARDETE TRENTTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 422/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 422/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADC3131	8774079879	26/01/2015	74550	218 * I	85.12
AQU3180	8774080101	14/02/2015	74630	218 * II	127.69
AUO9418	8774080696	22/03/2015	74630	218 * II	127.69
INS4471	8774080445	06/03/2015	74550	218 * I	85.12
ITD2838	8774080150	14/02/2015	74550	218 * I	85.12
LXC5356	8774080484	09/03/2015	74550	218 * I	85.12
LXX3279	8774079907	31/01/2015	74550	218 * I	85.12
MAF1186	8774079878	31/01/2015	74630	218 * II	127.69
MDB9887	8774079797	24/01/2015	74550	218 * I	85.12
MED5029	8774079714	21/01/2015	74550	218 * I	85.12
MFF0094	8774080031	05/02/2015	74550	218 * I	85.12
MFF0094	8774080039	07/02/2015	74630	218 * II	127.69
MHO4735	8774080736	20/03/2015	74550	218 * I	85.12
MJS2871	8774079895	29/01/2015	74630	218 * II	127.69
MJY3151	8774079890	28/01/2015	74550	218 * I	85.12
MKL7774	8774080443	06/03/2015	74550	218 * I	85.12
MLI2700	8774080718	17/03/2015	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EVARISTA BERNADETE TRENTTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 749/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 749/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBI6217	54995987E	02/05/2015	51180	164 c/c 162 * I

MBI6217 54995986E 02/05/2015 50100 162 * I
MJX5796 54996034E 25/04/2015 69710 238

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 750/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 750/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAA9128	54995887E	25/04/2015	51852	167
MAA9128	54995886E	25/04/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EVARISTA BERNARDETE TRENTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 421/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 421/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABK9238	8774081174	15/04/2015	74630	218 * II
ACT3456	8774081539	03/05/2015	74550	218 * I
ADP6088	8774081190	17/04/2015	74550	218 * I
ADP6088	8774081191	17/04/2015	74550	218 * I
AIB6105	8774081244	19/04/2015	74550	218 * I
AJD6703	8774081634	06/05/2015	74550	218 * I
ATK2740	8774081329	22/04/2015	74550	218 * I
ATZ8037	8774081501	28/04/2015	74550	218 * I
AVW5251	8774081292	19/04/2015	74550	218 * I
AWA8563	8774081521	01/05/2015	74550	218 * I
BYM0831	8774081276	18/04/2015	74550	218 * I
LWX7193	8774081413	22/04/2015	74550	218 * I
LZE3320	8774081080	12/04/2015	74550	218 * I
LZU6074	8774081235	19/04/2015	74550	218 * I
MAT7795	8774081267	17/04/2015	74550	218 * I
MBI9755	8774081246	19/04/2015	74710	218 * III
MBI9755	8774081236	19/04/2015	74550	218 * I
MBI9755	8774081241	19/04/2015	74550	218 * I
MBI9755	8774081201	17/04/2015	74550	218 * I
MBI9755	8774081203	17/04/2015	74550	218 * I
MEM6151	8774081442	25/04/2015	74550	218 * I
MFN5299	8774081663	10/05/2015	74550	218 * I
MGN1940	8774081243	19/04/2015	74550	218 * I
MGX2079	54042597N	22/04/2015	50020	257 8S
MKB2614	8774081173	15/04/2015	74550	218 * I
MKE7728	8774081215	18/04/2015	74550	218 * I
MLW9236	8774081271	17/04/2015	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EVARISTA BERNADETE TRENTTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

ANCHIETA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 488/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 488/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CGZ7523	55869407D	04/03/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 487/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 487/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AQC5978 55869480D 17/04/2015 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ANTÔNIO CARLOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 559/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 559/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

DTM0283 54472326E 25/03/2015 50100 162 * I 574.61
IHV0018 54471471E 07/01/2015 51851 167 127.69
LXD6425 54471078E 03/01/2015 50100 162 * I 574.61
MBA3213 54471435E 22/02/2015 69120 232 53.20
MCG5284 54471425E 31/01/2015 65992 230 * V 191.53
MCP8995 54471466E 06/01/2015 50100 162 * I 574.61
MDO3547 54471417E 17/01/2015 50371 162 * III 574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 558/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 558/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHI9511	54472104E	07/05/2015	51851	167
AMS6456	54472102E	07/05/2015	51851	167
MIA0591	54472103E	07/05/2015	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

ASCURRA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 712/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 712/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBF5724	54925999E	13/03/2015	51851	167	127.69
MCR2567	54925883E	30/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MGO4123	54925950E	19/02/2015	51851	167	127.69
MIF1261	54925909E	09/02/2015	59320	203 * II	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 711/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 711/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JUL4400	54272473F	16/05/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE SANTANA AMARANTE
DELEGADO DE POLICIA

ATALANTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 312/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 312/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIB8676	54019974F	07/03/2015	50100	162 * I	574.61
BIB8676	54019973F	07/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CJQ7277	54019907F	24/01/2015	51691	165	1915.38
CJQ7277	54019905F	24/01/2015	50100	162 * I	574.61
LYS9219	54019871F	28/01/2015	51851	167	127.69
MDF4591	54019821F	23/01/2015	52070	169	53.20
MFN3053	54019807F	16/01/2015	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

ATALANTA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 311/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 311/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAW0879	54020037F	13/05/2015	51851	167
MCS9848	54020118F	18/04/2015	52070	169
MCS9848	54020119F	18/04/2015	66020	230 * VI
MCS9848	54020120F	18/04/2015	69120	232
MCS9848	54020121F	18/04/2015	67261	230 * XVIII
MHP7342	54020079F	23/04/2015	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

BARRA VELHA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1148/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1148/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIF4754	54524597E	01/11/2014	65992	230 * V	191.53
ANI9321	54522909E	16/01/2015	51851	167	127.69
APQ8372	54525257E	01/01/2015	51851	167	127.69
APQ8372	54525258E	01/01/2015	51852	167	127.69
ARE2178	54523914E	28/12/2014	55250	181 * XV	85.12
ARR2836	54525027E	17/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
ARR2836	54525029E	17/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
CJB9592	54257391E	22/03/2013	69200	233	127.69
DUL9250	54523417E	01/03/2015	65992	230 * V	191.53
JRV5036	54524947E	28/02/2015	65992	230 * V	191.53
LXT2595	54523399E	12/01/2015	51851	167	127.69
LYX7998	55576593D	07/02/2012	65992	230 * V	191.53
LYX7998	55576594D	07/02/2012	67261	230 * XVIII	127.69
LZA3049	54830388C	16/08/2010	50100	162 * I	574.61
LZH4093	54256934E	01/07/2013	65992	230 * V	191.53
LZH4093	54523599E	29/01/2015	50450	162 * V	191.53
MBN9153	54521407E	29/01/2014	60412	207	127.69
MCB1874	55578379D	03/12/2012	65992	230 * V	191.53
MCO2162	54520526E	19/01/2014	50450	162 * V	191.53
MCP6911	54259420F	31/01/2015	51851	167	127.69
MDZ4964	55677492C	27/07/2010	65992	230 * V	191.53
MEI2157	54525272E	17/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MFH5869	54525277E	30/01/2015	65992	230 * V	191.53
MFW8052	54258450E	04/07/2013	54521	181 * VIII	127.69
MGA0370	54520955E	04/11/2013	69200	233	127.69
MGA9174	55675801C	19/08/2011	65992	230 * V	191.53
MGA9174	55675801C	19/08/2011	66372	230 * IX	127.69
MGK3760	54260753F	13/02/2015	65992	230 * V	191.53
MGY7019	54522924E	17/01/2015	51851	167	127.69
MHU3730	55677258C	03/10/2010	52151	170	191.53
MHU3730	55677258C	03/10/2010	52152	170	191.53
MHU3730	55677259C	03/10/2010	57380	186 * II	191.53
MHU3730	55677260C	03/10/2010	58350	195	127.69
MHX6758	54525070E	01/01/2015	55250	181 * XV	85.12
MIB9447	54259402F	31/01/2015	51851	167	127.69
MIQ7001	55576880D	09/03/2012	66372	230 * IX	127.69
MJA3328	54257655E	24/01/2013	65640	230 * II	191.53
MJI6065	55676434C	07/04/2013	50100	162 * I	574.61
MKB7535	54523815E	24/01/2015	66700	230 * XIII	127.69
MKB7535	54523816E	24/01/2015	66371	230 * IX	127.69
MKL9598	54525349E	10/02/2015	54523	181 * VIII	127.69

MLF3730 54261259F 14/02/2015 51851 167 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

WILSON MASSON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1147/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1147/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DGQ3506	54259440F	16/05/2015	66102	230 * VII
LZH5800	54260885F	11/04/2015	65992	230 * V
MBE5759	54259613F	15/04/2015	69120	232
MBG0051	54259601F	14/04/2015	65992	230 * V
MBQ9583	54523117E	05/04/2015	65300	228
MDF6441	54523746E	03/04/2015	65992	230 * V
MFY2752	54524070E	09/04/2015	50450	162 * V
MHS3560	54261054F	01/05/2015	54523	181 * VIII
MKU4457	54260877F	10/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

WILSON MASSON
DELEGADO DE POLICIA

BELA VISTA DO TOLDO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 366/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8512 366/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEE3588	54299673E	02/04/2015	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELA VISTA DO TOLDO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

Biguaçu

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1596/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1596/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBB6999	54841162E	06/02/2015	50100	162 * I	574.61
MGD1879	54841266E	22/01/2015	50100	162 * I	574.61
MGZ7342	54841012E	02/02/2015	65992	230 * V	191.53
MGZ7342	54841013E	02/02/2015	50100	162 * I	574.61
MHG5813	54841239E	06/03/2015	66371	230 * IX	127.69
MHG5813	54841240E	09/03/2015	67691	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1597/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1597/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEK9286	55012779E	18/03/2015	55416	181 * XVII	53.20
AJM6558	54841291E	07/03/2015	55416	181 * XVII	53.20
CBC6262	54841222E	06/02/2015	51852	167	127.69
DDH7522	54839386E	30/12/2014	55416	181 * XVII	53.20
LUX1011	55008483E	06/03/2015	55414	181 * XVII	53.20
MBT5602	54403146D	12/02/2015	55411	181 * XVII	53.20
MCJ7401	55012609E	06/03/2015	54522	181 * VIII	127.69
MDA1229	54840889E	19/02/2015	55414	181 * XVII	53.20

MDC4724	54840843E	30/01/2015	70301	244	*	I	191.53
MDW4150	54843912E	03/03/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MGI0324	54840844E	30/01/2015	70301	244	*	I	191.53
MHU2495	54840916E	27/12/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MHV3400	54840823E	27/12/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MJC7407	54841255E	13/01/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MJC7407	54403147D	28/02/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MJP3221	55012736E	23/03/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MLP9804	55012759E	11/03/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MML9078	54034120N	05/03/2015	50020	257		8\$	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS HENRIQUE RECH
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1594/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1594/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JEP5989	54840724E	01/05/2015	67000	230 * XVI
LZD2506	55008191E	18/04/2015	65992	230 * V
MCA9096	55012905E	06/04/2015	50100	162 * I
MGG0041	55012978E	08/05/2015	50100	162 * I
MJC4031	54840729E	11/05/2015	65992	230 * V
MJC4031	54840730E	11/05/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1595/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1595/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG3551	54843674E	06/05/2015	55250	181 * XV
MCW7596	54843558E	15/04/2015	55415	181 * XVII
MDT8635	54843563E	15/04/2015	54521	181 * VIII
MGP1478	54841107E	09/04/2015	57380	186 * II
MHF9547	55012900E	14/04/2015	55416	181 * XVII
MHH5478	55012898E	14/04/2015	55416	181 * XVII
MHQ9117	55012976E	06/05/2015	61220	214 * I
MLD8889	55012933E	15/04/2015	55411	181 * XVII
MMF8167	54843673E	06/05/2015	55416	181 * XVII
QHB1625	55012929E	13/04/2015	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

BLUMENAU**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 52/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 52/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAC0603	8801011974	12/03/2015	74550	218 * I	85.12
AHG7789	8801011106	02/03/2015	74550	218 * I	85.12
AHT0391	8801011777	09/03/2015	74550	218 * I	85.12
AHT0391	8801012209	15/03/2015	74550	218 * I	85.12
AJN9906	8801012444	16/03/2015	74550	218 * I	85.12
APS3576	8801013635	29/03/2015	74550	218 * I	85.12
AVZ3623	8801012204	14/03/2015	74550	218 * I	85.12
BEQ0500	8801011659	07/03/2015	74630	218 * II	127.69
BGT5008	8801008059	01/02/2015	74550	218 * I	85.12
BOI7029	8801010215	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
CCF0406	8801007995	30/01/2015	74550	218 * I	85.12
CGF5994	8801010288	21/02/2015	74550	218 * I	85.12
CZC8797	8801013808	30/03/2015	74550	218 * I	85.12
DBE5118	8801011408	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
EAC3977	8801010318	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
EDR0184	8801012420	16/03/2015	74550	218 * I	85.12
EDV9160	8801013083	20/03/2015	74550	218 * I	85.12
IOI2425	8801011599	06/03/2015	74550	218 * I	85.12
IQV5521	8801012198	14/03/2015	74550	218 * I	85.12
IQY5451	8801010566	25/02/2015	74550	218 * I	85.12
JPk7553	8801000132	30/09/2014	74550	218 * I	85.12
KIF3297	8801011869	10/03/2015	74550	218 * I	85.12
KKE3486	8801007298	24/01/2015	74550	218 * I	85.12
KMM9827	8801007354	25/01/2015	74550	218 * I	85.12
LQF2314	8801007488	26/01/2015	74630	218 * II	127.69
LWY2730	8801011539	08/03/2015	74630	218 * II	127.69
LWY2730	8801011488	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
LWY2730	8801011477	06/03/2015	74550	218 * I	85.12
LWY3624	8801011762	09/03/2015	74550	218 * I	85.12
LXC1828	8801007336	24/01/2015	74550	218 * I	85.12
LYF8922	8801007227	23/01/2015	74550	218 * I	85.12
LYR6264	8801011858	10/03/2015	74550	218 * I	85.12
LYU3169	8801011137	02/03/2015	74550	218 * I	85.12
LZE2867	8801000312	02/10/2014	74550	218 * I	85.12
LZE5855	8801000125	29/09/2014	74550	218 * I	85.12
LZG4377	8801011404	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
LZG9751	8801000896	25/10/2014	74550	218 * I	85.12

LZH3022	8801010942	01/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBH2672	8801010396	23/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MBK2204	8801011835	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBK2204	8801011868	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBM8039	8801011859	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBQ0100	8801009738	14/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MBX0990	8801012666	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBY9720	8801010141	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MCB2251	8801010377	23/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MCC5574	8801013576	28/03/2015	74710	218	*	III	574.61
MCI8960	8801011544	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCR4514	8801009555	16/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MCT8348	8801009679	13/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MCY4819	8801006681	17/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MDB9860	8801012155	13/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDF5553	8801013829	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDJ3949	8801011526	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MEH6855	8801012439	16/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MEJ0471	8801001029	24/10/2014	74550	218	*	I	85.12
MEJ9927	8801012163	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MEW4387	8801008228	02/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEY4633	8801011674	08/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MEZ2891	8801011911	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFA3631	8801008030	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFG1135	8801010152	21/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MFI2223	8801007781	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFJ7431	8801010512	25/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFL0938	8801011583	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFL7452	8801009593	15/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFN1316	8801007037	21/01/2015	74710	218	*	III	574.61
MFP5114	8801013646	27/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MFU0534	8801011695	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFU1369	8801012144	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFU5724	54029855N	27/02/2015	50020	257	8\$		85.12
MFV6057	8801012457	17/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFV6057	8801010422	24/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFV7207	8801011103	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFY0648	8801012239	14/03/2015	74710	218	*	III	574.61
MFY1343	8801013832	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFY1459	8801010128	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MGA0138	8801011811	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGA1507	8801013587	28/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGA1779	8801011856	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGU9001	8801010924	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MGX8142	8801012211	15/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHD3082	8801009811	16/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHM2376	8801010126	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHX7263	8801013298	25/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHY9235	8801013016	22/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MIA8545	8801011663	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIE2875	8801010913	27/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIK2264	8801012844	20/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIT2432	8801009700	13/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIX8830	8801000051	26/09/2014	74630	218	*	II	127.69
MIX8830	8801000067	28/09/2014	74630	218	*	II	127.69
MJB0905	8801011961	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJB7900	8801009897	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJJ0057	8801009929	18/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MJM9303	8801008889	07/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJN7131	8801010402	23/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJO0810	8801011144	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJT5501	8801006919	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJU6437	8801001190	28/10/2014	74630	218	*	II	127.69

MJW8501	8801011157	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJX3120	8801013644	27/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKA9855	8801009789	15/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKC0988	8801011584	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKG9155	8801012498	17/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKJ2676	8801006906	18/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKQ5906	8801008787	07/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLA2539	8801007774	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLB7193	8801013970	01/04/2015	74550	218	*	I	85.12
MLC3959	8801011127	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLO0273	8801011337	01/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLO0710	8801011800	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLS9431	8801009045	09/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MLV3420	8801006323	14/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLX0061	8801011079	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MMD2121	8801012364	15/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MMJ2220	8801012098	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MRW9551	8801011848	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
NHD7634	8801007028	21/01/2015	74550	218	*	I	85.12
NTV5515	8801012325	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
QHD1744	8801011880	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
QHH8080	8801011750	09/03/2015	74630	218	*	II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 51/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKE4686	8801018099	13/05/2015	74550	218	*	I
ALN6268	8801015317	15/04/2015	74630	218	*	II
AME4220	8801018162	14/05/2015	74550	218	*	I
AME8128	8801015699	18/04/2015	74630	218	*	II
APQ2765	8801017798	08/05/2015	74550	218	*	I
ARO8130	8801014950	11/04/2015	74550	218	*	I
ATM7714	8801016047	23/04/2015	74550	218	*	I
AXK9313	8801015352	15/04/2015	74550	218	*	I
AXW3644	8801017930	11/05/2015	74550	218	*	I
AYU0577	8801017511	07/05/2015	74550	218	*	I
BBZ1212	8801011471	06/03/2015	74550	218	*	I
BWB7889	8801016004	22/04/2015	74550	218	*	I
CAW4521	8801018202	14/05/2015	74550	218	*	I
CFF0323	8801015549	16/04/2015	74550	218	*	I
CRH8594	8801018047	12/05/2015	74550	218	*	I
DAY3273	8801018038	12/05/2015	74550	218	*	I
DFX5175	8801017801	08/05/2015	74550	218	*	I
DLC7363	8801015095	12/04/2015	74550	218	*	I
DSK4463	8801015240	14/04/2015	74550	218	*	I
EBU6364	8801015126	13/04/2015	74550	218	*	I
EEP0097	8801015624	19/04/2015	74550	218	*	I
GPB4235	8801015758	20/04/2015	74550	218	*	I
GPB4235	8801016031	23/04/2015	74550	218	*	I
GPB4235	8801016196	26/04/2015	74630	218	*	II
GPB4235	8801016152	24/04/2015	74630	218	*	II
GPB4235	8801016151	26/04/2015	74550	218	*	I
GPB4235	8801016133	26/04/2015	74630	218	*	II
GPB4235	8801015460	19/04/2015	74550	218	*	I
GPB4235	8801015398	19/04/2015	74630	218	*	II
GPB4235	8801015809	21/04/2015	74710	218	*	III
GPB4235	8801015804	20/04/2015	74630	218	*	II
GPB4235	8801015801	21/04/2015	74710	218	*	III
GPB4235	8801015796	20/04/2015	74630	218	*	II
HWP2429	8801017943	11/05/2015	74630	218	*	II
IHA9284	8801015954	22/04/2015	74710	218	*	III
IHB6452	8801014986	12/04/2015	74550	218	*	I
IKY0860	8801014908	11/04/2015	74550	218	*	I
ILY5011	8801014918	12/04/2015	74550	218	*	I
INH9468	8801017258	04/05/2015	74550	218	*	I
IPB6839	8801015870	21/04/2015	74550	218	*	I
LWT1881	8801015385	19/04/2015	74550	218	*	I
LWV7991	8801017820	09/05/2015	74630	218	*	II
LWX4134	8801014866	11/04/2015	74550	218	*	I
LXG3988	8801017788	09/05/2015	74550	218	*	I
LXS7133	8801018015	12/05/2015	74550	218	*	I
LYE3218	8801015413	17/04/2015	74550	218	*	I
LYJ3135	8801017991	12/05/2015	74550	218	*	I
LYQ9181	8801018134	13/05/2015	74550	218	*	I
LYS4814	8801015750	21/04/2015	74550	218	*	I
LZA4797	8801015877	20/04/2015	74550	218	*	I
LZJ8206	8801015108	13/04/2015	74550	218	*	I
LZM2254	8801017752	09/05/2015	74630	218	*	II
LZT0151	8801016332	24/04/2015	74550	218	*	I
MAR5075	8801015736	19/04/2015	74550	218	*	I
MAS5190	8801015416	17/04/2015	74550	218	*	I
MAZ7404	8801016014	22/04/2015	74550	218	*	I
MBB6565	8801016423	24/04/2015	74550	218	*	I
MBH6014	8801014870	12/04/2015	74550	218	*	I
MBN2348	8801016476	26/04/2015	74630	218	*	II
MBN8543	8801015347	15/04/2015	74550	218	*	I
MBY3581	8801015214	14/04/2015	74550	218	*	I
MBY3581	8801015146	13/04/2015	74550	218	*	I

MCA6063	8801014855	11/04/2015	74630	218	*	II
MCA9905	8801015380	19/04/2015	74550	218	*	I
MCB4648	8801015907	21/04/2015	74550	218	*	I
MCE3457	8801018115	13/05/2015	74550	218	*	I
MCE6168	8801015320	15/04/2015	74550	218	*	I
MCF6602	8801018164	14/05/2015	74630	218	*	II
MCO3721	8801015176	14/04/2015	74550	218	*	I
MCP3424	8801015729	19/04/2015	74630	218	*	II
MCP3424	8801015517	19/04/2015	74630	218	*	II
MCR8772	8801015875	20/04/2015	74630	218	*	II
MCT2409	8801014798	12/04/2015	74550	218	*	I
MCY4819	8801014938	11/04/2015	74550	218	*	I
MCY4819	8801014940	11/04/2015	74630	218	*	II
MDA7593	8801017799	08/05/2015	74550	218	*	I
MDB0171	8801017443	06/05/2015	74630	218	*	II
MDB6635	8801015564	18/04/2015	74550	218	*	I
MDD7814	8801015572	19/04/2015	74550	218	*	I
MDH0362	8801014985	12/04/2015	74550	218	*	I
MDH6342	8801015018	12/04/2015	74550	218	*	I
MDI0392	8801018034	12/05/2015	74550	218	*	I
MDK5000	8801015654	16/04/2015	74550	218	*	I
MDQ5728	8801018209	14/05/2015	74550	218	*	I
MDS2182	8801015136	13/04/2015	74550	218	*	I
MDY4946	8801015186	14/04/2015	74550	218	*	I
MEA6617	8801014767	12/04/2015	74550	218	*	I
MED4116	8801015783	20/04/2015	74550	218	*	I
MER1084	8801017839	09/05/2015	74550	218	*	I
MEU5553	8801014772	12/04/2015	74550	218	*	I
MEU8784	8801014764	11/04/2015	74550	218	*	I
MFC9508	8801015794	20/04/2015	74550	218	*	I
MFE9705	8801015772	20/04/2015	74550	218	*	I
MFI1622	8801015859	20/04/2015	74550	218	*	I
MFJ6411	8801018107	13/05/2015	74550	218	*	I
MFL2263	8801017767	10/05/2015	74550	218	*	I
MFP3793	8801017705	08/05/2015	74550	218	*	I
MFP9407	8801017859	09/05/2015	74550	218	*	I
MFQ0278	8801015477	18/04/2015	74550	218	*	I
MFQ4961	8801015613	18/04/2015	74550	218	*	I
MFR8838	8801015482	19/04/2015	74630	218	*	II
MFT9546	8801017768	10/05/2015	74550	218	*	I
MFV2356	8801015742	20/04/2015	74550	218	*	I
MFX6431	8801016070	23/04/2015	74550	218	*	I
MFZ5179	8801018104	13/05/2015	74550	218	*	I
MGG1929	8801015434	17/04/2015	74550	218	*	I
MGG6374	8801015199	14/04/2015	74550	218	*	I
MGK9637	8801017538	07/05/2015	74550	218	*	I
MGL4300	8801014978	11/04/2015	74550	218	*	I
MGM1788	8801015578	19/04/2015	74550	218	*	I
MGN0345	8801018111	13/05/2015	74630	218	*	II
MGO2004	8801015519	16/04/2015	74550	218	*	I
MGS5980	8801015209	14/04/2015	74630	218	*	II
MGY0465	8801015129	13/04/2015	74550	218	*	I
MGY0465	8801015103	13/04/2015	74550	218	*	I
MGZ1653	8801014856	12/04/2015	74550	218	*	I
MHE3060	8801015013	11/04/2015	74550	218	*	I
MHH6218	8801018161	14/05/2015	74630	218	*	II
MHM0078	8801015256	14/04/2015	74710	218	*	III
MHM7534	8801015915	21/04/2015	74630	218	*	II
MHM8847	8801016083	23/04/2015	74550	218	*	I
MHQ5798	8801015825	20/04/2015	74550	218	*	I
MHT1210	8801017686	09/05/2015	74550	218	*	I
MHW9366	8801015674	17/04/2015	74550	218	*	I
MHY4204	8801018194	14/05/2015	74550	218	*	I

MHY8415	8801015174	14/04/2015	74630	218	*	II
MIJ4301	8801017901	11/05/2015	74550	218	*	I
MIK1922	8801018177	14/05/2015	74550	218	*	I
MIM3858	8801015264	15/04/2015	74550	218	*	I
MIM7235	8801014941	12/04/2015	74550	218	*	I
MIQ7074	8801015453	18/04/2015	74550	218	*	I
MIW7271	8801015400	16/04/2015	74550	218	*	I
MIZ3012	8801015455	18/04/2015	74550	218	*	I
MJG4952	8801017759	10/05/2015	74550	218	*	I
MJI3108	8801018192	14/05/2015	74550	218	*	I
MJM5391	8801014988	12/04/2015	74550	218	*	I
MJM8491	8801015151	13/04/2015	74630	218	*	II
MJQ4433	8801015037	10/04/2015	74550	218	*	I
MJQ5048	8801014843	12/04/2015	74550	218	*	I
MJY4295	8801017944	11/05/2015	74550	218	*	I
MKD1090	8801017805	08/05/2015	74550	218	*	I
MKE4585	8801014825	10/04/2015	74550	218	*	I
MKH9152	8801015295	15/04/2015	74550	218	*	I
MKI4268	8801018095	13/05/2015	74630	218	*	II
MKJ1368	8801015791	21/04/2015	74550	218	*	I
MKN6632	8801015754	21/04/2015	74550	218	*	I
MKO0412	8801015573	19/04/2015	74630	218	*	II
MKO0412	8801014963	12/04/2015	74550	218	*	I
MKQ2255	8801015585	17/04/2015	74550	218	*	I
MKU6141	8801018150	14/05/2015	74550	218	*	I
MKW2137	8801015177	14/04/2015	74550	218	*	I
MKW4458	8801018048	12/05/2015	74550	218	*	I
MKY6167	8801016804	01/05/2015	74550	218	*	I
MKY6717	8801015022	12/04/2015	74550	218	*	I
MLC1697	8801015260	15/04/2015	74550	218	*	I
MLC5347	8801017838	09/05/2015	74550	218	*	I
MLD3488	8801015115	13/04/2015	74550	218	*	I
MLE0529	8801018087	13/05/2015	74550	218	*	I
MLF0823	8801016040	23/04/2015	74550	218	*	I
MLH1009	8801015237	14/04/2015	74550	218	*	I
MLK3517	8801018028	12/05/2015	74550	218	*	I
MLO8656	8801015871	21/04/2015	74550	218	*	I
MLT9652	8801015505	17/04/2015	74550	218	*	I
MLY9086	8801015131	13/04/2015	74550	218	*	I
MMC6600	8801015839	21/04/2015	74550	218	*	I
QHD7652	8801015114	13/04/2015	74630	218	*	II
QII0077	8801017904	11/05/2015	74550	218	*	I
QIS2205	8801014905	11/04/2015	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 51/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 51/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACK3838	8800017893	10/02/2015	74550	218 * I	85.12
ADZ2333	8800022648	04/03/2015	74550	218 * I	85.12
AGH5195	8800026469	01/04/2015	74630	218 * II	127.69
AKM1320	8800020972	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
ALP0095	8800023610	09/03/2015	74550	218 * I	85.12
ARW7660	8800014443	23/01/2015	74630	218 * II	127.69
ASG1940	8800019721	20/02/2015	74550	218 * I	85.12
AVU7641	8800022370	02/03/2015	74550	218 * I	85.12
AVV8491	8800014832	26/01/2015	74550	218 * I	85.12
BAH0206	8800022069	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
BAY1213	8800022283	02/03/2015	74550	218 * I	85.12
CLK1861	8800023394	07/03/2015	74630	218 * II	127.69
DCM5401	8800023215	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
DGX2670	8800024796	18/03/2015	74550	218 * I	85.12
DIK0004	8800014541	23/01/2015	74550	218 * I	85.12
DMJ7161	8800015715	28/01/2015	74550	218 * I	85.12
DPG2145	8800014833	26/01/2015	74550	218 * I	85.12
EBF5219	8800004827	24/10/2014	74550	218 * I	85.12
EPF9374	8800024451	14/03/2015	74550	218 * I	85.12
EXY8185	8800022936	06/03/2015	74550	218 * I	85.12
FIG9933	8800014492	23/01/2015	74630	218 * II	127.69
FJJ9654	8800018471	12/02/2015	74550	218 * I	85.12
HFP5489	8800023699	09/03/2015	74550	218 * I	85.12
HNK7180	8800024635	16/03/2015	74550	218 * I	85.12
HRJ3717	8800023882	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
HRY4772	8800023754	10/03/2015	74550	218 * I	85.12
IIV0296	8800023140	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
INC7647	8800022857	05/03/2015	74550	218 * I	85.12
INT8237	8800024198	12/03/2015	74550	218 * I	85.12
IRH2618	8800018918	18/02/2015	74550	218 * I	85.12
JPJ5314	8800019135	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
KEO4619	8800014782	26/01/2015	74550	218 * I	85.12
KNE4938	8800018213	11/02/2015	74630	218 * II	127.69
KZK4215	8800021288	28/02/2015	74630	218 * II	127.69
KZV9064	8800014708	23/01/2015	74550	218 * I	85.12
LNS1526	8800014668	23/01/2015	74550	218 * I	85.12
LXC1141	8800025886	25/03/2015	74550	218 * I	85.12
LXS8953	8800014789	26/01/2015	74630	218 * II	127.69
LXY4577	8800023461	07/03/2015	74630	218 * II	127.69
LYH4892	8800019389	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
LYX6549	8800022548	04/03/2015	74550	218 * I	85.12
LZC0440	8800022959	06/03/2015	74630	218 * II	127.69
LZC7007	8800026583	01/04/2015	74710	218 * III	574.61
LZF0003	8800025933	25/03/2015	74550	218 * I	85.12

LZF9798	8800020888	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
LZU9769	8800023201	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
LZV3789	8800015071	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MAF6136	8800021780	28/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MAI7787	8800019049	19/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MAM4321	8800023446	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MAP9815	8800026065	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MAR2270	8800026078	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MAR7239	8800026108	31/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MAW4949	8800023838	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MAW5778	8800015007	26/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MBD0389	8800019705	20/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MBF0123	8800014516	23/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MBI3603	8800023081	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBO8704	8800024243	13/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MBQ7133	8800014517	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBS0972	8800026110	31/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MBX0990	8800024938	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBZ9262	8800025600	24/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCA8909	8800024039	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCF4305	8800013620	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MCJ1272	8800014983	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MCK0807	8800014495	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MCN1602	8800024009	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCO8678	8800024604	16/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCR7687	8800014512	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MCR8067	8800019697	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MCU0449	8800011951	30/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MCU0833	8800024405	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCU4513	8800023803	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCU9951	8800022238	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCV0374	8800018244	11/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MCX1337	8800022241	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCX9187	8800023296	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCY4819	8800013448	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MCZ2732	8800023380	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDB4557	8800015183	26/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MDD6990	8800023095	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDE1333	8800022515	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDF8232	8800022753	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDH0387	8800022198	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDJ6795	8800014459	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDO5267	8800025404	23/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDR3571	8800016275	30/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDS3612	8800017717	09/02/2015	74710	218	*	III	574.61
MDV0460	8800023550	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDZ2459	8800014632	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEF7881	8800023743	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MEH1001	8800022633	04/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MEM8387	8800025460	23/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MEO9322	8800015369	27/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MER0137	8800014688	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MER6667	8800014052	22/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MER6734	8800021672	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEU6698	8800024448	14/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MEZ3303	8800022843	05/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFB1115	8800022267	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFB4655	8800021651	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFD9249	8800025318	20/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MFE7662	8800016226	30/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFM7316	8800014946	26/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MFN9028	8800026728	01/04/2015	74550	218	*	I	85.12
MFQ5392	8800025536	23/03/2015	74550	218	*	I	85.12

MFV2442	8800023507	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFV6594	8800014645	23/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MFV7775	8800022992	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFZ0186	8800023587	09/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGB9664	8800024121	12/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGC0186	8800022708	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGE7845	8800024720	18/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGF3765	8800023333	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGH0937	8800023114	07/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MGJ2646	8800024930	19/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MGL8764	8800023748	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGL8776	8800024556	16/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MGN1347	8800024020	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGO5548	8800026235	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGQ8110	8800025944	26/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGR3294	8800022849	05/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGR5957	8800023323	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGS8405	8800026162	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGS8512	8800022511	04/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MGU8792	8800004704	24/10/2014	74630	218	*	II	127.69
MGY6357	8800022720	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGZ0798	8800014319	22/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHB6426	8800024764	18/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHB7007	8800022115	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHB7466	8800018385	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHE8167	8800023440	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHF0348	8800024068	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHF2457	8800022769	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHG2799	8800019152	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHI8507	8800025990	26/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHP2407	8800024709	18/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHQ2302	8800026404	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHR0872	8800023631	09/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHV8139	8800026407	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHW3562	8800019466	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHW7027	8800022653	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIA6133	8800018102	11/02/2015	74710	218	*	III	574.61
MIC5916	8800019848	20/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MIH1278	8800014447	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MII4456	8800023574	09/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIO5858	8800026480	01/04/2015	74550	218	*	I	85.12
MIS4660	8800024793	18/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIT4476	8800023182	07/03/2015	74710	218	*	III	574.61
MIV3399	8800022474	03/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIZ8886	8800024019	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJA1767	8800019472	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJD0645	8800026579	01/04/2015	74630	218	*	II	127.69
MJD2111	8800023991	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJE5593	8800022993	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJF7235	8800016032	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJH0608	8800024385	14/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MJI9714	8800015421	27/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MJI9714	8800018835	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJI9714	8800018992	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJI9714	8800015140	26/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MJJ9139	8800023874	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJK0016	8800016542	03/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJL7863	8800015333	27/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJM0545	8800013217	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJM6144	8800014431	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJM8618	8800019258	19/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MJN5370	8800026493	01/04/2015	74550	218	*	I	85.12
MJO5474	8800019976	26/02/2015	74550	218	*	I	85.12

MJP6137	8800014895	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJQ8089	8800022726	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJR7549	8800024762	18/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MJT9827	8800019175	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJU3280	8800019865	25/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MJV0583	8800023570	09/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJV7200	8800014926	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJX3005	8800013532	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJZ2296	8800014909	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJZ6073	8800021967	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKA2969	8800015959	28/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKG9155	8800024581	16/03/2015	74710	218	*	III	574.61
MKI9888	8800024229	13/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MKJ0620	8800025541	23/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MKK3489	8800014675	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKO8889	8800014897	26/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MKQ5002	8800023503	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKS0206	8800014835	26/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MKT2800	8800025433	23/03/2015	74710	218	*	III	574.61
MKW1673	8800026324	31/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKW8764	8800022095	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKY2831	8800018815	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKY7103	8800023708	09/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKZ0341	8800023311	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKZ6261	8800024621	16/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKZ8900	8800023282	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLA0638	8800022814	05/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLH2076	8800014970	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLI3254	8800014987	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLI9007	8800026525	01/04/2015	74550	218	*	I	85.12
MLJ6231	8800021996	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLK4782	8800015042	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLM0548	8800021795	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLP1878	8800024391	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLP2800	8800021973	28/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MLP7540	8800021810	28/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MLR5455	8800017080	04/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MLR9105	8800021918	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLS8236	8800022335	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLU3407	8800022043	28/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MLV0058	8800018430	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLV3392	8800022813	05/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLW5419	8800014485	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLZ0202	8800014369	22/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MLZ9818	8800022415	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MMH2686	8800023860	08/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MMI7169	8800022861	05/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MMM4826	8800015204	27/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MXJ1326	8800014871	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
NHH0137	8800022355	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
OKG1731	8800024131	12/03/2015	74550	218	*	I	85.12
QHA4544	8800014752	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
QHJ1011	8800024055	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
QHR5665	8800025842	25/03/2015	74550	218	*	I	85.12
QIO2060	8800022050	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 50/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 50/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABQ8601	8800029612	08/05/2015	74550	218 * I
AHJ0461	8800028175	16/04/2015	74550	218 * I
AJI4610	8800030577	14/05/2015	74630	218 * II
AJS3929	8800028488	20/04/2015	74630	218 * II
ANF7468	8800028468	20/04/2015	74550	218 * I
ANL9741	8800028465	20/04/2015	74550	218 * I
ANP0941	8800027813	13/04/2015	74550	218 * I
AOV6521	8800030232	12/05/2015	74550	218 * I
APK5186	54046731N	14/05/2015	50020	257 8S
AQR8356	8800030226	12/05/2015	74550	218 * I
ARO5511	8800030451	14/05/2015	74550	218 * I
ASD8876	8800028506	20/04/2015	74550	218 * I
AST2863	8800030323	12/05/2015	74550	218 * I
ATP7587	8800028530	20/04/2015	74550	218 * I
AYL1708	8800030403	14/05/2015	74630	218 * II
BBD7118	8800030631	14/05/2015	74550	218 * I
BUP6515	8800030590	14/05/2015	74550	218 * I
CBZ6132	8800030633	14/05/2015	74550	218 * I
DSS7880	8800028573	20/04/2015	74630	218 * II
DTU0583	8800030214	12/05/2015	74550	218 * I
DXY0939	8800028747	23/04/2015	74550	218 * I
HAX0584	8800029684	08/05/2015	74630	218 * II
HBM5838	8800030427	14/05/2015	74550	218 * I
HFU1636	8800030304	12/05/2015	74550	218 * I
HXX1988	8800028327	16/04/2015	74550	218 * I
JMX4008	8800030612	14/05/2015	74630	218 * II
JPN5251	8800028381	16/04/2015	74550	218 * I
JPP7933	8800030546	14/05/2015	74550	218 * I
KEY0240	8800028321	16/04/2015	74550	218 * I

LWV7991	8800030352	13/05/2015	74550	218	*	I
LWY6690	8800030374	13/05/2015	74550	218	*	I
LXR3013	54047394N	19/05/2015	50020	257	8S	
LXW0087	8800030388	13/05/2015	74550	218	*	I
LYB4821	8800028310	16/04/2015	74550	218	*	I
LYM6393	54046960N	07/05/2015	50020	257	8S	
LYY4793	8800028515	20/04/2015	74550	218	*	I
LZI4502	8800030443	14/05/2015	74550	218	*	I
LZJ5430	8800030604	14/05/2015	74550	218	*	I
LZS3125	8800028265	16/04/2015	74550	218	*	I
MAB3946	8800028293	16/04/2015	74550	218	*	I
MAC6335	8800030277	12/05/2015	74550	218	*	I
MAF2379	8800028341	16/04/2015	74550	218	*	I
MAJ3418	8800028691	20/04/2015	74550	218	*	I
MBO6988	8800028269	16/04/2015	74550	218	*	I
MBV9732	8800028455	20/04/2015	74550	218	*	I
MCC1982	8800030458	14/05/2015	74550	218	*	I
MCC6596	8800030598	14/05/2015	74550	218	*	I
MCF1255	54047388N	19/05/2015	50020	257	8S	
MCH6526	8800028621	20/04/2015	74550	218	*	I
MCK0439	8800030412	14/05/2015	74550	218	*	I
MCK6643	8800029794	11/05/2015	74550	218	*	I
MCK6643	8800030137	11/05/2015	74550	218	*	I
MCR2401	8800030189	11/05/2015	74550	218	*	I
MCU2532	8800030351	13/05/2015	74630	218	*	II
MCY6025	8800030629	14/05/2015	74550	218	*	I
MDD7565	8800030736	19/05/2015	74550	218	*	I
MDI3127	8800028292	16/04/2015	74550	218	*	I
MDP3967	8800030621	14/05/2015	74550	218	*	I
MDT2927	8800028180	16/04/2015	74550	218	*	I
MEA1313	8800028398	16/04/2015	74630	218	*	II
MED2262	8800029523	07/05/2015	74550	218	*	I
MEF6684	8800029914	11/05/2015	74550	218	*	I
MEG1189	8800028166	16/04/2015	74630	218	*	II
MEK8825	8800029462	07/05/2015	74550	218	*	I
MEW1075	8800028715	22/04/2015	74550	218	*	I
MEX1915	8800030014	11/05/2015	74550	218	*	I
MEY6939	8800028189	16/04/2015	74550	218	*	I
MFA5564	8800030543	14/05/2015	74550	218	*	I
MFE6285	8800028424	20/04/2015	74550	218	*	I
MFF7070	8800028521	20/04/2015	74550	218	*	I
MFL9569	8800028410	16/04/2015	74550	218	*	I
MFL9651	8800029721	08/05/2015	74630	218	*	II
MFM3729	8800028168	16/04/2015	74550	218	*	I
MFM4706	8800030051	11/05/2015	74550	218	*	I
MGE1041	8800030353	13/05/2015	74550	218	*	I
MGE8609	8800030132	11/05/2015	74550	218	*	I
MGM6255	8800030309	12/05/2015	74550	218	*	I
MGP7139	8800030385	13/05/2015	74550	218	*	I
MGQ3539	8800030632	14/05/2015	74550	218	*	I
MGV2337	8800029155	06/05/2015	74550	218	*	I
MHD4475	8800028187	16/04/2015	74550	218	*	I
MHG1279	8800029868	11/05/2015	74550	218	*	I
MHG4449	8800028171	16/04/2015	74550	218	*	I
MHK3973	8800030145	11/05/2015	74550	218	*	I
MHM3366	8800028565	20/04/2015	74630	218	*	II
MHT0334	8800028295	16/04/2015	74550	218	*	I
MHT0339	8800029692	08/05/2015	74550	218	*	I
MHT0339	8800030344	13/05/2015	74550	218	*	I
MHY2093	8800030584	14/05/2015	74630	218	*	II
MIA3244	8800030494	14/05/2015	74550	218	*	I
MIB7488	8800029779	08/05/2015	74630	218	*	II
MID2090	8800028646	20/04/2015	74630	218	*	II

MIF5828	54047408N	19/05/2015	50020	257	8\$
MIH0489	8800028495	20/04/2015	74550	218	* I
MIH4474	54047399N	19/05/2015	50020	257	8\$
MIH4646	8800029594	08/05/2015	74550	218	* I
MIK6848	8800030718	19/05/2015	74550	218	* I
MIO6507	8800030500	14/05/2015	74550	218	* I
MIT5718	8800030559	14/05/2015	74550	218	* I
MIT9515	8800030527	14/05/2015	74550	218	* I
MIU2690	8800028723	22/04/2015	74550	218	* I
MIU5799	8800028729	23/04/2015	74550	218	* I
MIX3133	8800028313	16/04/2015	74630	218	* II
MIY1746	54047398N	19/05/2015	50020	257	8\$
MIY4031	8800030069	11/05/2015	74550	218	* I
MIZ6735	8800028203	16/04/2015	74550	218	* I
MJB4808	54047407N	19/05/2015	50020	257	8\$
MJB7900	54046962N	12/05/2015	50020	257	8\$
MJC7217	8800030377	13/05/2015	74550	218	* I
MJD3462	8800029676	08/05/2015	74550	218	* I
MJF1543	8800028702	20/04/2015	74550	218	* I
MJG3935	8800028750	23/04/2015	74550	218	* I
MJG8787	54047395N	19/05/2015	50020	257	8\$
MJI1473	8800030569	14/05/2015	74630	218	* II
MJI3740	8800028743	23/04/2015	74550	218	* I
MJI5713	8800030193	11/05/2015	74550	218	* I
MJJ0031	8800028299	16/04/2015	74630	218	* II
MJR1298	8800028475	20/04/2015	74550	218	* I
MJR6183	8800030581	14/05/2015	74550	218	* I
MJS1932	8800030299	12/05/2015	74550	218	* I
MJT9957	8800028279	16/04/2015	74550	218	* I
MJU4837	8800029660	08/05/2015	74550	218	* I
MKA6581	8800028524	20/04/2015	74550	218	* I
MKC5981	8800028636	20/04/2015	74550	218	* I
MKD0710	8800030669	19/05/2015	74630	218	* II
MKF1353	8800030547	14/05/2015	74550	218	* I
MKG1110	8800028732	23/04/2015	74550	218	* I
MKK7003	8800028758	23/04/2015	74630	218	* II
MKN1713	8800030301	12/05/2015	74550	218	* I
MKO7352	8800028590	20/04/2015	74550	218	* I
MKV5333	8800028633	20/04/2015	74550	218	* I
MKW0929	54047402N	19/05/2015	50020	257	8\$
MKX3400	54046318N	12/05/2015	50020	257	8\$
MKY9994	54047409N	19/05/2015	50020	257	8\$
MKZ2162	8800028342	16/04/2015	74630	218	* II
MKZ7890	54047397N	19/05/2015	50020	257	8\$
MLB5103	8800028390	16/04/2015	74550	218	* I
MLD1342	8800030655	19/05/2015	74550	218	* I
MLI0277	8800030656	19/05/2015	74550	218	* I
MLJ2905	8800028753	23/04/2015	74550	218	* I
MLJ6734	8800030702	19/05/2015	74630	218	* II
MLK4239	8800030282	12/05/2015	74550	218	* I
MLM1467	8800030376	13/05/2015	74550	218	* I
MLN7478	8800028231	16/04/2015	74550	218	* I
MLO3143	8800030096	11/05/2015	74550	218	* I
MLR0501	54047438N	19/05/2015	50020	257	8\$
MLS0814	8800028641	20/04/2015	74630	218	* II
MLV3314	8800030483	14/05/2015	74550	218	* I
MLY3850	8800028289	16/04/2015	74550	218	* I
MLY4102	8800028639	20/04/2015	74630	218	* II
MLZ0202	8800028412	16/04/2015	74550	218	* I
MMA4717	8800028383	16/04/2015	74550	218	* I
MMC9825	8800030380	13/05/2015	74550	218	* I
MMH6872	8800030580	14/05/2015	74550	218	* I
MMJ7540	8800030387	13/05/2015	74630	218	* II

MYB3158	8800028531	20/04/2015	74550	218	*	I
OKF8487	8800030221	12/05/2015	74550	218	*	I
QHJ9582	8800028254	16/04/2015	74550	218	*	I
QIN0310	8800030561	14/05/2015	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2105/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFE4700	55667006E	28/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
AIO5602	55668735E	23/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
AIS2359	54778562E	20/02/2015	52070	169	53.20
ANF1997	55667452E	19/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
ANZ5202	54781501E	28/03/2015	57380	186 * II	191.53
AOC1213	55667625E	06/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
AQN0372	54779074E	06/03/2015	73662	252 * VI	85.12
ARV8579	55670152E	11/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
ASK6393	54320306F	26/03/2015	55411	181 * XVII	53.20
ASL9220	55665587E	08/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
AVY6624	54779108E	07/03/2015	60412	207	127.69
AWL6420	55668536E	19/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
BLC6922	55668865E	24/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
CCS4212	55668309E	18/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
CFL3036	54779007E	06/03/2015	73070	251 * II	85.12
CIU6567	55669310E	02/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
CQT5172	55668648E	20/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
CVP8074	55668373E	18/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
CYW3599	55668846E	23/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
DAM0649	54781020E	18/03/2015	73070	251 * II	85.12

DAM0649	55670452E	13/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
DDG0402	55669142E	26/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
DHV2467	54672893E	15/01/2015	73662	252	*	VI	85.12
DMZ6030	54781262E	24/03/2015	55415	181	*	XVII	53.20
DYI4712	55668264E	17/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
FEK5699	55665559E	08/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
FJM6860	54779066E	06/03/2015	73662	252	*	VI	85.12
HDI2235	54779265E	11/03/2015	55416	181	*	XVII	53.20
HGF9465	54780122E	18/03/2015	73070	251	*	II	85.12
HIC6099	55668956E	25/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
HYF1343	54321257F	24/04/2015	73662	252	*	VI	85.12
IJZ8936	54779662E	10/03/2015	73662	252	*	VI	85.12
IMY4910	55664714E	15/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
INA8913	54079370F	06/03/2015	51851	167			127.69
JVF7198	55665735E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
KDX4495	54778790E	10/03/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
KXP5311	54778094E	27/03/2015	73662	252	*	VI	85.12
LBN1700	55660457E	30/10/2014	55412	181	*	XVII	53.20
LWB5652	54674473E	26/01/2015	60501	208			191.53
LWV2095	55669304E	02/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LWV5754	54781051E	17/03/2015	58350	195			127.69
LWW9822	55665789E	10/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LWZ4956	55669360E	02/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LXN7788	55665734E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LYB3591	55669239E	27/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LYJ9929	55669007E	25/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LYM5384	55667601E	05/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LYQ4229	54095288B	27/03/2015	58350	195			127.69
LYU6230	55660381E	14/10/2014	55412	181	*	XVII	53.20
LZF7492	55047843E	29/10/2014	56810	184	*	I	53.20
LZG5591	54671817E	25/02/2015	55411	181	*	XVII	53.20
LZJ7182	55668555E	20/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LZU9769	55668825E	23/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MAA1274	54778692E	04/03/2015	60412	207			127.69
MAC2229	54673575E	20/03/2015	58350	195			127.69
MAC2978	55665685E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MAL0433	54319607F	15/03/2015	51851	167			127.69
MAM8603	55190422E	13/03/2015	70561	244	*	III	191.53
MAM8603	55190419E	13/03/2015	58350	195			127.69
MAO4880	55669259E	28/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MAO9828	54673745E	18/12/2014	51930	168			191.53
MAR9840	54675650E	29/01/2015	51851	167			127.69
MAT8663	55665561E	08/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MAT9493	54625950C	23/02/2015	73662	252	*	VI	85.12
MAX0665	55361831D	16/02/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MBE5462	54780913E	01/04/2015	73662	252	*	VI	85.12
MBF3501	54674050E	07/03/2015	60501	208			191.53
MBF4174	55051439E	02/10/2014	73662	252	*	VI	85.12
MBG3358	54779641E	12/03/2015	56731	183			85.12
MBG4377	54675602E	26/01/2015	52070	169			53.20
MBL2335	55665807E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MBM9734	55669232E	27/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MBP2772	54779548E	11/03/2015	73070	251	*	II	85.12
MBT0433	54668850E	23/10/2014	51851	167			127.69
MBU3566	55669023E	25/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MBW4160	54675907E	19/02/2015	73070	251	*	II	85.12
MBZ5008	55670742E	01/04/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCB8345	55660525E	15/10/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MCC8656	54675032E	03/02/2015	52070	169			53.20
MCE9191	54779693E	16/03/2015	73661	252	*	VI	85.12
MCG4095	55041153E	06/03/2015	58350	195			127.69
MCJ7983	55669385E	02/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCM6428	55670277E	12/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20

MCM6428	55670146E	11/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCM6428	55670674E	17/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCM6428	55670546E	16/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCN1602	54780562E	16/03/2015	52070	169			53.20
MCO5702	54779839E	01/04/2015	51851	167			127.69
MCQ7330	54778539E	20/02/2015	73662	252	*	VI	85.12
MCR7249	55225059E	26/01/2015	73662	252	*	VI	85.12
MCT6886	55670728E	17/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCT7685	54034931N	12/03/2015	50020	257		8\$	53.20
MCW3255	54079401F	09/03/2015	51851	167			127.69
MCW5501	54675168E	24/02/2015	73661	252	*	VI	85.12
MCX4078	55670717E	17/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCY7184	55666377E	19/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDD2912	54779990E	24/03/2015	51851	167			127.69
MDG8782	55665876E	12/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDJ1510	54320063F	25/03/2015	51852	167			127.69
MDJ1510	54320065F	25/03/2015	51930	168			191.53
MDJ5871	55931316D	13/03/2015	52070	169			53.20
MDL1867	55669069E	26/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDP3287	54675646E	29/01/2015	61220	214	*	I	191.53
MDP4318	55670549E	16/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDR5484	55667373E	03/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDX3042	55668557E	20/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEA0926	55665855E	12/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEB3055	54779581E	10/03/2015	52070	169			53.20
MEB4607	55930715D	13/07/2013	70301	244	*	I	191.53
MEG3615	55667317E	02/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEG5737	55668299E	18/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEJ2493	55665589E	08/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEL3545	55666846E	26/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEL8948	55668701E	21/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEO4885	54781047E	27/03/2015	73662	252	*	VI	85.12
MEQ3021	54781058E	30/03/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MES4012	54778789E	10/03/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MEU3665	55037748E	27/01/2015	52070	169			53.20
MEV2234	54078988F	23/02/2015	51851	167			127.69
MEX3411	55038108E	18/03/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MEX8144	55666954E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEZ5401	55668326E	18/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFA2274	55668823E	23/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFB0507	54076776F	22/01/2015	58350	195			127.69
MFB9541	55666912E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFB9541	55666870E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFD6341	54078596F	20/02/2015	59670	203	*	V	957.69
MFE9299	55670184E	11/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFE9526	55933240D	03/02/2015	58434	196			127.69
MFE9526	55055668E	28/01/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MFE9999	54668728E	07/10/2014	55416	181	*	XVII	53.20
MFF5194	55190195E	27/02/2015	59750	204			127.69
MFF5473	55660416E	14/10/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MFF7084	54780563E	16/03/2015	51852	167			127.69
MFF7084	54780564E	16/03/2015	58350	195			127.69
MFH8548	55660545E	15/10/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MFJ6506	55669092E	26/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFK4101	55665886E	12/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFL6038	55665597E	08/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFM7833	54778028E	05/03/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MFO8977	55670715E	17/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFQ2788	55660458E	30/10/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MFS4272	55668760E	23/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFY8770	55669603E	04/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFY0648	54779476E	14/03/2015	58350	195			127.69
MFY0648	54779477E	14/03/2015	60760	210			191.53

MFY0648	54779478E	14/03/2015	58197	193		574.61
MFY0648	54779479E	14/03/2015	52151	170		191.53
MFY0648	54780056E	14/03/2015	59670	203	* V	957.69
MFY0648	54780057E	14/03/2015	57200	186	* I	127.69
MFY0648	54780058E	14/03/2015	58350	195		127.69
MFY0648	54780059E	14/03/2015	58197	193		574.61
MFY0648	54780060E	14/03/2015	57200	186	* I	127.69
MFY0648	54780061E	14/03/2015	58197	193		574.61
MFY0648	54780062E	14/03/2015	59670	203	* V	957.69
MFY0648	54780065E	14/03/2015	69471	235		127.69
MFY0648	54780067E	14/03/2015	58196	193		574.61
MFY0648	54780068E	14/03/2015	57200	186	* I	127.69
MGG2077	55658564E	01/10/2014	55412	181	* XVII	53.20
MGH4569	55667753E	07/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MGN2545	55665870E	12/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MGP2068	55668897E	24/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MGT5465	55053543E	12/02/2015	55680	181	* XIX	127.69
MGT7508	55670365E	13/03/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHB3374	54781046E	26/03/2015	55500	181	* XVIII	85.12
MHJ9805	55665531E	07/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHL0503	55665573E	08/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHL0962	55667639E	06/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHO6639	55665603E	08/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHP4035	55666795E	26/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHU7495	54780701E	27/03/2015	73070	251	* II	85.12
MHU9064	54779201E	13/03/2015	73662	252	* VI	85.12
MHV1148	55665820E	12/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHW0249	55668289E	18/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHX2264	54675154E	20/02/2015	64830	227	* I	53.20
MHY1814	55665671E	09/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MHZ5045	54780126E	18/03/2015	73661	252	* VI	85.12
MIE9944	55667188E	31/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIG8715	55665844E	12/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MII5827	55669372E	02/03/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIJ2951	54668697E	23/02/2015	58350	195		127.69
MIJ6657	55665745E	09/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIJ8441	54670049E	28/03/2015	58195	193		574.61
MIN8829	55668515E	19/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIP3971	55668989E	25/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIR3376	55665695E	09/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIS6791	55665593E	08/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIU4912	55055955E	03/10/2014	59910	206	* I	191.53
MJB4093	55667397E	03/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MJI0070	55665678E	09/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MJJ3332	54674526E	06/03/2015	65640	230	* II	191.53
MJM9000	54779618E	10/03/2015	60501	208		191.53
MJN2353	54778306E	04/03/2015	55416	181	* XVII	53.20
MJQ1566	54037232N	30/03/2015	50020	257	8\$	53.20
MJQ2678	55670617E	31/03/2015	55412	181	* XVII	53.20
MJR8891	55670201E	11/03/2015	55412	181	* XVII	53.20
MJW5709	55667592E	05/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKB8686	54780702E	27/03/2015	73070	251	* II	85.12
MKC0504	54780447E	17/03/2015	73662	252	* VI	85.12
MKE4432	55669025E	13/03/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKE5603	55665697E	09/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKF3535	55665667E	09/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKH8301	55668334E	18/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKI0266	55669055E	26/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKI0266	55669147E	27/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKI0266	55666887E	27/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKI9098	55669364E	02/03/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKJ0524	55665512E	07/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MKM6018	55668660E	09/03/2015	55412	181	* XVII	53.20

MKP4478	55665873E	12/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKT0429	54077827F	30/01/2015	51851	167			127.69
MKU8870	55668436E	19/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKZ8658	55668966E	25/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLC2414	55668562E	20/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLF1167	55665797E	10/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLF4548	55665524E	07/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLM1203	55670363E	13/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLS0768	55665501E	07/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLT9652	55665809E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLW8844	54779294E	12/03/2015	73662	252	*	VI	85.12
MLY4262	54779621E	10/03/2015	60501	208			191.53
MLY7563	55042626E	10/03/2015	59670	203	*	V	957.69
MMB6208	54779268E	11/03/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MMC2849	54778544E	23/02/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MML5197	55665712E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
NXY8336	55666432E	20/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
QHH6907	55669083E	26/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2104/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2104/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACO0782	54079380F	10/03/2015	66371	230 * IX	127.69
AFK2656	54779351E	06/03/2015	66372	230 * IX	127.69
AIM1616	54319801F	17/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AIS2359	54078719F	20/02/2015	66102	230 * VII	127.69
APP0070	55931339D	17/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AQX0514	54297405E	26/07/2013	73400	252 * IV	85.12

AQX0514	54297406E	26/07/2013	67691	230	*	XXII	85.12
ATX7944	54779105E	07/03/2015	67000	230	*	XVI	127.69
AZJ7700	55039276E	19/01/2015	69120	232			53.20
BGY2506	54077797F	26/01/2015	66372	230	*	IX	127.69
BPP5549	55931307D	11/03/2015	50100	162	*	I	574.61
BPP5549	55931308D	11/03/2015	51180	164	c/c 162	* I	574.61
BPP5549	55931309D	11/03/2015	66372	230	*	IX	127.69
CJL3573	54077907F	26/01/2015	50100	162	*	I	574.61
CQO4743	54780558E	16/03/2015	66020	230	*	VI	191.53
DFE8730	54675519E	26/01/2015	67000	230	*	XVI	127.69
DNG6025	54297679E	01/08/2013	65992	230	*	V	191.53
DNG6025	54297681E	01/08/2013	51180	164	c/c 162	* I	574.61
DPU9759	55228499E	09/03/2015	50100	162	*	I	574.61
IOA5054	54297013E	29/07/2013	66531	230	*	XI	127.69
KHB6356	54319808F	17/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
LLQ1038	55139982C	10/02/2015	65992	230	*	V	191.53
LWS1330	54779118E	10/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
LWZ3253	54077828F	30/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
LXO0181	55938081D	09/03/2015	50100	162	*	I	574.61
LXO0181	55938082D	09/03/2015	51180	164	c/c 162	* I	574.61
LXW5140	55191304E	11/03/2015	50100	162	*	I	574.61
LXX5302	54319448F	25/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
LYA7760	54078826F	21/02/2015	67000	230	*	XVI	127.69
LYA7760	54078827F	21/02/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
LYB3222	54781485E	01/04/2015	69120	232			53.20
LYP5324	54077660F	16/01/2015	66372	230	*	IX	127.69
LYP5324	54077661F	16/01/2015	67691	230	*	XXII	85.12
LYT6567	54077959F	28/01/2015	65561	230	*	I	191.53
LYT6567	54077960F	28/01/2015	67000	230	*	XVI	127.69
LZJ2244	54675578E	24/02/2015	51691	165			1915.38
LZL9222	54675545E	30/01/2015	66531	230	*	XI	127.69
LZT7249	55189118E	12/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MAE5858	54078956F	19/02/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MAE9675	54319462F	17/03/2015	69120	232			53.20
MAE9675	54319463F	17/03/2015	65561	230	*	I	191.53
MAN8750	54077710F	16/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MAR7016	54779483E	16/03/2015	66372	230	*	IX	127.69
MAR7016	54779484E	16/03/2015	64080	221			85.12
MAT1455	54778988E	05/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MAT1455	54778989E	05/03/2015	50450	162	*	V	191.53
MAT1455	54778990E	05/03/2015	51420	164	c/c 162	* V	191.53
MAW4425	54079238F	18/03/2015	66372	230	*	IX	127.69
MAW4425	54079239F	18/03/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MAZ8356	55040745E	28/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MBC2805	54675842E	11/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MBE3711	54075623F	11/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MBH7780	54779131E	13/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MBH7780	54779132E	13/03/2015	66372	230	*	IX	127.69
MBH7780	54779133E	13/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MBU6725	54077017F	27/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MBU6725	54077018F	27/01/2015	66532	230	*	XI	127.69
MCF7283	54077748F	06/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MCF7283	54077749F	06/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MCJ9279	54079023F	23/02/2015	66372	230	*	IX	127.69
MCM8268	54779359E	13/03/2015	67691	230	*	XXII	85.12
MCP2814	54779895E	07/03/2015	66700	230	*	XIII	127.69
MCQ3820	54779687E	13/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MCQ3820	54779688E	13/03/2015	75790	277			1915.38
MCR4706	54319397F	14/03/2015	75790	277			1915.38
MCV4444	54668664E	31/10/2014	50450	162	*	V	191.53
MDD0673	55226648E	11/03/2015	65561	230	*	I	191.53
MDD0673	55226649E	11/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MDD4376	55832844C	17/02/2015	67000	230	*	XVI	127.69

MDJ1510	54320064F	25/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MDS8735	54297765E	03/08/2013	69120	232			53.20
MDU4482	54079368F	04/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MEB4607	55930712D	13/07/2013	50100	162	*	I	574.61
MEB4607	55930713D	13/07/2013	73400	252	*	IV	85.12
MEB4607	55930714D	13/07/2013	69120	232			53.20
MEB4607	55930716D	13/07/2013	66102	230	*	VII	127.69
MEI4952	55187297E	29/10/2014	50100	162	*	I	574.61
MEJ0471	55189128E	13/03/2015	69120	232			53.20
MEJ0471	55189127E	13/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEJ0471	55189126E	13/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MEJ0471	55189125E	13/03/2015	75790	277			1915.38
MEJ6854	54285839E	24/08/2013	51691	165			1915.38
MEO4885	54320359F	26/03/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MEV7146	54668531E	07/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MFD1610	55224578E	08/01/2015	69120	232			53.20
MFD1610	55224579E	08/01/2015	66102	230	*	VII	127.69
MFD1610	55224581E	08/01/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MFL1974	54675056E	04/02/2015	73400	252	*	IV	85.12
MFN3721	54286164E	27/05/2013	65992	230	*	V	191.53
MGH4569	54319384F	13/03/2015	66700	230	*	XIII	127.69
MGH4569	54319385F	13/03/2015	69120	232			53.20
MGH4569	54319386F	13/03/2015	50531	162	*	VI	191.53
MGH4569	55189123E	13/03/2015	51501	164	c/c	162 * VI	191.53
MGI5211	54077462F	03/02/2015	73400	252	*	IV	85.12
MGK9151	54671074E	27/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MGK9151	54671075E	27/01/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MGM3429	54675529E	28/01/2015	67691	230	*	XXII	85.12
MGO0055	55187982E	09/03/2015	66700	230	*	XIII	127.69
MHB6050	54674480E	26/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MHX5717	55050424E	12/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MIE7334	54671832E	28/03/2015	64080	221			85.12
MIE7334	54671833E	28/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MIE7334	54671834E	28/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MIJ8441	54670048E	28/03/2015	69120	232			53.20
MIT3235	54288688E	05/06/2013	69120	232			53.20
MIU5387	55191230E	14/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MIU5387	55191231E	14/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MIW4781	54778048E	10/03/2015	50960	163	c/c	162 * V	191.53
MIW4781	54778038E	10/03/2015	50450	162	*	V	191.53
MJA9395	54674496E	03/02/2015	66531	230	*	XI	127.69
MJB0399	54778932E	05/03/2015	66531	230	*	XI	127.69
MJB0399	54778933E	05/03/2015	64080	221			85.12
MJC9469	54297659E	31/07/2013	50371	162	*	III	574.61
MJC9469	54297661E	31/07/2013	51341	164	c/c	162 * III	574.61
MJC9469	54297662E	31/07/2013	69120	232			53.20
MJD2307	55040027E	17/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MJX0113	54778941E	07/03/2015	69120	232			53.20
MJX6940	54320581F	02/04/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MKG6574	54077750F	06/03/2015	73400	252	*	IV	85.12
MKH2378	54674772E	30/01/2015	69120	232			53.20
MKM5962	54320033F	25/03/2015	67691	230	*	XXII	85.12
MKO3648	55366733D	14/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MLK3756	54674767E	29/01/2015	69120	232			53.20
MLY7563	54319560F	12/03/2015	73400	252	*	IV	85.12
MUJ1302	54673300E	13/03/2015	50450	162	*	V	191.53
NXX7968	54320134F	25/03/2015	66020	230	*	VI	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2103/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2103/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALB2468	55673772E	29/04/2015	55412	181 * XVII
ALB2468	55673827E	29/04/2015	55412	181 * XVII
ALB2468	55673938E	30/04/2015	55412	181 * XVII
ANV6395	54042411N	22/04/2015	50020	257 8S
ASA7389	55673983E	30/04/2015	55412	181 * XVII
ASR0325	55673457E	24/04/2015	55412	181 * XVII
ASS0761	54780679E	18/04/2015	55411	181 * XVII
AWM7221	55673874E	29/04/2015	55412	181 * XVII
AZS0101	55671929E	01/04/2015	55412	181 * XVII
BIN0331	54321427F	20/04/2015	51852	167
BSU9840	55673730E	28/04/2015	55412	181 * XVII
CRD3915	55672035E	02/04/2015	55412	181 * XVII
CVR0658	54322332F	13/05/2015	51851	167
DAY3273	55673677E	28/04/2015	55412	181 * XVII
DDB0804	55673595E	27/04/2015	55412	181 * XVII
DFS0754	54783917E	13/05/2015	57380	186 * II
DHR8420	54675885E	15/04/2015	55500	181 * XVIII
DMG9279	55673485E	11/05/2015	55412	181 * XVII
DMX6892	55671959E	01/04/2015	55412	181 * XVII
DOZ4106	55673632E	27/04/2015	55412	181 * XVII
DQM6769	54321361F	16/04/2015	51851	167
DQN6662	55672877E	13/04/2015	55412	181 * XVII
DXQ6700	55673642E	27/04/2015	55412	181 * XVII
HJC8913	55671848E	31/03/2015	55412	181 * XVII
HLX0920	55672020E	02/04/2015	55412	181 * XVII
HRZ8330	54782268E	20/04/2015	60501	208
IFO6254	54078236F	19/04/2015	55250	181 * XV

IKT9365	55673879E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
IOB8685	54781083E	07/05/2015	54600	181	*	IX
IOU5566	54779222E	18/05/2015	73662	252	*	VI
IOU5566	54779223E	18/05/2015	58350	195		
IRK2535	55673918E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
ISM3165	55673760E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
IVW8566	55672879E	13/04/2015	55412	181	*	XVII
JPE5896	54047497N	19/05/2015	50020	257		8\$
JWA9173	55673873E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
KML6932	54782267E	20/04/2015	60501	208		
LNS1370	55673087E	15/04/2015	55412	181	*	XVII
LNS1370	55673186E	16/04/2015	55412	181	*	XVII
LWZ3263	55671902E	01/04/2015	55412	181	*	XVII
LXQ0955	55673798E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
LXU5637	54322327F	11/05/2015	51851	167		
LYE5877	54784256E	08/05/2015	60501	208		
LYP0206	54319666F	21/04/2015	51851	167		
LYR8145	55672013E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
LYU1490	54320685F	12/05/2015	53980	181	*	II
LYU2641	55673698E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
LYU6230	55673357E	23/04/2015	55412	181	*	XVII
LYW3747	55673582E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
LYZ5536	54782835E	13/05/2015	60412	207		
LZG4377	54321815F	20/04/2015	58350	195		
LZV6604	55673521E	12/05/2015	55412	181	*	XVII
LZY1525	55673816E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
LZZ6352	54321818F	20/04/2015	58350	195		
MAD6816	54321863F	12/05/2015	51851	167		
MAI6346	55053991E	12/05/2015	53980	181	*	II
MAQ6245	55673736E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
MAR4498	55671939E	01/04/2015	55412	181	*	XVII
MAU8271	54783633E	11/05/2015	73662	252	*	VI
MAU9275	54321354F	16/04/2015	51852	167		
MBA4713	55673935E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MBB2928	54779045E	12/05/2015	73070	251	*	II
MBD3643	55673905E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MBD3643	55673780E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MBE9504	55673818E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MBF3141	54780676E	18/04/2015	55500	181	*	XVII I
MBN8968	55672699E	10/04/2015	55412	181	*	XVII
MBU9954	55672068E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MBX1219	54782766E	16/04/2015	73662	252	*	VI
MCE0452	55673541E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
MCE8386	55671518E	25/03/2015	55412	181	*	XVII
MCH5759	55673585E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
MCH8114	55673536E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
MCI1412	55673889E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MCI5919	54782828E	13/05/2015	60412	207		
MCS3068	55673882E	16/05/2015	55412	181	*	XVII
MCS4259	55673738E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
MCS4259	55673627E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
MCU0634	54047486N	19/05/2015	50020	257		8\$
MCV5048	55673781E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MCW2151	55673532E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
MCX6187	55673708E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
MCY9109	54783980E	11/05/2015	55500	181	*	XVII I
MCZ1891	55673793E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MDB8425	55673679E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
MDD6586	55673803E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MDK3077	54783685E	12/05/2015	60501	208		
MDL2488	55671916E	01/04/2015	55412	181	*	XVII
MDM5641	55671997E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MDO7343	54781721E	17/04/2015	60501	208		

MDQ1556	54041651N	17/04/2015	50020	257	8\$
MDR1699	55673453E	24/04/2015	55412	181	* XVII
MDR7376	55672276E	07/04/2015	55412	181	* XVII
MDT6055	55671846E	31/03/2015	55412	181	* XVII
MDU6183	55672063E	02/04/2015	55412	181	* XVII
MDX5505	54321807F	20/04/2015	58350	195	
MEB4959	55673709E	28/04/2015	55412	181	* XVII
MEE4425	55672203E	06/04/2015	55412	181	* XVII
MEE6426	55673520E	12/05/2015	55412	181	* XVII
MEG9123	54784681E	18/05/2015	52070	169	
MEH3160	54782020E	16/04/2015	55500	181	* XVIII
MEH5359	55673968E	30/04/2015	55412	181	* XVII
MEH9582	54675889E	17/04/2015	55416	181	* XVII
MEJ2567	54782830E	13/05/2015	60412	207	
MEK9589	55673573E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MEN3030	55673706E	28/04/2015	55412	181	* XVII
MEP2162	55673840E	29/04/2015	55412	181	* XVII
MEW5011	54783049E	11/05/2015	59670	203	* V
MEX0060	55673364E	24/04/2015	55412	181	* XVII
MEY3801	55671803E	31/03/2015	55412	181	* XVII
MEZ7043	55671949E	01/04/2015	55412	181	* XVII
MFB2835	55672180E	06/04/2015	55412	181	* XVII
MFC0748	54782833E	13/05/2015	60412	207	
MFD1417	54782675E	09/05/2015	54521	181	* VIII
MFE0772	55673844E	29/04/2015	55412	181	* XVII
MFI1395	55671917E	01/04/2015	55412	181	* XVII
MFK4881	55672001E	02/04/2015	55412	181	* XVII
MFK7429	54078506F	13/05/2015	54521	181	* VIII
MFL3098	55673512E	25/04/2015	55412	181	* XVII
MFL8427	55673720E	28/04/2015	55412	181	* XVII
MFV4523	55673690E	28/04/2015	55412	181	* XVII
MFZ4896	55673558E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MGB9260	54783981E	11/05/2015	55500	181	* XVIII
MGH9181	55671900E	01/04/2015	55412	181	* XVII
MGI7536	54047274N	18/05/2015	50020	257	8\$
MGL5856	55671946E	01/04/2015	55412	181	* XVII
MGO7579	54047492N	19/05/2015	50020	257	8\$
MGQ7017	54047032N	15/05/2015	50020	257	8\$
MGV1685	54322209F	11/05/2015	73662	252	* VI
MGZ5348	54041637N	17/04/2015	50020	257	8\$
MHF8845	55672048E	02/04/2015	55412	181	* XVII
MHI1387	55673468E	24/04/2015	55412	181	* XVII
MHI7151	54321817F	08/05/2015	58350	195	
MHJ5338	55673904E	30/04/2015	55412	181	* XVII
MHJ5676	55671879E	31/03/2015	55412	181	* XVII
MHL2225	54047493N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHU1892	55672201E	06/04/2015	55412	181	* XVII
MHW3562	54047485N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHX4337	54321860F	12/05/2015	51851	167	
MHX8555	55673925E	30/04/2015	55412	181	* XVII
MHZ6707	54041638N	17/04/2015	50020	257	8\$
MIA5060	54078243F	12/05/2015	55500	181	* XVIII
MIB3003	54320910F	17/04/2015	55500	181	* XVIII
MIB4351	54783739E	14/05/2015	51930	168	
MIC2623	55673549E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MIC2623	55673363E	24/04/2015	55412	181	* XVII
MIE4938	55671921E	01/04/2015	55412	181	* XVII
MIE9350	54047490N	19/05/2015	50020	257	8\$
MIF4806	54047502N	19/05/2015	50020	257	8\$
MIF6622	55673917E	30/04/2015	55412	181	* XVII
MIG9477	55673855E	29/04/2015	55412	181	* XVII
MIL3259	55190110E	16/04/2015	60502	208	
MIM8878	55672079E	02/04/2015	55412	181	* XVII

MIQ8559	54320909F	17/04/2015	55500	181	*	XVIII
MIR1931	55187088E	23/04/2015	52070	169		
MIR2459	54782034E	16/04/2015	55411	181	*	XVII
MIU5633	55672004E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MJA7758	55672028E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MJL2743	54322288F	06/05/2015	73662	252	*	VI
MJL5850	54041639N	17/04/2015	50020	257		8\$
MJL9543	55673464E	24/04/2015	55412	181	*	XVII
MJP3978	55673942E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MJP4454	55673777E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MJQ4613	54047505N	19/05/2015	50020	257		8\$
MJV1840	55673714E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
MJW7458	54672125E	12/05/2015	54521	181	*	VIII
MJX3005	55672069E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MJY1610	55673615E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
MJZ8814	55673824E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MKA2969	55672149E	06/04/2015	55412	181	*	XVII
MKF4449	54047496N	19/05/2015	50020	257		8\$
MKI0266	55673655E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
MKI9780	54322518F	12/05/2015	55500	181	*	XVIII
MKL5703	55672014E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MKM5359	55673908E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MKM9726	55672157E	06/04/2015	55412	181	*	XVII
MKN6632	55672240E	07/04/2015	55412	181	*	XVII
MKR6418	55673626E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
MKT7464	55673975E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MKY8332	55673796E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MLC2799	55673893E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MLC5880	54047499N	19/05/2015	50020	257		8\$
MLC7252	55671755E	30/03/2015	55412	181	*	XVII
MLL1524	55673951E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MLN4129	54047503N	19/05/2015	50020	257		8\$
MLO2220	55673747E	28/04/2015	55412	181	*	XVII
MLP0703	55673404E	24/04/2015	55412	181	*	XVII
MLP6353	54783012E	24/04/2015	60412	207		
MLR1793	55673961E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
MLR7981	55672163E	06/04/2015	55412	181	*	XVII
MLX5050	54781428E	13/05/2015	55500	181	*	XVIII
MMC2368	55673812E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MMD1740	54782221E	15/04/2015	57461	187	*	I
MMD6971	55673454E	24/04/2015	55412	181	*	XVII
MMF2204	55673773E	29/04/2015	55412	181	*	XVII
MMF2278	54047495N	19/05/2015	50020	257		8\$
MMF4302	54322221F	12/05/2015	52070	169		
MMJ9535	55672301E	07/04/2015	55412	181	*	XVII
MMK3839	54321871F	14/05/2015	73662	252	*	VI
MMK9588	54047488N	19/05/2015	50020	257		8\$
NFV3037	54321812F	20/04/2015	58350	195		
NGQ9627	55673923E	30/04/2015	55412	181	*	XVII
OKE3468	54042405N	22/04/2015	50020	257		8\$
OKE4329	54782761E	16/04/2015	55416	181	*	XVII
OKG2948	55673546E	27/04/2015	55412	181	*	XVII
OKG7746	54783393E	13/05/2015	73662	252	*	VI
OPT9219	55671884E	31/03/2015	55412	181	*	XVII
QHC2857	54782768E	17/04/2015	60501	208		
QHH4781	55672026E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
QIV2212	54042755N	23/04/2015	50020	257		8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2102/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2102/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGL6419	55055993E	14/05/2015	65561	230 * I
AGQ6835	54784665E	14/05/2015	67261	230 * XVIII
ALO6199	54322529F	16/05/2015	73400	252 * IV
BIN0331	54321428F	20/04/2015	69120	232
BMH4222	54783420E	14/05/2015	65992	230 * V
BMH4222	54783421E	14/05/2015	50100	162 * I
BMH4222	54783422E	14/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
BMH4222	54783423E	14/05/2015	65561	230 * I
CCG9588	54321644F	16/05/2015	67261	230 * XVIII
DPC9142	54783425E	18/05/2015	65564	230 * I
HPA0201	55190431E	17/04/2015	51691	165
IDK7227	54623149C	26/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
IDK7227	54623148C	26/04/2015	50100	162 * I
IMK2210	54319641F	13/05/2015	73400	252 * IV
IMK2210	54319640F	13/05/2015	65992	230 * V
IMK2210	54319642F	13/05/2015	66372	230 * IX
IMK2210	54319643F	13/05/2015	67261	230 * XVIII
IMK2210	54319645F	13/05/2015	69120	232
JYG1810	54782259E	16/04/2015	65992	230 * V
KKM8511	55187074E	15/04/2015	65992	230 * V
LWR2338	55226706E	08/05/2015	65992	230 * V
LWR2338	55226707E	08/05/2015	65561	230 * I
LWR9379	54077339F	14/04/2015	67261	230 * XVIII
LXA3989	54781811E	16/04/2015	69120	232
LXD0557	54783712E	11/05/2015	65992	230 * V
LXD0557	54783713E	11/05/2015	73400	252 * IV
LXN8932	55191245E	10/05/2015	50100	162 * I

LXN8932	55191247E	10/05/2015	65800	230	*	IV
LXN8932	55191248E	10/05/2015	67691	230	*	XXII
LXN8932	55191246E	10/05/2015	65992	230	*	V
LZN6514	54319569F	01/05/2015	66102	230	*	VII
LZN6514	54319568F	01/05/2015	65992	230	*	V
LZU6152	55055996E	18/05/2015	65992	230	*	V
MAK7807	55187791E	12/05/2015	65992	230	*	V
MAL0912	54783731E	11/05/2015	51420	164	c/c	162 * V
MAR5223	54781596E	17/04/2015	50100	162	*	I
MAR5223	54781597E	17/04/2015	51180	164	c/c	162 * I
MAR5223	54781598E	17/04/2015	66700	230	*	XIII
MCC6467	54321003F	10/05/2015	65992	230	*	V
MCC6467	54321004F	10/05/2015	69120	232		
MCC6467	54321005F	10/05/2015	50100	162	*	I
MCK8957	54321353F	16/04/2015	67000	230	*	XVI
MCR9100	54078684F	21/04/2015	65992	230	*	V
MCR9100	54078683F	21/04/2015	50100	162	*	I
MDD9447	54783399E	14/05/2015	66372	230	*	IX
MDN2132	55186950E	22/04/2015	50100	162	*	I
MDN2132	54076513F	22/04/2015	51180	164	c/c	162 * I
MDN2132	54076515F	22/04/2015	64080	221		
MDN2132	54076514F	22/04/2015	69120	232		
MEH6824	54670487E	16/04/2015	69120	232		
MEH6824	54670488E	16/04/2015	50100	162	*	I
MEH6824	54670489E	16/04/2015	51180	164	c/c	162 * I
MEK8026	54321867F	14/05/2015	50100	162	*	I
MEK8026	54321868F	14/05/2015	50610	163	c/c	162 * I
MFA1724	54783730E	12/05/2015	65561	230	*	I
MFH7810	54322552F	15/05/2015	51691	165		
MFU8541	54321238F	25/04/2015	69120	232		
MGA3687	54783737E	14/05/2015	64080	221		
MGP2151	54321408F	16/04/2015	67000	230	*	XVI
MHY2043	54781720E	20/04/2015	67000	230	*	XVI
MIB4351	54783740E	14/05/2015	73400	252	*	IV
MIS2290	54782401E	17/04/2015	66531	230	*	XI
MIY8299	54783585E	11/05/2015	67261	230	*	XVIII
MJD1931	54778260E	22/04/2015	67000	230	*	XVI
MJX8834	54782841E	14/05/2015	66532	230	*	XI
MKG1811	54321406F	16/04/2015	73400	252	*	IV
MKG1811	54321405F	16/04/2015	69120	232		
MLS2281	54782039E	17/04/2015	50531	162	*	VI
MLW1554	54783695E	14/05/2015	67000	230	*	XVI
MLY7563	55226781E	17/04/2015	67261	230	*	XVIII
MMB1551	54321351F	16/04/2015	67000	230	*	XVI
MPQ9400	54322513F	09/05/2015	66372	230	*	IX
MXJ8675	54784685E	19/05/2015	65992	230	*	V
MXJ8675	54784687E	19/05/2015	50292	162	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI

DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

BOM JARDIM DA SERRA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 120/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 120/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AMV3119	55668501C	05/05/2015	54522	181 * VIII
IED5324	55668504C	11/05/2015	54522	181 * VIII
MMM7945	55668502C	05/05/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO DE POLICIA

BOM JESUS DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 209/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 209/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKG8837	55597319C	12/06/2011	65482	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 208/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 208/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXT3895	55867609D	10/05/2015	66372	230 * IX
LXT3895	55867608D	10/05/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

BRUSQUE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2059/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2059/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADW0497	55922945E	11/01/2015	50100	162 * I	574.61
AES8989	55922950E	11/01/2015	65992	230 * V	191.53
AES8989	55919822E	11/01/2015	50450	162 * V	191.53
ATF0385	55918189E	02/01/2015	65992	230 * V	191.53
BOR8270	55919762E	09/01/2015	65992	230 * V	191.53
CGD2795	54941534E	07/03/2015	66531	230 * XI	127.69
CPU4636	55918791E	22/02/2015	75790	277	1915.38
DDR1015	54940977E	15/03/2015	50531	162 * VI	191.53
DQW5151	55919832E	11/01/2015	67692	230 * XXII	85.12
LXB1034	55919732E	01/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
LXB1034	55915596E	01/03/2015	73400	252 * IV	85.12
LYN1780	55924434E	26/10/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYN1780	55924433E	26/10/2014	50100	162 * I	574.61
LYS1545	55915508E	22/02/2015	65992	230 * V	191.53
LYT7766	54943094E	24/02/2015	65992	230 * V	191.53
LYW0710	54940791E	26/03/2015	65992	230 * V	191.53
MAH6757	54942882E	31/03/2015	73400	252 * IV	85.12
MAH6757	54942884E	31/03/2015	65992	230 * V	191.53
MAU8321	54940847E	07/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAU8321	54940846E	07/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBQ5795	55924731E	18/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCB1250	55911804E	25/01/2015	66372	230 * IX	127.69
MCE9265	55919504E	01/01/2015	65480	229	85.12
MCJ2385	55919769E	09/01/2015	50100	162 * I	574.61
MCJ2385	55919770E	09/01/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MCK3941	55922496E	08/03/2015	51691	165	1915.38
MCR6890	54941569E	02/02/2015	65992	230 * V	191.53
MCV4496	55680766D	12/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MER0810	55177626E	26/02/2015	50100	162 * I	574.61

MER0810	55915686E	26/02/2015	72850	250	*	III	85.12
MET2531	55923224E	08/03/2015	50450	162	*	V	191.53
MET2531	55923225E	08/03/2015	66102	230	*	VII	127.69
MET3281	55919923E	20/01/2015	69120	232			53.20
MET3281	55919924E	20/01/2015	73400	252	*	IV	85.12
MFD5924	55177599E	16/02/2015	50450	162	*	V	191.53
MFK6451	55918657E	21/01/2015	66102	230	*	VII	127.69
MFK6451	55918658E	21/01/2015	66372	230	*	IX	127.69
MFK6451	55918659E	21/01/2015	66700	230	*	XIII	127.69
MFV7962	55915060E	07/03/2015	67691	230	*	XXII	85.12
MFY6001	55915251E	08/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MHF3625	55915674E	25/02/2015	66102	230	*	VII	127.69
MHF3625	55915675E	25/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MHF3625	55915676E	25/02/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MID8032	55180118E	08/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MKF9140	54941959E	28/02/2015	73400	252	*	IV	85.12
MKM6350	55919776E	10/01/2015	73400	252	*	IV	85.12
MX1903	54941131E	26/01/2015	73400	252	*	IV	85.12
MUE1526	55912852E	23/03/2015	50292	162	*	II	957.69
MUE1526	55912851E	23/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
OKG4346	55919951E	19/01/2015	50100	162	*	I	574.61
OKG4346	55919952E	19/01/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
QHB0268	55918333E	19/01/2015	50610	163	c/c	162 * I	574.61
QHB0268	55918334E	19/01/2015	50100	162	*	I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2060/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2060/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AJB8869	55177596E	13/02/2015	51851	167		127.69
AKI7247	54940712E	07/03/2015	51851	167		127.69
CMC9542	55918677E	23/01/2015	59670	203	* V	957.69
EJK1080	55919652E	04/01/2015	51852	167		127.69
ICZ3510	55924493E	30/01/2015	58350	195		127.69
IJM6103	54941060E	24/01/2015	51851	167		127.69
IMZ0289	54941954E	28/02/2015	55416	181	* XVII	53.20
JUV0707	55915261E	10/03/2015	58350	195		127.69
LSR1774	54941939E	21/02/2015	51851	167		127.69
LXB1034	55915597E	01/03/2015	51851	167		127.69
LYP7590	55923035E	05/01/2015	52070	169		53.20
LYT7766	54943093E	24/02/2015	55500	181	* XVIII	85.12
LZV2992	55919567E	25/12/2014	51930	168		191.53
MAF3806	54943433E	31/03/2015	55411	181	* XVII	53.20
MAG9850	54940992E	15/03/2015	51930	168		191.53
MAH6757	54942883E	31/03/2015	70302	244	* I	191.53
MAM7952	54941315E	15/02/2015	51852	167		127.69
MAZ8643	54941665E	31/12/2014	58000	192		127.69
MCA4097	55923386E	01/01/2015	58350	195		127.69
MCA6168	54943362E	24/03/2015	54526	181	* VIII	127.69
MCD7840	54267836E	26/02/2015	52070	169		53.20
MCE9265	55919503E	01/01/2015	51851	167		127.69
MCG1185	54941278E	26/02/2015	73662	252	* VI	85.12
MCO7963	54941359E	13/02/2015	55411	181	* XVII	53.20
MCO9723	55914617E	06/03/2015	73662	252	* VI	85.12
MCR6627	55918200E	04/01/2015	51852	167		127.69
MCT6624	54941680E	01/01/2015	51851	167		127.69
MCW7705	54940863E	09/03/2015	55411	181	* XVII	53.20
MCW8231	55919708E	07/01/2015	51851	167		127.69
MED9691	54034127N	10/03/2015	50020	257	8\$	127.69
MED9691	54034128N	10/03/2015	50020	257	8\$	85.12
MEK1894	54941896E	25/02/2015	51851	167		127.69
MEN6116	54941732E	26/01/2015	51851	167		127.69
MET1513	55919806E	07/01/2015	51851	167		127.69
MET3281	55919925E	20/01/2015	52070	169		53.20
MET3281	55919922E	20/01/2015	70991	244	* V II	127.69
MFB3711	55915308E	12/03/2015	52070	169		53.20
MFD1308	54941285E	04/03/2015	51852	167		127.69
MFQ2040	54940842E	07/03/2015	54440	181	* VII	53.20
MGL9083	55918418E	21/01/2015	51851	167		127.69
MGQ1721	54942736E	28/03/2015	54440	181	* VII	53.20
MGS0461	54940548E	05/03/2015	51852	167		127.69
MGV7553	54940235E	03/02/2015	73662	252	* VI	85.12
MGY5219	54941951E	28/02/2015	55416	181	* XVII	53.20
MHP6306	54942951E	30/03/2015	55416	181	* XVII	53.20
MHV5596	54037752N	30/03/2015	50020	257	8\$	85.12
MII1509	54940575E	05/03/2015	54521	181	* VIII	127.69
MIX6411	54943236E	23/02/2015	60501	208		191.53
MJI1410	54941948E	22/02/2015	59670	203	* V	957.69
MJL1013	54943146E	05/02/2015	54440	181	* VII	53.20
MJR2659	55919804E	07/01/2015	51851	167		127.69
MKB4537	55919725E	14/02/2015	59241	203	* I	957.69
MKG0698	55924734E	02/03/2015	52070	169		53.20
MKL6635	54941491E	20/02/2015	73662	252	* VI	85.12
MKM6350	55919775E	10/01/2015	52070	169		53.20
MKM6350	55919773E	10/01/2015	70481	244	* II	191.53
MKM6350	55919906E	10/01/2015	68580	231	* VII	85.12
MLE7539	55919883E	17/01/2015	60501	208		191.53
MLF8548	54941350E	22/02/2015	59670	203	* V	957.69
NHO5244	54943116E	02/02/2015	55416	181	* XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

BRUNO KNIHS
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2057/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2057/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMR6506	54942193E	05/05/2015	50292	162 * II
ARU0122	54944290E	09/05/2015	65992	230 * V
JLU7448	55913478E	08/05/2015	69120	232
LWR7703	55915122E	26/04/2015	69120	232
LWR7703	55915121E	26/04/2015	50371	162 * III
LWR7703	55915123E	26/04/2015	65992	230 * V
LWX1342	55920321E	11/04/2015	75790	277
LWX1342	55920322E	11/04/2015	67261	230 * XVIII
LZG9592	55919629E	07/05/2015	65992	230 * V
LZR1652	55914753E	09/05/2015	65992	230 * V
LZR1652	55914755E	09/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
LZR1652	55914754E	09/05/2015	50100	162 * I
MBJ6942	54943557E	10/05/2015	65992	230 * V
MBS8357	54942159E	11/04/2015	66102	230 * VII
MBW6564	54942162E	11/04/2015	65561	230 * I
MCX5900	55915730E	23/04/2015	50292	162 * II
MCX5900	55915374E	03/05/2015	52900	176 * II
MDC0220	55913536E	09/05/2015	66700	230 * XIII
MDJ2318	54942331E	16/04/2015	67261	230 * XVIII
MDL8003	55913494E	10/05/2015	67261	230 * XVIII
MDR4053	54943890E	12/05/2015	67691	230 * XXII
MDZ3712	54951442E	01/05/2015	50450	162 * V
MET2531	55913490E	09/05/2015	67261	230 * XVIII
MET2531	55913489E	09/05/2015	66102	230 * VII

MET2531	55913488E	09/05/2015	50450	162	*	V
MEX7950	55913498E	10/05/2015	66372	230	*	IX
MEX7950	55913497E	10/05/2015	65992	230	*	V
MEX7950	55913496E	10/05/2015	51180	164	c/c	162 * I
MEX7950	55923231E	10/05/2015	65561	230	*	I
MEX7950	55923232E	10/05/2015	66101	230	*	VII
MFL7051	55913911E	11/05/2015	66371	230	*	IX
MFL7051	55913910E	11/05/2015	50100	162	*	I
MFL7051	55913909E	11/05/2015	65992	230	*	V
MFT5231	54943508E	26/04/2015	65992	230	*	V
MFY2802	55913540E	11/05/2015	65992	230	*	V
MGA4102	54944470E	17/05/2015	65992	230	*	V
MGG9728	54942793E	25/04/2015	50450	162	*	V
MGP5216	54944663E	14/05/2015	73400	252	*	IV
MGT5962	54944057E	09/05/2015	69120	232		
MHC5935	54942378E	25/04/2015	66102	230	*	VII
MHE1728	54942330E	16/04/2015	66372	230	*	IX
MHU4354	55913539E	09/05/2015	51691	165		
MID0552	54943728E	08/05/2015	73400	252	*	IV
MJE7421	54944394E	16/05/2015	69120	232		
MJI2722	54944473E	18/05/2015	65992	230	*	V
MJJ4738	55914751E	09/05/2015	73400	252	*	IV
MKA0096	55920203E	12/05/2015	67000	230	*	XVI
MKA0096	55920204E	12/05/2015	50292	162	*	II
MLM9785	55920206E	12/05/2015	73400	252	*	IV
MLM9785	55920207E	12/05/2015	66020	230	*	VI
NGQ9547	54942788E	23/04/2015	66102	230	*	VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2058/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2058/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFZ0075	54944656E	12/05/2015	73662	252 * VI
AIY6942	55915775E	09/05/2015	52070	169
AKV2470	54944064E	15/05/2015	54526	181 * VIII
APW9186	54940646E	11/04/2015	57380	186 * II
BSI7872	55914752E	09/05/2015	52070	169
DRJ8237	54944110E	11/05/2015	73662	252 * VI
FHF1972	54943933E	12/05/2015	60412	207
IUR4180	54942842E	13/04/2015	55411	181 * XVII
LXE5325	54944556E	17/05/2015	70302	244 * I
LYR4242	55920091E	11/05/2015	51851	167
MAO2625	54942997E	15/04/2015	51851	167
MBJ5764	54944459E	14/05/2015	58192	193
MBX3243	54942336E	16/04/2015	55500	181 * XVIII
MCJ1233	54942312E	12/04/2015	51851	167
MCK3204	54943893E	14/05/2015	55416	181 * XVII
MDL5195	55915293E	12/04/2015	51851	167
MDX9626	54943604E	20/04/2015	54440	181 * VII
MEB2415	54944754E	19/05/2015	55411	181 * XVII
MEJ5339	54942317E	14/04/2015	70721	244 * V
MEZ0563	55913956E	06/05/2015	52070	169
MEZ0892	54943000E	19/04/2015	55411	181 * XVII
MFF6916	54942998E	15/04/2015	69550	236
MFN6925	54944458E	14/05/2015	51851	167
MFR7873	55912941E	11/05/2015	70301	244 * I
MFU0239	55912914E	09/04/2015	70481	244 * II
MGL5500	55913493E	10/05/2015	51930	168
MGM6656	54942066E	16/04/2015	55411	181 * XVII
MGY1249	54944067E	15/05/2015	54526	181 * VIII
MHG9071	54942693E	02/05/2015	55090	181 * XIII
MHL2860	54942332E	16/04/2015	57380	186 * II
MHP5179	54944117E	15/05/2015	73662	252 * VI
MHU4354	55920090E	09/05/2015	57380	186 * II
MIL8212	54943732E	08/05/2015	55417	181 * XVII
MIT6994	55918031E	12/05/2015	58000	192
MJC2504	54942443E	18/04/2015	51851	167
MJI2591	55914503E	12/04/2015	51852	167
MJI2722	54944472E	18/05/2015	55500	181 * XVIII
MJM7865	54943628E	24/04/2015	51851	167
MJZ9300	54944399E	17/05/2015	51852	167
MKG6533	54943971E	13/05/2015	73662	252 * VI
MKM4991	54942994E	13/04/2015	54526	181 * VIII
MKN8166	54943795E	14/05/2015	51851	167
MKO9700	54944651E	12/05/2015	73662	252 * VI
MKQ8825	54943743E	12/05/2015	60412	207
MKV6033	55915773E	09/05/2015	52070	169
MKW3000	55920205E	12/05/2015	53800	181 * I
MLG9706	54944389E	14/05/2015	58192	193
MLJ9216	54944755E	19/05/2015	73662	252 * VI
MLM2133	54944288E	09/05/2015	70302	244 * I
MLN0355	54942329E	14/04/2015	51852	167
MLY7464	54943742E	12/05/2015	60412	207
MMA8887	54944551E	16/05/2015	51852	167
MRB6070	54943889E	12/05/2015	54440	181 * VII
OKG2098	54944113E	13/05/2015	54600	181 * IX
OOV7379	55914580E	30/04/2015	58000	192

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

BRUNO KNIHS
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAÇADOR

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2027/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2027/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFK6518	55136674E	25/03/2015	65564	230 * I	191.53
DIB2582	55696026D	24/12/2014	51691	165	1915.38
LXD2986	55701425D	09/03/2015	65992	230 * V	191.53
LYS3027	55698190D	25/02/2015	66371	230 * IX	127.69
LZF2336	55136685E	29/03/2015	50100	162 * I	574.61
MAR3110	55136703E	08/03/2015	65992	230 * V	191.53
MAR3110	55136707E	08/03/2015	65561	230 * I	191.53
MCV0821	55136004E	20/02/2015	65992	230 * V	191.53
MDW5706	55695202D	20/03/2015	50100	162 * I	574.61
MDW5706	55695203D	20/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MJL4512	55136656E	09/03/2015	65992	230 * V	191.53
MJW7449	55135787E	26/03/2015	50100	162 * I	574.61
MJW7449	55135788E	26/03/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2028/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2028/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DPN8064	55696699D	29/01/2015	51851	167	127.69
EBC1301	55694569D	05/02/2015	73662	252 * VI	85.12
GTF6617	55135192E	13/02/2015	73662	252 * VI	85.12
IBE8407	55694572D	05/02/2015	51851	167	127.69
ILQ7975	55694863D	19/03/2015	51851	167	127.69
LZF2336	55136686E	29/03/2015	57380	186 * II	191.53
LZS2282	55701906D	28/03/2015	60412	207	127.69
MAB6705	55694576D	05/02/2015	51851	167	127.69
MAR3110	55136705E	08/03/2015	52583	174	1915.38
MAR3110	55136706E	08/03/2015	57970	191	1915.38
MAR3110	55136708E	08/03/2015	58350	195	127.69
MBA7122	55700778D	27/01/2015	51851	167	127.69
MBM3347	55694561D	02/02/2015	51851	167	127.69
MBN8298	55701778D	28/01/2015	51851	167	127.69
MCB7892	55701535D	26/01/2015	51851	167	127.69
MCD6153	55701427D	18/03/2015	55250	181 * XV	85.12
MCE9377	55694649D	06/02/2015	51851	167	127.69
MCF9985	55701880D	28/01/2015	52070	169	53.20
MCO8005	55694512D	27/01/2015	51851	167	127.69
MCY9934	55698149D	22/01/2015	51851	167	127.69
MDP8414	55701545D	27/01/2015	51851	167	127.69
MDW5706	55695205D	20/03/2015	60175	206 * III	191.53
MEL5308	55697196D	22/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MFB7374	55135392E	04/02/2015	61220	214 * I	191.53
MFG0530	55697389D	29/01/2015	51851	167	127.69
MFR1048	55134946E	25/02/2015	59670	203 * V	957.69
MGS4079	55694608D	28/01/2015	51851	167	127.69
MIR9186	55701668D	06/02/2015	51851	167	127.69
MIU8723	54034443N	10/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MJO0280	55701886D	28/01/2015	51851	167	127.69
MJP6152	54024644N	03/02/2015	50020	257 8\$	85.12
MJQ2572	55694616D	02/02/2015	61220	214 * I	191.53
MKB3990	55698128D	22/01/2015	55413	181 * XVII	53.20
MKC1109	55136060E	16/02/2015	52070	169	53.20

MLD1066	55694544D	29/01/2015	51851	167		127.69
MLQ3077	55136501E	02/04/2015	60412	207		127.69
QHA0540	55136158E	04/03/2015	55411	181	* XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 596/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 596/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANH0933	8584043335	03/02/2015	74550	218 * I	85.12
CKK9482	8584043287	03/02/2015	74550	218 * I	85.12
GAP0900	8584043802	23/02/2015	74550	218 * I	85.12
MAV4950	8584044123	04/03/2015	74550	218 * I	85.12
MEI7456	8584043852	24/02/2015	74630	218 * II	127.69
MEX2498	54025585N	06/02/2015	50020	257 8S	85.12
MID8014	8584043280	03/02/2015	74550	218 * I	85.12
MIY6469	8584043953	25/02/2015	74630	218 * II	127.69
MIZ4286	8584043845	24/02/2015	74550	218 * I	85.12
MMM0428	8584043475	06/02/2015	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2025/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIP4911	55701910D	01/04/2015	65992	230 * V
ALA3060	55695267D	06/05/2015	50100	162 * I
ALA3060	55698086D	06/05/2015	65992	230 * V
CVM7200	55136049E	18/04/2015	64080	221
HQL8518	55132262E	19/04/2015	65992	230 * V
LWY9980	55132369E	15/05/2015	65992	230 * V
LWY9980	55132370E	15/05/2015	50100	162 * I
LXJ2260	55136253E	16/04/2015	65992	230 * V
LYP2006	55136487E	24/04/2015	50100	162 * I
LYP2006	55136488E	24/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYY9090	55701476D	22/04/2015	50291	162 * II
MBN1808	55136482E	24/04/2015	50100	162 * I
MBN1808	55136483E	24/04/2015	66371	230 * IX
MDJ4018	55698088D	14/05/2015	50100	162 * I
MDJ4018	55698089D	14/05/2015	69120	232
MEK8473	55699569D	12/05/2015	65992	230 * V
MEK8473	55699568D	12/05/2015	50100	162 * I
MGN5492	55131778E	20/04/2015	50100	162 * I
MGN5492	55131779E	20/04/2015	65564	230 * I
MIW3340	55695414D	22/04/2015	50450	162 * V
MIW3340	55695415D	22/04/2015	64080	221
MIX9187	55136730E	21/04/2015	65992	230 * V
MJF6964	55698084D	21/04/2015	50450	162 * V
MKP4933	55695658D	14/04/2015	50371	162 * III
MLF0618	55701638D	16/04/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2026/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2026/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFR6887	55695083D	22/04/2015	55680	181 * XIX
AJV6081	55701693D	20/04/2015	55412	181 * XVII
ANA7567	55132368E	15/05/2015	51851	167
APU6763	55695711D	07/05/2015	73662	252 * VI
DIV6368	55695614D	13/04/2015	51851	167
LYY9090	55701475D	22/04/2015	60501	208
MAH1245	55132270E	23/04/2015	60412	207
MBM3236	55695626D	23/04/2015	51851	167
MDM7189	55695577D	23/04/2015	51851	167
MDU1269	55136644E	13/04/2015	60412	207
MFK7766	55136420E	18/04/2015	69800	239
MGA6190	55136273E	18/05/2015	60412	207
MGN5492	55131775E	20/04/2015	60175	206 * III
MGN5492	55131776E	20/04/2015	58780	199
MGN5492	55131777E	20/04/2015	52151	170
MHO0415	55136742E	13/05/2015	53800	181 * I
MIB8279	55695301D	17/04/2015	51852	167
MIB8279	55695302D	17/04/2015	68580	231 * VII
MIP7020	55132357E	13/05/2015	60412	207
MIU0709	55695562D	13/04/2015	51851	167
MIW3340	55695413D	22/04/2015	73662	252 * VI
MLH2809	55136526E	13/05/2015	55412	181 * XVII
MLV5477	55136493E	24/04/2015	55090	181 * XIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 595/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - FS - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8584 595/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABX9162	54041864N	17/04/2015	50020	257 8S
ALY6104	54047661N	19/05/2015	50020	257 8S
ANJ1415	8584044611	30/03/2015	74630	218 * II
ARA3343	8584044624	31/03/2015	74550	218 * I
ASZ4358	54047665N	19/05/2015	50020	257 8S
MDD8557	8584044657	01/04/2015	74550	218 * I
MKN7361	8584044558	30/03/2015	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA
AUTORIDADE MUNICIPAL

CAMBORIÚ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1399/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1399/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALC6332	55727240E	24/12/2014	69120	232	53.20
DJJ2682	55729241E	15/02/2015	69120	232	53.20
LXJ2456	55727821E	09/03/2015	50100	162 * I	574.61
LXQ2905	55653535D	19/03/2015	65992	230 * V	191.53
LXQ2905	55653536D	19/03/2015	69120	232	53.20
MDF5314	54456049E	02/03/2015	69120	232	53.20
MDF5314	54456050E	02/03/2015	50100	162 * I	574.61
MGG5187	55729257E	20/01/2015	65992	230 * V	191.53
MLN7671	55726784E	31/08/2014	66531	230 * XI	127.69
MLN7671	55726783E	31/08/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1400/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1400/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BWL2133	55729812E	18/01/2015	73740	253	191.53
HIK5204	55729858E	10/03/2015	51851	167	127.69
JML6017	55729867E	13/03/2015	54522	181 * VIII	127.69
MDL7533	55728256E	17/02/2015	51851	167	127.69
MDO1883	55729225E	12/02/2015	54281	181 * V	191.53
MMM7003	55729861E	12/03/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1397/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1397/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKJ1722	55730097E	27/03/2015	50371	162 * III
ALL6709	54503110F	30/04/2015	69120	232
LAR6327	55652375D	30/03/2015	65992	230 * V
LYE6657	55728034E	30/03/2015	65992	230 * V
LYH9758	55731404E	25/04/2015	65992	230 * V
MAS6190	55729899E	02/04/2015	73400	252 * IV
MBE7604	55730014E	18/04/2015	66531	230 * XI

MBI2118	55731141E	28/04/2015	66371	230	*	IX
MCF1744	55728720E	17/04/2015	65992	230	*	V
MDI0525	55730253E	27/03/2015	65992	230	*	V
MDI0525	55730254E	27/03/2015	69120	232		
MEB8720	55728735E	25/04/2015	66102	230	*	VII
MEB8720	55728737E	26/04/2015	66020	230	*	VI
MFB0635	55730099E	27/03/2015	65992	230	*	V
MFB0635	55730100E	27/03/2015	73400	252	*	IV
MFB0635	55729897E	27/03/2015	66450	230	*	X
MHE1504	55731006E	05/05/2015	50100	162	*	I
MIY3531	55731112E	26/04/2015	50100	162	*	I
MIY3531	55731113E	26/04/2015	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1398/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1398/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOC5400	55731292E	04/05/2015	55680	181 * XIX
ATB3818	55730243E	07/04/2015	51851	167
IPG3799	55730313E	01/05/2015	58192	193
KQO2675	54503015F	27/04/2015	55680	181 * XIX
LCL6829	55730431E	02/04/2015	51851	167
LPD8378	55730951E	23/04/2015	56650	182 * X
MBF4015	55728884E	18/04/2015	55250	181 * XV
MET9094	54503290F	14/05/2015	51851	167
MEV6403	55727630E	22/04/2015	60412	207

MFK4924	55730476E	15/04/2015	51851	167	
MFZ1814	55730543E	15/04/2015	51851	167	
MGL8712	55730008E	06/04/2015	54521	181	* VIII
MHL5004	55730916E	04/05/2015	51851	167	
MIN3560	55730703E	15/04/2015	55680	181	* XIX
MIU2309	54949785E	16/04/2015	60501	208	
MIV1257	54503285F	12/05/2015	51851	167	
MIY5588	55730545E	15/04/2015	51851	167	
MIY5588	55730546E	15/04/2015	73662	252	* VI
MLD2936	55727426E	27/03/2015	57380	186	* II
MLV9720	55728036E	02/04/2015	51851	167	
MVI3037	55730484E	16/04/2015	51851	167	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JAIR GRINGS
DIRETOR DE TRANSITO

CAMPO ALEGRE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 497/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 497/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHA7795	55141631C	07/03/2015	66372	230 * IX	127.69
MLH9815	55141632C	09/03/2015	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 496/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 496/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EEE1233	54291044F	02/05/2015	55250	181 * XV
LNG6931	54291013F	12/04/2015	66531	230 * XI
LYE7581	54291015F	15/04/2015	64080	221
LZG4261	54290855F	10/04/2015	65992	230 * V
LZK5478	54290858F	25/04/2015	51851	167
MCD6579	54290859F	30/04/2015	67691	230 * XXII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO DE POLICIA

CAMPO ERÊ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 767/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 767/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DFZ1188	55860281D	11/02/2015	72340	250 * I * a	85.12
LWT0755	55860293D	08/03/2015	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

MIGUEL DOMINGUES DUTRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 766/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 766/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMQ6632	55872800D	13/05/2015	54522	181 * VIII
CLT0379	55860309D	20/04/2015	51851	167
LYQ8430	55872691D	19/04/2015	65992	230 * V
MAL0377	55872774D	12/05/2015	51851	167
MGL6861	55872776D	12/05/2015	51851	167
MML1503	55872897D	14/05/2015	51851	167
MML1503	55872896D	14/05/2015	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

MIGUEL DOMINGUES DUTRA
DELEGADO DE POLICIA

CAMPOS NOVOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1258/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1258/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYZ8285	54219651F	25/03/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1256/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1256/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXJ3835	55515342E	16/04/2015	69120	232
LYJ6998	55515340E	16/04/2015	66371	230 * IX
LZX5257	54219539F	15/04/2015	50100	162 * I
LZX5257	54219540F	15/04/2015	50610	163 c/c 162 * I
LZX5257	54219542F	15/04/2015	69120	232
LZX5257	54219541F	15/04/2015	65992	230 * V
MCI1302	55515346E	19/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCI1302	55515345E	19/04/2015	50100	162 * I
NGO0836	54219635F	11/05/2015	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1257/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1257/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HZR6670	54219629F	11/05/2015	51851	167
LXJ3835	54219423F	16/04/2015	51851	167
MBV7389	54219479F	16/04/2015	51851	167
MFM4439	54219630F	11/05/2015	51930	168
MGK9714	54219480F	16/04/2015	51851	167
MGP9227	54219620F	05/05/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GERALDO MAFIOLETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

CANELINHA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8145 751/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 751/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDA8959	54634696E	13/03/2015	65992	230 * V	191.53
MDA8959	54634695E	13/03/2015	50100	162 * I	574.61
MDM8965	54634536E	18/02/2015	65992	230 * V	191.53
MFZ3589	54634588E	23/01/2015	55415	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 750/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 750/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGK6716	54634599E	24/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

CANOINHAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1665/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1665/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJM0262	54798087E	22/03/2015	65992	230 * V	191.53
AJM0262	54798090E	22/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCK9169	55547418E	02/02/2015	65992	230 * V	191.53
MFY0660	55547421E	05/02/2015	64080	221	85.12
MFY0660	55547423E	05/02/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1666/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1666/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ANB0372	55547919E	05/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
BPN9368	55547127E	19/02/2015	58350	195	127.69
DFH5522	55547757E	28/01/2015	60501	208	191.53
MDW5672	54033649N	09/03/2015	50020	257 8S	191.53
MHU6291	55546068E	26/03/2015	54522	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LORIVAL SCHIPITOSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1663/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1663/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMW5633	55729473C	09/05/2015	65561	230 * I
AMW5633	55729474C	09/05/2015	67692	230 * XXII
AMW5633	55546453E	09/05/2015	65992	230 * V
AMW5633	55546454E	09/05/2015	50100	162 * I
AMW5633	55546455E	09/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MBD4359	54798100E	24/04/2015	50100	162 * I

MBD4359 54798099E 24/04/2015 65992 230 * V
MFT5511 55547974E 13/04/2015 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1664/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1664/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMW5633	55729475C	09/05/2015	55411	181 * XVII
LZL5828	55546201E	02/05/2015	55500	181 * XVIII
MJI4758	55547986E	11/05/2015	55412	181 * XVII
MKA8716	55547065E	11/05/2015	51930	168
QHA6694	55547066E	15/05/2015	60760	210

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LORIVAL SCHIPITOSKI
AUTORIDADE DE TRANSITO

CAPINZAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1471/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1471/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CIS5866	55080229E	01/04/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
CIS5866	55080228E	01/04/2015	66102	230 * VII	127.69
CIS5866	55080227E	01/04/2015	50100	162 * I	574.61
IMQ9650	55080986E	10/03/2015	65561	230 * I	191.53
IMQ9650	55080983E	10/03/2015	73400	252 * IV	85.12
MGO8110	55080989E	18/03/2015	73400	252 * IV	85.12
MHG0164	55080524E	23/03/2015	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1472/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1472/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALZ6656	54265418F	12/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
IMQ9650	55080985E	10/03/2015	70561	244 * III	191.53
IMQ9650	55080984E	10/03/2015	52070	169	53.20
MBK6452	54265479F	19/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MGO8110	55080991E	18/03/2015	52070	169	53.20
MIT2170	54265355F	02/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
QHE1927	55080624E	30/01/2015	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RAFAEL EDGAR TONIAL
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1469/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1469/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKQ5905	55080365E	09/05/2015	50100	162 * I
IKQ5905	55080366E	09/05/2015	65992	230 * V
IKQ5905	55080367E	09/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCE7706	55080234E	23/04/2015	50100	162 * I

MCE7706	55080452E	23/04/2015	50610	163	c/c	162	*	I
MCE7706	55080451E	23/04/2015	65992	230	*	V		
MEB7472	55080236E	23/04/2015	50450	162	*	V		
MEB7472	55080235E	23/04/2015	64080	221				
MFV2929	54500577F	08/05/2015	50610	163	c/c	162	*	I
MFV2929	55080463E	08/05/2015	65992	230	*	V		
MFV2929	55080464E	08/05/2015	50100	162	*	I		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1470/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1470/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALZ6656	54500654F	14/05/2015	54284	181 * V
MVE1186	55080644E	24/04/2015	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RAFAEL EDGAR TONIAL
DIRETOR DE TRANSITO

CATANDUVAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 670/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 670/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDI4725	55062957E	27/04/2015	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

Cocal do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 956/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 956/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADA8500	55530644E	27/02/2015	51851	167	127.69
AST9375	55530479E	30/01/2015	60412	207	127.69
DCV6759	55530766E	23/02/2015	51851	167	127.69
LZQ4876	55530483E	30/01/2015	60412	207	127.69
MBL6665	55530726E	23/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MBV7442	55530515E	28/01/2015	65992	230 * V	191.53
MBV7442	55530516E	28/01/2015	50100	162 * I	574.61
MBV7442	55530517E	28/01/2015	52741	175	1915.38
MBY7347	55530809E	03/03/2015	51851	167	127.69
MCF8269	55530523E	31/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
MCV1042	55530757E	16/02/2015	51851	167	127.69
MFY7267	55530736E	04/03/2015	50100	162 * I	574.61
MGL2276	55530566E	27/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MHB1130	55530662E	24/02/2015	73662	252 * VI	85.12
MHH4505	55530512E	28/01/2015	51851	167	127.69
QIK1515	55530699E	20/03/2015	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 955/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 955/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADA8500	55530938E	15/04/2015	51851	167
MIX9177	55531182E	26/04/2015	73400	252 * IV
MKU5908	54047679N	19/05/2015	50020	257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 1963/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 1963/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AMY1525	54068941F	24/02/2015	69120	232	53.20
CBP7828	54070125F	19/03/2015	66372	230 * IX	127.69
CEF6089	54070062F	15/01/2015	65992	230 * V	191.53
CEF6089	54068851F	15/01/2015	66372	230 * IX	127.69
CRO7654	54068576F	16/03/2015	67000	230 * XVI	127.69
LZA8495	54072058F	28/01/2015	50100	162 * I	574.61
LZA8495	54072059F	28/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZA8495	54072060F	28/01/2015	69120	232	53.20
LZA8495	54072061F	28/01/2015	66372	230 * IX	127.69
LZD8401	54072171F	04/02/2015	69120	232	53.20
MEF6186	55543536E	30/01/2015	50100	162 * I	574.61

MEF6186	55018649E	30/01/2015	67692	230	*	XXII	85.12
MEK1071	54065992F	31/01/2015	72850	250	*	III	85.12
MEM3156	55544900E	26/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MEM3969	54065714F	16/01/2015	69120	232			53.20
MEX5949	54072056F	27/01/2015	73400	252	*	IV	85.12
MFF0695	54068842F	03/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MGF3380	54068552F	23/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MGF3380	54068713F	23/02/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MHB0960	54071148F	19/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MHB0960	54071147F	19/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MIN6348	54070071F	28/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MIN6348	54068878F	28/01/2015	69120	232			53.20
MIN6348	54068877F	28/01/2015	51420	164	c/c	162 * V	191.53
MIN6348	54068876F	28/01/2015	50450	162	*	V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 1964/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 1964/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJC3289	54069967F	29/01/2015	73662	252 * VI	85.12
AMY1525	54068956F	24/02/2015	70301	244 * I	191.53
EID9139	55659989D	24/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
IPO6175	55660200D	24/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
IVO5100	54069969F	29/01/2015	73662	252 * VI	85.12
KXL5316	55659846D	26/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MAK5593	54070606F	28/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MDZ6471	55659859D	28/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MGK0648	8070002564	20/01/2015	74550	218 * I	85.12
MHN2828	55659885D	23/03/2015	55412	181 * XVII	53.20

MHO7306	55543954E	16/01/2015	51851	167		127.69
MIF0414	54068936F	23/02/2015	51851	167		127.69
MIQ7431	55544716E	28/01/2015	73662	252	* VI	85.12
MIS2675	55659979D	23/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MIU1542	54072068F	09/02/2015	73662	252	* VI	85.12
MJE8289	55659841D	23/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MJH2195	55660104D	02/03/2015	55412	181	* XVII	53.20
MJP7668	54069016F	12/02/2015	73662	252	* VI	85.12
MKM6211	54067300F	15/01/2015	52070	169		53.20
MKU3559	55659992D	25/02/2015	55412	181	* XVII	53.20
MLM8730	55659765D	26/01/2015	55412	181	* XVII	53.20
MMD8487	55544519E	29/01/2015	61220	214	* I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ELMO ANTONIO RICHARDI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 590/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 590/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAV8061	8763049333	29/01/2015	74550	218 * I	85.12
AFK5403	8763049119	19/01/2015	74550	218 * I	85.12
AKF0826	8763049443	07/02/2015	74550	218 * I	85.12
AKM0824	8763049240	28/01/2015	74550	218 * I	85.12
AKS2613	8763049342	31/01/2015	74550	218 * I	85.12
ALJ1447	8763049162	24/01/2015	74550	218 * I	85.12
ARG3562	8763049292	29/01/2015	74550	218 * I	85.12
CXW1814	8763049488	07/02/2015	74550	218 * I	85.12
DPJ0813	8763049361	30/01/2015	74550	218 * I	85.12
EGF3383	8763049463	03/02/2015	74550	218 * I	85.12
GWJ5662	8763049442	07/02/2015	74550	218 * I	85.12
GYO3635	8763050004	07/03/2015	74630	218 * II	127.69

IAR3569	8763049757	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
IDB3793	8763049327	01/02/2015	74550	218	*	I	85.12
ITC1608	8763049901	25/02/2015	74550	218	*	I	85.12
IUB8294	8763048763	31/12/2014	74550	218	*	I	85.12
LWS6429	8763050160	15/03/2015	74550	218	*	I	85.12
LYK6255	8763049105	24/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LYK6255	8763049106	25/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LYK6255	8763049241	31/01/2015	74630	218	*	II	127.69
LYK6255	8763049245	01/02/2015	74550	218	*	I	85.12
LYL1061	8763049188	24/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LYN0008	8763049334	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LYY6898	8763049122	22/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MAW6009	8763049251	31/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MBG4424	8763050192	15/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MBS9184	8763049751	21/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MBY6993	8763049308	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBZ0004	8763049139	25/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MCH9927	54032935N	06/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MCW8176	8763049148	25/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDC9261	8763049295	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDE9972	8763049218	22/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDL7877	8763049307	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDL7877	8763049309	30/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MDL7877	8763049155	23/01/2015	74710	218	*	III	574.61
MDL7877	8763049161	23/01/2015	74710	218	*	III	574.61
MDY0546	8763050125	12/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDY2217	8763050148	12/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MEE1063	8763049164	24/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEE1089	8763049283	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFW7361	8763049750	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFY4049	8763049133	25/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGA4322	8763049409	06/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MGD6068	8763049316	30/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGN3717	8763050104	15/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGR3253	8763049114	24/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGS7140	8763049340	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGZ5521	8763049146	24/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHF1312	8763049175	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHX2760	8763049280	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHY4232	8763050348	20/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHZ8903	8763049801	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIM4500	8763049149	25/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIM4500	8763049128	24/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MIP2569	8763049274	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIR5135	8763049349	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIS3752	8763049359	30/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIW9412	8763049168	21/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIY8809	8763049303	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIZ2370	54025575N	06/02/2015	50020	257	8\$		85.12
MJA1419	8763050109	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJH2289	8763049867	27/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJM4581	8763049980	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJR2457	54034918N	12/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MKB8530	8763050037	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLC9212	8763049207	22/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLO0714	8763049278	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MMC1897	8763049740	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ELMO ANTONIO RICHARDI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8070 1961/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 1961/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDP4726	54070084F	12/04/2015	50100	162 * I
MDP4726	54070085F	12/04/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8070 1962/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 1962/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AES0103	55532204E	29/04/2015	55412	181 * XVII
BMI3252	55532049E	27/04/2015	55412	181 * XVII
BTK2313	55660479D	13/04/2015	55412	181 * XVII
CHN9738	55660387D	13/04/2015	55412	181 * XVII
DMS2924	8070002808	11/05/2015	74550	218 * I
FCY3555	55660482D	13/04/2015	55412	181 * XVII
FSV0227	55660418D	16/04/2015	55412	181 * XVII
ISF1777	55532201E	28/04/2015	55412	181 * XVII
ISG9803	54071653F	10/04/2015	54870	181 * XI
KDJ8761	54072239F	02/05/2015	54284	181 * V
LZD1218	55660393D	15/04/2015	55412	181 * XVII
MAS7807	55532062E	15/04/2015	55412	181 * XVII
MFY0805	54047234N	18/05/2015	50020	257 8\$
MHD0082	55660405D	13/04/2015	55412	181 * XVII
MKF5374	55660397D	15/04/2015	55412	181 * XVII
MKK3499	55660424D	16/04/2015	55412	181 * XVII
MKY6839	55660406D	14/04/2015	55412	181 * XVII
MLP8771	55660474D	13/04/2015	55412	181 * XVII
MLV5139	54047688N	19/05/2015	50020	257 8\$
NQS6390	55660475D	13/04/2015	55412	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ELMO ANTONIO RICHARDI
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8763 589/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 589/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AJS4635	8763051330	07/05/2015	74550	218 * I
ASV3275	8763050789	12/04/2015	74550	218 * I
BST1899	8763051331	07/05/2015	74550	218 * I
CJD0335	8763050788	11/04/2015	74550	218 * I
CLF4554	8763050807	10/04/2015	74550	218 * I
CMZ7670	8763051225	09/05/2015	74550	218 * I
DAX0386	8763050725	11/04/2015	74550	218 * I
DQW8064	8763051257	08/05/2015	74630	218 * II
DTY2141	8763050721	09/04/2015	74550	218 * I
GRP9212	8763050821	12/04/2015	74550	218 * I
HCI5457	8763051355	04/05/2015	74550	218 * I
KPO3007	8763051284	10/05/2015	74550	218 * I
LYL2881	8763051242	09/05/2015	74550	218 * I
MCS8908	8763050818	11/04/2015	74550	218 * I
MCZ5055	8763051283	09/05/2015	74550	218 * I
MDQ2759	54047677N	19/05/2015	50020	257 8S
MDS4566	8763051220	06/05/2015	74550	218 * I
MDZ3240	8763051287	06/05/2015	74550	218 * I
MFG8589	8763051322	08/05/2015	74550	218 * I
MFM9721	8763051246	04/05/2015	74550	218 * I
MFM9721	8763051218	04/05/2015	74550	218 * I
MFT9232	8763051244	04/05/2015	74630	218 * II
MFV7535	8763051228	06/05/2015	74550	218 * I
MGC0417	8763051303	06/05/2015	74550	218 * I
MGT4788	8763050722	09/04/2015	74550	218 * I
MHP8739	8763050727	11/04/2015	74550	218 * I
MJC5433	8763051344	09/05/2015	74550	218 * I
MKC2834	8763050776	12/04/2015	74550	218 * I
MKO3427	8763050786	11/04/2015	74550	218 * I
MKZ3720	8763050541	30/03/2015	74630	218 * II
MLP5790	8763051250	05/05/2015	74550	218 * I
MLY6751	8763051230	06/05/2015	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ELMO ANTONIO RICHARDI
 AUTORIDADE DE TRANSITO

CORREIA PINTO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 788/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 788/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAM8620	54987379E	02/12/2014	54600	181 * IX	85.12
AFE9090	55670531D	22/02/2014	55415	181 * XVII	53.20
ALW2309	55672475D	10/06/2013	54010	181 * III	127.69
AMT9846	55671395D	04/10/2012	51851	167	127.69
AMT9846	55672280D	03/12/2012	51851	167	127.69
BNW8702	55671987D	04/01/2013	55415	181 * XVII	53.20
GVR3147	54986719E	23/11/2014	51851	167	127.69
LXA0442	54986472E	22/09/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXA0442	54986471E	22/09/2014	65992	230 * V	191.53
LXA0442	54987276E	22/09/2014	50100	162 * I	574.61
LXA8797	54986866E	26/06/2014	55411	181 * XVII	53.20
LXC7963	54692845C	11/05/2014	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXD9999	54693314C	15/06/2012	69200	233	127.69
LXF5829	54986696E	05/11/2014	54521	181 * VIII	127.69
LXL2292	55672201D	06/11/2012	51851	167	127.69
LXP9323	55671565D	22/02/2013	55411	181 * XVII	53.20
LXR4896	55671297D	28/09/2013	54521	181 * VIII	127.69
LXV4725	54692838C	23/04/2014	73662	252 * VI	85.12
LXZ6846	55671638D	01/06/2014	65992	230 * V	191.53
LYI1705	54693067C	28/04/2012	52741	175	191.53
LYS1088	54986924E	09/08/2014	65992	230 * V	191.53
LYX6833	54693573C	05/08/2012	52070	169	53.20
LYX6833	54693574C	05/08/2012	57703	189	191.53
LYX6833	55671925D	17/09/2012	72340	250 * I * a	85.12
MAD5139	54986714E	26/10/2014	54522	181 * VIII	127.69
MAH9977	54692860C	26/10/2011	69200	233	127.69
MAL1535	54692995C	28/06/2012	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MAN6602	55672797D	14/08/2013	55250	181 * XV	85.12
MBV9889	55672730D	18/07/2013	54521	181 * VIII	127.69
MCJ0795	54986896E	07/09/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCJ0795	54986895E	07/09/2014	50100	162 * I	574.61
MCJ9091	54987287E	24/10/2014	65992	230 * V	191.53
MCJ9091	54987286E	24/10/2014	50100	162 * I	574.61
MDG9007	54986445E	01/06/2014	67691	230 * XXII	85.12
MDI9375	54987408E	03/02/2015	69120	232	53.20
MDI9375	54987407E	03/02/2015	65992	230 * V	191.53
MDI9375	54987406E	03/02/2015	66532	230 * XI	127.69
MDI9375	54987079E	03/02/2015	50100	162 * I	574.61
MDI9375	54987080E	03/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDL2082	54692848C	17/05/2014	65992	230 * V	191.53
MDL2082	54692849C	17/05/2014	51691	165	1915.38

MED8736	54692794C	29/05/2012	57200	186	*	I	127.69
MED8736	54692795C	29/05/2012	65992	230	*	V	191.53
MED8736	54692786C	29/05/2012	58433	196			127.69
MEI7961	54986671E	03/10/2014	70302	244	*	I	191.53
MEI7961	54986670E	03/10/2014	58350	195			127.69
MEI7961	54986475E	03/10/2014	60502	208			191.53
MEI7961	54986473E	03/10/2014	52741	175			191.53
MEI7961	54986678E	07/10/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEJ5973	54986797E	24/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MEJ5973	54986796E	24/08/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEY3174	54986768E	05/06/2014	66532	230	*	XI	127.69
MEY3174	54986767E	05/06/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEY3174	54986766E	05/06/2014	50100	162	*	I	574.61
MEY3174	54987337E	18/10/2014	65561	230	*	I	191.53
MFF9670	54986685E	24/10/2014	65800	230	*	IV	191.53
MFF9670	54986470E	21/09/2014	66372	230	*	IX	127.69
MFR7500	54987259E	02/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MFR7500	54987260E	02/08/2014	66531	230	*	XI	127.69
MHS5509	54986466E	07/08/2014	53800	181	*	I	85.12
MII7386	54987369E	28/10/2014	54600	181	*	IX	85.12
MKF0770	54986718E	27/10/2014	65480	229			85.12
MKT9576	55672315D	18/12/2012	51851	167			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 787/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 787/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANC7257	54987526E	12/04/2015	66610	230 * XII
LWW5453	54987455E	23/03/2015	66371	230 * IX
LWW5453	54987454E	23/03/2015	50100	162 * I
LWW5453	54987504E	23/03/2015	51180	164 c/c 162 * I

LYP4093	54987098E	07/03/2015	58350	195
LYP4093	54987440E	07/03/2015	52741	175
LYP4093	54987441E	07/03/2015	52151	170
MAV9557	54987466E	12/04/2015	50100	162 * I
MBQ0097	54986486E	03/05/2015	65992	230 * V
MBQ0097	54986490E	03/05/2015	65561	230 * I
MBQ0097	54986491E	03/05/2015	66372	230 * IX
MBQ0097	54987563E	03/05/2015	67691	230 * XXII
MBQ0097	54987562E	03/05/2015	58350	195
MGZ5411	54987601E	05/04/2015	58350	195
MGZ5411	54987602E	05/04/2015	65561	230 * I
MGZ5411	54987603E	05/04/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.
FABIANO HENRIQUE SCHMITT
DELEGADO DE POLICIA

CORUPÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 649/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 649/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AWF4061	54625874E	26/02/2015	51851	167	127.69
JNK2281	54625713E	25/01/2015	60501	208	191.53
MCC9236	54625706E	24/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MFW9082	54625714E	28/01/2015	50100	162 * I	574.61
MFW9082	54625715E	28/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MGO6097	54625758E	21/01/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CORUPA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.
URIEL RIBEIRO
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

CURITIBANOS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1379/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1379/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABG4976	55004657E	07/11/2014	69120	232
AEH2604	55004605E	11/11/2014	69120	232
AHM5375	55004501E	22/10/2014	65992	230 * V
JOK8397	55004729E	04/11/2014	50292	162 * II
LNC3815	55004201E	05/11/2014	65992	230 * V
LXX3771	55004551E	24/10/2014	66102	230 * VII
MAA8095	54999177E	11/11/2014	65992	230 * V
MAA8095	54999178E	11/11/2014	50100	162 * I
MCO1820	55004739E	12/11/2014	50100	162 * I
MCX7498	55004733E	05/11/2014	65992	230 * V
MDS1657	55004658E	08/11/2014	65992	230 * V
MDS1657	55004659E	08/11/2014	50100	162 * I
MDS1657	55004660E	08/11/2014	51691	165
MGG7875	54998395E	04/11/2014	65992	230 * V
MIU4374	55004709E	23/10/2014	65992	230 * V
MJE0638	54530909E	11/11/2014	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 20 DE MAIO DE 2015.
ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1462/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1462/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACR7915	55004224E	29/01/2015	51691	165	1915.38
AHJ0017	54530848E	24/01/2015	50100	162 * I	574.61
AHJ0017	54530850E	24/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
DAP5000	54999142E	17/01/2015	69710	238	191.53
DAP5000	54999140E	17/01/2015	66372	230 * IX	127.69
LYB3197	55003670E	21/02/2015	50100	162 * I	574.61
LZD2879	55004430E	30/01/2015	65992	230 * V	191.53
LZD2879	55004431E	30/01/2015	50450	162 * V	191.53
LZD2879	55004432E	30/01/2015	69120	232	53.20
MAP9035	55003204E	23/02/2015	50100	162 * I	574.61
MAP9035	55003205E	23/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MBU3936	54686037C	21/03/2015	51691	165	1915.38
MBU3936	54686038C	21/03/2015	69120	232	53.20
MBU3936	54686039C	21/03/2015	65992	230 * V	191.53
MBY1463	54528690E	04/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBY1463	54528691E	04/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCX9302	55002608E	03/03/2015	67420	230 * XX	127.69
MFW2728	54528629E	14/01/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1463/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1463/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHX1396	55003193E	23/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
JYY3156	55002625E	06/03/2015	51851	167	127.69
LZB4044	54528693E	04/03/2015	51851	167	127.69
MBR5726	54528867E	23/02/2015	51851	167	127.69
MEH6334	55003480E	25/03/2015	51851	167	127.69
MJZ4084	55004075E	10/03/2015	55411	181 * XVII	53.20
MKP1035	55002605E	02/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
MKX7726	54998660E	24/02/2015	53980	181 * II	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1460/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1460/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AFK0521	55002714E	25/04/2015	50100	162	*	I
CKN6830	54999561E	01/05/2015	50100	162	*	I
LXD3716	54528640E	11/04/2015	50100	162	*	I
LXD3716	54528642E	11/04/2015	51180	164	c/c	162 * I
MBC4793	55002709E	11/04/2015	51691	165		
MBS9542	55002716E	29/04/2015	50100	162	*	I
MBS9542	55002717E	29/04/2015	50610	163	c/c	162 * I
MDR7132	55003232E	08/05/2015	65992	230	*	V
MDR7132	55003233E	08/05/2015	50100	162	*	I
MGJ3376	55003005E	06/05/2015	65992	230	*	V
MIE2759	54998681E	10/04/2015	67261	230	*	XVIII
MIE2759	54998682E	10/04/2015	66372	230	*	IX
MKN7964	54999250E	20/04/2015	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALTAIR SEBASTIAO MUCHALSKI
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1461/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1461/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIH3582	55002997E	13/04/2015	55412	181 * XVII
AMM7833	54998745E	17/04/2015	55412	181 * XVII
AOR0927	55002989E	13/04/2015	60501	208
BFO4573	54528644E	02/05/2015	53470	178
HAY8431	54999508E	20/04/2015	55412	181 * XVII
IEX3535	54999228E	17/04/2015	55412	181 * XVII
IRX6616	54999245E	20/04/2015	55412	181 * XVII
JHZ8212	54999515E	23/04/2015	55412	181 * XVII

LXA5657	55003227E	05/05/2015	52152	170	
LXA5657	55003228E	05/05/2015	58350	195	
LXD2896	54999501E	20/04/2015	55412	181	* XVII
LXD3716	54528641E	11/04/2015	52070	169	
LXW1246	54999467E	29/04/2015	55412	181	* XVII
MAE2226	54999463E	29/04/2015	55412	181	* XVII
MBV0699	54998729E	17/04/2015	55412	181	* XVII
MDB8631	54998736E	17/04/2015	55412	181	* XVII
MDI3859	54999532E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MDR7132	55003235E	08/05/2015	51851	167	
MDV6342	54998732E	17/04/2015	55412	181	* XVII
MEC1414	54999524E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MGF0112	54999527E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MGG5908	54999453E	28/04/2015	55412	181	* XVII
MGR2109	54999518E	23/04/2015	55412	181	* XVII
MGS0072	55002977E	09/04/2015	51851	167	
MHM3010	54998349E	29/04/2015	55412	181	* XVII
MHM9421	54999544E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MHO5946	54998308E	27/04/2015	55412	181	* XVII
MIF8334	54999472E	30/04/2015	55412	181	* XVII
MJD1388	54999406E	30/04/2015	55412	181	* XVII
MJN9967	54999549E	28/04/2015	55412	181	* XVII
MLJ6055	54998321E	28/04/2015	55412	181	* XVII
MLN7870	55003634E	15/04/2015	55412	181	* XVII
MLT9218	54998742E	17/04/2015	55412	181	* XVII
MML2814	55002960E	04/04/2015	55412	181	* XVII
OKF4034	54998343E	29/04/2015	55412	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

HERCILIO BEPPLER
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

DIONISIO CERQUEIRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 803/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 803/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATL0736	55868782D	22/01/2015	69120	232	53.20
MBY5710	55856652D	28/01/2015	65992	230 * V	191.53
MBY5710	55856653D	28/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MDW3846	55868783D	26/01/2015	50100	162 * I	574.61
MJT3836	55855989D	29/03/2015	54870	181 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

DOUTOR PEDRINHO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 387/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8274 387/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZC7240	54771933C	07/03/2015	50450	162 * V	191.53
MGB4590	54575142E	26/01/2015	58350	195	127.69
MGB4590	54575143E	26/01/2015	52741	175	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DOUTOR PEDRINHO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

FAXINAL DOS GUEDES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 750/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 750/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZQ1211	54455620D	23/02/2015	65992	230 * V	191.53
LZQ1211	54455619D	23/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZQ1211	54455618D	23/02/2015	50100	162 * I	574.61
MCJ0553	54455449D	25/02/2015	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADEN CLAUS CEBER PEREIRA
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 749/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 749/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBE1729	54455669D	05/04/2015	50100	162 * I
MEV0195	54455761D	02/04/2015	50100	162 * I
MEV0195	54455762D	02/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MIT4001	54455596D	24/04/2015	65992	230 * V
MJC9634	54455760D	02/04/2015	50100	162 * I
MJC9634	54455759D	02/04/2015	65992	230 * V
MLZ8634	54455769D	17/04/2015	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADEN CLAUS CEBER PEREIRA
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

FORQUILHINHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 950/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 950/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWO1175	54505108E	31/10/2014	65992	230 * V	191.53
LXV5886	54506033E	07/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBA8505	54506103E	21/02/2015	50100	162 * I	574.61
MBA8505	54506104E	21/02/2015	65992	230 * V	191.53
MCP3740	54506013E	09/02/2015	50100	162 * I	574.61
MCP3740	54506014E	09/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCP3740	54506015E	09/02/2015	65992	230 * V	191.53
MEC3485	54506012E	05/02/2015	57380	186 * II	191.53
MKW8143	54506037E	10/03/2015	50100	162 * I	574.61
MKW8143	54506038E	10/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 949/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 949/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHA9575	54505011E	08/04/2015	70561	244 * III
MJQ9716	55431985D	13/05/2015	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

FRAIBURGO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1746/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1746/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDF0976	55023544E	18/02/2015	55416	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PRESIDENTE DO ORTFRAI

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1744/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1744/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADX5776	55026382E	20/04/2015	50100	162 * I
ADX5776	55024739E	20/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
CRN0901	55025374E	25/04/2015	50100	162 * I
CRN0901	55025375E	25/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
CRN0901	55025376E	25/04/2015	65992	230 * V
MAM0666	55024838E	23/04/2015	50100	162 * I
MAM0666	55024839E	23/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAM0666	55024840E	23/04/2015	66020	230 * VI
MEZ2182	55026421E	23/04/2015	66371	230 * IX
MEZ2182	55026422E	23/04/2015	69120	232
MGO5656	55024845E	25/04/2015	67691	230 * XXII
MGO5656	55024846E	25/04/2015	51691	165
MIP9511	55025370E	21/04/2015	50100	162 * I
MIP9511	55025371E	21/04/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JHON ENDY LAMB
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1745/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 1745/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ABG7532 55024550E 23/04/2015 55415 181 * XVII

LZL4901 55026430E 27/04/2015 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ELTON LUIZ BORRACHINI
PRESIDENTE DO ORTFRAI

GAROPABA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1023/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AMS2381 54164878F 29/12/2014 51851 167 127.69

DQG2816 54879916E 18/04/2014 50450 162 * V 191.53

HGX7170 54880270E 27/12/2014 54281 181 * V 191.53

HPP5724 54880956E 30/12/2014 69120 232 53.20

ICO6415 54165372F 26/02/2015 69120 232 53.20

ICO6415 54165373F 26/02/2015 51851 167 127.69

IDS8171 54165165F 17/01/2015 66372 230 * IX 127.69

IGN0377 54880158E 11/01/2015 55415 181 * XVII 53.20

ILK7573 54878698E 10/07/2014 51851 167 127.69

ILQ3686 54878109E 30/01/2014 51851 167 127.69

INA4735 54165635F 19/02/2015 53800 181 * I 85.12

INB1641	54878811E	10/04/2014	65992	230	*	V	191.53
IOA7600	54164833F	02/01/2015	51851	167			127.69
IPO8243	54880172E	14/01/2015	55415	181	*	XVII	53.20
IRZ1086	54878206E	05/02/2014	55250	181	*	XV	85.12
IVH7656	54164546F	28/12/2014	55411	181	*	XVII	53.20
IVU5407	54879086E	27/12/2014	51851	167			127.69
JWB4269	54165016F	06/01/2015	53800	181	*	I	85.12
KKD7987	54880917E	11/01/2015	65992	230	*	V	191.53
KKD7987	54880918E	11/01/2015	50100	162	*	I	574.61
KKK0277	54878689E	22/06/2014	55411	181	*	XVII	53.20
LXE9246	54880719E	19/01/2015	50100	162	*	I	574.61
LXE9246	54880720E	19/01/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
LXE9246	54880721E	19/01/2015	65992	230	*	V	191.53
LXK9581	54880398E	18/01/2015	50291	162	*	II	957.69
LXO0032	54880264E	27/12/2014	54281	181	*	V	191.53
LYO1581	54880542E	19/12/2014	55250	181	*	XV	85.12
LYP3163	54877509E	29/01/2014	55250	181	*	XV	85.12
MAA7095	54879344E	04/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MAG1515	54165214F	09/01/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MAN6596	54879672E	23/12/2014	65561	230	*	I	191.53
MAN6596	54879671E	23/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MAO4635	54880920E	11/01/2015	51851	167			127.69
MAO4635	54880921E	11/01/2015	58000	192			127.69
MAO4635	54880922E	11/01/2015	73662	252	*	VI	85.12
MBB4013	54876451E	21/12/2013	66372	230	*	IX	127.69
MBB4013	54876452E	21/12/2013	51852	167			127.69
MBJ5743	54878254E	09/02/2014	51851	167			127.69
MCC8906	54165106F	09/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MCK0587	54880932E	20/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MCQ0246	54164683F	22/02/2015	55250	181	*	XV	85.12
MCY3194	54879979E	24/01/2015	64080	221			85.12
MDD7816	54164718F	11/01/2015	69120	232			53.20
MDI9278	54878752E	27/02/2014	66371	230	*	IX	127.69
MDI9278	54878753E	27/02/2014	66020	230	*	VI	191.53
MDI9278	54878754E	27/02/2014	69120	232			53.20
MDI9278	54878191E	25/03/2014	69200	233			127.69
MDR8679	54878174E	11/02/2014	69200	233			127.69
MDW6941	54165467F	26/01/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MEB7525	54165359F	25/01/2015	58350	195			127.69
MEB7525	54165360F	25/01/2015	52070	169			53.20
MEB7525	54165361F	25/01/2015	57200	186	*	I	127.69
MEF0721	54164770F	11/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MEF0721	54164771F	11/01/2015	65564	230	*	I	191.53
MEF0721	54164772F	11/01/2015	66371	230	*	IX	127.69
MFC1219	54878605E	24/02/2014	51851	167			127.69
MFC1219	54877570E	24/02/2014	55415	181	*	XVII	53.20
MGB0708	54878603E	24/02/2014	51851	167			127.69
MGN1253	54878956E	18/06/2014	65992	230	*	V	191.53
MHF9422	54880175E	14/01/2015	52741	175			1915.38
MHL6442	54879220E	11/06/2014	65992	230	*	V	191.53
MHL6442	54879219E	11/06/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MHL6442	54879218E	11/06/2014	50100	162	*	I	574.61
MHY1610	54880382E	23/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MIS4109	54880674E	10/01/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MIW1510	54880465E	05/09/2014	50450	162	*	V	191.53
MJD1989	54165105F	09/01/2015	66450	230	*	X	127.69
MJI0061	54879726E	21/01/2015	55250	181	*	XV	85.12
MJS2037	54878296E	29/03/2014	73662	252	*	VI	85.12
MJW8444	54164967F	03/02/2015	54600	181	*	IX	85.12
MKB4721	54165453F	22/01/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MKJ1222	54165191F	16/02/2015	52231	171			85.12
MKM0794	54878828E	23/06/2014	50100	162	*	I	574.61
MKM0794	54878829E	23/06/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61

MKW7098	54879326E	21/07/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLI6275	54877952E	22/01/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MLK3109	54165301F	14/01/2015	53800	181	*	I	85.12
NCM0253	54880659E	27/12/2014	55250	181	*	XV	85.12
NTC7748	54165827F	16/02/2015	55250	181	*	XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1022/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILH7002	54164636F	18/04/2015	55250	181 * XV
IPA9941	54166153F	20/04/2015	51851	167
JFQ4536	54166042F	06/05/2015	54522	181 * VIII
KJZ8977	54166251F	17/04/2015	55250	181 * XV
KLL4400	54165290F	12/05/2015	54521	181 * VIII
KLL4400	54166268F	12/05/2015	55250	181 * XV
LXM8278	54166315F	21/04/2015	50450	162 * V
LXR3224	54165447F	17/04/2015	64080	221
LXR3224	54165446F	17/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LXR3224	54165445F	17/04/2015	50100	162 * I
LXR3224	54165444F	17/04/2015	65992	230 * V
LYQ2329	54879700E	25/03/2015	51851	167
MBF6184	54166158F	24/04/2015	65992	230 * V
MBZ9665	54166353F	26/04/2015	51851	167
MCO5039	54166552F	01/05/2015	65992	230 * V
MCO5039	54166554F	01/05/2015	50100	162 * I

MFS0322	54166041F	06/05/2015	54521	181 * VIII
MKA9344	54880839E	15/05/2015	51851	167
MLT2505	54165998F	18/04/2015	55250	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

GARUVA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 407/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 407/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB3396	55982537D	25/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 406/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 406/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRD5599	55982760D	16/04/2015	65992	230 * V
LBK4001	55982550D	22/04/2015	65992	230 * V
LBK4001	55982704D	22/04/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

GASPAR

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1897/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1897/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIQ6314	54538912E	26/02/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1898/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1898/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFF9481	8147006716	02/03/2015	74710	218 * III	574.61
AKK0841	54538810E	24/02/2015	59750	204	127.69
AKL4459	54539024E	10/03/2015	60412	207	127.69
CII7627	54538800E	05/03/2015	55680	181 * XIX	127.69
COG9175	8147007564	19/03/2015	74550	218 * I	85.12
CXZ1741	54539159E	19/03/2015	53710	180	85.12
IVR3965	54831191E	14/10/2014	55412	181 * XVII	53.20
JHF8354	54831996E	03/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
LXB4723	8147007490	19/03/2015	74550	218 * I	85.12
LYE8297	8147007414	17/03/2015	74630	218 * II	127.69
LYM4182	54538994E	15/03/2015	51851	167	127.69
LZJ2226	8147006953	10/03/2015	74710	218 * III	574.61
LZK6501	8147007237	12/03/2015	74630	218 * II	127.69
LZM0972	8147007048	11/03/2015	74550	218 * I	85.12
MAO5312	8147006882	10/03/2015	74630	218 * II	127.69
MAR7564	54539001E	10/03/2015	60412	207	127.69
MBA4713	8147006538	25/02/2015	74630	218 * II	127.69
MBB4350	54538879E	10/03/2015	60412	207	127.69
MBE5103	8147007148	11/03/2015	74550	218 * I	85.12

MBZ7111	54831900E	07/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCC1548	55593838D	14/12/2014	58350	195			127.69
MCC1548	55593837D	14/12/2014	52070	169			53.20
MCE8734	8147007544	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDA0298	8147007523	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDE8647	8147007547	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDL5789	8147007243	12/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MDO3107	8147007468	19/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MDW2706	54539026E	10/03/2015	60412	207			127.69
MEL4793	54831967E	25/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHL3097	55593387D	31/10/2014	52070	169			53.20
MHL3097	55593388D	31/10/2014	60412	207			127.69
MHO7639	8147006064	13/11/2014	74550	218	*	I	85.12
MHO7639	54537484E	07/10/2014	60412	207			127.69
MHW5578	54539166E	20/03/2015	57380	186	*	II	191.53
MID9888	54538860E	10/03/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MIH8420	8147007031	11/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MKG2760	8147006167	16/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKG8511	54539009E	10/03/2015	60412	207			127.69
MKO1356	8147007601	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKT8048	54538756E	15/02/2015	55415	181	*	XVII	53.20
MLP4217	54831988E	02/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MMK0824	8147007613	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 974/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 974/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFB5995	8590075369	21/02/2015	74630	218 * II	127.69

AQK9055	8590074850	28/12/2014	74710	218	*	III	574.61
ASH7132	8590075016	04/01/2015	74550	218	*	I	85.12
ATF6211	8590075000	04/01/2015	74550	218	*	I	85.12
AXG6583	8590075244	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
EYE0577	8590076311	25/03/2015	74550	218	*	I	85.12
HEO9486	8590075073	20/01/2015	74630	218	*	II	127.69
JPD4557	8590075221	11/02/2015	74550	218	*	I	85.12
KNR9813	8590075262	14/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MAS2534	8590076209	22/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDL7697	8590075307	16/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEY3444	8590074849	28/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MFB5986	8590074676	25/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MGC2517	8590074981	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGO7930	8590074574	22/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MGT3490	8590076326	26/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHA5113	8590074965	01/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHB8275	8590075264	14/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIE7508	8590076106	18/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIP9516	8590075248	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIS4660	8590076334	26/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIZ0479	8590076281	23/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MKI1006	8590074795	27/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MLO6759	8590075075	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MMD0672	8590076174	21/03/2015	74550	218	*	I	85.12
OKG5324	8590070181	04/09/2014	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1895/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1895/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CCB9347	54538607E	15/04/2015	65992	230 * V
JQR2470	54541053E	07/05/2015	65564	230 * I
LYF4637	55594250D	07/05/2015	65992	230 * V
LYS1559	55594326D	15/05/2015	51691	165
LYV5568	54541164E	16/05/2015	50100	162 * I
LYV5568	54541165E	16/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MDK5175	54539547E	18/05/2015	67261	230 * XVIII
MGW0922	54541104E	14/05/2015	66371	230 * IX
MGW0922	54541103E	14/05/2015	69120	232
MGW0922	54541102E	14/05/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

PAULO NORBERTO KOERICH
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1896/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 1896/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASO0636	54541453E	12/05/2015	58433	196
BOK4053	8147009208	18/05/2015	74550	218 * I
BTD5778	54832083E	31/03/2015	55412	181 * XVII
DEM8095	8147009090	08/05/2015	74550	218 * I
EFP8304	8147008112	13/04/2015	74550	218 * I
HNW1805	54539546E	12/05/2015	59750	204
KIQ7234	8147008397	20/04/2015	74550	218 * I

LYT0525	55594866D	06/05/2015	52070	169	
LZD9800	54832122E	13/04/2015	55412	181	* XVII
LZQ3355	8147009216	18/05/2015	74550	218	* I
LZS8834	8147009233	18/05/2015	74550	218	* I
LZW6450	8147008182	14/04/2015	74550	218	* I
MAR5075	8147008465	21/04/2015	74710	218	* III
MAV9378	8147009213	18/05/2015	74550	218	* I
MBL3722	8147008404	21/04/2015	74550	218	* I
MBU3297	54832166E	24/04/2015	55412	181	* XVII
MCJ5579	55594865D	17/04/2015	52070	169	
MCM1968	8147008352	20/04/2015	74550	218	* I
MCX1086	8147009203	18/05/2015	74550	218	* I
MEF4660	54539487E	11/04/2015	54521	181	* VIII
MEO7858	54832181E	30/04/2015	55412	181	* XVII
MEY7152	8147008485	21/04/2015	74550	218	* I
MFL0415	54047519N	19/05/2015	50020	257	8\$
MFY3756	54046200N	12/05/2015	50020	257	8\$
MGB6436	54046196N	12/05/2015	50020	257	8\$
MGF0403	8147007967	13/04/2015	74710	218	* III
MGM1315	8147009224	18/05/2015	74710	218	* III
MGP7999	8147008391	20/04/2015	74550	218	* I
MGZ3152	54046191N	12/05/2015	50020	257	8\$
MHQ8637	54832099E	08/04/2015	55412	181	* XVII
MIO3233	8147009235	18/05/2015	74550	218	* I
MIV9945	55593299D	12/05/2015	59670	203	* V
MIX0944	54832188E	24/04/2015	55412	181	* XVII
MJC8755	8147008386	20/04/2015	74550	218	* I
MJM6722	8147009255	18/05/2015	74630	218	* II
MJX2103	54046198N	12/05/2015	50020	257	8\$
MJX2103	54046199N	12/05/2015	50020	257	8\$
MJX8737	54832136E	11/04/2015	55412	181	* XVII
MKT6838	8147008577	21/04/2015	74630	218	* II
MLK4937	55594868D	18/05/2015	52070	169	
MLK4937	55594869D	18/05/2015	57200	186	* I
MLO4469	8147009243	18/05/2015	74550	218	* I
QHD5637	8147008581	21/04/2015	74630	218	* II
QHD5637	8147009209	18/05/2015	74630	218	* II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 973/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 973/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAM6191	8590077244	26/04/2015	74630	218 * II
AEP9149	8590077547	06/05/2015	74630	218 * II
AHM6781	8590077673	10/05/2015	74550	218 * I
ALV3788	8590077290	26/04/2015	74550	218 * I
AVB3493	8590077552	06/05/2015	74550	218 * I
BYF7495	8590077311	28/04/2015	74550	218 * I
CKT8670	8590077226	27/04/2015	74550	218 * I
CMH0570	8590077671	10/05/2015	74630	218 * II
GXG4519	8590077198	25/04/2015	74550	218 * I
GYW9690	8590077598	08/05/2015	74630	218 * II
HBZ0344	8590077314	28/04/2015	74550	218 * I
HJP5203	8590077245	26/04/2015	74550	218 * I
HSV4554	8590077430	02/05/2015	74550	218 * I
HYT4468	8590077479	03/05/2015	74630	218 * II
IOO1441	8590077345	29/04/2015	74550	218 * I
IOO1441	8590077352	29/04/2015	74550	218 * I
ITR6959	8590077108	21/04/2015	74630	218 * II
JQY9540	8590077530	04/05/2015	74550	218 * I
KKH3571	8590076386	30/03/2015	74550	218 * I
LNV4906	8590077584	07/05/2015	74550	218 * I
LXG1009	8590077679	10/05/2015	74550	218 * I
LXL7623	8590077223	27/04/2015	74550	218 * I
LZD9118	8590077575	07/05/2015	74550	218 * I
MAP6720	8590077287	26/04/2015	74550	218 * I
MAP6720	8590077271	26/04/2015	74550	218 * I
MAR9896	8590077398	01/05/2015	74550	218 * I
MAW4425	8590077374	01/05/2015	74550	218 * I
MAW4425	8590077382	01/05/2015	74550	218 * I
MBD7264	8590077313	28/04/2015	74550	218 * I
MBJ5927	8590076676	05/04/2015	74630	218 * II
MCC8565	8590077368	01/05/2015	74550	218 * I
MCH0055	8590077667	10/05/2015	74550	218 * I
MCU8633	8590077251	26/04/2015	74550	218 * I
MCZ5438	8590077395	01/05/2015	74550	218 * I
MDN5611	8590076517	02/04/2015	74630	218 * II
MFT7942	8590077238	26/04/2015	74630	218 * II
MGF4231	8590077553	06/05/2015	74550	218 * I
MGM0693	8590076638	06/04/2015	74550	218 * I
MGO0848	8590077423	02/05/2015	74550	218 * I
MGT8628	8590076566	04/04/2015	74550	218 * I
MGV4036	8590077263	26/04/2015	74550	218 * I
MHQ8244	8590077276	26/04/2015	74550	218 * I
MHQ8870	8590077500	03/05/2015	74550	218 * I
MHS8621	8590077613	09/05/2015	74550	218 * I
MHT4143	8590076590	03/04/2015	74550	218 * I
MHX7443	8590076673	05/04/2015	74550	218 * I
MHZ5428	8590077657	10/05/2015	74550	218 * I

MHZ5428	8590077674	10/05/2015	74550	218	*	I
MIG2288	8590077470	02/05/2015	74630	218	*	II
MIK0571	8590077432	02/05/2015	74550	218	*	I
MIP8131	8590076609	03/04/2015	74550	218	*	I
MIT6402	8590077599	08/05/2015	74550	218	*	I
MJA8328	8590077551	06/05/2015	74550	218	*	I
MJM5843	8590077486	03/05/2015	74550	218	*	I
MJN8363	8590077246	26/04/2015	74550	218	*	I
MLG5363	8590077615	09/05/2015	74550	218	*	I
MLJ6074	8590077304	28/04/2015	74550	218	*	I
MMJ7976	8590077508	03/05/2015	74550	218	*	I
MML1844	8590077243	26/04/2015	74550	218	*	I
MUC9220	8590077491	03/05/2015	74630	218	*	II
NRO2222	8590077485	03/05/2015	74550	218	*	I
OQI4061	8590077641	09/05/2015	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU DOS PASSOS
DIRETOR DE TRANSITO

GOVERNADOR CELSO RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 684/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 684/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKE6969	55646372D	04/01/2015	68580	231 * VII	85.12
DQV1881	55647758D	13/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
ITJ7179	55646310D	03/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
JHB7621	55647604D	18/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
LWX0172	55646589D	25/01/2015	50100	162 * I	574.61
MBO8953	55645329D	11/03/2015	55411	181 * XVII	53.20

MCK0220	55646523D	28/12/2014	50100	162	*	I	574.61
MCQ1494	55646286D	09/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MEM4687	55647629D	28/01/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MFB7067	55646630D	09/02/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MHO3637	55648000D	20/02/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MKK4263	55646168D	11/02/2015	54522	181	*	VIII	127.69
MLB0167	55646496D	18/01/2015	51851	167			127.69
MLB0722	55645243D	07/12/2014	54527	181	*	VIII	127.69
MLB0722	55643791D	14/12/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MLB9761	55647553D	18/01/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MLH7281	55645066D	28/12/2014	54527	181	*	VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 683/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 683/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EBH9103	55647369D	15/05/2015	54521	181 * VIII
MCW5260	55645457D	16/04/2015	54521	181 * VIII
MCW5260	55645455D	16/04/2015	50100	162 * I
MCW5260	55645456D	16/04/2015	66102	230 * VII
MDH6515	55645449D	13/04/2015	54522	181 * VIII
MFZ4448	55647841D	07/04/2015	50100	162 * I
MFZ4448	55647842D	07/04/2015	65561	230 * I
MFZ4448	55647843D	07/04/2015	65992	230 * V
MHC2222	55647373D	16/05/2015	51852	167
MHC2222	55647372D	16/05/2015	51851	167

MHC2222	55646063D	16/05/2015	52741	175
MHC2222	55646062D	16/05/2015	60760	210
MHI2624	55647348D	05/04/2015	67000	230 * XVI
MHK2410	55647395D	19/05/2015	54360	181 * VI
MLW1289	55647303D	20/03/2015	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM
DELEGADO DE POLICIA

Grão Pará

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 487/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 487/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DIP0425	54030080F	19/01/2015	69120	232	53.20
LYP2162	54030094F	03/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAB5546	54029834F	14/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCN4091	54029838F	14/03/2015	69120	232	53.20
MCN4091	54029839F	14/03/2015	65992	230 * V	191.53
MGH6242	54029826F	07/03/2015	65992	230 * V	191.53
MGH6242	54029827F	07/03/2015	65800	230 * IV	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 486/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 486/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DPR0165	54029861F	18/04/2015	53040	176 * III
DPR0165	54029862F	18/04/2015	51691	165
MGQ9661	54029863F	21/04/2015	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE LUIZ BERMUDEZ PEREIRA
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

GUARAMIRIM**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 988/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 988/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADU2598	54956543E	29/01/2015	64080	221	85.12
AMD8949	54956609E	19/02/2015	69120	232	53.20
CJM5693	54956910E	04/02/2015	55680	181 * XIX	127.69
CZL5670	54956438E	16/02/2015	51851	167	127.69
INE8694	54956443E	19/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
INE8694	54956442E	19/02/2015	50100	162 * I	574.61
LZF1818	54956274E	01/02/2015	66020	230 * VI	191.53
LZF1818	54956273E	01/02/2015	69120	232	53.20
LZW3250	54956901E	03/02/2015	51420	164 c/c 162 * V	191.53
LZW3250	54956902E	03/02/2015	50450	162 * V	191.53
LZW3250	54956903E	03/02/2015	51851	167	127.69
LZW3250	54956904E	03/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MBW9367	54956654E	23/03/2015	70301	244 * I	191.53
MBW9367	54956653E	23/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBW9367	54956652E	23/03/2015	65992	230 * V	191.53
MBZ7659	54956423E	01/02/2015	65992	230 * V	191.53
MCG1166	54956581E	11/03/2015	69120	232	53.20
MCG1166	54956580E	11/03/2015	51851	167	127.69
MCJ6320	54956169E	26/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCJ6320	54956170E	26/03/2015	51851	167	127.69
MCJ6320	54956171E	26/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MCK8332	54955754E	25/01/2015	65992	230 * V	191.53
MCY2022	54955854E	06/03/2015	69120	232	53.20
MCY2022	54955852E	06/03/2015	65992	230 * V	191.53
MFZ1255	54956545E	29/01/2015	51851	167	127.69
MGH7783	54954048E	01/02/2015	50100	162 * I	574.61
MGH7783	54954049E	01/02/2015	70481	244 * II	191.53
MGH7783	54954050E	01/02/2015	58350	195	127.69
MHG9737	54956152E	10/03/2015	73400	252 * IV	85.12
MHO4332	54956937E	25/02/2015	65992	230 * V	191.53
MIE3222	54955003E	10/03/2015	66102	230 * VII	127.69
MJB7737	54954747E	19/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MLD0186	54956291E	22/02/2015	75790	277	1915.38
MLD0186	54956447E	22/02/2015	58191	193	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 987/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 987/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIH5606	54954667E	12/05/2015	65992	230 * V
AMM1453	54957870E	29/04/2015	52741	175
AMM1453	54957869E	29/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LWR6513	54955123E	30/04/2015	69120	232
LYR5880	54955276E	16/05/2015	57380	186 * II
LYR5880	54955275E	16/05/2015	51691	165
LZY5004	54956247E	15/05/2015	51691	165
LZY5004	54955413E	15/05/2015	51851	167
MHH8869	54955202E	10/05/2015	51851	167
MHH8869	54955203E	10/05/2015	51852	167
MHH8869	54955204E	10/05/2015	69120	232
MHH8869	54955205E	10/05/2015	66531	230 * XI
MHH8869	54955206E	10/05/2015	50450	162 * V
MHH8869	54955207E	10/05/2015	51420	164 c/c 162 * V
MMJ7770	54955124E	10/05/2015	51691	165
QHQ4030	54955272E	12/05/2015	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

HERVAL D'OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1086/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1086/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQO4053	55644769E	22/02/2015	50100	162 * I	574.61
IQO4053	55644771E	22/02/2015	66371	230 * IX	127.69
MEA6040	54777232E	05/03/2015	50450	162 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1087/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1087/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQO4053	55644770E	22/02/2015	52663	174	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GILBERTO JOSE DURIGON
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1085/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1085/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZG5030	55482370D	22/04/2015	69120	232
LZG5030	55482369D	22/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LZG5030	55482368D	22/04/2015	65992	230 * V
LZG5030	55482367D	22/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

ILHOTA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 730/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 730/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATF1380	54980638E	21/01/2015	51851	167	127.69
ATF1380	54980639E	21/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MBA7922	54980825E	31/01/2015	65992	230 * V	191.53
MCP8215	54979642E	14/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCP8215	54979645E	14/03/2015	65992	230 * V	191.53
MCP8215	54979646E	14/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MDU3122	54980833E	04/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MGW5659	54981923E	14/03/2015	50100	162 * I	574.61
MIA7822	54980622E	12/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MIK8740	54980691E	21/02/2015	51851	167	127.69
MLL1753	54979635E	28/01/2015	65992	230 * V	191.53
MLL1753	54979634E	28/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MLL1753	54979633E	28/01/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 729/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8388 729/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DMB1728	54298431F	21/04/2015	65992	230 * V
DMB1728	54298432F	21/04/2015	69120	232
JLH3908	54980867E	19/05/2015	51851	167
MDT3016	54298557F	15/05/2015	51851	167
MLD6563	54298492F	15/05/2015	59750	204

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ILHOTA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

AUGUSTO BEDUSCHI NETO
DELEGADO DE POLICIA

IMBITUBA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1878/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1878/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKC2114	55700350E	28/12/2014	66371	230 * IX	127.69
CBR2808	55699920E	05/02/2015	69120	232	53.20
DAY3460	55699320E	17/01/2015	65992	230 * V	191.53
FIF0539	55695798E	23/12/2014	69120	232	53.20
IJV8646	55699726E	10/02/2015	69120	232	53.20
JEW9117	55700371E	01/01/2015	52741	175	1915.38
LYV4865	55698775E	04/01/2015	50100	162 * I	574.61
LYX9897	55698784E	27/01/2015	50100	162 * I	574.61
LYX9897	55698786E	30/01/2015	50100	162 * I	574.61
LYX9897	55698790E	04/02/2015	66102	230 * VII	127.69
MAL1497	55698943E	16/01/2015	69120	232	53.20
MAR4621	55696587E	16/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBR6031	55699312E	03/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MBS2201	55699704E	16/12/2014	50100	162 * I	574.61
MCB6200	55029194E	04/01/2015	69120	232	53.20
MCB6200	55029189E	04/01/2015	65564	230 * I	191.53
MCC8730	54063603F	21/12/2014	65992	230 * V	191.53
MCI3658	55698741E	08/01/2015	65992	230 * V	191.53
MCX5469	54063652F	24/12/2014	50100	162 * I	574.61
MCZ4518	55031172E	09/03/2015	50100	162 * I	574.61
MDP5618	55029332E	24/01/2015	50100	162 * I	574.61
MEA4167	54061056F	08/01/2015	65561	230 * I	191.53
MEA4167	54061055F	08/01/2015	66371	230 * IX	127.69
MEV5836	55699930E	21/02/2015	65992	230 * V	191.53
MEW2462	55029492E	11/01/2015	65561	230 * I	191.53
MEW2462	55029494E	11/01/2015	52741	175	1915.38
MFE7522	55700147E	12/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MFE7522	55700148E	12/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MFI2325	54063602F	20/12/2014	65992	230 * V	191.53
MFW8480	55698270E	15/01/2015	50100	162 * I	574.61
MGL8515	55697777E	03/01/2015	65992	230 * V	191.53
MGN2454	55697189E	24/12/2014	50100	162 * I	574.61
MGX3195	55698267E	15/01/2015	65992	230 * V	191.53
MIQ7845	55699524E	21/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MIS8558	55032673E	05/03/2015	50100	162 * I	574.61
MKW9687	54064906F	25/02/2015	69120	232	53.20
MKY2623	55700150E	12/01/2015	69120	232	53.20
MLO6891	55698662E	11/01/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MLO6891	55698661E	11/01/2015	50100	162 * I	574.61
OKF0196	55698821E	17/12/2014	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1879/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1879/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AID8064	55700249E	28/12/2014	55411	181 * XVII	53.20
AUZ3731	55695710E	10/03/2015	55414	181 * XVII	53.20
AVW1077	55698019E	09/01/2015	53800	181 * I	85.12
BWL1050	54063682F	17/01/2015	54790	181 * X	85.12
CGB9315	55697433E	13/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
HWB5794	55697421E	12/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
HXO7209	55695544E	28/12/2014	55500	181 * XVIII	85.12
INK1288	54060991F	23/01/2015	55250	181 * XV	85.12
IVE0363	54061775F	28/02/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LBO5147	55698737E	04/01/2015	54790	181 * X	85.12
LXK5539	55700053E	24/12/2014	55416	181 * XVII	53.20
MAW9874	55700388E	10/02/2015	54600	181 * IX	85.12
MAZ8850	55700139E	09/01/2015	54600	181 * IX	85.12
MBD8014	54060960F	07/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MBS2201	55699706E	16/12/2014	58350	195	127.69
MCO8763	54035076N	13/03/2015	50020	257 8S	85.12
MCV0212	54061566F	07/02/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MDK2124	54063698F	18/01/2015	55250	181 * XV	85.12
MEW2462	55029493E	11/01/2015	58350	195	127.69
MEX6386	55697316E	23/01/2015	70301	244 * I	191.53
MFG7633	55699907E	16/01/2015	70561	244 * III	191.53
MFM6136	54064907F	04/03/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MFW8480	55698269E	15/01/2015	58350	195	127.69
MGD9495	54063665F	10/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MGG0234	54021177N	20/01/2015	50020	257 8S	53.20
MGR7855	55696677E	25/03/2015	58350	195	127.69
MGS0390	54035077N	13/03/2015	50020	257 8S	53.20
MHZ2396	55695700E	22/12/2014	55414	181 * XVII	53.20
MIM5657	54061150F	18/01/2015	55250	181 * XV	85.12
MIY9286	55700068E	02/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
MIZ7494	55697464E	19/01/2015	54870	181 * XI	127.69
MJX9537	55700214E	23/12/2014	51851	167	127.69
MLR5129	54060985F	11/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 338/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - ZONA AZUL - 28143

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 338/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATL2353	55926249E	15/01/2015	51851	167	127.69
BOS4600	55926392E	23/01/2015	51851	167	127.69
DYC2484	55926239E	13/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
IJP3485	55926446E	09/02/2015	51851	167	127.69
IKV5722	55926198E	12/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
LXK5539	55926167E	29/12/2014	51851	167	127.69
LXR9283	55926323E	04/03/2015	55416	181 * XVII	53.20
LZI4918	55926246E	14/01/2015	51851	167	127.69
MCV5981	55926382E	22/01/2015	54870	181 * XI	127.69
MER5503	55926210E	07/01/2015	54360	181 * VI	85.12
MFM5837	55926370E	20/01/2015	54360	181 * VI	85.12
MFQ6238	55926161E	23/12/2014	55413	181 * XVII	53.20
MHG9408	55926415E	02/02/2015	55416	181 * XVII	53.20
MHU9583	55926419E	02/02/2015	51851	167	127.69
MIH7432	55926351E	15/01/2015	51851	167	127.69
MJL9828	54024322N	13/01/2015	50020	257 8S	53.20
MJS8005	55926367E	19/01/2015	51851	167	127.69
MKE8480	55926123E	09/12/2014	51851	167	127.69
MKL7139	55926289E	21/01/2015	54360	181 * VI	85.12
MMB6191	55926300E	23/01/2015	51851	167	127.69
OLV1342	55926168E	29/12/2014	55413	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1876/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1876/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

CGX7207	55696469E	18/04/2015	50100	162 * I
CJS1233	55699202E	07/04/2015	69120	232
INC8349	55032475E	07/05/2015	50100	162 * I
JWE6297	54064609F	13/05/2015	65992	230 * V
JWE6298	54064608F	13/05/2015	50100	162 * I
KNS0739	55032457E	17/04/2015	66700	230 * XIII
LZJ5402	55699339E	12/04/2015	65561	230 * I
LZJ5402	55699340E	12/04/2015	50100	162 * I
LZW6384	55696156E	14/05/2015	50100	162 * I
MBW0293	55698431E	18/04/2015	50100	162 * I
MBY3896	54061841F	28/03/2015	52741	175
MBZ3664	55700198E	26/04/2015	66531	230 * XI
MDS0487	54064812F	24/03/2015	65992	230 * V
MDS0487	54064813F	24/03/2015	66371	230 * IX
MDS0487	54064814F	24/03/2015	50100	162 * I
MDU3326	54061849F	23/04/2015	50100	162 * I
MDU3326	54061848F	23/04/2015	65992	230 * V
MDV4899	55696471E	22/04/2015	65992	230 * V
MDV4899	55698438E	22/04/2015	69120	232
MDV4899	55698433E	18/04/2015	52741	175
MDV4899	55698432E	18/04/2015	66020	230 * VI
MEH5683	54063643F	21/04/2015	69120	232
MEH5683	54063642F	21/04/2015	65992	230 * V
MEX6475	55696590E	25/03/2015	73400	252 * IV
MEZ7747	55697372E	29/03/2015	50100	162 * I
MFY4658	55696464E	14/04/2015	50100	162 * I
MFY4658	55696463E	14/04/2015	65992	230 * V
MHG6784	55699102E	12/05/2015	69120	232
MHG6784	55699101E	12/05/2015	65992	230 * V

MIS8220	55699545E	01/04/2015	50100	162	*	I
MIS8220	55699546E	01/04/2015	65992	230	*	V
MIU9228	55699011E	19/04/2015	50100	162	*	I
MIU9228	55699010E	19/04/2015	65992	230	*	V
MJP7556	55697397E	19/04/2015	66372	230	*	IX
MKZ1996	55032462E	20/04/2015	69120	232		
OKF6147	55032489E	18/05/2015	50450	162	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1877/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 1877/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJP9540	54063644F	23/04/2015	51852	167
AVJ7982	55699028E	01/05/2015	55411	181 * XVII
HJB7444	55032458E	18/04/2015	68580	231 * VII
IBD8610	54064664F	18/04/2015	55411	181 * XVII
IMB8314	55699155E	15/05/2015	55250	181 * XV
IPV5572	55698177E	13/04/2015	55414	181 * XVII
ITW6036	55699152E	09/05/2015	55250	181 * XV
JKN8546	54064674F	09/05/2015	55250	181 * XV
KMS5807	55696497E	12/05/2015	55500	181 * XVIII
MBQ1757	55699123E	16/05/2015	55414	181 * XVII
MBY3896	55696679E	28/03/2015	52151	170
MBY3896	55696678E	28/03/2015	58350	195
MBY3896	54061840F	28/03/2015	58780	199
MDV4899	55698439E	22/04/2015	52070	169

MEB8589	55697386E	10/04/2015	55500	181	*	XVIII
MFP5493	55699121E	16/05/2015	55416	181	*	XVII
MGD7203	54064933F	02/04/2015	55414	181	*	XVII
MGP3722	55697394E	18/04/2015	51851	167		
MGP3722	55697395E	18/04/2015	73662	252	*	VI
MGY4746	55699020E	19/04/2015	55411	181	*	XVII
MIJ6291	54064614F	19/05/2015	55411	181	*	XVII
MJT2831	55697384E	10/04/2015	55411	181	*	XVII
MLO3734	55699014E	19/04/2015	55411	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 337/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - ZONA AZUL - 28143

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8768 337/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKN5045	55926960E	13/05/2015	55414	181 * XVII
KEW6513	55926929E	14/05/2015	51930	168
LZN4360	55926881E	30/04/2015	55414	181 * XVII
MAF0991	55926711E	07/04/2015	55415	181 * XVII
MAU6055	55926859E	17/04/2015	51851	167
MBT8689	55926749E	13/04/2015	51851	167
MBZ8992	55926644E	30/03/2015	51851	167
MDC5168	55926757E	14/04/2015	55414	181 * XVII
MEE1768	55926713E	07/04/2015	51851	167
MGD7203	55926705E	02/04/2015	55414	181 * XVII
MIN5492	55926892E	07/05/2015	51851	167
MJK7705	55926742E	13/04/2015	55416	181 * XVII

OKG9602 55926724E 09/04/2015 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS FERNANDO DEM TRIO
AUTORIDADE DE TRANSITO

IOMERÊ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 228/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 228/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMH7499	54796749E	19/03/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 229/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 229/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GZD0513	54796927E	13/03/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

HERCULES JACO PAGANINI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 227/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 227/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZR3567	54297909F	07/05/2015	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO DE POLICIA

Itá

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 625/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8338 625/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MML3887	55890194D	15/04/2015	55250	181 * XV
---------	-----------	------------	-------	----------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

ITAÍÓPOLIS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 981/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 981/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZG8031	54960684E	19/02/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 980/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 980/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

CEJ4183	54960546E	18/04/2015	73662	252 * VI
CJZ3115	54960730E	25/04/2015	50100	162 * I
LZI1802	54960736E	07/05/2015	50100	162 * I
MFH1371	54960723E	16/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

ITAPIRANGA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 687/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 687/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IHG5810	55855519D	11/10/2014	52741	175	191.53
MFC8491	55855369D	23/09/2014	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 686/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 686/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AET7135	55866261D	11/05/2015	65992	230 * V
AET7135	55866262D	11/05/2015	50100	162 * I
AET7135	55866264D	11/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
IKI8403	55866292D	07/05/2015	51851	167
JUI5736	55866148D	09/04/2015	54790	181 * X
MCM2711	55831767D	09/04/2015	65992	230 * V
MFU4754	55866290D	09/04/2015	73662	252 * VI
MHJ8870	55865846D	16/04/2015	52312	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

ITAPOÁ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 637/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 637/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMR0980	54964011E	21/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AMR0980	54964010E	21/02/2015	50100	162 * I	574.61
MGH8178	54965415E	31/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 636/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 636/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCQ1620	54962779E	15/05/2015	54600	181 * IX
MCQ1620	54962778E	15/05/2015	55250	181 * XV
MJH5919	54963039E	04/05/2015	65561	230 * I
MJH5919	54963038E	04/05/2015	69120	232
MJH5919	54963037E	04/05/2015	58350	195
MJH5919	54963036E	04/05/2015	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIRCEU AUGUSTO SILVEIRA JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA

ITUPORANGA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1510/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1510/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYP2866	55166925E	19/03/2015	50960	163 c/c 162 * V	191.53
LYP2866	54191831F	01/04/2015	66371	230 * IX	127.69
LYP2866	54191834F	01/04/2015	51420	164 c/c 162 * V	191.53
LYP2866	54191835F	01/04/2015	66700	230 * XIII	127.69
MBT2636	54191973F	21/03/2015	51691	165	1915.38
MBT2636	54191970F	21/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBT2636	54191971F	21/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCM1884	54192245F	22/01/2015	50100	162 * I	574.61
MCM1884	54192246F	22/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1511/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1511/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJG9644	54192032F	27/02/2015	54282	181 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 969/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 969/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADB2418	8566024020	21/10/2014	57200	186 * I	127.69
ADB2418	8566024021	22/10/2014	57200	186 * I	127.69
ALW8976	8566025873	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
AQW1575	8566025272	18/01/2015	74550	218 * I	85.12
CJI5738	8566025346	26/01/2015	60503	208	191.53
CSY9142	8566024984	28/12/2014	60503	208	191.53
GTW4306	8566025373	29/01/2015	74550	218 * I	85.12
LXJ5218	8566026371	15/03/2015	57200	186 * I	127.69
LXK2887	8566024037	21/10/2014	74550	218 * I	85.12
LXM8842	8566025926	27/02/2015	74550	218 * I	85.12
LXQ1310	8566025890	23/02/2015	74550	218 * I	85.12
LXT6019	8566025728	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
LZZ7435	8566025429	25/01/2015	74630	218 * II	127.69
LZZ7435	8566025430	25/01/2015	74550	218 * I	85.12
MAA3199	8566025197	11/01/2015	60503	208	191.53
MBC3982	8566025040	30/12/2014	74550	218 * I	85.12
MBC6161	8566025198	11/01/2015	60503	208	191.53
MBN6691	8566025591	13/02/2015	60503	208	191.53
MBQ6264	8566025128	09/01/2015	74550	218 * I	85.12
MDU0961	8566025226	12/01/2015	57200	186 * I	127.69
MDY7534	8566025461	05/02/2015	60503	208	191.53
MFD1884	8566025415	30/01/2015	74550	218 * I	85.12
MFK2919	8566025806	16/02/2015	74550	218 * I	85.12
MFW2183	8566025758	17/02/2015	60503	208	191.53
MGC2075	8566025954	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
MHE1020	8566025649	13/02/2015	74550	218 * I	85.12
MIF2982	8566025599	15/02/2015	74550	218 * I	85.12
MIL4041	8566025770	21/02/2015	74550	218 * I	85.12
MJC5435	8566025891	23/02/2015	74630	218 * II	127.69
MJK0682	54034922N	12/03/2015	50020	257 8S	85.12
MJN7500	8566025920	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
MLJ5739	8566025575	08/02/2015	74550	218 * I	85.12
MLL8556	8566025912	27/02/2015	74630	218 * II	127.69
MLR4876	8566025206	11/01/2015	74550	218 * I	85.12
MML4148	8566025555	02/02/2015	74550	218 * I	85.12
QHB7225	8566025940	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
QHD1971	8566025961	27/02/2015	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1509/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1509/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDC6199	54191815F	16/05/2015	50100	162 * I
MDC6199	54191816F	16/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MEM8602	54191817F	16/05/2015	66532	230 * XI
MKK4083	54191799F	17/04/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 968/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 968/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAK6462	8566026751	16/04/2015	60503	208	
AHO5344	8566026964	26/04/2015	74550	218	* I
CTI7349	8566026762	13/04/2015	74550	218	* I
EDV4775	8566027060	26/04/2015	74550	218	* I
EIU0722	8566026727	18/04/2015	60503	208	
FJW0901	8566026973	29/04/2015	60503	208	
ILO8215	8566026656	08/04/2015	60503	208	
LWX1610	8566026966	26/04/2015	60503	208	
LWX2714	8566026768	12/04/2015	74550	218	* I
LWX4532	8566027054	01/05/2015	57200	186	* I
LXC2440	8566026709	12/04/2015	60503	208	
LYT6719	8566026742	17/04/2015	60503	208	
LZV0201	8566027040	02/05/2015	74550	218	* I
LZW6809	8566026673	06/04/2015	74550	218	* I
MBD0124	8566026991	27/04/2015	74550	218	* I
MBJ7291	8566026767	17/04/2015	74550	218	* I
MBJ8832	8566026740	16/04/2015	74550	218	* I
MBO7000	8566026990	27/04/2015	74550	218	* I
MCA4982	8566027076	02/05/2015	74550	218	* I
MCO2446	8566026724	17/04/2015	60503	208	
MDD2896	8566026590	09/04/2015	74550	218	* I
MDF8462	8566026653	05/04/2015	60503	208	
MDJ8069	8566026671	05/04/2015	74550	218	* I
MDK6901	8566026986	02/05/2015	60503	208	
MDQ3732	8566027047	01/05/2015	74550	218	* I
MDV4191	8566026782	18/04/2015	74550	218	* I
MEC9249	8566026467	25/03/2015	57200	186	* I
MEY5705	8566027036	29/04/2015	74550	218	* I
MFD5549	8566027042	26/04/2015	74550	218	* I
MFG8892	8566027057	26/04/2015	74550	218	* I
MGA5662	8566026636	08/04/2015	74550	218	* I
MGW7286	8566027037	29/04/2015	74550	218	* I
MHB2775	54047666N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHB2775	54047668N	19/05/2015	50020	257	8\$
MIL7744	8566026971	28/04/2015	60503	208	
MJG1618	54047667N	19/05/2015	50020	257	8\$
MJL2578	8566026713	12/04/2015	60503	208	
MJO4547	8566027000	01/05/2015	74550	218	* I
MLI6306	8566026746	12/04/2015	60503	208	
MLO0059	8566027011	01/05/2015	60503	208	
MMB0965	8566026755	12/04/2015	74550	218	* I
OMI2000	8566027014	26/04/2015	60503	208	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

JACINTO MACHADO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 657/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 657/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCD6911	55638018D	16/01/2015	50100	162 * I	574.61
MCX8821	55638027D	23/01/2015	50100	162 * I	574.61
MDA7672	55637980D	22/01/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 656/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 656/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXS4355	54049212F	24/04/2015	50100	162 * I
LZX2383	54049252F	25/04/2015	65992	230 * V
LZX2383	54049253F	25/04/2015	50100	162 * I
LZX2383	54049254F	25/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MHU5611	54049209F	24/04/2015	65992	230 * V
MIN0436	54049217F	09/05/2015	65992	230 * V
MIN0436	54049218F	09/05/2015	50100	162 * I
QHG2180	54049203F	15/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

JOAÇABA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 920/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 920/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

CBL8067	8560032489	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
IOH9707	8560033226	01/03/2015	74550	218	*	I	85.12
IVV4359	8560032129	30/12/2014	74630	218	*	II	127.69
JPD3852	8560034040	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MAX5818	8560032510	08/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MCQ5234	8560034026	19/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MCX9159	8560032494	05/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MDH5756	8560033415	23/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEK6884	8560033388	01/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGU7898	8560033319	26/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHB1349	8560032319	17/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHK1638	54035024N	13/03/2015	50020	257		8\$	85.12
MIW3340	8560033245	01/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJE3083	8560032824	10/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJQ0301	8560033266	23/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKG0844	8560032234	11/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MKP9932	54025650N	06/02/2015	50020	257		8\$	85.12
MKQ9782	8560032232	06/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKW0070	8560033429	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLO4448	8560033150	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MMJ3626	8560033431	01/03/2015	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1813/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1813/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

LYW7454	54031262F	12/05/2015	66102	230	* VII
LYW7454	54031261F	12/05/2015	69120	232	
LYW7454	54030798F	13/05/2015	65992	230	* V
LYW7454	54030799F	13/05/2015	50450	162	* V
LYW7454	54030800F	13/05/2015	51420	164	c/c 162 * V
MGK1776	55503499E	13/05/2015	50450	162	* V
MGK1776	55503500E	13/05/2015	50371	162	* III
MGK1776	54030688F	13/05/2015	51420	164	c/c 162 * V
MHG1249	54030687F	10/05/2015	69120	232	
MHG1249	54030686F	10/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MHG1249	54030685F	10/05/2015	50100	162	* I
MHG1249	54030684F	10/05/2015	65992	230	* V
MML4251	54031067F	12/05/2015	69120	232	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL SA FORTES REGIS
DEL REGIONAL 11 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1814/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1814/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOK0712	54031014F	25/04/2015	55414	181 * XVII
DWB4038	54030724F	22/04/2015	55415	181 * XVII
LZZ6722	54031255F	11/05/2015	55412	181 * XVII
MBU6775	54030934F	22/04/2015	55412	181 * XVII
MDK3409	54031025F	25/04/2015	51851	167
MDN4783	54030718F	22/04/2015	55415	181 * XVII
MGE7213	54031006F	24/04/2015	55412	181 * XVII
MHJ8117	54031128F	13/05/2015	55411	181 * XVII

MHM4695	54030722F	22/04/2015	55412	181	*	XVII
MIW7297	54012088E	15/04/2015	55412	181	*	XVII
MJC2144	54012087E	15/04/2015	73662	252	*	VI
MJD8474	54030941F	22/04/2015	55415	181	*	XVII
MJT9674	54031259F	11/05/2015	60412	207		
MLU3307	55501114E	12/05/2015	59670	203	*	V
MMB0810	54031021F	25/04/2015	55416	181	*	XVII
MMM2812	54031015F	25/04/2015	55412	181	*	XVII
QHA1900	54031175F	14/05/2015	55412	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 919/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - ELETRONICO - 28177

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8560 919/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADM0649	8560035384	03/05/2015	74550	218 * I
AGG1156	8560035290	28/04/2015	74630	218 * II
AGJ9200	8560035381	03/05/2015	74550	218 * I
AGJ9200	8560035626	09/05/2015	74550	218 * I
AIY8343	8560035606	05/05/2015	74550	218 * I
AOP3562	8560034734	11/04/2015	74550	218 * I
ASS2109	8560035641	10/05/2015	74550	218 * I
AUQ1068	8560035595	09/05/2015	74550	218 * I
CAN7539	8560035480	04/05/2015	74550	218 * I
CJZ8910	8560034598	12/04/2015	74550	218 * I
DVC8283	8560035639	10/05/2015	74550	218 * I
ETS1547	8560035244	29/04/2015	74550	218 * I

IBB4213	8560035396	02/05/2015	74550	218	*	I
ILC0322	8560035457	07/05/2015	74550	218	*	I
IMS5101	8560034731	11/04/2015	74550	218	*	I
INZ7030	8560035462	09/05/2015	74550	218	*	I
IQE3027	8560035426	30/04/2015	74550	218	*	I
KLE9503	8560035440	03/05/2015	74630	218	*	II
KLE9503	8560035391	03/05/2015	74710	218	*	III
LWU7621	8560035394	03/05/2015	74550	218	*	I
LXW4542	8560035543	09/05/2015	74630	218	*	II
LYB0657	8560035607	05/05/2015	74550	218	*	I
LYQ6750	8560035608	05/05/2015	74550	218	*	I
MAD1464	8560034985	19/04/2015	74630	218	*	II
MAN8565	8560035472	05/05/2015	74550	218	*	I
MAN8649	8560034914	16/04/2015	74550	218	*	I
MAQ9108	8560034829	17/04/2015	74550	218	*	I
MAZ6963	8560035479	04/05/2015	74550	218	*	I
MBD1609	8560035554	09/05/2015	74550	218	*	I
MBF3677	8560035495	05/05/2015	74550	218	*	I
MCJ4403	8560034917	16/04/2015	74550	218	*	I
MCK4835	8560034878	13/04/2015	74550	218	*	I
MCK9191	8560035370	02/05/2015	74630	218	*	II
MCL4669	8560035477	09/05/2015	74630	218	*	II
MCW7259	8560035271	27/04/2015	74550	218	*	I
MDB0928	8560034946	18/04/2015	74630	218	*	II
MDD4255	8560035279	01/05/2015	74550	218	*	I
MDH8866	8560035500	05/05/2015	74550	218	*	I
MDK3837	8560035577	10/05/2015	74550	218	*	I
MDO6259	8560035311	29/04/2015	74550	218	*	I
MDS0461	8560034606	11/04/2015	74550	218	*	I
MDU1746	8560034903	15/04/2015	74550	218	*	I
MDW0434	8560035515	06/05/2015	74550	218	*	I
MEC7172	8560035431	01/05/2015	74630	218	*	II
MEJ8165	8560035260	29/04/2015	74550	218	*	I
MES7787	8560035347	30/04/2015	74550	218	*	I
MEW1989	8560035283	27/04/2015	74550	218	*	I
MEW3053	8560034594	10/04/2015	74550	218	*	I
MEY1115	8560035259	01/05/2015	74550	218	*	I
MEY3254	8560035281	03/05/2015	74550	218	*	I
MEY3254	8560035470	06/05/2015	74550	218	*	I
MFA8378	8560035458	10/05/2015	74550	218	*	I
MFC5094	8560035538	08/05/2015	74550	218	*	I
MFC5094	8560035308	29/04/2015	74550	218	*	I
MFI6058	54047110N	15/05/2015	50020	257	8\$	
MFP9331	8560035507	05/05/2015	74550	218	*	I
MFZ0825	8560035345	30/04/2015	74550	218	*	I
MGE8569	8560035374	02/05/2015	74550	218	*	I
MGF9985	8560035320	29/04/2015	74550	218	*	I
MGH5691	8560035475	08/05/2015	74550	218	*	I
MGI2772	8560034241	26/03/2015	74630	218	*	II
MGN7057	8560034931	17/04/2015	74550	218	*	I
MGO5969	8560035246	01/05/2015	74550	218	*	I
MGO5969	8560035448	10/05/2015	74630	218	*	II
MGO7987	8560035460	04/05/2015	74550	218	*	I
MGT2080	8560035403	27/04/2015	74630	218	*	II
MGX1894	8560035011	19/04/2015	74550	218	*	I
MGY6175	8560034981	19/04/2015	74550	218	*	I
MHJ2074	54047114N	15/05/2015	50020	257	8\$	
MHJ2074	54047104N	15/05/2015	50020	257	8\$	
MHJ2385	8560035334	30/04/2015	74550	218	*	I
MHO4666	8560035578	10/05/2015	74550	218	*	I
MHX8032	8560035400	28/04/2015	74550	218	*	I
MIC8012	8560035425	30/04/2015	74550	218	*	I
MIC8012	8560035285	27/04/2015	74550	218	*	I

MIC8012	8560035605	05/05/2015	74550	218	*	I
MID7938	54046603N	12/05/2015	50020	257		8\$
MID7938	54047099N	15/05/2015	50020	257		8\$
MIL7691	8560034833	18/04/2015	74550	218	*	I
MIV9582	54047483N	19/05/2015	50020	257		8\$
MJD8151	8560035273	30/04/2015	74550	218	*	I
MJE9045	8560035406	28/04/2015	74550	218	*	I
MJH6201	8560034967	18/04/2015	74630	218	*	II
MJH8579	8560035518	06/05/2015	74630	218	*	II
MJM2794	8560035481	04/05/2015	74550	218	*	I
MJM2794	8560035449	04/05/2015	74550	218	*	I
MJR9028	8560034652	06/04/2015	74550	218	*	I
MJW4312	8560035428	30/04/2015	74550	218	*	I
MKC7251	8560034825	15/04/2015	74550	218	*	I
MKM8174	8560035408	28/04/2015	74550	218	*	I
MKN7467	8560035386	03/05/2015	74550	218	*	I
MKP2977	8560035584	10/05/2015	74550	218	*	I
MKP8911	8560035023	17/04/2015	74550	218	*	I
MKS2412	8560035551	09/05/2015	74550	218	*	I
MLG2835	8560034830	18/04/2015	74630	218	*	II
MLP3583	8560035621	08/05/2015	74550	218	*	I
MLS2494	8560035298	28/04/2015	74550	218	*	I
MLS7607	8560035609	06/05/2015	74550	218	*	I
MLU3307	8560035555	09/05/2015	74550	218	*	I
MLU7176	8560035258	01/05/2015	74710	218	*	III
MMI4692	8560034822	14/04/2015	74550	218	*	I
MMJ0204	8560035367	02/05/2015	74550	218	*	I
MWB4785	8560034996	14/04/2015	74550	218	*	I
NLU6273	8560035610	06/05/2015	74550	218	*	I
QHE2872	8560035499	05/05/2015	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR
AUTORIDADE DE TRANSITO

José Boiteux

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 360/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 360/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDC6132	55684604C	27/02/2012	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 359/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 359/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBS7904	54978278E	01/05/2015	65992	230 * V
MBS7904	54978279E	01/05/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

LAGES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2134/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFY3415	54284905F	20/02/2015	50100	162 * I	574.61
AGA1088	55217502E	22/12/2014	65992	230 * V	191.53
HDF9572	55218225E	28/01/2015	66450	230 * X	127.69
IKC0454	55690593E	05/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
IKC0454	55690594E	05/03/2015	50100	162 * I	574.61
LWW0664	54285629F	20/03/2015	50100	162 * I	574.61
LWW8978	55691785E	09/02/2015	69120	232	53.20
LWW8978	55691784E	09/02/2015	50100	162 * I	574.61
LXN2982	54285560F	23/03/2015	50450	162 * V	191.53
LXP1662	55689742E	27/12/2014	50100	162 * I	574.61
LXP9575	55806084D	26/02/2015	66531	230 * XI	127.69
LXY6160	54288971F	25/03/2015	50100	162 * I	574.61
LXY6160	54288972F	25/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LXY6160	54289351F	25/03/2015	65992	230 * V	191.53
LZQ6714	54285816F	05/03/2015	50450	162 * V	191.53
MAC7409	55689698E	21/03/2015	65992	230 * V	191.53
MAC7409	55689699E	21/03/2015	51691	165	1915.38
MAC7409	55689700E	21/03/2015	52741	175	1915.38
MAC7409	55689697E	21/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBK1340	55218038E	06/03/2015	65992	230 * V	191.53
MBK1340	55218039E	06/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCJ6747	55688567E	11/01/2015	65992	230 * V	191.53
MCJ6747	55688568E	11/01/2015	50100	162 * I	574.61
MCT3528	55799248D	26/01/2015	69120	232	53.20
MCZ0857	54285608F	07/02/2015	66531	230 * XI	127.69
MDN5830	55211213E	05/03/2015	73580	252 * V	85.12
MEE6610	55215795E	18/12/2014	65992	230 * V	191.53
MEO0826	54288966F	25/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEO0826	54288965F	25/03/2015	50100	162 * I	574.61
MFO9419	55093086E	09/02/2015	65992	230 * V	191.53

MFO9419	55093085E	09/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MFR4269	54285630F	23/03/2015	69120	232			53.20
MGU1879	55691973E	23/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MHK5200	55691013E	21/02/2015	67691	230	*	XXII	85.12
MHS9099	55210645E	18/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MIL9879	54289326F	10/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MJY4970	54285155F	21/02/2015	50450	162	*	V	191.53
MLN5722	55693137E	06/03/2015	69120	232			53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2135/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACF7131	54037034N	26/03/2015	50020	257 8S	85.12
AGJ5665	55217972E	27/12/2014	55415	181 * XVII	53.20
AGZ6779	55218575E	14/02/2015	55680	181 * XIX	127.69
AJC7582	55210216E	26/09/2014	55414	181 * XVII	53.20
AOG4177	54285247F	21/02/2015	51851	167	127.69
ARR2263	55216150E	18/02/2015	55414	181 * XVII	53.20
BJE4404	55091443E	27/01/2015	51851	167	127.69
BRP1112	55206015E	13/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
CKL4660	55089426E	16/02/2015	54522	181 * VIII	127.69
DKG2883	55218151E	12/01/2015	73662	252 * VI	85.12
DNT9285	54285410F	01/03/2015	54600	181 * IX	85.12
GWT0646	55691757E	04/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
IFQ5184	55693218E	24/01/2015	51852	167	127.69
IFQ5184	55693217E	24/01/2015	51851	167	127.69
IMJ7777	55211592E	21/03/2015	51852	167	127.69
INR2059	55213887E	29/09/2014	55412	181 * XVII	53.20

IQD7741	55218729E	19/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
IQK3923	55211847E	20/10/2014	55415	181	*	XVII	53.20
LXP9575	55806083D	26/02/2015	52070	169			53.20
LYJ5762	55211024E	02/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LZV5189	55217248E	19/01/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MAX0780	55206030E	23/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MBR8036	55688614E	06/02/2015	52070	169			53.20
MBR9415	55822682D	31/01/2015	54600	181	*	IX	85.12
MCD3720	55688621E	09/02/2015	51851	167			127.69
MCL3036	55210987E	11/02/2015	73662	252	*	VI	85.12
MCR6627	55217957E	22/12/2014	51851	167			127.69
MCT3528	55691450E	26/01/2015	57200	186	*	I	127.69
MCT3528	55691445E	26/01/2015	58194	193			574.61
MCT3528	55691442E	26/01/2015	70301	244	*	I	191.53
MCT3528	55691440E	26/01/2015	58350	195			127.69
MCZ0857	54285609F	07/02/2015	58350	195			127.69
MCZ0857	54285610F	07/02/2015	52152	170			191.53
MDH7034	55217660E	05/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDJ4326	54285251F	21/02/2015	54523	181	*	VIII	127.69
MDP7429	55218594E	05/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEE5718	55217721E	04/02/2015	73662	252	*	VI	85.12
MEI2833	55211678E	05/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFD1517	55691140E	05/01/2015	56144	182	*	V	127.69
MFF2421	55217772E	02/03/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MFK3267	55204790E	20/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFV6238	55205059E	26/02/2015	59670	203	*	V	957.69
MGF1916	55210895E	03/02/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MGH2662	55689843E	20/10/2014	60841	211			127.69
MGK0702	55218240E	03/02/2015	55415	181	*	XVII	53.20
MGX6846	55218020E	13/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHB4038	55090569E	18/09/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MHH3135	55207575E	15/07/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIQ2037	55218531E	25/02/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MIX3913	55204812E	12/03/2015	60501	208			191.53
MIY2000	55217704E	26/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MJZ5547	55216450E	19/02/2015	60681	209			127.69
MKL2751	55216799E	07/01/2015	54522	181	*	VIII	127.69
MKO5946	55204856E	10/03/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKS7824	55217504E	22/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MLD5061	54024652N	03/02/2015	50020	257	8\$		127.69
MLJ4053	55213371E	26/05/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MLO7936	55210765E	18/02/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MLP0224	55210762E	18/02/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MLZ4691	54285943F	01/03/2015	57380	186	*	II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIEGO SILVA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 825/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 825/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAX9313	8663074738	22/12/2014	74550	218 * I	85.12
ABK8437	8663072361	08/12/2014	60503	208	191.53
ADD9598	8663086053	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
ADD9598	8663086054	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
ADD9598	8663086902	08/03/2015	60503	208	191.53
AEF4073	8663082764	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
AFS2151	8663088418	15/03/2015	74550	218 * I	85.12
AGS7908	8663086973	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
AJB7795	8663086763	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
AKO9037	8663079471	30/01/2015	74550	218 * I	85.12
ALR0526	8663088470	15/03/2015	74550	218 * I	85.12
ALT9872	8663076696	06/01/2015	74550	218 * I	85.12
ALU1511	8663079291	01/02/2015	74550	218 * I	85.12
AMC6901	8663089169	18/03/2015	74550	218 * I	85.12
ANV7513	8663081102	13/02/2015	60503	208	191.53
AOA7120	8663079306	01/02/2015	74550	218 * I	85.12
AQF0891	8663087338	11/03/2015	60503	208	191.53
ATS3338	8663079294	01/02/2015	74550	218 * I	85.12
AVM1450	8663086287	06/03/2015	74630	218 * II	127.69
AVM8302	8663082977	18/02/2015	74550	218 * I	85.12
BOR8257	8663087265	11/03/2015	60503	208	191.53
CEY2469	8663076559	05/01/2015	74550	218 * I	85.12
CRB3317	8663083652	24/02/2015	74550	218 * I	85.12
CZK8281	8663088338	15/03/2015	74550	218 * I	85.12
DBU5004	8663075935	30/12/2014	74550	218 * I	85.12
DDG5935	8663084100	26/02/2015	60503	208	191.53
DLP3271	8663080297	07/02/2015	60503	208	191.53
DMC2332	8663083266	22/02/2015	56732	183	85.12
DPN0080	8663075481	26/12/2014	74630	218 * II	127.69
DQK7071	8663079971	06/02/2015	74550	218 * I	85.12
DXA0194	8663082857	19/02/2015	74630	218 * II	127.69
EBJ9377	8663067814	07/10/2014	74630	218 * II	127.69
EGB8206	8663079019	31/01/2015	74710	218 * III	574.61
FHM0502	8663082749	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
FJT9138	8663087053	10/03/2015	60503	208	191.53
GUN1080	8663068156	10/10/2014	74550	218 * I	85.12
HWI4750	8663074735	22/12/2014	74630	218 * II	127.69
IEH1370	8663083984	25/02/2015	74550	218 * I	85.12
IHQ0950	8663077606	18/01/2015	74630	218 * II	127.69
IJS3033	8663077578	18/01/2015	74550	218 * I	85.12
IKB6899	8663083896	25/02/2015	74550	218 * I	85.12
IKS1782	8663086729	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
ILO3927	8663074264	20/12/2014	74550	218 * I	85.12
INL9519	8663086945	08/03/2015	74550	218 * I	85.12

INR7927	8663083650	24/02/2015	60503	208		191.53
IQW0495	8663083317	22/02/2015	74630	218	* II	127.69
ISE2683	8663083038	18/02/2015	60503	208		191.53
IVG0288	8663085417	03/03/2015	60503	208		191.53
JGU6132	8663087985	14/03/2015	74550	218	* I	85.12
JGU6132	8663087886	13/03/2015	74550	218	* I	85.12
JKU1304	8663086676	09/03/2015	74630	218	* II	127.69
JSJ8608	8663087021	10/03/2015	74550	218	* I	85.12
KDL8551	8663088831	16/03/2015	74550	218	* I	85.12
KGB6317	8663070085	04/11/2014	74550	218	* I	85.12
KGB6317	8663064744	06/09/2014	60503	208		191.53
KGB6317	8663064752	06/09/2014	74550	218	* I	85.12
KGB6317	8663064785	06/09/2014	74550	218	* I	85.12
LNB7968	8663087570	12/03/2015	60503	208		191.53
LWR7182	8663086418	06/03/2015	74550	218	* I	85.12
LWT2276	8663073912	18/12/2014	74550	218	* I	85.12
LWY0736	8663074608	21/12/2014	74550	218	* I	85.12
LXB2074	8663083166	22/02/2015	74630	218	* II	127.69
LXH9627	8663074888	23/12/2014	74550	218	* I	85.12
LXI0148	8663081100	13/02/2015	74550	218	* I	85.12
LXL5202	8663088724	16/03/2015	74550	218	* I	85.12
LXT2033	8663080342	07/02/2015	74550	218	* I	85.12
LXU5805	8663079462	30/01/2015	74550	218	* I	85.12
LXV5265	8663083617	24/02/2015	74550	218	* I	85.12
LYE3048	8663073488	13/12/2014	74550	218	* I	85.12
LYK1727	8663086161	07/03/2015	74550	218	* I	85.12
LYL1455	8663079146	02/02/2015	74550	218	* I	85.12
LYL1455	8663079161	02/02/2015	74630	218	* II	127.69
LYL1455	8663079247	02/02/2015	74630	218	* II	127.69
LYO4789	8663075001	23/12/2014	74550	218	* I	85.12
LZA7914	8663083393	23/02/2015	60503	208		191.53
LZC4346	8663083159	22/02/2015	74550	218	* I	85.12
LZG2191	8663071098	22/11/2014	74550	218	* I	85.12
LZG8432	8663078638	28/01/2015	60503	208		191.53
LZH8424	8663076293	02/01/2015	60503	208		191.53
LZP7142	8663088747	16/03/2015	74550	218	* I	85.12
LZW4995	8663083300	22/02/2015	74550	218	* I	85.12
MAA8872	8663086257	07/03/2015	74550	218	* I	85.12
MAE7506	8663079896	06/02/2015	56732	183		85.12
MAH2035	8663079257	01/02/2015	56732	183		85.12
MAJ1626	8663082966	18/02/2015	74630	218	* II	127.69
MAK8877	8663087517	12/03/2015	74550	218	* I	85.12
MAK9980	8663077738	19/01/2015	74550	218	* I	85.12
MAN6292	8663086310	06/03/2015	74550	218	* I	85.12
MAP4621	8663074880	23/12/2014	74550	218	* I	85.12
MAR7847	54034980N	13/03/2015	50020	257	8\$	85.12
MAW6029	8663074202	20/12/2014	74550	218	* I	85.12
MBB1811	8663087443	11/03/2015	74550	218	* I	85.12
MBB7823	8663074722	22/12/2014	74550	218	* I	85.12
MBM8716	8663082368	20/02/2015	74550	218	* I	85.12
MBN0718	8663079709	05/02/2015	74550	218	* I	85.12
MBR8297	8663080609	09/02/2015	74630	218	* II	127.69
MBT7342	8663078016	22/01/2015	74550	218	* I	85.12
MBW4178	8663080202	07/02/2015	74550	218	* I	85.12
MBW4178	8663080705	10/02/2015	60503	208		191.53
MCG8149	8663079891	06/02/2015	74550	218	* I	85.12
MCL2659	8663087551	12/03/2015	74550	218	* I	85.12
MCM0368	8663083921	25/02/2015	74550	218	* I	85.12
MCP6017	8663082470	21/02/2015	60503	208		191.53
MCQ7779	8663082403	20/02/2015	74550	218	* I	85.12
MCT7298	8663080469	08/02/2015	74550	218	* I	85.12
MDE2691	8663086394	06/03/2015	60503	208		191.53
MDF1720	8663080271	07/02/2015	74550	218	* I	85.12

MDG5179	8663078028	23/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDH0061	8663085521	03/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDH1852	8663088625	17/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDJ3130	8663081427	15/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MDL1660	8663087786	13/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDO5159	8663075207	24/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MDP6114	8663080804	11/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MDV6825	8663086518	09/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDV6825	8663087326	11/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MDX1546	8663080344	07/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MDX1996	8663077508	17/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDY6565	8663078407	26/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDZ2192	8663083117	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEA8800	8663076860	08/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEB0788	8663080898	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MED5681	8663085167	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MEF7511	8663077183	13/01/2015	60503	208			191.53
MEU3656	8663073805	17/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MEV5580	8663082939	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEW7643	8663077859	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEX8126	8663083636	25/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEY2660	8663074811	22/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MEZ3308	8663087242	11/03/2015	60503	208			191.53
MFA3286	8663079624	04/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFC8656	54033968N	10/03/2015	50020	257	8\$		127.69
MFH3378	8663085827	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFI8548	8663079021	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFP7672	8663086863	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFQ9318	8663086815	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFT2755	8663075745	28/12/2014	60503	208			191.53
MFU1504	8663075932	30/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MFZ0636	8663082357	21/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFZ0847	8663086809	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGR7016	54034988N	13/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MGT9343	8663087092	10/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MGZ1807	8663082408	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHE0321	8663079607	04/02/2015	60503	208			191.53
MHG3251	8663082720	19/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MHJ3477	8663078857	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHL6512	8663088160	14/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MHM1388	54037610N	30/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MHN0715	8663088630	17/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHQ8391	8663079880	06/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHQ9706	8663083336	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHQ9706	8663083263	22/02/2015	60503	208			191.53
MHR3657	8663082678	21/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHR5506	8663079226	02/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHR8710	8663088689	17/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MHR9030	8663077430	17/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MHU8959	54032728N	05/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MHX3116	8663078998	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHY4403	8663074432	20/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MHY5049	8663086211	07/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIA3478	8663077454	17/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MI I7271	8663086422	06/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MIL4188	54034973N	13/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MIT4454	8663079140	02/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIT5258	8663077402	16/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIU2262	8663087183	10/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MIV4003	8663087929	13/03/2015	74630	218	*	II	127.69
MJA2432	8663089003	18/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJC8605	8663086731	08/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJE3712	8663088934	16/03/2015	74550	218	*	I	85.12

MJJ1737	8663078762	29/01/2015	60503	208		191.53
MJK7900	8663077196	13/01/2015	74630	218	* II	127.69
MJL4106	8663074593	21/12/2014	74630	218	* II	127.69
MJN2340	8663085300	02/03/2015	74550	218	* I	85.12
MJO4044	8663079165	02/02/2015	60503	208		191.53
MJO6874	8663083794	24/02/2015	74550	218	* I	85.12
MJP4145	8663087238	11/03/2015	60503	208		191.53
MJQ8728	8663080301	07/02/2015	74550	218	* I	85.12
MJT7526	8663077376	16/01/2015	60503	208		191.53
MJW3189	8663079109	02/02/2015	74550	218	* I	85.12
MJW8306	8663084022	26/02/2015	74550	218	* I	85.12
MJX1220	8663088389	15/03/2015	74550	218	* I	85.12
MKB2378	8663082064	16/02/2015	74550	218	* I	85.12
MKB2378	8663082171	16/02/2015	74630	218	* II	127.69
MKB3168	8663086643	09/03/2015	74550	218	* I	85.12
MKE6132	8663074029	19/12/2014	74550	218	* I	85.12
MKF2805	8663088613	17/03/2015	74550	218	* I	85.12
MKF3734	8663088783	17/03/2015	74550	218	* I	85.12
MKG7437	8663080554	09/02/2015	74550	218	* I	85.12
MKI2074	8663077730	19/01/2015	74550	218	* I	85.12
MKJ5713	8663088551	14/03/2015	74630	218	* II	127.69
MKK3341	8663083034	18/02/2015	60503	208		191.53
MKK4862	8663078955	31/01/2015	60503	208		191.53
MKK5129	8663083737	24/02/2015	74630	218	* II	127.69
MKL7795	8663077077	11/01/2015	74550	218	* I	85.12
MKR9193	8663083500	23/02/2015	74550	218	* I	85.12
MKT6746	54024587N	03/02/2015	50020	257	8\$	85.12
MKW3135	8663073767	17/12/2014	74550	218	* I	85.12
MKW7502	8663083428	23/02/2015	74550	218	* I	85.12
MKW9985	8663080358	07/02/2015	74550	218	* I	85.12
MKX7194	8663079667	04/02/2015	74550	218	* I	85.12
MKY0408	8663077701	19/01/2015	74550	218	* I	85.12
MKY8966	8663088585	17/03/2015	74550	218	* I	85.12
MKY8966	8663088089	14/03/2015	74550	218	* I	85.12
MLA4667	8663084068	26/02/2015	74630	218	* II	127.69
MLA8181	8663080985	12/02/2015	74550	218	* I	85.12
MLC0102	8663087160	10/03/2015	74550	218	* I	85.12
MLD1827	8663077714	19/01/2015	74550	218	* I	85.12
MLD5128	54032710N	05/03/2015	50020	257	8\$	191.53
MLE2783	8663076965	10/01/2015	60503	208		191.53
MLF1158	8663077925	21/01/2015	74550	218	* I	85.12
MLI0450	8663087153	10/03/2015	74550	218	* I	85.12
MLN0363	8663088232	15/03/2015	60503	208		191.53
MLN3847	8663077667	19/01/2015	74550	218	* I	85.12
MLO2630	8663074134	19/12/2014	74630	218	* II	127.69
MLO6958	8663077524	17/01/2015	56732	183		85.12
MLP4779	8663077339	16/01/2015	74550	218	* I	85.12
MLQ6099	8663074122	19/12/2014	74630	218	* II	127.69
MLT9533	8663080670	10/02/2015	60503	208		191.53
MLU7539	8663089186	18/03/2015	74710	218	* III	574.61
MLZ1665	8663087909	13/03/2015	74550	218	* I	85.12
MMD9149	8663080676	10/02/2015	74550	218	* I	85.12
MMH4506	8663075958	30/12/2014	74550	218	* I	85.12
MMH7479	8663079334	01/02/2015	74550	218	* I	85.12
MMJ5198	8663075818	28/12/2014	74550	218	* I	85.12
MMM0330	8663079730	05/02/2015	74550	218	* I	85.12
MMM0330	8663079735	05/02/2015	74550	218	* I	85.12
NHA9692	8663085117	28/02/2015	74550	218	* I	85.12
NSB8632	8663082127	16/02/2015	74550	218	* I	85.12
OGO5324	8663082211	16/02/2015	74550	218	* I	85.12
OKF5466	8663086724	08/03/2015	74630	218	* II	127.69
OKG4941	8663083327	22/02/2015	74550	218	* I	85.12
OQB5186	8663081247	14/02/2015	74550	218	* I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIEGO SILVA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2132/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2132/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGX9792	55689232E	07/05/2015	65992	230 * V
CVQ7842	54284743F	14/05/2015	69120	232
FMW1473	54285836F	12/05/2015	64080	221
HQJ9984	55092100E	16/05/2015	50450	162 * V
IIY9041	55089449E	07/05/2015	65561	230 * I
IRO8403	55092095E	07/05/2015	64080	221
JUD3991	54286338F	13/04/2015	65992	230 * V
JUD3991	54286339F	13/04/2015	65564	230 * I
LXJ2441	54287819F	09/05/2015	50100	162 * I
LXX4506	55689221E	06/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
LXX4506	55689220E	06/05/2015	50100	162 * I
LYC1058	54287652F	07/04/2015	69120	232
LYJ4282	54286532F	07/05/2015	69120	232
LYO5492	54286953F	06/05/2015	64080	221
LZG5190	54285668F	30/04/2015	50100	162 * I
LZG5190	54285666F	30/04/2015	65992	230 * V
MAV4862	55690034E	07/05/2015	66102	230 * VII
MBK2001	55690526E	09/05/2015	65992	230 * V
MBK2420	54288632F	18/04/2015	50371	162 * III
MBK2420	54288633F	18/04/2015	50881	163 c/c 162 * III
MBK2420	54288634F	18/04/2015	69120	232

MBK2420	54288635F	18/04/2015	66531	230	*	XI
MCC0053	55688545E	12/04/2015	66102	230	*	VII
MCD8712	55689219E	05/05/2015	69120	232		
MDS2650	55822689D	08/04/2015	50100	162	*	I
MDX3263	55691895E	13/05/2015	65564	230	*	I
MDX3263	55691894E	13/05/2015	66531	230	*	XI
MDX3263	55691893E	13/05/2015	50100	162	*	I
MDX3263	55691892E	13/05/2015	65992	230	*	V
MDZ9475	54286101F	24/04/2015	69120	232		
MGB7628	54284635F	12/05/2015	50100	162	*	I
MGB7628	54284638F	12/05/2015	65564	230	*	I
MGB7628	54284636F	12/05/2015	65561	230	*	I
MGW0778	55690033E	07/05/2015	50100	162	*	I
MGZ2622	54286528F	07/05/2015	65992	230	*	V
MHN8321	54286819F	04/05/2015	65992	230	*	V
MHW6170	54288219F	05/04/2015	69120	232		
MHW6170	54288220F	05/04/2015	65992	230	*	V
MIE0902	54286533F	08/05/2015	65992	230	*	V
MIL8440	54288367F	09/04/2015	69120	232		
MIU9132	55689231E	07/05/2015	69120	232		
MJI3541	54287767F	16/04/2015	65992	230	*	V
MJJ3022	54286530F	07/05/2015	65992	230	*	V
MKC2672	55689248E	12/05/2015	69120	232		
MKS3308	55205408E	08/04/2015	65992	230	*	V
MLD4461	54286818F	04/05/2015	65992	230	*	V
MMM3232	55689249E	12/05/2015	65992	230	*	V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUCIANA RODERMEL
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2133/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2133/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFD8474	55211492E	26/03/2015	55412	181 * XVII
AMT7609	54285008F	16/03/2015	55412	181 * XVII
BEY0106	55206189E	05/05/2015	55680	181 * XIX
CGQ5998	55693487E	09/04/2015	51851	167
DIK1400	55217596E	10/04/2015	55412	181 * XVII
DMR2395	54287874F	11/05/2015	55500	181 * XVIII
FMW1473	54285837F	12/05/2015	55411	181 * XVII
IDU4978	55206720E	12/05/2015	55411	181 * XVII
IIC2778	54285665F	15/05/2015	73662	252 * VI
LQX1542	55206287E	15/05/2015	59910	206 * I
LWV8692	55205892E	06/04/2015	53800	181 * I
LYV8302	55691577E	15/05/2015	73662	252 * VI
LZM8171	54284880F	15/05/2015	55411	181 * XVII
LZR0341	55211230E	07/04/2015	54360	181 * VI
MAL7391	55204850E	13/05/2015	55500	181 * XVIII
MAZ2035	55206343E	15/05/2015	55412	181 * XVII
MBQ1646	55205644E	18/05/2015	55412	181 * XVII
MCL8977	55205687E	06/05/2015	55415	181 * XVII
MCX5707	54288054F	01/05/2015	60501	208
MCX5707	54288053F	01/05/2015	54521	181 * VIII
MCX5707	54288057F	01/05/2015	57200	186 * I
MCX5707	54288055F	01/05/2015	52151	170
MCX5707	54288058F	01/05/2015	58350	195
MDB7489	55205176E	09/04/2015	55412	181 * XVII
MDK0279	54042885N	24/04/2015	50020	257 8\$
MDM2448	55202951E	14/05/2015	55414	181 * XVII
MDM6189	54285471F	11/04/2015	55415	181 * XVII
MDV9233	55206338E	13/05/2015	55414	181 * XVII
MET5883	55206259E	13/04/2015	59910	206 * I
MEY9338	54047044N	15/05/2015	50020	257 8\$
MFA3286	55693485E	01/04/2015	60501	208
MFQ3024	55206509E	24/04/2015	55412	181 * XVII
MGB0187	55206066E	13/04/2015	55414	181 * XVII
MGO8720	55206624E	08/05/2015	55414	181 * XVII
MHO9725	55204828E	07/04/2015	60502	208
MHQ2355	55203106E	13/05/2015	73662	252 * VI
MHW6210	55206718E	12/05/2015	55411	181 * XVII
MHY6168	55206179E	17/04/2015	54522	181 * VIII
MIA2030	55206339E	13/05/2015	55090	181 * XIII
MIE1566	55206433E	07/05/2015	55412	181 * XVII
MJH4627	54288370F	12/04/2015	51851	167
MJH4627	55205657E	13/04/2015	55412	181 * XVII
MJP9385	55205470E	15/05/2015	55414	181 * XVII
MJX1220	55206728E	15/05/2015	55412	181 * XVII
MKB2144	55206190E	05/05/2015	51851	167
MKR3679	55692470E	09/04/2015	61220	214 * I
MLH6341	55205900E	10/04/2015	73662	252 * VI
MMJ7267	55211232E	07/04/2015	55411	181 * XVII
NCK5214	55205640E	13/05/2015	55414	181 * XVII
OMH9438	54287103F	25/04/2015	55411	181 * XVII
QHB8351	54047654N	19/05/2015	50020	257 8\$
QIZ2014	55206063E	06/04/2015	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIEGO SILVA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 824/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 824/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AAZ3113	8663093180	04/04/2015	60503	208	
ABV8409	8663098173	27/04/2015	74550	218	* I
ACJ3456	8663098526	30/04/2015	60503	208	
ACW2734	8663091950	31/03/2015	60503	208	
ACW2734	8663092184	30/03/2015	56732	183	
ADB1919	8663097774	26/04/2015	74550	218	* I
ADQ0949	8663093137	03/04/2015	74630	218	* II
AFT2131	8663097854	26/04/2015	74550	218	* I
AGJ5665	8663091122	26/03/2015	74550	218	* I
AHH6167	8663097058	20/04/2015	74550	218	* I
AHV5763	8663092313	01/04/2015	74550	218	* I
AIN4906	8663097622	24/04/2015	74550	218	* I
AJB4976	8663097163	20/04/2015	74550	218	* I
AJC7582	8663098795	25/04/2015	74550	218	* I
AJS1076	8663090463	23/03/2015	74550	218	* I
AKU6641	8663098650	25/04/2015	74550	218	* I
AKZ2990	8663093480	04/04/2015	74550	218	* I
ALK0756	8663090625	24/03/2015	74550	218	* I
ALK8496	8663092495	01/04/2015	74550	218	* I
ALS3385	8663097826	26/04/2015	60503	208	
AMM0410	8663096908	21/04/2015	74550	218	* I
AMN0414	8663089872	21/03/2015	74550	218	* I
AMX5560	8663097088	20/04/2015	74550	218	* I
APJ9701	8663098259	27/04/2015	74550	218	* I
APO1332	8663097485	23/04/2015	74550	218	* I
AQA2069	8663098068	28/04/2015	74630	218	* II
AQR7565	8663093851	07/04/2015	74550	218	* I

ARX2731	8663090998	26/03/2015	74550	218	*	I
ASF4343	8663093936	06/04/2015	74550	218	*	I
ASI4251	8663097625	24/04/2015	74550	218	*	I
AST0642	8663093740	05/04/2015	74550	218	*	I
ATF5511	8663092473	01/04/2015	74630	218	*	II
ATM4559	8663090697	24/03/2015	74550	218	*	I
ATU2209	8663089728	21/03/2015	74630	218	*	II
AVL1722	8663096990	21/04/2015	74550	218	*	I
BFN1656	8663096715	19/04/2015	74550	218	*	I
BNS7757	8663089972	21/03/2015	74550	218	*	I
BOJ7934	8663091361	27/03/2015	74550	218	*	I
BPT6467	8663096613	19/04/2015	74550	218	*	I
BRM6722	8663090994	26/03/2015	74550	218	*	I
BYF7074	8663097149	20/04/2015	74550	218	*	I
CDG0081	8663096716	19/04/2015	60503	208		
CHB3767	8663090793	25/03/2015	74550	218	*	I
CHB3767	8663089762	21/03/2015	74550	218	*	I
CHB3767	8663089291	19/03/2015	74550	218	*	I
CHS9377	8663092163	30/03/2015	74550	218	*	I
CHW3987	8663096669	19/04/2015	74550	218	*	I
CIR8504	8663094007	06/04/2015	60503	208		
CNE8543	8663096777	19/04/2015	74550	218	*	I
CNY2818	8663096989	21/04/2015	74550	218	*	I
CRF3587	8663097172	20/04/2015	74550	218	*	I
CSN9633	8663096447	18/04/2015	74550	218	*	I
CTQ3353	8663098783	25/04/2015	60503	208		
CXV0862	8663098581	30/04/2015	60503	208		
CZA9097	8663097085	20/04/2015	74550	218	*	I
DAK4342	8663090226	22/03/2015	74630	218	*	II
DHV5509	8663089655	20/03/2015	74550	218	*	I
DJP3159	8663093130	03/04/2015	74550	218	*	I
DJR2464	8663098763	25/04/2015	74550	218	*	I
DNT9285	8663096515	18/04/2015	74550	218	*	I
DNT9285	8663096523	18/04/2015	74550	218	*	I
DSA9856	8663097245	22/04/2015	74550	218	*	I
EVD2319	8663098347	29/04/2015	60503	208		
EWO7549	8663098133	27/04/2015	74550	218	*	I
FNI0202	8663089936	21/03/2015	74630	218	*	II
GZJ6231	8663098600	30/04/2015	74550	218	*	I
HOU6861	8663090507	23/03/2015	74550	218	*	I
HPH3412	8663098164	27/04/2015	60503	208		
HWG7419	8663091345	27/03/2015	74550	218	*	I
ICH0269	8663097035	21/04/2015	74550	218	*	I
ICI8384	8663092304	01/04/2015	74550	218	*	I
ICL8264	8663094058	06/04/2015	74630	218	*	II
IFI4100	8663089830	21/03/2015	74550	218	*	I
IGD2280	8663096637	19/04/2015	74550	218	*	I
IGD2476	8663097482	23/04/2015	74550	218	*	I
IGO6818	8663090294	22/03/2015	74550	218	*	I
IHJ8828	8663097554	24/04/2015	74550	218	*	I
IJB7514	8663090832	25/03/2015	74550	218	*	I
IJT9980	8663089805	21/03/2015	74550	218	*	I
IKS7109	8663097965	28/04/2015	74550	218	*	I
ILK2802	8663093307	04/04/2015	74550	218	*	I
IMA7702	8663091399	27/03/2015	74550	218	*	I
IMC5512	8663097530	24/04/2015	74550	218	*	I
INF8587	8663098102	28/04/2015	74550	218	*	I
IPD2519	8663097911	26/04/2015	74550	218	*	I
IPI9358	8663091293	27/03/2015	74550	218	*	I
IPK1103	8663090558	23/03/2015	74550	218	*	I
IPX5939	8663090615	24/03/2015	74550	218	*	I
IQE4605	8663091286	27/03/2015	60503	208		
IQE4605	8663090825	25/03/2015	74550	218	*	I

JEX9428	8663092595	02/04/2015	74630	218	*	II
JFK5662	8663097059	20/04/2015	74550	218	*	I
KBD4824	8663098767	25/04/2015	74550	218	*	I
KEZ1635	8663098605	30/04/2015	74550	218	*	I
KG6704	8663092239	30/03/2015	74710	218	*	III
LAF6846	8663092682	02/04/2015	60503	208		
LCV6318	54047318N	19/05/2015	50020	257	8\$	
LPU0159	8663098528	30/04/2015	74550	218	*	I
LPU0159	8663097975	28/04/2015	74550	218	*	I
LPU0159	8663097419	23/04/2015	74550	218	*	I
LPU0159	8663097403	23/04/2015	74550	218	*	I
LWT2059	8663097258	22/04/2015	74550	218	*	I
LWU4652	8663097392	23/04/2015	74550	218	*	I
LWU4969	8663098056	28/04/2015	74550	218	*	I
LWZ7377	8663097295	22/04/2015	60503	208		
LXA0418	8663097766	26/04/2015	74550	218	*	I
LXA6318	8663098543	30/04/2015	74630	218	*	II
LXA6318	8663097595	24/04/2015	74630	218	*	II
LXD5665	8663091114	26/03/2015	74550	218	*	I
LXE6527	8663098535	30/04/2015	74550	218	*	I
LXF5829	8663092966	03/04/2015	60503	208		
LXG0736	8663098162	27/04/2015	74550	218	*	I
LXJ1290	8663093908	07/04/2015	74550	218	*	I
LXJ2500	8663097905	26/04/2015	74550	218	*	I
LXP9575	8663097571	24/04/2015	56732	183		
LXQ4379	8663091810	29/03/2015	60503	208		
LXQ4379	8663091811	29/03/2015	74550	218	*	I
LXS1048	8663097426	23/04/2015	74550	218	*	I
LXT2673	8663098759	25/04/2015	60503	208		
LXU1000	8663094057	06/04/2015	74550	218	*	I
LXZ6217	8663090608	24/03/2015	60503	208		
LYA0754	8663091876	29/03/2015	74630	218	*	II
LYE1554	8663097469	23/04/2015	74550	218	*	I
LYE1554	8663097102	20/04/2015	74550	218	*	I
LYE2450	8663093064	03/04/2015	74550	218	*	I
LYF2693	8663097474	23/04/2015	74550	218	*	I
LYF2693	8663097337	22/04/2015	74630	218	*	II
LYJ1899	8663098679	25/04/2015	74550	218	*	I
LYJ9908	8663092807	02/04/2015	74550	218	*	I
LYN8004	8663098696	25/04/2015	74550	218	*	I
LYO0551	8663096938	21/04/2015	74550	218	*	I
LYO5492	8663097168	20/04/2015	60503	208		
LYR3972	8663097361	23/04/2015	74550	218	*	I
LYS6087	8663097762	26/04/2015	74550	218	*	I
LYU6884	8663098085	28/04/2015	74550	218	*	I
LYW0493	8663098573	30/04/2015	74630	218	*	II
LYW6894	8663096941	21/04/2015	74550	218	*	I
LYX6807	8663092031	31/03/2015	74550	218	*	I
LZA2222	8663098004	28/04/2015	74550	218	*	I
LZD1045	8663098545	30/04/2015	74550	218	*	I
LZD1045	8663098546	30/04/2015	60503	208		
LZD1045	8663098523	30/04/2015	74550	218	*	I
LZD1045	8663098524	30/04/2015	60503	208		
LZD1045	8663098485	30/04/2015	74550	218	*	I
LZD1045	8663098486	30/04/2015	60503	208		
LZE1102	8663090402	23/03/2015	74550	218	*	I
LZF3800	8663096661	19/04/2015	74550	218	*	I
LZF7013	8663093423	04/04/2015	74550	218	*	I
LZF7013	8663093447	04/04/2015	74550	218	*	I
LZF7013	8663093449	04/04/2015	74630	218	*	II
LZI9838	8663097244	22/04/2015	74550	218	*	I
LZJ1553	8663089818	21/03/2015	74550	218	*	I
LZL6878	8663089563	19/03/2015	74550	218	*	I

LZL9712	8663093345	04/04/2015	74550	218	*	I
LZQ0812	8663098103	28/04/2015	74550	218	*	I
LZT8011	8663097900	26/04/2015	74550	218	*	I
LZX8435	8663090771	24/03/2015	74550	218	*	I
MAD5336	8663097257	22/04/2015	74550	218	*	I
MAE5869	8663098872	25/04/2015	74630	218	*	II
MAH0726	8663092099	30/03/2015	74550	218	*	I
MAJ1626	8663097056	20/04/2015	74630	218	*	II
MAK2447	8663091383	27/03/2015	74550	218	*	I
MAL2746	8663096912	21/04/2015	74550	218	*	I
MAL2746	8663096705	19/04/2015	74550	218	*	I
MAM9244	8663097161	20/04/2015	74550	218	*	I
MAN0079	8663098559	30/04/2015	74550	218	*	I
MAN9415	8663093809	07/04/2015	74550	218	*	I
MAS6029	8663098745	25/04/2015	74550	218	*	I
MAS6652	8663089567	19/03/2015	74550	218	*	I
MAT5586	8663090119	22/03/2015	74550	218	*	I
MAX3714	8663098158	27/04/2015	74550	218	*	I
MAY3058	8663097015	21/04/2015	74630	218	*	II
MBB2452	8663096872	21/04/2015	74550	218	*	I
MBC3237	8663089401	19/03/2015	74550	218	*	I
MBC9928	8663090395	23/03/2015	74550	218	*	I
MBD0594	8663090524	23/03/2015	74550	218	*	I
MBD0972	8663098708	25/04/2015	74630	218	*	II
MBD1712	8663090313	22/03/2015	74550	218	*	I
MBE0484	8663092083	30/03/2015	74550	218	*	I
MBG7269	8663092591	02/04/2015	74550	218	*	I
MBI8865	8663090559	23/03/2015	74550	218	*	I
MBJ3534	8663092348	01/04/2015	74550	218	*	I
MBJ5743	8663089981	21/03/2015	74630	218	*	II
MBJ9734	8663098724	25/04/2015	74550	218	*	I
MBL0033	8663089841	21/03/2015	60503	208		
MBL4775	8663097067	20/04/2015	60503	208		
MBN0613	8663098370	29/04/2015	60503	208		
MBN0613	8663098331	29/04/2015	74550	218	*	I
MBN3193	8663090212	22/03/2015	74550	218	*	I
MBP7197	8663096907	21/04/2015	74550	218	*	I
MBQ3342	8663097064	20/04/2015	74630	218	*	II
MBQ6733	54047322N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MBQ6733	54047326N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MBR1108	8663096915	21/04/2015	60503	208		
MBR1108	8663096916	21/04/2015	74550	218	*	I
MBR4805	8663096709	19/04/2015	74550	218	*	I
MBR5182	8663097010	21/04/2015	74710	218	*	III
MBR8297	8663096035	16/04/2015	74550	218	*	I
MBU5962	8663091154	26/03/2015	74550	218	*	I
MBV1436	8663097501	23/04/2015	74550	218	*	I
MBV8258	8663098474	30/04/2015	74550	218	*	I
MBV8258	8663097954	28/04/2015	74550	218	*	I
MBW0460	8663097585	24/04/2015	74550	218	*	I
MBX2043	8663098673	25/04/2015	60503	208		
MBY2482	8663097326	22/04/2015	74550	218	*	I
MBY8831	8663089760	21/03/2015	74550	218	*	I
MBZ3354	8663097131	20/04/2015	74550	218	*	I
MBZ4853	8663096706	19/04/2015	74710	218	*	III
MBZ4853	8663097668	24/04/2015	74550	218	*	I
MBZ5220	8663092413	01/04/2015	74550	218	*	I
MCA4923	8663092644	02/04/2015	74550	218	*	I
MCA7589	8663096770	19/04/2015	74550	218	*	I
MCA7589	8663098866	25/04/2015	74550	218	*	I
MCB9896	8663090366	23/03/2015	60503	208		
MCC3472	8663090232	22/03/2015	74630	218	*	II
MCD0911	8663097717	26/04/2015	74550	218	*	I

MCE9109	8663094064	06/04/2015	74550	218	*	I
MCH3153	8663091094	26/03/2015	74630	218	*	II
MCH9249	8663096740	19/04/2015	74550	218	*	I
MCL2659	8663089337	19/03/2015	74550	218	*	I
MCP4256	8663097896	26/04/2015	74550	218	*	I
MCP4256	8663098751	25/04/2015	60503	208		
MCP4256	8663097417	23/04/2015	74550	218	*	I
MCP8193	8663091737	29/03/2015	74630	218	*	II
MCQ5472	8663089680	20/03/2015	74630	218	*	II
MCQ7779	8663097066	20/04/2015	74550	218	*	I
MCR4627	8663089765	21/03/2015	74550	218	*	I
MCR5712	8663089306	19/03/2015	74550	218	*	I
MCR7136	8663098036	28/04/2015	60503	208		
MCR7861	8663097383	23/04/2015	74550	218	*	I
MCV6717	8663097605	24/04/2015	60503	208		
MCV6717	8663098032	28/04/2015	60503	208		
MCV6717	8663097985	28/04/2015	60503	208		
MCV6717	8663097915	26/04/2015	74550	218	*	I
MCV6717	8663098851	25/04/2015	74550	218	*	I
MCW9091	8663096929	21/04/2015	60503	208		
MCY4874	8663097279	22/04/2015	74550	218	*	I
MCZ8999	8663097243	22/04/2015	74550	218	*	I
MDA6714	8663091058	26/03/2015	60503	208		
MDB1350	8663096623	19/04/2015	74630	218	*	II
MDB1889	8663092252	30/03/2015	74550	218	*	I
MDB9738	8663089925	21/03/2015	74550	218	*	I
MDE2691	8663098414	29/04/2015	74550	218	*	I
MDE3896	8663090051	22/03/2015	74550	218	*	I
MDG0536	8663092486	01/04/2015	74550	218	*	I
MDH6418	8663091325	27/03/2015	74550	218	*	I
MDH6861	8663089499	20/03/2015	74550	218	*	I
MDJ5378	8663097124	20/04/2015	60503	208		
MDK5138	8663098239	27/04/2015	74550	218	*	I
MDN4617	8663096840	21/04/2015	74630	218	*	II
MDN4780	8663098156	27/04/2015	74550	218	*	I
MDN6219	8663097628	24/04/2015	74550	218	*	I
MDN7077	8663097238	22/04/2015	60503	208		
MDN9011	8663096862	21/04/2015	60503	208		
MDN9011	8663096920	21/04/2015	60503	208		
MDO1485	8663098075	28/04/2015	74550	218	*	I
MDO7238	8663090144	22/03/2015	74550	218	*	I
MDP7429	8663098521	30/04/2015	60503	208		
MDP8676	8663096602	19/04/2015	74630	218	*	II
MDR6784	8663094047	06/04/2015	74550	218	*	I
MDS1453	8663089663	20/03/2015	74550	218	*	I
MDW0015	8663096882	21/04/2015	74550	218	*	I
MDX4509	8663097239	22/04/2015	74550	218	*	I
MDY8124	8663096864	21/04/2015	74550	218	*	I
MDZ9475	8663091944	31/03/2015	60503	208		
MEA9742	8663097132	20/04/2015	60503	208		
MEC1246	8663097431	23/04/2015	74550	218	*	I
MEG6872	8663098369	29/04/2015	74550	218	*	I
MEH5847	8663097389	23/04/2015	74550	218	*	I
MEK3177	8663096806	19/04/2015	74550	218	*	I
MEK5087	8663097607	24/04/2015	60503	208		
MEL1315	8663097090	20/04/2015	74550	218	*	I
MEM1316	8663097212	20/04/2015	74550	218	*	I
MEP5085	8663091287	27/03/2015	60503	208		
MEP8563	8663097511	24/04/2015	74550	218	*	I
MES2179	8663089780	21/03/2015	74630	218	*	II
MES9833	8663092140	30/03/2015	74550	218	*	I
MEV5580	8663098680	25/04/2015	74550	218	*	I
MEV8605	8663090432	23/03/2015	60503	208		

MEX8126	8663097553	24/04/2015	74550	218	*	I
MFA4928	8663093773	07/04/2015	74550	218	*	I
MFA8809	8663089436	19/03/2015	74630	218	*	II
MFA9589	8663097966	28/04/2015	60503	208		
MFC5917	8663097106	20/04/2015	74630	218	*	II
MFD0175	8663089545	19/03/2015	74550	218	*	I
MFD7774	8663097710	26/04/2015	56732	183		
MFH1862	8663096873	21/04/2015	74550	218	*	I
MFH2138	8663097835	26/04/2015	74630	218	*	II
MFH2138	8663097870	26/04/2015	74630	218	*	II
MFH4678	8663097907	26/04/2015	74550	218	*	I
MFH4678	8663097591	24/04/2015	74550	218	*	I
MFI3445	8663093215	04/04/2015	74630	218	*	II
MFK4513	8663098438	29/04/2015	74550	218	*	I
MFL3927	8663093876	07/04/2015	74630	218	*	II
MFL5776	8663089645	20/03/2015	74550	218	*	I
MFL9863	8663098645	25/04/2015	74550	218	*	I
MFM9689	8663097917	26/04/2015	74550	218	*	I
MFO1859	8663097593	24/04/2015	60503	208		
MFP6024	8663097767	26/04/2015	74550	218	*	I
MFQ1093	8663098433	29/04/2015	74550	218	*	I
MFQ8064	8663096630	19/04/2015	60503	208		
MFR5907	8663089965	21/03/2015	74630	218	*	II
MFT8178	8663096856	21/04/2015	74550	218	*	I
MFU0181	8663098321	29/04/2015	60503	208		
MFU0181	8663098175	27/04/2015	60503	208		
MFU0917	8663089385	19/03/2015	60503	208		
MFV7298	8663097641	24/04/2015	74550	218	*	I
MFY5372	8663089924	21/03/2015	74550	218	*	I
MFY7175	8663093645	05/04/2015	74550	218	*	I
MFY8267	8663096836	21/04/2015	74550	218	*	I
MGB4307	8663097847	26/04/2015	74550	218	*	I
MGB4307	8663098215	27/04/2015	74550	218	*	I
MGB4307	8663098787	25/04/2015	74550	218	*	I
MGB6815	8663097178	20/04/2015	74550	218	*	I
MGB7448	8663097116	20/04/2015	74630	218	*	II
MGB7529	8663094199	08/04/2015	74550	218	*	I
MGE1144	8663096931	21/04/2015	74550	218	*	I
MGE1144	8663096999	21/04/2015	74550	218	*	I
MGG3452	8663090473	23/03/2015	74550	218	*	I
MGH4636	8663091302	27/03/2015	74550	218	*	I
MGI0517	8663093499	05/04/2015	74550	218	*	I
MGI6156	8663098652	25/04/2015	74550	218	*	I
MGL9461	8663097452	23/04/2015	74550	218	*	I
MGM2990	8663098115	28/04/2015	74550	218	*	I
MGM6368	8663096614	19/04/2015	60503	208		
MGM6368	8663096640	19/04/2015	60503	208		
MGP4979	8663090935	25/03/2015	74550	218	*	I
MGQ2507	8663098118	28/04/2015	74550	218	*	I
MGS0690	8663098296	27/04/2015	74630	218	*	II
MGS5603	8663096837	21/04/2015	74550	218	*	I
MGT5165	8663093514	05/04/2015	74550	218	*	I
MGT5165	8663093200	04/04/2015	74550	218	*	I
MGU1744	8663097472	23/04/2015	74550	218	*	I
MGW1982	8663092268	30/03/2015	74630	218	*	II
MGW1982	8663091695	29/03/2015	74550	218	*	I
MGW2624	8663090076	22/03/2015	74550	218	*	I
MGW5027	8663098769	25/04/2015	74550	218	*	I
MGY4833	8663089995	21/03/2015	74630	218	*	II
MGY7798	8663096677	19/04/2015	74550	218	*	I
MGY7872	8663093027	03/04/2015	60503	208		
MGZ1807	8663097464	23/04/2015	74550	218	*	I
MHB7987	8663097154	20/04/2015	74550	218	*	I

MHB9629	8663091229	27/03/2015	74550	218	*	I
MHD0504	8663097095	20/04/2015	56732	183		
MHE3229	8663091117	26/03/2015	74630	218	*	II
MHG2565	8663094162	08/04/2015	60503	208		
MHG6657	8663089763	21/03/2015	74550	218	*	I
MHG6657	8663089823	21/03/2015	74550	218	*	I
MHG7629	8663091008	26/03/2015	74550	218	*	I
MHG8052	8663096697	19/04/2015	74550	218	*	I
MHG9437	8663091167	26/03/2015	74550	218	*	I
MHI2768	8663096945	21/04/2015	74550	218	*	I
MHL7646	8663097650	24/04/2015	74550	218	*	I
MHM6436	8663091083	26/03/2015	74550	218	*	I
MHO5759	8663096940	21/04/2015	74550	218	*	I
MHP2120	8663098886	25/04/2015	74550	218	*	I
MHQ2355	8663098079	28/04/2015	74630	218	*	II
MHR0776	8663097897	26/04/2015	74710	218	*	III
MHR2019	8663097989	28/04/2015	74550	218	*	I
MHS6075	8663097483	23/04/2015	74630	218	*	II
MHT4217	8663097647	24/04/2015	74550	218	*	I
MHU4136	8663098590	30/04/2015	60503	208		
MHV8407	8663098692	25/04/2015	74550	218	*	I
MHX0220	8663097231	22/04/2015	60503	208		
MHX7820	8663089139	18/03/2015	74550	218	*	I
MHX9034	8663097031	21/04/2015	74710	218	*	III
MHX9646	8663090140	22/03/2015	60503	208		
MHY0906	8663094072	06/04/2015	74630	218	*	II
MHY5508	8663091137	26/03/2015	74550	218	*	I
MHY6951	8663090221	22/03/2015	74550	218	*	I
MHY8685	8663096668	19/04/2015	74630	218	*	II
MIA1123	54047316N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MIA2837	8663089355	19/03/2015	74550	218	*	I
MIA2837	8663091132	26/03/2015	74630	218	*	II
MIA9936	8663089834	21/03/2015	60503	208		
MIB8812	8663098019	28/04/2015	74550	218	*	I
MIB9420	8663091818	29/03/2015	74550	218	*	I
MID9211	8663092505	01/04/2015	74550	218	*	I
MIE4999	8663097141	20/04/2015	74630	218	*	II
MIE6566	8663098792	25/04/2015	74550	218	*	I
MII1918	8663097580	24/04/2015	74550	218	*	I
MIJ7071	8663093738	05/04/2015	74550	218	*	I
MIK1525	8663092489	01/04/2015	74630	218	*	II
MIL0108	8663098258	27/04/2015	74550	218	*	I
MIL2097	8663089594	20/03/2015	74550	218	*	I
MIL5667	54047320N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MIM6293	8663098712	25/04/2015	74550	218	*	I
MIM6501	8663092123	30/03/2015	74550	218	*	I
MIP7596	54047325N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MIP8699	8663091456	29/03/2015	74550	218	*	I
MIP8699	8663094226	08/04/2015	74630	218	*	II
MIR9400	8663098628	30/04/2015	74550	218	*	I
MIT8230	8663093135	03/04/2015	74550	218	*	I
MIU1790	8663090614	24/03/2015	60503	208		
MIU8367	8663091118	26/03/2015	74550	218	*	I
MIV6808	8663097084	20/04/2015	74710	218	*	III
MIV9513	8663094090	06/04/2015	74550	218	*	I
MIW6161	8663089937	21/03/2015	74550	218	*	I
MIX8462	8663089854	21/03/2015	74550	218	*	I
MIY8664	8663092349	01/04/2015	74550	218	*	I
MIZ0139	8663096574	18/04/2015	74630	218	*	II
MIZ4471	8663093947	06/04/2015	74550	218	*	I
MJA0723	8663089842	21/03/2015	60503	208		
MJA7562	8663097858	26/04/2015	74550	218	*	I
MJB3590	8663089269	19/03/2015	74550	218	*	I

MJC0217	8663094178	08/04/2015	74550	218	*	I
MJG1438	8663089697	20/03/2015	74550	218	*	I
MJG1438	8663090433	23/03/2015	74550	218	*	I
MJG5125	8663092355	01/04/2015	60503	208		
MJH7971	8663090812	25/03/2015	60503	208		
MJJ7935	8663089267	19/03/2015	74550	218	*	I
MJJ8797	8663090867	25/03/2015	74550	218	*	I
MJL1305	8663092493	01/04/2015	74550	218	*	I
MJL1305	8663092500	01/04/2015	74630	218	*	II
MJL3779	8663097016	21/04/2015	74550	218	*	I
MJL4713	8663089560	19/03/2015	74550	218	*	I
MJM1836	8663091227	27/03/2015	74550	218	*	I
MJN9746	8663090730	24/03/2015	74550	218	*	I
MJO3788	8663098688	25/04/2015	74630	218	*	II
MJP5224	8663090257	22/03/2015	74550	218	*	I
MJP6222	54047321N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MJP6222	8663098393	29/04/2015	74550	218	*	I
MJR5667	8663097260	22/04/2015	74550	218	*	I
MJS3691	8663098707	25/04/2015	74550	218	*	I
MJS3691	8663098666	25/04/2015	74550	218	*	I
MJT8449	8663098015	28/04/2015	74550	218	*	I
MJT8968	8663093526	05/04/2015	60503	208		
MJT8968	8663093527	05/04/2015	74630	218	*	II
MJT8968	8663093528	05/04/2015	60503	208		
MJT8968	8663093548	05/04/2015	74550	218	*	I
MJT8968	8663093612	05/04/2015	60503	208		
MJT8968	8663093711	05/04/2015	74550	218	*	I
MJT8968	8663093724	05/04/2015	74550	218	*	I
MJT9888	8663097346	22/04/2015	74550	218	*	I
MJV7817	8663096866	21/04/2015	74550	218	*	I
MJV9085	8663093777	07/04/2015	74550	218	*	I
MJZ6694	8663090182	22/03/2015	74550	218	*	I
MKE3533	8663089414	20/03/2015	60503	208		
MKF9983	8663090061	22/03/2015	74550	218	*	I
MKI6769	8663092710	02/04/2015	74550	218	*	I
MKK9691	8663098517	30/04/2015	56732	183		
MKL2546	8663096131	17/04/2015	74550	218	*	I
MKL7322	8663098285	27/04/2015	74550	218	*	I
MKM8046	8663090668	24/03/2015	74550	218	*	I
MKM8336	8663090327	22/03/2015	74550	218	*	I
MKN6926	8663097732	26/04/2015	60503	208		
MKO0790	8663089677	20/03/2015	74550	218	*	I
MKO7672	8663096690	19/04/2015	74630	218	*	II
MKP1039	8663089898	21/03/2015	74550	218	*	I
MKP4438	8663093959	06/04/2015	74550	218	*	I
MKP5063	8663097656	24/04/2015	74550	218	*	I
MKP9895	8663090012	21/03/2015	74630	218	*	II
MKR0011	8663091875	29/03/2015	74550	218	*	I
MKS9871	8663097433	23/04/2015	74550	218	*	I
MKS9871	8663098606	30/04/2015	74630	218	*	II
MKT5299	8663089205	18/03/2015	74630	218	*	II
MKT5299	8663087444	11/03/2015	74630	218	*	II
MKT9576	8663090573	24/03/2015	74550	218	*	I
MKV0203	8663098520	30/04/2015	74550	218	*	I
MKW1880	8663090569	24/03/2015	74550	218	*	I
MKW2043	8663096813	19/04/2015	74550	218	*	I
MKY0948	8663090952	25/03/2015	74550	218	*	I
MKZ3319	8663098146	27/04/2015	74550	218	*	I
MKZ3469	8663089913	21/03/2015	74550	218	*	I
MKZ6338	8663089347	19/03/2015	60503	208		
MLA4634	8663089323	19/03/2015	74550	218	*	I
MLA4701	8663097845	26/04/2015	74550	218	*	I
MLA5598	8663093864	07/04/2015	74550	218	*	I

MLA5817	8663097709	26/04/2015	74550	218	*	I
MLC7165	8663092263	30/03/2015	74630	218	*	II
MLD4811	8663098713	25/04/2015	74550	218	*	I
MLD8494	8663089521	20/03/2015	74550	218	*	I
MLE9015	8663089852	21/03/2015	74550	218	*	I
MLE9015	8663089755	21/03/2015	74550	218	*	I
MLF6423	8663098002	28/04/2015	74550	218	*	I
MLF6423	8663096621	19/04/2015	74550	218	*	I
MLF6945	8663094062	06/04/2015	74550	218	*	I
MLF7951	8663097445	23/04/2015	74550	218	*	I
MLG2727	8663092133	30/03/2015	74550	218	*	I
MLG7740	8663089364	19/03/2015	60503	208		
MLI8370	8663090746	24/03/2015	74630	218	*	II
MLJ3023	8663097648	24/04/2015	74550	218	*	I
MLM0590	8663096785	19/04/2015	74550	218	*	I
MLM6049	8663091204	27/03/2015	74550	218	*	I
MLN1010	8663091834	29/03/2015	74550	218	*	I
MLN1409	8663097929	26/04/2015	74550	218	*	I
MLN3847	54042853N	24/04/2015	50020	257	8\$	
MLN4109	8663090918	25/03/2015	74550	218	*	I
MLP0833	8663092755	02/04/2015	74550	218	*	I
MLP6085	8663089625	19/03/2015	74550	218	*	I
MLP8247	8663092650	02/04/2015	60503	208		
MLQ1274	8663090223	22/03/2015	74550	218	*	I
MLR8261	8663096792	19/04/2015	74550	218	*	I
MLR8809	8663090124	22/03/2015	74630	218	*	II
MLT4294	8663098194	27/04/2015	56732	183		
MLT9247	8663098699	25/04/2015	74630	218	*	II
MLT9247	8663098305	29/04/2015	74550	218	*	I
MLT9247	8663097550	24/04/2015	74630	218	*	II
MLU6816	8663093242	04/04/2015	60503	208		
MLU7127	8663097839	26/04/2015	74630	218	*	II
MLV8297	8663097480	23/04/2015	74550	218	*	I
MLX0008	8663090252	22/03/2015	74550	218	*	I
MLX1328	8663092647	02/04/2015	74550	218	*	I
MLY8795	54041660N	17/04/2015	50020	257	8\$	
MLZ3015	8663097848	26/04/2015	74550	218	*	I
MLZ4435	54047315N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MMA9530	54047327N	19/05/2015	50020	257	8\$	
MMB7527	8663092117	30/03/2015	60503	208		
MMC9032	8663098537	30/04/2015	60503	208		
MMH7276	8663092521	01/04/2015	74630	218	*	II
MMI1960	8663090077	22/03/2015	60503	208		
MMI1960	8663089870	21/03/2015	74550	218	*	I
MMI6758	8663093463	04/04/2015	74630	218	*	II
MMK4739	8663091121	26/03/2015	74550	218	*	I
MMM4007	8663097290	22/04/2015	60503	208		
MVK5888	8663098825	25/04/2015	74630	218	*	II
MZW6070	8663089572	20/03/2015	74550	218	*	I
OKE3134	8663091928	31/03/2015	74550	218	*	I
OPZ5926	8663096533	18/04/2015	74550	218	*	I
QHB4941	8663098794	25/04/2015	74550	218	*	I
QHB4997	8663091197	26/03/2015	74550	218	*	I
QHC2078	8663094076	06/04/2015	74550	218	*	I
QHC7190	8663092483	01/04/2015	74550	218	*	I
QHD2822	8663098832	25/04/2015	74550	218	*	I
QHD8517	8663092979	03/04/2015	74630	218	*	II
QHH6121	8663097211	20/04/2015	74550	218	*	I
QIZ0600	8663090246	22/03/2015	74550	218	*	I
QJB0510	8663096395	18/04/2015	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DIEGO SILVA DE OLIVEIRA
DIRETOR DE TRANSITO

LAGUNA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1897/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1897/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DHK6814	55098241E	13/02/2015	69120	232	53.20
LXU0305	55884039E	16/02/2015	64080	221	85.12
MAM1841	55884201E	07/03/2015	65992	230 * V	191.53
MDV1195	55883549E	17/02/2015	65992	230 * V	191.53
MDV1195	55883545E	17/02/2015	69120	232	53.20
MDX9186	55884255E	28/02/2015	50100	162 * I	574.61
MDX9186	55098243E	23/02/2015	50100	162 * I	574.61
MFZ0041	55883466E	09/03/2015	65992	230 * V	191.53
MFZ0041	55883468E	09/03/2015	66372	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOSE DAVID MACHADO
DELEGADO POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1898/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1898/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCC2853	54256583F	13/02/2015	51851	167	127.69
MCO7116	54661049C	24/02/2015	60760	210	191.53
MFT9879	55884253E	24/01/2015	53800	181 * I	85.12
MFU4073	54256589F	03/03/2015	73662	252 * VI	85.12
MKS7087	54725145E	27/11/2014	57970	191	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOCEMAR OTAVIO LAUREANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1895/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1895/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGM0803	54254882F	06/05/2015	65480	229
LTV2749	55884511E	07/05/2015	69120	232
LWR0754	55884508E	02/05/2015	51691	165
LWR0754	55884509E	02/05/2015	65800	230 * IV
LXB2649	54764140E	27/04/2015	50100	162 * I
LXB2649	54764141E	27/04/2015	65992	230 * V
LXB2649	54764142E	27/04/2015	67261	230 * XVIII
LZC5484	55884629E	09/05/2015	69120	232
MAS4953	54764041E	25/04/2015	73400	252 * IV
MDH6827	55884211E	20/04/2015	65992	230 * V
MDR6458	54764047E	01/05/2015	50100	162 * I
MFG0920	54764137E	24/04/2015	65992	230 * V
MFG0920	54764139E	24/04/2015	73400	252 * IV
MFY8392	54725923E	09/05/2015	52741	175
MFY8392	54725924E	09/05/2015	66371	230 * IX
MFY8392	54725922E	09/05/2015	65992	230 * V
MIV5012	55885667E	30/04/2015	65992	230 * V
MYH8773	54764126E	18/04/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOSE DAVID MACHADO
DELEGADO POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1896/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 1896/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGV6333	54255077F	15/05/2015	58780	199
CAN7420	55884510E	02/05/2015	55411	181 * XVII
EAE6626	55884218E	02/05/2015	55411	181 * XVII
KLP1849	54254897F	09/05/2015	55412	181 * XVII
LXI7221	54254876F	30/04/2015	51851	167
MFG0920	54764138E	24/04/2015	58350	195
MFx8392	54725927E	09/05/2015	70561	244 * III
MFx8392	54725926E	09/05/2015	52151	170
MFx8392	54725925E	09/05/2015	58350	195
MHS1281	54254866F	06/05/2015	55500	181 * XVIII
MLB2813	54254857F	06/05/2015	55412	181 * XVII
MLD0742	54256459F	06/05/2015	55412	181 * XVII
MLZ4535	54254878F	06/05/2015	60175	206 * III
QHJ7582	54457666E	08/05/2015	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOCEMAR OTAVIO LAUREANO
DIRETOR DE TRANSITO

LAURO MULLER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 898/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 898/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD7251	55106755E	22/03/2015	64830	227 * I	53.20
MDD7251	55106756E	22/03/2015	52151	170	191.53
MHB8507	55107346E	31/01/2015	59670	203 * V	957.69

MHV0005 55106967E 07/03/2015 67691 230 * XXII 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 897/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 897/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DDO6807	55107510E	20/04/2015	66102	230 * VII
IDB3096	55107513E	20/04/2015	55411	181 * XVII
LXM9019	55107494E	18/04/2015	69120	232
LXM9019	55107493E	18/04/2015	70301	244 * I
LXM9019	55107492E	18/04/2015	65992	230 * V
MAT9548	55106798E	17/04/2015	50100	162 * I
MAU6687	55107495E	21/04/2015	65561	230 * I
MAU6687	55107496E	21/04/2015	50100	162 * I
MAU6687	55107497E	21/04/2015	70561	244 * III
MBZ9347	55107514E	20/04/2015	69120	232
MDI1217	55107498E	21/04/2015	66372	230 * IX
MDL8256	55107421E	21/04/2015	67692	230 * XXII
MEM1568	55107519E	23/04/2015	58350	195
MEP1031	55107419E	19/04/2015	67691	230 * XXII
MEP1031	55107418E	19/04/2015	69120	232
MEP9314	55107423E	24/04/2015	67691	230 * XXII
MEY1625	55107422E	21/04/2015	50100	162 * I
MFZ1660	55107427E	27/04/2015	66102	230 * VII
MIK0632	55106884E	19/04/2015	51851	167
MKY3918	55107426E	27/04/2015	50100	162 * I

MLD6791 55107511E 20/04/2015 55250 181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

IVALDO GREGORIO INACIO
DELEGADO DE POLICIA

LEBON REGIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 469/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8526 469/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BRJ9089	55881105E	21/02/2015	65992	230 * V	191.53
BRJ9089	55881106E	21/02/2015	50100	162 * I	574.61
COD5517	55881122E	24/02/2015	65992	230 * V	191.53
LXG1600	55881097E	07/01/2015	65992	230 * V	191.53
LZZ7728	55881119E	21/02/2015	65992	230 * V	191.53
MAO4829	55881121E	21/02/2015	66372	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

LEOBERTO LEAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 196/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8516 196/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKT0416	54575299C	17/04/2015	65992	230 * V
MKT0416	54575300C	17/04/2015	67261	230 * XVIII
MKT0416	54575301C	17/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

LINDÓIA DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 335/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 335/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATM0573	54602835E	25/04/2015	53800	181 * I
DDM0092	54602846E	26/04/2015	54522	181 * VIII
LYD3018	54602693E	27/04/2015	51851	167
MEH2525	54602836E	26/04/2015	66102	230 * VII
MHK4975	54602843E	25/04/2015	55500	181 * XVIII
MJT7757	54602845E	26/04/2015	54522	181 * VIII
QHA8407	54602866E	14/05/2015	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE
DELEGADO DE POLICIA

MAFRA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1184/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1184/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ASX0554	54973344E	09/03/2015	50450	162 * V	191.53
CHS9349	54973349E	15/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYQ2967	55837461E	15/03/2015	50100	162 * I	574.61
MBH3105	55836657E	29/01/2015	66102	230 * VII	127.69
MEJ8349	55835831E	14/03/2015	66372	230 * IX	127.69
MHU1815	55836938E	13/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RAFFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1182/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1182/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKJ1902	55838108E	11/05/2015	69120	232
CRA8160	55838110E	11/05/2015	50450	162 * V
CRA8160	55838109E	11/05/2015	50960	163 c/c 162 * V
KMO2043	54971976E	15/05/2015	65992	230 * V
LWV7032	55837467E	17/04/2015	50450	162 * V
LYQ2950	54971461E	08/05/2015	50100	162 * I
MAN9170	54973149E	16/05/2015	65992	230 * V
MDN6555	55837468E	21/04/2015	65992	230 * V
MDN6555	55837469E	21/04/2015	69120	232
MDQ6757	55837510E	16/04/2015	66102	230 * VII
MFJ4862	55837856E	16/04/2015	69120	232
MLM0359	55837004E	09/05/2015	51691	165
MMK8662	55837633E	17/04/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

MAFRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RAFFAELLO ROSS
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1183/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1183/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANG0277	55837776E	15/04/2015	73662	252 * VI

BRK3241	55837790E	27/04/2015	60412	207
CES4762	55837474E	08/05/2015	58350	195
MMK8662	55837632E	17/04/2015	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUZIA MARIA SEIDEL
AUTORIDADE DE TRANSITO

MARACAJÁ

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 590/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 590/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAL1974	55021567E	21/03/2015	65992	230 * V	191.53
MDT0981	55021496E	29/01/2015	65992	230 * V	191.53
MDT0981	55021497E	29/01/2015	70561	244 * III	191.53
MDT0981	55021498E	29/01/2015	58350	195	127.69
MFD7632	55021573E	23/03/2015	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ WANDERLEI SALLA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 589/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 589/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JPO9679	55021532E	10/05/2015	55250	181 * XV
MEG8204	55021502E	23/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MEG8204	55021503E	23/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ WANDERLEI SALLA
DELEGADO DE POLICIA

MARAVILHA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1441/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1441/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAK5917	55861294D	06/02/2015	50100	162 * I	574.61
MAK5917	55861296D	06/02/2015	65992	230 * V	191.53
MDI6487	55861417D	25/12/2014	50100	162 * I	574.61
MEI0650	55861367D	17/02/2015	50100	162 * I	574.61
MHG8371	55861971D	08/03/2015	50100	162 * I	574.61
NAG2538	55861908D	26/02/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1442/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1442/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARM8997	55861099D	20/01/2015	51851	167	127.69
LZJ3057	55861892D	29/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
MAK5917	55861295D	06/02/2015	60501	208	191.53
MAK5917	55861297D	06/02/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MHT1197	55861970D	27/02/2015	55414	181 * XVII	53.20
MIL2370	55861885D	29/01/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8672 963/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - ELETRONICO - 2

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8672 963/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGZ5604	54034952N	13/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MHA2393	54023838N	28/01/2015	50020	257 8\$	85.12
MLG2913	54034953N	13/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MLG2913	54034956N	13/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MLU0070	54034960N	13/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MMF7437	54034959N	13/03/2015	50020	257 8\$	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1440/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1440/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJL7301	55870658D	25/04/2015	58780	199
ISM0014	55862062D	14/04/2015	51852	167
MEE4998	55870763D	13/05/2015	55411	181 * XVII
MGS2842	55870656D	23/04/2015	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VALDEMIR ANDRETTA
AUTORIDADE DE TRANSITO

MAREMA**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8308 256/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8308 256/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JTP7703	55890801D	10/05/2015	66532	230 * XI
JTP7703	55890802D	10/05/2015	66372	230 * IX
MFY6338	55890785D	19/04/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAREMA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

OLIVIA MORETTO CANDIDO SOUZA
DELEGADA DE POLICIA

MASSARANDUBA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 735/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 735/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CKM6315	54711222E	07/03/2015	66020	230 * VI	191.53
CKM6315	54711221E	07/03/2015	51930	168	191.53
MAI5436	54710138E	09/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCO4114	54711125E	13/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCO4114	54710100E	13/03/2015	50100	162 * I	574.61
MEE7543	54711228E	11/03/2015	51852	167	127.69
MGO7212	54711179E	15/03/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 734/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 734/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BNI8781	54711139E	11/04/2015	65992	230 * V
MAB5049	54711285E	22/04/2015	50100	162 * I
MAB5049	54711286E	22/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAB5049	54711288E	22/04/2015	60501	208
MAT5767	54711192E	24/04/2015	51851	167
MCK1163	54711090E	25/04/2015	65561	230 * I
MCK1163	54711089E	25/04/2015	50100	162 * I

MEE5746	54711289E	23/04/2015	51851	167
MHL2454	54711045E	10/04/2015	55413	181 * XVII
MLH3460	54711419E	16/04/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

MODELO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 361/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8434 361/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE7322	55829194D	17/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RONALDO NECKENL MORETO
DELEGADO DE POLICIA

MORRO DA FUMAÇA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 896/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 896/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BYC3714	55506773E	02/02/2015	51851	167	127.69
LOD9788	55506593E	22/01/2015	51851	167	127.69
MIN3979	55506780E	05/02/2015	51851	167	127.69
MKK3723	55506778E	05/02/2015	65992	230 * V	191.53
MKU2594	55506763E	28/01/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 895/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 895/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGW8706	55506344E	28/04/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADO DE POLICIA

NAVEGANTES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1710/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1710/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DXH3023	55937427E	28/02/2015	65992	230 * V	191.53
IDZ3028	55937976E	24/03/2015	73400	252 * IV	85.12
IKA9366	55937467E	22/01/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LXB1783	54684498E	16/01/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LZU5804	55584306C	14/10/2014	66371	230 * IX	127.69
MDC3327	55938973E	21/02/2015	65561	230 * I	191.53
MDC3327	55938974E	21/02/2015	50100	162 * I	574.61
MDC3327	55938976E	21/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDJ2374	55940053E	06/03/2015	50100	162 * I	574.61
MDJ2374	55940054E	06/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDJ2374	55940055E	06/03/2015	65992	230 * V	191.53
MDN3726	55940102E	06/03/2015	50100	162 * I	574.61
MDN3726	55940103E	06/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDN3726	55940104E	06/03/2015	65992	230 * V	191.53

MDQ0831	55576461C	25/08/2014	51420	164	c/c 162 * V	191.53
MDT5489	55937480E	12/03/2015	65992	230	* V	191.53
MEW3736	55937932E	03/02/2015	69120	232		53.20
MEZ0575	55584443C	20/09/2014	50450	162	* V	191.53
MFC7160	55940438E	17/03/2015	65561	230	* I	191.53
MFC7160	55940437E	17/03/2015	65992	230	* V	191.53
MFJ3980	54992224E	12/09/2014	50100	162	* I	574.61
MFR0658	55938929E	21/02/2015	65561	230	* I	191.53
MHQ3332	55940420E	13/03/2015	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MIO5056	55579003C	06/11/2014	65992	230	* V	191.53
MJO1292	55582436C	30/03/2015	65992	230	* V	191.53
MKD5669	54992715E	26/02/2014	50371	162	* III	574.61
MKF3938	55579201C	25/09/2014	50100	162	* I	574.61
MKP0529	55940117E	13/03/2015	66102	230	* VII	127.69
MKX4096	55582569C	29/08/2014	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MLP7226	55582599C	20/09/2014	69120	232		53.20
MLQ4952	55578747C	20/02/2015	73400	252	* IV	85.12
MLT0426	55584402C	09/09/2014	65992	230	* V	191.53
MLV0937	55584432C	13/09/2014	50100	162	* I	574.61
MLV0937	55584431C	13/09/2014	51180	164	c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1711/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1711/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALX0997	55579892C	12/02/2015	51851	167	127.69
ATH3715	55937405E	12/02/2015	51852	167	127.69
CYR2903	55578942C	22/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
DZW1521	55579046C	02/04/2015	55411	181 * XVII	53.20

GUP7934	55578771C	26/03/2015	55411	181	*	XVII	53.20
LZW2269	55579727C	06/10/2014	51851	167			127.69
MAO7899	55578044C	20/10/2014	55413	181	*	XVII	53.20
MBL0431	55936291E	31/01/2015	51851	167			127.69
MDF9907	55939852E	28/01/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MDS8465	55583618C	17/10/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MEF4634	55578334C	11/03/2015	73662	252	*	VI	85.12
MEW6058	55582084C	22/09/2014	60411	207			127.69
MFR0658	55940447E	15/03/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MFY6755	55579599C	01/03/2015	55680	181	*	XIX	127.69
MFZ9777	55578350C	18/03/2015	55413	181	*	XVII	53.20
MGM6399	55578750C	23/02/2015	60411	207			127.69
MGP6765	55938899E	24/02/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MHF0973	55579696C	01/10/2014	51851	167			127.69
MHJ2381	55940445E	17/03/2015	60412	207			127.69
MHY6339	55583646C	29/12/2014	61300	214	*	II	191.53
MJD8181	55578905C	19/01/2015	60411	207			127.69
MJM6281	55579362C	28/08/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MKR4361	55578717C	19/02/2015	60412	207			127.69
MLH3961	55579044C	02/04/2015	55411	181	*	XVII	53.20
OKF7106	55578757C	25/03/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
OKH8867	55573933C	26/02/2015	54526	181	*	VIII	127.69
OPW2427	55579580C	25/02/2015	55680	181	*	XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO
SUPERINTENDENTE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1708/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1708/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABH9070	55938460E	24/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
ABH9070	55938458E	24/04/2015	50100	162 * I
ABH9070	55938459E	24/04/2015	65992	230 * V
AEP2690	55938358E	11/05/2015	73400	252 * IV
AGN9951	55936906E	13/05/2015	65992	230 * V
COP2411	55938383E	15/05/2015	64080	221
FOX2570	55937492E	16/05/2015	51691	165
ICM4085	55579521C	18/05/2015	65992	230 * V
IKA9366	55936516E	17/05/2015	50100	162 * I
JPJ6309	55936002E	06/05/2015	69120	232
LCW9926	55938387E	15/05/2015	50450	162 * V
LCW9926	55938386E	15/05/2015	65992	230 * V
LNO2802	55940558E	16/04/2015	67691	230 * XXII
LNO2802	55940556E	16/04/2015	50100	162 * I
LNO2802	55940557E	16/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAV4853	55936903E	13/05/2015	69120	232
MAV4853	55936902E	13/05/2015	51420	164 c/c 162 * V
MAV4853	55936901E	13/05/2015	50450	162 * V
MBF6755	55938403E	13/04/2015	69120	232
MBP6141	55938375E	13/05/2015	64080	221
MBP6141	55938374E	13/05/2015	65992	230 * V
MBS4277	55938489E	08/05/2015	51420	164 c/c 162 * V
MCF0014	55936088E	19/05/2015	65992	230 * V
MCH4027	55936028E	11/05/2015	65992	230 * V
MCN1961	55582948C	17/05/2015	50100	162 * I
MCN1961	55582949C	17/05/2015	65992	230 * V
MCN1961	55582950C	17/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCX6878	55940265E	18/04/2015	67261	230 * XVIII
MCX6878	55940267E	18/04/2015	50450	162 * V
MCX6878	55940266E	18/04/2015	50100	162 * I
MEB8718	55936935E	15/05/2015	51341	164 c/c 162 * III
MEB8718	55936934E	15/05/2015	50371	162 * III
MEB8718	55936933E	15/05/2015	69120	232
MEB8718	55936932E	15/05/2015	50450	162 * V
MEQ6422	55936907E	13/05/2015	50100	162 * I
MFH0058	55936938E	15/05/2015	65992	230 * V
MHQ1897	55580060C	04/05/2015	73400	252 * IV
MHV7339	55936614E	10/04/2015	65992	230 * V
MHY5347	55933901E	17/05/2015	50291	162 * II
MIY1779	55938390E	15/05/2015	69120	232
MJL0641	55939778E	13/04/2015	69120	232
MOF7667	55938363E	11/05/2015	65992	230 * V
NCH7407	55938399E	15/05/2015	73400	252 * IV
OKF0711	55938451E	17/04/2015	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1709/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRA - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 1709/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEF2690	55938357E	11/05/2015	51851	167
AKH9648	55936763E	12/05/2015	51851	167
ASF3909	55578851C	24/04/2015	54521	181 * VIII
DTW9509	55936733E	20/05/2015	53800	181 * I
ELO2774	55938379E	13/05/2015	55411	181 * XVII
EVS9420	55578589C	18/04/2015	51851	167
IIK6772	55578560C	09/04/2015	54521	181 * VIII
INS0700	55580100C	15/05/2015	60412	207
IQR9115	55578352C	05/05/2015	55500	181 * XVIII
IWA1000	55939803E	28/04/2015	55680	181 * XIX
MBC0414	55936756E	12/05/2015	55680	181 * XIX
MBE0431	55580063C	08/05/2015	54600	181 * IX
MDW4522	55580082C	15/05/2015	60412	207
MEH6663	55580062C	04/05/2015	60412	207
MFB0504	55580088C	15/05/2015	60412	207
MFK8705	55580086C	15/05/2015	51851	167
MFU1733	55940254E	13/04/2015	57200	186 * I
MHC9850	55580065C	08/05/2015	53800	181 * I
MHJ6136	55582468C	14/04/2015	55416	181 * XVII
MHN1276	55578869C	29/04/2015	60412	207
MHN8183	55936853E	12/05/2015	60411	207
MHO5742	55936783E	18/05/2015	73662	252 * VI
MHR6041	55936713E	18/05/2015	55415	181 * XVII
MHY5347	55933902E	17/05/2015	57380	186 * II
MIB9269	55580077C	11/05/2015	60412	207
MIX4919	55936754E	12/05/2015	51851	167
MIY8330	55938377E	13/05/2015	55411	181 * XVII
MJL7972	55578865C	29/04/2015	60412	207
MJQ3180	55936866E	18/05/2015	73662	252 * VI
MKE0011	55936712E	18/05/2015	51851	167
MKR1818	55936867E	18/05/2015	55411	181 * XVII
MLR2847	55580057C	04/05/2015	51851	167
MLU5256	55936855E	12/05/2015	55411	181 * XVII
MMI9742	55580091C	15/05/2015	60412	207
NKT8408	54994709E	09/05/2015	54600	181 * IX
NRP8621	55936760E	12/05/2015	55680	181 * XIX
NYF0992	55936721E	20/05/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOAB BEZERRA DUARTE FILHO
SUPERINTENDENTE

NOVA TRENT

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 935/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 935/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKL6413	54143990F	10/03/2015	51852	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENT/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 934/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 934/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAT8822	54277724F	10/05/2015	55680	181 * XIX
MHP0114	54276905F	12/04/2015	55680	181 * XIX
MJM1691	54144242F	19/04/2015	55680	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI
DELEGADO DE POLICIA

ORLEANS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1219/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1219/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWU9380	54159854F	06/01/2015	65992	230 * V	191.53
LZG9767	55034140E	15/01/2015	50100	162 * I	574.61
LZG9767	55034141E	15/01/2015	65992	230 * V	191.53
MAG6779	55035086E	13/01/2015	50450	162 * V	191.53
MBI5117	54163577F	04/01/2015	50100	162 * I	574.61
MBZ9053	54162906F	01/02/2015	66531	230 * XI	127.69
MDI3961	54162939F	17/02/2015	66020	230 * VI	191.53
MEL6814	55034142E	18/01/2015	75790	277	1915.38
MIF0079	00162055F	14/03/2015	66531	230 * XI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1220/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1220/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYS6153	54159878F	15/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
MBA4151	54160357F	21/02/2015	51851	167	127.69
MBG4714	55035091E	16/01/2015	51851	167	127.69
MDI3961	54162938F	17/02/2015	58197	193	574.61
MDI3961	54162940F	17/02/2015	73150	252 * I	85.12
MDI3961	54162941F	17/02/2015	57890	190	127.69
MDX5053	55036227E	05/12/2014	61220	214 * I	191.53
MEW0701	54159865F	12/01/2015	57200	186 * I	127.69
MHD6012	54159877F	15/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
MIF0079	00162054F	14/03/2015	59670	203 * V	957.69
MI15969	54159880F	15/01/2015	55411	181 * XVII	53.20

MJA4897	55034134E	15/01/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MJL9286	54162908F	02/02/2015	54522	181	*	VIII	127.69
MKF7481	54163597F	13/01/2015	51851	167			127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1217/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1217/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOH2074	54163066F	21/04/2015	50100	162 * I
LXB5440	54160719F	27/04/2015	66102	230 * VII
LXG9416	54163061F	17/04/2015	65992	230 * V
LZU3525	54164085F	19/04/2015	50100	162 * I
MAV9404	54160721F	27/04/2015	66531	230 * XI
MBQ2638	54164310F	15/05/2015	65992	230 * V
MDJ1786	54163093F	13/05/2015	65992	230 * V
MDJ1786	54163092F	13/05/2015	50100	162 * I
MIB5105	54160720F	27/04/2015	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

BRUNO SINIBALDI
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1218/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1218/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LOC5934	54163839F	09/05/2015	54870	181 * XI
LZS3967	54161822F	14/05/2015	55415	181 * XVII
LZU5084	54163067F	21/04/2015	73662	252 * VI
MBJ2898	54041904N	17/04/2015	50020	257 8S
MCJ1546	54160502F	11/05/2015	52070	169
MEU5183	54163063F	21/04/2015	52070	169
MEV0082	54164424F	08/05/2015	53800	181 * I
MFB3483	54160049F	16/04/2015	54522	181 * VIII
MFN4532	54159941F	12/05/2015	54870	181 * XI
MIF0715	54163109F	18/04/2015	53800	181 * I
MIM5260	54164073F	10/04/2015	51851	167
MIW7585	54160499F	19/05/2015	55411	181 * XVII
MIW7585	54160497F	19/05/2015	55411	181 * XVII
MKA0790	54164440F	14/05/2015	51852	167
MKZ9018	54162049F	11/05/2015	51851	167
OKG6479	54161820F	14/05/2015	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VALVIRIO ROSSETI
SUPERVISOR

OURO VERDE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 164/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 164/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHI5691	54518694C	15/04/2015	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO VERDE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

Maiko Frank Vivi
DELEGADO DE POLICIA

PALHOÇA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1979/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1979/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTES DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGX2562	54869381E	10/02/2015	69120	232	53.20
AGX2562	54869380E	10/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AGX2562	54869379E	10/02/2015	50100	162 * I	574.61
AGX2562	54869378E	10/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AGX2562	54869377E	10/02/2015	65992	230 * V	191.53
AJR5412	54870306E	05/03/2015	50450	162 * V	191.53
AOD7326	54869373E	21/02/2015	65992	230 * V	191.53
AXF1200	54871383E	25/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AXF1200	54871575E	25/03/2015	65992	230 * V	191.53
BWL6660	54866089E	27/03/2015	50100	162 * I	574.61
BWL6660	54866090E	27/03/2015	65992	230 * V	191.53
BWL6660	54866091E	27/03/2015	66371	230 * IX	127.69
BWL6660	54866092E	27/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CVB8850	54863799E	31/03/2015	67000	230 * XVI	127.69
CWH0098	54869343E	30/03/2015	65992	230 * V	191.53
DJF9534	54866650E	03/02/2015	64080	221	85.12
DJF9534	54866649E	03/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
DJF9534	54866648E	03/02/2015	50100	162 * I	574.61
HFP8862	54866080E	03/03/2015	69120	232	53.20
HFP8862	54866081E	03/03/2015	66372	230 * IX	127.69
HNA9897	54865890E	17/03/2015	66102	230 * VII	127.69
IHD4194	54870276E	06/03/2015	50100	162 * I	574.61
IHD4194	54870277E	06/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
INQ0645	54870444E	09/03/2015	73400	252 * IV	85.12
INQ0645	54870442E	09/03/2015	64080	221	85.12
INQ0645	54870441E	09/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
INQ0645	54870439E	09/03/2015	65992	230 * V	191.53
LWS0356	54871652E	31/03/2015	50100	162 * I	574.61
LWS0356	54871653E	31/03/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LWS0356	54871654E	31/03/2015	65992	230 * V	191.53
LWT9202	54871333E	19/03/2015	65992	230 * V	191.53
LWT9202	54871338E	19/03/2015	66372	230 * IX	127.69
LYB8533	54871205E	20/03/2015	64080	221	85.12
LYE4050	54867780E	08/03/2015	65992	230 * V	191.53
LYE4050	54867782E	08/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LYI3431	54869192E	06/03/2015	65992	230 * V	191.53
LYN4080	54868815E	05/03/2015	65992	230 * V	191.53
LYN4080	54868814E	05/03/2015	69120	232	53.20
LYO5251	54869335E	07/03/2015	50100	162 * I	574.61
LYX8406	54868514E	28/02/2015	65992	230 * V	191.53
LZJ6113	54870165E	06/03/2015	50100	162 * I	574.61

MAL3085	54870163E	06/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MAR6378	54870104E	03/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MAZ2712	54869720E	03/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MBM1881	54869998E	02/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MCP8798	54868009E	29/01/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MCY6013	54865262E	25/12/2014	50100	162	*	I	574.61
MDQ8141	54866903E	21/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MDQ8141	54866904E	21/01/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MDQ8141	54866905E	21/01/2015	69120	232			53.20
MDQ8141	54868492E	21/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MDY2921	54871566E	25/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MDY2921	54871567E	25/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MDY2921	54871568E	25/03/2015	64080	221			85.12
MEI0936	54867404E	08/01/2015	66371	230	*	IX	127.69
MEK1907	54871308E	19/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEK1907	54871327E	19/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MET6435	54869167E	02/03/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MFG0018	54864322E	26/12/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MFL7464	54870569E	27/03/2015	51420	164	c/c	162 * V	191.53
MFL7464	54870568E	27/03/2015	69120	232			53.20
MFL7464	54870570E	27/03/2015	50450	162	*	V	191.53
MFW2042	54866894E	29/01/2015	69120	232			53.20
MFY0718	54866640E	14/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MFY0718	54866642E	14/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MFY2295	54870388E	10/03/2015	66102	230	*	VII	127.69
MHH0491	54870385E	10/03/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MHP3234	54866683E	29/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MHR0750	54867884E	28/03/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MHR0750	54867885E	28/03/2015	66102	230	*	VII	127.69
MHS1483	54868021E	31/01/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MII6670	54870741E	11/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MIM4313	54871310E	21/03/2015	69120	232			53.20
MIQ5764	54865102E	13/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MJX7887	54869707E	03/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MJY6936	54871627E	28/03/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MJY6936	54871626E	28/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MJY6936	54870575E	28/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MKE9579	54867945E	21/01/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MKE9579	54867944E	24/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MKS1873	54869127E	02/02/2015	73400	252	*	IV	85.12
MMC8847	54867095E	06/02/2015	73400	252	*	IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1980/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1980/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFB5995	54868234E	19/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
APT7128	54866675E	19/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
AWI4188	54868407E	22/01/2015	55415	181 * XVII	53.20
CEZ5213	54868233E	18/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
CLB9115	54867761E	14/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
IIW5206	54866233E	31/12/2014	55680	181 * XIX	127.69
ILP6218	54868071E	20/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
IQE6564	54866127E	14/12/2014	55760	182 * I	85.12
ISN1867	54866299E	11/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
ITW8616	54866942E	03/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LYO5251	54869337E	07/03/2015	58350	195	127.69
LYX6316	54869340E	25/03/2015	58350	195	127.69
MBE3266	54871076E	17/03/2015	70640	244 * IV	191.53
MDB5103	54868388E	27/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
MGA9226	54867062E	23/01/2015	51851	167	127.69
MGJ6616	54869647E	05/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
MHR0750	54867886E	28/03/2015	52152	170	191.53
MHW5714	54867367E	03/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
MHZ4876	54868482E	21/01/2015	51930	168	191.53
MIF7969	54867825E	27/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MIL8980	54868394E	04/02/2015	55680	181 * XIX	127.69
MIU2025	54862050E	05/03/2015	58350	195	127.69
MJW1900	54869239E	17/02/2015	55680	181 * XIX	127.69
MJX5181	54866283E	03/01/2015	54600	181 * IX	85.12
MLB5546	54869952E	01/03/2015	55680	181 * XIX	127.69
MLQ5582	54868382E	24/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
MLU5244	54867589E	06/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MLZ1645	54863823E	21/03/2015	55413	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LEONEL JOSE PEREIRA

AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8742 690/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - ELETRONICO - 2823

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8742 690/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABP6541	8742215003	14/02/2015	60503	208	191.53
ADR6043	8742215206	18/02/2015	74550	218 * I	85.12
AEC8092	8742211579	16/01/2015	74550	218 * I	85.12
AE2700	8742208519	30/12/2014	74550	218 * I	85.12
AEM3320	8742211845	17/01/2015	74550	218 * I	85.12
AGK6024	54033798N	10/03/2015	50020	257 8S	85.12
AIO5805	8742140747	04/12/2013	60503	208	191.53
AJD0373	8742210703	10/01/2015	74630	218 * II	127.69
AKR2004	8742216162	27/02/2015	60503	208	191.53
ALB1173	8742210060	04/01/2015	74550	218 * I	85.12
AMD2425	8742215700	23/02/2015	60503	208	191.53
ANC6369	8742216752	04/03/2015	60503	208	191.53
APA0218	8742215543	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
ARP7637	54037326N	30/03/2015	50020	257 8S	85.12
ARY8117	8742178726	20/06/2014	74550	218 * I	85.12
ATO7174	8742209694	05/01/2015	74550	218 * I	85.12
BMB7073	8742209410	05/01/2015	74550	218 * I	85.12
BTK0976	8742180109	04/07/2014	74550	218 * I	85.12
CAZ8121	8742214051	08/02/2015	74630	218 * II	127.69
CMH1927	8742213727	06/02/2015	74550	218 * I	85.12
COL2540	8742215682	21/02/2015	60503	208	191.53
COZ1509	8742209617	06/01/2015	74550	218 * I	85.12
CQV9203	8742215042	18/02/2015	74550	218 * I	85.12
CZZ9527	8742210341	11/01/2015	74550	218 * I	85.12
DDO8824	8742209881	07/01/2015	74550	218 * I	85.12
DDO8824	8742210606	10/01/2015	74550	218 * I	85.12
DFE2132	8742211160	12/01/2015	74550	218 * I	85.12
DGO8499	8742194789	09/10/2014	74550	218 * I	85.12
DGV4749	8742210016	04/01/2015	56732	183	85.12
DMK6364	8742211759	18/01/2015	60503	208	191.53
EDR0184	8742216117	01/03/2015	74550	218 * I	85.12
EDR0184	8742215896	01/03/2015	74550	218 * I	85.12
FZD7070	8742209763	04/01/2015	60503	208	191.53
HEB6003	8742208892	02/01/2015	74550	218 * I	85.12
HFB7873	8742210458	10/01/2015	74550	218 * I	85.12
HHJ7510	8742216263	25/02/2015	60503	208	191.53
HMZ4086	8742209917	06/01/2015	74550	218 * I	85.12
IEF0185	8742215650	23/02/2015	74550	218 * I	85.12
IEF0654	8742215663	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
IEG9200	8742215562	21/02/2015	74550	218 * I	85.12

IEV5641	8742183428	27/07/2014	74550	218	*	I	85.12
IIL6286	8742214988	15/02/2015	74550	218	*	I	85.12
IKT3723	8742217328	15/03/2015	74550	218	*	I	85.12
IKW6248	8742210690	11/01/2015	74550	218	*	I	85.12
IOR9651	8742208362	30/12/2014	74550	218	*	I	85.12
IRZ8449	8742210025	05/01/2015	74550	218	*	I	85.12
ITD3169	8742208860	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
IVW8078	8742194736	10/10/2014	60503	208			191.53
JAR1286	8742215286	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
JLO2822	8742206986	20/12/2014	74550	218	*	I	85.12
JPK8840	8742208893	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
JTU0536	8742211432	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
KFM5516	8742209976	04/01/2015	60503	208			191.53
KUT1252	8742208821	03/01/2015	74550	218	*	I	85.12
KUT1252	8742208835	03/01/2015	74630	218	*	II	127.69
KWP2545	8742213545	31/01/2015	60503	208			191.53
LOJ7188	8742211377	18/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LWR0263	8742217583	13/03/2015	60503	208			191.53
LWW6272	8742206316	18/12/2014	74550	218	*	I	85.12
LXA1232	8742141988	10/12/2013	74710	218	*	III	574.61
LXB4143	8742209248	03/01/2015	60503	208			191.53
LXD5807	8742203904	30/11/2014	74550	218	*	I	85.12
LXL4186	8742214809	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
LXU4160	8742215518	23/02/2015	74710	218	*	III	574.61
LXU4556	8742210049	06/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LXY5991	8742214468	11/02/2015	60503	208			191.53
LYA7385	8742209147	03/01/2015	60503	208			191.53
LYR8843	8742214936	15/02/2015	60503	208			191.53
LYR9472	54033835N	10/03/2015	50020	257	8\$		85.12
LYV7827	8742211869	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LYY5429	8742209797	07/01/2015	60503	208			191.53
LZD1050	8742208719	30/12/2014	60503	208			191.53
LZQ9090	8742214975	14/02/2015	60503	208			191.53
LZR9693	8742211347	13/01/2015	74550	218	*	I	85.12
LZU1091	8742209572	06/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MAD3856	8742215742	23/02/2015	60503	208			191.53
MAE7959	8742167286	04/04/2014	74550	218	*	I	85.12
MAE8810	8742208773	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MAF2974	8742212079	16/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MAF8940	8742206857	20/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MAN0714	8742213297	29/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MAU0297	8742194310	08/10/2014	74550	218	*	I	85.12
MAY0946	8742208662	29/12/2014	56732	183			85.12
MBC5818	8742214510	09/02/2015	56732	183			85.12
MBE5421	8742211717	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBE6065	8742212205	22/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBE7936	8742212700	24/01/2015	60503	208			191.53
MBE9793	8742209218	03/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBG8421	8742215825	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MBH0376	8742211606	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBM6397	8742210958	13/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBN1941	8742207740	26/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MBR2188	8742209036	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBS5596	8742210106	05/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MBT2152	8742214171	09/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MBU8807	8742217368	12/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MBX1014	8742217646	15/03/2015	60503	208			191.53
MBY5725	8742209888	05/01/2015	60503	208			191.53
MCF0623	8742207191	21/12/2014	74630	218	*	II	127.69
MCI9254	8742213963	03/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MCL0597	8742147384	21/12/2013	74550	218	*	I	85.12
MCL0597	8742159034	15/02/2014	74550	218	*	I	85.12
MCO5832	8742215769	23/02/2015	74550	218	*	I	85.12

MCQ4495	8742215069	19/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MCX5389	8742209390	03/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MCX7643	8742209396	02/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MCX7643	8742208999	03/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MCX7643	8742208741	28/12/2014	74630	218	*	II	127.69
MDE4689	8742209925	07/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDE6696	8742216165	26/02/2015	60503	208			191.53
MDH5497	54037336N	30/03/2015	50020	257	8\$		127.69
MDI9659	8742216269	27/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MDK9494	8742209199	03/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDM7561	8742139454	27/11/2013	60503	208			191.53
MDS9567	8742209499	06/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MDU0012	8742209764	04/01/2015	60503	208			191.53
MDV7014	8742215431	16/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MDV7201	8742210189	11/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEA2672	8742212385	21/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEB7956	8742214702	13/02/2015	74630	218	*	II	127.69
MED3953	8742210293	11/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MEF3172	8742209465	07/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEJ1757	8742214670	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEJ6848	8742209457	06/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MEK8014	8742215177	17/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEL7637	8742209523	05/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEM1838	8742214282	10/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MEN0091	8742210107	05/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEO5989	8742209612	06/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEO5989	8742209778	06/01/2015	60503	208			191.53
MEQ0105	8742209673	06/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MET3120	8742210456	10/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEV3025	8742210208	10/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEW3756	8742210607	10/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MEX7228	8742213863	02/02/2015	60503	208			191.53
MEY6215	8742210718	11/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MEY6281	8742215295	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFA4415	8742194695	10/10/2014	74550	218	*	I	85.12
MFD2105	8742209472	04/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFE1427	8742214229	11/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFE6079	8742169458	21/04/2014	74550	218	*	I	85.12
MFE8386	54033262N	06/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MFI5027	8742209109	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFJ1222	8742212209	24/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MFJ4860	8742215556	21/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFK7201	8742214829	15/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFK7680	8742215430	16/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MFT6154	8742217410	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFT7101	8742217570	14/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MFU1239	8742211900	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MFZ1109	8742206989	20/12/2014	74630	218	*	II	127.69
MFZ3071	8742163301	14/03/2014	74550	218	*	I	85.12
MGB2230	8742214108	08/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MGC2758	8742215492	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MGE3298	8742210872	13/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGF3834	8742173570	20/05/2014	74550	218	*	I	85.12
MGH2686	8742211727	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGJ4175	8742209043	03/01/2015	60503	208			191.53
MGJ6669	8742210059	04/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGN4237	8742215901	28/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MGN8783	8742209995	04/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGO0858	8742214831	15/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MGQ1420	8742158641	12/02/2014	74630	218	*	II	127.69
MGV2286	8742214405	11/02/2015	60503	208			191.53
MGV2946	8742215038	17/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MGX3876	8742207569	24/12/2014	74550	218	*	I	85.12

MGY1030	8742212810	27/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MGZ0364	8742209210	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHC0452	8742210865	13/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHC5271	8742216146	28/02/2015	60503	208			191.53
MHC5271	8742216160	26/02/2015	60503	208			191.53
MHC8945	8742213363	31/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHD9897	8742209831	05/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHF1162	8742155780	28/01/2014	74710	218	*	III	574.61
MHG9674	8742194282	06/10/2014	74550	218	*	I	85.12
MHH7970	8742213861	06/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHI1463	8742215904	25/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHK5751	8742213924	04/02/2015	60503	208			191.53
MHK6056	8742210029	05/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHM0509	8742214582	11/02/2015	60503	208			191.53
MHN2250	8742215508	21/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHO7313	8742214441	09/02/2015	60503	208			191.53
MHO8271	8742210408	11/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MHP8663	8742210321	09/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MHQ2116	8742209244	02/01/2015	60503	208			191.53
MHR0264	54036251N	24/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MHS2218	8742214263	09/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MHS9520	54037330N	30/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MHY2693	8742210069	06/01/2015	60503	208			191.53
MHZ8271	8742213944	05/02/2015	60503	208			191.53
MIA3681	8742214351	11/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MID7151	8742216338	25/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIF0302	8742217541	13/03/2015	60503	208			191.53
MIG5766	8742209340	03/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIL3702	8742217613	12/03/2015	60503	208			191.53
MIM2328	54033869N	10/03/2015	50020	257	8\$		127.69
MIN4552	8742212507	21/01/2015	60503	208			191.53
MIN6352	8742211713	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIR1603	8742211357	16/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIR1700	8742215873	25/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIT6841	8742208315	29/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MIT9853	54037303N	30/03/2015	50020	257	8\$		191.53
MIT9853	54037312N	30/03/2015	50020	257	8\$		127.69
MIT9853	54037314N	30/03/2015	50020	257	8\$		127.69
MIU2179	8742207672	24/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MIU2179	8742211685	17/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIV1708	8742211646	16/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MIW9705	8742141330	07/12/2013	74550	218	*	I	85.12
MIX4574	8742210076	04/01/2015	60503	208			191.53
MIZ2595	8742215370	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MIZ6593	8742210762	09/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MJA2444	8742212074	16/01/2015	60503	208			191.53
MJA3595	8742210211	11/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJF4899	8742210089	06/01/2015	60503	208			191.53
MJG4867	8742214893	12/02/2015	60503	208			191.53
MJI5819	8742210374	10/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MJJ0790	8742215494	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJJ3040	8742215946	27/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJJ8357	8742209487	07/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MJK8657	54034677N	12/03/2015	50020	257	8\$		191.53
MJU9908	8742205576	16/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MJV5869	8742217524	15/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MJX2561	8742215246	16/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJX3021	8742215103	17/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJZ0353	54037351N	30/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MKA8065	8742213352	30/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MKB1521	8742216334	25/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKB8637	8742215198	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKC4609	8742209970	07/01/2015	60503	208			191.53

MKD7926	8742215135	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKI8916	54020385N	16/01/2015	50020	257	8\$		127.69
MKM6059	8742214869	13/02/2015	60503	208			191.53
MKM6538	8742214298	10/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKN3194	54034692N	12/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MKN3194	54034694N	12/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MKO6686	8742213794	02/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKR6942	8742215718	24/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKW6132	8742211367	17/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKX0617	8742215791	21/02/2015	60503	208			191.53
MKX5395	8742213325	31/01/2015	74630	218	*	II	127.69
MKY0182	8742211696	18/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKY5884	8742215786	22/02/2015	60503	208			191.53
MLB7403	8742213281	30/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLD3428	8742215323	20/02/2015	60503	208			191.53
MLG4164	54034632N	12/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MLH5024	8742211428	19/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLH5307	8742210712	11/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLH6659	8742208779	02/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLI6593	8742217326	15/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MLM1779	54036249N	24/03/2015	50020	257	8\$		127.69
MLW4508	54034633N	12/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MLX2090	54034690N	12/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MMA9219	8742217400	13/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MMA9873	8742211635	20/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MMB5173	8742208135	27/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MMB8776	8742215478	18/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MMH0279	54025487N	06/02/2015	50020	257	8\$		574.61
MMJ3561	8742214819	13/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MMK5745	8742213463	29/01/2015	60503	208			191.53
MSR6628	8742215245	16/02/2015	74550	218	*	I	85.12
OKF7217	8742216208	25/02/2015	60503	208			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LEONEL JOSE PEREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8784 359/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOCA - DIMUT - ELETRONICO - NOVO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8784 359/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJV7747	8784132317	10/01/2015	74550	218 * I	85.12
ANI2469	8784135115	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
ASD0219	8784132213	07/01/2015	74550	218 * I	85.12
BWR8758	8784134922	20/02/2015	74550	218 * I	85.12
CQL7507	8784135510	23/02/2015	74550	218 * I	85.12
CVY1355	8784134792	09/02/2015	74550	218 * I	85.12
CXD2912	8784117336	24/04/2014	74550	218 * I	85.12
DKR6518	8784132453	05/01/2015	74550	218 * I	85.12
DQF9527	8784130582	18/12/2014	74550	218 * I	85.12
DTS2440	8784134590	13/02/2015	74550	218 * I	85.12
DXD3285	8784134429	10/02/2015	74550	218 * I	85.12
IJD8724	8784136380	14/03/2015	74550	218 * I	85.12
IJZ1533	8784132443	11/01/2015	74550	218 * I	85.12
IKR0096	8784132898	19/01/2015	74550	218 * I	85.12
INC1486	8784131793	02/01/2015	74710	218 * III	574.61
ING0210	8784134325	08/02/2015	74550	218 * I	85.12
IOI2485	8784133990	08/02/2015	74550	218 * I	85.12
IWI4359	8784135065	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
LXT7489	8784132110	07/01/2015	74550	218 * I	85.12
LXY1190	54034600N	12/03/2015	50020	257 8\$	85.12
LYU6869	8784132229	07/01/2015	74550	218 * I	85.12
LYU9943	8784135015	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
LYV1450	8784132767	13/01/2015	74550	218 * I	85.12
MAC4049	8784131343	28/12/2014	74550	218 * I	85.12
MAI4270	8784132889	18/01/2015	74550	218 * I	85.12
MAN7213	8784135056	20/02/2015	74550	218 * I	85.12
MBF0656	54033243N	06/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MBU8807	8784135108	18/02/2015	74550	218 * I	85.12
MDI9620	54025598N	06/02/2015	50020	257 8\$	85.12
MDM6825	8784134599	10/02/2015	74550	218 * I	85.12
MDM6825	8784134602	10/02/2015	74550	218 * I	85.12
MDR7864	8784133744	01/02/2015	74550	218 * I	85.12
MDU1137	8784131394	25/12/2014	74710	218 * III	574.61
MEE7949	8784135164	19/02/2015	74630	218 * II	127.69
MEF7299	8784134403	16/02/2015	74550	218 * I	85.12
MEI8502	8784134812	18/02/2015	74550	218 * I	85.12
MEI8541	8784107256	08/12/2013	74550	218 * I	85.12
MEP1172	54034625N	12/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MEU2986	8784132281	09/01/2015	74550	218 * I	85.12
MFS6461	8784132360	06/01/2015	74550	218 * I	85.12
MFT0832	54034624N	12/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MFT0889	8784134475	10/02/2015	74710	218 * III	574.61
MFY7986	8784131078	25/12/2014	74550	218 * I	85.12
MGB2230	8784134360	08/02/2015	74550	218 * I	85.12
MGC2758	8784135185	22/02/2015	74630	218 * II	127.69
MGW6848	8784132560	12/01/2015	74550	218 * I	85.12
MHA9443	8784135474	23/02/2015	74550	218 * I	85.12
MHE1621	8784131494	30/12/2014	74550	218 * I	85.12
MHJ5315	8784134619	13/02/2015	74550	218 * I	85.12
MHL2208	8784134780	14/02/2015	74630	218 * II	127.69
MHN3140	8784133086	12/01/2015	74550	218 * I	85.12
MHN4704	8784130994	28/12/2014	74550	218 * I	85.12
MHV1494	54036308N	24/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MID1035	54033244N	06/03/2015	50020	257 8\$	85.12
MIG6156	8784134604	11/02/2015	74550	218 * I	85.12

MIH8004	8784130042	15/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MIH8004	8784131707	31/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MIW9705	8784117262	28/04/2014	74550	218	*	I	85.12
MJD6842	8784133843	02/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MJJ6516	54033250N	06/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MJT4975	8784106792	01/12/2013	74550	218	*	I	85.12
MJW9386	8784135021	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKA6610	8784133999	05/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKD7926	8784134575	15/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MKI1430	8784130488	21/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MKI4771	8784132302	09/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKN4160	54034616N	12/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MKS3306	8784132308	10/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKV1848	8784132521	08/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MKW5811	8784134698	12/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLB2365	8784132314	10/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MLC4968	8784135170	20/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLH1422	54025599N	06/02/2015	50020	257	8\$		85.12
MLJ0965	8784117734	04/05/2014	74550	218	*	I	85.12
MLN7059	8784134647	16/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLP7186	8784131677	30/12/2014	74550	218	*	I	85.12
MLS5217	8784134461	14/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLV3870	8784135059	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
MLW2565	8784132497	11/01/2015	74550	218	*	I	85.12
MMC1385	54036297N	24/03/2015	50020	257	8\$		85.12
MMC9071	8784134848	18/02/2015	74710	218	*	III	574.61
MMI8072	8784135110	19/02/2015	74550	218	*	I	85.12
NSI5378	8784132467	09/01/2015	74550	218	*	I	85.12
OKG7825	8784135016	22/02/2015	74550	218	*	I	85.12
OLS5188	8784132848	15/01/2015	74550	218	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LEONEL JOSE PEREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1977/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1977/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABK5179	54874241E	14/05/2015	50292	162 * II
AFW2009	54874402E	15/05/2015	67000	230 * XVI
AIZ9406	54873737E	08/05/2015	65992	230 * V
AIZ9406	54873738E	08/05/2015	50100	162 * I
AIZ9406	54873739E	08/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
AIZ9406	54873740E	08/05/2015	64080	221
AMG6111	54874408E	15/05/2015	67000	230 * XVI
ARM2401	54874142E	14/05/2015	67000	230 * XVI
ASP5510	54872874E	08/05/2015	67000	230 * XVI
ASY8712	54874184E	14/05/2015	65992	230 * V
ASY8712	54874185E	14/05/2015	67261	230 * XVIII
ATZ1001	54874250E	15/05/2015	69120	232
ATZ1001	54873788E	15/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
AXE0261	54874237E	14/05/2015	65992	230 * V
CHI7226	54872318E	18/04/2015	66102	230 * VII
CLA3639	54872311E	18/04/2015	67000	230 * XVI
CRV1260	54872579E	14/04/2015	65992	230 * V
DAN4090	54872752E	20/04/2015	64080	221
DAN4090	54856074E	23/04/2015	66372	230 * IX
DBM6691	54874144E	14/05/2015	66102	230 * VII
DJI4988	54873331E	13/05/2015	50100	162 * I
DXE7238	54873787E	09/05/2015	66700	230 * XIII
EUW6743	54874416E	15/05/2015	67000	230 * XVI
EYS5409	54873761E	08/05/2015	67000	230 * XVI
HJT1674	54865067E	11/05/2015	51420	164 c/c 162 * V
HJT1674	54865066E	11/05/2015	50450	162 * V
HZQ8918	54874397E	15/05/2015	73400	252 * IV
HZQ8918	54874377E	15/05/2015	66700	230 * XIII
HZQ8918	54874378E	15/05/2015	66102	230 * VII
HZQ8918	54874379E	15/05/2015	67000	230 * XVI
HZQ8918	54874380E	15/05/2015	67261	230 * XVIII
HZQ8918	54874381E	15/05/2015	66372	230 * IX
ILF9561	54872429E	19/04/2015	67261	230 * XVIII
JHL7816	54873775E	09/05/2015	66102	230 * VII
KZR6707	54868535E	11/05/2015	69120	232
KZR6707	54868536E	11/05/2015	50450	162 * V
LWW7373	54874108E	11/05/2015	67000	230 * XVI
LWX9298	54873234E	14/05/2015	65992	230 * V
LWX9298	54873237E	14/05/2015	66372	230 * IX
LWX9298	54873236E	14/05/2015	51691	165
LXC4764	54872563E	18/04/2015	66700	230 * XIII
LYS5424	54872954E	12/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYS5424	54873575E	12/05/2015	50100	162 * I
LZK7888	54873978E	14/05/2015	50100	162 * I
LZK7888	54873979E	14/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
LZK7888	54873980E	14/05/2015	67000	230 * XVI
LZN6763	54870652E	20/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LZN6763	54871350E	20/04/2015	50100	162 * I
LZN6763	54871349E	20/04/2015	65992	230 * V
LZV8031	54872705E	08/05/2015	65992	230 * V
MAP0529	54872442E	11/05/2015	69120	232
MBO5788	54874148E	08/05/2015	51420	164 c/c 162 * V
MBO5788	54874129E	08/05/2015	50450	162 * V
MBP2671	54863453E	02/05/2015	66372	230 * IX

MBS2206	54869625E	20/04/2015	67000	230	* XVI
MBT1897	54874382E	15/05/2015	64080	221	
MBT1897	54874383E	15/05/2015	67261	230	* XVIII
MBU1413	54869622E	19/04/2015	65992	230	* V
MBU1413	54869623E	19/04/2015	50100	162	* I
MBU1413	54869624E	19/04/2015	51180	164	c/c 162 * I
MBW1391	54873783E	08/05/2015	66700	230	* XIII
MBX1599	54870782E	11/05/2015	67000	230	* XVI
MCE3237	54873763E	08/05/2015	65992	230	* V
MCE3237	54873764E	08/05/2015	50100	162	* I
MCE3237	54873765E	08/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MCG8688	54872497E	05/05/2015	67000	230	* XVI
MCR8182	54873203E	25/04/2015	50100	162	* I
MCR8182	54873204E	25/04/2015	65992	230	* V
MCR8182	54873205E	25/04/2015	51180	164	c/c 162 * I
MDG9132	54874176E	12/05/2015	65992	230	* V
MDG9132	54874251E	12/05/2015	64080	221	
MDH7434	54872774E	06/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MDH7434	54872773E	06/05/2015	66102	230	* VII
MDH7434	54872775E	06/05/2015	50100	162	* I
MDI1311	54872179E	06/05/2015	65992	230	* V
MDI1311	54872180E	06/05/2015	64080	221	
MDI1311	54872181E	06/05/2015	69120	232	
MDJ3332	54873232E	08/05/2015	64080	221	
MDJ3332	54873231E	08/05/2015	65992	230	* V
MEA1242	54874079E	13/05/2015	65992	230	* V
MEE9216	54872171E	13/05/2015	66372	230	* IX
MEJ0478	54872290E	18/04/2015	66531	230	* XI
MEJ2908	54874256E	12/05/2015	67000	230	* XVI
MEN3171	54873909E	07/05/2015	51691	165	
MEP1344	54873853E	13/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MEP1344	54873852E	13/05/2015	50100	162	* I
MEP6686	54873053E	11/05/2015	73580	252	* V
MEZ5385	54873911E	15/05/2015	66372	230	* IX
MFF4421	54874113E	12/05/2015	65992	230	* V
MFF4421	54874111E	12/05/2015	50100	162	* I
MFF4421	54874110E	12/05/2015	65561	230	* I
MFF4826	54874353E	10/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MFF4826	54874351E	10/05/2015	50100	162	* I
MFF8313	54874198E	14/05/2015	50100	162	* I
MFF8313	54874200E	14/05/2015	66372	230	* IX
MFF8313	54874199E	14/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MFJ6167	54872336E	15/05/2015	75790	277	
MFJ6167	54873795E	15/05/2015	65992	230	* V
MFL3141	54874399E	15/05/2015	69120	232	
MFL3141	54874422E	15/05/2015	51420	164	c/c 162 * V
MFL3141	54874421E	15/05/2015	50450	162	* V
MFL3141	54874420E	15/05/2015	65992	230	* V
MFS4428	54873829E	10/05/2015	50450	162	* V
MFS4428	54873830E	10/05/2015	51420	164	c/c 162 * V
MFV4942	54873573E	10/05/2015	66102	230	* VII
MFV7034	54874134E	09/05/2015	69120	232	
MFV9162	54874138E	09/05/2015	69120	232	
MFV9162	54873749E	09/05/2015	50100	162	* I
MFV9162	54873750E	09/05/2015	51180	164	c/c 162 * I
MFV9162	54873748E	09/05/2015	65992	230	* V
MHG2909	54872660E	18/04/2015	67000	230	* XVI
MHK8990	54874419E	15/05/2015	50450	162	* V
MIC8994	54872322E	20/04/2015	67000	230	* XVI
MIM4997	54874273E	14/05/2015	69120	232	
MIP0402	54874264E	14/05/2015	65561	230	* I
MIP0402	54874263E	14/05/2015	69120	232	
MIS0958	54874407E	15/05/2015	65992	230	* V

MJC3311	54874196E	14/05/2015	66531	230	*	XI
MJC3311	54874197E	14/05/2015	64080	221		
MJG3402	54867684E	17/04/2015	50100	162	*	I
MJH4097	54873774E	08/05/2015	65992	230	*	V
MLK2249	54874388E	15/05/2015	50450	162	*	V
MLS1582	54874257E	14/05/2015	69120	232		
MMC2367	54873437E	14/05/2015	51262	164	c/c	162 * II
MMC2367	54873436E	14/05/2015	50292	162	*	II
MMI7890	54873827E	10/05/2015	50100	162	*	I
MMI7890	54873828E	10/05/2015	50610	163	c/c	162 * I
MMK4631	54874242E	14/05/2015	65992	230	*	V
MQR5157	54873054E	13/05/2015	50610	163	c/c	162 * I
MQR5157	54873055E	13/05/2015	50100	162	*	I
NYM0900	54874150E	15/05/2015	67000	230	*	XVI
QHC3880	54874409E	15/05/2015	69120	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1978/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 1978/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFN0121	54873030E	28/04/2015	57030	185 * I
ASY8712	54874186E	14/05/2015	57380	186 * II
CFG0690	54873969E	11/05/2015	55415	181 * XVII
CSA9078	54866273E	15/04/2015	54521	181 * VIII
CSC5537	54874303E	14/05/2015	54521	181 * VIII
DAN4090	54872751E	20/04/2015	51851	167

DDN3339	54873973E	12/05/2015	55415	181	*	XVII
EFW5619	54872481E	14/04/2015	54521	181	*	VIII
GVQ9386	54871118E	14/04/2015	54521	181	*	VIII
HGV3077	54872995E	06/05/2015	55412	181	*	XVII
HJK7706	54873325E	15/05/2015	51851	167		
IVQ1300	54873314E	13/05/2015	73662	252	*	VI
LRH2385	54047648N	19/05/2015	50020	257		8\$
LWY4146	54873495E	12/05/2015	54521	181	*	VIII
LXF3854	54872421E	15/04/2015	55680	181	*	XIX
LYV5862	54873164E	11/05/2015	55416	181	*	XVII
MAP7722	54871143E	21/04/2015	58350	195		
MCG2066	54872230E	12/04/2015	70301	244	*	I
MCK7760	54874302E	14/05/2015	54521	181	*	VIII
MCM2900	54873323E	15/05/2015	55680	181	*	XIX
MCP5984	54871594E	16/04/2015	55680	181	*	XIX
MCX9578	54874104E	08/05/2015	55415	181	*	XVII
MDJ3332	54873311E	08/05/2015	55500	181	*	XVIII
MDK8570	54874384E	15/05/2015	51851	167		
MDP0615	54873319E	14/05/2015	51851	167		
MDQ5719	54041835N	17/04/2015	50020	257		8\$
MEB6671	54873165E	11/05/2015	54600	181	*	IX
MEF1712	54873497E	12/05/2015	54521	181	*	VIII
MEL0520	54872531E	14/04/2015	55680	181	*	XIX
MEP6686	54873052E	11/05/2015	51851	167		
MER4096	54872530E	14/04/2015	54521	181	*	VIII
MEZ5385	54873910E	15/05/2015	57380	186	*	II
MFD1678	54872625E	11/05/2015	55680	181	*	XIX
MFF4421	54874107E	12/05/2015	55680	181	*	XIX
MFJ5336	54867686E	07/05/2015	54521	181	*	VIII
MFP5222	54871120E	14/04/2015	54521	181	*	VIII
MGE6342	54871935E	14/04/2015	55411	181	*	XVII
MGO9435	54872215E	11/05/2015	54521	181	*	VIII
MGT6158	54873367E	06/05/2015	55680	181	*	XIX
MHS0232	54870422E	10/05/2015	55250	181	*	XV
MHV6169	54873306E	07/05/2015	73662	252	*	VI
MHW4677	54873455E	06/05/2015	55680	181	*	XIX
MIP5650	54873767E	08/05/2015	52070	169		
MIZ4209	54872367E	20/04/2015	55412	181	*	XVII
MJP3910	54873460E	14/05/2015	54521	181	*	VIII
MJP8153	54872623E	09/05/2015	55680	181	*	XIX
MJV5546	54872418E	15/04/2015	58196	193		
MKA8849	54871269E	09/04/2015	54521	181	*	VIII
MKE1100	54872040E	16/04/2015	55680	181	*	XIX
MLD3640	54873494E	12/05/2015	55680	181	*	XIX
MML0655	54874051E	15/05/2015	73662	252	*	VI
NBS5959	54873705E	17/05/2015	54521	181	*	VIII
QHC7472	54870088E	22/04/2015	54790	181	*	X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LEONEL JOSE PEREIRA

AUTORIDADE MUNICIPAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8742 689/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - ELETRONICO - 2823

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8742 689/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AQO8969	8742220542	22/04/2015	74550	218 * I
BDR0099	8742220363	18/04/2015	60503	208
BJJ9559	8742220572	23/04/2015	74550	218 * I
CLO7572	8742220936	25/04/2015	60503	208
DFZ6899	8742220840	25/04/2015	74550	218 * I
DSP8187	8742221274	29/04/2015	60503	208
EAM0176	8742220845	26/04/2015	74550	218 * I
FML1986	8742220729	21/04/2015	60503	208
GTB4579	8742220886	25/04/2015	74550	218 * I
GTD0206	8742220632	24/04/2015	74550	218 * I
HAY7588	8742220370	18/04/2015	60503	208
HHB1539	8742220862	26/04/2015	74550	218 * I
HJN1159	8742220276	17/04/2015	74550	218 * I
HJN2879	8742218315	21/03/2015	74550	218 * I
HLJ4678	8742221283	30/04/2015	60503	208
IFG2180	8742218659	28/03/2015	74630	218 * II
IKB3497	8742218611	28/03/2015	74550	218 * I
INX0487	8742217732	17/03/2015	74550	218 * I
IOV1197	8742218181	21/03/2015	74550	218 * I
JKI7983	8742220644	24/04/2015	74550	218 * I
JLX0534	8742221005	25/04/2015	60503	208
KYQ0876	8742220569	22/04/2015	74550	218 * I
LSZ1829	8742218533	28/03/2015	74710	218 * III
LXH6387	8742220491	22/04/2015	74550	218 * I
LXH6387	8742220510	22/04/2015	74550	218 * I
LXJ7722	8742220443	19/04/2015	74550	218 * I
LXW3728	8742220537	21/04/2015	74550	218 * I
LXY1310	8742220871	25/04/2015	74550	218 * I
LYU5319	8742220997	26/04/2015	74550	218 * I
LYW4250	8742220973	26/04/2015	60503	208
LZB3810	8742218585	28/03/2015	74550	218 * I
LZD7085	8742220568	22/04/2015	74550	218 * I
LZO1332	8742220172	18/04/2015	74550	218 * I
LZS2993	8742218592	29/03/2015	74550	218 * I
LZX0840	8742218978	03/04/2015	74550	218 * I
LZY6516	8742220825	26/04/2015	74630	218 * II
MAV2691	8742220303	18/04/2015	74550	218 * I

MBE4605	8742220944	25/04/2015	60503	208	
MBI4038	8742220735	24/04/2015	60503	208	
MBM1759	8742220906	25/04/2015	74550	218	* I
MBT3278	8742220910	26/04/2015	74630	218	* II
MBT5578	8742220958	26/04/2015	60503	208	
MBU4669	8742220854	25/04/2015	74550	218	* I
MCC2837	8742220342	18/04/2015	74550	218	* I
MCK0772	8742220337	18/04/2015	74550	218	* I
MCP1454	8742221249	28/04/2015	74550	218	* I
MCR4594	8742221017	26/04/2015	74550	218	* I
MCX8035	8742220567	22/04/2015	74630	218	* II
MCZ9911	8742219237	03/04/2015	60503	208	
MDB8298	8742220889	25/04/2015	74550	218	* I
MDF1687	8742220984	25/04/2015	74550	218	* I
MDF1687	8742220850	25/04/2015	74630	218	* II
MDH4444	8742220804	25/04/2015	74550	218	* I
MDJ9041	8742218707	29/03/2015	60503	208	
MDL4608	8742220497	24/04/2015	74550	218	* I
MDN8935	8742220629	24/04/2015	74710	218	* III
MDQ9813	8742218609	28/03/2015	74550	218	* I
MDR0480	8742220684	20/04/2015	60503	208	
MDV8617	8742220291	18/04/2015	74550	218	* I
MED9610	8742220836	26/04/2015	74550	218	* I
MEM0472	8742220218	19/04/2015	74550	218	* I
MEM9945	8742220995	26/04/2015	74550	218	* I
MEN1004	54047617N	19/05/2015	50020	257	8\$
MEN9882	8742220962	25/04/2015	74550	218	* I
MER7521	8742220974	26/04/2015	60503	208	
MET7771	8742218323	25/03/2015	74550	218	* I
MET7771	8742218333	25/03/2015	74550	218	* I
MEV0743	8742220883	26/04/2015	74550	218	* I
MEW7264	8742218833	29/03/2015	74550	218	* I
MFA0617	8742220589	20/04/2015	74550	218	* I
MFE2288	8742221237	27/04/2015	60503	208	
MFJ8069	8742220939	25/04/2015	60503	208	
MFK4971	8742220873	26/04/2015	74550	218	* I
MFQ0559	8742221281	29/04/2015	60503	208	
MFR3131	54047606N	19/05/2015	50020	257	8\$
MFS8057	54047618N	19/05/2015	50020	257	8\$
MFS8057	54047619N	19/05/2015	50020	257	8\$
MFS8057	54047615N	19/05/2015	50020	257	8\$
MFT9556	54047640N	19/05/2015	50020	257	8\$
MFV8557	8742220897	26/04/2015	74550	218	* I
MFW7071	8742220710	20/04/2015	60503	208	
MGA4630	8742220325	18/04/2015	74550	218	* I
MGE2271	54047628N	19/05/2015	50020	257	8\$
MGH4402	8742220863	26/04/2015	74550	218	* I
MGM3321	8742220498	24/04/2015	74630	218	* II
MGO7426	8742220844	26/04/2015	74550	218	* I
MGR1086	8742220905	26/04/2015	74630	218	* II
MGY7366	8742218621	29/03/2015	74550	218	* I
MGZ6882	8742220976	25/04/2015	60503	208	
MHC5271	54047609N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHC5271	54047610N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHC5271	54047611N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHC5271	54047621N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHC5271	54047622N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHC5271	54047623N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHC5271	54047624N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHC5271	54047614N	19/05/2015	50020	257	8\$
MHI7546	8742220136	17/04/2015	74550	218	* I
MHL2983	8742220688	22/04/2015	60503	208	
MHN2629	8742220170	17/04/2015	74550	218	* I

MHN2629	8742220226	17/04/2015	74630	218	*	II
MHN2629	8742220323	17/04/2015	74630	218	*	II
MHN4125	8742220908	25/04/2015	74550	218	*	I
MHR2390	8742220778	23/04/2015	60503	208		
MHV2527	8742220235	18/04/2015	74550	218	*	I
MHV2879	8742221254	29/04/2015	74550	218	*	I
MHW9618	8742220829	26/04/2015	74550	218	*	I
MHY8519	8742220250	19/04/2015	74630	218	*	II
MHZ0435	8742218698	28/03/2015	74550	218	*	I
MID4814	8742220292	18/04/2015	74550	218	*	I
MIP4184	54046114N	12/05/2015	50020	257		8\$
MIQ0953	8742220678	21/04/2015	60503	208		
MIQ2627	8742218784	29/03/2015	74630	218	*	II
MIS0187	8742220782	24/04/2015	60503	208		
MIS1999	8742221273	29/04/2015	60503	208		
MIV2043	8742220705	23/04/2015	60503	208		
MIY2438	8742220357	17/04/2015	60503	208		
MJB9864	54047625N	19/05/2015	50020	257		8\$
MJD4549	8742220551	23/04/2015	74550	218	*	I
MJD6139	8742220921	26/04/2015	74550	218	*	I
MJD6139	8742220928	26/04/2015	74550	218	*	I
MJD7972	8742220946	25/04/2015	60503	208		
MJJ4642	54041781N	17/04/2015	50020	257		8\$
MJK4266	8742221222	30/04/2015	74630	218	*	II
MJQ4281	8742220864	25/04/2015	74630	218	*	II
MJR3511	8742220831	26/04/2015	74630	218	*	II
MJT1103	8742220893	25/04/2015	74550	218	*	I
MJX0011	54047607N	19/05/2015	50020	257		8\$
MJZ5605	8742220783	20/04/2015	60503	208		
MKA3039	8742220938	25/04/2015	60503	208		
MKB1521	54047612N	19/05/2015	50020	257		8\$
MKG0073	8742220817	25/04/2015	74550	218	*	I
MKH4881	8742220904	26/04/2015	74550	218	*	I
MKI2775	8742220867	25/04/2015	74630	218	*	II
MKI9214	8742218552	28/03/2015	74550	218	*	I
MKK8449	8742220763	22/04/2015	74550	218	*	I
MKM6595	8742220878	26/04/2015	74550	218	*	I
MKN3770	8742220252	19/04/2015	74550	218	*	I
MKS3847	8742220737	20/04/2015	60503	208		
MKU6961	8742220913	26/04/2015	74630	218	*	II
MKX5395	54042802N	24/04/2015	50020	257		8\$
MLA0374	8742221220	27/04/2015	74550	218	*	I
MLI5820	54047608N	19/05/2015	50020	257		8\$
MLI8060	54047620N	19/05/2015	50020	257		8\$
MLJ4242	8742220376	19/04/2015	60503	208		
MLK0302	8742220590	20/04/2015	74550	218	*	I
MLK0302	8742220625	23/04/2015	74550	218	*	I
MLR9286	8742220986	25/04/2015	74550	218	*	I
MLW4419	8742220992	26/04/2015	74550	218	*	I
MLY7929	8742221002	25/04/2015	60503	208		
MMC0407	8742220301	18/04/2015	74630	218	*	II
MMC2491	8742220582	24/04/2015	74550	218	*	I
MMF0172	8742220415	19/04/2015	56732	183		
MMI9789	8742220557	20/04/2015	74550	218	*	I
MMK9405	8742218568	28/03/2015	74550	218	*	I
MML5091	8742220728	21/04/2015	60503	208		
MMM4323	8742220668	21/04/2015	60503	208		
MQR5157	8742221286	27/04/2015	74550	218	*	I
MTF0430	8742220882	26/04/2015	74550	218	*	I
NCK0088	8742220646	24/04/2015	74630	218	*	II
OLT1976	8742220254	19/04/2015	74550	218	*	I
PEH7083	54047613N	19/05/2015	50020	257		8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LEONEL JOSE PEREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8784 358/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOCA - DIMUT - ELETRONICO - NOVO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8784 358/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGM0495	8784138595	26/04/2015	74550	218 * I
AKN6175	8784137073	28/03/2015	74550	218 * I
ALX8046	8784138649	25/04/2015	74550	218 * I
BDM6060	8784138405	25/04/2015	74550	218 * I
BGL8170	8784138353	24/04/2015	74550	218 * I
CFM3300	8784136956	28/03/2015	74550	218 * I
EDC8572	8784138499	24/04/2015	74630	218 * II
EMU8527	8784138368	26/04/2015	74550	218 * I
EQT1474	8784137789	12/04/2015	74550	218 * I
EQV8995	8784137424	04/04/2015	74550	218 * I
ERD9923	8784138657	27/04/2015	74550	218 * I
IRX9279	8784138427	24/04/2015	74550	218 * I
JUR0166	8784138659	27/04/2015	74550	218 * I
LWU5373	8784138404	25/04/2015	74550	218 * I
LZH7609	8784138485	26/04/2015	74550	218 * I
MAR6525	8784138085	17/04/2015	74550	218 * I
MAY8981	8784138060	18/04/2015	74630	218 * II
MAZ6055	8784138558	25/04/2015	74550	218 * I
MBL7097	8784138691	27/04/2015	74630	218 * II
MCW3358	8784138569	24/04/2015	74550	218 * I
MDC1856	8784138373	25/04/2015	74550	218 * I
MEC0423	8784138539	23/04/2015	74550	218 * I

MEI5670	8784138552	26/04/2015	74630	218	*	II
MEM2797	8784138543	23/04/2015	74630	218	*	II
MEW4045	8784138725	23/04/2015	74550	218	*	I
MEY0865	8784138377	24/04/2015	74550	218	*	I
MFH8294	8784138275	19/04/2015	74550	218	*	I
MGF7145	8784138204	18/04/2015	74550	218	*	I
MGH2699	8784138695	24/04/2015	74630	218	*	II
MGQ2802	8784138536	23/04/2015	74630	218	*	II
MGX6089	8784138369	26/04/2015	74550	218	*	I
MHI5158	8784138149	18/04/2015	74550	218	*	I
MHV5553	8784137471	03/04/2015	74550	218	*	I
MHY2449	8784138630	26/04/2015	74550	218	*	I
MHY9808	8784138471	23/04/2015	74550	218	*	I
MHZ0435	8784137151	28/03/2015	74550	218	*	I
MIC6122	8784138395	26/04/2015	74550	218	*	I
MIH8004	54038866N	07/04/2015	50020	257		8\$
MIQ5212	8784138639	27/04/2015	74550	218	*	I
MIW4405	8784138015	18/04/2015	74550	218	*	I
MIZ2206	8784138751	24/04/2015	74550	218	*	I
MJS1044	54047377N	19/05/2015	50020	257		8\$
MKA6217	8784138473	23/04/2015	74550	218	*	I
MKC3801	8784138486	26/04/2015	74550	218	*	I
MKD0475	8784136583	21/03/2015	74550	218	*	I
MKO6851	8784138322	27/04/2015	74550	218	*	I
MKV5164	8784138401	25/04/2015	74550	218	*	I
MLA4478	8784138181	19/04/2015	74550	218	*	I
MLA7483	8784138746	27/04/2015	74550	218	*	I
MLA7483	8784138625	26/04/2015	74550	218	*	I
MLB0121	8784136829	21/03/2015	74630	218	*	II
MLE2014	8784138397	26/04/2015	74550	218	*	I
MLH0306	8784138474	23/04/2015	74550	218	*	I
MLH9725	54046346N	12/05/2015	50020	257		8\$
MLY7835	8784138550	26/04/2015	74630	218	*	II
MVJ3097	8784138531	23/04/2015	74630	218	*	II
QHC2630	8784138540	23/04/2015	74630	218	*	II
QHD7122	8784138603	25/04/2015	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LEONEL JOSE PEREIRA
AUTORIDADE DE TRANSITO

PALMITOS**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 958/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 958/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXF1558	55490905E	09/05/2015	65480	229
LXF1558	55490906E	09/05/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOAO LUIZ MIOTTO
DELEGADO DE POLICIA

PAPANDUVA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1071/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1071/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAR0077	55020457E	01/02/2015	50100	162 * I	574.61
MAR0077	55020458E	01/02/2015	65992	230 * V	191.53
MAR0077	55020459E	01/02/2015	66102	230 * VII	127.69
MCD8960	55020454E	29/01/2015	50100	162 * I	574.61
MCD8960	55020455E	29/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MCD8960	55020456E	29/01/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUI ORESTES KUCHNIR
DELEGADO DE POLICIA

PASSO DE TORRES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 592/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 592/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKJ9629	54283966F	16/02/2015	66102	230 * VII	127.69
IPA1716	54283940F	26/01/2015	73662	252 * VI	85.12
IQD5233	54284075F	16/02/2015	67000	230 * XVI	127.69
MBD6521	54283905F	21/01/2015	50100	162 * I	574.61
MBQ8882	54283856F	16/01/2015	51851	167	127.69
MEK3872	54283909F	21/01/2015	65561	230 * I	191.53
MHD7907	54283894F	20/01/2015	67691	230 * XXII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA

PASSOS MAIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 276/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 276/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGW5571	54486641D	16/01/2015	51691	165	1915.38
MGW5571	54486642D	16/01/2015	51851	167	127.69
MGW5571	54486643D	16/01/2015	52152	170	191.53
MGW5571	54486644D	16/01/2015	52311	172	85.12
MGW5571	54486645D	16/01/2015	75790	277	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO CALLFASS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 275/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 275/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGE4779	54486807D	27/04/2015	50100	162 * I
MGE4779	54486809D	27/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MGE4779	54486808D	27/04/2015	65565	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO CALLFASS
DELEGADO DE POLICIA

PAULO LOPES

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 504/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 504/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGA0405	54825913E	07/07/2014	66102	230 * VII	127.69
MKV9035	54825799E	02/03/2015	50100	162 * I	574.61
MKV9035	54825800E	02/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 503/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 503/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEL0606	54047854F	13/04/2015	51851	167
LYN9241	54047859F	25/04/2015	65992	230 * V
LYN9241	54047860F	25/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYN9241	54047861F	25/04/2015	50100	162 * I
MBO6772	54047857F	25/04/2015	51851	167
MCO1759	54825691E	09/04/2015	69120	232
MCO1759	54825689E	09/04/2015	65992	230 * V
MCO1759	54825688E	09/04/2015	58350	195
MCO1759	54825693E	09/04/2015	70640	244 * IV
MEE0884	54825699E	24/04/2015	70301	244 * I
MEE0884	54825700E	24/04/2015	73662	252 * VI
MEE0884	54825697E	24/04/2015	73580	252 * V
MHP2345	54047856F	25/04/2015	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

PENHA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1586/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1586/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHD8344	54085531E	13/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
DAL2133	54086996E	19/02/2015	69120	232	53.20
ICS6834	54085455E	09/02/2015	69120	232	53.20
LYV0889	54086451E	12/01/2015	69120	232	53.20
MBR6077	54086518E	15/01/2015	69120	232	53.20
MBR6077	54086517E	15/01/2015	65992	230 * V	191.53
MCH8420	54171950F	19/03/2015	65992	230 * V	191.53
MDA0392	54085983E	31/01/2015	65561	230 * I	191.53
MEB7256	54086328E	01/02/2015	65480	229	85.12
MEX0266	54086756E	27/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MEX0266	54086755E	27/01/2015	65992	230 * V	191.53
MEY0061	54086695E	09/02/2015	65992	230 * V	191.53
MHA7016	54171762F	15/02/2015	50100	162 * I	574.61
MHZ5832	54085471E	09/02/2015	65992	230 * V	191.53
MIC2106	54085456E	09/02/2015	65992	230 * V	191.53
MJN7452	54086875E	08/02/2015	64080	221	85.12
MJV8413	54083544E	09/02/2014	73400	252 * IV	85.12
MLL2835	54171779F	16/02/2015	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1587/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1587/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXK7403	54033704N	10/03/2015	50020	257 8S	127.69
LXL3769	54171861F	11/03/2015	51851	167	127.69
MCL4415	54172104F	19/03/2015	57380	186 * II	191.53
MDS1755	54086420E	17/01/2015	54522	181 * VIII	127.69
MEV3426	54086966E	08/02/2015	51852	167	127.69
MFV8902	54086177E	14/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MHM2669	54086984E	12/02/2015	52070	169	53.20
MHZ8997	54085085E	30/10/2014	51851	167	127.69
MKK4477	54085250E	08/01/2015	57380	186 * II	191.53
MLR8892	54085640E	18/01/2015	54600	181 * IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VALMIR CAMILO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1584/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1584/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AHV0434	54172521F	09/04/2015	65992	230 * V
IBX8337	54172351F	09/04/2015	50100	162 * I
MBI3624	54172697F	08/05/2015	69120	232
MBJ7993	54172654F	09/04/2015	69120	232
MCM6000	54172510F	01/04/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

PROCOPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1585/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 1585/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYG2385	54172360F	09/04/2015	52070	169
MBJ7993	54172655F	09/04/2015	52070	169
MDI9459	54172184F	12/04/2015	54523	181 * VIII
MEN6182	54172711F	14/04/2015	52070	169
MES0837	54172663F	09/04/2015	52070	169
MEW1075	54172260F	09/04/2015	54522	181 * VIII
MGL3576	54172257F	01/04/2015	59670	203 * V
MKA3353	54172006F	10/04/2015	54600	181 * IX
MKL1974	54172261F	09/04/2015	52311	172

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PENHA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VALMIR CAMILO
DIRETOR DE TRANSITO

PINHEIRO PRETO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 381/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 381/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDY0820	55710136E	10/03/2015	51691	165	1915.38
MEB7466	55710128E	31/01/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 382/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 382/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEB7466	55710127E	31/01/2015	70302	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EDER FARINA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 380/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8542 380/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFV6698	55710470E	16/04/2015	65992	230 * V
MFV6698	55710471E	16/04/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

THIAGO COSTA
DELEGADO DE POLICIA

POMERODE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1688/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1688/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BCN8000	54881498E	11/03/2015	66531	230 * XI	127.69
MGI5752	54881883E	11/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MGI5752	54881882E	11/01/2015	65561	230 * I	191.53
MJI4180	54883056E	16/01/2015	50100	162 * I	574.61
MJI4180	54883057E	16/01/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1689/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1689/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AYM1852	55956022E	18/01/2015	69471	235	127.69
AYM1852	55956023E	18/01/2015	60502	208	191.53
DMJ5599	55956045E	25/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
LZA7317	54881061E	02/03/2015	58433	196	127.69
MAF7276	55956242E	02/02/2015	51851	167	127.69
MCC2212	54025612N	06/02/2015	50020	257 8S	127.69
MGD2379	55956094E	21/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MGS3057	55956007E	12/01/2015	54360	181 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP

GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 494/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 494/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOM7575	8762047568	13/10/2014	74550	218 * I	85.12
BLA3636	8762050843	14/01/2015	74550	218 * I	85.12
BMR7744	8762051065	24/01/2015	74550	218 * I	85.12
DEJ1284	8762046554	27/09/2014	60503	208	191.53
DQI9201	8762050715	11/01/2015	74550	218 * I	85.12
DQU8979	8762051658	14/02/2015	74550	218 * I	85.12
DVI7220	8762051617	13/02/2015	56732	183	85.12
EUB0708	8762051225	30/01/2015	74550	218 * I	85.12
EUG2401	8762051770	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
GXS8005	8762051160	23/01/2015	74550	218 * I	85.12
HFE2897	8762051766	19/02/2015	60503	208	191.53
LXJ4359	8762052273	08/03/2015	56732	183	85.12
LYQ8006	8762051985	01/03/2015	74550	218 * I	85.12
LYW7490	8762051625	13/02/2015	74550	218 * I	85.12
MBE6784	8762050874	16/01/2015	60503	208	191.53
MBM6182	8762047530	17/10/2014	74550	218 * I	85.12
MCU5172	8762050851	15/01/2015	74550	218 * I	85.12
MFX0303	8762051946	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
MGG0282	8762051173	27/01/2015	74550	218 * I	85.12
MGM0976	8762047481	16/10/2014	74550	218 * I	85.12
MGY2979	8762052173	03/03/2015	74550	218 * I	85.12
MHC3070	8762047522	16/10/2014	74550	218 * I	85.12
MHU4745	8762051310	28/01/2015	74550	218 * I	85.12
MHX6277	8762047543	17/10/2014	74550	218 * I	85.12
MIE9540	8762030230	02/08/2013	74550	218 * I	85.12
MIH5767	8762047599	13/10/2014	74550	218 * I	85.12
MIN4556	54024492N	03/02/2015	50020	257 8\$	85.12
MJE6705	8762051674	15/02/2015	74550	218 * I	85.12
MJE8835	8762046492	18/09/2014	74550	218 * I	85.12
MKJ5938	8762051237	30/01/2015	74550	218 * I	85.12
MKQ0999	8762047691	15/10/2014	56732	183	85.12
MLF4824	54024502N	03/02/2015	50020	257 8\$	85.12
MLH2766	8762047604	14/10/2014	74550	218 * I	85.12
MMH2496	8762050948	19/01/2015	74550	218 * I	85.12
NCR6050	8762050531	03/01/2015	74550	218 * I	85.12
NCR6050	8762050563	04/01/2015	74550	218 * I	85.12
QHC7290	8762051945	28/02/2015	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1686/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1686/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBG6603	54881418E	19/04/2015	65992	230 * V
MBG6603	54881417E	19/04/2015	50100	162 * I
MII8900	54881432E	11/05/2015	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1687/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 1687/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KYK0416	55956793E	07/05/2015	51852	167
MAN0372	55956694E	12/04/2015	52070	169
MDN8510	54881185E	15/04/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 493/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 493/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGN3086	8762053941	08/05/2015	74550	218 * I
AIZ5010	8762053528	21/04/2015	74550	218 * I
AKJ2455	8762053802	02/05/2015	74550	218 * I
AMA8468	8762053907	06/05/2015	74550	218 * I
APA6503	54047574N	19/05/2015	50020	257 8\$
AXI0616	8762053774	01/05/2015	60503	208
AYM1852	8762053501	20/04/2015	74550	218 * I
BQR3507	8762053926	07/05/2015	74550	218 * I
CVA7295	8762053807	03/05/2015	56732	183
FLY5632	8762053937	07/05/2015	74550	218 * I
HQN7783	8762053931	07/05/2015	56732	183
JPM5042	8762053956	08/05/2015	74550	218 * I
LPG4463	54047573N	19/05/2015	50020	257 8\$
LQC7897	8762053812	03/05/2015	74550	218 * I
LZB5172	8762053454	18/04/2015	60503	208
LZD4278	8762053793	02/05/2015	74550	218 * I
LZL0576	8762053473	19/04/2015	74630	218 * II
MBK6465	8762053939	08/05/2015	74550	218 * I
MCH0301	8762053822	03/05/2015	74550	218 * I
MEK5501	8762053738	29/04/2015	74550	218 * I
MEM3337	8762053429	17/04/2015	74550	218 * I
MEV5634	8762053794	02/05/2015	74550	218 * I
MFO4016	54047599N	19/05/2015	50020	257 8\$
MFW1581	8762053703	27/04/2015	74550	218 * I
MGJ7954	8762053787	01/05/2015	74550	218 * I
MGS3216	8762053827	03/05/2015	74550	218 * I
MHA1986	8762053379	15/04/2015	74550	218 * I
MHM9088	8762053935	07/05/2015	74550	218 * I
MHU6716	8762053350	14/04/2015	74550	218 * I
MIB9382	8762053446	18/04/2015	74550	218 * I
MID9245	8762053955	08/05/2015	74550	218 * I
MII8229	54047575N	19/05/2015	50020	257 8\$
MIN8903	8762053873	04/05/2015	74630	218 * II
MJL5996	8762053769	01/05/2015	74550	218 * I
MJX3408	8762053546	21/04/2015	74550	218 * I
MKF3912	54047571N	19/05/2015	50020	257 8\$
MKF5359	8762053759	01/05/2015	74550	218 * I
MKH8923	8762053472	19/04/2015	74550	218 * I
MKK4271	8762053848	05/05/2015	74550	218 * I
MKZ8818	8762053463	18/04/2015	56732	183
MLR0844	8762053884	11/05/2015	74550	218 * I
MLX3371	54047578N	19/05/2015	50020	257 8\$
MLZ9071	54047577N	19/05/2015	50020	257 8\$
OQS2216	8762053865	11/05/2015	74550	218 * I
QHC5644	8762053818	03/05/2015	74550	218 * I
QHM6701	54047576N	19/05/2015	50020	257 8\$
QIL6060	8762053706	27/04/2015	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

PONTE SERRADA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 842/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 842/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIU0657	54488891D	03/04/2015	50100	162 * I
CIU0657	54488892D	03/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
CIU0657	54488893D	03/04/2015	65992	230 * V
CIU0657	54488894D	03/04/2015	69120	232
CIU0657	54488895D	03/04/2015	67261	230 * XVIII
CRG0396	54489169D	15/04/2015	65992	230 * V
CRG0396	54489170D	15/04/2015	50100	162 * I
CRG0396	54489171D	15/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LZZ5323	54264806F	11/04/2015	50100	162 * I
LZZ5323	54264807F	11/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAH0769	54489165D	11/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAH0769	54489167D	11/04/2015	50100	162 * I
MAH0769	54489168D	11/04/2015	65992	230 * V
MAU9793	54264802F	07/04/2015	69120	232
MAU9793	54264803F	07/04/2015	51851	167
MIB7372	54264810F	11/04/2015	68402	231 * VI
MIB7372	54264811D	11/04/2015	51930	168
QHC7985	54489248D	03/04/2015	68580	231 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO CALLFASS
DELEGADO DE POLICIA

PORTO BELO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1022/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWQ0707	55069100E	03/03/2015	53040	176 * III	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1023/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BIO9993	55068521E	16/02/2015	57200	186 * I	127.69
MHH6796	55068700E	25/01/2015	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1020/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GRV8961	54277921F	08/04/2015	69120	232
INO1629	55069491E	15/04/2015	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

LUANA CHAVES CERVI BACKES
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1021/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MDC8105 55069373E 05/04/2015 57970 191

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ROSILENE MARIA VERRI LUCCA
DIRETORA DE TRANSITO

PORTO UNIÃO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1373/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1373/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGJ1884	54613634C	21/02/2015	64080	221	85.12
ALA3471	54329353E	01/03/2015	65992	230 * V	191.53
AOA0556	54327628E	27/12/2014	66532	230 * XI	127.69
CEY8288	54329331E	01/03/2015	64080	221	85.12
CEY8288	54329330E	01/03/2015	69120	232	53.20
FDD0808	54200835D	23/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
GWIO542	54332195E	05/02/2015	69120	232	53.20
JFZ4110	54328449E	20/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
JFZ4110	54328447E	20/02/2015	66372	230 * IX	127.69
JFZ4110	54328450E	20/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
JFZ4110	54328448E	20/02/2015	50100	162 * I	574.61
LYA8601	54327293E	28/12/2014	50100	162 * I	574.61
MAI5695	54326460E	24/01/2015	50100	162 * I	574.61
MAI5695	54326459E	24/01/2015	65992	230 * V	191.53
MAI5695	54326461E	24/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAL1908	54326464E	26/01/2015	51691	165	1915.38
MFQ6831	54329163E	24/02/2015	50100	162 * I	574.61
MFQ6831	54329166E	24/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFQ6831	54329165E	24/02/2015	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1374/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1374/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKT1899	54328781E	09/01/2015	60501	208	191.53
AUS7560	54326151E	06/01/2015	54600	181 * IX	85.12
JFZ4110	54328079E	20/02/2015	58350	195	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CESAR FERNANDO VIGANO
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1371/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1371/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AKA7710	54329845E	25/04/2015	67261	230	*	XVIII
AKI4908	54326806E	05/05/2015	50100	162	*	I
AKK0150	54331850E	04/04/2015	51691	165		
AQG7715	54331963E	03/04/2015	51180	164	c/c	162 * I
AQZ8238	54326901E	14/04/2015	66102	230	*	VII
AUJ0533	54331775E	08/05/2015	51691	165		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1372/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1372/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CAI6630	54331925E	07/05/2015	54100	181 * IV
KZZ5617	54329637E	10/04/2015	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CESAR FERNANDO VIGANO
DIRETOR DE TRANSITO

Rio do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2101/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2101/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGF6460	54695547E	01/03/2015	65992	230 * V	191.53
BGF6460	54695548E	01/03/2015	66102	230 * VII	127.69
JQO3777	54695824E	20/01/2015	65992	230 * V	191.53
LZT0249	54695842E	27/02/2015	65992	230 * V	191.53
LZT0249	54695843E	27/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MCY4592	54695544E	28/02/2015	50100	162 * I	574.61
MDO5038	55293866D	13/01/2015	51691	165	1915.38
MEX5578	54695527E	23/01/2015	66102	230 * VII	127.69
MFK3444	54694942E	11/02/2015	65992	230 * V	191.53
MJE0312	54696645E	28/03/2015	64080	221	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2102/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2102/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACM3052	55292848D	03/02/2015	55411	181 * XVII	53.20
MAR2014	55293210D	20/03/2015	55414	181 * XVII	53.20
MBO7000	54694673E	28/02/2015	54521	181 * VIII	127.69
MIE7631	54695674E	31/01/2015	52070	169	53.20
MJR6416	55293206D	14/03/2015	60501	208	191.53
MJX7177	55293311D	23/03/2015	55416	181 * XVII	53.20
MKO3936	55293122D	21/03/2015	55411	181 * XVII	53.20
QHD0127	55293123D	25/03/2015	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA
DIRETOR DO DETURS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - ELETRONICO - 2

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 135/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCE2568	8796006762	05/02/2015	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA
DIRETOR DO DETURS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2099/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2099/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HRP8958	54698369E	19/04/2015	65992	230 * V
HZY5420	54694846E	01/05/2015	65992	230 * V
HZY5420	54694845E	01/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
HZY5420	54694844E	01/05/2015	50100	162 * I
IEY8641	54694724E	12/04/2015	65992	230 * V
MAF3490	54698454E	03/05/2015	51691	165
MDI5443	54698114E	07/04/2015	66532	230 * XI
MDT1944	54697563E	10/05/2015	51691	165
MGO8284	54696123E	19/04/2015	66102	230 * VII
MGX7782	55293180D	24/04/2015	65992	230 * V
MJY5190	54697566E	13/05/2015	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL SCLIFO ZUCON
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2100/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2100/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACJ4343	55294017D	04/05/2015	55416	181 * XVII
AGD6947	55294003D	30/04/2015	55415	181 * XVII
AJY5087	54698358E	18/04/2015	55500	181 * XVIII
AMH7021	55292883D	06/05/2015	53800	181 * I
AMK6630	54694784E	17/04/2015	57380	186 * II
LXJ6286	54698357E	15/04/2015	55500	181 * XVIII
MAJ6057	55294005D	30/04/2015	55416	181 * XVII
MDP5597	55293197D	08/05/2015	70302	244 * I
MIW3877	54697562E	09/05/2015	52070	169
MJR0835	55294006D	30/04/2015	56300	182 * VII
MJX3764	54696040E	15/04/2015	54521	181 * VIII
MJY5190	54697565E	13/05/2015	52070	169
MKT3248	55293188D	30/04/2015	55680	181 * XIX
MLH0278	55293228D	25/04/2015	54010	181 * III
MMC3816	55293183D	28/04/2015	70302	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 134/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - ELETRONICO - 2

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8796 134/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATE1177	8796007259	28/04/2015	74550	218 * I
EKT9983	8796007252	28/04/2015	74550	218 * I
ISR8693	8796007223	28/04/2015	74550	218 * I
LZT6452	8796007248	28/04/2015	74550	218 * I
MBO0628	8796007022	10/04/2015	74550	218 * I
MFR6035	8796007095	14/04/2015	74550	218 * I
MFS4094	8796007221	28/04/2015	74630	218 * II
MGA6383	8796007234	28/04/2015	74550	218 * I
MGE6835	8796007271	28/04/2015	74550	218 * I
MGO6303	8796007348	02/05/2015	74550	218 * I
MGZ5284	8796007237	28/04/2015	74550	218 * I
MHE5875	8796007254	28/04/2015	74550	218 * I
MKI0411	8796007261	28/04/2015	74550	218 * I
NLD3339	8796007344	02/05/2015	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA
DIRETOR DO DETURS

RIO DOS CEDROS**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 628/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 628/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAB5635	54574239E	08/04/2015	67261	230 * XVIII
MBL8024	54574756E	25/04/2015	64080	221
MBL8024	54574757E	25/04/2015	65992	230 * V
MJV9899	54574581E	25/04/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

SALTO VELOSO**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 288/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 288/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYT6423	54472888D	12/03/2015	55250	181 * XV	85.12
LYT6423	54472889D	12/03/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

SANTA ROSA DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 490/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 490/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MES1856	55742586E	16/03/2015	51851	167	127.69
MLM1647	55742549E	08/02/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ARI JOSE SOTO RIVA
DELEGADO DE POLICIA

SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2066/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2066/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAL5127	55907215E	07/02/2015	50100	162 * I	574.61
AAL5127	55907218E	07/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
ACQ0372	55906416E	01/02/2015	69120	232	53.20
ASC9347	55907319E	05/02/2015	69120	232	53.20
CEJ5136	54593927E	05/02/2015	66102	230 * VII	127.69
CEJ5136	55907077E	05/02/2015	50100	162 * I	574.61
CEJ5136	55907078E	05/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
JTV3658	55906097E	11/01/2015	65992	230 * V	191.53
LWV3638	55907529E	06/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAW0958	55906412E	24/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAW0958	55906018E	24/01/2015	50100	162 * I	574.61
MFJ4425	55906299E	28/02/2015	69120	232	53.20
MFR6131	55906741E	06/02/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2067/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2067/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHC6314	55907948E	19/03/2015	51851	167	127.69
ANK8819	54927529E	03/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
BOP7701	55907466E	25/02/2015	72340	250 * I * a	85.12
DLR1320	54927812E	18/02/2015	51851	167	127.69
LXA8704	55907770E	11/03/2015	51852	167	127.69
MAS3598	55906612E	16/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MCX2237	55907485E	04/03/2015	51930	168	191.53
MDN2289	54927839E	12/03/2015	51852	167	127.69
MES6270	55907079E	06/02/2015	58000	192	127.69
MEY3687	54927823E	13/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
MFM4429	54927843E	12/03/2015	51851	167	127.69
MFQ3458	54927747E	17/02/2015	73662	252 * VI	85.12
MKS0276	54927930E	12/03/2015	51851	167	127.69
MLI2250	54927877E	18/02/2015	55412	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ARNO OTTWIN HEILMANN
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 995/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 995/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHL2121	8492069655	11/03/2015	74550	218 * I	85.12
AIH6243	8492069478	01/03/2015	74550	218 * I	85.12
ARG6252	8492069791	15/03/2015	74550	218 * I	85.12
ATR4650	8492068769	24/01/2015	74550	218 * I	85.12
AWZ5359	8492069133	09/02/2015	74550	218 * I	85.12
AZA9636	8492069557	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
CLO2065	8492070005	24/03/2015	74550	218 * I	85.12
ISD4597	8492068758	23/01/2015	74550	218 * I	85.12
KFH2716	8492068853	25/01/2015	74630	218 * II	127.69
KJA7956	8492069418	22/02/2015	74630	218 * II	127.69
LXQ1855	8492069192	16/02/2015	56732	183	85.12
LYK3360	8492069461	21/02/2015	74550	218 * I	85.12
LZW6449	8492069705	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
MCY9858	8492069868	14/03/2015	74550	218 * I	85.12
MDP9821	8492068856	25/01/2015	74550	218 * I	85.12
MEL0807	8492069927	22/03/2015	56732	183	85.12
MFA8879	8492069513	04/03/2015	74550	218 * I	85.12
MFJ9626	8492068848	23/01/2015	74550	218 * I	85.12
MFV3277	8492069633	10/03/2015	56732	183	85.12
MGD5884	8492068395	07/01/2015	74550	218 * I	85.12
MGF8816	8492069759	25/02/2015	74550	218 * I	85.12
MGK5124	8492069994	22/03/2015	74550	218 * I	85.12
MGS1554	8492069649	10/03/2015	74550	218 * I	85.12
MHH6291	8492069976	22/03/2015	60503	208	191.53
MII8221	8492068574	15/01/2015	60503	208	191.53
MIL7216	8492068736	15/01/2015	74550	218 * I	85.12
MIS0777	8492068571	20/01/2015	60503	208	191.53
MKP5304	8492069658	05/03/2015	74550	218 * I	85.12
MKU6004	54032594N	05/03/2015	50020	257 8S	85.12
MKW0492	8492068412	13/01/2015	74550	218 * I	85.12
MLJ0313	8492069398	22/02/2015	74710	218 * III	574.61
MLS1750	8492069877	13/03/2015	74630	218 * II	127.69
MLT0608	8492068760	24/01/2015	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ARNO OTTWIN HEILMANN
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2064/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2064/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHV3918	55907595E	12/04/2015	65992	230 * V
AKC7300	55907175E	14/04/2015	65992	230 * V
ANE8741	55908145E	05/05/2015	65992	230 * V
BMV9018	54594793E	10/05/2015	65992	230 * V
LND8142	55908436E	07/05/2015	65992	230 * V
LXH8923	55908230E	02/04/2015	66372	230 * IX
LXH8923	55908229E	02/04/2015	67261	230 * XVIII
LYE8805	55908618E	13/05/2015	65992	230 * V
LYF9272	55907149E	10/05/2015	65992	230 * V
LZB9247	55908811E	07/05/2015	50100	162 * I
LZO7482	54594681E	10/05/2015	51262	164 c/c 162 * II
LZO7482	54594680E	10/05/2015	50292	162 * II
LZO7482	54594679E	10/05/2015	65992	230 * V
MCW2750	55908822E	11/05/2015	67261	230 * XVIII
MFC6796	55906859E	10/05/2015	65992	230 * V
MGC4144	55908615E	11/05/2015	69120	232
MGU3803	55908704E	07/05/2015	65992	230 * V
MIG8440	55908143E	04/05/2015	53200	176 * V
MIQ9881	55908661E	15/05/2015	64080	221
MIY7292	55908910E	11/05/2015	65992	230 * V
MJG7171	55908182E	15/04/2015	65992	230 * V
MJY8292	55908435E	07/05/2015	65992	230 * V
MLH1004	54074089D	13/04/2015	67000	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS
DELEGADO REGIONAL

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2065/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2065/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AGN5853	55908554E	07/04/2015	59670	203 * V
AGN5853	55908553E	07/04/2015	62700	220 * II
HHY6736	55908149E	08/05/2015	55415	181 * XVII
LYE8805	55908617E	13/05/2015	54521	181 * VIII
LYF9272	55907150E	10/05/2015	51930	168
LYJ2705	55908557E	03/04/2015	62620	220 * I
LZB9420	55908655E	11/05/2015	54521	181 * VIII
MAY6765	54928212E	29/04/2015	55412	181 * XVII
MBV1437	54928312E	14/05/2015	73662	252 * VI
MBZ8374	55908954E	08/05/2015	61220	214 * I
MCM5206	54928301E	07/05/2015	70301	244 * I
MDN5717	54928146E	02/05/2015	55412	181 * XVII
MEC3182	54928163E	07/04/2015	73662	252 * VI
MJD2007	54928310E	06/05/2015	51851	167
MJI3570	54928162E	07/04/2015	73662	252 * VI
MKL0695	55907148E	10/05/2015	57380	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ARNO OTTWIN HEILMANN
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 994/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - ELETRONIC

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8492 994/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHL8696	8492070968	02/05/2015	74550	218 * I
ATZ1545	8492070959	02/05/2015	74550	218 * I
AUN4444	8492070979	06/05/2015	74550	218 * I
LQC1998	8492070279	05/04/2015	56732	183
LXM7084	8492070746	27/04/2015	74550	218 * I
LYJ6391	8492071008	10/05/2015	74550	218 * I
LYJ6392	8492070297	03/04/2015	74550	218 * I
LYT1321	8492070242	03/04/2015	74550	218 * I
MBS9736	8492070313	04/04/2015	74550	218 * I
MCJ3256	54041841N	17/04/2015	50020	257 8\$
MCJ8001	8492070278	04/04/2015	60503	208
MDQ2567	8492070996	08/05/2015	74550	218 * I
MEV3568	8492070244	04/04/2015	74550	218 * I
MFR2611	8492071006	07/05/2015	74550	218 * I
MFR2611	8492070910	05/05/2015	74550	218 * I
MGX9548	8492070978	04/05/2015	74550	218 * I
MIV4183	8492070288	03/04/2015	60503	208
MJC2199	8492070948	02/05/2015	74550	218 * I
MJK9407	8492070295	03/04/2015	74550	218 * I
MKP2748	8492070919	05/05/2015	60503	208
OKG2118	8492070257	01/04/2015	74550	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ARNO OTTWIN HEILMANN
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO CARLOS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 685/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 685/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFS4162	55617055C	05/03/2015	50100	162 * I	574.61
MFS4162	55617056C	05/03/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 683/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 683/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEB3757	55617125C	25/04/2015	65992	230 * V
IEB3757	55617127C	25/04/2015	50100	162 * I
MFR7149	55616510C	19/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 684/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 684/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IEB3757	55617126C	25/04/2015	58350	195
IEB3757	55617128C	25/04/2015	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

VOLNEI MUMBER
DIRETOR DE TRANSITO

São Domingos

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 637/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 637/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXN2931	54940452D	17/02/2015	52741	175	1915.38
CXN2931	54940453D	17/02/2015	52741	175	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

MAIKO FRANK VIVI
DELEGADO DE POLICIA

São João do Oeste

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 351/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8310 351/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MAP1415 55867827D 19/04/2015 51851 167
MJE5586 55846992D 24/04/2015 63944 220 * XIV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

São João do Sul

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 506/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 506/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

CHO6034 55308047D 07/05/2014 65992 230 * V 191.53
CHO6034 55308046D 07/05/2014 50100 162 * I 574.61
CNN2970 54544677E 12/01/2014 55250 181 * XV 85.12
CSW4836 54544631E 05/12/2013 53800 181 * I 85.12
DAF1313 54544691E 16/02/2014 55250 181 * XV 85.12
IEL9857 54544681E 15/01/2014 51851 167 127.69
IJL1810 54544714E 26/04/2014 58350 195 127.69

IKK4278	55308045D	03/05/2014	50100	162	*	I	574.61
IKK4278	54544712E	05/04/2014	58350	195			127.69
IKK4278	54544711E	05/04/2014	66531	230	*	XI	127.69
IKM9292	54544668E	03/01/2014	51851	167			127.69
IKV5579	54544749E	17/06/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
ILQ5174	55308135D	21/06/2014	69120	232			53.20
ILT5103	54544871E	31/08/2014	65992	230	*	V	191.53
ILT5103	54544872E	31/08/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
ILT5103	54544870E	31/08/2014	50100	162	*	I	574.61
IMT5903	54544703E	05/04/2014	52070	169			53.20
INY0905	54544722E	11/05/2014	70302	244	*	I	191.53
ITV1290	54544906E	13/09/2014	50450	162	*	V	191.53
LWW1706	54544910E	19/09/2014	50100	162	*	I	574.61
LWW1706	54544911E	19/09/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
LXO6702	54544822E	22/08/2014	65992	230	*	V	191.53
LXO6702	54544821E	22/08/2014	50100	162	*	I	574.61
LYI0351	55308329D	01/12/2013	51180	164	c/c	162 * I	574.61
LYI0351	55308328D	01/12/2013	65992	230	*	V	191.53
LYI0351	55308327D	01/12/2013	50100	162	*	I	574.61
LYL6745	54544861E	04/08/2014	66102	230	*	VII	127.69
MBD3298	54544627E	17/11/2013	65800	230	*	IV	191.53
MBD3298	54544628E	17/11/2013	50100	162	*	I	574.61
MBE6657	55308338D	27/02/2014	66371	230	*	IX	127.69
MBE6657	55308337D	27/02/2014	66700	230	*	XIII	127.69
MBE6657	55308336D	27/02/2014	65992	230	*	V	191.53
MBT2976	55308330D	28/01/2014	50100	162	*	I	574.61
MBT2976	55308332D	28/01/2014	65992	230	*	V	191.53
MBZ2364	54544762E	05/07/2014	52070	169			53.20
MCA0216	54544879E	27/10/2014	66532	230	*	XI	127.69
MDC3367	54544866E	16/08/2014	52152	170			191.53
MDC3367	54544864E	16/08/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MDC3367	54544698E	25/02/2014	66531	230	*	XI	127.69
MDC3367	54544695E	25/02/2014	50100	162	*	I	574.61
MDR9658	54544645E	05/12/2013	53800	181	*	I	85.12
MEI1578	54544623E	17/11/2013	65992	230	*	V	191.53
MEJ1591	54544705E	05/04/2014	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MEN1597	54544767E	14/09/2014	50100	162	*	I	574.61
MFJ4823	54544644E	11/12/2013	55411	181	*	XVII	53.20
MIB8461	54544689E	28/01/2014	73400	252	*	IV	85.12
MIF5406	54544854E	20/07/2014	65992	230	*	V	191.53
MJB7697	54544673E	06/01/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MJB7907	54544876E	06/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MJC9775	54544908E	16/09/2014	50450	162	*	V	191.53
MJK4056	54544742E	07/06/2014	50100	162	*	I	574.61
MJY2914	54544915E	10/10/2014	69120	232			53.20
MKQ7652	54544635E	08/12/2013	53800	181	*	I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 505/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 505/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKF8391	55308465D	10/04/2015	65992	230 * V
LYS4914	54544949E	25/04/2015	50100	162 * I
LYS4914	54544950E	25/04/2015	51180	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUDINEI CHARAO TEIXEIRA
DELEGADO DE POLICIA

São Joaquim

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1163/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1163/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXF5093	54091562E	17/12/2014	65992	230 * V	191.53
MEH4197	54091613E	15/02/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1164/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1164/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHV8503	54091770E	11/03/2015	73662	252 * VI	85.12
PFB0575	54091756E	25/02/2015	54360	181 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1161/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1161/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFP6986	54091635E	24/04/2015	50100	162 * I
AFP6986	54091636E	24/04/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JOS CARLOS GARCIA
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1162/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1162/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFD9807 54091895E 15/05/2015 73662 252 * VI
MLT6515 54091592E 16/04/2015 54522 181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

STELIO BONELLI PORTO
AUTORIDADE DE TRANSITO

São José

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2033/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2033/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AKU2849	55826396E	22/01/2015	69120	232		53.20
AKU2849	55826397E	22/01/2015	50291	162	* II	957.69
BUJ9080	55825704E	07/02/2015	50100	162	* I	574.61
BUJ9080	55825705E	07/02/2015	65992	230	* V	191.53
CEA0151	55087189E	07/03/2015	50100	162	* I	574.61
CIC4711	55827185E	03/02/2015	64160	221	Unico	85.12
CIC4711	55827186E	03/02/2015	67261	230	* XVIII	127.69
DZI4156	55942505E	04/03/2015	50100	162	* I	574.61
GZT2531	55539830E	27/02/2015	66102	230	* VII	127.69
ICK1765	55827217E	10/02/2015	67261	230	* XVIII	127.69
JQM4711	55827542E	05/03/2015	66102	230	* VII	127.69

JYP7200	55828080E	22/03/2015	50100	162	*	I	574.61
JYP7200	55828081E	22/03/2015	66372	230	*	IX	127.69
LWV9822	55826309E	13/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
LXB9958	55825712E	22/02/2015	50100	162	*	I	574.61
LZG5718	55942525E	12/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MCN8804	55827312E	06/03/2015	66102	230	*	VII	127.69
MCT4592	55827271E	13/02/2015	66531	230	*	XI	127.69
MCT4592	55827272E	13/02/2015	66101	230	*	VII	127.69
MCT4592	55827273E	13/02/2015	67691	230	*	XXII	85.12
MDJ5713	54446590E	20/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MDJ5713	54446591E	20/01/2015	50371	162	*	III	574.61
MDQ1121	55823277E	04/03/2015	65800	230	*	IV	191.53
MDQ7512	55826017E	13/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MDZ1026	55825927E	19/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MEA1875	55942519E	06/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MEE2084	55827651E	10/02/2015	73400	252	*	IV	85.12
MEE2084	55827652E	10/02/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MEW3384	55826496E	28/01/2015	66102	230	*	VII	127.69
MFJ3546	55827337E	12/03/2015	50100	162	*	I	574.61
MFR8819	55942341E	09/03/2015	66102	230	*	VII	127.69
MFR8819	55942344E	09/03/2015	65992	230	*	V	191.53
MGA6817	55826438E	08/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MGB7673	55827262E	13/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MGF8508	55827510E	24/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MHA4924	55827507E	24/02/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MHA5564	55827008E	28/01/2015	69120	232			53.20
MIM6850	55086930E	18/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MKR5191	55942571E	10/03/2015	51691	165			1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2034/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2034/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AXU9734	55826242E	18/02/2015	57200	186 * I	127.69
AXU9734	55826243E	18/02/2015	60175	206 * III	191.53
BMJ9189	55542085E	10/01/2015	58350	195	127.69
EBW1579	55827817E	05/03/2015	55090	181 * XIII	85.12
IQU1105	55541387E	08/03/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LYH4367	55917138D	12/03/2015	54521	181 * VIII	127.69
MCN8804	55827311E	06/03/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MEA9175	55826091E	08/03/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MEE2084	55827653E	10/02/2015	70561	244 * III	191.53
MGA3087	55541518E	22/01/2015	70561	244 * III	191.53
MIH4525	55824855E	28/02/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MJH3721	55541634E	25/09/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MKC5228	55942753E	16/03/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MKH9684	54768393E	13/01/2015	61220	214 * I	191.53
MLX9801	55942433E	21/03/2015	55500	181 * XVIII	85.12
OAD9809	55825382E	26/01/2015	55416	181 * XVII	53.20
OKF7217	55942361E	10/03/2015	54521	181 * VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1553/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1553/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AOB0367	55677048C	05/03/2015	51851	167	127.69
AXX5454	55675894C	23/03/2015	54600	181 * IX	85.12
FGY0255	55670695C	04/10/2014	55500	181 * XVIII	85.12

LNN3787	55677315C	05/03/2015	51851	167		127.69
LOC1699	55645348C	12/01/2015	73662	252	* VI	85.12
LYL4302	55677190C	11/03/2015	54521	181	* VIII	127.69
MAK3353	55677054C	26/02/2015	55414	181	* XVII	53.20
MAM2919	55674555C	03/03/2015	55680	181	* XIX	127.69
MAY9296	55674625C	05/03/2015	51851	167		127.69
MBQ0313	55677162C	05/03/2015	55414	181	* XVII	53.20
MEI8803	54037282N	30/03/2015	50020	257	8\$	53.20
MEK3225	54034066N	10/03/2015	50020	257	8\$	53.20
MEW4818	55677410C	11/03/2015	56222	182	* VI	53.20
MFF0248	55677157C	04/03/2015	54521	181	* VIII	127.69
MFS3083	55674617C	21/02/2015	55680	181	* XIX	127.69
MFY2022	55677372C	06/03/2015	60501	208		191.53
MGG3282	55677484C	16/03/2015	55414	181	* XVII	53.20
MGY6838	55676773C	28/01/2015	54521	181	* VIII	127.69
MGY7087	55676319C	06/03/2015	55680	181	* XIX	127.69
MHE3856	55677475C	16/03/2015	55500	181	* XVIII	85.12
MHH1799	54028121N	19/02/2015	50020	257	8\$	53.20
MHM6005	55676436C	09/02/2015	51930	168		191.53
MIC6212	55661544C	24/03/2015	55500	181	* XVIII	85.12
MIN7483	55675210C	26/02/2015	61220	214	* I	191.53
MIT4813	55677068C	05/03/2015	73662	252	* VI	85.12
MJC5446	55677923C	25/03/2015	55411	181	* XVII	53.20
MJY5524	55677355C	06/03/2015	55414	181	* XVII	53.20
MJY8888	55677181C	11/03/2015	54521	181	* VIII	127.69
MLE3558	54037284N	27/03/2015	50020	257	8\$	127.69
MLK9286	55666546C	19/01/2015	55500	181	* XVIII	85.12
MLL0644	55677172C	05/03/2015	54521	181	* VIII	127.69
MLQ3989	55677173C	04/03/2015	54521	181	* VIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2031/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2031/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKN3815	55944020E	09/05/2015	50450	162 * V
AKN3815	55944021E	09/05/2015	67261	230 * XVIII
BSV9973	55943855E	14/04/2015	66102	230 * VII
DPG4083	55945515E	08/05/2015	67000	230 * XVI
EEK3232	55943291E	14/04/2015	69120	232
EEK3232	55943292E	14/04/2015	69120	232
ERK3750	55944005E	05/05/2015	65992	230 * V
ERK3750	55944006E	05/05/2015	66102	230 * VII
GPF1328	55824236E	04/04/2015	50100	162 * I
HLH7241	55943927E	11/05/2015	65992	230 * V
IEQ0610	55943866E	14/04/2015	50100	162 * I
IGQ0128	55945802E	08/05/2015	50450	162 * V
IGQ0128	55945803E	08/05/2015	64080	221
IHT5547	55943980E	14/05/2015	65992	230 * V
IHT5547	55943981E	14/05/2015	50100	162 * I
IHT5547	55943982E	14/05/2015	67261	230 * XVIII
ILM5479	55942860E	27/03/2015	66102	230 * VII
JHT4956	55827082E	13/05/2015	66372	230 * IX
LOC6154	55943956E	13/05/2015	50450	162 * V
LWT1393	55943414E	07/04/2015	69120	232
LWT1393	55943415E	07/04/2015	50100	162 * I
LXD3233	55943322E	07/04/2015	67000	230 * XVI
LYW8449	55945801E	08/05/2015	66372	230 * IX
LYW8449	55945624E	08/05/2015	50100	162 * I
LYW8449	55945626E	08/05/2015	67261	230 * XVIII
LZU9571	55823300E	11/04/2015	66102	230 * VII
LZU9571	55823299E	11/04/2015	65992	230 * V
LZU9571	55823292E	11/04/2015	50100	162 * I
LZU9571	55823296E	11/04/2015	67000	230 * XVI
LZU9571	55823298E	11/04/2015	66102	230 * VII
MAY1196	55945675E	06/05/2015	66102	230 * VII
MAY1196	55945677E	06/05/2015	66372	230 * IX
MBB4154	55943555E	14/05/2015	64080	221
MBK5939	55822229E	07/05/2015	66371	230 * IX
MBY6091	55943886E	16/04/2015	65992	230 * V
MBY6091	55943887E	16/04/2015	50450	162 * V
MCB7499	55945056E	09/05/2015	65992	230 * V
MCB7499	55945057E	09/05/2015	65561	230 * I
MCJ0904	55945678E	06/05/2015	50450	162 * V
MCJ0904	55945679E	06/05/2015	69120	232
MCK6655	55824110E	15/04/2015	67000	230 * XVI
MDR3707	54932397E	16/04/2015	66371	230 * IX
MEM3965	55827732E	08/05/2015	66372	230 * IX
MEM3965	55827733E	08/05/2015	67000	230 * XVI
MEP6972	55945640E	12/05/2015	67261	230 * XVIII
MFD5235	55823289E	11/04/2015	65564	230 * I
MFD5776	55945203E	09/05/2015	50100	162 * I
MFI2924	55945059E	12/05/2015	69120	232
MFI2924	55945063E	12/05/2015	66371	230 * IX
MFJ2972	55945685E	06/05/2015	73400	252 * IV
MFJ2972	55945605E	06/05/2015	50371	162 * III
MFJ2972	55945606E	06/05/2015	69120	232
MFJ2972	55945607E	06/05/2015	65992	230 * V
MFJ2972	55945609E	06/05/2015	65564	230 * I
MFJ2972	55945611E	06/05/2015	50881	163 c/c 162 * III

MFL0855	55082221E	21/04/2015	66020	230	*	VI
MFL4729	55943872E	15/04/2015	50371	162	*	III
MFM7442	55827628E	07/05/2015	69120	232		
MFQ6613	55943503E	29/04/2015	50100	162	*	I
MGD5716	55823024E	05/05/2015	50100	162	*	I
MGD5716	55823025E	05/05/2015	66371	230	*	IX
MGD5716	55823026E	05/05/2015	69120	232		
MGD5716	55945753E	01/05/2015	66371	230	*	IX
MGD5716	55945754E	01/05/2015	50100	162	*	I
MGF7958	55944013E	09/05/2015	50100	162	*	I
MGG3205	55827625E	30/04/2015	50450	162	*	V
MGG3205	55827626E	30/04/2015	65992	230	*	V
MGW5161	55540898E	24/04/2015	65992	230	*	V
MGY2607	55945625E	08/05/2015	67261	230	*	XVIII
MHU1285	55944904E	11/05/2015	69120	232		
MIA6696	55944311E	12/05/2015	67000	230	*	XVI
MIC4171	55945770E	16/05/2015	50100	162	*	I
MIC4171	55945772E	16/05/2015	69120	232		
MIC4171	55945773E	16/05/2015	52741	175		
MIF6713	55943280E	10/04/2015	67000	230	*	XVI
MIH0508	55945618E	07/05/2015	50100	162	*	I
MIH0508	55945619E	07/05/2015	66371	230	*	IX
MIH0508	55945620E	07/05/2015	67000	230	*	XVI
MIH0508	55945621E	07/05/2015	66020	230	*	VI
MIK0888	55943284E	14/04/2015	67000	230	*	XVI
MIK6793	55945676E	06/05/2015	65992	230	*	V
MIM9303	55943852E	14/04/2015	65992	230	*	V
MIO4724	55827735E	15/05/2015	50371	162	*	III
MIO4724	55827741E	15/05/2015	69120	232		
MIO4724	55827742E	15/05/2015	64080	221		
MIP8212	55943933E	11/05/2015	65992	230	*	V
MIP8212	55943934E	11/05/2015	50100	162	*	I
MIV8387	55946160E	15/05/2015	66372	230	*	IX
MJH2073	55943950E	13/05/2015	65564	230	*	I
MJH2073	55943954E	13/05/2015	67261	230	*	XVIII
MJI6731	55945622E	08/05/2015	50100	162	*	I
MJL5789	55943889E	16/04/2015	67261	230	*	XVIII
MJL6452	55946158E	15/05/2015	69120	232		
MJL6452	55946159E	15/05/2015	69120	232		
MJM8783	55943878E	15/04/2015	50292	162	*	II
MJW8281	55943867E	14/04/2015	66531	230	*	XI
MKD5037	55943869E	14/04/2015	50100	162	*	I
MLM9033	55945804E	08/05/2015	50531	162	*	VI
MLQ9111	55945650E	13/05/2015	65992	230	*	V
MLW8391	55943884E	16/04/2015	69120	232		
QHD7854	55945304E	13/05/2015	69120	232		
QHD7854	55945305E	13/05/2015	64080	221		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2032/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2032/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALX7795	55945726E	14/05/2015	57380	186 * II
AMP2541	55943757E	28/04/2015	53800	181 * I
ARE2665	55944310E	11/05/2015	51851	167
CNP7050	55943155E	31/03/2015	51851	167
CNP7050	55943156E	31/03/2015	58350	195
LYI4186	55942965E	01/04/2015	54521	181 * VIII
LZU9571	55823297E	11/04/2015	51851	167
MAX0200	55944374E	22/04/2015	51851	167
MCM9205	55944088E	08/05/2015	73662	252 * VI
MCS4664	55945709E	07/05/2015	55414	181 * XVII
MDR3707	54932398E	16/04/2015	70561	244 * III
MEO5670	55823288E	11/04/2015	55500	181 * XVIII
MFJ2972	55945608E	06/05/2015	70301	244 * I
MFJ2972	55945610E	06/05/2015	70991	244 * V II
MFJ2972	55945686E	06/05/2015	52070	169
MFJ2972	55945687E	06/05/2015	58191	193
MGA8339	55822690E	11/04/2015	55500	181 * XVIII
MGD5716	55823027E	05/05/2015	51851	167
MGF7958	55944019E	09/05/2015	58350	195
MGW5161	55540899E	24/04/2015	58350	195
MHW8558	55943515E	15/05/2015	56731	183
MJA2974	55540481E	13/04/2015	54790	181 * X
MJD7238	55943351E	31/03/2015	73662	252 * VI
MJD7238	55943352E	31/03/2015	51851	167
MKD2469	55945208E	10/05/2015	55500	181 * XVIII
MKE3532	54046663N	12/05/2015	50020	257 8\$
MKG7727	55942786E	13/04/2015	55500	181 * XVIII
MKQ1901	55944452E	20/04/2015	51851	167
MLD3268	55942780E	13/04/2015	55500	181 * XVIII
MLF2920	54047669N	19/05/2015	50020	257 8\$
MLF4319	55827834E	02/04/2015	55500	181 * XVIII
MLH6853	55827966E	10/05/2015	55500	181 * XVIII
MLZ9337	55945703E	06/05/2015	55500	181 * XVIII
OLD1604	55944159E	10/05/2015	55500	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1551/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1551/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EXU2000	55678454C	22/04/2015	65992	230 * V
EXU2000	55678455C	22/04/2015	50100	162 * I
HHI4726	55678808C	12/05/2015	67000	230 * XVI
LWX9682	55656360C	13/05/2015	50100	162 * I
LWX9682	55656361C	13/05/2015	65992	230 * V
MCC9437	55678010C	16/04/2015	65992	230 * V
MFH0893	55678369C	26/04/2015	50100	162 * I
MIG5052	55676082C	14/04/2015	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1552/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 1552/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADV1888	55678604C	27/04/2015	60175	206 * III
BAA0902	55672927C	11/04/2015	54521	181 * VIII
CMN9086	55678394C	08/05/2015	55414	181 * XVII
EVQ1393	55678291C	12/05/2015	55416	181 * XVII
HWT0023	55677389C	14/05/2015	73662	252 * VI
ILN7280	55678422C	22/04/2015	55680	181 * XIX
IMU3655	55678913C	15/05/2015	55500	181 * XVIII
KHO9352	55678413C	18/04/2015	54521	181 * VIII
LWU4456	55678924C	16/05/2015	54521	181 * VIII
LYT8989	55679573C	08/05/2015	52070	169
MAB2550	55671974C	30/04/2015	55411	181 * XVII
MBO6173	55678768C	08/05/2015	54522	181 * VIII
MDY1206	55677441C	13/05/2015	54521	181 * VIII
MEF7530	55679591C	12/05/2015	55415	181 * XVII
MEI6927	55678819C	16/05/2015	55680	181 * XIX
MEL0783	55672933C	15/04/2015	51851	167
MEY0373	55673339C	13/04/2015	54600	181 * IX
MFA5477	55677820C	13/04/2015	60411	207
MFK1135	55672936C	15/04/2015	60501	208
MFO3214	55678953C	16/05/2015	55090	181 * XIII
MFQ4777	55675219C	09/04/2015	55411	181 * XVII
MFS0323	55678822C	16/05/2015	55500	181 * XVIII
MFY0128	55678258C	18/04/2015	55500	181 * XVIII
MFZ8939	55679522C	14/05/2015	61220	214 * I
MGJ3383	55677440C	10/05/2015	55416	181 * XVII
MGL4819	55679505C	06/05/2015	73662	252 * VI
MGQ6364	55678952C	12/05/2015	54521	181 * VIII
MGZ4629	55676863C	18/04/2015	55411	181 * XVII
MHM1385	55679557C	06/05/2015	52070	169
MHZ5911	55678403C	14/04/2015	55500	181 * XVIII
MHZ7976	55678205C	07/05/2015	57380	186 * II
MIG6166	55677415C	16/04/2015	60681	209
MIO8280	55679554C	06/05/2015	55680	181 * XIX
MIP7068	55678257C	14/04/2015	55680	181 * XIX
MIQ3518	55679585C	12/05/2015	55414	181 * XVII
MIY7473	55678407C	18/04/2015	55090	181 * XIII
MJS4148	55679569C	08/05/2015	73662	252 * VI

MJS9144	55679518C	12/05/2015	55414	181	*	XVII
MJU7135	55677833C	17/04/2015	60681	209		
MJX8562	55669287C	14/04/2015	55411	181	*	XVII
MKA0297	55679576C	12/05/2015	73662	252	*	VI
MKE0646	55677086C	20/04/2015	55500	181	*	XVIII
MKO4000	55677950C	22/04/2015	55414	181	*	XVII
MKQ1450	55678298C	12/05/2015	54521	181	*	VIII
MKZ9539	55679580C	12/05/2015	73662	252	*	VI
MLA7574	55678855C	08/05/2015	54521	181	*	VIII
MLA8432	55677835C	17/04/2015	60681	209		
MLW4962	55678430C	22/04/2015	54521	181	*	VIII
MMD5527	55678302C	13/04/2015	55500	181	*	XVIII
MMK9663	55678415C	18/04/2015	55500	181	*	XVIII
MMM7066	55676089C	08/04/2015	51851	167		
MMM7066	55676090C	08/04/2015	51852	167		
OKG6191	55674923C	14/04/2015	53800	181	*	I
OKG6191	55678425C	22/04/2015	55414	181	*	XVII
PFE4453	55678304C	13/04/2015	55500	181	*	XVIII
QHF0432	55678206C	11/05/2015	55411	181	*	XVII
QIV1414	55674924C	15/04/2015	57380	186	*	II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES
AUTORIDADE DE TRANSITO

São José do Cedro

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 731/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 731/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GUP1891	55873296D	18/03/2015	51851	167	127.69

MLK7677	55842020D	06/02/2015	56141	182 * V	127.69
MLK7677	55842019D	06/02/2015	65480	229	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 730/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 730/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACA7294	55873349D	23/04/2015	55250	181 * XV
LYN4910	55873249D	12/05/2015	50100	162 * I
MKN4333	55873345D	14/04/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

SÃO LOURENÇO DO OESTE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1176/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1176/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFZ3683	54247563E	20/05/2014	66532	230 * XI	127.69
ALE6248	54247220E	24/08/2014	50450	162 * V	191.53
LXT0516	54247508E	29/03/2014	50100	162 * I	574.61
LYI6736	54247678E	18/09/2014	65992	230 * V	191.53
MCF0845	54247763E	10/09/2014	65561	230 * I	191.53
MCI1725	54247171E	08/10/2014	69120	232	53.20
MCI1725	54247597E	08/10/2014	65992	230 * V	191.53
MEA0225	54250302E	01/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEA0225	54250303E	01/02/2015	50100	162 * I	574.61
MES5161	54247707E	23/09/2014	50100	162 * I	574.61
MFD2073	54247775E	18/10/2014	51691	165	1915.38
MFN2799	54246787E	13/09/2014	66610	230 * XII	127.69
MGB8018	54250309E	09/03/2015	65992	230 * V	191.53
MIN7412	54246781E	16/05/2014	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1177/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1177/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW9613	54247320E	30/03/2014	60501	208	191.53
MHT4211	54250308E	09/03/2015	51852	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JUCIMAR JOSE GARBIN
AUTORIDADE DE TRANSITO**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8116 1174/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1174/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGR9312	54247856E	08/04/2015	50100	162 * I
AGR9312	54247854E	08/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
AVZ7090	54249026E	13/04/2015	69120	232
LYT1226	54247963E	15/05/2015	69120	232

MBX2603 54250330E 11/04/2015 50100 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1175/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO D'OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1175/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ARJ0605	54247921E	17/05/2015	54525	181 * VIII
BEM7722	54248051E	15/05/2015	51851	167
HCG6395	54247959E	14/05/2015	51851	167
MBX2603	54250331E	11/04/2015	58192	193
MIW6041	54247926E	17/05/2015	54525	181 * VIII
MJF6622	54247198E	11/04/2015	60501	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JUCIMAR JOSE GARBIN
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO MIGUEL DO OESTE

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 742/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 742/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFW5856	8750218405	11/03/2015	74550	218 * I	85.12
AHE6201	8750216959	27/02/2015	74630	218 * II	127.69
AIG4900	8750218388	13/03/2015	74550	218 * I	85.12
AIN9154	8750214133	29/01/2015	74630	218 * II	127.69
AJK1851	8750216953	25/02/2015	74550	218 * I	85.12
AKG6795	8750218905	20/03/2015	74550	218 * I	85.12
AQR1028	8750215920	11/02/2015	74630	218 * II	127.69
ATS6366	8750218195	13/03/2015	74550	218 * I	85.12
BEU6000	8750216443	15/02/2015	74550	218 * I	85.12
BMF7708	8750219405	22/03/2015	74550	218 * I	85.12
DAY6698	8750217003	24/02/2015	74550	218 * I	85.12
DFL6750	8750212971	21/01/2015	74630	218 * II	127.69
DQP1959	8750219093	23/03/2015	74550	218 * I	85.12
DQP1959	8750219161	23/03/2015	74550	218 * I	85.12
GZR2530	8750216738	22/02/2015	74550	218 * I	85.12
IHU4485	8750216058	12/02/2015	74550	218 * I	85.12
ILG2791	8750219351	23/03/2015	60503	208	191.53
ILP1298	8750216990	27/02/2015	74550	218 * I	85.12
IRS1667	8750216609	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
ISJ8970	8750218499	16/03/2015	74550	218 * I	85.12
ITF1880	8750216049	11/02/2015	74550	218 * I	85.12
IUJ7870	8750216301	17/02/2015	74550	218 * I	85.12
JFQ5685	8750215985	14/02/2015	74550	218 * I	85.12
JYS5855	8750219041	23/03/2015	74550	218 * I	85.12
KAZ1622	8750217054	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
MBH6701	8750216607	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
MDE0667	8750216558	20/02/2015	74550	218 * I	85.12
MGO7869	8750219445	21/03/2015	74550	218 * I	85.12
MIT0378	8750217214	01/03/2015	74550	218 * I	85.12
MKK9166	8750219077	23/03/2015	74550	218 * I	85.12
MLS5838	8750216515	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
MMM3987	8750216936	02/03/2015	74550	218 * I	85.12
NOK2066	8750218705	10/03/2015	74550	218 * I	85.12
NSX2586	8750188313	29/08/2014	74630	218 * II	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CASSIO AUGUSTO DA SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1827/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1827/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMU1117	55865420D	30/04/2015	66700	230 * XIII
CBF1372	55865724D	17/05/2015	66700	230 * XIII
JZD9949	55858869D	20/04/2015	50100	162 * I
JZD9949	55858870D	20/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
JZD9949	55858871D	20/04/2015	65992	230 * V
LXR0835	55864878D	23/04/2015	65992	230 * V
LXR0835	55864880D	23/04/2015	69120	232
LXR0835	55864879D	23/04/2015	65561	230 * I
LXR4475	55864789D	04/05/2015	65992	230 * V
LXR4475	55864790D	04/05/2015	69120	232
LXR4475	55864795D	04/05/2015	67261	230 * XVIII
LXR4475	55864796D	04/05/2015	66371	230 * IX
LZW6072	55864758D	18/04/2015	50100	162 * I
LZW6072	55864759D	18/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAB0139	55864009D	03/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MAB0139	55864010D	03/05/2015	66372	230 * IX
MAB0139	55864125D	03/05/2015	50100	162 * I
MAB0139	55602875C	03/05/2015	64080	221
MAB0139	55602874C	03/05/2015	69120	232
MBO2052	55864338D	22/04/2015	66372	230 * IX
MBO2052	55864628D	22/04/2015	67000	230 * XVI
MBT3610	55864372D	04/05/2015	50100	162 * I

MCG3564	55863922D	19/04/2015	50450	162	* V
MCG3564	55863923D	19/04/2015	69120	232	
MDO6381	55864013D	08/05/2015	50100	162	* I
MDO6381	55864014D	08/05/2015	65992	230	* V
MDR2039	55865426D	28/04/2015	65992	230	* V
MEL7127	55865712D	04/05/2015	73400	252	* IV
NBU5038	55865175D	13/05/2015	50100	162	* I
NBU5038	55865177D	13/05/2015	69120	232	
NBU5038	55865178D	13/05/2015	51180	164	c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1828/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 1828/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMU1117	55865421D	30/04/2015	52070	169
AMU1117	55864578D	07/05/2015	58350	195
BYB3905	55864343D	01/05/2015	72340	250 * I * a
CBF1372	55865725D	17/05/2015	52070	169
CNA5138	55858875D	02/05/2015	51851	167
COR0355	55865707D	04/05/2015	73662	252 * VI
MFX0483	55858872D	24/04/2015	51851	167
MGI4989	55865434D	06/05/2015	51851	167
MHL4976	55865080D	23/04/2015	54600	181 * IX
MIB0573	55865395D	20/05/2015	73662	252 * VI
MIG0659	55864991D	16/04/2015	59670	203 * V
MIG0659	55864992D	16/04/2015	52152	170

MJU7444	55865082D	23/04/2015	73662	252 * VI
NBU5038	55865530D	13/05/2015	58350	195
NBU5038	55865531D	13/05/2015	52152	170
NBU5038	55865176D	13/05/2015	52070	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CASSIO AUGUSTO DA SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 741/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 741/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABZ5382	8750222367	13/04/2015	60503	208
ADJ6638	8750225602	09/05/2015	74550	218 * I
AFC6483	8750225987	30/04/2015	74550	218 * I
AFN3070	8750223676	21/04/2015	74550	218 * I
AFZ2713	8750223111	20/04/2015	56732	183
AHK7496	8750222143	12/04/2015	74550	218 * I
AHY0950	8750225821	07/05/2015	60503	208
AIK0198	8750221827	12/04/2015	74550	218 * I
AJA9074	8750221856	08/04/2015	74550	218 * I
AKL7626	8750225673	11/05/2015	74550	218 * I
AKY7536	8750225659	10/05/2015	60503	208
ALW2026	8750222203	08/04/2015	56732	183
AMM9914	8750224507	23/04/2015	74550	218 * I
AUB4165	8750223428	19/04/2015	60503	208
AWU7812	8750225279	03/05/2015	60503	208
AXY5341	8750225249	30/04/2015	74550	218 * I
AXY5341	8750224758	30/04/2015	74550	218 * I

AZA5208	8750225712	10/05/2015	74550	218	*	I
BAF1043	8750225158	01/05/2015	56732	183		
BLX9659	8750221778	13/04/2015	74550	218	*	I
BMP5716	8750222411	07/04/2015	74550	218	*	I
BNW9594	8750222318	11/04/2015	74550	218	*	I
CKF7818	8750222250	11/04/2015	60503	208		
CML4533	8750222479	05/04/2015	74550	218	*	I
CMP8052	8750223681	25/04/2015	74630	218	*	II
DON4157	8750222142	12/04/2015	74550	218	*	I
DYA2869	8750222308	10/04/2015	74550	218	*	I
DZH7615	8750222338	11/04/2015	60503	208		
EDR6673	8750223067	20/04/2015	74630	218	*	II
EGQ1967	8750222188	11/04/2015	74550	218	*	I
EVE6330	8750225182	04/05/2015	74630	218	*	II
FDL0507	8750220900	04/04/2015	74550	218	*	I
GGP9090	8750226149	10/05/2015	74710	218	*	III
GGP9090	8750226176	10/05/2015	74550	218	*	I
GGP9090	8750225606	10/05/2015	74550	218	*	I
GGP9090	8750225390	09/05/2015	74550	218	*	I
GGP9090	8750225537	10/05/2015	74630	218	*	II
GMV7810	8750226028	05/05/2015	74550	218	*	I
GSW6674	8750221771	11/04/2015	74550	218	*	I
HAY0393	8750222257	12/04/2015	60503	208		
HAY0393	8750221937	12/04/2015	74550	218	*	I
HDF2716	8750225839	06/05/2015	56732	183		
HDK9624	8750224816	03/05/2015	74630	218	*	II
HLC8071	8750221755	09/04/2015	74550	218	*	I
HLR1042	8750224316	24/04/2015	60503	208		
HSE2854	8750224898	04/05/2015	74630	218	*	II
HSJ0037	8750225622	05/05/2015	60503	208		
HTA1813	8750223818	21/04/2015	74550	218	*	I
IBA5969	8750221760	07/04/2015	74630	218	*	II
IDE6863	8750224770	01/05/2015	74550	218	*	I
IDG8639	8750225604	09/05/2015	74550	218	*	I
IGE0890	8750222390	11/04/2015	74550	218	*	I
IGJ0177	8750222211	12/04/2015	56732	183		
IHE1317	8750224626	28/04/2015	74550	218	*	I
IHZ0406	8750225538	10/05/2015	74550	218	*	I
IHZ0406	8750225703	09/05/2015	74550	218	*	I
IIX1829	8750222178	07/04/2015	56732	183		
IJU9857	8750221811	10/04/2015	74630	218	*	II
IJW4917	8750221971	09/04/2015	74630	218	*	II
IKG0597	8750221077	06/04/2015	74550	218	*	I
IKG0597	8750221232	06/04/2015	74550	218	*	I
IKG0597	8750218988	18/03/2015	74550	218	*	I
IKG0597	8750220085	27/03/2015	74630	218	*	II
IKV3421	8750217538	06/03/2015	74550	218	*	I
ILT3000	8750223233	15/04/2015	60503	208		
ILZ2893	8750220772	04/04/2015	74550	218	*	I
IME1232	8750220919	06/04/2015	74550	218	*	I
IMV4990	8750220914	05/04/2015	74630	218	*	II
IMV4990	8750221329	03/04/2015	74550	218	*	I
IMV4990	8750221537	05/04/2015	74550	218	*	I
IMX0334	8750221030	03/04/2015	74550	218	*	I
IMX0334	8750220759	03/04/2015	74550	218	*	I
INA7636	8750220725	02/04/2015	74550	218	*	I
IOF4541	8750225591	09/05/2015	74550	218	*	I
IOG4369	8750222442	06/04/2015	74550	218	*	I
IOQ5174	8750224031	21/04/2015	74550	218	*	I
IPA1486	8750222415	08/04/2015	74550	218	*	I
IPH9414	8750225277	03/05/2015	60503	208		
IPH9414	8750225278	03/05/2015	60503	208		
IPL1362	8750223950	26/04/2015	56732	183		

ITU9794	8750224204	25/04/2015	60503	208	
IUC8600	8750221134	06/04/2015	74550	218	* I
IWB7050	8750224102	26/04/2015	60503	208	
IWN8080	8750221008	01/04/2015	74550	218	* I
JCS2910	8750224461	29/04/2015	74550	218	* I
JGI2132	8750225348	08/05/2015	74550	218	* I
JNB5396	8750221732	10/04/2015	74550	218	* I
JPB6495	8750222286	08/04/2015	60503	208	
JPF3333	8750222309	10/04/2015	60503	208	
JPZ4445	8750221783	07/04/2015	74550	218	* I
JQX9079	8750222313	10/04/2015	74550	218	* I
KOZ1225	8750218297	12/03/2015	74550	218	* I
LPT0550	8750221976	10/04/2015	74550	218	* I
LWZ6205	8750222115	08/04/2015	74550	218	* I
LXA9174	8750225661	10/05/2015	74550	218	* I
LXE2315	8750221817	11/04/2015	74550	218	* I
LXE7176	8750221742	13/04/2015	74550	218	* I
LXN6413	8750222307	10/04/2015	60503	208	
LXZ9358	8750222241	10/04/2015	60503	208	
LYZ8465	8750221911	11/04/2015	74550	218	* I
LZD1577	8750226114	03/05/2015	74710	218	* III
LZM3772	8750222343	12/04/2015	60503	208	
MAC0566	8750221796	09/04/2015	74550	218	* I
MAM5866	8750225809	10/05/2015	56732	183	
MAN2638	8750221908	10/04/2015	74550	218	* I
MAS0520	8750221646	03/04/2015	74550	218	* I
MAX0379	8750221757	12/04/2015	74550	218	* I
MBZ0513	8750221982	10/04/2015	74550	218	* I
MCE7994	8750222436	05/04/2015	74550	218	* I
MCG7842	8750222212	13/04/2015	56732	183	
MCP4718	8750222511	07/04/2015	74550	218	* I
MCW9994	8750225588	08/05/2015	74550	218	* I
MDL2497	8750222371	08/04/2015	74550	218	* I
MDS3268	8750221708	08/04/2015	74550	218	* I
MDT1945	8750221769	10/04/2015	74550	218	* I
MEP9902	8750225981	30/04/2015	74550	218	* I
MEV8560	8750225112	02/05/2015	74550	218	* I
MEY9315	8750225840	09/05/2015	56732	183	
MFF2616	8750221777	12/04/2015	74550	218	* I
MFF8443	8750222391	11/04/2015	74550	218	* I
MFO6062	8750221630	03/04/2015	74630	218	* II
MFQ5134	8750225192	29/04/2015	56732	183	
MFR9565	8750221921	11/04/2015	74550	218	* I
MFT5019	8750221970	09/04/2015	74630	218	* II
MFU4673	8750221616	03/04/2015	74550	218	* I
MGC3709	8750225094	01/05/2015	56732	183	
MGH7516	8750222238	10/04/2015	60503	208	
MGK3225	8750224178	22/04/2015	74550	218	* I
MGM6955	8750220737	05/04/2015	74550	218	* I
MGN0327	8750221604	04/04/2015	74550	218	* I
MGT0787	8750221842	08/04/2015	74550	218	* I
MGU0834	8750222026	08/04/2015	74550	218	* I
MHB6321	8750222043	10/04/2015	74630	218	* II
MHM4720	8750221916	11/04/2015	74550	218	* I
MHT5815	8750222364	13/04/2015	60503	208	
MHU2317	8750220753	02/04/2015	74630	218	* II
MHU2317	8750221017	02/04/2015	74550	218	* I
MHY0159	8750226064	10/05/2015	74550	218	* I
MHY0159	8750225558	05/05/2015	74550	218	* I
MII2832	8750222199	11/04/2015	74550	218	* I
MIK3266	8750221832	13/04/2015	74550	218	* I
MIK6259	8750222393	12/04/2015	60503	208	
MIM9909	8750221909	10/04/2015	74550	218	* I

MIO3270	8750222376	13/04/2015	74550	218	*	I
MIT9082	8750225953	30/04/2015	74630	218	*	II
MJA8056	8750222181	08/04/2015	74550	218	*	I
MJA9378	8750223562	25/04/2015	74550	218	*	I
MJD3785	8750222076	08/04/2015	74550	218	*	I
MJG3678	8750222368	07/04/2015	74550	218	*	I
MJH8046	8750221751	12/04/2015	74550	218	*	I
MJP2042	8750222011	13/04/2015	74550	218	*	I
MJS0309	8750225990	30/04/2015	74550	218	*	I
MJT7616	8750222346	12/04/2015	60503	208		
MKC6040	8750225397	05/05/2015	74550	218	*	I
MKC6040	8750225880	05/05/2015	74550	218	*	I
MKD5047	8750222032	08/04/2015	74630	218	*	II
MKG1049	8750222300	09/04/2015	60503	208		
MKL7572	8750221938	12/04/2015	74550	218	*	I
MKL7572	8750222375	12/04/2015	60503	208		
MKL7973	8750224989	30/04/2015	74550	218	*	I
MKN3921	8750224187	22/04/2015	60503	208		
MKO4955	8750221282	02/04/2015	56732	183		
MLA3910	8750220878	03/04/2015	74550	218	*	I
MLA4957	8750221838	07/04/2015	74550	218	*	I
MLA4957	8750222179	07/04/2015	56732	183		
MLC5633	8750225573	06/05/2015	74550	218	*	I
MLC6151	8750224844	29/04/2015	74550	218	*	I
MLI2297	8750220841	01/04/2015	74550	218	*	I
MLM2412	8750221773	11/04/2015	74630	218	*	II
MLP9402	8750222400	12/04/2015	60503	208		
MLU0728	8750225715	10/05/2015	74550	218	*	I
MLU3904	8750221734	11/04/2015	74550	218	*	I
MLZ7389	8750222151	13/04/2015	74550	218	*	I
MMB4198	8750222412	08/04/2015	74630	218	*	II
MMH0412	8750222361	13/04/2015	60503	208		
MMH1763	8750222265	13/04/2015	60503	208		
MOU9850	8750221955	07/04/2015	74550	218	*	I
NFF3600	8750221720	07/04/2015	74550	218	*	I
NQR9830	8750221351	04/04/2015	74550	218	*	I
NRY3626	8750221165	02/04/2015	74630	218	*	II
NTX1772	8750222099	13/04/2015	74550	218	*	I
OKF2714	8750222283	08/04/2015	60503	208		
OKH8980	8750222123	09/04/2015	74630	218	*	II
OLN2815	8750225243	03/05/2015	74550	218	*	I
OWI4261	8750221217	05/04/2015	74630	218	*	II
QBB8159	8750225076	29/04/2015	74630	218	*	II
QHG4667	8750221884	08/04/2015	74550	218	*	I
QHN5621	8750221878	12/04/2015	74550	218	*	I
QIQ1919	8750225706	09/05/2015	74550	218	*	I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

CASSIO AUGUSTO DA SILVA
AUTORIDADE DE TRANSITO

SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 183/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 183/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKD5956	54833184C	05/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 182/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8732 182/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

DTM0283	54832728C	28/04/2015	50100	162 * I
DTM0283	54832729C	28/04/2015	65561	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO PEDRO DE ALCANTARA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

SANDRA MARA PEREIRA
DELEGADA DE POLICIA

SCHROEDER

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 733/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 733/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJQ1622	55140125E	07/03/2015	66290	230 * VIII	127.69
AJQ1622	55140124E	07/03/2015	50100	162 * I	574.61
AJQ1622	55140123E	07/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
APJ5770	54170536F	10/03/2015	52070	169	53.20
MAO4622	55140619E	18/02/2015	50100	162 * I	574.61
MAO4622	55140690E	18/02/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MAO4622	55140688E	18/02/2015	52070	169	53.20
MBS7750	55140445E	25/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MFV6998	55140335E	11/02/2015	69120	232	53.20
MIL8494	55140711E	11/02/2015	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 732/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 732/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOR6932	54170558F	06/05/2015	69120	232
AOR6932	54170557F	06/05/2015	65992	230 * V
AUL0036	54170614F	09/05/2015	55250	181 * XV
CPZ4534	54170611F	09/05/2015	66102	230 * VII
LWT6889	54170476F	07/04/2015	67691	230 * XXII
LYB9652	54170608F	01/05/2015	65992	230 * V
LYY0367	54170610F	06/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYY0367	54170489F	06/05/2015	65992	230 * V
LYY0367	54170487F	06/05/2015	50100	162 * I
MIS1845	54170490F	09/05/2015	67692	230 * XXII
MIS1845	54170616F	09/05/2015	65992	230 * V
MKN8551	54170670F	04/05/2015	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL FERREIRA DIAS

DELEGADO DE POLICIA

SIDERÓPOLIS**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 752/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 752/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAH7322	55114962E	24/02/2015	65992	230 * V	191.53
MDI8505	55114403E	08/01/2015	50100	162 * I	574.61
MDI8505	55114405E	08/01/2015	65992	230 * V	191.53
MJK7467	55114458E	21/03/2015	50450	162 * V	191.53
MJK7467	55114459E	21/03/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JORGE LUIZ KOCH
DELEGADO DE POLICIA

SOMBRIÓ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1090/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1090/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AXE6157	55096044E	29/01/2015	57463	187 * I	85.12
BNX4097	55096050E	15/02/2015	66102	230 * VII	127.69
HDQ5963	54257255F	23/02/2015	51851	167	127.69
IEZ4895	55095391E	09/03/2015	65992	230 * V	191.53
IEZ4895	55095389E	09/03/2015	50100	162 * I	574.61
IEZ4895	55095390E	09/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ITP8228	54257016F	11/03/2015	54522	181 * VIII	127.69
KKY1946	54256891F	04/03/2015	55415	181 * XVII	53.20
LYD4780	54256992F	06/03/2015	66102	230 * VII	127.69
LYO0953	55096409E	23/01/2015	51930	168	191.53
MEH1208	54257152F	03/02/2015	50100	162 * I	574.61
MEH1208	54257153F	03/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MGE0149	54257202F	03/02/2015	65992	230 * V	191.53
MGE0149	54257203F	03/02/2015	66102	230 * VII	127.69
MHM8542	54257160F	05/02/2015	70561	244 * III	191.53
MHR4097	54256969F	15/02/2015	69120	232	53.20
MJG4562	54257513F	21/03/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1089/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1089/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJW2275	54257825F	18/04/2015	50450	162 * V
AJW2275	54257826F	18/04/2015	51420	164 c/c 162 * V
IBB6696	55095700E	09/05/2015	52152	170
IBB6696	55095699E	09/05/2015	60760	210
IBE0650	54257811F	11/04/2015	51262	164 c/c 162 * II
IBE0650	54257810F	11/04/2015	65992	230 * V
IBE0650	54257809F	11/04/2015	50292	162 * II
IBE0650	54257808F	11/04/2015	51691	165
ILX3882	54257788F	22/04/2015	69120	232
IPM9736	54257538F	19/04/2015	51691	165
JPJ2585	54257387F	17/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
JPJ2585	54257388F	17/04/2015	50100	162 * I
JRA3931	54257577F	25/04/2015	65992	230 * V
LYH1761	54257824F	18/04/2015	65992	230 * V
LZE7358	54257543F	21/04/2015	51930	168
LZZ4563	54257716F	25/04/2015	50450	162 * V
LZZ4563	54257717F	25/04/2015	51420	164 c/c 162 * V
MBE1300	54257536F	19/04/2015	65992	230 * V
MCB2209	54257339F	26/04/2015	65300	228
MCP6745	54257703F	20/04/2015	50100	162 * I
MCP6745	54257704F	20/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCW7273	54257337F	21/04/2015	71021	244 * VIII
MDF9686	54257713F	21/04/2015	50100	162 * I
MDF9686	54257714F	21/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MDF9686	54257715F	21/04/2015	65992	230 * V
MDG2263	54257709F	21/04/2015	66102	230 * VII
MDS6874	55096348E	21/04/2015	54600	181 * IX
MDU0092	54257766F	10/04/2015	52820	176 * I
MFM8346	54257784F	15/04/2015	50100	162 * I
MFM8346	54257783F	15/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MFP4191	54257845F	21/04/2015	65992	230 * V
MKE8139	54257542F	21/04/2015	69120	232
MKE8139	54257540F	21/04/2015	50960	163 c/c 162 * V
MKE8139	54257539F	21/04/2015	50450	162 * V
QHD8034	54257767F	10/04/2015	65800	230 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÉ DO SUL**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 431/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 431/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEC9865	54322825E	30/01/2015	50100	162 * I	574.61
MEC9865	54322826E	30/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MEC9865	54322827E	30/01/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

TIMBÓ**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1871/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1871/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMX4034	54572540E	17/03/2015	50100	162 * I	574.61
AMX4034	54572541E	17/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
ASY0910	54723279E	03/03/2015	65561	230 * I	191.53
CMB7573	54573010E	05/10/2014	69120	232	53.20
CMB7573	54572820E	05/10/2014	66290	230 * VIII	127.69
MCA9872	54573396E	04/03/2015	50100	162 * I	574.61
MCA9872	54573397E	04/03/2015	69120	232	53.20
MFR7580	54572833E	07/03/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1872/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1872/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACF4572	54573330E	05/03/2015	51851	167	127.69
MBG3344	54573707E	21/01/2015	52152	170	191.53
MBG3344	54573706E	21/01/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 604/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 604/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHY2508	8756051828	09/03/2015	74550	218 * I	85.12
ALI0724	8756052133	20/03/2015	60503	208	191.53
AMX4034	8756051295	28/02/2015	74550	218 * I	85.12
CTB0838	8756051431	03/03/2015	74550	218 * I	85.12
GMB8439	8756052066	22/03/2015	74550	218 * I	85.12
IMU2354	8756051446	04/03/2015	60503	208	191.53
IST2107	8756051385	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
LWR3803	8756051426	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
LWY4817	8756051330	26/02/2015	74550	218 * I	85.12
LYZ2024	8756051569	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
MCF8851	8756051677	05/03/2015	74630	218 * II	127.69
MCO6583	8756051301	26/02/2015	74550	218 * I	85.12
MDX4646	8756049458	15/01/2015	74550	218 * I	85.12
MEC3318	8756051412	08/03/2015	74550	218 * I	85.12
MEL7903	8756051237	25/02/2015	74550	218 * I	85.12
MET8495	8756052088	22/03/2015	74630	218 * II	127.69
MET8495	8756052090	22/03/2015	74630	218 * II	127.69
MFD9377	8756051944	18/03/2015	74550	218 * I	85.12
MFR0254	8756051369	05/03/2015	74550	218 * I	85.12
MGP0725	8756051161	24/02/2015	74550	218 * I	85.12
MGQ1874	8756051552	08/03/2015	74630	218 * II	127.69
MGQ4365	8756046345	26/10/2014	74550	218 * I	85.12
MHP8048	8756049142	07/01/2015	74550	218 * I	85.12
MHU7804	8756052176	19/03/2015	74550	218 * I	85.12
MIC3292	8756051482	07/03/2015	74550	218 * I	85.12
MIL6988	8756051502	01/03/2015	56732	183	85.12
MIT6215	8756049206	06/01/2015	60503	208	191.53
MJE5222	8756049922	19/01/2015	74550	218 * I	85.12
MJL8245	8756051292	28/02/2015	56732	183	85.12
MJU5191	8756051788	13/03/2015	60503	208	191.53
MKK0919	8756051124	19/02/2015	74550	218 * I	85.12
MKP7900	8756049890	25/01/2015	60503	208	191.53
MLJ6074	54035065N	13/03/2015	50020	257 8S	85.12

MMF2636	8756051435	04/03/2015	74550	218	*	I	85.12
MML3909	8756051392	02/03/2015	74550	218	*	I	85.12
NCF9088	8756051011	20/02/2015	60503	208			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1870/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 1870/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIB9431	55701112E	07/05/2015	50450	162 * V
MKA0893	55701231E	24/04/2015	65992	230 * V
MKO6783	54723355E	13/04/2015	65480	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 603/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 603/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

AKQ1013	8756054546	03/05/2015	74550	218 * I
ANS2995	8756054174	02/05/2015	74550	218 * I
AOM7575	8756053749	20/04/2015	60503	208
ASI9121	8756054226	10/05/2015	74550	218 * I
AUZ9876	8756053884	28/04/2015	74550	218 * I
AVH6918	8756054763	07/05/2015	74550	218 * I
BLK3692	8756053461	21/04/2015	74630	218 * II
CIC3645	8756054028	27/04/2015	60503	208
CSJ2083	8756054049	28/04/2015	74550	218 * I
DIC2211	8756054754	05/05/2015	74550	218 * I
DIJ9560	8756053446	25/04/2015	74630	218 * II
DVA1974	8756053770	25/04/2015	74630	218 * II
GOJ2786	8756053867	28/04/2015	74630	218 * II
GOJ2786	8756053868	28/04/2015	74550	218 * I
GOJ2786	8756053870	28/04/2015	74630	218 * II
GOJ2786	8756053871	28/04/2015	74550	218 * I
GOJ2786	8756053872	28/04/2015	74630	218 * II
GXY8804	54047554N	19/05/2015	50020	257 8S
HGJ0229	8756054375	06/05/2015	56732	183
LWY0176	8756054133	03/05/2015	74550	218 * I
LXI4789	8756054468	10/05/2015	60503	208
LXO9488	8756054157	01/05/2015	74550	218 * I
LXW0213	8756053193	19/04/2015	74550	218 * I
LYK6647	8756052709	11/04/2015	74550	218 * I
LYK8791	8756054660	08/05/2015	74630	218 * II
LYU3757	8756053719	26/04/2015	74710	218 * III
LYY9345	8756053696	24/04/2015	60503	208
LZC2567	8756054708	10/05/2015	60503	208
MAK9574	8756054103	28/04/2015	74550	218 * I
MAX0483	54046401N	12/05/2015	50020	257 8S
MBK7632	8756054662	08/05/2015	74550	218 * I
MBL3270	8756054491	01/05/2015	74630	218 * II
MBR4128	8756053071	14/04/2015	60503	208
MCD2937	8756054016	27/04/2015	74550	218 * I
MCE8468	8756054541	03/05/2015	60503	208
MCO9427	8756054223	09/05/2015	74550	218 * I

MCY2858	8756053698	24/04/2015	74550	218	*	I
MDF5266	8756054205	09/05/2015	74630	218	*	II
MEC4694	8756054586	04/05/2015	60503	208		
MEI5163	8756053769	25/04/2015	74550	218	*	I
MEL4758	8756054149	09/05/2015	74550	218	*	I
MEM3087	8756053730	26/04/2015	74550	218	*	I
MET6177	8756052850	11/04/2015	74550	218	*	I
MEU7821	8756054731	02/05/2015	74550	218	*	I
MFE4892	8756053685	24/04/2015	60503	208		
MFI4783	8756054601	05/05/2015	74550	218	*	I
MFS6521	8756054150	10/05/2015	74550	218	*	I
MFY1554	8756053805	22/04/2015	74550	218	*	I
MGD0103	8756054124	01/05/2015	74550	218	*	I
MGH8783	8756053708	23/04/2015	74550	218	*	I
MGK8553	8756054063	29/04/2015	60503	208		
MGV6629	8756053844	24/04/2015	74550	218	*	I
MHH8297	8756054505	01/05/2015	60503	208		
MIG9798	8756054161	03/05/2015	74550	218	*	I
MIG9798	8756054166	08/05/2015	74550	218	*	I
MIJ7495	8756054484	01/05/2015	74550	218	*	I
MIO6637	8756053828	20/04/2015	74550	218	*	I
MIV6583	8756053171	18/04/2015	56732	183		
MJH8037	8756054261	02/05/2015	74550	218	*	I
MJN6204	8756054153	10/05/2015	74550	218	*	I
MJW7780	54042581N	22/04/2015	50020	257	8\$	
MKF3856	8756052977	14/04/2015	74550	218	*	I
MKG4536	54046399N	12/05/2015	50020	257	8\$	
MKR3542	54042586N	22/04/2015	50020	257	8\$	
MKX2225	8756053227	15/04/2015	74550	218	*	I
MLA2194	8756052823	09/04/2015	74550	218	*	I
MLE5707	8756053732	26/04/2015	74550	218	*	I
MLF2812	8756054323	04/05/2015	56732	183		
MMA3248	8756052752	06/04/2015	74550	218	*	I
MMD4089	8756054720	08/05/2015	74550	218	*	I
MMH4986	8756053761	25/04/2015	74550	218	*	I
MMJ7462	8756054767	08/05/2015	74550	218	*	I
MML2991	8756053185	19/04/2015	74550	218	*	I
MML3909	54046400N	12/05/2015	50020	257	8\$	
QIR0760	54047556N	19/05/2015	50020	257	8\$	

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

TIMBÓ GRANDE**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 324/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 324/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHU9621	55619831D	15/03/2015	70301	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 323/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8240 323/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MDO1797	55620171D	15/04/2015	50100	162 * I
MJF1498	55620170D	12/04/2015	72340	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO GRANDE/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FABIANO LOCATELLI
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

Três Barras

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 671/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 671/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFN1660	55551721E	12/03/2015	65565	230 * I	191.53
MII0216	55550585E	20/02/2015	50100	162 * I	574.61
MII0216	55550586E	20/02/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MJQ6655	55551209E	12/03/2015	59670	203 * V	957.69
MUJ2138	55551651E	06/03/2015	66372	230 * IX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 670/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8202 670/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CLG6216	55550769E	05/05/2015	65992	230 * V
MBC0209	55550748E	08/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MBC0209	55550747E	08/05/2015	69120	232
MBC0209	55550746E	08/05/2015	50100	162 * I
MDD5934	55551239E	13/05/2015	65565	230 * I
MDD5934	55551238E	13/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MDD5934	55551237E	13/05/2015	65992	230 * V
MDD5934	55551236E	13/05/2015	50100	162 * I
MDD5934	55551235E	13/05/2015	58350	195
MDD5934	55551234E	13/05/2015	52151	170
MDD5934	55551233E	13/05/2015	70481	244 * II
MFG1022	55550958E	11/05/2015	66372	230 * IX
MFG1022	55550957E	11/05/2015	65561	230 * I
MFG1022	55550956E	11/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MFG1022	55550955E	11/05/2015	65992	230 * V
MFG1022	55550954E	11/05/2015	50100	162 * I
MFG1022	55550953E	11/05/2015	52151	170
MFG1022	55550952E	11/05/2015	58350	195
MFG1022	55550951E	11/05/2015	70301	244 * I
MFJ8224	55550749E	09/05/2015	50100	162 * I
MFJ8224	55551229E	09/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MFJ8224	55551228E	09/05/2015	51691	165
MHR6682	55551232E	12/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MHR6682	55551230E	12/05/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RUI ORESTES KISNIR
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

TREZE TÍLIAS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 735/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 735/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HJG2877	8731026810	16/02/2015	74630	218 * II	127.69
MBQ5370	8731026468	19/01/2015	74550	218 * I	85.12
MEN1829	8731026816	17/02/2015	74630	218 * II	127.69
MFC4943	8731026464	17/01/2015	74550	218 * I	85.12
MFP2706	8731026242	09/01/2015	74550	218 * I	85.12
MHA2582	8731026004	25/12/2014	74630	218 * II	127.69
MJL9237	8731026862	21/02/2015	74550	218 * I	85.12
MKX2539	8731026854	19/02/2015	74630	218 * II	127.69
MLG5086	8731025280	24/10/2014	74550	218 * I	85.12
MLH2367	8731026780	15/02/2015	74550	218 * I	85.12
MLH2960	8731026348	07/01/2015	74550	218 * I	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 734/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 734/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MLG5086 54046187N 12/05/2015 50020 257 8\$

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

KARINA BOESING KUCERA
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

TUNÁPOLIS

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 341/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 341/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGL2556	55606853C	23/01/2015	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Turvo

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 819/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 819/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCK9932	55595090D	31/01/2015	50100	162 * I	574.61
MCK9932	55595089D	31/01/2015	60760	210	191.53
MCK9932	55595088D	31/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDE5331	55596406D	04/02/2015	65992	230 * V	191.53
MDE5331	55596407D	04/02/2015	50100	162 * I	574.61
MDE5331	55596408D	04/02/2015	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 818/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 818/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HBS7833	55596432D	13/05/2015	50960	163 c/c 162 * V
IMR9959	55596434D	13/05/2015	58350	195
IMR9959	55596433D	13/05/2015	51851	167
MEB7769	55596437D	16/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MEB7769	55596436D	16/05/2015	50100	162 * I
MFE5151	54953593E	25/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MFE5151	54953592E	25/04/2015	50100	162 * I
MFE5151	54953594E	25/04/2015	65992	230 * V
MJP0868	54953591E	19/04/2015	52070	169
MJP0868	54953590E	19/04/2015	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ANDRE GAZZONI COUTRO
DELEGADO DE POLICIA

URUSSANGA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1036/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1036/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
EAT0137	54758897E	03/02/2015	55414	181 * XVII	53.20
LCF2284	54760059E	28/01/2015	59670	203 * V	957.69
MAV2164	54760056E	27/01/2015	57461	187 * I	85.12
MBN1909	54759434E	28/01/2015	51851	167	127.69
MFV8345	54759467E	26/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MGS3918	54760101E	08/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
MHC4530	54759432E	23/01/2015	65992	230 * V	191.53
MHC4530	54760017E	23/01/2015	50100	162 * I	574.61
MIV3000	54760057E	27/01/2015	54870	181 * XI	127.69
MLL8820	54759430E	22/01/2015	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1035/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DRE1665	54760410E	11/04/2015	53800	181 * I
HVS6017	54760298E	18/04/2015	50450	162 * V
MBD7796	54760265E	10/04/2015	55411	181 * XVII
MBM2959	54760421E	24/04/2015	50100	162 * I
MCJ2583	54760118E	24/04/2015	51851	167
MCU3229	54760312E	12/04/2015	58780	199
MDT4162	54760238E	21/04/2015	50100	162 * I
MFU5795	54760414E	11/04/2015	53800	181 * I
MHQ0847	54759748E	11/04/2015	55411	181 * XVII
MIL0167	54758744E	11/04/2015	55411	181 * XVII
MJG6147	54759749E	11/04/2015	55411	181 * XVII
MJH0934	54760412E	11/04/2015	53800	181 * I
MKC2814	54760356E	11/04/2015	55411	181 * XVII
MLH2773	54760308E	11/04/2015	55411	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO PAGANI POSSAMAI
DELEGADA DE POLICIA

VARGEÃO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 249/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 249/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BGF5325	54484126D	27/04/2015	50100	162 * I
BGF5325	54484127D	27/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
BGF5325	54484128D	27/04/2015	65992	230 * V
CCL6437	54484250D	14/05/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

VARGEAO/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

FERNANDO CALLFASS
DELEGADO DE POLICIA

VARGEM BONITA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 199/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8645 199/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHC2252	54777792C	13/05/2015	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA
DELEGADO DE POLICIA

VIDAL RAMOS

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 316/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8422 316/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGM5231	54097734F	24/04/2015	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDAL RAMOS/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

VIDEIRA**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1912/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1912/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIT5800	55952897E	30/01/2015	65992	230 * V	191.53
APF9339	55960404E	09/03/2015	69120	232	53.20
COT1083	55960663E	28/03/2015	50100	162 * I	574.61
COT1083	55960665E	28/03/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LWR6231	55961810E	14/03/2015	50100	162 * I	574.61
LYD5118	55952942E	02/02/2015	66372	230 * IX	127.69
MGD1582	54774283E	09/03/2015	50371	162 * III	574.61
MHI6687	55954293E	29/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MHI6687	55954292E	29/01/2015	50100	162 * I	574.61
MHI6687	55954291E	29/01/2015	65992	230 * V	191.53
MIT7102	55954429E	28/01/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MJT8116	55953140E	28/03/2015	67261	230 * XVIII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1913/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1913/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AES9697	55955037E	09/03/2015	55416	181 * XVII	53.20
ARW6146	55954980E	31/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
DPX1163	54774666E	12/06/2014	73662	252 * VI	85.12
DPX1163	55954916E	02/03/2015	51851	167	127.69
LXE5921	55961944E	06/03/2015	55412	181 * XVII	53.20
LYS1614	55961957E	28/02/2015	52070	169	53.20
MCK7653	55955048E	09/03/2015	51851	167	127.69
MCT2808	55954571E	13/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MCU4653	55961912E	24/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
MDB1174	55960456E	24/02/2015	55412	181 * XVII	53.20
MEJ8174	55960517E	09/03/2015	51851	167	127.69
MEU8540	55954194E	13/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MFW3607	55955279E	20/02/2015	56650	182 * X	85.12
MHF0173	55954704E	13/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MIZ4477	55954754E	14/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MJM6817	55953032E	30/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MJT1877	55952618E	16/09/2014	73662	252 * VI	85.12
MKL6330	55674134B	06/06/2014	60501	208	191.53
MKL6330	55952588E	09/10/2014	55090	181 * XIII	85.12
MKR0550	54773989E	15/07/2014	51851	167	127.69
MKY3301	54025032N	04/02/2015	50020	257 8\$	53.20
MLG7445	55954824E	23/01/2015	60501	208	191.53
MLK4705	55960513E	09/03/2015	73662	252 * VI	85.12
MLL4307	55954733E	29/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
MOX1153	54774711E	06/06/2014	51851	167	127.69
OKF5266	55954822E	23/01/2015	55411	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GILBERTO LUIZ BOSCHETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1910/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1910/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AOX0167	55960634E	23/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
KFN5220	55954992E	12/04/2015	67261	230 * XVIII
KFN5220	55954991E	12/04/2015	65992	230 * V
KFN5220	55954993E	12/04/2015	66372	230 * IX
LYF4544	55962354E	09/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYF4544	55962353E	09/05/2015	50100	162 * I
MGI1788	55962575E	09/05/2015	51691	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1911/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 1911/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

AAA5186	55962583E	11/05/2015	55412	181	*	XVII
AAN2009	55960715E	20/04/2015	55412	181	*	XVII
AFS8072	55961390E	11/05/2015	74550	218	*	I
ARU9778	55962336E	10/04/2015	55416	181	*	XVII
ASB5228	55962527E	09/05/2015	55412	181	*	XVII
JGZ4260	55962721E	13/05/2015	55412	181	*	XVII
JKW9864	55962530E	13/05/2015	55412	181	*	XVII
LOK7835	54774887E	24/04/2015	55412	181	*	XVII
LYP5073	55962861E	13/05/2015	74550	218	*	I
LYZ9986	55961694E	11/05/2015	55412	181	*	XVII
LZJ3952	55962308E	10/04/2015	55415	181	*	XVII
MCH6789	55954998E	20/04/2015	55412	181	*	XVII
MCI2803	55961395E	13/05/2015	74550	218	*	I
MDP3619	55962529E	13/05/2015	55412	181	*	XVII
MEM3320	55960676E	08/04/2015	55412	181	*	XVII
MET4063	54774082E	20/04/2015	55412	181	*	XVII
MFE6508	55962886E	15/05/2015	74630	218	*	II
MFZ9632	55953683E	10/04/2015	51851	167		
MGA1472	55962222E	23/04/2015	55412	181	*	XVII
MGA6397	55961555E	11/05/2015	55412	181	*	XVII
MGC0436	55962578E	11/05/2015	55412	181	*	XVII
MHE2789	55961691E	11/05/2015	55412	181	*	XVII
MHE9048	55962009E	17/04/2015	55412	181	*	XVII
MHS9502	54774888E	24/04/2015	55412	181	*	XVII
MIB1552	55962321E	10/04/2015	60501	208		
MIM0736	54129248D	10/04/2015	55411	181	*	XVII
MIN9092	55477791D	10/04/2015	55412	181	*	XVII
MJB2454	55962159E	12/05/2015	55412	181	*	XVII
MLE6385	55961307E	12/05/2015	55412	181	*	XVII
MLQ3347	55962857E	13/05/2015	74550	218	*	I
MMA8821	55961409E	15/05/2015	55412	181	*	XVII
MMD4436	55960623E	17/04/2015	55412	181	*	XVII
QHK6212	55962590E	15/05/2015	55412	181	*	XVII
QIS2800	55961685E	07/05/2015	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

GILBERTO LUIZ BOSCHETTI
AUTORIDADE DE TRANSITO

VITOR MEIRELES**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 374/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8390 374/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIC5677	55741962E	18/04/2015	73400	252 * IV
CIC5677	55741963E	18/04/2015	51851	167
CIC5677	55741964E	18/04/2015	51852	167
MHQ0507	55741966E	22/04/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

JULIANO CEZAR TUMITAN
DELEGADO DE POLICIA

XAXIM**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1291/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1291/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
INJ0780	55732938E	01/02/2015	73400	252 * IV	85.12
LZT9886	55706184E	04/02/2015	65992	230 * V	191.53
LZT9886	55706185E	04/02/2015	50100	162 * I	574.61
LZT9886	55706186E	04/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFJ1243	55733801E	20/02/2015	66102	230 * VII	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADILSON JOSE BRESSAN
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1292/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1292/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CST8294	55732937E	01/02/2015	51851	167	127.69
IIU7504	55732946E	03/02/2015	51851	167	127.69
MJL8021	55732947E	03/02/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

XAXIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

DANIEL TONIAZZO
DIRETOR DE TRANSITO E RODOV

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1290/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1290/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAH4552	55732435E	10/05/2015	67691	230 * XXII
MAH4552	55732434E	10/05/2015	65992	230 * V
MAH4552	55732436E	10/05/2015	66371	230 * IX
MCD2844	55732440E	18/05/2015	50100	162 * I
MCD2844	55732442E	18/05/2015	52741	175
MCD2844	55732441E	18/05/2015	66532	230 * XI
MCW5747	55732211E	11/05/2015	50100	162 * I
MCW5747	55732213E	11/05/2015	50610	163 c/c 162 * I
MEB0211	55733612E	15/04/2015	50100	162 * I
MEB0211	55733609E	15/04/2015	65992	230 * V
MEB0211	55733610E	15/04/2015	69120	232
MEB0211	55733611E	15/04/2015	50610	163 c/c 162 * I
MED4849	55733751E	28/04/2015	50100	162 * I
MEJ1123	55732426E	06/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MEJ1123	55732425E	06/05/2015	50100	162 * I
MEJ1123	55732423E	06/05/2015	66372	230 * IX
MEJ1123	55732424E	06/05/2015	66532	230 * XI
MEO5862	55733758E	17/05/2015	50100	162 * I
MFH5321	55732842E	14/05/2015	50100	162 * I
MII1204	55733545E	07/05/2015	50100	162 * I
MJA8607	55732260E	07/05/2015	65992	230 * V
MJA8607	55732262E	07/05/2015	51180	164 c/c 162 * I
MJA8607	55732261E	07/05/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 30 DE MAIO DE 2015.

ADILSON JOSE BRESSAN
DELEGADO DE POLICIA